



Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider
Marcio Gazolla**
Organizadores


UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Os atores do desenvolvimento rural

Sergio Schneider
Marcio Gazolla
Organizadores

© dos autores
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Ilustração da capa: arte popular, México
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

Sumário

Os atores entram em cena / 11

Sergio Schneider

Marcio Gazolla

PARTE I

Agricultores como atores sociais:

a construção da autonomia e da diversidade

Heterogeneidade, ator e estrutura:

para a reconstituição do conceito de estrutura / 21

Norman Long

Jan Douwe van der Ploeg

Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência / 49

Marilda Menezes

Edgard Malagodi

Mercantilização e mercados: a construção da diversidade

da agricultura na ruralidade contemporânea / 67

Marcelo Antônio Conterato

Paulo André Niederle

Guilherme Radomsky

Sergio Schneider

A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? / 91

Daniela Oliveira

Marcio Gazolla

Cynthia Xavier de Carvalho

Sergio Schneider

PARTE II

A construção social dos mercados: as novas formas de interação

Implicações das redes de cooperação do pequeno comércio varejista

sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros / 117

Marcelo Santos de Souza

Renato Santos de Souza

Novos mercados da agricultura familiar:
o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos / 133

Marcio Gazolla
Gelson Pelegrini

A agroindústria rural e as redes de desenvolvimento:
um estudo do oeste do Paraná / 151

Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Luci Suzana Bedin Amorim

Relações com o mercado e (re) construção
das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica / 167

Glauco Schultz

PARTE III

Criatividade e conhecimento: como se faz para fazer diferente

Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura / 189

Flávia Charão Marques

Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar / 205

Miguel Angelo Perondi
Sergio Schneider

Turismo e inovação no meio rural: visões a partir do turismo rural
na região dos Campos de Cima da Serra / 221

Raquel Lunardi
Marcelino de Souza

Certificação participativa e agricultura ecológica:
rede, processos de inovação e conhecimentos locais / 235

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

PARTE IV

Os atores em ação: práticas e processos de construção de interfaces e alternativas

Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar
para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS) / 253

Rozane Márcia Triches
Elisangela Froeblich
Sergio Schneider

Experiências de desenvolvimento territorial na agricultura familiar:
a produção de agrocombustíveis no sul e nordeste do Brasil / 267

Anelise Graciele Rambo
Genivalda Cordeiro da Costa / 269

Agricultura, desenvolvimento e conservação ambiental:
atores sociais, conflitos e reconfigurações no centro-oeste brasileiro / 283

Lorena Cândido Fleury

Jalcione Almeida

Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos / 305

Everton Lazzaretti Picolotto / 305

Sobre os autores / 321

Os homens fazem a sua própria história,
mas não a fazem como querem; não a fazem sob
circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas
com que se defrontam diariamente, legadas e
transmitidas pelo passado.

Karl Marx, 1869, O 18 de Brumário

A ciência gera tanto conhecimento como ignorância.
Um dos 'buracos negros' criados pela ciência tem ocultado
a forma como os camponeses atuam no mundo moderno.
Jan Douwe van der Ploeg, 2008, Camponeses e Impérios

Os atores entram em cena

Sergio Schneider

Marcio Gazolla

Este livro é resultado da confluência de várias pesquisas realizadas pelos autores que assinam os diferentes capítulos. A obra está organizada em torno da temática central da ação dos atores sociais que patrocinam e desenvolvem práticas produtivas e processos de interação social e econômica que, no geral, modificam e transformam a forma de trabalhar, produzir e de viver. Os trabalhos focalizam as práticas e experiências dos atores que atuam na agricultura e no meio rural, realçando o modo como as relações sociais são organizadas neste espaço e como influenciam e/ou geram dinâmicas produtivas que modificam suas condições objetivas de existência e reprodução social.

Os trabalhos que compõem este livro foram escritos em períodos distintos e por uma miríade de autores, representando um mix entre pesquisadores consolidados e afirmados no campo das ciências sociais e dos estudos rurais com jovens pesquisadores, cujos trabalhos são o resultado de dissertações e teses. Boa parte dos capítulos foi apresentada em versão mais extensa no II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, realizado em novembro de 2008, organizado pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad). Na ocasião, foram realizadas cinco oficinas, e os trabalhos que se destacaram receberam o convite para participar do livro. Mas há também capítulos que foram desenvolvidos no âmbito do projeto Ipode, acrônimo, formado pelas letras iniciais do projeto de pesquisa de equipe intitulado ‘Semente e brotos’ da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil, financiado pelo CNPq, iniciado em 2008 e encerrado em agosto de 2010.

O livro segue na esteira de uma publicação anterior, “A diversidade da agricultura familiar” (2008), em que se analisou a heterogeneidade social das formas familiares de trabalho e de produção presentes no meio rural brasileiro. Naquele livro, tratamos especificamente de analisar as estratégias de reprodução social que compõem o portfólio de formas de ação produtiva e socioeconômicas que são mobilizadas pelos agricultores familiares. Este livro se destina ao público acadêmico, mas pretende alcançar uma audiência mais ampla.

Com “Os atores do desenvolvimento rural” pretendemos abordar as interfaces que os agricultores familiares estabelecem com outros atores presentes no meio rural e, sobretudo, analisar as formas de interação que constroem com os mercados, as instituições e a dinâmica social e econômica da sociedade como um todo. Tal como havíamos asseverado no livro anterior, os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil chegaram em um estágio que não cabe mais discutir sobre sua pertinência e legitimidade pois é inquestionável o papel social, a contribuição econômica e a expressão política desta categoria para a agricultura e o meio rural. Há controvérsias de natureza conceitual e teórica, muitas das quais informadas por posições políticas ou marcadas por um olhar aplicado e contextual, que tendem a analisar as categorias

sociais a partir de sua expressão ou afirmação no campo da ação política. Mas, a nosso juízo, a agenda de pesquisas das ciências sociais precisa avançar e buscar um escopo de abordagem que resguarde sua autonomia relativa, uma vez que a interpretação sociológica dos fenômenos sociais não pode ficar refém do conteúdo político angariado no âmbito da controvérsia normativa.

A preocupação central dos autores deste livro está em demonstrar a capacidade de fazer e agir que os atores sociais adquirem e constroem a partir de suas ações cotidianas, como plantar, colher, armazenar, trocar e negociar. Trata-se de refletir sobre o papel ativo e atuante dos atores nos processos de mudança social, de construção de alternativas tecnológicas, de novas formas de fazer, de organizar e de interagir. Nestes termos, nosso objetivo geral consiste em demonstrar que para além da sua diversidade intrínseca, da função social e produtiva e dos desafios que se impõem à sua compreensão analítica, os agricultores familiares se tornam atores e adquirem capacidade de construir soluções para enfrentar desde problemas corriqueiros até lidar com reptos de maior alcance, contribuindo assim com a mudança das condições de sua existência e do ambiente social em que estão imersos.

Os atores sociais assim referidos e estudados podem ser desde agricultores individuais, grupos ou coletivos sociais. Ser ator não é um atributo inerente, mas uma condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que os indivíduos ou grupos adquirem e/ou constroem agência, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades e formulação de estratégias que permitem “fazer diferente” em face de situações contingentes e estruturais. Neste sentido, os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, o que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas ou de um contexto hostil.

Muitos capítulos deste livro subscrevem à perspectiva orientada aos atores (POA), uma abordagem analítica desenvolvida pelos antropólogos Norman Long e Alberto Arce e, notadamente, o sociólogo Jan Douwe van der Ploeg, pesquisadores da Universidade de Wageningen, na Holanda. Os estudos sobre agricultura familiar, desenvolvimento rural, dispositivos de organização coletiva e formas de inovação sob a perspectiva orientada aos atores vêm se ampliando entre os pesquisadores brasileiros, especialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A perspectiva orientada aos atores parte de uma ideia ou questão muito simples, mas de difícil resposta. A indagação fundamental, que é o ponto de partida da abordagem, consiste em saber por que os agricultores oferecem “respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas”? (Long, 2007, p. 43). Ou seja, mesmo na presença de agricultores familiares que comungam de características similares como o tipo de solo, a área de terra disponível, a localização em uma determinada comunidade, as origens sociais, étnicas, etc.; dificilmente encontrar-se-á simetria entre os sistemas produtivos ou estilos de agricultura praticados, ou respostas coincidentes frente às decisões de investir, poupar, vender ou outro modo de agir.

No âmago desta questão está o paradoxo da ação individual *versus* a ação coletiva. Cientistas sociais de diferentes disciplinas já “gastaram rios de tinta” e mesmo assim continuam as investigações que tentam aportar evidências e descortinar argumentos sobre os mistérios do agir humano frente às situações e contingências da vida. A perspectiva orientada aos atores parte da constatação de que nem o individualismo metodológico, com seus postulados assentados

na ação racional, nem o estruturalismo, convencido da existência de condicionantes gerais e invariáveis, conseguiram dar respostas adequadas e satisfatórias a este dilema. Por esta razão, a POA reconhece que os indivíduos são agentes cuja ação cria e constrói estruturas contingentes. Segundo Ploeg (2003, p. 610), “a estrutura é entendida como sendo parte da ação social (ao invés de ser um *a priori* ou algo localizado fora). Estrutura é o que está sendo construído e, como tal, torna-se um princípio de ordenamento para outras construções. Os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. Os caminhos exatos da mudança e seu significado para os envolvidos não podem ser impostos pelo exterior, nem podem ser explicados em termos da prática de uma estrutura lógica inexorável (Long e Ploeg, 1994, p. 75).

No centro desta abordagem analítica está a questão da “agência humana”, ou da capacidade e/ou possibilidade de agir. Norman Long afirma que a noção de agência e a posição de agente são estratégicas para formulação de uma teoria que pretenda superar os apriorismas e inexorabilidades do estruturalismo e do individualismo. A noção de agência, afirma Long, “atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sob as formas mais extremas de coerção. Nos limites da informação, incerteza e outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem *capacidade de saber e capacidade de atuar*” (Long, 2007, p. 48).

No Brasil, particularmente no âmbito dos estudos rurais, ainda estamos nos prolegômenos desta abordagem e há muito para avançar e desenvolver. Este livro pretende ser uma primeira contribuição, à medida que apresenta uma seção inicial inteiramente dedicada às questões teóricas e analíticas relacionadas à POA. O livro busca mostrar as potencialidades e a aplicação da perspectiva orientada aos atores, assim como indicar possíveis diálogos ou interações com outras abordagens que, embora adotem um referencial a partir dos atores, orientam-se por outras perspectivas epistemológicas, muitas vezes complementares à própria POA. De uma maneira geral, o livro articula contribuições analíticas e resultados de pesquisas realizadas sob os auspícios e referências que comungam da centralidade dos atores, possibilitando aos leitores uma compreensão de como se dá a interação entre teoria e pesquisa empírica.

A estrutura do livro divide-se em quatro partes, cada uma formada por quatro capítulos. Na primeira parte, o capítulo de abertura do livro é assinado por Long e Ploeg, que está sendo traduzido e publicado pela primeira vez no Brasil. Este artigo tornou-se uma referência importante da POA em âmbito internacional porque condensa os principais primados e as pedras angulares da perspectiva orientada aos atores. Neste artigo, para além de criticar os referenciais do estruturalismo e do individualismo nos estudos de sociologia do desenvolvimento, os autores apresentam os conceitos centrais da POA, discutem aspectos relacionados à mediação e à intervenção social e fazem uma reflexão sobre o significado desta abordagem para os estudos sobre desenvolvimento agrário. Seguramente trata-se de um material sintético e instigante para quem deseja compreender esta abordagem analítica.

O segundo capítulo da primeira parte é de autoria de Marilda Menezes e Edgar Malagodi, ambos professores da Universidade Federal de Campina Grande (Paraíba), que fazem um interessante exercício que visa discutir os conceitos de autonomia e resistência de forma com-

parada e cruzada a partir das perspectivas da POA, da abordagem da economia moral de James Scott e da abordagem construtivista do historiador E. P. Thompson. Os autores vão encontrar pontos de contato entre estes três autores e discutir os conceitos de resistência, sujeitos sociais e agência, que se tornam recursos analíticos importantes para entender a condição camponesa e os mecanismos de construção de sua autonomia.

O capítulo três da primeira parte é assinado por vários autores, todos eles vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad), que está sediado no PGDR/UFRGS. Trata-se de um texto que começou a ser escrito há muitos anos, desde quando o tema da mercantilização passou a ser um dos eixos centrais dos estudos sobre as estratégias de diversificação produtiva e a diferenciação social dos estilos de agricultura no Rio Grande do Sul. É um artigo que foi escrito a partir das inquietações dos autores e mediante um acordo mínimo em torno do que se tinha consenso sobre o assunto. Neste sentido, o capítulo é uma introdução ao tema e tem um objetivo didático que visa situar quem são os autores e qual é o debate teórico em torno da mercantilização.

O quarto capítulo do livro encerra a seção dedicada às questões teóricas e conceituais, que estão na base da perspectiva de análise orientada aos atores sociais. Este capítulo trata dos processos de inovação e construção de novidades por parte dos agricultores. Em verdade, trata-se de uma reflexão sobre “como os agricultores fazem para fazer diferente”, o que significa analisar os mecanismos tácitos e os dispositivos formais que são mobilizados pelos atores para produzir conhecimento e saber-fazer adequado e útil para eles mesmos. O capítulo faz um resgate de como as formas convencionais de produção e difusão de conhecimento e tecnologias estão cada vez mais desconectadas da realidade e das possibilidades dos agricultores, disto resultando um afastamento e mesmo a exclusão ao acesso para muitos pequenos produtores. A partir deste diagnóstico, os autores introduzem a chamada perspectiva da “produção de novidades”, que é uma abordagem emergente no campo dos estudos da produção de conhecimento e tecnologia no meio rural. Exemplos empíricos são utilizados para ilustrar a aplicação desta perspectiva, que pode vir a ser uma alternativa interessante aos estudos que procuram escapar do determinismo da difusão de tecnologias.

As partes 2, 3, e 4 do livro são dedicadas ao estudo das práticas e processos de ação e atuação dos atores sociais em face de circunstâncias e contingências em que mobilizam saberes e recursos com o objetivo de construir interfaces e interações que lhes garantam autonomia e “margem de manobra”.

Na parte dois do livro estão reunidos os capítulos organizados em torno do tema da construção social de mercados e das formas de interação dos agricultores com os velhos e novos mercados, agrícolas e não agrícolas. No capítulo cinco, Marcelo Souza Santos e Renato Souza Santos discutem as redes de varejo nos municípios de Santa Maria e Santa Rosa e a interação dos agricultores com as redes convencionais de comércio. Os autores chamam a atenção para os desafios dos pequenos comerciantes em face do processo mais geral de concentração em curso, comandado pelas grandes redes transnacionais de supermercados. No capítulo seis, Marcio Gazolla e Gelson Pelegrini fazem uma análise dos mecanismos de acesso aos mercados e as estratégias de comercialização dos agricultores que se dedicam às agroindústrias familiares, destacando a situação na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. No capítulo sete, Jefferson Staduto e Luci Amorim analisam as agroindústrias familiares do oeste do Paraná,

destacando a formação de redes e o seu papel no processo de aprendizagem coletiva e formação de mecanismo de coordenação e ordenamento institucional destes empreendimentos. O capítulo oito é de autoria de Glauco Schultz e nele o autor discute a construção das identidades socioprofissionais dos agricultores que fazem produção orgânica e as estratégias organizacionais que adotam. O autor conclui que a produção de orgânicos não implica apenas em novo formato tecnológico, mas também um novo significado que repercute na revalorização das formas de interação com os consumidores.

A terceira parte do livro é dedicada às iniciativas técnico-produtivas dos agricultores e busca, fundamentalmente, investigar quais são as estratégias adotadas na construção de conhecimentos e inovações que lhes ajudem a resolver problemas de produção sem, contudo, implicar no aumento de custos de produção e menos ainda tornar-se dependente de tecnologias fornecidas por agentes externos. Esta parte do livro se defronta com a problemática que aflige muitos pequenos agricultores na atualidade que é o desafio constante em aperfeiçoar a base tecnológica da produção, tornar a propriedade mais produtiva, rentável e com trabalho menos penoso sem, no entanto, colocá-la num *treadmill* com custos fixos crescentes decorrentes da internalização de pacotes tecnológicos. O capítulo de autoria de Flávia Charão Marques apresenta as bases de um referencial para produção de conhecimento e tecnologias para a agricultura, representado pela perspectiva multiator, multinível e multiaspecto. O capítulo dez, de autoria de Miguel Perondi e Sergio Schneider, analisa os processos e caminhos da diversificação agrícola e não agrícola, apontando os resultados múltiplos das estratégias adotadas pelos agricultores. O capítulo onze, autorado por Raquel Lunardi e Marcelino Souza, analisa os processos de inovação em unidades que optaram por diversificar suas atividades e fontes de renda através do turismo rural. Os autores mostram que esta atividade modifica não apenas o ingresso econômico como as relações de gênero no interior dos estabelecimentos. No capítulo doze, que encerra esta parte do livro, Guilherme Radomsky discute os processos de inovação na produção orgânica de alimentos e os processos de certificação participativa em rede por parte dos próprios agricultores. A partir do caso da rede Ecovida, uma iniciativa de comercialização da produção que envolve agricultores e organizações nos três estados do sul do Brasil, o autor mostra as nuances que estão por detrás deste amplo processo de produção de acordos e regras comuns em um quadro de disputas e interesses.

A quarta parte do livro trata das práticas e dos processos de construção de alternativas produtivas, organizacionais e institucionais dos atores sociais, especialmente os agricultores familiares, embora não exclusivamente. Nesta seção do livro discutem-se as interfaces, conexões e interações dos agricultores com o contexto social e político em que estão imersos. Os autores dos diferentes capítulos mostram como se dá este processo de construção de alternativas, que exigem a organização política e o desenvolvimento de dispositivos de governança e controle coletivo. O capítulo de Rozane Triches, Elisângela Froehlich e Sergio Schneider analisa o processo de reconstrução das relações entre os produtores e os consumidores através do mecanismo de utilização dos alimentos no programa de merenda escolar no município de Dois Irmãos (RS). Os autores mostram como ocorreu a organização dos atores e o papel central que teve o Conselho de Alimentação Escolar como espaço de mediação de interesses e governança deste processo. O capítulo quatorze, de Anelise Rambo e Genivalda Costa, amplia o foco para os processos territoriais de desenvolvimento, mostrando como as iniciativas dos

agricultores familiares podem impactar e influenciar a dinâmica das economias regionais. O capítulo de Lorena Fleury e Jalcione Almeida discute os conflitos e as reconfigurações que ocorrem em contextos onde há disputas ambientais. Tomando o caso do Parque Nacional das Emas, os autores mostram os desencontros que existem entre as percepções e representações acerca do espaço e dos recursos naturais que orientam práticas de ocupação e uso por parte dos atores envolvidos. O capítulo final do livro é de autoria de Everton Picoletto, que se dedica a analisar o processo de organização política e institucional dos atores que se identificam com a condição de agricultores familiares. A partir uma perspectiva longitudinal, o autor mostra como os sujeitos sociais foram modificando seus papéis e sua identidade político-institucional e, deste modo, lograram sucesso no processo de reconhecimento e legitimação por parte da sociedade brasileira, especialmente a partir de meados da década de 1990.

O leitor avisado certamente notará que este é um livro que pretende refletir no estado da arte dos debates sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. Em certa medida, livros sempre dialogam ou interagem com alguém ou com algum fato. Este livro tem a pretensão de dar um passo adiante, ainda que de pequena escala, no debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Ao afirmar e sustentar que os agricultores são atores sociais que têm capacidade de responder de forma afirmativa aos desafios e questões colocados em sua época, estamos sustentando que é chegada a hora de dar por superada a fase da (re)descoberta da agricultura familiar, das narrativas e descrições sobre sua diversidade e heterogeneidade. Isto já sabemos.

O que ainda demanda esforço e pesquisas é saber como os agricultores constroem e inventam repertórios e práticas produtivas, tecnológicas, sociais, organizacionais e cognitivas através das quais se fortalecem e se afirmam como agentes. Precisamos compreender melhor as particularidades que estas estratégias assumem, levando em conta as especificidades locais e culturais. Mas, para além dos estudos de casos, temos que ampliar nossa capacidade de comparar e entender em que medida as iniciativas e os modos de fazer que trouxeram resultados promissores em uma determinada realidade, época e/ou contexto social podem ser ampliadas e utilizadas como ensinamento para outras situações.

Ao proceder assim, evita-se a pressa e a inclinação por reproduzir e repetir um modelo ou padrão a ser seguido. Por outro lado, oferece-se uma alternativa concreta para que os estudos sobre agricultura familiar alcancem um novo estatuto, que vai além da descrição das especificidades e particularidades. Aqui a ciência social pode e deve dar sua contribuição à política e ao planejamento, pois mais do que ser aceita e reconhecida no cenário público, a agricultura familiar precisa ser capaz de se colocar como alternativa real e consistente ao modelo hegemônico de produção agroalimentar e manejo dos recursos naturais. Neste sentido, este livro é um libelo em favor da “capacidade de fazer diferente” dos atores sociais, particularmente os agricultores familiares. Mas, mais do que aprender com as práticas dos agricultores, cabe aos cientistas e pesquisadores estudar e avaliar em que medida tais práticas podem sugerir ensinamentos e lições alhures, de tal forma que o desenvolvimento rural deixe de ser uma quimera ou algo restrito à pequena escala (uma exceção) para se somar a um conjunto de ações, práticas e processos mais amplos, que tenham a capacidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas sem asseverar a degradação ambiental, e contribuir para o bem estar da sociedade como um todo.

Referências

LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994.

PLOEG, J. D. van der. Structure and Agency. In: CLARK, D. A. (Ed.). *The elgar companion to development studies*. London: Edward Elgar Editors, 2003.

PARTE I

**Agricultores como atores sociais:
a construção da autonomia e da diversidade**

Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura¹

Norman Long

Jan Douwe van der Ploeg

Tradução: Rita Pereira, Daniela Garcez e Leandro Krug Wives

Revisão técnica: Sergio Schneider

Introdução

Nos últimos anos, têm sido despendidos grandes esforços buscando reconciliar análises estruturais dos processos de desenvolvimento com análises orientadas aos atores. Porém, tais tentativas têm sido prejudicadas pela incapacidade em reformular os conceitos essenciais dessa proposta de união. Uma característica central que enfraquece essa união não consumada é a suposição ingênua de que é possível integrar, simplesmente, os conceitos de “ator” e “estrutura” retirados de antigos textos teóricos em um esquema ou síntese nova, sem reconstituí-los significativamente. Isso se aplica especialmente a noções de estrutura e a determinantes ou restrições estruturais, mas também se refere ao uso das noções de ator e agência.²

Este capítulo explora novamente essa questão e defende a introdução de uma abordagem teórica mais direta e mais desenvolvida orientada aos atores, a qual – oferecendo uma nova conceituação de estrutura – pode ajudar a transpor esse impasse teórico. Apesar de ilustrarmos nossos argumentos através da referência a fenômenos agrários, acreditamos que o que temos a dizer tem implicações importantes no desenvolvimento de uma teorização sociológica mais adequada do desenvolvimento e da mudança social.³ Na conclusão do capítulo, as pesquisas e conceitos orientados aos atores são distanciados do neopopulismo tal como desenvolvido nos trabalhos atuais sobre métodos de pesquisa participativos e estratégias *farmer-first*.

¹ Este capítulo é traduzido do original, em língua inglesa (Long e Ploeg, 1994, p. 62-90).

² Por outro lado, o tipo de solução proposto por Giddens (1979 e 1984) que concebe ator e estrutura como parte de uma entidade composta e, conseqüentemente, falha em especificar precisamente os relacionamentos entre os dois, continua sendo teoricamente problemático.

³ Partes deste capítulo se baseiam livremente em argumentos prévios que avançamos. Ver Long (1990), Long e Long (1992), Ploeg (1990) e Roep *et al.* (1991).

Modelos estruturais de desenvolvimento

Antes de explicar a fundamentação meta-teórica de uma análise orientada aos atores, é necessário apresentar uma breve retrospectiva esquemática dos modelos estruturais de desenvolvimento. Apesar das diferenças ideológicas óbvias e das armadilhas teóricas, os dois modelos estruturais dominantes, a teoria da modernização e a teoria neomarxista, têm semelhanças paradigmáticas. Essas semelhanças apontam para certas fraquezas analíticas comuns.

A teoria da modernização concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo em direção a formas tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas da “sociedade moderna”. Esse processo é desenvolvido e mantido através de um envolvimento crescente em mercados de *commodities* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas. Dessa forma, a sociedade tradicional é impulsionada para o mundo moderno e, gradualmente, ainda que com algumas crises institucionais (que são normalmente referidas como obstáculos sociais e culturais à mudança), sua economia e estruturação social adquirem os ornamentos da modernidade.

Por outro lado, as teorias neomarxistas acentuam a natureza expropriativa desses processos, atribuindo-os à tendência expansionista inerente ao capitalismo mundial, e à sua constante necessidade de abrir novos mercados, aumentar o nível de obtenção de excedentes e de acumular capital. Aqui a imagem é a de interesses capitalistas, estrangeiros e nacionais, modos ou relações de produção subordinativas não capitalistas (e provavelmente destrutivas em longo prazo) e da vinculação dos países em uma rede de dependências econômicas e políticas. Apesar de a regulação do tempo e do grau de integração dos países na política econômica mundial ter variado, a consequência é estruturalmente semelhante: eles são forçados a se juntar à irmandade de nações em termos determinados não por eles mesmos, mas por seus parceiros industriais mais ricos e politicamente mais fortes. Embora essa teoria neomarxista contenha em si uma variedade de escolas de pensamento, em essência, a mensagem central é a mesma. Ou seja, os padrões de desenvolvimento podem ser melhor explicados dentro de um modelo genérico de desenvolvimento capitalista em escala mundial.⁴

Essas duas perspectivas representam posições ideologicamente opostas. A primeira adere a um ponto de vista reconhecido como liberal e acredita, em última instância, nos benefícios do gradualismo e no efeito de transbordamento (*trickle-down effect*). A segunda adota um ponto de vista considerado radical e concebe o desenvolvimento como um processo inerentemente desigual, envolvendo a exploração continuada das sociedades periféricas. Ainda, em outro

⁴ Estamos aqui obviamente revisando rapidamente todas as complexidades envolvidas na distinção entre posições estruturalistas, dependentistas e neomarxistas. A literatura da América Latina é particularmente interessante uma vez que tem gerado, a partir dos anos 1950, uma tradição teórica endógena rica sobre a teoria do desenvolvimento. Isso inclui a escola estruturalista de Prebisch e outros que desafiaram as teorias econômicas neoclássicas existentes, vários escritores dependentistas (reformistas e dependentistas marxistas), assim como teóricos marxistas mais ortodoxos. De fato, como Kay (1989, p. 126) comenta acerca da literatura dependentista – deixando o resto de lado – “é como ser confrontado com uma Torre de Babel. Qualquer tentativa de discutir todas essas posições é carregada de dificuldades já que somos forçados a ser seletivos em relação aos autores e às questões”. O livro de Kay sobre as teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina (1989) constitui um relato elaborado deste trabalho sobre a periferia.

nível, os dois modelos são similares no sentido em que ambos concebem o desenvolvimento e as mudanças sociais como emergindo primeiramente dos centros de poder sob a forma de intervenções pelo estado ou por interesses internacionais, e seguindo um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por estágios de desenvolvimento ou pela sucessão de modos de produção dominantes. Essas forças externas restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas. Nesse sentido, não parece importar muito se a hegemonia do estado é baseada na ideologia capitalista ou na ideologia socialista: a verdade é que sempre ocorrem tendências similares em busca de uma crescente incorporação e centralização.

Ambos os modelos são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais.⁵ Nossa síntese dos seus pontos de vista simplificam e, talvez caricaturizam os seus argumentos, mas acreditamos que uma leitura cuidadosa da literatura relevante levará à conclusão de que eles compartilham um conjunto comum de crenças paradigmáticas. Esta argumentação é também suportada por uma comparação analítica recente das escolas de comercialização (isto é, modernização) e mercantilização nos estudos do desenvolvimento agrário (ver Long e Ploeg, 1988; Vandergeest, 1988).

Um paradigma orientado aos atores

Apesar de seus argumentos não serem particularmente bem explicitados na literatura relativamente recente sobre desenvolvimento, sempre existiu uma abordagem que se opõe à análise estrutural. Essa abordagem é designada de paradigma orientado aos atores. A base (explícita e implícita) desse interesse nos atores sociais é a convicção de que, embora seja verdade que certas mudanças estruturais resultam do impacto de forças externas (devido à intromissão do mercado ou do estado), é teoricamente insatisfatório fundamentar qualquer análise no conceito de determinação externa. Todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, por isso elas são mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais. Da mesma forma, as forças sociais remotas e de larga escala alteram de fato as chances de vida e os comportamentos dos indivíduos, e elas só podem fazê-lo através da configuração, direta ou indireta, das experiências e percepções da vida cotidiana dos indivíduos em questão. Por conseguinte, tal como James Scott (1985) defende:

⁵ Não há dúvida de que estas afirmações serão consideradas por alguns como imprudentes e generalistas, já que é possível citar alguns trabalhos que evitam pelo menos algumas destas falhas. Por exemplo, os melhores estudos neomarxistas e dependentistas enfatizam a importância de padrões internos de exploração e as relações de classe ou étnicas, dão atenção a processos históricos reais (ao invés de idealizados) e tentam evitar formulações funcionalistas ou deterministas. Porém, em que pese essas ressalvas, acreditamos que a concepção geral permanece tal como a descrevemos.

Somente capturando a experiência de alguma coisa, em sua plenitude, seremos aptos a dizer algo de significativo sobre como um dado sistema econômico influencia aqueles que o constituem e o mantêm ou suplantam. E, é claro, se isso é verdadeiro para o campesinato ou para o proletariado, é absolutamente verdadeiro para a burguesia, a pequena burguesia e mesmo para o *lumpenproletariat*⁶ (Scott, 1985, p. 42).

Portanto, é necessário seguir uma abordagem mais dinâmica para o entendimento das mudanças sociais, a qual saliente a interação e determinação mútua de fatores e relações internas e externas, e reconheça o papel principal desempenhado pela ação e pela consciência humanas.⁷

Talvez uma das formas de conseguir isso seja através da aplicação dos tipos de análises orientadas aos atores que eram comuns na sociologia e antropologia gerais por volta do final dos anos 1960 e início dos 1970. As abordagens orientadas aos atores variam de modelos transacionais e de tomada de decisão à análise interacionista simbólica e fenomenológica. Uma vantagem da abordagem orientada aos atores é que ela parte de um interesse em explicar respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas. Portanto, se presume que os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores. Os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. Os caminhos exatos da mudança e seu significado para os envolvidos não podem ser impostos pelo exterior, nem podem ser explicados em termos da prática de uma estrutura lógica inexorável, como aquela implícita no modelo de De Janvry (1981) de “periferia desarticulada”.⁸ Os diferentes padrões de organização social que emergem resultam das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diversos tipos de atores. Os últimos incluem não só as lutas presentes em determinados encontros face a face, mas também as ausentes, mas que não obstante influenciam a situação, afetando ações e resultados. Posto isto, é necessário, porém, realçar as deficiências de diversos tipos de abordagens orientadas aos atores promovidas nos anos 1960 e 1970, especialmente por antropólogos (ver Long, 1977, p. 105-143). Numa tentativa de combater as visões culturalistas e estruturalistas simples das mudanças sociais, estes estudos se concentraram no comportamento inovador de empresários e agentes econômicos, em processos individuais de tomada de decisão ou nas formas como os indivíduos mobilizavam recursos através da construção de redes sociais. Porém, muitos desses estudos foram insuficientes devido à sua tendência em adotar uma visão voluntarista dos processos de tomada de decisão e das estratégias transacionais que davam um peso insuficiente à análise de como as escolhas individuais eram formadas por estruturas maiores de significado

⁶ Classe mais baixa e desprezível da sociedade, segundo Marx, composta pelos vagabundos, marginais e improdutivos (N.T.).

⁷ Apesar de talvez ser melhor evitar escrever sobre fatores externos e internos, ao discutir a intervenção, torna-se difícil omitir completamente de nossa conceituação essa visão dicotomizada, pois a própria intervenção se baseia nesse tipo de distinção. Para discussões mais elaboradas sobre esse ponto, ver Long e Ploeg (1989).

⁸ Para uma avaliação crítica da abordagem da lógica do capital de De Janvry e do seu argumento de que o estado age como um instrumento para resolver as crises da acumulação capitalista, ver Long (1988, p. 108-114).

e ação (isto é, por disposições culturais, ou pelo que Bourdieu (1981, p. 305) designou de *habitus* ou “história personificada”, e pela distribuição de poder e recursos num plano mais vasto). E alguns estudos fracassaram por adotarem uma forma extrema de individualismo metodológico que procurava explicar o comportamento social primeiramente em termos de motivações, intenções e interesses individuais.⁹

Outro tipo de pesquisa orientada aos atores – especialmente desenvolvida por cientistas sociais e economistas, mas também utilizada por alguns antropólogos econômicos (como Schneider, 1974) – é a que usa um modelo generalizado de escolha racional baseado em um número limitado de axiomas, tais como a maximização das preferências ou da utilidade. Enquanto os tipos de análise orientada aos atores acima referidos tendem a tratar a vida social e, especialmente, as mudanças sociais como essencialmente redutíveis às ações constitutivas dos indivíduos, a abordagem da escolha racional propõe um modelo universal, cujas “características centrais codificam as propriedades fundamentais do comportamento humano” (Gudeman, 1986, p. 31). A objeção principal a essa proposta é, obviamente, que ela oferece um modelo etnocêntrico ocidental de comportamento social baseado no individualismo do “homem utilitário”, que ignora de forma opressora as especificidades da cultura e do contexto.

A importância central do conceito de agência

Numa tentativa de melhorar formulações anteriores, muitos autores voltaram atrás reconsiderando a natureza essencial e a importância da agência humana. Essa noção reside no centro de todos os paradigmas revitalizados de atores sociais e forma o eixo em torno do qual giram as discussões que pretendem conciliar as noções de estrutura e de ator. Mas antes de expor essas discussões, é importante salientar que a questão da agência não foi simplesmente confinada a um círculo de teóricos e seu público sociológico, mas também penetrou em trabalhos empíricos recentes de antropologia (Smith, 1989), ciência política (Scott, 1985), análise de políticas (Elwert e Bierschenk, 1988) e história (Stern, 1987).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (Giddens, 1984, p. 1-6).

Giddens (1984, p. 9, 14) destaca que a agência não diz respeito às intenções que as pessoas têm para fazer determinadas coisas – a vida social é cheia de diferentes tipos de consequências involuntárias com ramificações variáveis –, “mas primeiramente à sua capacidade de fazer essas coisas [...] A ação depende da capacidade do indivíduo de ‘causar uma mudança’

⁹ Esta posição tem sido severamente criticada, especialmente por escritores marxistas (ver Alavi, 1973; Foster-Carter, 1978, p. 244).

em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente”. Isso implica que todos os atores (agentes) exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de extrema subordinação. Como Giddens (1984, p. 16) argumenta, “todas as formas de dependência oferecem alguns recursos com os quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades dos seus superiores”. E dessa forma eles participam ativamente (apesar de nem sempre no nível de consciência discursiva) na construção de seus próprios mundos sociais, apesar de, como Marx (1962, p. 252) nos previne, as circunstâncias que eles encontram não serem simplesmente fruto de sua própria escolha.

É importante enfatizar que a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidades de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A capacidade de influenciar os outros ou de transmitir uma ordem (por exemplo, fazer com que os outros aceitem determinada mensagem) reside fundamentalmente nas “ações de uma cadeia de acontecimentos, que cada um traduz de acordo com seus próprios projetos [...] e o poder é composto, aqui e agora, pela associação de muitos atores em um dado esquema político e social” (Latour, 1986, p. 264). Em outras palavras, a agência (e o poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam, parcialmente (quase nunca completamente), envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou indivíduos. Por conseguinte, a agência efetiva requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (como reivindicações, ordens, bens, instrumentos e informação) através de certos pontos fundamentais de interação. Clegg (1989) apresenta essa ideia da seguinte forma:

Para alcançar a agência estratégica é necessário disciplinar o entendimento de outras agências: na melhor das hipóteses, do ponto de vista do estrategista, essas outras agências se tornarão meramente recursos autoritários, extensões da agência estratégica (Law, 1986, p. 16). Os interesses que essas agências de recurso possam ter seriam (em casos extremos) exclusivamente aqueles que a agência estrategicamente subordinativa lhes atribuisse (Clegg, 1989, p. 199).

Para realizar isso, torna-se essencial que os atores sociais vençam as lutas que ocorrem sobre a atribuição de significados sociais específicos a determinados acontecimentos, ações e ideias. Vistos a partir dessa perspectiva, os modelos (ou ideologias) específicos de intervenção tornam-se armas estratégicas nas mãos das instituições e das pessoas encarregadas da promoção do desenvolvimento.

Reconhecendo que os atores são o centro das decisões e das ações, Hindess (1986, p. 115-119) desenvolve ainda mais esta discussão, salientando que a tomada de decisões implica o uso implícito ou explícito de “meios discursivos” na formulação de objetivos e na apresentação dos argumentos para as decisões tomadas. Esses meios ou tipos de discurso variam e não são simplesmente características inerentes aos próprios atores: eles formam uma parte do estoque diferenciado de conhecimento e de recursos à disposição dos atores de diferentes tipos. Uma vez que a vida social não é nunca tão uniforme ao ponto de ser baseada em um único tipo de discurso, os atores, mesmo que suas escolhas sejam limitadas,

sempre encontram formas alternativas de formular seus objetivos e de preparar modos específicos de ação.

É importante perceber aqui que o reconhecimento de discursos alternativos usados pelos atores (ou à disposição deles) desafiam tanto, por um lado, a noção de que a racionalidade é uma propriedade intrínseca do ator individual, como, por outro, a ideia de que esse reconhecimento simplesmente reflete a posição estrutural do ator na sociedade. Todas as sociedades contêm um repertório de estilos de vida, formas culturais e racionalidades diferentes que seus membros utilizam em sua busca por ordem e significado, e de cuja afirmação ou reestruturação eles mesmos participam (intencionalmente ou não). Consequentemente, as estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais) que são, até certo ponto, partilhados com outros indivíduos, contemporâneos e talvez antecessores. É nesse momento que o indivíduo é, de certa forma, metaforicamente transformado no ator social, o que significa que o ator social é socialmente construído ao invés de ser simplesmente um sinônimo do indivíduo ou um membro da raça dos *homo sapiens*. Também é necessário distinguir dois tipos diferentes de construção social associados ao conceito de ator social: o primeiro é culturalmente endógeno, por ser baseado nos tipos de representações característicos da cultura na qual o ator particular está enraizado; e o segundo surge das categorias e orientações teóricas dos próprios pesquisadores (e é claro que também é essencialmente cultural, uma vez que será provavelmente associado a uma escola específica de pensamento e a uma comunidade de acadêmicos).

A construção social dos atores é, então, suportada meta-teoricamente pela noção de agência. Mas embora possamos considerar que sabemos perfeitamente o que entendemos por cognoscibilidade e capacidade – os dois elementos principais de agência identificados por Giddens – esses conceitos devem ser traduzidos culturalmente para que sejam significativos na sua totalidade.

Não devemos, então, presumir (mesmo que seja possível, por exemplo, apresentar evidências de uma crescente mercantilização e ocidentalização) que existe uma interpretação constante e universal de agência em todas as culturas. Essa interpretação varia na sua racionalidade e construção. Quanto a isso, é importante mencionar o que Marilyn Strathern (1985, p. 65) chama de “teorias nativas da agência”. As noções de agência são construídas de forma diferente em culturas diferentes e em segmentos diferentes da mesma sociedade – por exemplo, entre camponeses e populações urbanas, na burocracia, na religião e nas forças armadas.

Tais diferenças realçam a importância de examinar como as noções de agência (cognoscibilidade e capacidade) são constituídas culturalmente de forma distinta e afetam o gerenciamento das relações interpessoais e os tipos de controle que os atores podem desenvolver uns com relação aos outros. No campo do desenvolvimento rural, isso significa analisar como as concepções diferenciadas de poder, influência, conhecimento e eficácia podem modelar as repostas e estratégias dos diferentes atores (por exemplo, camponeses, trabalhadores de desenvolvimento, proprietários de terras, representantes do governo local). É também necessário abordar a questão de até que ponto as noções de agência, que diferem de acordo com o tipo de política que está sendo adotada, podem ser impostas aos grupos locais. Aqui temos em

mente, por exemplo, os conceitos de “participação”, “direcionamento aos pobres” ou “o papel do agricultor progressista” no desenvolvimento planejado.¹⁰

Embora possa parecer que a quintessência da agência humana é personificada no indivíduo, os indivíduos isolados “não são as únicas entidades que tomam decisões e agem de acordo com essas decisões. As empresas capitalistas, as agências estatais, os partidos políticos e as organizações religiosas são exemplos de atores sociais: todos eles têm meios para formular e chegar a decisões e para agir pelo menos de acordo com uma delas” (Hindess, 1986, p. 115). Porém, como Hindess defende ainda, o conceito de ator não deveria ser usado para designar coletividades, aglomerados ou categorias sociais que não têm formas discerníveis de formular ou de levar a cabo decisões. A sugestão, por exemplo, de que a “sociedade”, no sentido global do termo, ou as classes e outras categorias sociais baseadas na etnia ou gênero, tomam decisões e tentam implementá-las significa atribuir a essas entidades, de forma incorreta, as qualidades da agência.¹¹ Isso também leva à materialização de esquemas de classificação que formam parte do aparato conceptual que um indivíduo ou organização utilizam para processar o mundo social ao seu entorno e no qual as ações desenvolvidas são baseadas. Portanto, devemos ter o cuidado de restringir nosso uso do termo ‘ator social’ somente àquelas entidades sociais às quais podem ser claramente atribuídas as qualidades da agência.

A discussão anterior serviu, esperamos, para clarificar por que o conceito de agência é de uma importância teórica central. Como sugerimos anteriormente, uma abordagem orientada aos atores começa com a simples ideia de que formas sociais diferentes desenvolvem-se sob as mesmas circunstâncias ou sob circunstâncias similares. Essas diferenças refletem variações nas formas como os atores tentam lidar, cognitivamente e organizacionalmente, com as situações que encontram. Por conseguinte, uma compreensão dos padrões diferentes de comportamento social deve ser baseada em termos de “sujeito(s) ativo(s) e conhecedor(es)” (Knorr-Cetina, 1981, p. 4), e não meramente vista como uma consequência do impacto diferencial de forças sociais extensas (tais como a variação ecológica ou demográfica ou a incorporação diferenciada no capitalismo mundial). Uma tarefa principal dessa análise, portanto, é identificar e caracterizar estratégias e lógicas divergentes de atores, as condições sob as quais elas surgem, sua viabilidade ou efetividade na resolução de problemas específicos e suas consequências sociais. O último aspecto levanta diversas questões-chave adicionais – entre outras, a necessidade de ter uma noção de estruturas emergentes que surgem como resultados combinados das consequências intencionais e não intencionais da ação social. Retomaremos essa questão mais adiante.¹²

¹⁰ Existe também o difícil problema epistemológico, identificado por Fardon (1985, p. 129-130; 1984), de impor nosso próprio modelo analítico (‘universal’) de agência nos nossos dados de pesquisa, mesmo que nossa intenção seja “abrançar a consciência reflexiva e a agência dos [próprios] sujeitos”. Assim, na explicação ou tradução da ação social, é possível confundir a agência ou intencionalidades daqueles que estudamos com nossas próprias noções “comuns” ou conceitos teóricos.

¹¹ Compare isso com o que é designado de ‘falácia ecológica’, em que os argumentos baseados em dados agregados relativos a áreas geográficas são estendidos para produzir inferências sobre as características de indivíduos vivendo nessas mesmas áreas. Para um relato de como isso pode levar a decisões erradas de políticas de desenvolvimento, ver Bulmer (1982, p. 64-66).

¹² Para um tratamento desses elementos essenciais, ver Long (1989, p. 226-231).

O significado teórico de uma perspectiva orientada aos atores para a análise do desenvolvimento agrário

Aplicada aos estudos sobre as mudanças agrárias, a abordagem orientada aos atores salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrário. Apesar de suas escolhas serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos, os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas. Eles também tentam criar espaço para seus próprios interesses de forma que possam se beneficiar de – ou, se necessário, neutralizar – intervenções por grupos externos ou agências. De fato, como Goran Hyden (1980) observa relativamente à Tanzânia, os camponeses continuam, na sua maioria, resistindo ao Estado, por ser extremamente difícil para o governo central impor seu controle sobre agregados familiares semi-independentes e parcialmente autossuficientes (ver Moore, 1973 e Spittler, 1983 para um ponto de vista similar). Como James Scott (1985, p. 304-305) retrata de forma expressiva em sua monografia sobre a Malásia e sobre a truculência, ironia e falta de conformidade dos camponeses, outra tarefa igualmente impossível é a imposição pelas classes dominantes de sua própria visão de uma ordem social justa, não só relativamente ao comportamento das classes subordinadas, mas também relativamente à sua consciência. Para resumir, as últimas continuam operando seus próprios projetos, mesmo que esses sejam meras imagens opostas dos modelos programados pelas primeiras.

Como já foi salientado, nos modelos orientados aos atores dos anos 1960 e início dos 1970, uma pressuposição comum era a noção de que diferentes padrões sociais podem se desenvolver sob as mesmas circunstâncias estruturais. A significação teórica geral dessa pressuposição para o estudo das mudanças agrárias foi apenas demonstrada em trabalhos posteriores (ver, por exemplo, DeWalt, 1979, p. 9-22; Bennett, 1980; Long, 1984; Ploeg, 1990). A questão central aqui, como DeWalt defende no seu estudo de um *ejido* mexicano, é conseguir explicar como

[...] a variação intra-cultural nas estratégias adaptativas de produção dessas pessoas constitui, de fato, um corpo de possibilidades comportamentais (Pelto e Pelto, 1975, p. 14). Algumas dessas possibilidades se tornarão mais generalizadas nos próximos anos, outras irão desaparecer completamente e outras ainda continuarão a atrair uma minoria de adeptos (DeWalt, 1979, p. 268-269).

Por conseguinte, uma das tarefas do pesquisador continua sendo a de investigar as causas desses padrões diferenciais e identificar suas consequências organizacionais e outras.

O desenvolvimento agrário é um processo multifacetado, complexo e contraditório que confronta o pesquisador com diversas questões complicadas, sendo uma delas como relacionar a heterogeneidade com o problema da agregação e como lidar com as relações micro-macro.

No nosso programa de pesquisa da Universidade Agrícola de Wageningen, temos tentado abordar alguns destes problemas metodológicos ao longo dos anos.

A busca pela compreensão da heterogeneidade é uma característica-chave de nosso trabalho. Porém, esse trabalho não analisa a variação como um desvio de um determinado modelo médio, ótimo ou genérico, baseado nos princípios do mercado (como encontramos na microeconomia, por exemplo, de Bennett e Kanel, 1983, p. 217-231, e nas teorias neomarxistas, por exemplo, de Friedmann, 1981; Gibbon e Neocosmos, 1985; Bernstein, 1986) ou em outros critérios normativos (como no estrutural-funcionalismo; para uma crítica, ver Velsen, 1964). Nestas abordagens padronizadas, pressupõe-se que tais modelos constituem um padrão de medida para explicar (seria preferível dizer “eliminar”) as exceções. Uma perspectiva orientada aos atores, pelo contrário, parte do pressuposto de que diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas. Isto é, os agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola. Muitas vezes esses projetos (que acarretam modelos de ação) são, de certo modo, respostas a outros projetos formulados, por exemplo, por agências estatais ou de agronegócio. O resultado desta gama de práticas reflete-se na impressionante heterogeneidade agrícola existente, que pode ser analisada em aglomerados de estilos específicos de agricultura (Hofstee, 1985; Ploeg, 1990), cada um sendo o *opus operatum* dos projetos dos agricultores.

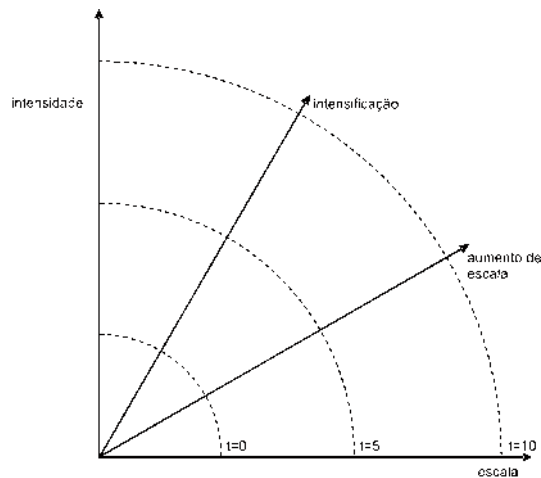


Figura 1: Diversidade de respostas entre agricultores familiares.

Fonte: Ploeg, 1986.

Um levantamento em larga escala realizado na Itália, cobrindo um período de dez anos, revelou que em regiões agrícolas homogêneas onde existiam as mesmas condições gerais eco-

nômicas, institucionais, tecnológicas e ecológicas houve um aumento na diversidade entre agricultores familiares. Conforme indica a Figura 1 (considerando a relação entre escala e intensidade), algumas unidades de agricultores familiares sofreram um processo persistente de intensificação continuada (e, em grande medida, autosustentável), enquanto outras, operando precisamente sob as mesmas condições objetivas, tenderam em direção a um aumento gradual em escala e relativa extensificação. A explicação dessas diferenças marcantes através das abordagens convencionais da análise da estrutura agrária não foi satisfatória (ver Ploeg, 1986). Assim, a explicação mais convincente foi encontrada na ação estratégica e centrada em objetivos dos agricultores, nas suas respostas organizacionais às circunstâncias do cotidiano e na rede de relações que eles e outros atores construíram entre suas empresas agrícolas, mercados e agências de mercado. Aos níveis elevados de mercantilização e institucionalização foi associada uma tendência para a expansão em escala, enquanto graus mais elevados de autonomia *vis-à-vis* o ambiente econômico e institucional foram relacionados com a intensificação da produção agrícola baseada principalmente em um aumento na quantidade e qualidade do trabalho agrícola. Por conseguinte, os fatores decisivos não foram os mercados em si nem as instituições que se impunham sobre as empresas agrícolas, mas sim as inter-relações múltiplas e altamente variáveis estabelecidas entre os agricultores e seu ambiente econômico e institucional. Tais relações de produção “estendidas” não poderiam ser vistas como um conjunto desmembrado de condições externas, já que elas eram consequências das interações e lutas contínuas ocorrendo entre os atores específicos envolvidos.

Estilos de agricultura e lutas de classificação

As pesquisas sobre a atividade leiteira holandesa destacam outro ponto importante. Esse ponto consiste no fato de a articulação da unidade agrícola com o ambiente político-econômico não poder ser compreendida dentro de uma estruturação metodológico-individualista, que conceitua os agricultores como tomadores de decisão independentes, nem num enquadramento estruturalista, que dá prioridade à forma como as forças externas moldam a prática agrícola. Quando confrontados com questões de escala e intensidade, os agricultores são capazes – quando solicitados a fazê-lo – de explicar as distinções sociais que usam para dar sentido às muitas diferenças que percebem nas práticas agrícolas locais. A representação dessas interpretações em ‘mapas sociais’ cognitivos nos ajuda a visualizar diferentes estilos de agricultura, aos quais são atribuídas posições relativas e dadas categorizações verbais específicas (Figura 2). Este mapa social evoca os primeiros e conhecidos trabalhos de Bennett (1980, p. 210-216), mas com uma diferença principal. Enquanto as classificações da população apresentadas por Bennett (1980, p. 214) incluíam um ‘eixo de valor de competências’ diagonal, em que o canto superior direito da matriz tinha valor positivo e o canto inferior esquerdo negativo, essa ordem normativa não existia nas classificações dos produtores de leite holandeses, sugerindo que eles consideravam que cada estilo era igualmente válido como modelo de prática agrícola.

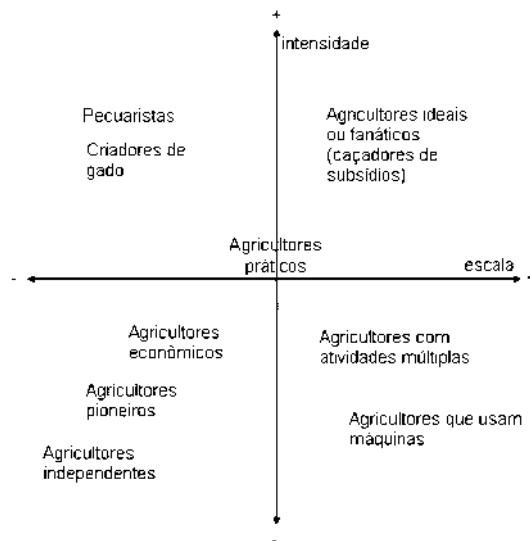


Figura 2: Mapa social dos estilos de agricultura

Fonte: Derivado dos estudos sobre a atividade leiteira em Veenweiden e Achterhoek na Holanda (Ploeg e Roep, 1990; Roep *et al.*, 1991).

Isto não implica, é claro, a negação de que estão acontecendo batalhas (abertamente ou de forma indireta e implícita) para fazer avançar interesses sociais e imagens particulares (o que Bourdieu, 1984, p. 479-484, chama de ‘lutas de classificação’).

Mais propriamente, não existe simplesmente um consenso sobre “a melhor forma de praticar agricultura”: a maioria dos agricultores está convencida de que todos os estilos de agricultura são legítimos e podem gerar uma boa renda e perspectivas de longo-prazo. Eles também salientam que são, sobretudo, as políticas estatais que são críticas para o futuro da agricultura em geral e de suas propriedades em particular, e que os pontos principais de debate e de luta são: em primeiro lugar, como organizar o mercado de forma a torná-lo em um conjunto de oportunidades econômicas; em segundo lugar, como controlar o desenvolvimento tecnológico, necessariamente envolvendo projetos que se ajustem melhor a estilos particulares de agricultura; e, em terceiro lugar, como desenvolver legislação (incluindo distribuições específicas de direitos, benefícios, sanções e restrições). Ou seja, os agricultores estão preocupados com questões relacionadas com as inter-relações, ajustes e conflitos que surgem entre seus projetos e os projetos do estado. Por isso eles se questionam acerca de coisas como: quais são os projetos agrícolas que melhor correspondem aos planos do governo? Será que a organização dos mercados, o desenvolvimento tecnológico e a legislação continuarão a ter como pivô central o autodefinido “agricultor ideal”, ou será que irá surgir alguma diferenciação que crie espaço de manobra para os “agricultores que inovam” e os “agricultores que economizam”, cujos padrões de desenvolvimento agrário são mais compatíveis com considerações ecológicas e de preservação da paisagem?

Estas são as questões em jogo para os agricultores e organizações de agricultores. Não é necessário dizer que as agências estatais e seu pessoal se engajam em lutas de classificação similares na tentativa de promover suas próprias definições e projetos. As agências estatais tendem a ser fortemente ligadas aos princípios da tendência econômica agrária predominante, assim como ao tecnocentrismo, realizando projeções unilineares sobre parâmetros externos, tais como a expansão do mercado, a competitividade, o progresso tecnológico, o aumento em escala e a redução de custos.¹³ A partir disso, essas agências criam o modelo da “unidade agrícola de vanguarda”, geralmente identificada com a empresa moderna, de larga escala e altamente intensificada, correspondendo estreitamente à categoria dos “agricultores ideais”, criada pelos agricultores. Durante as últimas décadas, esse modelo tornou-se o padrão normativo para conceber políticas agrárias e para elaborar esquemas de classificação correntes nas agências estatais da Holanda. De acordo com esse esquema, as unidades de vanguarda são seguidas por “unidades agrícolas médias” (que se presume estarem em um ponto intermediário do mesmo caminho de crescimento das de vanguarda) e um grupo amorfo das chamadas “pequenas unidades agrícolas”.

Apesar de não podermos entrar em detalhes aqui, os esquemas de classificação aplicados pelas agências estatais se inter-relacionam de formas específicas com vários projetos de agricultores, enquanto a natureza destas relações se torna, cada vez mais, um objeto de debate e luta. Os esquemas de classificação usados pelas agências estatais, que o agronegócio também adota para seus próprios propósitos, constituem grades para a alocação de recursos aos diferentes tipos de unidades agrícolas. Através de um exercício considerável de poder – especialmente quando seus projetos convergem e se reforçam uns aos outros – as agências estatais e os grupos de agronegócio afinam recursos de forma a ajustá-los positivamente aos padrões ou estilos de agricultura que eles desejam promover. Desta forma, os esquemas de classificação específicos promovidos pelo estado e pelo agronegócio (frequentemente apoiados pelas ciências agrárias) são transformados em projetos sociopolíticos ou político-econômicos que pretendem organizar a prática agrícola, as relações internas entre unidades agrícolas e empresas (De Rooij, 1992) e a relação entre as empresas agrícolas e os mercados e instituições externas.

Esses projetos, que implicam distribuições específicas de potencialidades e restrições (econômicas, legais, tecnológicas e socioculturais) – têm um impacto inegável na população agrícola. Especialmente em retrospecto, eles parecem tão fortes que são frequentemente elevados a ou materializados em estruturas *sui generis*. Portanto, os projetos das agências estatais e de agronegócio são garantidos (e/ou interpretados como uma expressão de processos universais) e os mecanismos através dos quais eles operam são definidos como representando um *modus operandi* com o poder de determinar ou moldar a prática agrícola. Assim se estabelece uma ligação direta entre “estrutura” e “conduta”, política e resultados, sendo obscurecida a questão importante de que as “estruturas” particulares de fato compreendem (isto é, são totalmente produzidas e reproduzidas através de) a interconexão entre projetos e práticas específicas.

¹³ É claro que isto não implica que se possa atribuir um projeto uniforme ao estado ou a agências particulares do estado. Os representantes do governo tentam defender seus próprios interesses políticos ou pessoais e adotam, frequentemente, um pragmatismo que pretende se adequar a representantes e instituições concorrentes, a interesses de agricultores ou a circunstâncias locais. Por isso, é importante enfatizar a natureza altamente diferenciada e complexa da prática e do discurso administrativo (ver Arce, Villarreal e De Vries, 1994).

Isto levanta a seguinte questão importante: será que estas relações e mecanismos ativamente construídos (erroneamente representados como estruturas *sui generis*) realmente funcionam como um modelo? Isto é, eles realmente moldam de uma maneira determinada e inevitável a prática agrícola?

Evidentemente a resposta é não. Os padrões empíricos na agricultura não podem ser reduzidos a um núcleo estruturalmente determinado e rígido, com “resquícios arcaicos” específicos que continuam a induzir a desvios de segunda ordem. A heterogeneidade na agricultura implica não só a adoção ou aplicação de modelos agrícolas propostos pelo estado e por outras agências intervenientes, mas também uma ampla gama de modificações, transformações, reações e alternativas ativamente geradas, como ilustra a Figura 2. Estas modificações e reações, assim como a busca de novas estratégias, emergem a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam.

Dessa interação extremamente complexa entre estratégias sociais surgem conjuntos particulares de relações e propriedades emergentes que, em contrapartida, se tornam pontos importantes de orientação e de definição de limites para os atores envolvidos. Estas características emergentes definem elementos das arenas em que são articulados projetos específicos e, através dessa articulação, elas moldam o desenvolvimento continuado dos próprios projetos.¹⁴ Este efeito modelador não deve ser considerado uniforme,¹⁵ e nem carrega em si uma lógica intrínseca própria. Ao invés, ele implica a existência de descontinuidades que geram uma variedade de formas sociais e culturais (Barth, 1981, p. 129-130).¹⁶ Acreditamos que é aqui que reside a significância da análise de interfaces (Long, 1989, p. 221-243; ver também Hawkins, 1991, p. 279, sobre redes de interface).

¹⁴ Apesar de nosso argumento ser desenvolvido aqui em relação ao desenvolvimento agrário e aos estilos de agricultura, a ideia de projetos inter-relacionados é implícita em um estudo anterior de Long e Roberts (1984; ver também Long, 1980) sobre processos de desenvolvimento regional nas terras altas do Peru. Em contraste com os trabalhos prévios sobre estruturas regionais que definiam regiões consoante determinados padrões geográficos, econômicos e de mercado e/ou critérios administrativos, este estudo peruano procurou documentar as inter-relações dinâmicas entre diferentes setores de produção e entre diferentes grupos de interesse – camponeses, mineradores, empreendedores de pequeno porte, migrantes urbanos, gerentes de empresas, burocratas de estado e políticos de aldeias ou cidades rurais – de forma a compreender os padrões de desenvolvimento e identidade regional. O “sistema de produção local” baseado na extração mineira – uma abreviação para o complexo e variado conjunto de ligações que emergiram como uma consequência das lutas e negociações que ocorreram entre os diversos atores sociais envolvidos – era visto em distintas localizações sociais e em diferentes períodos históricos, e a forma que tomou foi apenas parcialmente moldada pelas ações dos “poderosos” enclaves extrativistas. Com efeito, certos grupos locais foram capazes de deter o enclave e desenvolver “projetos” que afetaram significativamente as estratégias e políticas promovidas pelo estado e pela companhia de mineração. Por conseguinte, a noção de um sistema regional baseado na indústria extrativista serviu para descrever os conjuntos emergentes, altamente diferenciados e constantemente renegociados de projetos interligados envolvendo todos os atores diretamente ou indiretamente ligados ao setor extrativo.

¹⁵ Esse padrão diferenciado é altamente variável e flexível: assim que emergem novas interfaces negociadas, novos conjuntos de propriedades emergentes passam a existir.

¹⁶ De acordo com Barth, as formas sociais “agregadas” (isto é, encontros, interações e interfaces sociais) resultam da capacidade gerativa dos atores de concordar ou discordar sobre o que é relevante em uma ocasião particular e, através disso, definir ou redefinir uma dada situação através das estratégias e modelos interpretativos que adotam.

Portanto, não são apenas o estado e os agentes de agronegócio (descritos como macroatores de acordo com Mouzelis, 1991, p. 38) que desenvolvem, promovem e tentam realizar seus projetos específicos. O mesmo ocorre, evidentemente, como enfatizamos acima, entre aqueles que, de uma perspectiva estruturalista, são considerados os mais negativamente afetados ou “marginalizados” pelos ditos macroatores. Os diferentes estilos de agricultura representam vários projetos de agricultores construídos de forma diferente. A antecipação de o que os outros atores podem fazer é um elemento central e estratégico nestes projetos. Ou seja, toda a gama de estilos, tal como são concretizados em um contexto particular, constitui um tipo de repertório cultural composto de uma variedade de respostas potenciais a tendências e mudanças nos mercados, na tecnologia e na política. Os projetos dos agricultores não são simplesmente reações àqueles que são, à primeira vista, impostos por atores externos mais poderosos. Eles são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam e/ou contrapõem.

É precisamente neste ponto que a questão do poder entra na análise. O poder é, de fato, intrínseco à elaboração, adaptação e reprodução de projetos, e é um elemento crucial na ação estratégica. Os projetos se consolidam ao longo de duas dimensões essenciais – a cognitiva e a organizacional. Além disso, é no processo de formação de coligações ou de distanciamento do projeto próprio relativamente ao dos outros que as relações de poder se tornam críticas.

Essas conclusões nos levam a propor um repensar da noção de estrutura de acordo com as linhas sugeridas por Berger e Luckmann (1967, p. 48), que especificam que as formas estruturais relevantes podem ser identificadas no encontro complexo dos projetos (ou o que eles chamam de “tipificações sociais”) e nos padrões variáveis de interação ativamente estabelecidos entre os atores envolvidos.¹⁷ Vamos ilustrar esta afirmação com o exemplo da agricultura europeia, onde praticamente todas as unidades de produção, reprodução e consumo são baseadas numa tensão cuidadosamente administrada entre, por um lado, recursos controlados e reproduzidos de forma relativamente autônoma e, por outro lado, recursos derivados de mercados externos e, conseqüentemente, pelo menos parcialmente controlados por agências de mercado.

Esta tensão não só implica um “reservatório de possibilidades comportamentais”, mas também o gerenciamento estratégico de recursos que permitem aos agricultores escolher entre alinhar ou distanciar seus projetos particulares daqueles propagados pelas instituições do estado e pelo agronegócio. Ou seja, os projetos e práticas dos agricultores, representantes do estado e agentes de agronegócio podem se inter-relacionar de maneiras variadas – tanto nas conceituações que suportam os projetos como na sua aprovação. Na verdade, é através dessas

¹⁷ Esta definição pode sofrer a mesma crítica que Mouzelis (1991, p. 74) faz da formulação original de Berger e Luckman, ou seja, que ela “negligencia os aspectos hierárquicos da sociedade”. Porém, nós nos opomos fortemente a uma hierarquização fixada ou *a priori* de atores e agências macro *versus* micro. Apesar de o estado e seus grupos “dominantes” serem quase sempre capazes de impor seus modelos aos outros, em outras ocasiões, os membros da dita “classe grosseira” são capazes de abolir esses modelos ou de criar espaço de manobra para implantar seus próprios modelos. A questão só pode ser resolvida através de uma análise de quem precisamente emerge como ator influente em arenas particulares de luta. Não existem motivos, sejam eles quais forem, para um tipo de identificação ontológica e *a priori* de “hierarquias” ou “estruturas”, uma vez que, à medida que elas mesmas se manifestam como categorias relevantes para análise, elas têm necessariamente de surgir de uma compreensão das formas intrincadas em que os projetos dos atores interligam-se – um ponto que Mouzelis (1991, p. 32-33) acaba por reconhecer indiretamente através dos exemplos que apresenta.

inter-relações altamente variáveis entre projetos que a agência se manifesta (como argumentamos antes, a agência simboliza a capacidade de organizar relações sociais de tal forma que um estado pré-existente de acontecimentos ou curso de eventos é alterado). É através dessas inter-relações que projetos particulares se tornam efetivos e múltiplas formas sociais são produzidas, reproduzidas e transformadas.

Usando as denominações sociais corriqueiras, delineadas na Figura 2, seria possível desenvolver detalhadamente as formas específicas como os projetos dos agricultores e de outros atores se inter-relacionam na agricultura holandesa. Porém, é suficiente fornecer apenas algumas observações neste capítulo (para detalhes, ver Roep *et al.*, 1991).

Os agricultores “ideais” ou “fanáticos” tendem a alinhar seus projetos particulares com aqueles propagados pelas agências estatais e com os interesses do agronegócio. Isso significa, em grande parte, que eles internalizam as visões expressas por estes atores. Isso se reflete claramente nos parâmetros usados para o planejamento e avaliação dentro da unidade agrícola e também em suas práticas agrícolas, que são administradas para atingir altos níveis de intensidade e ampliação em escala. Um conceito congruente com este forte envolvimento em projetos externos é o conceito popular de “caçadores de subsídios”, uma etiqueta frequentemente aplicada por outros agricultores.

Este tipo de alinhamentos externos gera um padrão de necessidades e requisitos no interior da empresa agrícola. A dependência de financiamento externo, levando ao endividamento, e a dependência de várias formas de gerenciamento e conselhos especializados (sobre raças de gado, por exemplo) estimulam esses agricultores a expandir-se continuamente ao longo de linhas específicas, as quais, no final, simplesmente reconfirmam relações e práticas agrícolas já estabelecidas – embora cada unidade agrícola represente em si mesma um conjunto específico de respostas adaptativas. Por conseguinte, os agricultores ideais não devem ser vistos simplesmente como prisioneiros de uma estrutura externa. Eles entram em uma cadeia de decisões que os conduz a conjuntos específicos de relações sociais de produção e os leva a seguir lógicas particulares de agricultura. Quando “capturados”, eles são capturados pelos projetos específicos que eles mesmos criaram e pela maneira como ligaram seus próprios projetos àqueles de outros atores.

O mesmo vale para os agricultores com atividades múltiplas, os independentes, os criadores de gado e assim por diante, os quais, ao contrário dos agricultores ideais, distanciam ativamente seus projetos do discurso e das estratégias das agências estatais e do agronegócio. Eles organizam suas relações com os mercados, com o desenvolvimento tecnológico e com a política agrária em formas que se diferenciam claramente dos padrões encontrados entre os seus colegas fanáticos. Em um nível material, o entrelaçamento com os mercados – refletindo níveis diferenciados de mercantilização – é visivelmente diferente (isto é, menos sistematizado). O mesmo acontece com o uso que eles fazem das diferentes formas de trocas socialmente reguladas e com a mobilização de recursos, assim como com a busca por e uma realização ativa de modos alternativos de agricultura.

Em suma, a existência de estilos de agricultura de uma grande variedade em um contexto comum aponta para a necessidade de reconhecer “realidades múltiplas” em que estão imersas e simultaneamente reproduzem e transformam suas próprias “estruturas” específicas, cada um sendo o resultado da ligação ativa ou distanciamento entre diferentes projetos e práticas.

A questão da causalidade e das externalidades

Apesar de ser possível identificar inter-relações claras entre estilos de agricultura e conjuntos específicos de relações sociais de produção, continua sendo impossível construir padrões de causa unilineares, a partir dos quais esses estilos surjam como “efeitos” diretos de “causas” específicas. Tomemos o exemplo da mercantilização, a qual é claramente ligada tanto à direção como ao ritmo do crescimento ao nível da empresa agrícola (Long *et al.*, 1986).

Com níveis elevados de mercantilização e à medida que as relações de mercado e de preços penetram profundamente no núcleo do processo de produção, os objetos do trabalho, os instrumentos e a força de trabalho surgem cada vez mais como mercadorias no próprio processo de trabalho. Portanto, a dependência de mercados se torna um fenômeno empírico. O desenvolvimento de unidades agrícolas altamente mercantilizadas não só é condicionado pelas relações de mercado, como também emerge de forma imediata e aparente como determinado por essas relações. Ou seja, os estilos específicos são certamente baseados em uma lógica de mercado. Mas será que isso implica que o mercado deva ser compreendido como a causa destes estilos específicos? E estes estilos devem ser compreendidos como produtos unilineares desses mercados? Evidentemente que não, pois ao lado destes “agricultores ideais” altamente mercantilizados existem outros estilos de agricultura baseados numa maior autonomia *vis-à-vis* o mercado (Ploeg, 1986 e 1990).

Por conseguinte, em um dado contexto econômico, é provável encontrar estilos muito diferentes de agricultura, alguns deles fortemente ligados aos mercados e outros suficientemente longe deles para permitir um espaço de manobra considerável. Desta forma, os mercados em si não podem ser compreendidos como fatores de causa que explicam as particularidades da prática agrícola. Ademais, um aumento ou diminuição do grau de mercantilização na unidade agrícola raramente pode ser visto como uma “consequência não intencional”, muito menos como o resultado cego de forças econômicas extremamente intensas. As relações de mercado são, no mínimo, mediadas, se não mesmo ativamente planejadas e construídas, pelos próprios atores. Alguns agricultores distanciam efetivamente seus processos de trabalho do mercado e outros se engajam nele, desenvolvendo o que Ranger (1985) denominou de “automercantilização”. Isto é, as próprias ditas relações causais são ativamente construídas pelos agricultores de forma a que correspondam a estilos de agricultura particulares.

Portanto, a explicação para práticas sociais e estilos de agricultura específicos recai inevitavelmente sobre a análise dessas próprias práticas. A prática social não tem um *explanandum* claramente distinto, nem constitui em si mesma uma simples *explanans*. Na agricultura, os dois se fundem: um estilo de agricultura é, no fim, seu próprio *explanans*. É um *modus operandi* socialmente construído e, simultaneamente, o *opus operatum*.

O mesmo se aplica à tecnologia e a outras relações sociais de produção possíveis. A tecnologia introduzida pode ser considerada, e por isso tratada, como um modelo de reorganização contínua da agricultura, de forma que a última corresponda aos pressupostos e requisitos implícitos no design tecnológico. Porém, ela pode igualmente ser desconstruída para poder ser combinada seletivamente com outros elementos mais locais, de forma a se encaixar melhor num determinado estilo de agricultura (ao invés da reorganização da prática agrícola de forma a melhor se encaixar com as novas tecnologias).

Gostaríamos de enfatizar que a discussão anterior não pretende sugerir que os mercados, as instituições do estado, a tecnologia, a ecologia e outras ditas externalidades sejam irrelevantes para a análise da prática agrícola e para a heterogeneidade nela implícita. O ponto que pretendemos salientar é apenas que tais fatores não são relevantes como “determinantes” ou causas. Mais precisamente, isso depende de eles serem considerados limites autoevidentes além dos quais a ação é vista como inconcebível, ou limites que são alvo de negociação, reconsideração, sabotagem e/ou mudança, isto é, barreiras que devem ser movidas (Bourdieu, 1984, p. 480). Uma das principais complicações é que a tradução dos parâmetros econômicos, institucionais e tecnológicos em formas específicas de desenvolvimento das empresas agrícolas é cada vez mais objeto de intervenções que pretendem representar esses parâmetros externos como limites verdadeiramente autoevidentes e internalizados. Isto é, esses parâmetros são identificados e representados como estruturas orientadoras, se não mesmo coercivas, que são parte do jogo e que estão ligadas (diretamente ou indiretamente) a interesses e projetos específicos.

É neste ponto que as ciências agrárias e as ciências sociais possuem um papel crucial. As ciências agrárias, por exemplo, não se ocupam mais (como era o caso da agronomia tradicional) com o conhecimento da produção agrícola em todas as suas vertentes empíricas. Ao invés disso, essas ciências (incluindo a sociologia rural) se identificam cada vez mais com as ciências tecnológicas. Elas se envolvem na produção de um fluxo contínuo de modelos que indicam como a agricultura deveria ser (re)organizada, enquanto, ao mesmo tempo, demonstram uma ignorância crônica (e deslegitimação) sobre a agricultura como prática social altamente diversificada e sobre os modelos empíricos, agrônômicos e técnicos específicos que a acompanham. Isso torna as ciências agrárias uma das forças mais importantes no campo da prática agrícola. É através dessas ciências que novas práticas são apresentadas e legitimadas como a única forma correta de praticar agricultura, levando a que outras práticas sejam consideradas menos científicas. É isso que acontece especialmente nos casos em que as concepções científicas são adotadas por agências de desenvolvimento (por exemplo, pela indústria, pelo estado nacional e pela comunidade europeia) como diretrizes para as suas ações específicas.

Desconstruindo a intervenção planejada

Como referimos na discussão anterior, os “projetos” específicos (usando o termo no sentido mais amplo de modelos para ação) das agências estatais têm frequentemente um papel crucial nos processos de desenvolvimento. Esses projetos são caracterizados em muitos estudos como as expressões estruturais das relações de classe, da lógica da acumulação ou de relações entre o estado e os camponeses. Consideramos essas interpretações extremamente simplistas, e defendemos que a noção de intervenção planejada necessita de uma desconstrução de forma que seja vista tal como é – ou seja, um processo contínuo, construído e negociado socialmente, e não simplesmente a execução de um plano de ação já especificado com resultados esperados (Long e Ploeg, 1989). Além disso, não se deve pressupor a existência de um processo *top-down* como é normalmente sugerido, porque as iniciativas tanto podem vir de baixo como de cima.

Por conseguinte, defendemos que o enfoque deve ser dado às *práticas* de intervenção criadas pela interação entre os vários participantes, ao invés de simplesmente aos *modelos* de

intervenção, que correspondem às construções tipicamente ideais que os planejadores ou seus clientes possuem sobre o processo. O uso da noção de práticas de intervenção permite um enfoque nas formas de interação, procedimentos, estratégias práticas e tipos de discurso e categorias culturais emergentes, que são presentes em contextos específicos. O problema central para análise é entender os processos através dos quais as intervenções externas entram na vida dos indivíduos e grupos afetados, assim se tornando parte dos recursos e restrições das estratégias sociais que esses grupos e indivíduos desenvolvem. Desta forma, os fatores externos se tornam internalizados e geralmente significam coisas completamente diferentes para diferentes grupos de interesse ou para os diferentes atores individuais, sejam eles executantes, clientes ou espectadores.

Em 1986, iniciamos uma nova pesquisa de campo a fim de explorar algumas destas questões de intervenção. A pesquisa incidiu sobre a organização da irrigação, as estratégias dos atores e a intervenção planejada no México ocidental. Com ela, pretendemos contribuir para diversos campos de interesse prático e teórico: o desenvolvimento de uma abordagem de interface que analise os encontros entre os diferentes grupos e indivíduos envolvidos nos processos de intervenção planejada; o estudo de iniciativas camponesas e da forma como os atores locais (incluindo os representantes de “topo” do governo) procuram criar espaço de manobra para que consigam desenvolver seus próprios “projetos”;¹⁸ e o desenvolvimento de uma abordagem orientada aos atores para o estudo de problemas de irrigação e de gerenciamento de água.¹⁹

O projeto consistiu num esforço coordenado de equipes, que necessitou de investigações de campo detalhadas em diferentes localidades e arenas de ação. Para pesquisar estes temas de uma maneira integrada, adotamos uma metodologia orientada aos atores.²⁰ Essa metodologia teve certamente algumas implicações na forma como conceituamos as questões analíticas centrais. Em primeiro lugar, nós começamos por um interesse na organização da irrigação, e não nos sistemas de irrigação. Isso implicou uma preocupação em saber como os vários atores, ou partes, se organizavam em torno dos problemas de gerenciamento e distribuição de água. Tal procedimento implicou ir além da análise das propriedades físicas e técnicas dos diferentes sistemas de irrigação, para avaliar como os diferentes interesses, muitas vezes em conflito,

¹⁸ Ver Long (1989) para uma primeira exploração de questões de interface e a emergência de “projetos” a partir de baixo. Diversos capítulos são dedicados a casos mexicanos.

¹⁹ Além de Norman Long, a equipe de campo foi formada por Alberto Arce (especialista no estudo da burocracia agrícola), Dorien Brunt (estudioso da organização de agregados familiares, gênero e *ejido* – processo azteca pelo qual o governo retirava a terra das mãos privadas e a distribuía pelas pessoas da comunidade – na área da produção do açúcar), Humberto Gonzalez (investigador do papel dos empresários e empresas agrícolas mexicanas na agricultura de exportação), Elsa Guzman (analista da organização da produção de açúcar e as lutas que ocorreram entre os produtores de açúcar, o engenho e o governo), Gabriel Torres (interessado na organização social e na cultura de trabalhadores agrícolas), Magdalena Villarreal (encarregada da análise dos três tipos de grupos de mulheres e a questão da contraposição ao poder em uma comunidade *ejido*) e Pieter van der Zaag (responsável pela análise técnica e organizacional dos sistemas de irrigação). Depois de um período inicial de trabalho de campo, Lex Hoefsloot juntou-se ao grupo para desenvolver estudos socioeconômicos detalhados em uma área central do sistema de irrigação principal. Além disso, diversos estudantes holandeses e mexicanos contribuíram para o projeto. O trabalho foi bilateralmente financiado pela Wotro (Fundação Holandesa para o Desenvolvimento de Pesquisa nos Trópicos) e pela Fundação Ford.

²⁰ Ver Long (1989, p. 245-256) para uma lista dos tipos de estratégias de pesquisa e técnicas empregadas. Em Long e Long (1992) encontra-se uma discussão mais complexa da base teórica e metodológica de uma abordagem orientada aos atores para a etnografia.

procuravam controlar a distribuição de água ou garantir o acesso a ela e aos demais insumos da agricultura irrigada. Nesta perspectiva, a organização da irrigação surge como um conjunto de acordos sociais acertados entre as partes envolvidas, ao invés de simplesmente ditados pelo esquema físico e plano técnico, ou ainda pelas autoridades controladoras que construíram e possuem um papel importante na gestão do sistema. A organização da irrigação, portanto, não deve ser vista como um organograma ou esquema organizacional. Ela é constituída por um conjunto complexo de práticas sociais e modelos normativos e conceituais, formais e informais.

A segunda dimensão foi a questão das estratégias dos atores. Este conceito foi central para a nossa pesquisa porque nosso objetivo era interpretar a mudança agrícola e social como um resultado das lutas e negociações que ocorrem entre indivíduos e grupos com interesses sociais diferentes e, na maior parte das vezes, conflitantes. Como demonstramos nos exemplos europeus apresentados anteriormente, a estratégia é importante para a compreensão de como os produtores e outros habitantes rurais resolvem seus problemas de subsistência e organizam seus recursos. O conceito implica que os produtores e chefes de agregados familiares constroem ativamente, dentro dos limites que enfrentam, sua própria estruturação da organização da agricultura e da unidade familiar e suas próprias formas de lidar com as agências intervenientes. O mesmo acontece com os burocratas governamentais ou agentes empresariais: eles também procuram lidar organizacional e cognitivamente com o mundo em constante mudança à sua volta através do desenvolvimento de estratégias para perseguir vários objetivos pessoais e institucionais. O mesmo se aplica aos diaristas, embora no caso destes trabalhadores as restrições nas escolhas sejam mais severas.

A terceira questão explorada foi a natureza das intervenções planejadas. Essa questão cobria tanto as intervenções formalmente organizadas entre agências e estado como as companhias e empresas que procuravam organizar e controlar a produção e a comercialização de produtos agrícolas-chave. Como indicamos acima, este caminho de pesquisa salientou a importância de olhar as interações que aconteciam entre grupos locais e atores intervenientes. A intervenção é um processo transformacional contínuo constantemente reformulado pela sua própria dinâmica política e organizacional interna e pelas condições específicas que encontra ou que ela mesma cria, incluindo as respostas e estratégias de grupos locais e regionais, que podem lutar para definir e defender seus próprios espaços sociais, limites culturais e suas posições dentro do campo de poder mais vasto.

Este tipo de abordagem teórica envolve a compreensão de um fenômeno social mais amplo, porque muitas das escolhas identificadas e projetos desenvolvidos por estes indivíduos ou grupos terão sido moldados por processos externos aos seus campos imediatos de interação. No entanto, esta abordagem rejeita as noções causativas simples, tais como a lógica da mercantilização, a hegemonia do poder do estado, a subordinação do campesinato e a primazia das leis do desenvolvimento capitalista – e talvez até a própria noção de mercado.

Sobre heterogeneidade, “projetos” e o conceito de estrutura

Os projetos dos atores são realizados em arenas específicas, tais como aquelas formadas por relações com o mercado, entre Estado e camponeses, agronegócio e camponeses ou entre

agricultores e representantes de agricultores. Isto é, cada projeto é articulado com os projetos, interesses e perspectivas de outros atores. Tal articulação é estratégica no sentido em que os atores envolvidos irão tentar antecipar as reações e estratégias possíveis dos outros atores e agências. A criação de coligações e/ou o distanciamento de determinados atores *vis-à-vis* outros é uma parte intrínseca desta ação estratégica.

As várias arenas nas quais os interesses agrícolas são seguidos contêm o que Benvenuti (1991) caracteriza como quase-estruturas, tais como, por exemplo, uma estrutura centralmente regulada de relações mercantis ou redes particulares de agências estatais comandando o poder autoritário e de alocação. No entanto, o fato é que estas “estruturas”, como são normalmente chamadas, não são entidades desmembradas, nem têm um efeito estrutural uniforme e unilinear na prática agrícola.

Nas ciências sociais há uma forte tendência em equiparar a noção de estrutura com a de *explanans*, de forma que as estruturas são concebidas como conjuntos específicos de forças direcionadoras, as quais, segundo o postulado, “explicam” certos fenômenos. Esse método é, obviamente, justificado pela postulação da noção de um modo genérico abstrato ou de um conjunto de “condições normais”. Esperamos que não seja necessário referir que esse método é em essência inadequado (e ainda mais em tempos de agitação e mudança).

O que é necessário, portanto, é uma desconstrução completa da noção de estrutura. No entanto, sua reconstituição não pode ser realizada de forma isolada. Ela implica a explicitação das noções de agência (isto é, dos atores e seus projetos) e de heterogeneidade. Como referimos anteriormente, o primeiro requisito é um adeus definitivo à estrutura compreendida como *explanans*. Esse adeus é particularmente urgente nos casos em que a “estrutura” é vista como um conjunto de forças ou condições externas que definem e/ou regulam modos específicos de ação considerados obrigatórios ou necessários, enquanto outros modos são definidos como impossíveis (é neste aspecto que o determinismo é fundamentado).

Esta argumentação também se aplica a abordagens mais históricas que buscam um tipo de explicação estrutural situada no passado. A história nunca se relaciona de maneira unilinear ou uniforme com o presente e com o futuro. Como Kosik (1976) clarificou, essa relação é essencialmente dialética, envolvendo o possível e o real. A história sempre contém mais do que uma possibilidade, e o presente é a realização de somente uma delas. E o mesmo acontece com as inter-relações entre o presente e o futuro. O fato decisivo é o que Kosik chama de *praxis*, ou o que descrevemos como o processo pelo qual os projetos e as práticas dos atores se interligam e interagem para produzir formas ou propriedades emergentes. É através desta luta (que envolve tanto ações estratégicas quanto o recurso a um repertório de discursos e modos de argumentação) que certas possibilidades são excluídas e outras tornadas possíveis ou realizadas.

Tem sido argumentado que uma metodologia orientada aos atores negligencia as “relações sociais” e/ou o “cenário estrutural mais amplo”. Nós nos opomos com veemência a esse argumento. Como sugerido acima, rejeitamos a noção de estrutura como *explanans*. Essa noção de estrutura equivale a nada mais do que uma materialização daquelas que são consideradas “tendências centrais” e, logo que a heterogeneidade é introduzida na análise, esta “abordagem estrutural” desaparece. Por outro lado, é importante enfatizar que nossa crítica não implica a rejeição do significado das relações sociais de produção, nem do conceito de relações sociais de produção. Pelo contrário, nossa ênfase reside na questão de como essas relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. Em termos mais substanciais, uma

estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que, por um lado, resulta da inter-relação e/ou distanciamento entre vários projetos de atores, enquanto, por outro lado, funciona como um importante ponto de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação de projetos dos atores.

Esta forma de compreender a noção de estrutura como o produto da inter-relação, interação, distanciamento e transformação mútua contínua entre diferentes projetos de atores, não implica que a estrutura seja apenas conceituada como a agregação de microepisódios, situações ou projetos. Não faria qualquer sentido argumentar que o funcionamento de, por exemplo, mercados de *commodities* ou instituições econômicas capitalistas poderia ser, em geral, totalmente descrito ou caracterizado *unicamente* através da observação do comportamento de compradores e vendedores individuais, ou de capitalistas e financiadores internacionais tomados individualmente. Marx salienta, e com razão, a existência de certas condições estruturais que tornam possíveis os processos de produção e troca capitalista. No entanto, não faria igualmente sentido afirmar que o funcionamento desses mercados de *commodities* e instituições poderia ser caracterizado por negligenciar completamente os atores envolvidos. De fato, é somente através da interligação dos projetos específicos de atores (por exemplo, planos simultâneos de comprar e vender bens e serviços específicos) que um mercado de *commodities* como tal emerge e é reproduzido.

Para melhor suportar nossa argumentação, tomamos a liberdade de apresentar um exemplo recente. Nos anos anteriores a 1985, surgiu um grande e relativamente novo mercado de *commodities* na agricultura holandesa. Esse mercado consistia em uma série de projetos interligados – entre eles, um em que os agricultores se especializaram na produção de leite em grande escala (ávidos por externalizar a tarefa onerosa da reprodução animal), e um em que os agricultores de pequena escala, incapazes de competir em termos iguais para o volume da produção de leite, decidiram se especializar na produção de bezerros. Porém, o ano de 1985 marcou o fim da circulação de bezerros como mercadorias. Novas condições estabelecidas pela comunidade europeia para a distribuição e redução de cotas de leite fizeram com que os agricultores de grande escala reconsiderassem sua estratégia e usassem o espaço recém-criado para criar seus próprios bezerros. O mercado para bezerros acabou por entrar em colapso como consequência de uma desarticulação repentina destes diferentes projetos de agricultores.

Deixando de lado os detalhes, a conclusão crucial é que aquilo que à primeira vista parecia ser uma característica estável ou estrutural, baseada em um circuito específico de mercadorias, estava de fato dependente de projetos agrícolas altamente específicos e de sua interação. Portanto, os produtos dos atores não são, como se supunha, simplesmente enraizados em cenários estruturais definidos por circuitos de mercadorias, etc. Pelo contrário, é através da forma como se interligam que eles criam, reproduzem e transformam “estruturas” particulares.

Análise orientada aos atores, pesquisas participativas e intervenção

Gostaríamos de concluir com algumas considerações mais gerais sobre como uma perspectiva orientada aos atores se relaciona com discussões recentes sobre pesquisas partici-

pativas e intervenção (por exemplo, estratégias e metodologias *farmer-first*, e trabalhos sobre o conhecimento indígena ou local *vis-à-vis* o conhecimento científico).

Acreditamos que uma abordagem orientada aos atores tem implicações para a prática do desenvolvimento no sentido em que tem um papel de sensibilização a desempenhar *vis-à-vis* pesquisadores e executantes, sendo ambos também, é claro, importantes atores sociais. Essa abordagem visa oferecer um enquadramento conceitual flexível que englobe os processos de desenvolvimento – incluindo a intervenção planejada, mas não exclusivamente. No entanto, é importante enfatizar que uma abordagem orientada aos atores não é uma pesquisa-ação, mas uma abordagem teórica e metodológica para o entendimento de processos sociais. Esse tipo de abordagem está primariamente preocupado com a análise social, e não com a concepção ou gerenciamento de novos programas de intervenção. Seus conceitos analíticos orientadores são: agência e atores sociais; a noção de múltiplas realidades e arenas de luta onde visões do mundo e discursos diferentes se encontram; a ideia de encontros de interface e de interface em termos de descontinuidades de interesses, valores, conhecimentos e poder e heterogeneidade estrutural. Os conceitos relacionados incluem: estratégia e “projeto”; projetos interligados; estruturas intermediárias e diferenciadas; campos organizacionais; redes de conhecimento e de poder; e processos de negociação e ajuste. Implícita nesta perspectiva teórica está uma interpretação não linear e não determinista de processos tais como a mercantilização, a incorporação institucional e cientifização, e uma nova compreensão do conceito de “estrutura”.

Embora estejamos preocupados com os problemas e necessidades dos agricultores de pequena escala, como muitos outros pesquisadores e praticantes do desenvolvimento, uma abordagem orientada aos atores não deve, como defendemos, ser tomada como uma espécie de panaceia nova para amenizar a pobreza, as incertezas e as vulnerabilidades de grupos desfavorecidos. Por conseguinte, não se deve equiparar uma abordagem orientada aos atores a uma pesquisa-ação participativa nem traduzi-la como uma metodologia para aumentar a capacidade dos grupos locais de produzir demandas. No entanto, é útil identificar e explicar a natureza e o grau do espaço social e político associado aos diferentes tipos de ator social – não só aos camponeses pobres, e a outras populações ditas marginalizadas, mas também a proprietários de terras, comerciantes, técnicos de extensão e políticos. Pretendemos argumentar, portanto, que esta abordagem pode constituir uma estrutura conceitual útil a vários atores sociais, para que analisem suas próprias circunstâncias de vida e para que avaliem possíveis estratégias de ação. Assim, ela pode incentivar a uma determinada forma de pensamento sobre questões sociais e possibilidades de mudança – e acreditamos que essa forma é mais otimista do que os modelos convencionais de classe, dependência ou modernização.

Mas como todos os tipos de parafernália teórica, a abordagem orientada aos atores pode ser igualmente usada contra os pobres e fracos por aqueles em posições de influência ou autoridade. Por conseguinte, essa abordagem não deve ser alinhada, segundo Richards (1990), nem com o populismo de demanda nem com o de oferta, o primeiro envolvendo a promoção de interesses e demandas vindas de baixo, de grupos locais, e o último, envolvendo a ação dos cientistas progressivos, intelectuais e outros observadores externos (os peritos ou gestores do conhecimento), cuja missão é fortalecer o autoaperfeiçoamento e a autoorganização entre os pobres e fracos.

Uma abordagem orientada aos atores deve ser bem sucedida ou fracassar consoante seus resultados analíticos. Ela não deve ser julgada por qualquer postura ideológica ou parâmetro preexistente. Embora reconheça que homens e mulheres podem mudar seus mundos – isto é, criar espaço para suas próprias atividades e ideias – essa perspectiva não oferece uma receita para “acertar no desenvolvimento certo”. Na verdade, ela salienta o fato importante de que o discurso e a ação do desenvolvimento envolvem essencialmente uma luta pelas imagens de desenvolvimento e a boa sociedade. Portanto, é necessário enfatizar também que a pesquisa orientada aos atores não deve ser vista como apologista de estratégias econômicas neoliberais ou programas de ajuste estrutural. Ao invés, seus estudos devem desvendar a natureza imprevisível, estocástica, fragmentada e parcial da própria intervenção planejada. Os tipos particulares de intervenção (sejam baseados em uma estratégia ‘*top-down*’ ou ‘*bottom-up*’) devem ser integrados em um enquadramento de entendimento sociológico e histórico mais amplo, que identifique os atores, interesses, recursos, discursos e lutas cruciais nele envolvidos. Como enfatizamos acima, a intervenção planejada deve ser desconstruída para permitir um afastamento teórico em relação a certas ortodoxias e simplificações existentes envolvendo a natureza e tendências de mudança estrutural e de articulação entre diferentes mundos cotidianos.

Esse esforço também aponta para a necessidade de desenvolver uma sociologia do conhecimento orientada aos atores, relativamente a processos de desenvolvimento. Como sugerido acima, isso colocaria em questão as simples distinções dicotômicas existentes entre o conhecimento indígena/local e o científico. Essas distinções são problemáticas, segundo nosso entendimento, porque os estudos detalhados orientados aos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias externas e tecnologias de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas. O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve uma transformação ou tradução do conhecimento existente e uma fusão de horizontes (ou seja, a criação conjunta de conhecimento). Esse encontro também envolve a interpenetração dos mundos cotidianos e projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, políticos e cientistas. Acreditamos que um novo olhar teórico baseado em uma perspectiva orientada aos atores sobre estas questões inter-relacionadas de conhecimento, poder e agência pode revitalizar a sociologia do desenvolvimento.

Referências

- ARCE, A.; VILLARREAL, M.; DE VRIES, P. The social construction of rural development: discourses, practices and power. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development*. Harlow: Longman, 1994.
- ALAVI, H. Peasant classes and primordial loyalties. *Journal of Peasant Studies*, I (1), 1973.
- BARTH, F. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. I. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

- BENNETT, J. W. Management styles: a concept and a method for the analysis of family-operated agricultural enterprise. In: BARTLETT, P. F. (Ed.). *Agricultural decision making: anthropological contributions to rural development*. New York: Academic Press, 1980.
- BENNETT, J. W.; KANEL, D. Agricultural economics and economic anthropology: confrontation and accommodation. In: ORTIZ, S. (Ed.). *Economic anthropology: topics and theories*. New York: University Press of America, 1983.
- BENVENUTI, B. Geschriften over landbouw, structuur en technologie. *Wageningen Studies in Sociology*, Wageningen, n. 30, 1991.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*. London: Alien Lane/Penguin, 1967.
- BERNSTEIN, H. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: Journal of Cultural and Social Practice*, 20, dec. 1986.
- BOURDIEU, P. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- _____. Men and machines. In: KNORR-CETINA, K. D.; CICOUREL, A. V. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward and integration of micro and macro sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- _____. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- BULMER, M. *The uses of social research: social investigation in public policymaking*. London: Allen & Unwin, 1982.
- CLEGG, R. *Frameworks of power*. London: Sage, 1989.
- De ROOIJ, S. *Werk van de tweedesort: boerinnen in de Melkveehouderij*. Assen/Maastricht: van Gorcum, 1992.
- DEWALT, B. R. *Modernization in a Mexican ejido: a study in economic adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- ELWERT, G.; BIERSCHENK, T. (Ed.). Aid and development. Special issue, *Sociologia Ruralis*, XXVII (2), 1988.
- FARDON, R. (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.
- FOSTER-CARTER, A. Can we articulate 'articulation'? In: CLAMMER, J. (Ed.). *The new economic anthropology*. London: Macmillan, 1978.
- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock, 1972.
- FRIEDMANN, H. The family farm in advanced capitalism: outline of a theory of simple commodity production in agriculture. In: BULTEL, F. H.; MURPHY, T. (Ed.). *The political economy of agriculture in advanced industrial societies*. New York: University Press of America, 1981.
- GIBBON, P.; NEOCOSMOS, M. Some problems in the political economy of 'African socialism'. In: BERNSTEIN, H.; CAMPBELL, B. K. (Ed.). *Contradictions of accumulation in Africa: studies in economy and state*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- GIDDENS, A. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. London: Macmillan, 1979.

- _____. *The constitution of society: an outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GUDEMAN, S. *Economics as culture: models and metaphors of livelihood*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- HAWKINS, E. A. *Changing technologies: negotiating autonomy on Cheshire farms*. PhD thesis. South Bank Polytechnic, London, 1991.
- HINDESS, B. Actors and social relations. In: WADELL, M. I.; TURNER, S. P. (Ed.). *Sociological theory in transition*. Boston: Alien & Unwin, 1986.
- HIRST, P. Q. Constructed space and subject. In: FARDON, R.; (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.
- HOFSTEE, E. W. *Groningen van grasland naar bouwland, 1750-1938: een agrarisch economische ontwikkeling als problem van sociale verandering*. Wageningen: PUDOC, 1985.
- HYDEN, G. *Beyond Ujamaa in Tanzania: underdevelopment and an uncaptured peasantry*. London: Heinemann, 1980.
- DE JANVRY, A. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- KNORR-CETINA, K. D. The micro-sociological challenge of the macro-sociological: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, K. D.; CICOUREL, A. V. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro- and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- KOSIK, K. *Dialectics of the concrete: a study on problems of man and world*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976.
- LATOURET, B. The powers of association. In: LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, 1986.
- LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- LONG, N. *An introduction to the sociology of rural development*. London: Tavistock/Westview Press, 1977.
- _____. Mine-based regional economies: Andean examples, historical and contemporary. In: BANCK, G. A.; BUVE, R.; VROONHOVEN, L. van (Ed.). *State and region in Latin America: a workshop*. Amsterdam: Centre for Latin American Research and Documentation, 1980.
- _____. Creating space/or change: a perspective in the sociology of development. Inaugural lecture, Wageningen Agricultural University. Versão abreviada em *Sociologia Ruralis*, XXIV (3/4), 1984.
- _____. Sociological perspectives on agrarian development and state intervention. In: HALL, A.; MIDGLEY, J. (Ed.). *Development politics: sociological perspectives*. Manchester: Manchester University Press, 1988.
- _____. (Ed). Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development. *Wageningen Studies in Sociology*, Wageningen, 27, 1989.
- _____. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 49, 1990.

- LONG, N.; LONG, A. (Ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. New challenges in the sociology of rural development: a rejoinder to Peter Vandergeest. *Sociologia Ruralis*, XXVIII (1), 1988.
- _____. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, XXIX (3/4), 1989.
- _____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994.
- LONG, N.; ROBERTS, B. *Miners, peasants and entrepreneurs: regional development in the Central Highlands of Peru*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- LONG, N.; PLOEG, J. D.; CURTIN, C.; BOX, L. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986.
- MARX, K. The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte. In: MARX, K. *Selected works*. 2 vol. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962 (1852).
- MOORE, S. F. Law and social change: the semi-autonomous social field as an appropriate subject of study. *Law Society Review*, summer 1973.
- MOUZELIS, N. P. *Back to sociological theory: the construction of social orders*. London: Macmillan, 1991.
- PELTO, P. J.; PELTO, G. H. Infra-cultural diversity: some theoretical issues. *American Ethnologist*, 2, 1975.
- PLOEG, J. D. van der. *La ristrutturazione del lavoro agricolo*. Rome: La Reda, 1986.
- _____. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- PLOEG, J. D. van der; ROEP, D. *Bedrijfstijlen in de Zuidhollandse Veenweide-gobieden: nieuwe perspectieven voor belied en belangenliartiging*. Wageningen: Department of the Sociology of Rural Development, Wageningen Agricultural University, 1990.
- RANGER, T. *Peasant consciousness and guerrilla war in Zimbabwe*. London: James Currey, 1985.
- RICHARDS, P. Indigenous approaches to rural development: the agrarian populist tradition in West Africa. In: ALRIERI, M.; HECHT, S. (Ed.). *Agroecology and small farm development*. New York: CRC Press, 1990.
- ROEP, D.; PLOEG, J. D.; LEEUWIS, C. *Zicht op duurzaamheid en continuïteit, bedrijfstijlen in de Achterhoek*. Wageningen: Department of Sociology of Rural Development, Wageningen Agricultural University, 1991.
- SCHNEIDER, H. K. *Economic man: the anthropology of economics*. New York: Free Press, 1974.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SMITH, G. *Livelihood and resistance: peasants and the politics of land reforming Peru*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- SPITTLER, G. Administration in a peasant state. *Sociologia Ruralis*, XXIII (2), 1983.

STERN, S. J. New approaches to the study of peasant rebellion and consciousness: implications of the Andean experience. In: STERN, S. J. (Ed.). *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world, 18th to 20th centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

STRATHERN, M. Knowing power and being equivocal: three Melanesian contexts. In: FARDON, R. (Ed.). *Power and knowledge: anthropological and sociological approaches*. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1985.

VANDERGEEST, P. Commercialization and commoditization: a dialogue between perspectives. *Sociologia Ruralis*, XXVIII (1), 1988.

VELSEN, J. van. *The politics of kinship: a study in social manipulation among the lakeside Tonga*. Manchester: Manchester University Press, 1964.

Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência

Marilda Menezes
Edgard Malagodi

Introdução

O estudo de “práticas, processos e formas de organização que vem sendo utilizadas pelos agricultores familiares para construir alternativas viáveis e sustentáveis” (Schneider, 2007) coloca desafios que não são apenas de caráter empírico, mas também analítico e teórico. Isso decorre da própria forma como estas questões foram estudadas no passado: apreendidas a partir de paradigmas conceituais que centravam toda a análise em forças estruturais macroeconômicas, como o movimento e acumulação de capital, ou em concepções dos processos tecnológicos como movimentos universais (a modernização, a revolução verde), ou ainda em uma genérica concepção do desenvolvimento das forças produtivas (Long e Ploeg, 2011). Estas concepções teóricas deixaram pouco espaço para o debate sobre as práticas individuais e coletivas de reprodução, inovação e gestão, bem como sobre os laços grupais, familiares ou comunitários, formais ou informais, que se desenvolvem em conjunto com os processos produtivos.

Trata-se de laços que tanto tem uma dimensão local (como as trocas informais, as associações comunitárias e cooperativas), ou articulações mais amplas nos planos regional, estadual e nacional (como os sindicatos, polos sindicais, fóruns de entidades, etc.). Neste contexto surgem questões muito relevantes para entender a reprodução social e a inovação, como, por exemplo: *como podem as entidades dos produtores desenvolver uma maior capacidade de pressionar o Estado e ter acesso às políticas públicas com resultados mais eficientes?* Um outro conjunto de questões é avaliar como esse esforço de ação coletiva, bem como as respostas da ação do Estado repercutem na diversificação das economias locais e para o desenvolvimento rural? Em que medida as inovações, as formas de ação coletiva e do Estado constituem um “*novo modo* de organização produtiva e sócio-técnica” (Schneider, 2007), ou seja, uma nova forma de “desenvolvimento rural”, que pudesse ser avaliada como o despontar de novas “sementes” e “brotos” de uma nova paisagem rural, particularmente no campo da agricultura familiar camponesa? Entretanto, para perceber essa qualidade dos processos de mudança social no meio rural faz-se necessário uma metodologia sensível a estes processos que se desenvolvem na base. Assim, se impõe a questão: *como elaborar um arcabouço teórico capaz de apreender esses processos?* A questão não é nova, e vem sendo debatida nas últimas décadas pela Sociologia Rural e pela Sociologia do Desenvolvimento em muitos países, com destaque para a Inglaterra, França e EUA.

Em face da extensa e variada bibliografia existente é necessário fazer opções na recepção dos autores, mas, ao mesmo tempo, repensá-los a partir das indicações e demandas das próprias

pesquisas empíricas. Uma das alternativas é examinar os autores que, como Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg, tentaram conciliar as abordagens estruturais com a perspectiva teórica centrada no ator. Assim, trata-se de caracterizar a diferenciação dos atores e rede de atores, em cada situação da pesquisa empírica. Busca-se na metodologia da análise as particularidades históricas e culturais e as racionalidades dos atores envolvidos em uma rede de atores. No caso do presente artigo, interessa-nos compreender um ator social específico – os *camponeses*.

Em recente revisão sobre os estudos de campesinato, Ploeg identifica um ponto frágil na literatura que é o *não reconhecimento* do campesinato como *agente* ou como *ator*.¹ Isto teria acarretado consequências epistemológicas nem sempre intencionais, mas que resultam em uma imagem dos camponeses como vítimas passivas. Essa visão coloca-os como indivíduos subordinados em uma situação de dominação econômica, política e cultural. Deste modo, eles acabam sendo colocados em uma posição de fragilidade ou até mesmo determinados por uma impossibilidade de agir sobre suas próprias vidas. Esta visão teórico-metodológica tem influenciado uma tradição de estudos que tiveram como foco as condições precárias de acesso aos meios de produção, especialmente aos insumos técnicos de origem industrial (máquinas, equipamentos, defensivos químicos, etc.) ou as relações de exploração por parte de intermediários, industriais, grandes proprietários e do próprio Estado, tomando-as como relações naturais ou necessárias, inerentes a qualquer processo de produção.

Todavia, observa-se uma ausência de estudos que tomem em consideração as formas próprias de atuação dos camponeses nas relações de exploração e dominação em que estão envolvidos. Para isto, é necessária uma perspectiva metodológica que, reconhecendo sua posição de subordinação, considere a possibilidade de perguntar: *seriam os camponeses totalmente submissos?* Ou, ao contrário, *haveria eventualmente brechas de questionamento e atitudes de resistência às relações de exploração e dominação? Construiriam eles estratégias para buscar espaços de autonomia nos processos produtivos?* E, uma questão geral: *como explicar que essa categoria social, considerada dominada e subordinada às forças do desenvolvimento capitalista, persista no século XXI?* A busca de alternativas teórico-metodológicas capazes de responder a essas questões tem sido o desafio para vários pesquisadores da atualidade, desde meados do século passado.

Partindo, portanto, do debate proposto por Long e Ploeg sobre as noções de agente e ator, este texto propõe associar esse debate aos temas da autonomia e da resistência camponesa. Propõe-se uma discussão em três etapas. A primeira parte – a concepção de atores sociais – analisa a perspectiva de quatro autores: Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg à luz das contribuições de Edward P. Thompson e James C. Scott. A segunda parte – o conceito de economia moral e a autonomia dos camponeses – apresenta a perspectiva teórica do antropólogo e cientista político James Scott, que propõe o conceito de economia moral para compreender as estratégias de resistência e autonomia do campesinato. Já a terceira parte toma a resistência como constituinte do campesinato e examina-se a elaboração de Scott em diálogo com Ploeg sobre práticas cotidianas de resistência e sua relação com as estratégias de autonomia do campesinato.

¹ Ver a nota de rodapé 2.

A concepção de atores sociais

A teoria sociológica – clássica e contemporânea – tem como um de seus dilemas centrais a relação entre indivíduo e sociedade, ou entre atores e estrutura. Essa questão atravessa diversos temas e disciplinas das ciências sociais. Recentemente pesquisadores que se dedicam a estudos do campesinato, da agricultura e do desenvolvimento rural têm incluído essa questão na agenda do debate. Ploeg, por exemplo, localiza a importância de um paradigma orientado aos atores a partir de uma crítica a dois modelos centrais de desenvolvimento: à teoria da modernização e a teoria marxista estruturalista. Ambas as teorias reduziriam a autonomia das pessoas à força de grupos dominantes, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas (Long e Ploeg, 2011). Para usar uma imagem, para aquelas concepções, os atores apareciam como fantoches nas mãos de macroestruturas econômicas e políticas, entendidas como forças estruturais e determinantes da sociedade. A proposta destes autores, Ploeg e Long, é desenvolver uma perspectiva de análise orientada aos atores, ou seja, na qual os indivíduos e os grupos sociais devem ser apreendidos como “sujeitos ativos” na construção dos processos sociais em que estão envolvidos.

Reconhecem, portanto, que os atores sociais não apenas respondem a pressões e impulsos sociais determinados externamente, mas são participantes e sujeitos de um processo de construção e mudança social. Esta compreensão os aproxima da perspectiva teórica do historiador inglês Edward P. Thompson que, ao realizar a crítica às noções de totalidade através do conceito de modo de produção e do determinismo econômico, rejeita a perspectiva teórica do estruturalismo, especialmente na versão do marxista francês Louis Althusser. Este último, segundo Thompson, atribuiria um papel secundário à ação dos sujeitos sociais concretos, pensando-os como um mero resultado das determinações estruturais, apreendidas a partir do próprio conceito de modo de produção capitalista. Thompson, ao contrário, propõe uma metodologia de análise pela qual os homens e mulheres reais possam ser apreendidos como o centro da historicidade dos processos sociais. A noção de *experiência* é o caminho utilizado para a elaboração de sua proposta teórico-metodológica:

É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (Thompson, 1978, p. 182).

A ação histórica, que é simultaneamente humana e social, ocorre, segundo Thompson, em meio a escolhas, ou seja, decisões pessoais que estão referenciadas a valores, normas e atitudes, situadas em um contexto histórico determinado. Em Thompson se cristaliza assim a perspectiva metodológica em que os atores são apreendidos como sujeitos ativos na construção de suas ações, em vista de suas necessidades e interesses específicos, na relação com outros atores.

Long e Ploeg concluem que os atores sociais não podem ser vistos como *presenças vazias*, nem suas ações apreendidas como meros resultados de categorias estruturais construídas *a priori*, mas, ao contrário, devem ser apreendidos como:

[...] os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas (Long e Ploeg, 2011, p. 16).

Thompson não utiliza o termo *ator*, mas sim a noção de *sujeitos sociais* para se contrapor às perspectivas estruturalistas que acabam tornando invisível a ação de homens e mulheres concretos. No entanto, há aproximação analítica da noção de ator proposta por Long (1992):

[...] a essência de um paradigma centrado no ator é que seus conceitos são fundamentados nas experiências da vida cotidiana e na compreensão de homens e mulheres, sejam eles pobres, camponeses, empresários, burocratas governamentais ou pesquisadores (Long, 1992, p. 5; tradução própria).

No entanto, ao elaborarem teórica e metodologicamente a noção de ator, Long (1992), e Long e Ploeg (2011) introduzem uma outra categoria analítica, que é a de agente (*agency*).² Há duas compreensões sobre essa noção. A primeira é uma concepção geral de agente em que se atribui aos indivíduos a capacidade de processar a experiência social e de discernir caminhos em um quadro de limites de informações, incertezas e outros condicionamentos. Com base em Giddens (1984, p. 1-16), Long afirma:

Em termos gerais, a noção de *agency* (capacidade de agente) atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e buscar formas de lidar com a vida, mesmo sob as formas mais extremas de coerção. Considerando os limites de informação, incerteza e outros constrangimentos existentes (por exemplo, físico, normativo ou econômico-político), os atores sociais têm a capacidade de produzir conhecimento. Eles tentam solucionar problemas, aprendem como intervir no fluxo dos eventos sociais em torno deles e monitoram continuamente suas ações, observando como os outros reagem a seu comportamento e tomando nota das várias circunstâncias contingenciais (Long, 1992, p. 22-23).

Embora a noção de agente se corporifique nos indivíduos, esta não é atribuída unicamente a estes. Pois esta capacidade de agente é também o elemento constituinte das coletividades: grupos, categorias sociais, representantes de estado, organizações de igreja, por exemplo, apa-

² Diferentemente da tradução literal comumente usada de “agência”, que não é adequada para o português, traduzimos o termo inglês *agency* simplesmente por agente ou capacidade de agente. Diferentemente de “ator”, que tem uma acepção genérica, ser “agente” ou ter “capacidade de agente” significa possuir capacidade ou habilidade para influenciar e atuar sobre outros, ou seja, uma disposição ou capacidade de ação que faz de alguém ou de um grupo de atores um elemento atuante no contexto social específico, sendo, portanto, um atributo aplicável tanto a indivíduos como a grupos.

recem como forças capazes de agir nos eventos, processos sociais, relações entre os atores, etc. A concepção geral de “agente” ou de “capacidade de agente” assume como um *a priori* que todos os atores sociais, indivíduos ou coletividades, possuem, de alguma forma, certa capacidade e conhecimento para agirem nas mais diversas situações sociais. Embora Long reconheça essa capacidade de agente, a considera insuficiente para compreender como indivíduos, grupos, organizações, instituições possam se construir como atores sociais. Assim, propõe entender por *capacidade de agente* não a simples *posse* de certas habilidades, capacidades e poderes, mas a habilidade e capacidade de influenciar outros ou assumir um comando. Nos termos do autor:

Efetiva capacidade de agente, portanto, requer a organização das capacidades, e não é simplesmente o resultado de possuir certo poder persuasivo ou formas de carisma. A habilidade de influenciar outros ou orientar um comando (por exemplo, fazer com que outros aceitem uma mensagem específica de extensão agrícola) fundamenta-se nas ‘ações de uma cadeia de agentes em que cada um traduz’ de acordo com seus próprios projetos [...] e ‘poder é composto aqui e agora através do envolvimento de muitos atores em um esquema social e político dado’” (Latour, 1986, p. 264 *apud* Long, 1992, p. 23).

Vemos que Long apoia-se em Latour para construir uma concepção de agente que envolve a capacidade efetiva de influenciar outros atores em uma rede de atores. É essa noção de capacidade de agente que está no centro da definição de ator social para Long (1992) e Long e Ploeg (2011). O fragmento abaixo aparece em duas fontes dos autores, no livro *Battlefields of Knowledge* (1992) e no artigo de 1994, onde os autores Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg discutem as tentativas de conciliar as abordagens estruturais com a perspectiva teórica das análises centrada no ator.³ Defendendo a “importância central do conceito de capacidade de agente”, os autores apresentam o contexto próprio para a emergência das condições que possibilitam a ação social, nos termos propostos, isto é, como a emergência de uma rede de atores.

Por outras palavras, a capacidade de agente (e o poder) depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam parcialmente, embora quase nunca completamente, envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou indivíduos. Por conseguinte, o agente efetivo requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos (como reivindicações, ordens, bens, instrumentos e informação) através de certos pontos fundamentais de interação” (Long e Ploeg, 2011, p. 8).

Pode-se dizer, assim, que a caracterização de Long e Ploeg da ocorrência de uma ação social a ser apreendida como efeito desta “capacidade de agente”, isto é, como ação de uma rede de atores, pressupõe o efeito desta ação sobre outros. Ela se desenvolve como um processo amplo de interação. Portanto, há uma ação social que é prioritária na análise, uma vez que se manifesta como uma “capacidade efetiva [que] requer a geração/manipulação estratégica

³ O texto foi publicado na coletânea de Booth (1994, p. 62-90), destinada a repensar as teorias do desenvolvimento, particularmente nas regiões agrárias afetadas pela pobreza e exclusão social. Apoiando-se na noção de *agency* e na elaboração, entre outros, do sociólogo inglês Anthony Giddens, Long e Ploeg examinam diferentes situações e posições, traçando um horizonte teórico para a análise centrada no ator ou no grupo e rede de atores.

de uma rede de relações sociais”. E para que esta ação social ocorra “torna-se essencial que os atores sociais vençam as lutas que ocorrem sobre a atribuição de significados sociais específicos a determinados acontecimentos, ações e idéias” (Long, 1992, p. 23-24; Long e Ploeg, 2011). Há, portanto, na elaboração destes autores, um contexto de “lutas”, de relações de interação e de poder, no qual os atores que atuam em uma rede de atores, dispõem da capacidade efetiva de influenciar decisões, opiniões, conquistar demandas e legitimar suas práticas. As noções de capacidade de agente, poder e conhecimento são, assim, elementos constituintes do processo de construção dos atores sociais.

Para se firmar, essa ação social conta, sobretudo, com “meios discursivos”. A referência é Hindess:

Reconhecendo que os atores são o centro das decisões e das ações, Hindess (1986: 115-19) desenvolve ainda mais esta discussão, salientando que a tomada de decisões implica o uso implícito ou explícito de “meios discursivos” na formulação de objetivos e na apresentação dos argumentos para as decisões tomadas (Long e Ploeg, 2011, p. 26).

Assim, a ação dos atores sociais se exerce na interlocução e no conflito. Daí a importância dos meios discursivos.

Esses meios ou tipos de discurso variam e não são simplesmente características inerentes aos próprios atores: eles formam uma parte do estoque diferenciado de conhecimento e de recursos à disposição dos atores de diferentes tipos (Long e Ploeg, 2011, p. 26).

Portanto, os “meios discursivos” e as tomadas de decisão surgem em um contexto em que certa rede de atores se defronta com outros atores e grupos de atores. Esta primeira rede de atores, de que se trata? Como se agrupam? E quem são esses outros, com quem se defronta? Como os atores na rede de atores atuam na formulação do discurso e tomadas de decisões? A partir de que posição estes últimos irão interagir com a rede de atores, tomada como centro da análise? Estamos, pois, diante de um conjunto amplo de atores e de redes e grupos de atores, que caracterizam e demarcam a paisagem social onde todos atuam. Conhecer esses conjuntos de atores e redes – e a paisagem social e o contexto histórico específico em que atuam todos – é, portanto, algo essencial e primordial para se avançar na análise. Portanto, uma abordagem fértil e analiticamente rica da ação social pressupõe uma contextualização ampla e específica de cada ator e grupo de atores envolvido na trama de ações a ser estudada. Isso é particularmente importante nas pesquisas e estudos dos casos para avaliar a inovação e o desenvolvimento rural, por exemplo, os projetos inspirados nos “brotos e sementes da transição” (Schneider, 2007). Faz-se necessário, portanto, *promover preliminarmente a uma caracterização e diferenciação dos atores e rede de atores*, em cada caso estudado. Pois, se faz sentido recuperar a capacidade das práticas individuais e coletivas dos homens e mulheres reais, é preciso visualizar sua experiência cotidiana, apreendê-las em sua dimensão social, econômica e política. Sem isso as análises ficarão carentes de uma amarração precisa de seu contexto social e dos *atores* de que se fala. Assim como ficaria difícil entender tanto a importância de suas propostas e ações, como também da força de seus adversários, ou seja, dos contra-atores que cerceiam a sua ação, e das dificuldades reais que enfrentam para chegar a seus objetivos. Neste sentido, o contexto social e político

de cada país e de cada região devem ser levados em conta. Long e Ploeg salientam, no texto citado, a importância de “discursos alternativos”. No caso do nordeste, como no caso do sul, vamos encontrar certamente um rico e amplo “repertório de estilos de vida, formas culturais e racionalidades diferentes”. Trata-se de formas sociais que os próprios agricultores lançam mão para dar “ordem e significado” às suas vidas, “de cuja afirmação ou reestruturação eles mesmos participam”, ainda que nem sempre de uma forma intencional e consciente (Long e Ploeg, 2011, p. 27). Como afirmam os autores, estas estratégias e construções culturais “não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais) que são, até certo ponto, partilhados com outros indivíduos, contemporâneos e talvez antecessores” (Long e Ploeg, 2011, p. 27).

Trata-se assim de um “estoque de discursos disponíveis” – poderíamos dizer um estoque de práticas e experiências disponíveis – que remetem a tradições ou a invenções locais, que se preservam ou se modificam através de conjunturas mais ou menos adversas. E assim, antes de ser um efeito mecânico da posição na estrutura da sociedade, as ações dos atores devem ser avaliadas em termos da própria experiência dos atores e de sua capacidade de influenciar outros em suas redes de relações.

Assim, os elementos que compõem a noção de agente – poder, conhecimento e capacidade – devem ser traduzidos considerando-se as particularidades históricas e culturais e as racionalidades dos atores envolvidos em uma rede de atores. Long e Ploeg apontam para “estruturas emergentes” que surgem como resultado das ações, no caso, dos agricultores.

Uma tarefa principal dessa análise, portanto, é identificar e caracterizar estratégias e lógicas divergentes de atores, as condições sob as quais elas surgem, sua viabilidade ou efetividade na resolução de problemas específicos e suas conseqüências sociais. O último aspecto levanta diversas questões-chave adicionais, entre outras, a necessidade de ter uma noção de estruturas emergentes que surgem como resultados combinados das conseqüências intencionais e não-intencionais da ação social (Long e Ploeg, 2011, p. 28).

No caso, por exemplo, de uma pesquisa com agricultores familiares do nordeste ou do sul, a proposta dos autores citados implicaria em “caracterizar as estratégias e lógicas divergentes”, que se colocam em vários planos. Trata-se, em primeiro lugar, de examinar o repertório de opções que os agricultores dispõem para elaborar um plano de atividades em seu pequeno sítio ou lote de assentado. Se focalizarmos, por exemplo, os agricultores agroecológicos como uma estratégia de produção e comercialização, cabe fazer o contraponto, ou seja, examinar as lógicas e estratégias dos agricultores que continuam operando na base do modelo convencional. E não descartar as pressões econômicas, sociais e políticas que continuam existindo, de ambos os lados. Mas aqui se trata de ver, sobretudo, não apenas a esfera da produção, isto é, as técnicas de manejo agrícola, mas também os produtos escolhidos, as estratégias de comercialização e de obtenção de renda familiar, bem como as articulações, costuradas pelos agricultores e suas organizações (Carvalho, 2008). Em segundo lugar, ao examinarmos situações análogas em contextos socioeconômicos e ecológicos diferentes será possível discutir os limites impostos pelas condições macroeconômicas, eventualmente globalizadas, em que opera cada tipo de agricultor do nordeste ou do sul. Em terceiro lugar, uma compreensão da viabilidade e do resultado de sua ação será possível, desde que sejam avaliadas em conjunto as condições mate-

riais disponíveis, naturais ou criadas, de modo a permitir apreender as estratégias de produção e comercialização, as quais, articuladas com os sistemas produtivos, ele pode lançar mão para melhorar seus resultados. Por último, o contexto sociopolítico e cultural pode viabilizar ou impedir o protagonismo dos atores em uma ou outra direção.

No conjunto, esse repertório de possibilidades pode fornecer elementos explicativos para o entendimento das atuais opções e possibilidades dos agricultores familiares camponeses, bem como ter elementos para avaliar suas ações coletivas e seu papel como atores nas diversas situações sociais. A perspectiva orientada aos atores pressupõe, portanto, uma multiplicidade de resultados, e se propõe, assim, a investigar a heterogeneidade das *estratégias e lógicas* dos diversos grupos sociais. Cabe, porém, estar atento à diversidade de *condições*, enfim à heterogeneidade de práticas sociais e visões que *viabilizam e efetivam* a atuação dos indivíduos como sujeitos sociais no mundo. No caso dos agricultores familiares, Long e Ploeg afirmam que

[...] uma perspectiva orientada aos atores, pelo contrário, parte do pressuposto de que diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas (Long e Ploeg, 2011, p. 30).

Trata-se, certamente, de uma advertência importante, porém, carente de uma maior precisão teórica para apreender quais e de que tipo seriam estes “diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas” de determinadas categorias sociais, como é o caso dos camponeses.

Em obra recente, Ploeg (2008) analisa a posição do campesinato em tempos de globalização, registrando que há um avanço em termos do acesso a mercados agrícolas e das multinacionais da agroindústria. Citaremos abaixo um fragmento da resenha do livro publicada por Sabourin (2008):

Ele [Ploeg] propõe uma definição de condição camponesa, definida por seis características: 1) uma relação de *co-produção com a natureza* (p. 24); 2) a construção e autogestão de uma *base autônoma de recursos próprios* (terra, fertilidade, trabalho, capital); 3) uma *relação diferenciada* com os mercados diversificados, resguardada uma certa autonomia; 4) um *projeto de sobrevivência e resistência* à reprodução da unidade familiar (p. 30); 5) a *pluriatividade* (Schneider, 2003); 6) a cooperação das *relações de reciprocidade* (p. 48) (Sabourin, 2007a e 2007b.) (Sabourin, 2008).

Nessa compreensão observa-se que as relações que o camponês estabeleceu com os fatores da produção (terra, trabalho e ativos produtivos) e os mercados fundamenta-se na busca de autonomia. Esta estratégia maior e geral determina uma certa forma de organização dos recursos produtivos e uma relação tensa com o mercado, cuja equação final deve, pelo menos, garantir a reprodução social da família. Isso envolve uma racionalidade que não é suficientemente explicada pela lógica do mercado capitalista. Ao contrário, a lógica da produção do “agronegócio”⁴ se fundamenta tão somente na maximização do uso dos fatores de produção enquanto ativos

⁴ Para abreviar o espaço, usamos aqui o termo agronegócio para expressar os setores da atividade agropecuária cuja dinâmica é movida exclusivamente na perspectiva da maximização do lucro e da acumulação do capital.

produtivos monetarizados e quantificados, em função de um único objetivo, a maximização do lucro do capital investido (Malagodi, 1998, p. 47). A racionalidade camponesa não é algo unidirecional, mas se compõe, ao contrário, de uma associação de fatores econômicos, sociais e culturais. Como tal, o acesso aos mercados é, também para ela, de fundamental importância, mesmo porque sua produção envolve muitos custos monetários, e o consumo da família não se resume aos bens produzidos na parcela.

A compreensão da racionalidade camponesa tem sido objeto de estudos de referência importante nas ciências sociais. Por exemplo, Karl Polanyi (2001) faz uma importante distinção entre economias *'embedded'* e *'economias autônomas'*. *'Embedded'* são economias tipicamente antigas ou primitivas em que a produção e a troca estão imersas em propósitos e práticas de instituições de maior significância social, política ou religiosa. *'Economias autônomas'* são aquelas em que a produção e a troca são mais significantes em si mesmas, e servem crescentemente a fins econômicos que operam de acordo com os mercados impessoais. Inspirados nessa distinção de Polanyi, alguns pesquisadores buscam compreender as características da “condição camponesa”, agora retomada por Ploeg (2008).

Por sua vez, as contribuições do antropólogo e cientista social James Scott devem ser agregadas a este debate, para enfatizar a importância das noções de autonomia e resistência na constituição dos camponeses enquanto atores sociais. Discutiremos a seguir como essas noções são centrais em sua elaboração dos conceitos de economia moral e de práticas cotidianas de resistência.

O conceito de economia moral e a autonomia dos camponeses

Com o intuito de desenvolver um quadro conceitual para compreender a racionalidade camponesa, Scott propõe o conceito de economia moral, o qual se baseia no princípio de *safety-first* (segurança em primeiro lugar) ou *risk-avoidance* (evitar o risco, ou procurar risco mínimo); em segundo lugar em uma noção de justiça permeada na rede de reciprocidade entre amigos, parentes, e de relações patrão-cliente ou até mesmo com o estado; e, em terceiro lugar, na noção de subsistência como uma reivindicação moral (*'right to subsistence'*) (Scott, 1976, p. 27).⁵ Inspirando-se nos trabalhos de E. Wolf, B. Moore, T. Shanin e A. Chayanov (Wolf, 1969; Moore, 1966) e tomando como contexto empírico, o desenvolvimento histórico da sociedade agrária na Baixa Burma e Vietnã, no continente asiático, James Scott desenvolveu sua concepção própria do conceito de economia moral. No presente artigo, nos deteremos mais no desenvolvimento do princípio de 'segurança em primeiro lugar' (*safety-first*), que é explicado nos seguintes termos:

[...] a idéia básica em que se fundamenta meu argumento é tão simples quanto, creio eu, poderosa. Ela emerge de um dilema econômico central das unidades camponesas. Vivendo próximo à margem de subsistência e submetido às imprevisibilidades do clima e das demandas

⁵ Essas noções estão amplamente tratadas no livro *Economia moral dos camponeses*, publicado em 1976.

exteriores, a unidade camponesa tem pouca manobra para um cálculo de maximização do lucro da tradicional economia neoclássica. Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco, [com o que] ele reduz a possibilidade pessoal de uma perda maior (Scott, 1976, p. 4; adendos nossos.).

Embora a pesquisa empírica de Scott tenha se situado no sudeste asiático, sua elaboração sobre a unidade doméstica familiar é chave para a compreensão do comportamento econômico, social e político dos camponeses em todo o mundo (Haggis *et al.*, 1986, p. 1436). Pois, para Scott (1976, p. 5), o princípio da ‘segurança em primeiro lugar’ é o que fundamenta uma grande variedade de arranjos técnicos, sociais e morais do campesinato em todo o mundo. Os camponeses preferem culturas tradicionais e técnicas de produção que são amplamente conhecidas, porque tais cultivos e técnicas garantem a produção requerida pela família ao longo do tempo (Haggis *et al.*, 1986, p. 1436; Scott, 1976, p. 7).

No entanto, duas delimitações sobre o princípio de ‘segurança em primeiro lugar’ devem ser feitas. Em primeiro lugar, para este autor este princípio não se aplica indistintamente a todos os agricultores, mas se manifesta com mais força na vida daqueles que vivem na linha mínima de sobrevivência (Scott, 1976, p. 24; Haggis *et al.*, 1986, p. 1436). Neste caso se incluem não apenas os camponeses, mas, também, os pescadores, pequenos comerciantes, ex-camponeses que enfrentam permanentemente o risco de desemprego ou que vivem numa margem mínima de sobrevivência.⁶ Pontuando cuidadosamente, Scott afirma que “[...] para camponeses com alta renda, terra abundante, família pequena, plantios de culturas lucrativas, e oportunidades de emprego fora, o argumento provavelmente não se aplica” (Scott, 1976, p. 25).

Portanto, este princípio não pretende ser uma teoria geral que se aplique mecanicamente e indistintamente para quaisquer casos históricos. Ao contrário, sua aplicabilidade depende sempre das variações conforme a ecologia local, a estrutura social (do município, região, ou país), o contexto político-administrativo e a relação do camponês com o mercado. Scott mostra como algumas povoações rurais (*villages*) do Vietnã se caracterizavam por níveis baixos de solidariedade e maior integração ao mercado nas décadas de 1960 e 1970.

Em segundo lugar, o princípio de *segurança em primeiro lugar* como orientador da conduta dos camponeses não nega o fato deles fazerem inovações em suas técnicas e comportamentos, tais como experimentar novas sementes, novas técnicas de produção e relações com o mercado.

O princípio de ‘segurança em primeiro lugar’ não implica [em pensar] que os camponeses sejam criaturas de costumes tradicionais que nunca tomem riscos que poderiam ser evitados. Quando a inovação do tipo de introduzir culturas da estação seca, novas sementes, técnicas de plantio, ou produção para o mercado, oferece ganhos claros e substanciais a um risco pequeno ou nenhum risco à segurança de subsistência, é possível que os camponeses

⁶ Grant Evans (1986) atribui uma ênfase significativa a esta interpretação da noção de ‘segurança em primeiro lugar’ e critica vários autores que entenderam erradamente esse princípio, supondo que James Scott pretendesse abranger todo campesinato e em qualquer situação histórica.

a implementem. O que a ‘segurança em primeiro lugar’ realmente implica é que existe um perímetro defensivo em torno destas rotinas de subsistência a partir das quais os riscos são evitados como potencialmente catastróficos, mas fora dele é possível que um cálculo capitalista de lucro possa prevalecer (Scott, 1976, p. 24).

Mas a concepção de economia moral de Scott, além do princípio de segurança em primeiro lugar, se ampara, também, em uma ética da subsistência. A ética da subsistência, além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e patrões e, de modo mais distanciado, com o próprio Estado (Scott, 1976, p. 27-28, 167-176; Haggis *et al.*, 1986, p. 1436). Esta ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho dos camponeses com os proprietários da terra. Por exemplo, no sudeste da Ásia, a avaliação dos sistemas de arrendamento orienta-se pelas necessidades da subsistência: “em muitas partes das terras baixas do sudeste asiático há uma ampla evidência de que os camponeses julgam o sistema de arrendamento a partir de sua capacidade de garantir a subsistência” (Scott, 1976, p. 44).

No sertão paraibano observamos, em pesquisa própria, ser comum a avaliação de moradores sobre seus patrões como ‘bons’ ou ‘maus’, o que julgamos orientar-se pelo princípio da ética da subsistência. O padrão ‘bom’ era aquele que dava assistência em momentos de crise, marcados pela fome, doença ou morte. Com a transformação das condições da morada, os patrões crescentemente foram se tornando ‘maus’, pois aumentaram as exigências em termos de trabalho, a ser executado pelo morador, ao mesmo tempo em que deixavam de assumir prestações e obrigações, antes costumeiras (Menezes, 1985). Também outros autores levam em consideração os elementos da ética da subsistência. Para Ploeg, por exemplo, estes também aparecem na relação com o mercado. Conforme observa este autor:

[...] as relações externas são orientadas de modo a permitir a contração ou expansão em momentos apropriados e as armadilhas são evitadas ao máximo. As relações com o mundo exterior – seja com mercados, agências de mercados, autoridades políticas, bandidos ou padres – são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais (ou economias morais) que se centram na questão da desconfiança e, conseqüentemente, levam à construção de autonomia (Ploeg, 2008, p. 43).

A perspectiva de Ploeg também inclui a noção de “evitar riscos” (*risk avoidance*) como constituinte da lógica camponesa não só na esfera da produção, mas também na relação com o mercado e com os diversos atores, tais como autoridades políticas, padres, instituições estatais. Na avaliação da comercialização dos produtos, destaca-se a observação das estratégias destinadas a “evitar riscos”, o que muitas vezes pode orientar o camponês a recusar uma determinada relação com o mercado ou, em outros casos, privilegiar relações aparentemente desvantajosas. Ploeg formula nos seguintes termos:

O distanciamento tem sido descrito na prática de várias formas, e institucionalizado em rotinas adquiridas e em uma variedade de repertórios culturais que evidenciam as virtudes da autonomia, da liberdade, do trabalho e do progresso, o qual é alcançado através da co-

-produção entre o homem e a natureza. O distanciamento não existe desde o Genesis⁷ – ele é o resultado de um processo histórico complexo através do qual o campesinato se constituiu (e reconstituiu) a si mesmo (Ploeg, 2008, p. 67-69).

Se pensarmos nos locais onde devem transcorrer nossas pesquisas de campo, nos atores sociais presentes nestes cenários, encontramos, além dos agricultores camponeses e suas famílias, de segmentos específicos identificados pelas diferenças de gênero ou geracional (mulheres e jovens), e das lideranças locais, temos que a presença destacada de movimentos sociais e sindicais, de ONGs, além de elementos ligados aos diversos órgãos públicos (prefeituras, órgãos do governo estadual e federal, e universidades). Tais atores, em muitos casos, estão diretamente relacionados com os camponeses, particularmente em projetos vinculados a programas assistenciais e de desenvolvimento. Assim, a questão se coloca: em que medida e de que forma tais aspectos inerentes à lógica camponesa, de “evitar riscos” e de buscar a autonomia, também estariam presentes na relação dos camponeses com esses outros atores? Assim, será preciso orientar a pesquisa no sentido de buscar uma percepção do papel específico desses atores, bem como de seu relacionamento com os agricultores e suas comunidades.

Os princípios da ética de subsistência e da recusa de riscos orientam as práticas produtivas e de comercialização e as diversas estratégias de reprodução social dos camponeses. Nos termos de Scott, a noção de *agente* é central, pois os camponeses não são meros reprodutores ou indivíduos passivos das condições geradas por macroestruturas econômicas e sociais, mas são sujeitos que atuam a partir das condições objetivamente dadas, a partir de sua própria percepção delas e de sua racionalidade. O conceito de economia moral não pretende ser um modelo de interpretação das práticas e modos de pensar do campesinato, mas antes uma orientação metodológica. Assim, não é um conceito *a priori*, mas um guia para compreender como determinados atores pensam e atuam em contextos, espaços e tempos específicos. A centralidade está na experiência dos atores e não na atribuição *a priori* de características essenciais destes atores, atribuições supostamente constitutivas de seu ser social.

Embora concordemos com a crítica de inúmeros autores (Evans, 1986; Booth, 1993, 1994a; Arnold, 2001) de que a teoria da economia moral nos termos em que foram propostos por James Scott se aplica mais para casos de sociedades pré-mercado ou grupos em ameaça devido a expansão da sociedade de mercado, pensamos que os princípios fundamentais indicados por Scott (1976): *segurança em primeiro lugar, ética da subsistência*, bem como a noção de *justiça associada à reciprocidade* podem contribuir para compreender o universo econômico, social, simbólico e político de grupos camponeses na atualidade. Na mesma perspectiva de Arnold (2001); Booth (1993, 1994a) e Evans (1986), gostaríamos de avançar na proposta da possibilidade de utilização do conceito de *economia moral*, e de sua aplicação aos diversos grupos de camponeses, pescadores, catadores de castanha, seringueiros e outras categorias sociais, cujas práticas cotidianas não se enquadram nas concepções de sociedade e de economia, fundadas no monolitismo do mercado, do *homo economicus* e do estado neoliberal. O autor Grant Evans pretende que a teoria da economia moral dos camponeses seja uma referência

⁷ “Nunca existiu uma “economia natural” (por oposição a uma suposta “economia totalmente mercantilizada”, que algumas vezes se considera que representa a nossa era” (Ploeg, 2008, p. 322).

tanto para as sociedades e/ou grupos pré-capitalistas quanto para as capitalistas. Consideramos esta possibilidade fundamental para pensarmos o campesinato no Brasil em seus processos históricos diferenciados de formação, em sua diversidade regional, nas diferentes formas de acesso à terra e inserção no mercado.

Nessa mesma linha de raciocínio e reforçando a noção de agente para compreender os processos, as práticas e as formas de organização que são utilizados por diversas categorias sociais de agricultores ou em situação de risco, Scott desenvolve a noção de “práticas cotidianas de resistência”.⁸

A resistência como constituinte do campesinato

Ploeg em livro recente ilustra seu tema, mostrando que a posição dos camponeses na história é interpretada como uma luta por liberdade e contra o risco de submissão. Ele cita como essa luta é brilhantemente trabalhada no filme *Novecento*, de Bertolucci:

É claro que, em cada lugar específico, a luta pela liberdade e o perigo da subordinação se acompanham, nunca estando longe um do outro. A expressão mais reveladora dessa ligação íntima é, provavelmente, aquela desenvolvida por Bertolucci em seu filme seminal *Novecento* [...] A subordinação e a desobediência, a humildade e o desejo de liberdade, o feio e o sublime estão intimamente ligados e, assim, constituem uma combinação inegável de elementos opostos, uma combinação na e através da qual um dos elementos provoca o outro e vice-versa. É precisamente isso que Bertolucci demonstra de forma magistral. E esse é, também, um dos temas centrais deste livro (Ploeg, 2008, p. 5).

Neste fragmento introdutório, observa-se que historicamente os camponeses têm se caracterizado por práticas de submissão e resistência, o que questiona as visões teóricas que atribuem a eles pré-noções, ou que os consideram sempre passivos e obedientes ou, no outro extremo, agentes ativos de processos de mudança social, de movimentos sociais e até de processos revolucionários. A contribuição do antropólogo e cientista político James Scott é importante justamente nesta perspectiva.⁹ Seu trabalho, especialmente os livros *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*, de 1979, e *Domination and the arts of resistance*, de 1985, representam uma revisão de estudos sobre o campesinato (Moore, 1966; Paige, 1975; Wolf, 1969; Scott, 1976; Popkin, 1979; Scott, 1985, p. 28), incluindo seus trabalhos anteriores. Demonstra a sua insatisfação quanto a visões que priorizam a ação política dos camponeses através das “rebeliões e revoluções camponesas”, argumentando que as revoluções são raras e a grande maioria dos camponeses se expressa através de formas cotidianas de resistência.

Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação se expressa em práticas rotineiras e através de

⁸ Essa noção é amplamente desenvolvida em dois livros, *Weapons of the weak* (Scott, 1985) e *Domination and the arts of resistance* (Scott, 1990).

⁹ Para uma apresentação da obra e/ou da formação acadêmica de James C. Scott, ver Monsma (2000) e Menezes (2002).

expressões difusas e fragmentadas. O autor centrou sua atenção, especialmente nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social, dedicando-se a analisar formas de resistência cotidiana, tanto individual quanto coletiva. Propõe deslocar a ênfase de rebeliões camponesas para o que denomina as ‘formas cotidianas de resistência’, pois compreende que as ciências sociais se equivocaram ao privilegiar as organizações formais, tais como sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários como as formas mais importantes da luta social e como meios principais da mudança social (Monsma, 2000).

A noção de ‘formas cotidianas de resistência’, proposta por Scott, é desenvolvida com base em trabalho etnográfico, desenvolvido no final da década de 1970, em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no estado de Sedaka, nordeste da Malásia. Esta aldeia se dedicava tradicionalmente à agricultura do arroz e, ao chegarem as mudanças trazidas pela revolução verde, especialmente a utilização de máquinas de ceifar e trilhar, aumentou a desigualdade entre os pobres, porque desempregava os trabalhadores na colheita (Monsma, 2000). Nesta aldeia, os conflitos de classe não se expressaram através de movimentos organizados, mas por meio de uma série de práticas e representações que foram sintetizadas por Scott através da noção de formas de resistência cotidiana, que se constituem na “[...] luta prosaica mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses” (Scott, 1985, p. 32-33).

Como expressões da resistência são citadas as seguintes expressões: fazer ‘corpo mole’, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, incêndio culposo. Este ponto foi extensivamente desenvolvido em duas obras de James Scott (1985, 1990), em que o autor analisa as diferentes práticas de resistência dos camponeses às formas de exploração. Ele contesta a tese corrente de que o grupo social ou indivíduo que não se envolve em organizações coletivas ou revolucionárias seria portador de ‘falsa consciência’ e, para alcançar a ‘consciência verdadeira’ seria preciso haver uma intervenção de agentes externos: líderes de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e grupos revolucionários. Diferentemente dos movimentos sociais, que são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas, as práticas cotidianas requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais, ocultas (Scott, 1985, p. 29-33). Tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais são consideradas por Scott como formas de resistência. Assim, ele discorda da separação entre “resistência real” e “resistência incidental”:

Resistência real, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios e não-egoísta; (c) tem conseqüências revolucionárias e/ou (d) incorpora idéias ou intenções que negam as bases da dominação em si mesmas. Atividades incidentais ou epifenômicas, por contraste, são (a) desorganizadas, não-sistemáticas e individuais, (b) oportunistas e de auto-satisfação; (c) não têm conseqüências revolucionárias e/ou (d) implicam, na sua intenção ou significado, em uma acomodação com o sistema de dominação (Scott, 1985, p. 292).

O autor entende que esta diferenciação pode ser utilizada para fins de classificação das formas de resistência, mas discorda de qualificar as práticas cotidianas como triviais ou sem conseqüência. Vários exemplos citados nos dois livros (Scott, 1985 e 1990) demonstram que determinadas práticas cotidianas têm um impacto sobre as relações sociais

entre os camponeses e os proprietários de terras, os comerciantes e o Estado. Esse ponto se confirmou também em nosso estudo com trabalhadores migrantes na cana-de-açúcar, uma vez que observamos que a desistência do contrato de safra, embora individual, tem assumido proporções significativas e tem resultado, em muitas ocasiões, em sério risco para a finalização da colheita (Menezes, 2002). Nesses casos, a fronteira entre formas cotidianas e coletivas não é facilmente demarcada.

Dado o caráter fragmentado e difuso das formas de resistência cotidiana, a questão que se coloca é como identificá-las e que metodologia utilizar para estudá-las. Scott propõe-se a compreender as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas, demonstrando, assim, uma influência do pensamento de Goffman (Scott, 1985), que estudou a interação social sem muito enfatizar as relações de poder. No entanto, o poder, a dominação e a resistência estão no centro da análise de Scott. O autor trata não só de camponeses, mas também de outros grupos ou classes, tais como escravos, servos, etnias e povos colonizados. Segundo Monsma (2000, p. 101), estes dois livros estimularam grande parte da ebulição intelectual dos últimos anos a respeito da resistência cotidiana. A metodologia de análise que busca compreender as formas diversas de resistência de diversos grupos sociais subordinados em diferentes contextos históricos tem como preocupação teórica os temas da dignidade e autonomia, que em geral são secundarizados nas análises que se centram na exploração material (Scott, 1990, p. xi). No prefácio de *Domination and the arts of resistance*, Scott afirma:

Meu propósito geral é perguntar como poderíamos de modo mais adequado ler, interpretar e compreender a conduta frequentemente fugidia dos grupos subordinados. Como estudar relações de poder quando os sem poder são frequentemente obrigados a adotar uma postura estratégica na presença dos poderosos e quando os poderosos podem ter interesse em dramatizar sua reputação e autoridade (Scott, 1990, p. xii).

Nesse pequeno fragmento, podemos observar que as práticas de resistência não são pensadas como reações ou oposições às formas de dominação, mas como diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação. Em muitas situações, essas estratégias se caracterizam como adaptação ou acomodação às relações de dominação; em outras, de contestação.

Ploeg, fazendo referência a Scott, também considera a importância das práticas de resistência cotidiana dos camponeses na luta por autonomia. “A luta por autonomia toma muitas formas que estão, frequentemente, interligadas. Ela pode ocorrer através das clássicas “guerras camponesas” (Wolf, 1969; Paige, 1975) ou das menos visíveis “armas dos fracos” (Scott, 1985). Mais frequentemente, quase de forma contínua, essa luta passa pelos campos, currais e estábulos através das muitas decisões que precisam ser tomadas sobre a criação dos animais, a seleção de sementes, a irrigação e os insumos de trabalho. A luta por autonomia também se articula através da ampliação dos níveis elevados de agregação (ver, por exemplo, Haar, 2001 e Sandt, 2007) (Ploeg, 2008, p. 49).

No capítulo final do livro *Camponeses e impérios alimentares*, Ploeg mostra como a autonomia e a resistência persistem como noções centrais na constituição dos camponeses enquanto atores sociais:

A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrume bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré” (Ploeg, 2008, p. 289).

Ploeg, assim como Scott, entende que a busca por autonomia dos camponeses de modo a garantir suas condições de reprodução social se expressa em formas de resistência individuais e coletivas, espontâneas e organizadas, cotidianas ou esporádicas. Assim, as noções de autonomia e resistência são centrais na construção dos camponeses como atores sociais. O desafio metodológico para a pesquisa é pensar como essas noções podem se desdobrar em práticas concretas diversas. Portanto, o desafio teórico e metodológico da pesquisa com os camponeses no sul ou no nordeste do Brasil é justamente compreender a multiplicidade e heterogeneidade das práticas do campesinato e de outros grupos sociais situados em relações de dominação nas suas configurações históricas específicas.

Referências

- ARNOLD, Thomas Clay. Rethinking moral economy. *American Political Science Review*, v. 95, n.1, p. 85-95, 2001.
- BOOTH, W. J. A note on the idea of the moral economy. *American Political Science Review*, v. 87, n. 4, p. 949-954, 1993.
- _____. On the idea of the moral economy. *American Political Science Review*, v. 88, n.3, p. 653-667, 1994a.
- _____. *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994b.
- CARVALHO, C. X. *Agroecologia, movimento social e campesinato no agreste da Paraíba*. Tese (Doutorado). Campina Grande, UFCG, 2008.
- EVANS, Grant. *From moral economy to remembered village*. The sociology of James C. Scott. Australia: Centre of Southeast Asian Studies/Monash University, 1986, working paper n. 40.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: an outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HAAR, G. van der. *Gaining ground, land reform and the constitution of community in the Tojolabal Highlands of Chiapas, Mexico*. Amsterdam: Thela Latin America Series, 2001.

HAGGIS, Jane; JARRETT, Stephanie; TAYLOR, Dave; MAYER, Peter. By the teeth: a critical examination of James Scott's The moral economy of the peasant. *World Development*, v. 14, n. 12, p. 1435-1455, 1986.

LATOUR, B. The powers of association. In: LAW, J. (Ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1986.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained. The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann. *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. Nueva York: Routledge, 1992, p. 16-46.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994, p. 62-90.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). OS ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL: perspectivas teóricas e práticas sociais. Trad. Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. Revisão técnica Sergio Schneider. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p.14-37, 2011.

_____. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. Colección Investigaciones. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

MALAGODI, E. A. *Propriedade fundiária e campesinato*. Um estudo de Smith, Ricardo e Marx. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, UFPB, 1985.

_____. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002, p. 21-44.

_____. *Economia moral: um conceito para o campesinato*. Texto-relatório pós-doutorado. *Mimeo*. New Haven: Yale University, 2005.

_____. Reciprocidade e campesinato: uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems. In: MARTINS, P. H.; CAMPOS, R. B. C. (Org.). *Polifonia do dom*. Recife: Ed. UFPE, 2006, p. 209-233.

MOORE, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy*. Boston: Beacon, 1966.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 49, p. 95-121, 2000.

PAIGE, J. *Agrarian revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. New York: The Free Press, 1975.

PLOEG, Jan Douwe van der. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Sterling/Earthscan, 2008.

POLANYI, Karl. *The great transformation*. The political and economic origins of our time. Foreword by Joseph E. Stiglitz and Introduction by Fred Block. Boston: Beacon Press, 2001.

POPKIN, Samuel L. *The rational peasant*. Berkeley: University of California Press, 1979.

SABOURIN, E. *Paysans du Brésil, entre échange marchand et réciprocité*. Versailles: Ed. Quae, 2007a. Collection Indiscipline.

- _____. L'entraide agricole, entre échange et réciprocité. *Revue du Mauss Semestrielle*, n. 30, p. 198-207. nov. 2007b. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-du-mauss-2007-2-p-198.htm>>.
- _____. Face à l'empire de l'agro-business: le principe paysan. *Revue du Mauss permanente*, 15 juil. 2008. Disponível em : <<http://journaldumauss.net/spip.php?article385>>.
- SANDT, J. van de. *Behind the mask of recognition: defending autonomy and communal resource management in indigenous resguardos*. Amsterdam/Colombia: Universiteit van Amsterdam, 2007.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).
- SCHNEIDER, S. *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil* (IPODE). Projeto Edital MCT/CNPq 15/2007, 2007.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.
- _____. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University, 1985.
- _____. Everyday forms of peasant resistance. *Journal of Peasant Studies*, v. 13, n. 2, 1986.
- _____. *Dominations and arts of resistance*. New Haven: Yale Univeristy, 1990.
- _____. *Seeing like a State*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- _____. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Ratzes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII e a economia moral revisitada. In: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-304.
- _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (Org.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- WOLF, E. *Peasant aars of the twentieth century*. New York: Harper and Row, 1969.

Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea

Marcelo Antônio Conterato

Paulo André Niederle

Guilherme Radomsky

Sergio Schneider

Introdução

Os estudos produzidos no campo da Sociologia e da Economia Rural nas últimas décadas foram pródigos em demonstrar como a modernização da base tecnológica da agricultura repercutiu sobre as formas de trabalho e as relações sociais no meio rural, alastrando seus efeitos sobre as economias locais e as dinâmicas territoriais. Analistas de todas as partes do mundo concentraram seus esforços em demonstrar em que medida as transformações tecnológicas decorrentes da chamada Revolução Verde tiveram impactos sobre a (re)ordenação dos recursos produtivos, notadamente terra e força de trabalho, e suas repercussões sobre a produção e produtividade dos cultivos e menos em relação às formas de sociabilidade que se esvaíam e as que emergiam no meio rural como resultado dos novos arranjos mercantis instituídos.

Um aspecto comum às abordagens e teorias que trataram deste tema é a crença de que, de algum modo, para o bem ou para o mal, neste processo também havia uma tendência inelutável de transformação das relações sociais do meio rural através do desenvolvimento da produção para os mercados.

Uma destas perspectivas espousava a assertiva, largamente aceita e legitimada, de que quanto mais “moderna” fosse a forma de produzir na agricultura (ideia associada à adoção de tecnologias híbridas), maior seria o potencial produtivo de alimentos e fibras e mais robusto se apresentaria o desenvolvimento do meio rural. O fortalecimento da agricultura viria, necessariamente e cada vez mais, pela capacidade de incorporação de tecnologias exógenas que superariam o “atraso” relativo da agricultura e do meio rural *vis-à-vis* a indústria e o meio urbano. Nesta concepção, tornou-se corrente (*mainstream*) o entendimento de que “modernizar a agricultura tradicional” significava integrá-la e inseri-la ao “mercado” via aumento da *commercialization* – a montante através da absorção de *inputs* externos como insumos, sementes e fertilizantes e, a jusante pela ampliação dos chamados “cultivos comerciais”.

Uma outra vertente dos estudos rurais, identificada com a economia política e em oposição a perspectiva anterior, tratou dos efeitos das transformações na base tecnológica e produtiva da agricultura, destacando suas repercussões sociais, espaciais e econômicas, em geral negativas, advindas da inserção crescente dos agricultores aos mercados. Esta perspectiva é conhecida na literatura como a abordagem da *commoditization* (Long *et al.*, 1986), cujos autores

signatários buscaram mostrar como a mercantilização implicava uma ampliação das relações de troca em sociedades crescentemente organizadas sob o predomínio da produção de bens para intercâmbio mercantil transformando, com isto, o conjunto das relações de produção e a vida econômica e social como um todo no meio rural.

A ênfase dos expoentes da mercantilização consiste, basicamente, numa crítica à perspectiva que percebe a inserção aos mercados como sinônimo de modernização ou de desenvolvimento. Já para a vertente *mainstream*, a mercantilização assume um sentido promissor, sendo que o aumento da produção para venda e a intensificação dos fluxos de comercialização sinalizam para o progresso e a evolução. Assim, enquanto a vertente da *commercialization* buscava sustentar a ideia de que a ampliação da inserção nos mercados levaria ao desenvolvimento da agricultura e, por consequência, do meio rural, a perspectiva da *commoditization* sublinhava o lado perverso e desigual deste processo, mostrando que a ampliação da inserção aos mercados não significaria, inequivocamente, desenvolvimento e melhorias aos agricultores.

Apesar de diferentes, ambas as perspectivas coincidem no entendimento do desenvolvimento como um processo progressivo de busca por uma formação institucional e tecnológica mais complexa, capaz de integrar as partes ao conjunto do sistema (Vandergeest, 1988; Long e Ploeg, 1994). Segundo Long (1982), neste aspecto reside uma singular convergência entre as perspectivas liberal e da economia política da agricultura, que é a centralidade dos modelos estruturais e lineares que concebem a mudança social e econômica a partir da intervenção de forças externas, atribuindo restrito papel e reconhecimento à capacidade dos atores sociais de intervir no curso destes processos. Por esta razão, haveria se generalizado entre os estudiosos da agricultura e do mundo rural a compreensão de que os processos de mercantilização possuíam um sentido inexorável e unidirecional, que consistia no desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, enquanto que os mercados eram descritos e compreendidos enquanto estruturas rígidas e invisíveis, porque percebidos como *explanans*, forças externas que “*encapsulate the lives of peoples*”, na sentença de Long e Ploeg (1994).

Desta crítica nasce uma tentativa mais ampla de superar os esquemas estruturalistas de entendimento dos processos de mudança social e desenvolvimento rural, em que a discussão sobre a mercantilização e o papel dos mercados tem um lugar central. Esta perspectiva de análise foi explorada nos trabalhos da chamada Escola de Wageningen, notadamente por Jan Douwe van der Ploeg e Norman Long. Ao mesmo tempo em que estes autores mantêm afinidades e influências da economia política marxista, destacam a necessidade de pensar as interfaces dos produtores com as estruturas e os dispositivos dos grupos subalternos ou dominados pelos mercados sem cair num determinismo *ex-ante*. Além de acrescentar elementos da matriz chayanoviana, os autores articularam a assim denominada “perspectiva orientada aos atores” (POA) com uma abordagem mais construtivista e microsociológica (Knnor-Cetina, 1981; Long, 2001).

Neste sentido, e no que se refere especificamente à discussão sobre mercados e mercantilização, é notória a interface desta perspectiva com a agenda de pesquisas da Nova Sociologia Econômica (NSE), abordagem que se estabeleceu como um aglutinador de teorias não *standards* dos mercados e da ação econômica (Granovetter, 1985; Granovetter e Swedberg, 1992). Embora trilhando caminhos distintos, a POA e a NSE convergem no entendimento de que os mercados não são essencialmente nefastos e nem a expressão pura e simples do capitalismo.

Ao contrário, os mercados passam a ser entendidos como modos e espaços de interação cujo desenvolvimento se dá através de interações econômicas incrustadas (*embedded*) em “redes sociais” e “interfaces” entre atores sociais e os contextos em que vivem (Long, 2001).

Além desta interface, a exemplo de autores expoentes da NSE como Zelizer (1992; 2003a) e DiMaggio (2003), a perspectiva orientada aos atores também se voltou para os “repertórios culturais” (noções de valor, discursos, ideias de organização, símbolos e procedimentos rituais) que orientam as práticas dos agricultores. Seguindo uma espécie de virada culturalista (*cultural turn*), a POA procurou evidenciar a importância das representações para explicar e entender as respostas diferenciais dos atores em ambientes heterogeneamente mercantilizados. Esta virada culturalista fez com que os expoentes desta perspectiva passassem a ter uma preocupação cada vez maior com a análise da diversidade do mundo rural, marcadamente aquela diversidade produtiva escamoteada pelas perspectivas de mercado e de inserção mercantil então dominantes. Antes vista como um aspecto residual e temporário, a diversidade emerge como símbolo das desuniformidades que caracterizam o processo de “mercantilização diferencial” da agricultura refletindo, segundo Ploeg (1994; 2003), a emergência de múltiplos e distintos “estilos de agricultura” no meio rural.

Assim, ao enfatizar e acreditar na capacidade de agência dos agricultores, os autores da POA desenvolveram uma nova leitura que ressignifica o papel e o lugar dos mercados e do processo de mercantilização. Os mercados deixam de ser percebidos como estruturas rígidas e externas e passam a ser vistos como espaços sociais (redes, campos, arenas – a metáfora utilizada pode variar) resultantes das interações entre os agricultores e os demais atores do rural, inclusive não agricultores. Por sua vez, a mercantilização é o resultado de um amplo processo de negociação e disputa entre os atores (individuais e coletivos; locais e externos) que envolve o controle de recursos (materiais e simbólicos) e, desta forma, o domínio dos mercados. Amplia-se não só o olhar sobre os efeitos extraeconômicos do processo de mercantilização, mas o próprio sentido da noção, de forma condizente com análises mais recentes que demonstram ser este um processo social mais amplo e heterogêneo do que até então se compreendia (Appadurai, 2008).

Apoiando-se fortemente nesta perspectiva, este artigo pretende sintetizar a trajetória e os avanços produzidos no debate sobre mercantilização, particularmente das formas familiares de agricultura, e os processos de construção social dos mercados a partir da perspectiva orientada aos atores (POA). As reflexões aqui expostas são provenientes do esforço coletivo de diversos pesquisadores vinculados ao projeto *Sementes e brotos da transição inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil* (Ipode) e ao Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD/PGDR/UFRGS).¹ O desafio de aproximar o debate da mercantilização da agricultura com a discussão sobre construção social dos mercados inscreve-se na necessidade imanente de novos aportes analíticos que deem conta das transformações recentes da agricultura e do rural como um todo. Trata-se de uma temática norteadora dos esforços de análise das metamorfoses em curso no meio rural brasileiro, em que o fortalecimento e legitimação da agricultura familiar estão diretamente associados à ampliação das suas relações mercantis. Os agricultores familiares tornaram-se protagonistas na construção de novos circuitos de troca (circuitos curtos, venda direta, mercados institucionais e de quali-

¹ Sobre o Ipode e o Gepad consultar o site <<http://www.ufrgs.br/pgdr/ipode>>.

dades específicas, entre outros), alternativos aos mercados convencionais, como é o caso dos mercados de *commodities* agrícolas.

O artigo está dividido em cinco seções, em que se soma esta. Na próxima seção delimitaremos brevemente os conceitos de mercantilização e mercados para orientar as discussões seguintes. Em seguida, apresentaremos como o debate sobre mercantilização foi incorporado aos estudos sobre a agricultura e o rural. A quarta seção explorará a diversidade deste processo, demonstrando porque ele está relacionado à heterogeneidade de estilos de agricultura encontrados no mundo rural contemporâneo e as estratégias adotadas pelos agricultores para (re)construção da autonomia. Finalmente, retomaremos a questão da construção social dos mercados destacando como os agricultores se engajam na construção de redes alternativas, que demonstram que os mercados podem constituir espaço de resistência e (re)construção de autonomia.

A mercantilização enquanto um amplo processo social

A mercantilização é um fenômeno distintamente reconhecido por aqueles que se dedicam ao estudo das transformações pelas quais passam as populações nas diversas esferas de organização da vida em sociedade. Não obstante a importância do fenômeno, o termo mercantilização muitas vezes é utilizado sem ressalvas com a pretensão de explicar considerável (senão toda) parcela das transformações do capitalismo contemporâneo. Contudo, o fato é que, embora remeta aos clássicos da sociologia, notadamente à Marx, apenas recentemente os mercados e o processo de mercantilização passaram a ser estudados com mais profundidade revelando, por um lado, as controvérsias de sua definição e, por outro, as dimensões e os limites deste processo. Muito disto se deve a emergência da “nova sociologia econômica”, a qual congrega um conjunto heterogêneo de estudos que demonstram o renovado interesse das ciências sociais pelos mercados.² Antes objeto quase exclusivo dos economistas, o avanço da *commoditization* para “fronteiras” até então imprevisíveis (Zelizer, 1992; Hochschild, 2004; Binsbergen, 2005) demonstrou que os mercados são instituições muito importantes para serem omitidos pela análise sociológica.³

Nesta seção procuramos delimitar brevemente como a mercantilização (e os mercados) será considerada no decorrer do texto. Não faz parte do escopo deste trabalho uma revisão sobre a etimologia do termo e sua evolução. Pretende-se argumentar pela necessidade de uma

² Isto também se deve a própria incapacidade da economia ortodoxa em responder aos desafios abertos pelas transformações socioeconômicas em curso no final do século, como o retorno da inflação, do desemprego e das baixas taxas de crescimento. Ao mesmo tempo, a “descoberta” de configurações econômicas cujo sucesso era atribuído a fatores até então não ponderados (o sucesso dos distritos industriais e a resiliência da economia informal – dentro dela o setor da agricultura familiar) mostravam a necessidade de uma compreensão mais abrangente dos fenômenos econômicos (Beckert, 2007).

³ A sociologia ainda reproduzia a divisão disciplinar parsoniana e relutava em adentrar no universo dos “fatos econômicos”. No entanto, a abordagem econômica da escolha racional já adentrava no seu campo, construindo explicações para os fatos sociais (Olson, 1965; Elster, 1986). Assim, a preocupação renovada com os mercados mostrou-se um misto de reação e necessidade frente às mudanças em curso nas ciências sociais e nas economias capitalistas modernas.

compreensão mais ampla dos mercados e do processo de mercantilização do que aquela que têm predominado na maior parte das análises sobre o tema, em especial, nas perspectivas marxistas mais ortodoxas que reproduzem uma leitura excessivamente linear e estrutural dos mercados e das transformações por eles engendradas. De outro modo, propomos uma abordagem na qual os mercados são o resultado de uma construção social e histórica em que atores (individuais e coletivos) disputam recursos e colocam em interface diferentes valores, normas e interesses.

De modo geral, mercantilização é uma noção que remete diretamente à tradição marxiana, embora outros autores como Karl Polanyi e George Simmel também tenham discorrido sobre o tema em perspectivas distintas. É na primeira parte do primeiro livro de *O Capital* que se encontram as principais ideias de Marx sobre o processo de mercantilização. Para alguns estudiosos o essencial a se reter da formulação de Marx é que as mercadorias estão atreladas ao dinheiro, que é sua representação quantitativa (equivalente geral), e o mercado é um espaço impessoal onde circulam os valores de troca (La Grassa, 1991).

Este tipo de interpretação, em geral, leva a uma simplificação exagerada, que reconhece em Marx uma leitura das mercadorias unicamente como objetos produzidos para troca e a mercantilização como um processo quase mecânico em que os mercados simplesmente transformam valor de uso em valor de troca. Nesta perspectiva o significado do processo de mercantilização pode ser compreendido pelo papel que um mercado impessoal e externo assume em transformar todas as coisas em mercadorias, e em sua tarefa de tornar independente das pessoas o resultado de seu trabalho, fazendo dos vínculos humanos unicamente possíveis mediatizados pela forma social da mercadoria e do dinheiro.

Esta é, certamente, uma visão estreita da perspectiva marxiana original sobre o tema. Existe outra leitura possível, proveniente sobretudo dos escritos sobre o fetichismo da mercadoria, que revela uma visão mais institucional dos mercados e uma percepção da mercantilização como um processo efetivamente dialético, decorrente da interação de atores sociais com interesses contraditórios. Nesta perspectiva, ao destacar que o produto tem que ser transferido para alguém para se tornar mercadoria, Marx reconhece a troca como um processo social mais amplo, cercado de valores imaginários e convenções que extrapolam qualquer ideia de impessoalidade dos mercados. De fato, Marx (1982) assume que nenhum produtor isolado é capaz de produzir mercadorias, sendo que o produto de seu trabalho somente assume essa forma sob relações sociais definidas que se encontram nos mercados, vale dizer, na interação social. No entanto, a imagem do mercado como uma estrutura impessoal e externa ainda parece prevalecer na sua obra (Abramovay, 2004).

É neste tipo de leitura acerca da troca como interação social que ocorre em um contexto institucional definido,⁴ que podemos encontrar os elementos necessários para uma compreensão mais refinada do processo de mercantilização. Com efeito, é aí que Appadurai (2008)

⁴ É essencial sublinhar a inseparabilidade destes dois aspectos relativos aos mercados: trata-se de uma construção social que ocorre em um contexto institucional dinâmico. De outro modo, autores da NSE, como o próprio Granovetter, centraram-se quase exclusivamente no aspecto reticular destas interações, tornando as instituições simples reflexos da conformação das redes. Como aludem Nee e Ingram (1998), as redes sociais não são um substituto às instituições, o que exige a complementação do enfoque interacionista com abordagens que conduzam para o centro da análise o conjunto de normas, valores, hábitos e convenções sociais que estão implicadas nas práticas sociais.

encontra elementos convergentes entre a teoria marxiana e a ideia de Simmel segundo a qual a troca (com todas as relações políticas e institucionais que ela envolve) seria a real fonte de valor das coisas.⁵ Isto permite abrir espaço para leitura que busca restituir a dimensão sociocultural e política de um processo quase sempre percebido exclusivamente pela sua dimensão econômica. No entender de Dodd (1997), para Simmel a objetificação do valor faz parte integrante da vida social, qualquer que seja o contexto histórico, tendo em vista o fato fundamental de que a troca é a condição da vida social.

Nestes termos, Appadurai (2008) sugere a ampliação do entendimento da mercantilização e propõe uma reconsideração sobre a teoria do valor. Embora reconhecendo em Marx a ideia fundamental de que a mercantilização ocorre sob a condição de que a trocabilidade venha a se tornar o traço essencial das “coisas”, Appadurai afirma que o valor é antes uma projeção das pessoas e não uma objetividade exterior. Disso decorre sua investidura na proposta de uma política de valores. A insistência na política e nos processos culturalmente localizados volta à atenção da mercantilização como um processo não linear, mas que tem uma característica fundamental, também encontrada nos trabalhos de Marx: a produção de objetos para os outros. Appadurai (2008) sugere que objetos a serem doados também podem conter este traço (a produção para os outros) e valores projetados, no entanto o caráter da troca – como manutenção das relações ou como intercâmbio pontual – é que dará o sentido da ação. Este parece ser um ponto crucial. Kopytoff (2008) entende que uma mercadoria é algo “que tem valor de uso e que pode ser trocado por uma contrapartida numa transação descontínua [...]”. Portanto, a mercantilização operaria de duas maneiras: uma com “respeito a cada coisa, ao torná-la trocável por um número crescente de outras coisas, e a outra com respeito ao sistema como um todo, ao fazer um número crescente de coisas diferentes mais amplamente intercambiáveis” (Kopytoff, 2008, p. 100).

Ao centrar-se sobre a troca, Appadurai (2008) também procura abarcar o fenômeno do consumo, que teria sido negligenciado na perspectiva marxista, haja vista a prioridade conferida à produção (um problema que, como veremos adiante, reproduziu-se nas análises sobre o processo de mercantilização da agricultura). Envolvendo ambas as faces das relações de troca, o autor sugere que a mercantilização deva ser vista como um processo mais amplo e diverso, em que a complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais fazem com que algumas coisas transitem no “estado de mercadoria”. Para o autor, as coisas não são produzidas para serem mercadorias, mas elas podem se tornar sob determinadas condições sociais. A esfera mercantil (o mercado), que parece à primeira vista uma enorme máquina impessoal é, na verdade, uma arena que confere às coisas o caráter de mercadoria em determinados momentos de sua vida social.

Quando as trocas assumem unicamente o significado do intercâmbio mercantil, esvaem-se as referências às demais dimensões envolvidas no fenômeno o que, no limite, faz com que deixem de ser percebidas como uma interação entre humanos para serem caracterizadas como um encontro despersonalizado entre compradores e vendedores. Neste caso, os mercados passam a ser “objetificados” e vistos como estruturas externas em que os agentes entram e saem

⁵ Como afirma Appadurai (2008, p. 15), “para ele (Simmel), o valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgamento que os sujeitos fazem sobre ele”.

como estranhos, regidas por um suposto equilíbrio entre a oferta e a demanda de determinados valores de troca. Seguramente, é preciso reconhecer os mercados enquanto *locus* da circulação de mercadorias, mas o crucial é que eles não existem como estruturas anteriores à ação, pois é no caráter processual e performativo que os atores efetivam os mercados. Consequentemente, eles não podem ser compreendidos como arenas impessoais, já que resultam de interações reais.⁶ Ademais, a forma social da mercadoria produzida nos mercados é muito mais diversa e complexa daquela reconhecida por grande parte dos economistas. As mercadorias possuem o que Kopytoff (2008) chama de “biografia cultural”, uma trajetória que demonstra como sua produção, além de um processo material, é também um processo cultural e cognitivo, principalmente quando a mercantilização avança para novas e mais complexas esferas da vida social.⁷

A mercantilização na agricultura

Desde sua origem, em meados da década de 1980, a Sociologia da Agricultura tem aportado contribuições variadas ao debate da mercantilização.⁸ Uma das discussões mais proeminentes estabeleceu-se acerca das especificidades que caracterizam a reprodução das formas familiares de produção nas sociedades de capitalismo avançado. Atualizando o conceito marxista de “produção simples de mercadorias”, importantes autores como Bernstein (1979; 1986), Friedmann (1978; 1986), Gibbons e Neocosmos (1985) e Goodmann e Redclif (1985) contribuíram à construção do que, posteriormente, se convencionou “*the commoditization debate*” (Long *et al.*, 1986; Ploeg, 2010).

O surgimento desta discussão foi, antes de tudo, uma crítica à perspectiva da *commercialization* que tinha como principal expoente o economista norte-americano Theodor Schultz. Em seu livro seminal, *Transforming Traditional Agriculture*, Schultz (1964) afirma que o problema do desenvolvimento capitalista na agricultura estava associado aos entraves à completa racionalidade por parte do agricultor no uso dos fatores de produção e, consequentemente, à sua dificuldade de inserção nos mercados (a qual é medida pela quantidade de produção comercializada *vis-à-vis* o volume total produzido). Acusada de dar ênfase excessiva à teoria e de ter uma visão linear do desenvolvimento e da agricultura, a “teoria da comercialização” viu, então, emergir ao seu lado a perspectiva da *commoditization* a partir de um conjunto de autores preocupados em superar o impasse marxista sobre a permanência das formas familiares de produção.

⁶ Os trabalhos de Zelizer (2003a; 2003b) sobre seguro de vida e sobre o dinheiro demonstram justamente o contrário: que os mercados podem ser compreendidos como um conjunto de valores morais, ou como estruturas institucionais em que coexiste determinado grau de impessoalidade com laços sociais de intimidade e solidariedade que vinculam os atores envolvidos nas trocas.

⁷ A discussão sobre mercantilização não raro recupera metáforas espaciais: limites, fronteiras e esferas. Helgason e Pálsson (1997) mostram que no curso histórico objetos são protegidos ou mercantilizados estando fora ou dentro dos “limites” culturais ou esferas de troca.

⁸ Para uma visão geral sobre o escopo de estudos e questões de debate veja Buttel, Larson e Gillespie Jr. (1991), Buttel (2001) e Schneider (1997).

Em que pese importantes diferenças na compreensão da chamada “produção simples de mercadorias”, de modo geral, esses autores convergiram em sustentar que a passagem de uma forma de produção doméstica (supostamente avessa aos mercados e, portanto, incapaz de reproduzir-se nas condições de capitalismo avançado) para uma forma de produção simples de mercadorias (funcional ao modo de produção capitalista) levaria à completa inserção e dependência dos agricultores aos mercados refletindo, ao final, o processo inevitável e unidirecional do desenvolvimento capitalista na agricultura, no que convergia com a visão liberal da *commercialization*. Quando Bernstein (1979, p. 424), por exemplo, assume que o processo de mercantilização não é uniforme nem completo, o autor refere-se ao fato de que, até aquele momento, o desenvolvimento capitalista ainda não havia conseguido solapar a “economia natural”⁹ em todos os locais.

Não obstante, seja enquanto um processo de mudança social mais amplo, seja referindo-se estritamente ao campo dos processos agrários, o fato é que na perspectiva marxista mais ortodoxa o processo de mercantilização foi analisado por um viés macroestrutural.¹⁰ Como afirma Navarro (2001, p. 10),

Em face da sempre presente oposição desta teoria (e suas preferências macro-estruturais) aos processos microsociais, as implicações de amplos processos de “desenvolvimento do capitalismo no campo” nas práticas sociais e, em particular, na subjetividade, ficaram freqüentemente à margem dos esforços de pesquisa empreendidos sob a ótica marxista. A literatura, tanto nacional como internacionalmente, desde os anos sessenta, tangencia o tema. Especialmente as análises inspiradas na tradição marxista, as quais destacaram o “processo de desenvolvimento capitalista no campo”, mas suas lentes analíticas, presas no geral ao dogmatismo economicista e à “inevitabilidade das leis do capital”, acabariam produzindo interpretações, quando muito, apenas aproximadas dos processos sociais agrários.

Frente a estes limitantes, outras perspectivas analíticas ganham relevo no âmbito dos estudos sobre mudanças na agricultura e no meio rural, especialmente a partir da década de 1990. Em um importante texto de avaliação e síntese dos avanços ocorridos nos estudos rurais deste período, Buttel (2001) indicou que a década de 1990 assistiu a uma verdadeira explosão/fragmentação de orientações e perspectivas teóricas na sociologia rural. Para o autor, em nível internacional as mudanças já estavam postas nas décadas anteriores, sinalizando a necessidade de maior pluralidade de fontes de inspiração teórica para identificar e analisar as transformações em curso no meio rural.

Nos primeiros esforços de renovação analítica sobre os processos de mercantilização observa-se uma grande preocupação em apontar as falhas das perspectivas anteriores na interpretação dos processos sociais agrários e no reconhecimento da não linearidade das transformações que se operam na agricultura e no rural em face, por exemplo, da modernização

⁹ “Pela categoria economia natural nós denominamos as formações sociais nas quais a produção de valores de uso é dominante” (Bernstein, 1979, p. 423).

¹⁰ Uma exceção aqui é Harriet Friedmann. Invocando dimensões da teoria chayanoviana, a autora é uma das primeiras a destacar que a produção simples de mercadorias é caracterizada por “relações sociais específicas” derivadas do fato da produção e reprodução serem organizadas em virtude das relações de parentesco e variáveis demográficas e não pela racionalidade econômica do mercado (Friedmann, 1978).

das práticas produtivas e da intensificação das relações mercantis (Long, 1986; Ploeg, 1992; Marsden, 1995). O debate foi crucial na medida em que permitiu a ampliação do leque de interpretações sobre o que de fato determina a reprodução social das formas familiares de produção e seu fortalecimento no interior do capitalismo.

No campo das inovações teórico-metodológicas, uma das perspectivas que mais se destacou foi a proposta proveniente da Escola de Wageningen/Holanda. A crítica às perspectivas estruturalistas e a falta de reconhecimento do papel dos atores vinha sendo reclamada por Long (1982) desde o final da década de 1970, mas é a partir de meados de 1980 que ela realmente se amplia e ganha respaldo (Long *et al.*, 1986). Sublinhando o poder de agência dos agricultores frente às tendências homogeneizantes do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e centrando-se no escrutínio da diversidade do mundo rural, a “perspectiva orientada aos atores” fundada por Long¹¹ (1984; 1986) – e desenvolvida a partir de uma série de pesquisas em conjunto com Ploeg (Long e Ploeg, 1994; 1995) – associa-se a um conjunto emergente de estudos “pós-marxistas” que, dialogando dentro da tradição da economia política, critica os enfoques estruturalistas.

Segundo Long e Ploeg (1994), as abordagens até então constituídas acerca das mudanças em curso na agricultura e no rural “carregam consigo a pretensão de constituir uma análise dialética, mas não passam de visões lineares das mudanças, tomadas como exclusivamente dependentes das condições do desenvolvimento capitalista”. Para Long (2001), o debate sobre mercantilização deve ser interpretado como uma opção tanto à perspectiva leninista (da decomposição e diferenciação do campesinato enquanto categoria social), que privilegiava demasiadamente, senão exclusivamente, os aspectos estruturais, como também à perspectiva chayanoviana, demasiadamente calcada nos aspectos microeconômicos dos camponeses. Não cabe aqui resgatar esse debate, mas insistir e reforçar que os processos geradores de diferenciação social e maior autonomia ou dependência não necessariamente devam ser tomados como sinônimos de isolamento em relação aos mercados e tampouco que os mercados impõem vulnerabilidade aos agricultores familiares. Mercados podem se constituir em mecanismos de inserção social e econômica e resultar no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas, quaisquer que sejam suas origens.

Long (2001) também postula que a mercantilização da agricultura revela um relativo balanço entre atividades de autoconsumo e de mercado, e como essa relação pode ser importante para ponderar o nível de mercantilização da economia doméstica. Outrossim, se existem de fato diferentes graus, intensidades e formas pelas quais as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção, então a mercantilização enquanto processo universal permite analisar a diversidade praticada pelas sociedades agrárias mais ‘tradicionais’ até as formas familiares de agricultura altamente mercantilizadas, para quem o mercado de trabalho não agrícola se inscreve como importante fator de diferenciação social e econômica – mas não de classe.

¹¹ Em relação à POA, cabe destacar que Norman Long se vale de amplo debate já existente nas Ciências Sociais, em que a Sociologia voltada aos atores (ou da ação social) foi originalmente apresentada por Weber e posteriormente incorporada nos trabalhos de Bourdieu, Touraine, Giddens, entre outros. A originalidade de Long está em apresentar esta perspectiva teórica aplicada aos estudos do desenvolvimento. As diferenças estabelecidas com o conceito bourdiano de campo e giddensiano de *agency*, por exemplo, podem ser consultadas em Long (2001).

Mas é, sobretudo nas análises de Ploeg, que o tema da mercantilização da agricultura recebe um lugar de destaque. Inicialmente, ele surge associado às mudanças nas relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares (Ploeg, 1990; 1992). Nesta época, o autor retoma a definição marxiana focalizando os microprocessos aí enraizados para, então, sugerir a existência de distintos “graus de mercantilização”. Estes são operacionalizados pelo cálculo da proporção entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis e os valores de uso reproduzidos no ciclo de produção anterior interno à unidade agrícola, de modo similar à perspectiva mais convencional do conceito de mercantilização.

Nestes termos, Ploeg (1992) demonstra que o processo de produção agrícola se dá pela mobilização de recursos adquiridos no mercado e recursos (re)produzidos internamente,¹² sendo que a intensidade das trocas depende da capacidade de mobilização dos referidos recursos. Isso implica a existência de graus de mercantilização que refletem o nível em que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção agrícola, não sendo, no entanto, passíveis de generalização para todas as atividades agrícolas no espaço e no tempo. No entanto, é importante ter claro que não há nenhum tipo de determinismo no que diz respeito à passagem de uma condição à outra – de total autonomia para total dependência, por exemplo – mas que os vínculos mercantis podem ser múltiplos e ter também reflexos distintos em termos de práticas, estratégias e estilos de agricultura.

A existência de diferentes graus de mercantilização está associada a uma espécie de dialética do controle dos recursos produtivos, a qual envolve os agricultores, as empresas agroindustriais e o próprio Estado. Assim, segundo Ploeg (1992), frente à trajetória tecnológica imposta pelo processo de modernização da agricultura, a mercantilização foi acompanhada por uma crescente “externalização” de etapas do processo de produção, que é dada pela transferência do controle de recursos para atores externos (bancos, empresas, cooperativas, técnicos, indústrias, etc.), de modo que

[...] as tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sobre o mando do próprio agricultor, passam a ser coordenadas agora mediante a troca mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das relações técnico-administrativas. Esta externalização crescente não somente afeta as atividades de produção, mas também resulta em uma transformação completa do processo de reprodução (Ploeg, 1992, p. 170).

O resultado final deste processo é a separação do controle da unidade de produção dos próprios agricultores, fazendo com que a gestão fique sob a direção de um sistema de relações técnico-administrativas coordenadas exogenamente. Da mesma forma, também ocorre uma alteração substancial dos parâmetros sobre os quais os agricultores planejam e executam suas estratégias e uma transformação completa do processo de reprodução (Ploeg, 1985). Assim, na realidade, como destaca Marsden (1995), a mercantilização se estende a um conjunto

¹² Aqui fica sublinhada a influência de Chayanov (1974) nos trabalhos de Ploeg, uma vez que este último busca demonstrar em suas análises que a diferenciação social e econômica gerada pela mercantilização também não é linear ou evolutiva, mas de natureza multifacetada.

muito mais amplo de esferas sociais, atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores mercantis, que passam a regular as práticas sociais, econômicas e culturais dos agricultores.¹³

É neste sentido que Marsden (1995) destaca como vários espaços rurais não essencialmente produtivos, referindo-se aqueles espaços não destinados a produção de alimentos e fibras, têm sido mercantilizados através do desenvolvimento de algumas das “novas funções” do meio rural. Frequentemente, estas representam um conjunto de bens materiais e simbólicos como a paisagem, o folclore e a gastronomia locais, aos quais os agricultores passam a “atribuir valor de troca”. Com efeito, a importância do fenômeno está igualmente vinculada à compreensão mercantil que os agricultores desenvolvem em relação a suas práticas. É o que mostra Mior (2005) quando afirma que a atividade comercial (*brique*), por muito tempo considerada um aspecto negativo da sociabilidade camponesa, torna-se cada vez mais um componente essencial de uma nova “profissão de agricultor”.

De fato, além de conformar novas formas de trabalho e produção, a mercantilização foi responsável por criar uma nova atmosfera de relações sociais, culturais e simbólicas, gradualmente materializada em uma nova sociabilidade (Navarro, 2001). É a partir destas transformações nas relações sociais que se poderá apreender como a mercantilização está associada à transformação de noções estratégicas, valores e percepções que guiam os agricultores na organização de suas unidades de produção e vida social. E é a partir desta conjunção de significados que o fenômeno comporta, que podemos perceber como os mercados são mais do que simples mecanismos de transformação de valores de uso em valores de troca. São construções sociais cujo formato específico reflete a contínua interação entre os atores, seus projetos, estratégias e repertórios culturais. Construções que ao longo do tempo institucionalizam um conjunto de dispositivos (recursos materiais, cognitivos e normativos) que os atores precisam acessar para coordenar suas atividades de produção de bens (físicos e culturais) e modificar suas posições nas redes sociais, redefinindo, assim, a estrutura de distribuição de recursos e o próprio formato inicial do mercado.

É esta perspectiva que Ploeg assume em seus trabalhos mais recentes, sobretudo naqueles em que discute o conceito de “estilos de agricultura” (Ploeg, 2008; 2003). Ao encontro de Long (2001), o autor destaca que entende por mercantilização os processos pelos quais a noção de valor de troca ou intercâmbio, não necessariamente à custa ou a partir do valor de uso, passa a desempenhar um crescente papel normativo no curso da vida social, econômica e cultural. Destarte, sem abandonar as dimensões econômico-produtivas, o autor revela uma preocupação mais evidente com a cultura (Ploeg, 1994). Afirmando uma dialética de relações entre a prática concreta dos processos produtivos e a cultura enquanto elementos de jogo incessante e de influência mútua, o autor traz para o centro do debate a definição de “repertório cultural” cunhada por Long. Esta noção pretende dar conta “das maneiras com que vários elementos culturais (noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, ideias de organização, símbolos e

¹³ “Ela não representa um processo único e universal que transforma, por exemplo, o processo de trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, pelo contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam” (Marsden, 1995, p. 293).

procedimentos rituais) são usados e recombinados na prática social, conscientemente ou de outra maneira” (Long, 2001, p. 56). Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreender como o processo de mercantilização é mediado e ressignificado no âmbito da cultura.

Com isso, Ploeg (2008) procura demonstrar que a agricultura não envolve somente uma forma de produzir alimentos, mas também de produzir valores e significados. Para o autor, o processo de mercantilização é permeado por relações e lógicas socioculturais que tornam este processo tão amplo quanto parcial e flexível. O desafio dos estudos rurais é justamente revelar esses valores geralmente negligenciados e que são os principais responsáveis por fazer da diversidade a característica-chave para compreender as transformações em curso no espaço rural contemporâneo.

De certo modo, encontra-se aqui um ponto de contato com a contribuição de Kopytoff (2008), a partir da qual podemos concluir esta seção afirmando que a mercantilização constitui um processo social culturalmente diferenciado, visto que a mesma “coisa” pode ser considerada como uma mercadoria em um dado momento de sua vida social e como algo absolutamente distinto em outro; ou mesmo, ser percebida como uma mercadoria por uma pessoa/comunidade e como algo diverso por outra. Apesar de a mercantilização ser capaz de tornar mercadoria até mesmo o ser humano (venda de órgãos; tráfico de crianças; prostituição; trabalho escravo; etc.), este processo não se universaliza porque precisa ser validado no âmbito das *culturas* e nelas (em suas particularidades) que se constituem oposições à homogeneização preconizada por este processo, ressingularizando e desmercantilizando as coisas.¹⁴

Mercantilização e heterogeneidade: a construção de estilos de agricultura

O lugar e o futuro da agricultura familiar, ou das formas familiares de produção e trabalho, sempre foi alvo de intenso debate em meio ao tema da mercantilização. No começo deste trabalho, apresentaram-se as visões da *commercialization* e da *commoditization*, mostrando-se que cada uma, a seu modo, encontrou uma explicação para o lugar das relações e formas não capitalistas de produção em seu arcabouço analítico.

Desde então, houve avanços significativos na literatura. Desde os trabalhos de Lamarche (1993) e Gasson e Errington (1993), para citar apenas dois, desenvolveram-se critérios operacionais de definição da diferenciação entre as formas de agricultura existentes, familiares *versus* capitalistas. Desta diferenciação emergiu intenso debate acadêmico e institucional sobre a necessidade de reconhecimento da diversidade da agricultura. Cada vez mais esta diversidade é percebida como uma das características mais importantes das formas familiares de produção e portadora de robusta capacidade explicativa não só de sua permanência como também de seu fortalecimento em ambientes sociais e econômicos em que imperam as relações de troca

¹⁴ Para Kopytoff, nenhuma sociedade existe sem criar princípios de equivalência entre certos objetos e singularização de outros, portanto não haveria forma social em que todos objetos podem ser trocados por equivalentes, tampouco aquela em que existiriam apenas itens singulares e sem possibilidade de trocas.

mercantil. No Brasil, por exemplo, esta perspectiva encontra eco nos trabalhos de Veiga (1991) e Abramovay (1992), que exerceram forte influência neste debate.¹⁵

Não obstante, tal como destacado em trabalho de Schneider (2006), ainda há clara necessidade da construção de ferramentas teórico-metodológicas adequadas ao entendimento da heterogeneidade e da diversidade do meio rural que suplantem os confrontos ideológicos que invariavelmente subjazem o debate sobre agricultura camponesa, agricultura familiar e agronegócio. Neste sentido, afirma o autor:

É preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero, etc.), assim como os múltiplos meios de exercício da ação política (Schneider, 2006, p. 9).

Embora seja verdadeiro que o avanço das políticas de modernização agrícola provocou – e continua a provocar – substanciais modificações nas condições de produção e reprodução da agricultura familiar, isso não autoriza a generalizar um completo desaparecimento da autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos que se dá no interior destas unidades produtivas. Formas inauditas de resistência, criação e recriação de espaços de manobra e construção de autonomia parcial e relativa estão em curso (Ploeg, 2008; Sabourin, 2009), e ocorrem, via de regra, paralelamente às situações de crescente aumento da dependência em relação aos agentes externos, as quais invariavelmente se constituem em função da fragilização ou precariedade dos meios de produção (terra, trabalho e capital).

De fato, a construção de autonomia frequentemente envolve condições nas quais os indivíduos e as famílias rurais dispõem de um portfólio restrito de recursos. Assim, este processo é particularmente dependente da criação de novidades (*novelties*) técnicas, organizacionais e institucionais que alteram/aperfeiçoam a conexão entre estes recursos (Roep e Wiskerke, 2004). Isto ocorre através da “coprodução” entre homem e natureza, onde se faz uso das múltiplas possibilidades de construção de sistemas de cultivo e criação agroecológicos ou “*low-external input*” (Ploeg *et al.*, 2000); pela arquitetura de redes sociotécnicas que possibilitam uma reorganização no fluxo de recursos e informações, constituindo mesmo um mecanismo essencial à inovação (Callon, 2008); ou ainda, pela redefinição do contexto normativo (normas e *stan-*

¹⁵ A estes trabalhos, pelo menos em nível de Brasil, pode-se somar os resultados da pesquisa Inkra/Fao (2000), em que a diversidade das formas de agricultura se dá pela diferenciação entre agricultores familiares, e seus sub-típos, e agricultores patronais. As particularidades históricas impõem tratar com ressalvas o que critérios como os adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de cunho normativo e operacional, tendem a tratar homogeneamente para fins de enquadramento.

dards) que define os parâmetros através dos quais se organizam as relações de produção e de troca e o acesso a recursos: a criação de mecanismos de certificação participativos, por exemplo.

Em contextos de vulnerabilidade social e econômica, a emergência destas alternativas estimula a diversificação dos meios de vida (Ellis, 2000), que permite maior estabilidade em face das contingências da agricultura (mudanças sazonais, intempéries climáticas, pestes) e reduz os riscos derivados de possíveis falhas no acesso a mercados e na própria criação de inovações pelos agricultores. A diversificação das estratégias de reprodução (e da base de recursos necessária para constituí-las) fortalece a autonomia na medida em que incrementa a capacidade dos agricultores de decidir e interagir com demais atores (no mercado, por exemplo). Neste sentido, o próprio sentido do desenvolvimento consiste em dotar as pessoas de meios para construção de capacidades (*capability construction*, no sentido de Amartya Sen) que contribuam para a organização da sua base de recursos e definição das trajetórias de vida que considerem as mais adequadas para si e para suas famílias.

No que tange à mercantilização, a capacidade de resiliência das formas familiares de produção manifesta-se na (re)formulação ou (re)fundação das relações mercantis, sem que isso signifique qualquer tipo de afastamento definitivo dos mercados. Antes disso, observa-se que a luta por autonomia em curso nesta arena social pode incorrer no distanciamento em relação a alguns circuitos de troca, particularmente os que tomam os agricultores como simples fornecedores de mercadorias, mas resulta na (re)construção de mercados mais territorializados, onde se observam possibilidades reais de um controle mais efetivo por parte dos agricultores familiares. Esta reconexão com os mercados locais representaria importante avanço no reconhecimento dos graus e formas distintas de mercantilização em que se encontra a agricultura, fugindo da visão linear de desenvolvimento agrário e sua impossibilidade de considerar o papel dos atores e as variações empíricas dos fenômenos.

Nesses termos, os aspectos relacionados à autonomia e à dependência das diferentes formas de produção de mercadorias possuem implicações importantes no entendimento da emergência de múltiplos estilos de agricultura que decorrem do ininterrupto processo de negociação entre os agricultores e os demais agentes econômicos, inclusive o Estado. Tomando como exemplo o caso europeu, Ploeg (2006) afirma que atualmente os agricultores estão diante de um verdadeiro e intenso processo de aperto (*squeeze*) na agricultura, o qual demonstra a incapacidade do modelo produtivista em garantir um retorno econômico condizente com suas necessidades de reprodução. Se, por um lado, os efeitos sociais e ambientais do processo de modernização já eram amplamente notados, agora o modelo também começa a apresentar sinais de colapso no âmbito produtivo (Ploeg *et al.*, 2000). A clássica resposta do aumento de escala de produção não parece ser efetiva e possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria pelo aumento da renda agrícola e, consequentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores. O enfrentamento do ambiente hostil criado pelo aprofundamento da liberalização e globalização do mercado mundial de produtos agropecuários tem sido cada vez mais um importante aliado na constatação de que o desenvolvimento agrícola não necessariamente leva ao desenvolvimento rural.

Nas pesquisas recentes conduzidas por Ploeg (2008) fica claro que práticas mais autônomas resultam em estilos de agricultura mais diversificados e em padrões de desenvolvimento rural mais endógenos. A articulação entre aspectos técnicos e sociais resultaria, nesse caso, em

padrões de reprodução social amplamente distintos. Nessa perspectiva, é possível considerar que o sentido do desenvolvimento rural enquanto processo aglutinador da diversidade seja dado analiticamente a partir da perenidade de esforços de apreensão da diversificação de práticas e estratégias (Schneider, 2006).

Segundo Ploeg, a trajetória de diversificação, que marcou as últimas quatro ou cinco décadas do meio rural europeu, é o resultado de padrões de negociação em que os agricultores interagem de acordo com os recursos disponíveis. Conforme forem as situações particulares de cada agricultor em termos de disponibilidade e qualidade dos recursos e do ambiente mercantil e institucional que o rodeia, pode haver limites mais ou menos decisivos à diversificação. Não por acaso isso tende a ocorrer de forma associada à crescente externalização em situações em que a agricultura se volta, basicamente, à produção de *commodities*, impondo restrições institucionais e mercantis ao surgimento de práticas contestatórias ao modelo/padrão hegemônico de produção (Long e Ploeg, 2011; Ploeg, 2008).

Isto tende a ocorrer, segundo Ploeg, porque o resultado mais geral do desenvolvimento capitalista no campo é exatamente produzir *heterogeneidade estrutural* e não especialização e uniformidade produtiva, como acentua recorrentemente a literatura ortodoxa. A heterogeneidade estrutural permite desvelar a “monotonia da paisagem produtiva” que, analisada para além da aparência, demonstra as infinitas possibilidades de racionalidade decisória no uso dos recursos por parte das famílias rurais. A diversidade emerge tanto em termos de padrões tecnológicos e opções produtivas, muitas vezes dentro do mesmo “setor de atividade”, como também nas formas heterogêneas de inserção em mercados não agrícolas, através da pluriatividade (Schneider, 2003).

Neste sentido, pode-se interpretar a diversidade de modos de fazer agricultura e a heterogeneidade social que lhe corresponde como sendo diferentes *estilos de agricultura*, que podem ser entendidos a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores organizarem suas relações sociais e produtivas a partir de diferentes lógicas, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos já que, por exemplo, a disponibilidade de trabalho/mão de obra qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos, que tanto pode se fortalecer como se debilitar face à intensidade e, fundamentalmente, à qualidade dos vínculos mercantis.

Originalmente, o conceito de estilos de agricultura (*styles of farming*) foi empregado por Hofstee (1946) para articular as dimensões da cultura e localidade, representando “um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos e experiências portados por um grupo de agricultores em uma região específica que descreve o modo com que a *farming praxis* é levada adiante” (Ploeg, 1994, p. 17).¹⁶ Esta construção inicial faz referência às diferenças no modo de fazer agricultura entre diferentes regiões europeias. Porém, à medida que se torna evidente a heterogeneidade intrarregional, estilos de agricultura começaram a ser referidos,

¹⁶ O debate sobre o conceito de estilos de agricultura (*styles of farming* ou *farming styles*) é uma derivação analítica do aporte teórico-metodológico desenvolvido por Long e Ploeg em relação à perspectiva orientada ao ator. Na concepção de Long (1980), os estilos de agricultura emergem como ferramentas analíticas a partir do reconhecimento das fragilidades das teorias da modernização e suas derivações em explicar as mudanças sociais e os padrões de desenvolvimento, seja no âmbito da sociedade como um todo, seja no âmbito específico dos estudos agrários.

fundamentalmente, em relação às distintas lógicas produtivas das unidades familiares, em uma perspectiva mais diretamente orientada aos atores, seus projetos e estratégias reprodutivas.

De acordo com Ploeg (1993), um estilo de agricultura refere-se a um repertório cultural, uma composição de ideias normativas e estratégias sobre como a agricultura é feita. O conceito está baseado em três eixos centrais. O primeiro deles é o *eixo normativo*, e refere-se à heterogeneidade nas práticas e na organização da unidade produtiva (a unidade de produção e consumo), que é o retrato da natureza do processo de trabalho desenvolvido. As diferenças que emergem nas práticas agrícolas evidenciam o resultado das diferenças nas estratégias adotadas pelas famílias, sua racionalidade e o acesso aos recursos internos e externos (o conjunto de capitais ou acessos disponíveis). O segundo é o *eixo prático*, e diz respeito à natureza e à relevância, sempre multifacetada, dos processos de mercantilização e incorporação institucional. Esses processos são fundamentais na moldagem da organização do trabalho, das tarefas e das estratégias. O terceiro é o *eixo do mercado*, e demonstra a capacidade dos agricultores reordenarem suas inserções e interações sociais e econômicas através da possibilidade de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (alocação da força de trabalho).

A partir da complexa interação entre estes três conjuntos de fatores constituem-se diferentes formas de fazer agricultura, as quais, de modo geral, podem seguir duas vias históricas, conforme o tipo de resposta que constituem ao regime sociotécnico dominante na agricultura:

Os estilos de agricultura [...] podem ser considerados como algumas das muitas respostas para o projeto da modernização [...]. Alguns estilos representam e reproduzem a internalização do projeto de modernização (e são materialmente dependentes de sua continuação). Outros estilos, por sua vez, representam um distanciamento e uma desconstrução de toda limitação e controle impostos pelo projeto modernizador (Ploeg, 2003, p. 113).

O grau com que os agricultores inserem-se em uma ou outra via e a multiplicidade de arranjos entre distintos domínios (das relações econômicas e institucionais, da família e comunidade local, da produção) refletem múltiplas e complexas noções, experiências e compreensões socialmente compartilhadas. Já a pluralidade de estratégias das quais os agricultores lançam mão é ao mesmo tempo resultado e origem dos diferentes estilos.

No que tange especificamente ao universo da “agricultura familiar”, Ploeg (2006) contrasta duas vias de desenvolvimento que implicam em estilos de fazer agricultura diferentes. De um lado, encontra-se uma via de “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida” chamada de *modo camponês*, em que cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Esse padrão representaria uma unidade orgânica de produção e reprodução, revelando uma preocupação constante com a produção de valor de uso e a reprodução dos objetos e meios de trabalho. De outro lado, uma via que representa o *modo empresarial* de produção familiar. Neste caso, a mobilização dos recursos ocorre fora da unidade de produção, junto aos mercados de insumos, produtos e serviços, fazendo com que as atividades de produção e reprodução sejam crescentemente externalizadas. Isso significa que os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados e entram no processo de produção como mercadorias (Ploeg, 1992; 2006).

O modo camponês desenvolve-se a partir de crescente intensificação do trabalho, para o que existe uma vinculação dos processos de produção e reprodução à qualidade do traba-

lho, proporcionando assim rendimentos crescentes por objeto de trabalho. Já a “reprodução dependente do mercado” se desenvolve pela ampliação da escala, onde o número de objetos de trabalho por produtor aumenta enquanto os rendimentos caem continuamente (Ploeg, 1992). Ademais, o alto nível de inserção mercantil conjugada à crescente externalização, que se constituem problemáticos e remotos à reprodução autônoma, são as bases da lógica de reprodução dependente do mercado, sendo na verdade uma vantagem aqui. A estrutura do *calculus* que orienta o *modelo empresarial* é dada pela razão custo/benefício econômico e pela escala de produção, onde o resultado esperado é rentabilidade econômica.¹⁷ Nesta via as unidades se desenvolvem geralmente a partir da estratégia de ampliação de escala e relativa extensificação. Outrossim, neste caso, cada vez mais os meios de trabalho e o próprio trabalho apresentam-se como custos diretos, sendo que este aliena-se do produtor e perde qualidade e suas características de *artesanidade*. Do mesmo modo, a eficiência econômica prevalece sobre a eficiência técnica; os benefícios a curto prazo tornam-se mais relevantes que a longo prazo; o conceito de risco econômico torna-se mais evidente; a produção por objeto de trabalho diminui; o processo de tomada de decisão se altera e, por fim, cria-se uma necessidade inerente de adoção de tecnologias externas. No *modo empresarial* agricultores incorporam “a lógica do mercado” (Friedmann, 1978) e os recursos produtivos usados são mobilizados preferencialmente via mercados.

O *modo camponês* de forma alguma está associado à “aversão ao mercado” pois a “condição camponesa” está assentada na capacidade de construir novas e diferenciadas relações mercantis (Ploeg, 2008). No modo camponês de fazer agricultura a construção e manutenção de uma base de recursos autônoma é a chave para sua reprodução. A *autonomia* é o denominador comum da condição camponesa moderna e reflete a luta constante e infundável das formas familiares de produção pela criação de uma base de recursos autocontrolada, integrada e de múltiplo uso. Esta luta se expressa nas novas e múltiplas formas de resistência que estão surgindo no meio rural, associadas sobretudo a uma ampla gama de práticas heterogêneas no “modo de fazer a agricultura” (Ploeg, 2008). As estratégias de resistência operam tanto através da desmercantilização, pelo afastamento em relação aos mercados de insumos e fatores de produção, assim como dos circuitos de *commodities* mais tradicionais, quanto pela construção de “mercados alternativos”: especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários, institucionais, não agrícolas.

A construção da autonomia via mercados – novas interações e desdobramentos

Na medida em que os mercados ultrapassam a esfera produtiva e a dimensão material das relações sociais, construir autonomia também se associa à luta pela manutenção de recursos simbólicos (discursos, crenças, práticas culturais, etc.) enraizados na arte de fazer

¹⁷ Outra forma de conceber essa distinção está no que Ploeg denominou “artesanidade” e “empresarialidade”. Esta se refere “à capacidade de adaptar o controle do processo de produção à penetração de diferentes formas de relações mercantis”, enquanto que aquela significa “a capacidade da força de trabalho de desenvolver o potencial produtivo de seus objetos de trabalho” (Ploeg, 1992, p. 183).

agricultura. Enfrentar a “ordem moral” do mercado também significa contrapor-se ao seu ideário e construir um outro conjunto de valores. Além de recursos produtivos, a autonomia envolve a singularização, qualificação e defesa dos bens imateriais presentes nos territórios rurais. Outrossim, autonomia refere-se, por exemplo, ao fortalecimento de formas de troca recíprocas não mercantis fundadas na dádiva, como é o caso das trocas de alimentos e trabalho assentadas na enorme variedade de mecanismos de ajuda mútua que se encontram no meio rural (Sabourin, 2009).

Neste sentido, a autonomia refere-se a uma condição relacional, concebida a partir das múltiplas e heterogêneas formas de interação entre os agricultores e o contexto externo (Ploeg, 2010). Os mercados não apenas condicionam a forma como as trocas materiais ocorrem, como também impõem parâmetros a partir dos quais se estrutura o mundo social e natural. No entanto, não se trata de uma mão invisível. No máximo, mãos que agem à distância, facilitadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação que aumentam sua capacidade de controle.

Novas formas de produção e governança, baseadas numa dinâmica territorializada de desenvolvimento, demonstram que os agricultores com menor portfólio de recursos produtivos também são capazes de reproduzirem-se frente às novas e cada vez mais constrangedoras pressões dos modernos “impérios alimentares” (Friedmann, 2004; Ploeg, 2008). A emergência de novas formas de resistência traz à tona um debate sobre a constituição de uma trajetória de desenvolvimento “pós-produtivista”, territorializada e endógena, que reconecta produção e consumo enraizando-os no contexto sociocultural onde se desenvolvem (Renting, Marsden e Banks, 2003; Sonino e Marsden, 2006).

Um conjunto de mercados emergentes constitui-se a partir do âmbito local e da relação direta entre compradores e vendedores na lógica de cadeias curtas com capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos. São mercados baseados em nichos ou especificidades em que se reconfiguram politicamente o papel do lugar e das relações de proximidade entre consumidores e produtores. Se a compreensão dos mercados engendrada pela NSE é que estes são geralmente enraizados em processos sociais, as cadeias curtas e os produtos com signos culturais-locais potencializam essa condição, pois são vistos como construções expressivamente enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais particulares e que fazem da ligação com localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção específico seus maiores apelos comerciais. Assim, certos mercados não convencionais estariam se reproduzindo em virtude de fatores socioculturais que decorrem da participação em redes sociais (Wilkinson, 2008), da defesa dos valores “intrínsecos” dos territórios (Ray, 1998) e da preocupação com formas socialmente justas de trabalho (Goodman, 2004)

A esta constatação sobre o modo camponês de luta pela autonomia e a diversidade de estilos de agricultura que são parte da constituição social dos mercados converge a perspectiva que remonta aos trabalhos fundadores da NSE. Granovetter (1985, p. 507) destaca que “[...] as pequenas firmas em um mercado particular podem persistir [...] porque uma densa rede de relações sociais é sobreposta às relações de negócio, conectando semelhantes firmas e reduzindo as pressões para integração”. Essa densa rede de relações sociais constitui o componente de enraizamento social da ação econômica, a qual explica porque empreendimentos provenientes da agricultura familiar, aparentemente sem condições de se manter frente às pressões exercidas pelo “império” (Ploeg, 2008), conseguem se reproduzir e, em alguns casos, obter vantagens competitivas.

É nesta perspectiva que Ploeg (2008) discute a emergência de um processo de recampe-sinização, caminhando diametralmente de encontro à formulação clássica, segundo a qual as formas familiares estariam condenadas à inexorável “lógica do mercado”. Segundo o autor, a consolidação de um modo camponês de produção expressa, na realidade, a capacidade renovada dos agricultores em se contrapor a um processo unidirecional de mercantilização e, principalmente, em criar circuitos mercantis alternativos. No primeiro caso, trata-se da construção de estratégias materiais e discursivas que aumentam o espaço de manobra frente às pressões dos impérios alimentares. No segundo, formas próativas de inserção mercantil que se constituem *pari passu* com a formação de novos contextos políticos e normativos.

Uma interpretação integrada e suficientemente ampla acerca destas mudanças ainda está sendo formulada. Seja como for, o fato é que será imprescindível (e mesmo inevitável) que os estudos rurais incorporem os avanços que vêm sendo processados na teoria social para reposicionar analiticamente o lugar dos agricultores no curso das transformações do meio rural e da sociedade como um todo. A perspectiva orientada aos atores vem contribuindo com a construção deste novo quadro analítico, mas continua limitada pela reconhecida dificuldade na elaboração de uma abordagem dos mercados que tenha como ponto de partida a ideia de que se trata de construção social.

Neste sentido, torna-se importante analisar e estudar como os atores se comportam, de que maneira criam novas formas de produção e governança, como os mecanismos institucionais afetam as relações econômicas, de que modo são negociados circuitos de dádivas e mercadorias e como estes problemas interagem entre si. A nosso ver, talvez aqui haja espaço para uma profícua e fértil interlocução entre a perspectiva orientada aos atores e a nova sociologia econômica. O diálogo entre estas perspectivas, tal como esboçado neste trabalho, sugere que os processos de mercantilização são heterogêneos, complexos e não lineares. Sua compreensão requer o entendimento das condutas sociais e comportamentos dos atores a partir dos contextos e ambientes em que estão imersos. A POA ensina que os atores são capazes de construir uma interação proativa com os mercados e até mesmo reorientar o vetor desta interação em um sentido que venha a favorecer à sua reprodução social. A NSE, por outro lado, oferece um complemento importante a esta perspectiva ao insistir no fato de que os atores se inserem em redes e relações sociais tais como o interconhecimento e a proximidade.

O fundamental a reter, ao final, é que parece chegado o momento em que se vislumbra a possibilidade de discutir e analisar a mercantilização para além da simples transmutação da relação de uso e de troca e, sobretudo, da anacrônica compreensão dos mercados como espaços etéreos e fictícios de formação de preços. Isto torna ainda mais estimulante e desafiador o trabalho por fazer pelos que pretendem entender e explicar os dilemas e paradoxos da interação humana valorizando o papel e o poder dos atores, das redes sociais e das normas e instituições existentes e construídas.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

- APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: _____. (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2008, p. 15-88.
- BECKERT, J. *The great transformation of embeddedness*: Karl Polanyi and the new economic sociology. MPIfG Discussion Paper, n. 7/1, 2007.
- BERNSTEIN, H. African peasantries: a theoretical framework. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 4, p. 420-444, 1979.
- _____. Capitalism and petty commodity production. *Social Analysis: The International Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 11-28, dec. 1986.
- BINSBERGER, W. V. Commodification: things, agency and identities: introduction. In: BINSBERGER, W. V.; GESCHIERE, P. (Ed.). *Commodification: things, agency and identities (The social life of things revisited)*. Münster: LIT, 2005, p. 9-51.
- BUTTEL, F. H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 2, p. 165-181, apr. 2001.
- BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F.; GILLESPIE JÚNIOR, G. W. *The sociology of agriculture*. New York: Greenwood Press, 1991.
- CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, v. 10, n. 19, p. 302-321, 2008.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- DiMAGGIO, P. Aspectos culturais da ação e da organização econômica. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia econômica*. Lisboa: Celta, 2003, p. 167-194.
- DODD, N. *A sociologia do dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- ELSTER, J. The market and the forum: three varieties of political theory. In: ELSTER, J.; HYLLAND, A. (Ed.). *Foundations of social choice theory*. Cambridge: CUP, 1986, p. 103-132.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.
- FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.
- _____. Patriarchal commodity production. *Journal of Cultural and Social Practice*, n. 20, p. 47-55, dec. 1986.
- _____. Feeding the Empire: the pathologies of globalized agriculture. In: MILIBAND, R. (Ed.). *The socialist register*. London: Merlin Press, 2004, p. 124-143.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: Cab International, 1993.
- GIBBONS, P.; NEOCOSMOS, M. Some problems in the political economy of African socialism. In: BERNSTEIN, H.; CAMPBELL, B. (Ed.). *Contradictions of accumulation in Africa*. London: Sage, 1985, p. 153-206.
- GOODMAN, M. K. Reading fair trade: political ecological imaginary and the moral economy of fair trade goods. *Political Geography*, v. 23, n. 7, p. 891-915, 2004.
- GOODMANN, D.; REDCLIFF, M. Capitalism, petty commodity production and the farm enterprise. *Sociologia Ruralis*, v. 15, n. 3/4, p. 231-247, 1985.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

- GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The sociology of economic life*. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- HOCHSCHILD, A. R. The commodity frontier. In: ALEXANDER, J.; MARX, G.; WILLIAMS, C. (Ed.). *Self, social structure and beliefs: essays in sociology*. Berkeley: University of California Press, 2004, p. 38-56.
- HELGASON, A.; PÁLSSON, G. Contested commodities: the moral landscape of modernist regimes. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 3, n. 3, p. 451-471, 1997.
- HOFSTEE, E. W. *The causes of diversity in dutch agriculture*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1946.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)/ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO (FAO). *Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, 2000.
- KNORR CETINA, K. The microsociological challenge of macrosociology: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR CETINA, K.; CICOUREL, A. V. (Ed.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macrosociologies*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 1-47.
- KOPYTOFF, I. Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo In: APPADURAI, A. (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Eduff, 2008, p. 89-121.
- LA GRASSA, G. O capitalismo contemporâneo e o papel da teoria marxista. *Revista Crítica Marxista*, v. 2, p. 92-106, 1991.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LONG, N. Introdução à sociologia do desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986, p. 1-25.
- _____. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994, p. 62-90.
- _____. Reflections on agency, ordering the future and planning. In: FRERKS, G. E.; OUDEN, J. H. B. den (Ed.). *In search of middle ground: essays on the sociology of planned development*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1995, p. 64-78.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der; CURTIN, C.; BOX, L. *The commoditization debate: labour process, strategy and social network*. Wageningen: WU Press, 1986.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v. 3, n. 11, p. 285-296, 1995.
- MARX, K. *O capital: o processo global de acumulação capitalista*. São Paulo: Difel, 1982.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.
- NEE, V.; INGRAM, P. Embeddedness and beyond: institutions, exchange and social structure. In: BRINTON, M. C.; NEE, V. *The new institutionalism in sociology*. New York: Russel Sage Foudation, 1998, p. 19-45.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PLOEG, J. D. van der. Patterns of farming logic, structuration of labor and impact of externalization: changing dairy farming in northern Italy. *Sociologia Ruralis*, v. 25, n. 1, p. 5-25, 1985.
- _____. *Labor, markets and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.
- _____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLES DE MOLINA, M. (Ed.). *Ecología, campesinato y historia*. Madri: Las Ediciones de la Piqueta, 1992, p. 153-195.
- _____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.
- _____. *The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 13-56.
- _____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- _____. The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, 2010.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- RAY, C. Culture, intellectual property and territorial rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 38, n. 1, p. 3-20, 1998.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, p. 393-411, 2003.
- ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on novelty production and niche management. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 341-356.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 14, n. 2, p. 225-238, 1997.
- _____. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- _____. Introdução. In: _____. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- SCHULTZ, T. W. *Transforming traditional agriculture*. New Haven: Yale University Press, 1964.
- SONINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p. 181-199, 2006.
- VANDERGEEST, P. Commercialization and commoditization: a dialogue between perspectives. *Sociologia Ruralis*, v. 25, n. 3, p. 7-29, 1988.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1991
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- ZELIZER, V. Repenser le marché. La construction sociale du marché aux enfants aux États-Unis. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 94, p. 3-26, 1992.
- _____. Circuits within capitalism. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. *The Economic Sociology of Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003a, p. 289-319.
- _____. O significado social do dinheiro: dinheiros especiais. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. *A nova sociologia económica*. Lisboa: Celta, 2003b, p. 125-166.

A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente?

Daniela Oliveira

Marcio Gazolla

Cynthia Xavier de Carvalho

Sergio Schneider

Introdução

O objetivo deste capítulo é contribuir para o retorno da discussão a respeito da dinâmica e do papel da inovação na agricultura e no mundo rural, agora sob a perspectiva do desenvolvimento rural e não mais da modernização agrícola, paradigma sob o qual a atividade inovativa foi institucionalizada na agricultura do Brasil e de outros países da América Latina, a partir dos anos 1970, através de um conjunto de instrumentos de políticas acionados para modernizar o setor agrícola destes países (crédito rural subsidiado aliado a programas de pesquisa agronômica e de extensão rural).

A constatação é a de que, na literatura, o debate sobre inovações e mudança tecnológica foi deixado de lado pelos pesquisadores brasileiros após as elaborações teóricas que sustentaram o paradigma da modernização, principalmente a teoria da inovação induzida de Hayami e Ruttan (1988) e a teoria da eficiência tecnológica de Schultz (1965). De forma sintética pode-se dizer que sob o paradigma da modernização agrícola o processo inovativo esteve fortemente condicionado por uma perspectiva linear das inovações, a partir da qual estas seriam produzidas pelas ciências agrárias, difundidas por técnicos extensionistas e incorporadas pelos agricultores.

No fluxo deste processo linear as trajetórias tecnológicas da modernização agrícola conduzem a formas de organização da produção, que estão associadas, em maior ou menor grau, a processos de mercantilização, de cientificação e de integração a complexos agroindustriais.¹ Nesse contexto, a inovação responde como importante elemento propulsor do aumento da produção e da produtividade agrícola. No entanto, sendo algo importado e exterior às realidades locais, aos processos de trabalho e às práticas agrícolas, estas inovações foram introduzidas de forma desconectada dos ecossistemas locais, das dinâmicas de coprodução e das interações entre

¹ A mercantilização é entendida como o processo através do qual os objetos de trabalho, os instrumentos e, progressivamente, o trabalho ingressam no processo produtivo na qualidade de mercadorias e passam a adquirir, simultaneamente, valor de uso e valor de troca. A externalização encontra-se associada a um processo de cientificação, que se caracteriza pela substituição das práticas agrícolas tradicionais por práticas de caráter científico (progresso técnico), e também à crescente integração da produção aos circuitos mercantis (ou multiplicação das relações mercantis na agricultura).

sociedade e natureza. Por estas e outras características é que se pode afirmar que tal modelo de desenvolvimento agrícola e de inovação (...) pouco contribuiu para a inclusão dos agricultores familiares e, quando o fez, foi para subordiná-los verticalmente aos complexos agroindustriais, restringindo a autonomia que lhes é peculiar (Marques, 2009, p. 27).

É no âmbito da crítica ao modelo produtivista, e a determinados aspectos teóricos a ele associados, que se pretende contribuir no debate a respeito do lugar e do papel da tecnologia e do conhecimento em práticas e processos que se desenvolvem (ou assim pretendem) à margem das regras e padrões modernizantes. Neste sentido considera-se que a abordagem da produção de novidades (*novelty production approach*) pode representar uma alternativa aos limites das abordagens convencionais do progresso técnico na agricultura. Nesta abordagem a produção de novidades é reconhecida como um processo contínuo de solução de problemas diários e de criação de novas e melhores maneiras de otimizar o uso dos fatores de produção e de praticar agricultura, que tem como base as práticas e os saberes locais e a integração de conhecimentos científicos com conhecimentos tradicionais. Além disto, novidades são inovações que rompem com as regras e os padrões do paradigma da modernização agrícola. Ao tensionarem os padrões dominantes, as novidades são potencialmente produtoras de mudanças em domínios da produção diferentes daqueles nos quais e para os quais elas foram produzidas, gerando novas práticas, novas instituições e novas demandas. Neste sentido Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004), considera novidades como “sementes da transição” para um novo paradigma – o paradigma do desenvolvimento rural.

A fim de dar conta desta discussão e do objetivo proposto, organizou-se este artigo da seguinte forma: na primeira seção resgata-se a discussão sobre inovação e modernização agrícola, destacando os pressupostos e a trajetória tecnológica modernizante. Nesta mesma seção introduz-se o debate sobre a crise do paradigma da modernização e emergência de práticas e processos alternativos que, de forma articulada, podem configurar o que autores como Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) e outros denominam de paradigma do desenvolvimento rural. Na segunda seção destaca-se a capacidade e a importância da agência social dos atores, em processos de reação e de construção do novo, e apresentam-se as principais características deste novo paradigma de desenvolvimento rural. Na sequência, na terceira seção, nosso foco é a produção de novidades e as características que marcam a diferenciação entre inovação e novidades, e explora-se a concepção de novidades (*novelties*) como sementes da transição (*seeds of transition*). Na seção quatro, discutimos a proposta de manejo da transição através da formação e proliferação de nichos sociotécnicos para a produção das novidades. Na última seção apresentam-se algumas considerações sobre a totalidade das ideias discutidas no trabalho.

Padrões e trajetórias tecnológicas modernizantes: da ascensão à crise

De forma geral pode-se afirmar que o paradigma da modernização agrícola dominou – e em muitos lugares ainda domina – (...) a política, a prática e a teoria relacionadas à agricultura e ao mundo rural (Ploeg *et al.*, 2000, p. 391) de diversos países, depois do pós guerra. Desse modo, as transformações na agricultura são fortemente influenciadas por um padrão de inovação que obedece as seguintes características:

(a) Desenvolvimento de trajetórias tecnológicas que conduzem, de forma crescente, a produção em massa, ao uso intensivo de energia não renovável e a integração a complexos agroindustriais;²

(b) Foco no desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e, através destas, no aumento da produtividade por unidade de área, trabalho e/ou capital investido;

(c) Produção de conhecimento e de tecnologias a partir de um modelo linear de inovações, que pressupõe que as mudanças tecnológicas e os processos de inovação são menos dependentes das forças sociais e mais dependentes do progresso da ciência e da tecnologia, e que a mudança ocorre sempre de forma predeterminada e unidirecional, iniciando com a realização de pesquisas básicas e terminando com a adoção e disseminação das inovações através dos mercados.³

No modelo linear alguns atores são considerados como especializados na *geração* de inovações (ciências agrárias), outros se concentram na sua *transferência* ou difusão (extensionistas e técnicos de campo), enquanto aos agricultores cabe o mero papel de adotar as inovações através de “pacotes” tecnológicos, de normas, regras e padrões de produção. Aqui o desenvolvimento de inovações é um caminho de mão única, já que os supostos usuários – os agricultores – não expressam nem influenciam os caminhos e os resultados das inovações.

[...] Na pesquisa tradicional de ‘adoção e difusão de inovações’ a opinião básica era que as inovações originavam-se de cientistas, eram transferidas pelos agentes extensionistas e outros intermediários e eram aplicadas na agricultura pelos agricultores. Este modo é chamado ‘o modo linear de inovação’. O modelo é caracterizado pela clara divisão de tarefas entre os vários atores; alguns atores são especializados na geração de inovações, outros centrados na transferência, enquanto o papel dos agricultores é meramente aplicar as inovações (Stuiver *et al.*, 2004, p. 96).

Com base nestas concepções é que foi implantado no Brasil, a partir dos anos 1960, um conjunto de instrumentos de políticas públicas modernizantes da agricultura. Assentado no crédito rural subsidiado (Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR), na pesquisa agrônômica (geração de inovações) e na extensão rural (difusão de inovações),⁴ a política visava a transformação da base técnica-produtiva, através do uso de inovações tecnológicas capazes de aumentar a produtividade agrícola e a oferta de produtos agropecuários, bem como a expansão e a diversificação das exportações. Através destes instrumentos de indução à mudança

² Vale destacar que esta trajetória não é exclusiva do desenvolvimento agrícola. Os paradigmas tecnológicos construídos em grande parte dos setores produtivos no século XX foram dominados por trajetórias tecnológicas modernizantes, baseadas na busca por economia de escala e pela crescente mecanização da produção, características do período fordista de produção.

³ Diversas são as correntes teóricas que influenciam esta ideia de linearidade e autonomia das mudanças tecnológicas. Do campo da teoria econômica recebem influência da teoria neoclássica do progresso técnico, em sua versão atualizada, conhecida como Teoria das Inovações Induzidas (Hayami e Ruttan, 1988) e suas abordagens *demand-pull* e *technology-push*. Estas abordagens associam os estímulos de mercado (*demand pull*) ao desenvolvimento de novas técnicas (*technology push*) como indutores da inovação.

⁴ Executados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), respectivamente.

tecnológica a política institucionalizava a teoria, mais especificamente a Teoria da Inovação Induzida, quando esta defendia que, se os agricultores não adotassem inovações tecnológicas, estas deveriam ser induzidas para que ocorresse a mudança técnica da agricultura.

Alguns autores, no entanto, afirmam que o paradigma da modernização está chegando ao seu limite intelectual e prático. Para Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) o acelerado aumento no uso dos fatores de produção e a associada intensificação, especialização, concentração espacial e aumento de escala de produção têm sido crescentemente contrapostos por um conjunto de limitações de ordem social e ecológica. Para estes autores o progresso alcançado pela modernização, no que se refere aos níveis de produção e de produtividade, tem um preço bastante alto em termos de impactos ambientais, já que a agricultura passa a contribuir significativamente para a crise ambiental que o mundo está passando.

[...] Emissões de pesticidas e adubos químicos no solo, na água e no ar, tem mostrado severas conseqüências, no curto, mas principalmente no longo prazo. Além disso, a agricultura tanto causa quanto sofre com a degradação ambiental. Solos super férteis são lavados, destruídos e salinizados; aquíferos de água doce são secos ou severamente contaminados; diversidade genética é erodida e perdida para sempre. As fontes de energia utilizadas na agricultura crescentemente contribuem para aumentar o aquecimento global [...]. Em outras palavras, muitos, se não todos os problemas ambientais são produto dos regimes sócio-técnicos (Ploeg *et al.*, 2004, p. 7; tradução livre).

Em termos econômicos a crise se configura no momento em que os custos de produção alcançam valores expressivos que não são compensados pelos preços de venda dos produtos. Autores têm destacado (Ploeg, 2006; Ploeg *et al.*, 2000) que esta não é uma crise circunstancial, que poderia ser resolvida pela via da intervenção do Estado até que a situação de mercado ajustasse as relações de troca (Schneider, 2007, p. 13).

Também não é uma situação que pode ser resolvida através da redução de um ou outro tipo de insumo adquirido no mercado, pois segundo Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) este tipo de estratégia resulta, em geral, numa desarmonia do conjunto do sistema de produção, resultando com isto numa redução da produção e da produtividade das unidades. Nesta estratégia a manutenção das condições de produção e do nível de renda das famílias rurais exigiria uma compensação através do repasse de recursos do Estado. Num contexto internacional de liberalização dos mercados, e redução dos subsídios agrícolas, tecnologias e processos que reduzam a produtividade agrícola não são aceitáveis do ponto de vista econômico, político e ambiental (Ventura e Milone, 2004).

Para Ventura e Milone (2004), o progresso tecnológico que objetiva aumentar a produtividade da agricultura não é mais aceitável, pois não fornece respostas úteis de um ponto de vista econômico, político ou ambiental. As questões ambientais, os problemas de segurança alimentar e bem-estar animal e as questões de superprodução têm gerado rupturas nas relações entre o paradigma científico dominante e as normas sociopolíticas que regulam o desenvolvimento da agricultura (Milone, 2009, p. 3). Neste contexto de constatação de uma situação de crise e de insustentabilidade do paradigma da modernização agrícola emerge em diversos lugares da Europa, da América Latina e da África tentativas para definir novas linhas de desenvolvimento para o mundo rural. Marsden (2003) nomeia este novo movimento como

dinâmica do desenvolvimento rural e Ploeg como trajetória da recampesinização (Ploeg, 2008) ou paradigma do desenvolvimento rural (Ploeg *et al.*, 2004).

Soma-se a este conjunto de críticas os limites do modelo produtivista na agricultura e, de forma associada, as novas proposições para o futuro das áreas rurais – que perspectivas alternativas a respeito da produção do conhecimento e de inovações em processos de desenvolvimento passam a ser (re)pensadas.

Desenvolvimento rural: um paradigma em construção

Em várias partes do país (e do mundo) agricultores têm reagido às dificuldades de reprodução material, social, e até mesmo ambiental, que o paradigma da modernização agrícola tem imposto, buscando construir caminhos alternativos àqueles induzidos pelas políticas modernizantes. O conjunto articulado destas novas e emergentes estratégias representa a capacidade da resistência camponesa (Ploeg, 2008) e sustenta a conformação, ou a transição, para um novo paradigma de desenvolvimento para o mundo rural, o qual estes e outros autores têm denominado de paradigma do desenvolvimento rural (Ploeg *et al.*, 2000 e 2004; Ventura e Milone, 2004; Moors *et al.*, 2004).

Para Ploeg (2006, 2008) a capacidade de resistência camponesa é fruto do papel ativo que os agricultores podem assumir nos processos de produção através do conhecimento que acumularam e das decisões que tomam. Para o autor a tentativa de homogeneização do desenvolvimento tecnológico na agricultura é sempre contornada por um conjunto de respostas que os agricultores estabelecem aos problemas que emergem da integração do conhecimento científico ao processo de trabalho, das condições desiguais de absorção do desenvolvimento tecnológico e das dificuldades de implantação de regras, de procedimentos generalizados e de tecnologias uniformes. Ou seja, além dos agricultores absorverem tecnologias em diferentes ritmos, toda técnica, ao ser utilizada diretamente nos processos de produção, passa por um processo de tradução ou reconfiguração, através do qual os agricultores atribuem significado dentro dos seus velhos processos de trabalho e das suas relações sociais de produção.

Desta forma os agricultores negociam sua inserção nos mercados e nas tecnologias tendo em vista não somente o contexto externo, mas também os seus próprios interesses e condições. Nessa dialética os agricultores podem acelerar, modificar, neutralizar, resistir ou inverter as tendências gerais e assim modificar a dinâmica do desenvolvimento, imprimindo condicionantes e ritmos diferenciados e gerando respostas ou estratégias alternativas frente às condições adversas ou limitantes.⁵

⁵ Nesta perspectiva a noção de agência social é central. De acordo com Giddens *apud* Ploeg (1994) a agência social não pode ser considerada como as intenções que as pessoas possuem, mas sim como a capacidade de ação social. “A ação social depende da capacidade do indivíduo de “causar uma mudança” em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente” (Ploeg, 1994, p. 7). Também é importante destacar que a agência não deve ser considerada simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas (Ploeg, 1994, p. 7-8). O agenciamento social sempre requer capacidade de organização, capacidade de influenciar os outros ou de transmitir e de

De forma sintética Ploeg (Ploeg *et al.*, 2000) caracteriza o desenvolvimento rural como um processo multinível, multiator e multifacetado. O aspecto multinível resulta numa nova integração entre agricultura e sociedade, na qual a sociedade passa a exigir do rural mais do que a produção de *commodities* agrícolas a preços reduzidos. Para Marsden (1995), neste processo novas atribuições e também novas possibilidades são abertas ao espaço rural, que não pode mais ser definido apenas em termos de suas relações de produção agrícola. Ao invés disso, surge uma ampla gama de combinações potenciais de relações de produção e consumo, que passam a conferir valor a diferentes dimensões do espaço rural, entre as quais a paisagem, a arquitetura, a história e os alimentos típicos ou locais.

Num segundo nível, que é o nível da produção agrícola, o paradigma do desenvolvimento rural exige novas formas/maneiras de produção para o setor agrícola. Se no paradigma da modernização agrícola a eficiência produtiva estava assentada na ampliação da escala de produção, na intensificação no uso dos fatores de produção adquiridos nos mercados, na especialização produtiva e no forte direcionamento da produção agrícola para o setor industrial a jusante da agricultura, no paradigma do desenvolvimento rural a eficiência deve ser gerada através de um novo conjunto de elementos e estratégias. Neste novo conjunto de elementos estratégicos a geração de *sinergias* (Ploeg *et al.*, 2000, p. 392), entre atividades agrícolas e não agrícolas e entre unidades de produção, assume uma posição central.

Enquanto a modernização exigiu a especialização na produção agrícola e gerou uma separação da agricultura de outras atividades rurais, no paradigma do desenvolvimento rural benefícios mútuos e situações de ganho são estratégicos e desejados entre diferentes atividades (Ploeg *et al.*, 2000, p. 393).

Como resultado da crítica à especialização produtiva na agricultura, valoriza-se sistemas ditos alternativos de produção de alimentos que configuram uma diversidade de estilos por vezes classificada como agricultura orgânica, agricultura sustentável, agricultura agroecológica, permacultura, econômica, dentre outros. Para Ventura e Milone (2004) dois elementos são centrais no sucesso destes estilos de agricultura: a redução da necessidade de insumos externos, minimizando custos de produção e custos de transação, e a diversificação das unidades produtivas, através da redescoberta do valor dos componentes artesanais da unidade de produção.

No primeiro caso, isto leva a uma unidade produtiva multi-produto (Teece, 1982), aonde o trabalho não agrícola, a habilidade e o saber fazer tornam-se recursos centrais usados para (re) produzir recursos que poderiam em outros casos serem comprados. No segundo caso nós temos um processo de diferenciação de produtos e de reposição dos produtos das unidades produtivas (Ventura e Milone, 2004, p. 58).

O terceiro nível é aquele no qual o desenvolvimento rural é operacionalizado dentro das unidades produtivas. Neste nível o desenvolvimento rural emerge como uma redefinição

fazer cumprir uma ordem, o que depende fundamentalmente “da associação de muitos atores em um dado esquema político e social (Latour, 1986: 264)” (Ploeg, 1994, p. 8).

das identidades, das estratégias, das práticas, das inter-relações e das redes (Ploeg *et al.*, 2000, p. 393). Que atividades devem ser combinadas e qual a melhor alocação da mão de obra da família, dentro e fora da unidade de produção, são questões que aqui se fazem emergentes.

O quarto nível é aquele que define o desenvolvimento rural como um processo multiator, pois retira dos agricultores e das organizações que os representam ou atendem (instituições de crédito, fornecedores, compradores, assistência técnica, etc.) o monopólio das áreas rurais. Aqui emergem novos atores sociais e organizações de turismo rural, organizações ambientalistas, novas organizações profissionais, além de um conjunto de novos moradores rurais que não necessariamente tem a agricultura como fonte de trabalho e renda (neorurais). Associado a este nível, no quinto nível, emergem as transformações nas políticas e nas instituições, através de novas práticas e novos programas que se direcionam para as estratégias de desenvolvimento rural e para os atores e instituições que agora materializam estas políticas e programas (novo complexo institucional).

Por fim, a natureza multifacetada do desenvolvimento rural é observada através da interconexão entre as diferentes estratégias e práticas atuais e emergentes.

O desenvolvimento deste tipo de empresa resulta em novas formas de coesão social e, em muitos casos, uma nova variedade de atividades passam a ser combinadas de forma integrada. Unidades agrícolas consideradas ‘supérfluas’ no paradigma da modernização assumem novos papéis e novas inter-relações são estabelecidas não só com outras unidades produtivas, mas também com diferentes segmentos da população urbana (Ploeg *et al.*, 2000, p. 393; tradução livre).

Como exemplos de estratégias e práticas que têm sido efetivadas de forma interconectada/ combinada citam-se: a produção agrícola baseada em princípios agroecológicos, a agroindustrialização artesanal, as atividades de turismo rural, a construção de canais alternativos de comercialização de produtos e serviços, a revalorização de produtos típicos de determinadas regiões, entre outras. Para Ploeg (Ploeg *et al.*, 2000) estas novas estratégias dependem antes de tudo da (...) elaboração de novas trajetórias tecnológicas e da produção e reprodução de conhecimentos específicos e associados (Ploeg *et al.*, 2000, p. 396). Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) caracteriza estas novas trajetórias ou mecanismos como produção de novidades (*novelty production*).

Novelty production approach: uma abordagem alternativa para a produção de conhecimentos e de ‘inovações’ no desenvolvimento rural

São muitas as críticas endereçadas às abordagens lineares e verticais que caracterizam a inovação, a pesquisa e a difusão de tecnologia para a agricultura. Uma delas se refere à inadequação do tipo de tecnologia gerada a partir das diretrizes da modernização quando para uso na agricultura familiar. Esta consideração é feita, dentre outros argumentos, a partir da constatação de que a maior parte dos recursos destinados à pesquisa objetivou o aumento de produtividade pelo aumento de escala e o crescimento da produção das

chamadas *commodities* agrícolas, e que tal modelo de desenvolvimento agrícola pouco contribuiu para a inclusão dos agricultores familiares; e, quando o fez, foi para subordiná-los verticalmente aos complexos agroindustriais, restringindo a autonomia que lhes é peculiar (Marques, 2009).

No entanto, mesmo que as críticas e os limites do modelo produtivista da modernização e das trajetórias tecnológicas associadas, sejam identificados e reconhecidos, principalmente no que se refere a sua inadequação para uso na agricultura familiar, ainda não há um consenso a respeito de qual poderia ser o caminho alternativo para a produção de conhecimentos e de inovações na agricultura e no mundo rural. No Brasil, pode-se afirmar como alternativas emergentes: (a) a perspectiva da apropriação de tecnologias, que de acordo com Lima (Lima *et al.*, 2002), tem tido algum apoio do Estado, como por exemplo, através de linhas específicas de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e (b) a perspectiva de reconhecimento dos saberes locais e tradicionais na construção do conhecimento e de inovações com base em metodologias participativas. Esta segunda linha emergente manifesta-se, no Brasil, principalmente através da atuação de organizações que fazem parte da Ana (Articulação Nacional de Agroecologia) (Marques, 2009).

Uma terceira abordagem que emerge é a abordagem da produção de novidades. Para Ventura e Milone (2004), na agricultura as inovações provindas de padrões tecnológicos e institucionais dominantes, que focam quase exclusivamente na especialização da produção e no aumento da economia de escala, têm sido pouco interessantes para agricultores que pretendem desenvolver suas unidades de produção sobre e a partir de outros padrões ou de um novo paradigma. Assim, para os autores, quando uma unidade de produção, ao inovar, abandona as regras e os padrões estabelecidos pela modernização agrícola, ela entra no campo da produção de novidades.

O que se está considerando como novidades ou como produção de novidades, não é, no entanto, um processo novo na agricultura. Segundo Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) a história da agricultura é uma longa história de produção de novidades. Ao longo dos séculos os agricultores estabelecem relações precisas com os fatores de produção que manejam, criando e recriando novas técnicas de adaptação e produção. Na medida em que adaptam as técnicas ao ambiente os agricultores alteram o ambiente e novamente novas formas de manejo dos fatores de produção tornam-se necessárias. A produção de novidades na agricultura pode então ser considerada como um processo contínuo de solução de problemas diários e de criação de novas e melhores maneiras de otimizar o uso dos fatores de produção e de praticar agricultura.

Com o advento da modernização da agricultura, e das modernas técnicas de produção, a produção de novidades pelos agricultores passa a ser desprezada e muitas vezes considerada um obstáculo à introdução de tecnologias modernizantes e produzidas externamente. Entretanto, mais recentemente, com a necessidade de reagir às limitações do padrão modernizante e, principalmente, em função da necessidade de desenvolvimento de sistemas agrícolas que almejam a sustentabilidade ambiental, a produção de novidades ressurgiu como importante fonte de conhecimentos e de geração de novas alternativas.

De forma sintética afirma-se que o que se está chamando de produção de novidades na agricultura se diferencia do que é chamado de inovações devido a três características/processos fundamentais, quais sejam: a contextualização, a internalização e a territorialização, como demonstra a Figura 1. A contextualização se refere aos tipos de conhecimentos e habilidades que são utilizados pelos agricultores para gerar e construir as novidades. Estes se utilizam do conhecimento contextual, que é um conhecimento que resulta do contexto socioeconômico, cultural e institucional, sendo na maioria das vezes o resultado da “fusão de horizontes” entre o “mundo” dos agricultores (o chamado conhecimento tácito) com os outros “mundos” e “projetos” de outros atores sociais, como os pesquisadores, os extensionistas, as agências do Estado, os consumidores, os agentes de desenvolvimento, etc. (o conhecimento codificado ou científico) (Stuiver *et al.*, 2004; Stuiver, 2008).

A internalização caracteriza o tipo de recurso utilizado na produção de novidades, na maioria das vezes recursos internos do local/território ou até da unidade de produção agrícola – a chamada endogenidade das práticas. A internalização torna as novidades mais rentáveis e sustentáveis, pois elas conseguem, através de rearranjos e melhoramentos nos recursos disponíveis e nas práticas dos agricultores (Oostindie e Broekhuizen, 2008), baixar os custos de produção e de transação da agricultura (Milone, 2009; Ventura e Milone, 2004).

No interior do regime dominante na agricultura, inovações tecnológicas procuram em geral substituir os fatores de produção limitantes por artefatos manufaturados pela indústria. Ao contrário, novidades freqüentemente representam um modo de organizar os recursos endógenos, como meio de contornar os constrangimentos, usando estratégias de diversificação e a geração de sinergias internas e externas (Ventura e Milone, 2004, p. 73; tradução livre).

Já a territorialização envolve a ideia de que as novidades nascem imersas (*embeddedness*) em um espaço e em relações e redes sociais locais. Desta forma a produção de novidades na agricultura sempre é um processo localizado num território e dependente do tempo, dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais em que o processo de trabalho na agricultura está sendo desenvolvido.

Segundo Milone, uma característica recorrente de uma novidade é sua ruptura com o regime dominante e sua capacidade de reconectar as unidades de produção com o território através do uso de recursos escondidos e/ou de recursos que são pouco utilizados pelo regime dominante. Esta sua habilidade para reconectar, juntamente com o resgate da agência e autonomia dos agricultores, torna as novidades mais promissoras quando comparadas com outras inovações, e com melhor capacidade de responder às questões de sustentabilidade social, econômica e ambiental que seriam difíceis através do uso de fórmulas e artefatos padronizados (Milone, 2009, p. ix; tradução livre).

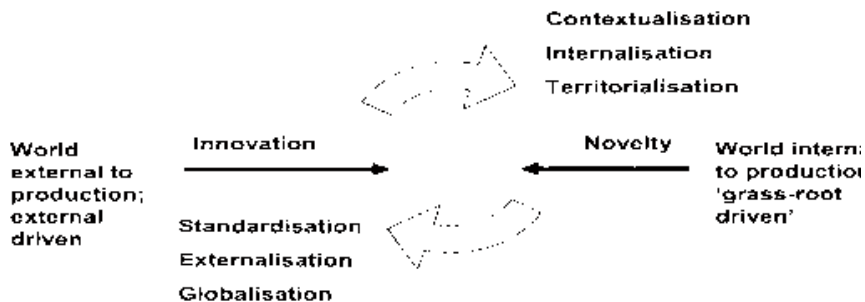


Figura 1: Principais diferenças entre as inovações e a produção de novidades
 Fonte: Oostindie e Broekhuizen (2008).

Uma outra diferença central nos conceitos de inovação e de novidades na agricultura é a ideia de que as primeiras são *incrementais*, como as definiu Schumpeter (1961; 1985), e as segundas são *radicais* (Wiskerke e Ploeg, 2004). Para Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) inovações são incrementais (...) na medida em que elas representam o próximo pequeno passo ao longo de uma linha já definida (Ploeg *et al.*, 2004, p. 12), gerando somente pequenas mudanças e ajustamentos no padrão, ou direção, do desenvolvimento tecnológico que vem sendo adotado. Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004), Moors (Moors *et al.*, 2004) e Milone (2009) referem-se à produção de novidades como inovações que são radicais por que: (a) rompem com as regras e trajetórias tecnológicas da modernização agrícola; (b) são produzidas fora do padrão linear de produção do conhecimento e tecnologias; e (c) por que toda novidade, ao romper com regras e padrões dominantes, carrega consigo o potencial de gerar mudanças mais amplas e em diferentes domínios das atividades produtivas.

O papel e a natureza do conhecimento na produção de novidades

O desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e serviços, associado ao desenvolvimento de novos mercados (Ploeg *et al.*, 2000, p. 396). Este entendimento sobre o desenvolvimento rural requer, no entanto, a geração de novos conhecimentos sobre processos produtivos e sobre processos organizativos, tanto no âmbito das unidades de produção quanto entre elas. Neste contexto o conhecimento dos agricultores (*farmers knowledge*) torna-se uma questão chave. Segundo Stuver, “está começando a tornar-se amplamente reconhecido que este conhecimento tem um importante papel na construção de inovações sustentáveis na agricultura” (Stuver *et al.*, 2004, p. 93).

Há um conjunto de autores que tratam da importância do conhecimento num contexto de desenvolvimento rural que propõem a necessidade de elaboração de uma nova abordagem sobre a geração-utilização de conhecimento na agricultura. Para Ploeg (1994), no paradigma do desenvolvimento rural o entendimento sobre a geração de conhecimento é alterada na direção de uma sociologia do conhecimento orientada aos atores, relativamente a processos de desenvolvimento. Nesta nova sociologia do conhecimento busca-se romper com alguns

dos principais elementos que fundam a concepção de conhecimento vigente no paradigma da modernização.

A partir do processo de modernização agrícola, a noção de conhecimento quase sempre esteve associada a uma concepção que pressupõem a existência de um fluxo linear e unilateral de troca de informações entre os agricultores, as instituições de pesquisa e os governos. Neste modelo os pesquisadores difundem as descobertas científicas para os agricultores (extensão), que as colocam em prática e oferecem um *feedback* de potenciais problemas observados, que forçam os pesquisadores em busca de novas soluções e melhorias.

Neste modelo o conhecimento produzido localmente a partir das condições socioeconômicas e ambientais, que ao longo dos séculos tem servido aos agricultores no enfrentamento de situações de produção e no aumento dos níveis de produtividade dos sistemas, torna-se desnecessário e, mais do que isto, muitas vezes é considerado um obstáculo para a aquisição do conhecimento científico (Ploeg *et al.*, 2004). Ao contrário, o conhecimento valorizado e entendido como necessário é o conhecimento produzido em centros de produção de conhecimento científico. Nestes centros o conhecimento é produzido e codificado em mensagens que os tornam passíveis de difusão entre os usuários.⁶

No entanto, Stuver (Stuver *et al.*, 2004) destaca que, na atualidade, em diversas áreas do conhecimento e em especial naquelas relacionadas à agricultura e ao mundo rural, as idéias sobre a natureza e dinâmica dos processos de geração de conhecimento e de inovação tecnológica têm sido alteradas significativamente.

[...] quando os estudiosos começaram a analisar como inovações acontecem na prática, eles rapidamente descobriram todo tipo de desvio dos modelos lineares. Verificou-se que os pesquisadores muitas vezes tem as suas idéias inovadoras, mas que os agricultores realizam significantes adaptações nos pacotes desenvolvidos pelos cientistas. Desta forma viu-se que muitas inovações aconteciam sem o envolvimento dos cientistas. A função dos agentes de extensão não era somente de transferir conhecimento e informações dos cientistas para os agricultores, mas estes assumiam um papel na troca de informações entre cientistas e agricultores. A conclusão foi que inovação requer uma forte cooperação numa rede de atores, na qual todos contribuem para a geração e transferência de conhecimento. Agora os agricultores são também reconhecidos como tendo conhecimento e como portadores de um papel ativo e criativo no processo de inovação (Stuver *et al.*, 2004, p. 97; tradução livre).

Entre os fatores que têm contribuído para aumentar o interesse a respeito do conhecimento dos agricultores, Stuver (Stuver *et al.*, 2004) cita: a descoberta que tais conhecimentos são fundamentais quando o objetivo é o rebalço dos fatores de crescimento; a reconsideração da diversidade existente na agricultura; e a mudança na percepção sobre a natureza das inovações e do processo inovativo. Os autores destacam que para a realização da sustentabilidade como

⁶ Nesse caso, as unidades de produção ou as firmas conforme tratado por Amin e Cohendet (2004), são unicamente unidades de armazenamento de informações. A acumulação de informações, que ocorre a partir da transferência, gera um estoque de informações que são consideradas, em conjunto, o conhecimento e a habilidade de uma unidade de produção. O conhecimento aqui é considerado uma posse, uma propriedade, e não um processo, ou uma prática social conforme proposto por Amin e Cohendet (2004).

meta social é necessária uma grande ênfase sobre os fatores de produção e sobre as condições ecológicas locais. Nesta perspectiva o conhecimento dos agricultores e sua relação com o ambiente adquirem nova relevância.

[...] Estudos mostram que agricultores freqüentemente têm um rico entendimento dos recursos locais e que eles trabalham no sentido de manter os sistemas sociais e ecológicos. O conhecimento dos agricultores pode ser um recurso bastante útil para melhor entendermos como um ecossistema pode ou não pode ser manejado e como sistemas sociais devem relacionar-se com os ecossistemas (Stuiver *et al.*, 2004, p. 95; tradução livre).

Trabalhando a partir de uma perspectiva que resgata a importância ou o papel dos diferentes tipos de conhecimento na formação da capacidade inovativa das firmas, Amin e Cohendet (2004) propõem o conhecimento como o resultado de um processo coletivo, enraizado socialmente, formado a partir dos constantes *feedbacks* que ocorrem entre os diferentes componentes do processo, no qual o conhecimento científico (ou perito) e o conhecimento tácito⁷ são complementares, e não excludentes. Além disto, propõem que o conhecimento, ao invés de uma propriedade, deve ser visto como uma prática social (o conhecimento como ação, o que leva os autores a proporem uma “epistemologia da prática”). Nas palavras dos autores:

As tradicionais abordagens do conhecimento, reduzido à informações, não compreendem algumas das fundamentais distinções que caracterizam uma profunda análise do conhecimento: a distinção entre conhecimento tácito e codificado, a distinção entre conhecimento individual e coletivo, a distinção entre conhecimento possuído e conhecimento apreendido na prática. Estas abordagens consideram o conhecimento como sendo essencialmente o mesmo. [...] Nonaka and Takeuchi (1995) tem sugerido que nós devemos considerar todos os tipos de conhecimento (codificado/individual; codificado/coletivo; tácito/individual; tácito/coletivo) como epistemologicamente diferente, mas com importância igual. Esta tipologia tem levado Nonaka and Takeuchi a formular a hipótese chave de que o potencial de uma dada organização para inovar está diretamente associado com a sua capacidade de controlar, de manejar os diferentes modos de conhecimento (Amin e Cohendet, 2004, p. 34; tradução livre).

Nesta mesma linha de raciocínio Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) acredita que mesmo uma reconsideração do conhecimento dos agricultores não deve excluir a importância e a presença do conhecimento científico na produção de novidades. Para os autores, estudos a respeito da produção de novidades pelos agricultores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias e tecnologias externas, de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertenc-

⁷ Conhecimento tácito é aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, que está na cabeça das pessoas. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado a outra pessoa, pois é subjetivo e inerente as habilidades de uma pessoa, como “*know-how*”. A palavra tácito vem do latim *tacitus* que significa “não expresso por palavras”. Isto se deve ao fato que lidamos com algo subjetivo, não mensurável, quase impossível de se ensinar, de se passar através de manuais ou mesmo numa sala de aula. Este tipo de conhecimento parece ser mais valioso devido a sua difícil captura, registro e divulgação, exatamente por ele estar ligado às pessoas. É o que algumas pessoas chamam de verdadeiro conhecimento (Amin e Cohendet, 2004).

cente à ciência popular ou à ciência dos cientistas (Ploeg *et al.*, 2004). O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve uma transformação ou tradução do conhecimento existente, logo uma fusão de horizontes ou criação conjunta de conhecimentos. Nesse encontro os mundos cotidianos de agricultores, extensionistas, planejadores, políticos e cientistas se interpenetram, e não só a utilização como também a geração de novos conhecimentos é transformada.

Nesta perspectiva da inter-relação entre conhecimento científico e conhecimento tácito Amin e Cohendet (2004) enfatizam que o conhecimento é simultaneamente um *input* e um *output*. Algum conhecimento (que deve ser tácito) sempre é necessário para codificar o conhecimento científico. No processo de codificação do conhecimento científico novos conhecimentos tácitos são gerados.

Nonata and Takeuchi (1995) têm mostrado que o processo de codificação é um complexo processo de conversão, em que as formas codificadas e formas tácitas não são substitutas umas pelas outras, mas complementares. Na maioria dos contextos os agentes precisam, no mínimo, do conhecimento tácito para dominar a linguagem do conhecimento codificado, para que este possa ser reconstituído como operacional. Em adição, na medida em que o conhecimento vai sendo codificado a natureza do conhecimento tácito também muda. Por isso o processo de codificação é um processo de criação de conhecimento que altera as formas de conhecimento codificados e as formas de conhecimento tácito (Amin e Cohendet, 2004, p. 24; tradução livre).

Para os autores o que existe são situações que nunca são puras, mas situações em que ora há domínio do conhecimento entendido como uma propriedade, adquirido (científico), e ora há domínio do conhecimento gerado através da prática (tácito). A combinação e a composição de cada um deles depende do contexto em que os agentes ou organizações manipulam o conhecimento. Existem contextos em que os agentes investem mais na utilização do conhecimento codificado e outros em que irão usar de forma mais intensa seu conhecimento tácito.

A existência de diferentes situações e necessidades requer dos atores sociais uma capacidade/habilidade para utilizar as diferentes formas de conhecimento, e em saber selecionar que tipo de conhecimento deve ou não ser utilizado. Para Belussi e Pilloti (*apud* Oostindie e Broekhuizen, 2008) a chave desta relação entre conhecimento tácito e conhecimento científico na produção de novidades pode ser encontrada naquilo que os autores chamam de conhecimento contextual. Conhecimento contextual pode ser descrito como o resultado de um processo histórico de acumulação de habilidades e capacidades e que somente ocorre se numa região ou território específico mecanismos de mobilização de conhecimento são ativados. Belussi e Pilloti (*apud* Oostindie e Broekhuizen, 2008) distinguem quatro processos de aprendizagem que, juntos, dão origem ao conhecimento contextual:

a) a socialização, que correspondente a troca de conhecimentos tácitos individuais entre indivíduos;

b) a externalização, processo no qual o conhecimento tácito é transformado em conhecimento codificado, necessário no processo de difusão do conhecimento em um circuito global;

c) a recombinação, processo de uso e reuso de vários tipos e fontes de conhecimento tácito e codificado pelas firmas e redes sociais. Neste processo novos conhecimentos são formados;

d) a internalização, que descreve o processo através do qual as firmas absorvem o conhecimento externo e o transformam em conhecimento tácito.

Na agricultura o que se está considerando como produção de novidades é altamente associada com a presença de conhecimento contextual. Quanto mais este for disponível, maior será a produção de novidades. De outro lado, alto nível de formalização e centralização (e subsequente marginalização do conhecimento tácito) irá reduzir os processos de produção de novidades (Oostindie e Broekhuizen, 2008, p. 69).

A face multidimensional da produção de novidades

Ainda tratando das diferenças entre inovações e novidades, Ventura e Milone (2004), a partir de uma abordagem neoinstitucionalista, destacam a capacidade das novidades em gerar mudanças sistêmicas e neste processo promover aquilo que chamam de *redefinição das fronteiras das firmas*. Para os autores, no caso de inovações incrementais, que ocorrem ao longo de trajetórias tecnológicas já definidas, a geração de mudanças tende a ocorrer gradualmente e em sinergia com o ambiente em que estas ocorrem, mantendo o *status quo* dos padrões dominantes. “Por isso nós estamos lidando com processo de adaptação, mais do que com inovações reais” (Milone, 2009, p. 84). No caso de inovações radicais, que frequentemente distanciam-se das regras e padrões dominantes, os efeitos das novidades além de não obedecer a trajetória esperada, são mais amplos e nunca limitados a um estágio do processo de produção.

Mesmo quando a novidade é limitada a introdução de uma máquina ou uma nova tecnologia em um único estágio do processo de produção, esta irá, no curto e no longo prazo, implicar numa reorganização dos recursos da unidade de produção, e, desta forma, em sua estrutura organizacional (Milone, 2009, p. 71; tradução livre).

A firma reposiciona-se num ciclo de inovação autônomo com respeito a outros atores econômicos e institucionais com os quais ela relacionava-se (Milone, 2009, p. 84; tradução livre).

Ploeg (2008), utilizando o exemplo da cooperativa das Florestas do Norte da Frísia (FNF), demonstra a capacidade das novidades em produzir mudanças para além dos processos produtivos em que estas foram introduzidas. Neste caso, o autor destaca como a partir de algumas primeiras novidades outras novidades foram originadas, em direções convencionalmente não esperadas, formando uma nova rede de atores sociais, instituições, tecnologias, regras de produção e artefatos. Para o caso da FNF, segundo Ploeg (2008), esta rede de novidades estende-se para além das fronteiras geográficas desta cooperativa, ramificando-se, por exemplo, na formulação de novas políticas agrárias e de novos projetos, em novas características da biologia dos solos e, em consequência, em novas condições de manejo, em novos fluxos de valor na economia regional, etc.

Neste elenco de mudanças correlatas, as transformações institucionais ganham destaque (conjunto de normas formais e informais, valores e regras, e sua evolução, que circunscrevem o comportamento dos agentes, estruturam a interação social e definem a forma como as coisas devem ser feitas, constituídas e legitimadas) (Knickel *et al.*, 2008). Ploeg (2008) destaca que o fato das novidades representarem um desvio da regra, exige que muitas vezes as regras, leis,

instituições, precisem ser alteradas, “[...] para que as coisas que não deveriam acontecer, possam efetivamente acontecer” (Ploeg, 2008, p. 216). É necessário criar deliberadamente espaços para que uma novidade se desenvolva, e a criação desse espaço pode ir contra infraestruturas, interesses e/ou leis existentes.

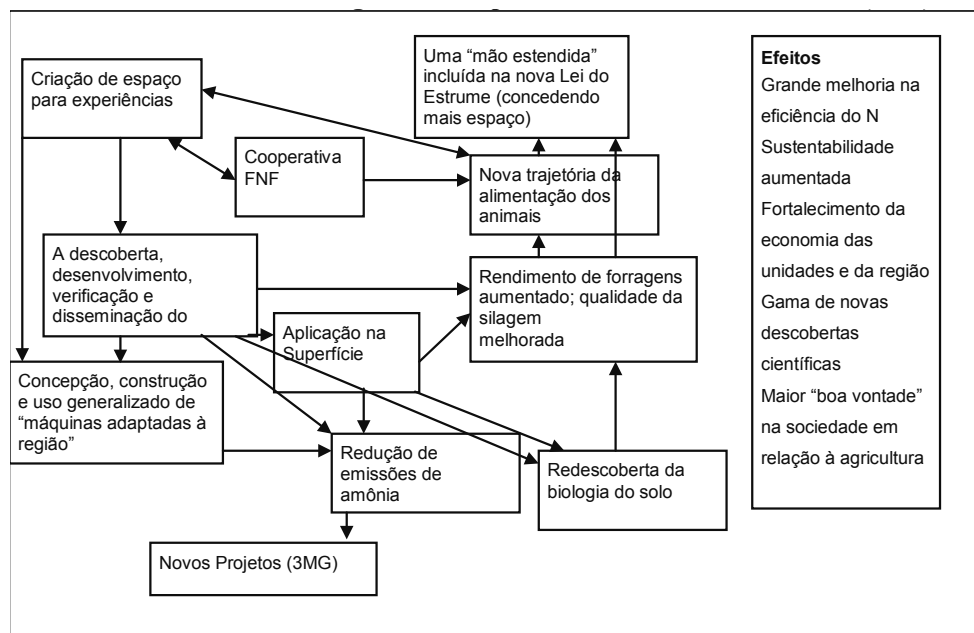


Figura 2: Rede de novidades interligadas – Cooperativa das Florestas da Frísia (FNF)

Fonte: Ploeg (2008).

Milone (2009) analisa a questão da mudança institucional, ou da necessidade de mudança, a partir das condições de oportunidade e apropriabilidade da atividade inovativa. Embora muitas vezes uma inovação possa representar um sucesso temporário para uma firma, elas nem sempre apresentam condições de oportunidade e apropriabilidade para outras firmas. Estas condições são determinadas não somente pela tecnologia, mas também pelo contexto institucional em que as firmas operam, assim como pelas formas de incentivo que podem ser implementadas através de políticas de suporte/apoio.⁸

⁸ Nelson e Winter (2005) e Winter (1984) ao desenvolverem a noção de regime tecnológico mostram que o ambiente tecnológico descrito em termos das condições de oportunidade e apropriabilidade têm fortes efeitos sobre a intensidade da atividade inovativa. Oportunidade tecnológica reflete os investimentos, ou a quantidade de recursos investidos na atividade inovativa. Apropriabilidade reflete a possibilidade de proteção das inovações e, em consequência, a capacidade dos inovadores em colher os frutos da atividade inovativa. Alta apropriabilidade significa a existência de formas de proteger as inovações de imitações, o que estimula investimentos em novas inovações.

Neste sentido destaca-se a importância de políticas públicas que atuem no desenvolvimento de mercados para novos produtos, e nas regras e leis que regulamentam a produção e circulação de produtos nos mercados, e que desta forma potencializem a capacidade de produção de novidades pelos agricultores e suas organizações, retire estas novidades da condição de isolamento em que muitas vezes ocorrem, relacionando-as com processos de desenvolvimento rural.

Mudança de paradigma, transição de regime e manejo de nichos estratégicos

Para entender-se melhor a afirmação de que novidades são as “sementes da transição” para um novo paradigma, Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) apresenta e vincula as novidades com a noção de regimes sociotécnicos de produção. Regimes sociotécnicos são a gramática ou o conjunto de regras compreendidos no coerente complexo de produção de conhecimento científico, nas práticas de manejo, na habilidade e nos procedimentos, nas formas de manejar relevantes artefatos e pessoas, na forma de definir e resolver problemas, tudo isto enraizado em instituições e infraestruturas (Ploeg *et al.*, 2004, p. 4).

Um regime define a forma ou o modo como um segmento social produz novas tecnologias, novas regras, novos modos de fazer, de pensar e de trabalhar. Através destes a sociedade coloca suas marcas nos seus produtos. Regimes direta ou indiretamente prescrevem práticas de produção agrícola como, por exemplo, a quantidade de gado por hectare, a arquitetura das construções agrícolas, os níveis de investimento e custos variáveis associados com as medidas e regulações ambientais. Um regime sociotécnico implica também uma trajetória específica para contínuas pesquisas e desenvolvimento. Sob a determinação de um regime, inovações consideradas mais coerentes, mais eficientes e/ou adequadas, irão ser construídas e implementadas, enquanto outras que são consideradas pouco relevantes (ou não relevantes) permanecerão subdesenvolvidas.

Regimes sociotécnicos são a expressão concreta de um paradigma tecnocientífico, estando o regime atualmente dominante na agricultura diretamente orientado pelo paradigma da modernização da agricultura. A partir do projeto de modernização da agricultura a produção agrícola tornou-se fortemente inter-relacionada com um conjunto de instituições, regulações e estruturas estatais, novas tecnologias, novas identidades profissionais e novos modos de definir e solucionar problemas (Ploeg *et al.*, 2004).

Para Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004), tanto a manutenção de um regime quanto a sua transformação ocorrem através de uma coevolucionária dinâmica de inter-relação entre os componentes naturais, técnicos e institucionais. Um regime sociotécnico interliga diferentes níveis, diferentes atores e diferentes dimensões (incluindo a social, a técnica e a material). Quanto maior a coerência entre estes, maior a eficiência do regime (Ploeg *et al.*, 2004, p. 5). Quando alguns dos níveis se encontram em desconexão com os demais um processo de transição para um novo regime pode estar em curso.

Na agricultura uma série de desconexões entre os componentes do regime vigente tem contribuído para a insustentabilidade ambiental, social e econômica da agricultura. Neste contexto, uma mudança de regime na agricultura é um componente essencial de um programa

de desenvolvimento sustentável (Ploeg *et al.*, 2004). Para que esta mudança ocorra é necessário um processo de transição de um regime construído a partir do paradigma da modernização para um regime cujas características incluam mínima degradação ambiental, mínimo uso de recursos externos, uso multifuncional do solo e que seja enraizado em condições ecológicas e práticas culturais locais (Ploeg *et al.*, 2004, p. 33).

Processos de transição constituem-se de amplos processos nos quais partes da sociedade se transformam de modo fundamental ao longo de uma geração ou mais. Uma transição então pode ser definida como um processo gradual e contínuo de mudanças, em que a estrutura característica de uma sociedade (ou um complexo subsistema da sociedade) transforma-se (Rotmans *et al.*, 2000; Ploeg *et al.*, 2004, p. 33).

Uma transição de regime é o resultado do desenvolvimento em diferentes domínios. A transição envolve, entre outros, a emergência e o desenvolvimento de novas tecnologias, de novos comportamentos, de novas políticas e de novas instituições, bem como a sua difusão na sociedade. Envolve também a ação e a estratégia de diferentes atores (multiator), das transformações institucionais (multi-institucional) e ocorre em multiníveis: macro, meso e micronível.

O conceito de transição pode ser entendido a partir de diferentes níveis de agregação, tais como companhias, setores, regiões e países. Em termos de organização social, três diferentes níveis podem ser distinguidos: o micro, o meso e o macro. O micro nível compreende atores individuais (no caso da agricultura são os agricultores e os grupos ambientalistas). O meso compreende redes, comunidades e organizações (isto é sistemas de produção agrícola). O nível macro compreende aglomerados de instituições e organizações (exemplo: nações). Esta divisão compreende a divisão de Rip e Kemp (1998), nomeadamente a divisão em nichos, regimes e cenários sócio-técnicos (Ploeg *et al.*, 2004, p. 39).

Nos termos que se está tratando, uma transição requer a produção e a expansão de novidades. Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) afirma que novos comportamentos, na política e nas instituições (novidades), em geral, começam no nível micro (nos nichos). É neste nível que variações e desvios do *status quo* podem ocorrer, tais como novas técnicas, tecnologias alternativas e práticas sociais. Mudanças de regime frequentemente acontecem na periferia dos regimes tecnológicos, em pequenos, isolados domínios de aplicação (os chamados nichos), como aplicações especializadas em fases iniciais do desenvolvimento tecnológico. Somente depois, mais tarde, sua maior aplicabilidade pode ser apreciada (Ploeg *et al.*, 2004, p. 39).

Nichos tecnológicos ou nos termos da perspectiva multinível da mudança, nichos de inovação sociotécnica, representam o nível local do processo de produção de novidades e são comumente referidos como espaços protegidos, ou incubadoras, nos quais as novidades sociotécnicas emergem e desenvolvem-se isoladas das pressões dos mercados tradicionais de inovação e dos regimes.⁹

⁹ De acordo com Kemp (*apud* Milone, 2009) nichos podem ser de mercado ou tecnológicos. Nichos de mercado representam um ambiente socioeconômico que permite às novidades obterem vantagens competitivas frente a outros competidores presentes no mercado. Nichos tecnológicos são representados pelo contexto institucional, normativo e financeiro, que facilita a experimentação de uma novidade e a implementação de projetos pilotos e demonstrativos que não tem referência no mercado.

Um nicho pode ser definido como um domínio de aplicação específico (habitat) onde os atores estão preparados para trabalhar com funcionalidades específicas, aceitar problemas, custos elevados e dispostos a investir em melhorias de uma nova tecnologia e o desenvolvimento de um novo mercado (Hoogma et al., 2002). Desenvolvimento de um nicho envolve a exposição da inovação, através de um processo *step-by-step*, às condições reais (Moors et al., 2004, p. 45; tradução livre).

Um nicho pode ser definido como um contexto específico em que os atores operam seguindo regras e práticas que são diferentes do regime dominante e onde aceitam altos custos das novas tecnologias e novos mercados. Desenvolver um nicho significa criar as condições que tornam as atividades e métodos operacionais dos atores sustentáveis (Milone, 2009, p. 70; tradução livre).

Um nicho prove os recursos necessários para sustentar as novidades, os conhecimentos, as habilidades e as redes necessárias para a produção de uma nova tecnologia. Nichos podem então ser considerados como um domínio de aplicação/ambiente onde os atores estão dispostos a investir em melhorias de uma nova tecnologia e no desenvolvimento de novos mercados.¹⁰ Outra característica destes espaços protegidos para o desenvolvimento de novidades, é que neles as chances de sobrevivência de unidades de produção, que no regime dominante são consideradas marginais, são aumentadas. Como resultado da exclusão de algumas firmas do processo de inovação incremental, em um regime tecnológico dominante emergem microambientes que representam nichos estratégicos, onde firmas que são consideradas marginais, pelo regime dominante, desenvolvem novidades que têm permitido a elas sobreviver (Milone, 2009, p. 58).

Para Kemp (Kemp et al., 1998) o delineamento de um nicho pode ser realizado pela presença de três processos simultâneos: a) articulação de processos de aprendizagem; b) estabelecimento de redes sociais; c) desenvolvimento e alinhamento de estratégias e expectativas dos atores. Wiskerke (2003) reforça que esses processos, além de delinear o nicho de produção de novidades, podem significar, inclusive, indicadores interessantes para a avaliação do sucesso de um nicho. O sucesso de uma novidade no nível de um nicho possibilita a esta mover-se do nível original para outros nichos, originando um processo de ramificação de nichos. Este processo de acumulação e ramificação de nichos inclui a emergência de novos domínios de aplicação e a criação de efeitos de imitação (ampla difusão) através da replicação dos nichos em outras partes. Este processo de acumulação de nichos inclui também a emergência de novos domínios de aplicação de uma mesma novidade e a criação de formas de imitação através da replicação da novidade em outras partes e setores da sociedade.

Acredita-se que desta forma é possível criar uma certa *irreversibilidade na direção desejada*. Com a proliferação de novos nichos tem-se uma base de apoio para a transformação no

¹⁰ Marques (2009), com base em Geels, aponta algumas observações a respeito do uso dos conceitos da perspectiva multinível na análise da mudança: “[...] Ressalto, porém, que considerar tal nicho em potencial não se trata de apresentá-lo como um objeto e, tampouco, como um espaço ou um projeto delimitado por objetivos comuns estabelecidos pelos atores envolvidos. Os diferentes níveis da dinâmica sociotécnica (nicho, regime e paisagem) ‘têm significado como conceitos analíticos, não como descrições ontológicas da realidade’ (Geels, 2001, p. 5, grifo do autor)” (Marques, 2009, p. 135).

nível meso e mais tarde no nível macro. O foco deve estar na experimentação de um amplo conjunto de nichos que no longo prazo devem servir de trampolim para um novo regime. Por isto, os experimentos devem ser mais que somente demonstrar projetos. Eles devem ser criados de modo que usuários e fornecedores aprendam com suas novas possibilidades (Moors *et al.*, 2004, p. 52).

No entanto Moors (Moors *et al.*, 2004) destacam que somente pequenas experimentações, formação e ramificação de nichos não levam, automaticamente, a mudanças radicais no regime. Elas podem levar sim a um longo processo de ramificação/proliferação de nichos, que é um processo continuado de proteção e de formação das bases para a transformação. Muito raramente a proliferação, ao longo dos anos, de nichos tecnológicos (espaços protegidos) e nichos de mercado podem resultar em mudanças de regime, isto é, uma mudança nos fundamentos tecnológicos e nos padrões agrícolas desejados (Moors *et al.*, 2004, p. 47).

Neste sentido, Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) destaca que apesar de que em geral as transformações partem dos nichos, o sentido inverso também deve ser considerado. Na medida em que um regime sociotécnico é formado e influenciado pelo nível macro também, o desenvolvimento de tendências macro cria oportunidades para mudanças e também define a direção do desenvolvimento (Ploeg *et al.*, 2004).

Tão grande mudança não pode ser provocada somente pelo desenvolvimento de nichos ou de uma estratégia de manejo de nichos. Uma mudança no regime é sempre o resultado de uma combinação do desenvolvimento de nichos e outros fatores associados. Estes podem incluir a exaustão das oportunidades tecnológicas existentes no regime, uma dramática mudança nas políticas de governo e/ou a emergência de um novo conjunto de valores que incorporem a sustentabilidade (Ploeg *et al.*, 2004, p. 47; tradução livre).

Desta forma, para que mudanças macrosociais ocorram, sinais de crise e de necessidade de transformação no regime dominante devem estar evidentes e devem ser considerados necessários. Questões relacionadas à insustentabilidade ambiental da agricultura e questões sociais como os índices de desigualdade social e de pobreza no mundo rural, talvez sejam os sintomas mais evidentes e importantes de uma possível crise no paradigma da modernização agrícola no Brasil.

Considerações finais

Neste trabalho objetivou-se contribuir com o debate teórico no Brasil a respeito da produção de conhecimentos e inovações em processos e práticas produtivas contra tendentes, quais sejam, aqueles que não obedecem às regras e padrões produtivos e inovativos do modelo de desenvolvimento induzido pelo projeto modernizante da agricultura do país.

Algumas novas abordagens para a produção de conhecimentos e inovações para a agricultura familiar já podem ser identificadas no mundo rural brasileiro, entre as quais a perspectiva da apropriação de tecnologias, por parte de alguns centros de pesquisa, a perspectiva de reconhecimento dos saberes locais e tradicionais na construção do conhecimento e de inovações

com base em metodologias participativas, “corrente” que no Brasil emerge, por exemplo, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (Ana).

O enfoque privilegiado nesse capítulo foi o da produção de novidades. Conforme destacou-se, a produção de novidades não é um processo novo na agricultura, sendo o produto de relações precisas que os agricultores estabelecem com os fatores de produção que manejam, criando e recriando, ao longo do tempo, novas técnicas de produção. Com o advento da modernização da agricultura e das modernas técnicas de produção, a produção de novidades pelos agricultores passa a ser desconsiderada e, muitas vezes, vista como um obstáculo à utilização de inovações modernizantes e produzidas externamente. Mais recentemente, com a necessidade de reagir às limitações do padrão modernizante e, principalmente, em função da necessidade de desenvolvimento de sistemas agrícolas que almejam a sustentabilidade ambiental, a produção de novidades ressurgiu como importante fonte de conhecimentos e de geração de novas alternativas. Neste contexto as novidades podem ser consideradas como fugas de rota ou quebra nas regras e rotinas do padrão modernizante.

Entre as principais características diferenciadoras presentes nas inovações e novidades destacam-se a forma com que estas são produzidas e os efeitos que geram. Enquanto inovações seguem o padrão linear de produção e uso de conhecimentos (pesquisadores – extensionistas – agricultores) as novidades são produzidas localmente e tem como base o conhecimento contextual dos agricultores e técnicos envolvidos na sua geração. As inovações são externalizadas, padronizadas e globalizadas, enquanto as novidades são internalizadas (à unidade de produção ou ao local), contextualizadas e territorializadas. Em relação aos efeitos, as inovações incrementam o regime sociotécnico vigente, gerando melhoramentos ao longo de caminhos já definidos, enquanto as novidades tensionam os padrões e radicalizam com novas regras, práticas e desafios. Ao tensionarem os padrões as novidades são potencialmente produtoras de mudanças em domínios da produção, diferentes daqueles nos quais e para os quais elas foram produzidas, gerando novas práticas, novas instituições e novas demandas, tais como políticas de apoio diferentes das convencionalmente constituídas.

Ao destacar-se o papel da produção de novidades no desenvolvimento rural atribui-se um papel central à capacidade de agência social dos agricultores e de outros atores sociais locais, nos processos de mudança. Neste sentido, a produção de novidades mais uma vez se diferencia das abordagens tradicionais a respeito do progresso técnico que atribuem ao Estado ou aos mercados a responsabilidade e a indução ao desenvolvimento.

Vale destacar, no entanto, que a centralidade que o conhecimento dos agricultores (tácito) assume na produção de novidades não significa uma desconsideração ou exclusão do uso do conhecimento científico e das inovações produzidas por instituições comprometidas com a modernização. O que se está afirmando é a capacidade dos agricultores de contextualizar, de traduzir e de reconfigurar o conhecimento produzido externamente com os processos produtivos e os fatores que manejam. Desta forma a produção de novidades é *embeddedness* aos ecossistemas, as práticas e as relações sociais, sendo o fruto da inter-relação do conhecimento tácito com outros tipos de conhecimentos e ofertas tecnológicas.

No entanto, apesar do potencial que as novidades apresentam para aqueles que as produzem e as utilizam, por serem circunscritas e adaptadas às condições locais e por serem potencialmente produtoras de mudanças em diferentes domínios da produção, apenas de-

envolver algumas (ou mesmo um conjunto de) novidades não é suficiente para a geração de mudanças sociais mais amplas. Para que mudanças mais amplas ocorram, como por exemplo, uma mudança em direção a um paradigma do desenvolvimento rural sustentável, torna-se necessário que junto à produção de novidades ocorram processos de aprendizagem coletiva, de formação de redes sociais e de alinhamento dos objetivos e expectativas dos atores envolvidos nestas redes e processos de aprendizagem. Estas são características que denunciam a formação de um nicho sociotécnico, *locus* no qual, e através do qual, a produção de novidades pode ser, pelo menos inicialmente, inserida em novos processos de desenvolvimento. À medida que estas redes sociais crescem e passam a pactuar padrões de produção, regras e expectativas estáveis, os nichos podem gerar mudanças sociais mais amplas.

Neste sentido acredita-se que para aqueles que estão interessados não só em novas estratégias de reação e de adaptação aos limites do projeto modernizante, mas também na possibilidade destas estratégias produzirem mudanças mais amplas, a análise: (a) da produção de conhecimentos e de novidades em experiências contra tendentes na agricultura, e (b) da possível formação de nichos de produção de novidades torna-se tarefa fundamental.

Referências

AMIN, A.; COHENDET, P. *Architectures of knowledge: firms, capabilities and communities*. New York: Oxford, 2004.

BRUNORI, G.; RAND, S.; PROOST, J.; BARJOLLE, D.; GRANBERG, L.; DOCKES, A. *Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies*. Projeto Insight. Disponível em: < http://www.insightproject.net/files/Rapport_insight_WP1_final.pdf>. 27 p. 2009.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. *Induced innovation and agricultural development*. Minneapolis: University of Minnesota/Institute of Agriculture, jan. 1971, 48 p.

_____. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: Embrapa, 1988.

KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. *Technology Analysis & Strategic Management*, London, v. 10, n. 2, p. 175-196, 1998.

KNICKEL, K.; SCHILLER, S.; MÜNCHHAUSEN, S. von; VIHINEN, H.; WEBER, A. New institutional frameworks in rural development. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorcum, 2008.

LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J.; FARIAS, R. M. dos S.; MEDEIROS, S. A. F. Iniciativas do CNPq em CT&I para apoio à agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (Org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002, p. 13-22.

MARQUES, F. C. *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sócio-técnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.

_____. *The condition of rural sustainability*. Assen: Van Gorcum, 2003.

MILONE, P. *Agriculture in transition: a neo-institutional analysis*. Assen: Van Gorcum, 2009.

MOORS, E. H. M.; BOUMA, J.; RIP, A.; WISKERKE, J. S. C. The dynamics of innovation: A multilevel co-evolutionary perspective. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 31-55.

NELSON, R.; WINTER, S. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Tradução de Cláudia Heller. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.). *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorcum, 2008.

PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. *Born from within*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, J. M.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILHA-GUSMAN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, oct. 2000.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 1-29.

ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on novelty production and niche management. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004.

ROTMANS, J.; KEMP, R.; VAN ASSELT, M.; GEELS, F.; VERBONG EN, G.; MOLENDIJK, K. *Transities & transitiemanagement: De Casus van een emissiearme energievoorziening*. Onderzoeksrapportage t.b.v. NMP4, ICIS and MERIT, Universiteit Maastricht, Oktober, 2000, 79 pp.

ROVERE, R. L. Paradigmas e trajetórias tecnológicas. In: PELAEZ, V.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Economia da inovação tecnológica*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SICSÚ, A. B.; ROSENTHAL, D. Apresentando um texto paradigmático. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 5, n. 1, 2006.

SCHULTZ, T. A. *Transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965.

SILVA, J. S. Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social. In: SOUZA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. (Ed.). *Ciência como instrumento de inclusão social*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009, p. 329-79.

SCHNEIDER, S. *'Sementes e brotos' da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*. Projeto de Pesquisa. Edital Universal CNPq. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2007.

SCHUMPETER, A. J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

STUIVER, M. *Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming*. Wageningen: Wageningen University, 2008.

STUIVER, M.; LEEUVIS, C.; PLOEG, J. D. van der. The power of experience: farmer's knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 93-118.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as redefinition of farm boundaries. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004.

WINTER, S. G. Schumpeterian competition in alternative technological regimes. *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 5, p. 287-320, sept./dec. 1984.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004.

PARTE ■

**A construção social dos mercados:
as novas formas de interação**

Implicações das redes de cooperação do pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros

Marcelo Santos de Souza

Renato Santos de Souza

Introdução

Este trabalho apresenta resultados parciais da tese “Redes de cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul”.¹ O objetivo é refletir sobre duas questões: a) a organização do pequeno varejo tem poder para influenciar a estruturação dos mercados locais? b) a arquitetura dos mercados locais que contam com o pequeno varejo organizado cria vínculos com os produtores familiares próximos? Discute-se as questões a partir do estudo dos varejos e dos mercados de frutas, legumes e verduras (FLV) de duas regiões do Rio Grande do Sul: Santa Maria e Santa Rosa. Nestas duas regiões, estudou-se duas redes de varejo, A Rede Super, em Santa Maria, e a Rede CNS, em Santa Rosa, através de entrevistas com informantes-chave (técnicos da Emater e das prefeituras, pesquisadores universitários, varejistas participantes e coordenadores das redes e agricultores), observação direta (de negociações, venda, preparação e entrega de produtos) e documentos diversos.

O mercado de FLV, como outros mercados de alimentos, são afetados diretamente pelo processo de expansão das grandes cadeias supermercadistas que se intensificou especialmente a partir da década de 1990. Este processo provocou mudanças profundas no varejo, não só pela concentração, mas também pela aceleração da dinâmica de inovações tecnológicas e o acirramento da competição. Uma das consequências é o enfraquecimento do pequeno varejo tradicional e das feiras livres, os quais foram durante muito tempo, e continuam sendo em algumas regiões, os principais canais de comercialização da produção diversificada da agricultura familiar, com destaque para o grupo FLV. Maluf (2004), por exemplo, destaca a capacidade destes agentes de induzirem a concorrência e a diversidade em mercados alimentares.

O mercado de FLV foi fortemente afetado com a expansão dos supermercados, os quais passaram a priorizar este grupo de produtos nas suas estratégias de concorrência. Belik (2001, p. 152) chama a atenção para o fato de que, recentemente, “a venda de FLV começou a ser considerada um grande negócio pelos supermercados”. As transformações resultantes

¹ A tese “Redes de cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul”, de autoria do primeiro autor, foi defendida no PGDR/UFRGS em 2009. A pesquisa foi financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

da expansão dos supermercados na América Latina têm consequências para os fornecedores. Segundo Berdegué e Reardon (2005, p. 35), “[...] as mudanças organizacionais e institucionais, resultam diretamente e no curto prazo, na exclusão da maioria dos produtores agrícolas, especialmente dos mais pobres e com menos acesso aos ativos [...] essenciais para participar nos novos mercados com suas novas regras do jogo”.

Esta dinâmica tem *levado* a produção de FLV se deslocar da agricultura familiar de pequena escala para um segmento de agricultores mais capitalizados e com capacidade de produzir em grande escala, no caso os definidos por Abramovay (1992, p. 211) como agricultores familiares consolidados, “cuja base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico e a integração ao mercado é completa”.

Entende-se que isto se deve, em grande medida, ao enfraquecimento do varejo tradicional, que levou ao rompimento dos circuitos locais/regionais de produção, circulação e consumo, que viabilizavam a inserção mercantil dos agricultores menos dinâmicos. Mas convém atentar para o fato de que há mercados onde, apesar da presença de grandes cadeias supermercadistas, o pequeno varejo mantém-se forte, revelando a capacidade deste segmento de resistir às pressões da dinâmica que domina o sistema alimentar, contrariando, inclusive, expectativas iniciais. Conforme Farina (2004, p. 28), “entre 1994 e 2000, a participação dos supermercados independentes no volume total de vendas de alimentos cresceu de 40% para 44%, ao passo que a participação das cadeias de supermercados caiu de 45,1% para 42,8%”.

Alguns autores atribuem esta persistência a aspectos macroeconômicos. Farina (2004) afirma que o crescimento da demanda em 80% entre 1994 e 2002 teria contribuído para preservar este espaço no mercado. Maluf (2004) destaca o peso do mercado doméstico brasileiro e também a grande diversidade regional, que criam oportunidades para empreendimentos de pequeno e médio porte sobreviverem adaptando-se a segmentos de mercado. Abramovay (2003) salienta a importância da estratégia da indústria e dos atacadistas de priorizarem a relação com este segmento como forma de diminuir sua dependência de poucos compradores com grande poder de mercado. Belik (2001), por fim, observa que as tecnologias (informática, informação, equipamentos apropriados a pequenas escalas de produção, circulação e comercialização) estão mais acessíveis aos pequenos, o que cria oportunidades antes impensadas para este segmento do varejo.

A pesquisa que deu origem a este trabalho aponta ainda a disposição para a luta destes atores e suas habilidades sociais para encontrarem caminhos que os permitam sobreviverem. Neste sentido, merece destaque a experiência de redes de cooperação no pequeno varejo, em particular em algumas regiões do Rio Grande do Sul, que em 2004 contava com 50 redes participando do programa Redes de Cooperação, perfazendo um total de 1.500 empresas integradas a estas organizações.

Este programa foi desenvolvido no Rio Grande do Sul entre os anos 2000 e 2006, o qual tinha por objetivo incentivar a formação de redes de cooperação entre pequenas empresas dos ramos industrial, comércio varejista, serviços e agrícola. Duas ações importantes para as redes foram o apoio à negociação conjunta com fornecedores e a facilitação do acesso a linhas de crédito (Verschoore, 2004).

Redes de cooperação são organizações que têm por base a cooperação, com a diferença básica de serem mais informais e flexíveis no seu formato institucional do que as cooperativas.

Segundo Verschoore (2004, p. 26), “uma rede interorganizacional é formada por um conjunto de empresas independentes entre si, agrupadas em uma estrutura associativa única, a qual constitui uma nova organização tão ou mais importante que a própria empresa participante”. Seu propósito principal é o de “reunir em uma única estrutura as características essenciais para ser competitiva: uma governança altamente descentralizada, evitando que as empresas envolvidas percam a flexibilidade e a agilidade do porte enxuto” (Verschoore, 2004, p. 22). Ao analisar estas organizações, o autor constatou que o grande ganho das redes está no aumento da capacidade competitiva: “na medida em que as pequenas e médias empresas não conseguem competir isoladas [...] elas não controlam os mercados, mas são controladas por ele”.

Além de analisar as razões da persistência do pequeno varejo, é importante também identificar as características deste pequeno varejo remanescente e as implicações deste fenômeno para os mercados agrícolas locais e para os agricultores familiares a eles ligados. Para isso busca-se apoio na sociologia econômica, para a qual os mercados são construções sociais e por isso adquirem características particulares conforme a história do seu processo de construção. Sendo assim, apesar da pressão exercida pelo meio englobante, no caso a dinâmica ampla do sistema alimentar descrita por Berdegué e Reardon (2005), aspectos da dinâmica local, como a resistência organizada do pequeno varejo, a capacidade de organização e inovação dos agricultores ligados a esses mercados e a ação dos governos, podem imprimir contornos diferentes para cada mercado. A perspectiva teórica para analisar os mercados locais e as implicações destas redes do pequeno varejo sobre os mercados locais de alimentos e os agentes que os abastecem, é apresentada na seção seguinte. Na seção subsequente apontam-se alguns elementos que possibilitam entender o que acontece com o varejo a partir do momento em que os pequenos varejistas organizam-se desta forma. Na última seção busca-se, a partir do estudo de casos, analisar como os agricultores familiares de diferentes regiões estão reagindo ao processo de estruturação dos mercados capitaneado pelas redes de cooperação do pequeno varejo.

Mercados locais compreendidos como campos

Busca-se, inicialmente, apresentar os conceitos de campo e *habitus* e mostrar como os mercados e as empresas podem ser analisados a partir da teoria dos campos.

Campos, na definição de Bourdieu, são “[...] espaços de jogos relativamente autônomos que não podem ser remetidos a uma lógica social única” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 8). Para o autor, a sociedade não é um todo unificado, mas um espaço dividido em infinitos campos, cada um com suas regras e capitais valorizados. O conceito sugere também que a sociedade, ou cada um dos espaços sociais que a compõem, é “espaço de conflitos e de concorrência, no qual os concorrentes lutam para estabelecer o monopólio sobre a espécie específica do capital pertinente ao campo – autoridade cultural, no campo artístico; científica, no campo científico; capital econômico no campo econômico [...]” (Loyola, 2002, p. 67).

Associado ao conceito de campo está o de *habitus*, que é definido como

[...] a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades

treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social (Wacquant, 2007, p. 6).

Com estes dois conceitos, Bourdieu pretende criar uma teoria disposicional que articule as estruturas com a capacidade inventiva dos agentes (Wacquant, 2007). Para a compreensão da ação, portanto, articulam-se os conceitos de *habitus* e campo. No entendimento de Bourdieu e Wacquant (1992), o *habitus* não é um mecanismo autossuficiente de geração da ação, mas ele opera como uma mola (disposição) que necessita de um gatilho externo, que é dado pelo campo, onde os capitais não estão disponíveis sem luta.

Uma ideia importante para analisar o problema proposto é a de que o *habitus* dos agentes que participam de um mesmo espaço social e estão em posições estruturais próximas, tende a produzir disposições semelhantes, partilhando juízos, práticas, etc. Por isso, pode-se falar em *habitus* burguês ou operário; erudito ou popular (Wacquant, 2007, p. 8). Acrescentam-se, aqui, os *habitus* de varejista tradicional ou varejista moderno. O *habitus* também fornece um princípio de individualização, porque “cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (Wacquant, 2007, p. 8). Esta ideia é importante para a compreensão do ambiente interno das redes como um espaço não homogêneo, mas de semelhanças e também diferenças, o que exige que não sejam vistas como blocos monolíticos. O mesmo ocorre com os espaços locais, como o varejo, onde organizações próximas no espaço social podem ter disposições distintas.

Um último princípio importante para este trabalho, extraído do conceito de *habitus*, é o interesse dos agentes em apropriarem-se do máximo de capital específico em cada campo. É a posse de capital que confere poder aos agentes. Segundo Ortiz (1983, p. 85), é na própria luta por poder (parcelas do capital) que reside o princípio do movimento perpétuo que agita os campos.

A partir destes elementos teóricos, cabe que se indique com interpretar o varejo local como espaço social estruturado na forma um campo. Ao analisar a construção social do varejo e dos mercados locais, nota-se a ocorrência de uma dinâmica com características de um campo, a saber:

a) há no espaço local empresas disputando o mesmo capital. Suas ações são impulsionadas pelo *habitus* econômico (disposições econômicas), com a indução do gatilho externo, que é o campo de lutas entre as empresas pelo domínio dos capitais e por fatias de mercado. “Estes grupos e seus líderes possuem certa identidade coletiva, alguma concepção de interesse e uma visão que os levará a organizar seus campos” (Fligstein, 2007, p. 72);

b) as relações entre concorrentes, entre varejistas e fornecedores, empresas e trabalhadores se dão com base em regras formais e informais, que são do campo englobante (econômico), mas também do englobado (varejo local). Na instauração e manutenção de campos os agentes buscam construir ordens locais estáveis, que envolve negociações e a criação de instituições, entendidas como “[...] regras e significados compartilhados (implicando que as pessoas estão conscientes delas ou que elas podem ser conscientemente conhecidas) que definem relações sociais, ajudam a definir quem ocupa qual posição nestas relações” (Fligstein, 2001, p. 64). Na visão do autor, as instituições são construções sociais “[...] no contexto de agentes poderosos

tentando produzir regras de interação para estabilizar sua situação em relação a outros agentes poderosos e menos poderosos [...]” (Fligstein, 2001, p. 64);

c) há empresas dominantes cujas ações estruturam o espaço e empresas dominadas que sofrem a pressão da estrutura que não lhes beneficia. Aquelas, muitas vezes, desafiam politicamente o *status quo* do campo, embora normalmente busquem a adaptação (Fligstein, 2001);

d) os agentes do varejo têm um *habitus* próprio, que cria disposições que os impulsionam a lutar pelos capitais deste campo, ou fatias do varejo. Agentes cujas trajetórias são de varejistas tradicionais, em posições estruturais dominadas, normalmente enfrentam dificuldades de adaptação ao campo propriamente econômico, devido a defasagens contra-adaptativas do *habitus* (Bourdieu, 2003).

Assim como o varejo local, Bourdieu (2003) entende que também as empresas não são blocos monolíticos, nem as decisões no seio destas organizações dependem de um único agente. “Abrindo a ‘caixa preta’ das empresas não se encontra lá indivíduos, se não, uma vez mais, uma estrutura, a do campo da empresa, que dispõe de uma autonomia relativa a respeito das pressões associadas à posição da empresa no campo das empresas” (Bourdieu, 2003, p. 253). Sob este ponto de vista, no seio de uma rede existem disputas entre os formuladores de estratégias (proprietários, diretores, etc.), de concepções das estratégias e posturas que a rede deve assumir para manter ou melhorar sua posição estrutural.

As estratégias das empresas (em matéria de preços, particularmente) dependem da posição que ocupam na estrutura do campo. Também dependem da estrutura das posições de poder constitutivas do governo interno da empresa, ou, mais precisamente, das disposições (socialmente construídas) dos dirigentes que atuam sob a pressão do campo de poder no seio da empresa [...] (Bourdieu, 2003, p. 253).

Quanto aos conflitos e lutas no seio das empresas e entre empresas, normalmente salienta-se que eles não são transparentes. As pressões, às vezes letais, que as empresas dominantes exercem sobre seus competidores atuais e potenciais só se exercem por mediação do campo, “de modo que a rivalidade sempre é um conflito indireto que não vai dirigido diretamente ao competidor” (Bourdieu, 2003, p. 257).

Algumas implicações das redes de cooperação do pequeno comércio varejista de Santa Maria e Santa Rosa sobre as cadeias de suprimentos de FLV

Inicialmente, faz-se uma apresentação breve de duas redes estudadas na tese, para posteriormente enumerar algumas consequências da presença destas organizações nos varejos alimentares e nos mercados a eles ligados, em especial o de FLV.

A Rede Super, que é uma das quatro redes existentes em Santa Maria, foi a primeira rede de pequeno varejo alimentar (pequenos supermercados) criada no Brasil, em 1996. Em 2008 contava com 45 sócios, perfazendo um total de 60 lojas com tamanhos que variam de 5 a 10 *check-outs*. Esta organização conta ainda com uma central de distribuição com 60 funcionários.

Quanto à origem, esta rede foi gestada no sindicato da categoria – o Sindigeneros – de Santa Maria, no qual os líderes da rede sempre tiveram participação ativa. Desde o início dos anos 1990, quando o ambiente criado pela abertura econômica atraiu as grandes cadeias supermercadistas internacionais para o Brasil, a problemática era analisada no sindicato. Observando o que estava ocorrendo em outros países da América Latina, conforme descrito por Berdegué e Reardon (2005), e para se anteciparem ao que deveria cedo ou tarde ocorrer também no varejo de Santa Maria, um grupo de empresários tomou a decisão de criar a rede, em 1996. Na avaliação dos entrevistados, a criação dessa organização ocorreu no momento certo e entendem que grande parte do seu sucesso deve-se a isso.

Do ponto de vista da ação estratégica, apesar de se posicionar com firmeza frente aos fornecedores, esta organização busca prioritariamente confrontar os supermercados líderes. Quanto a isso, a grande questão colocada refere-se à agregação de poder pela ação coletiva, pois, na visão dos líderes, não há como enfrentar estes agentes poderosos com poucos recursos.

A Rede Super é reconhecida pelas demais redes e por supermercados médios e grandes da região, pela capacidade e ousadia dos seus dirigentes em inovar em termos organizacionais e nas estratégias de abastecimento, bem como nas lojas. Apesar disso, eles mantêm a essência das características de pequenos comerciantes do varejo, com lojas pequenas, administração familiar, ligação com redes de fornecedores locais e voltadas ao consumo popular.

Em Santa Rosa foi estudada a Rede CNS (existem duas redes no município). Apesar de ter sido fundada em 2003, ela já operava informalmente desde meados da década de 1990. Contava, em 2007, com 30 sócios, perfazendo um total de 35 lojas, com tamanhos que variam de 2 a 7 *check-outs*; portanto, são lojas menores que as da Rede Super.

Sua trajetória diferencia-se da Rede Super por ter começado a funcionar informalmente em meados da década de 1990, com cinco pequenos comerciantes varejistas que se reuniam para realizar compras em conjunto. Nesse período, o grupo conseguiu organizar um interessante sistema de negociação com os fornecedores, que ficou conhecido como “mesa redonda”. Nesse sistema, os cinco parceiros formavam uma lista única de compras e chamavam inicialmente dez fornecedores para negociarem. Compradores e vendedores encontravam-se na “mesa redonda” e a negociação se dava de uma forma que se assemelha a um leilão, com regras criadas pelo grupo dos pequenos varejistas. O que chama a atenção neste caso é a capacidade de iniciativa e a vontade de ter poder frente aos fornecedores, o que se mantém ao longo da história da rede.

Após sucessivos períodos de altos e baixos, a rede consolidou-se em 2003, com a consultoria do programa Redes de Cooperação, do governo do estado do Rio Grande do Sul, em parceria com a Unijuí. Esta rede, apesar de não contar com uma central de distribuição como a Rede Super, trabalha com grandes volumes de compras para os seus 30 associados, administrada por dois funcionários e a diretoria, em um escritório de negócios.

Diferente da Rede Super, a história da rede CNS reflete muito mais as disposições para a cooperação como estratégia de superação de dificuldades colocadas pelo ambiente, do que as análises políticas que ocorrem em ambientes politizados, como são os sindicatos e que estão na origem das disposições da rede de Santa Maria. O que resultou desta trajetória diferenciada foi uma rede com características que se assemelham a de um movimento social, a CNS, e outra, a Rede Super, que comporta-se como uma típica sociedade empresarial. Nota-se na CNS uma

forte identidade entre os seus membros e uma grande disposição para a defesa do grupo. Ela se diferencia da Rede Super também na identificação do ator a ser confrontado, que no seu caso é o vendedor (atacadista e indústria). Uma constatação importante refere-se à dimensão política presente na escolha dos fornecedores. No que tange à relação com esses fornecedores, a rede trabalha em geral com a estratégia de ação conjunta (coletiva) para melhorar sua posição (poder) nas negociações.

A partir desta breve apresentação das duas redes de cooperação, analisa-se algumas implicações destas sobre as cadeias de suprimento de FLV.

As redes, no Rio Grande do Sul, além de terem proporcionado o aumento do poder dos pequenos comerciantes varejistas, em alguns casos influenciam o funcionamento dos mercados locais. Um exemplo disso é apresentado por Pereira (2005), que em pesquisa sobre o varejo de Santa Maria constatou que a baixa taxa de concentração varejista no município tem relação direta com a organização do pequeno varejo em redes. Sendo assim, a organização do pequeno varejo é benéfica para os consumidores das cidades onde elas atuam. Além disso, tende a beneficiar também os agricultores familiares do seu entorno, que perdem espaço para grandes atacadistas e produtores empresariais. É observado há algum tempo o aumento da exigência dos consumidores por produtos de melhor qualidade, no que os produtores de proximidade levam vantagem no caso dos perecíveis. Além disso, as redes promovem concorrência no varejo, o que significa que os produtores passam a contar com mais alternativas de compradores.

Apesar disso, o fato do pequeno varejo persistir mediante a sua organização em redes e dos benefícios que uma menor concentração no varejo traz para a economia local, não significa que os produtores de FLV locais se beneficiem automaticamente com isso. Estes fatores (e outros analisados na referida tese), dependendo da forma como ocorrem, conferem contornos diferenciados entre os mercados locais, podendo resultar na exclusão de produtores locais de FLV ou, em outro sentido, mais espaço para estes agentes.

Para entender a questão cabe analisar alguns aspectos da arquitetura dos mercados locais. Sendo os mercados construções sociais, tais processos envolvem a construção de instituições e lutas entre os atores pela apropriação do capital. Na arquitetura dos mercados, o capital é distribuído de forma desigual e as práticas das trocas econômicas refletem isso. É importante entender como as redes participam na distribuição do capital do varejo e dos mercados e a influência que isto tem, particularmente, nas transformações nos mercados locais de FLV.

As práticas dos atores participantes dos mercados que se encontram próximos em termos de posição estrutural se assemelham, porque são produzidas sob semelhantes pressões do campo de poder. Com a organização do pequeno varejo em redes, os varejos onde estas organizações participam passam a contar praticamente só com atores que têm poder para influenciar a sua arquitetura, mesmo que estejam na posição de desafiantes. Isto tem um significado importante para os mercados ligados a estes varejos, como o de FLV, que é o fato de persistirem apenas compradores com algum poder sobre os vendedores e que lutam para manterem-se competitivos. Isto quer dizer que, com as redes, o varejo torna-se organizado e forte.

Esta é uma circunstância do varejo que, a princípio, favorece os fornecedores que tenham a oferecer algo que seja útil ao varejista na sua luta no campo do varejo, e é desfavorável para aqueles que se acostumaram e se estruturaram para abastecer o pequeno varejo tradicional, feiras livres, entre outros, por causa do enfraquecimento deste segmento. Neste momento,

busca-se, então, identificar que atores dos mercados de alimentos, em especial os do mercado de FLV, são os mais atingidos positivamente e negativamente.

A nova arquitetura do campo continua contando com a presença do pequeno varejo, o que é comprovado por dados gerais de pesquisa (Farina e Nunes, 2004; Mendonça, 2002). Só que é um pequeno varejo moderno e competitivo e, nos casos estudados, organizado em redes. Com isso, os pequenos mercados não ligados às redes, as lojas tradicionais e feiras perderam importância, a não ser nos casos em que se converteram em direção aos mercados de produtos diferenciados, embora nas regiões estudadas não se tenha observado nada neste sentido. A grande mudança é que o varejo que era disperso e diversificado se transformou paulatinamente em um varejo integrado por empresas líderes médias e com abrangência local ou regional, e redes de pequenos comerciantes varejistas que atuam como atores coletivos. A imagem que os agricultores que acompanharam esta transformação têm do processo é de que o varejo se organizou.

Os pequenos fornecedores (atacadistas e também indústrias) são prejudicados nesta arquitetura de varejo, porque antes já não tinham acesso aos grandes varejistas e depois das redes ficam impedidos de vender diretamente para as lojas ligadas a estas organizações. Nota-se que, com isso, as redes influenciam na construção da oferta, através da seleção de fornecedores na agricultura, indústria e atacado. Seleção esta que é feita mais por estratégias visando à estabilidade do abastecimento das redes (também empresas) do que pela concorrência em preços.

Diante disso, aqueles fornecedores menos estruturados que ligavam sua atividade produtiva a um amplo tecido de varejistas diversificados, passam a ter que negociar com atores coletivos relativamente poderosos e que fazem exigências que estão fora do alcance da maioria deles. A conclusão óbvia é que os pequenos produtores e pequenos vendedores (de atacados), exceto casos como o mercado de FLV de Santa Rosa, são os maiores prejudicados com a organização do pequeno varejo em redes, porque com isso dezenas ou centenas de lojas tornam-se um comprador só.

Um varejo estruturado, com atores dominantes e desafiantes que têm capacidade de enfrentamento, é um varejo competitivo onde todos lutam por espaço e poder. Esta é uma circunstância positiva para fornecedores que contam com maior poder comercial, pois se beneficiam com o aumento do volume das vendas, com a segurança de não terem que depender de poucos compradores líderes no varejo e com a conveniência de, no caso das redes, poderem negociar apenas com um ator coletivo que compra para inúmeras lojas.

A nova arquitetura dos mercados também afeta muito os atores que integram a cadeia dos FLV. Começando pelos intermediários, que dominaram a distribuição de FLV desde a criação da Ceasa de Porto Alegre, nos anos 1980, até o final da década de 1990. Primeiro os supermercados e depois as redes se estruturaram para se abastecer “direto na fonte” (Ceasa e produtores especializados), e isto levou ao enfraquecimento e redução do número destes agentes atuando nos mercados de FLV. Segundo as informações coletadas na pesquisa de campo, em Santa Maria restam não mais de 20% deles e em Santa Rosa a situação não é diferente.

Quanto aos produtores que historicamente entregavam ou entregam direto nas lojas,² a fatia disputada se reduziu sensivelmente, restringindo-se às verduras, assim como os preços.

² No caso das redes, ocorre a venda pelos produtores diretamente para as lojas, cujo volume é cada vez menor, e a venda para as centrais de distribuição (no caso das redes maiores, como a Rede Super) e escritórios de

Como as lojas estão articuladas às estratégias da rede, mesmo que parte das suas compras seja feita diretamente dos produtores locais, o mix e os volumes são irregulares e os preços são mais baixos do que os pagos por lojas autônomas, por serem balizados pela Ceasa.

A situação destes atores tende a se complicar, conforme avançam os sistemas de parceria dos supermercados com produtores locais de FLV, o que provavelmente substituirá por completo as compras pelas lojas. Como as redes agem sob a pressão do campo de poder, e o direcionamento dos supermercados dominantes é para as estratégias de fidelização dos consumidores pela qualidade dos perecíveis, elas também tendem a seguir por este caminho. Neste caso, talvez a única chance destes produtores continuarem no mercado seria através da parceria com as redes (também de outras empresas), ou se capacitando para participar esporadicamente das cotações de preço do sistema de compra por cartas-proposta. Este sistema é utilizado pelas centrais de distribuição e escritórios de negócios das redes para a compra de produtos com baixa especificidade. Funciona de forma semelhante a uma licitação pública, onde um grupo de fornecedores cadastrados à rede apresenta cartas-proposta em envelope fechado confirmando o interesse em participar da concorrência e apresentando suas condições (preço, forma de entrega, de cobrança, etc.). A melhor proposta é a vencedora, o que dá o direito ao fornecedor de vender para a rede por um período pré-determinado.

Os atacadistas nas Ceasas são beneficiados por arquiteturas de varejo que contam com estas redes, pois ganham um comprador em substituição aos grandes supermercados que, tendo criado suas próprias CDs (centrais de distribuição), reduziram as compras na Ceasa, que passaram a ser utilizadas apenas de forma complementar. Porém, as próprias redes com maior capital comercial começam a criar suas próprias CDs e a abastecerem-se direto com produtores especializados e/ou verticalizar o abastecimento pela parceria com produtores locais. Este é o caminho que a Rede Super tem seguido, mas ainda são raras as organizações do pequeno varejo que apresentam condições para isso.

Os grandes produtores especializados são favorecidos nesta arquitetura do mercado de FLV. Esta condição existe especialmente quando se trata de produtores instalados nas chamadas regiões produtoras de FLV, que contam com uma produção diversificada e os vários produtores encontram-se geograficamente próximos. Dadas estas circunstâncias, os compradores conseguem, em uma mesma viagem, fechar cargas com toda a variedade de produtos que necessitam, o que torna a região atrativa. Os produtores, então, são favorecidos pelo aumento do número de compradores (as redes compram nestas regiões) e assim, além de poderem vender em maior quantidade, ganham maior poder de barganha.

Apesar do aumento do fluxo de compradores de supermercados médios e das redes nestas regiões produtoras, a busca por qualidade e redução dos custos de logística faz com que as empresas e as redes se interessem pela produção local. Isto é reconhecido pelos produtores de localidades próximas onde estão as redes, os quais entendem que isto provavelmente não ocorreria caso os varejos estudados tivessem se concentrado em poucas empresas de grande porte, em virtude do abastecimento destas se dar via suas centrais de distribuição situadas em grandes centros consumidores, no caso, no entorno de Porto Alegre. Porém, em arquiteturas de mercado em que as redes ocupam posições estruturais que as permitam influenciar, cresce

negócios, que é crescente e tende a substituir por completo a compra pelas lojas.

o número de compradores com poder, bem como o tamanho da demandada, o que confere poder de barganha aos produtores locais especializados. Isto é observado em Santa Maria e, principalmente, em Santa Rosa.

A análise que se faz, por fim, é de que as redes influenciam a construção dos mercados de FLV (e outros), porque influenciam a construção da oferta. Primeiro, por reduzirem aquele tecido do pequeno varejo diversificado que sustentava inúmeras cadeias de suprimento a um pequeno número de compradores que adotam práticas de compra quase padronizadas. Segundo, porque participam da formação do campo de poder que, via instituições ou preços, pressiona os fornecedores a modificarem suas condutas produtiva e comercial. Os produtores candidatos a fornecer para a CD são pressionados a se especializar e a produzir em grande escala, o que envolve mudanças de padrão tecnológico, organizacional, etc. Já os que, no limite, conseguem abastecer apenas lojas, têm que se capacitar para diversificar o mix de produtos ofertados (verduras especialmente) e para entregar diariamente (ou quase) em muitas lojas, dado que a escala de compra de cada loja tornou-se bem menor que antes. De qualquer forma, neste contexto, permanecem nos mercados de FLV os produtores que têm condutas mais adequadas à sua arquitetura estrutural e institucional.

O varejo e as redes: oportunidades ou obstáculos para os produtores locais?

Na pesquisa realizada com as duas redes em questão, observou-se que, apesar de se tratarem de mercados locais de FLV em que os varejos alimentares passaram por transformações semelhantes, o resultado em termos de acesso dos produtores locais a estes mercados foi distinto. O que tem ocorrido em um e outro caso é justamente o oposto. Enquanto em um dos mercados a participação da produção local está em queda, no outro ela cresce continuamente.

Basicamente, observou-se que os pequenos produtores de FLV de Santa Maria não conseguiram se adaptar à nova realidade do mercado local de FLV integrado por grandes supermercados e por redes de cooperação do pequeno varejo. Já em Santa Rosa, os produtores mostraram-se mais capacitados para enfrentar tais agentes, aproveitando, inclusive, o aumento da demanda local por FLV e por qualidade para ampliarem seu comércio. O que se constatou, em síntese, foi uma postura passiva dos agricultores de Santa Maria em relação aos agentes do varejo, bem como para organizarem-se a fim de agregarem poder. Já em Santa Rosa os agricultores mostram-se mais ativos e organizados, o que lhes conferiu poder no mercado local. Estes comportamentos explicam em parte as situações diferenciadas em que se encontram os agricultores destas regiões. Algumas razões para tais posturas são analisadas abaixo, por meio do resgate histórico destes dois mercados, onde são privilegiadas as trajetórias dos produtores e a atuação dos governos.

Fazendo um rápido resgate da história do mercado de FLV de Santa Maria, constata-se que nele havia circuitos locais/regionais de produção, circulação e consumo sólidos. A região produtora deste município e dos municípios vizinhos foi pujante e abastecia com relativa facilidade a demanda das cidades próximas, que era apenas complementada com o que não era produzido na região por questões climáticas, especialmente. Da lavoura aos consumidores

os produtos circulavam através da ação de diversos atores: em uma primeira fase – produtor, produtor-intermediador, trocas entre intermediários/produtores no espaço das feiras livres; na segunda fase, após a criação da Ceasa de Porto Alegre, no final dos anos 1980, emerge a figura do intermediário especializado, que compra na Ceasa e dos produtores e abastece as feiras livres e começa a distribuição nas lojas. Os produtores, habituados a vender aos varejistas diretamente no espaço das feiras livres ou contando com a intermediação por produtores-intermediadores, passam a ter que negociar com intermediários especializados em uma relação de maior assimetria de poder. A concorrência da Ceasa com a oferta local de FLV e a coordenação do circuito por intermediários capitalizados tornou os produtores desta região cada vez mais dependentes deles.

Esta é a primeira fase da estruturação do mercado local de FLV de Santa Maria e o destaque que se faz é para o enfraquecimento do produtor local no mercado de FLV, paralelo ao aumento do poder dos intermediários especializados, bem como o fortalecimento da dependência do primeiro em relação ao segundo.

A segunda fase contou com a ação errática do governo do estado, que promoveu uma intervenção no mercado com o objetivo de fortalecer o agricultor e colocar limites aos intermediários, ação esta que acabou tendo efeito inverso. Com a interpretação de que os produtores vinham enfrentando dificuldades na comercialização devido à atuação dos intermediários especializados, tese esta que se apoiava na queda verificada na produção regional, o governo interveio criando uma Ceasa regional em Santa Maria. Somou-se a esta estratégia a criação de uma legislação municipal proibindo as transações de FLV em qualquer outro espaço público fora da Ceasa regional. Os agricultores foram prejudicados pela proibição das transações com varejistas no espaço das feiras livres, o que reduziu o seu espaço de opções. Restou-lhes apenas a venda na Ceasa ou para intermediários.

A experiência funcionou pelo período de dois anos e faliu, por três razões principais: a primeira refere-se à incapacidade dos atores-alvo da política (agricultores e agricultores-intermediadores) abastecerem a Ceasa, por problemas de planejamento, assistência técnica, entre outros. A segunda refere-se ao boicote que os intermediários especializados, que tinham estrutura para abastecê-la, promoveram. Estes, além de imporem resistência quanto ao deslocamento dos seus negócios para as dependências da Ceasa, promoveram ações visando o esvaziamento da mesma. Por um lado, compravam a produção dos produtores antes destes chegarem à Ceasa; por outro lado, passaram a fazer entregas para os varejistas diretamente nas lojas, os quais, por isso, não necessitariam deslocar-se até o entreposto da Central para se abastecerem. Sem oferta pelos produtores e demanda por parte dos varejistas, o projeto inviabilizou-se.

Segundo informações coletadas na pesquisa, o projeto foi frustrado também pelo rumo que a estruturação do mercado tomou após a criação da Rede Super que, associado às transformações gerais do varejo, causou o esvaziamento da Ceasa.

Cabe destacar nesta segunda fase que a atuação mal sucedida do governo, associada à organização do pequeno varejo, acabou restringindo ainda mais o espaço já restrito de estratégias possíveis para os pequenos produtores locais. Isso porque a proibição das trocas entre produtores e produtores-intermediadores com os varejistas no espaço das feiras livres (entre outros entraves criados por esta lei), pela redução da concorrência, resultou no fortalecimento dos

intermediários especializados. Este fato levou claramente a um novo rebaixamento da posição estrutural dos produtores locais; destaca-se ainda o aumento da dependência dos agricultores a estes intermediários especializados, pois o fortalecimento deles está associado ao afastamento do agricultor da relação direta com o varejo nos espaços das feiras livres.

A terceira fase é a do varejo organizado e forte do período pós-redes comentado acima. Após o processo de substituição, também pelo pequeno varejo (organizado), da compra de intermediários especializados por compras diretas na Ceasa e de produtores especializados, estes intermediários locais entraram em declínio, o que reduziu ainda mais o já limitado espaço de estratégias dos produtores locais. Assim, criou-se uma situação de dependência quase total às redes, como já foi explorado ao longo do capítulo.

A partir destes elementos, a explicação para o fato dos agricultores de Santa Maria terem reduzido a produção (alguns voltaram-se para a fomicultura) conforme o varejo e o mercado de FLV foi se estruturando e a demanda crescendo no município, em primeiro lugar, encontra-se no *habitus* destes agricultores que, por sua trajetória de dominados no mercado, tornaram-se passivos diante dos atores mais poderosos, no caso os intermediários e, no período recente, os varejistas. Ocorre que as relações entre agricultores e varejistas são relações de poder e a história do ator na posição de dominado incorporada aos *habitus* produz práticas de dominado, como é percebido em grande parte dos produtores de Santa Maria. Por isso, mesmo havendo demanda crescente e varejistas interessados na produção local, eles não se dispõem a mudar suas condutas na produção e comercialização. A percepção de agricultores entrevistados na pesquisa é de que, da forma como o mercado está estruturado, o produtor precisa ter a conduta de um empresário: ser ágil, ter atuação profissional, visão de futuro e controle do presente.

Em Santa Maria também há produtores assim, que têm aumentado a produção aproveitado o crescimento da demanda no mercado de FLV. Isto ocorre com aqueles cujas condutas se modificam acompanhando as transformações do campo; porém, é mais lento naqueles que sofrem efeitos de defasagem contra-adaptativas devido às tendências da permanência dos *habitus*.

Para a explicação ficar completa é preciso olhar ainda o aspecto estrutural do mercado, que se refere ao rompimento dos circuitos locais/regionais de produção, circulação e consumo, resultante da estratégia da Rede Super e outras empresas com poder semelhante neste mercado de assentarem seu abastecimento na Ceasa e produtores especializados de regiões produtoras. Esta foi uma decisão tomada pela rede, sob a pressão do campo, em resposta às ações agressivas dos atores dominantes no mercado de FLV, objetivando utilizar estes produtos como diferencial competitivo para a atração dos consumidores. Como a produção local não tinha condições de respaldar ações de contra-ataque da rede, ela precisou montar sistemas de abastecimento que claramente negligenciavam a produção local.

Esta mudança rápida no sistema de compras do pequeno varejo, deixando os produtores locais praticamente sem alternativas, é apontada como a principal causa da queda na produção local. A razão, portanto, está na escolha que as redes (e outras empresas) fizeram pela estratégia de vendas em grande quantidade por baixos preços. Cabe a questão: era impossível para os agricultores respaldarem tal estratégia, seja pela especialização e aumento de escala, seja pela organização cooperativa? Provavelmente não, mas um obstáculo significativo é a postura passiva de agricultores que se habituaram a produzir para intermediários ou a entregar sua

produção diretamente a um pequeno varejo pulverizado e sem pretensões e condições para disputar espaço no mercado.

Em Santa Rosa, ao contrário do que ocorre em Santa Maria, observa-se um maior protagonismo dos agricultores na construção do mercado de FLV. Cabe então analisar as razões históricas da postura diferenciada destes atores.

O desenvolvimento da produção de FLV em Santa Rosa tem um histórico de relativa autonomia comercial dos agricultores em relação ao segmento varejista. O município está situado em uma região marcadamente produtora de soja e que até os anos 1980 não tinha sequer tradição de produção de FLV. No início da década de 1980, Santa Rosa importava 90% dos FLV necessários para atender a demanda dos consumidores locais (Trevisan, 2007). Com isso, o abastecimento do varejo, formado por pequenos supermercados e os supermercados das cooperativas era realizado por intermediários que se abasteciam com atacadistas principalmente da Ceasa de Porto Alegre.

O interesse de alguns atores em desenvolver a produção de FLV e a habilidade para conquistar o apoio de atores das esferas da política e da economia regional está na raiz do processo desencadeado em Santa Rosa. Em todos os depoimentos colhidos aparecem com destaque os nomes de um secretário da prefeitura na época (secretário da expansão econômica), que decidiu trabalhar pelo abastecimento com produtos locais. Também se destaca a figura de um professor universitário que, com objetivo de aumentar a produção na região e criar um espaço adequado para a comercialização dos produtos, iniciou no início da década de 1980 no município um trabalho de mobilização e organização dos agricultores para a produção de FLV (Trevisan, 2007). Quanto às organizações mobilizadas no processo, destacam-se a administração pública municipal, Emater, Unijuí e algumas cooperativas de produção.

Desta mobilização resultaram ações voltadas ao desenvolvimento da produção, à organização dos produtores e à comercialização. Com o objetivo de estimular o interesse pelos FLV, que eram um tanto exóticos para aquela região, foi idealizado o Encontro Estadual de FLV, que representou, ao mesmo tempo, um espaço de vitrine para a comercialização e também de motivação e de perenidade das iniciativas em curso.

Os agricultores que participaram do processo criaram uma associação, a Aprhorosa (Associação dos Produtores de FLV de Santa Rosa), a qual realizava uma feira livre entre 1985 e 1988. O passo seguinte foi a construção do mercado público, em 1988, que passou a abrigar a comercialização dos FLV da Aprhorosa três dias por semana. Esta associação é, desde então, responsável pela administração do espaço.

A rede de atores que instaurou o processo no início de 1980 manteve-se ao longo do tempo e por isso a produção de FLV cresceu e se qualificou, juntamente com a comercialização, fazendo com que 60% do abastecimento de Santa Rosa, em 2007, se desse com base na produção local. O mercado público incorporou-se à vida da cidade e o Encontro Estadual de FLV realizou, em 2008, sua 25ª edição.

A forma como a produção foi sendo construída, imbricada com um mercado que dava segurança aos agricultores, garantiu a eles resultados notáveis. Primeiro, porque permitiu que investissem de forma contínua na sua estrutura produtiva, o que não ocorre quando predomina a insegurança nas relações de troca. Segundo, porque fez com que eles incorporassem as regras daquele mercado (vivenciado por eles) na sua atividade produtiva, o que se constitui num

aprendizado útil para a sobrevivência em tempos de mercados mais estruturados e dinâmicos. Terceiro, porque estes agricultores podem enfrentar os atores do varejo em situação de baixa assimetria, porque acumulam poder para isso.

Diante dos elementos apresentados, a explicação para o crescimento da produção de FLV dos agricultores de Santa Rosa passa pela estabilidade da sua comercialização e pela relativa autonomia que conseguem ter neste processo. A trajetória destes agricultores no seio de uma associação que em vinte anos ocupa uma posição estrutural dominante no mercado local de FLV e que participa de outros espaços sociais, ampliando assim seu capital social, fez com que desenvolvessem um *habitus* de atores ativos. Suas atuações na condução do mercado público, cuja trajetória tem sido de crescimento comercial, portanto em sentido oposto a das feiras livres convencionais, bem como no investimento em tecnologias produtivas, são provas disso. São condutas sintonizadas com o jogo dos mercados modernos, como, por exemplo, a participação na coalizão que há 25 anos organiza o Encontro Estadual de Hortigranjeiros, cujos objetivos são o debate do tema e o intercâmbio tecnológico e de conhecimentos sobre este mercado, agregam capital cultural, tecnológico e comercial aos agricultores. Isso, juntamente com a autonomia que o mercado público proporciona à comercialização, explica em parte o crescimento da produção de FLV em Santa Rosa.

Para completar a explicação, é preciso olhar também o aspecto estrutural do mercado, porque o *habitus* está ligado ao campo e vice-versa. Assim, a trajetória dos agricultores deve ser entendida considerando a pressão do campo de poder naquele espaço social, já que os supermercados, que poderiam promover ações estruturantes desfavoráveis aos produtores, deixaram o mercado de FLV em segundo plano ao longo destes 20 anos. Por isso os agricultores puderam priorizar a construção do seu mercado com base no mercado público, tendo a comercialização para os varejistas como uma segunda estratégia. Eles conseguem ter segurança na comercialização e poder de negociação pelo fato de poderem contar com um amplo espaço de estratégias possíveis.

Conclusões

O ponto de vista defendido no trabalho é de que os efeitos da dinâmica geral do sistema alimentar não são assimilados de forma homogênea por todos os mercados locais. Neste sentido, buscou-se ressaltar a capacidade de reação do pequeno varejo, que se organiza em redes de cooperação, bem como a organização dos agricultores para participarem com algum poder na construção dos mercados locais e regionais e fundamentalmente a atuação dos governos nestes processos de construção.

A primeira conclusão é de que as redes de cooperação no pequeno varejo tornaram os mercados agrícolas locais estudados mais concorridos, porém menos permeáveis a produtores que trabalham com escalas muito pequenas e que apresentam pouca habilidade para agir em um varejo cada vez mais exigente quanto à qualidade e condições de abastecimento. Isto porque a criação das redes acelerou o processo de falência do pequeno varejo tradicional, eliminando este que era o mais importante canal de comercialização para os produtores eventuais e de pequena escala.

A organização do pequeno varejo, por outro lado, garante um significativo grau de concorrência nos varejos locais, o que traz benefícios óbvios para os consumidores. A concorrência no varejo insere um elemento importante para os produtores de FLV situados próximos a estes centros consumidores, que é a competição baseada na qualidade dos produtos. Isso, somado ao crescimento contínuo do consumo de FLV, revela uma perspectiva positiva para estes produtores, embora na prática nem sempre signifique melhorias no que diz respeito à inserção nestes mercados ou mesmo aumento da produção local absorvida pelo varejo.

Buscou-se mostrar no trabalho que onde os produtores possuem uma história de dependência (a intermediários ou a varejistas), que é o caso de Santa Maria, houve desestímulo e queda na produção local em função das novas arquiteturas dos mercados locais, com o pequeno varejo organizado em redes. Já onde a produção se desenvolveu de forma mais ou menos autônoma em relação aos atores intermediadores e varejistas, que é o caso de Santa Rosa, a produção local inclusive cresceu.

Ressalta-se por fim que, juntamente com a análise histórica da construção dos mercados locais, a capacidade de organização dos agricultores, as redes sociais e a atuação dos governos são elementos fundamentais para explicar as diferenças no processo de inserção dos agricultores no novo varejo que está surgindo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. *et al.* Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: Cepal/DFID, 2003.
- BELIK, W. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia alimentar no Brasil*. 1. ed. Campinas: Unicamp, 2001.
- BERDEGUÉ, J. A.; REARDON, T. Supermercados y sistemas agroalimentarios en América Latina. *Informe a Oxfam*. RIMISP, Reino Unido, 2005.
- BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economía*. Traducido por Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama, 2003.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *Réponses: pour une anthropologie réflexive*. Traduzido por Eduardo Jorge Esperança. Paris: Seuil, 1992. Disponível em: <<http://evunix.uevora.pt/~ejel/reponses.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2007.
- FARINA, E. M. M. Q; NUNES, R. Para além da agricultura: o “efeito “treadmill” no sistema agroindustrial de alimentos no Brasil. *Revista Economia Aplicada*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 348-376, 2004.
- FLIGSTEIN, N. *The architecture of markets: an economic sociology of 21st century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- _____. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 47, n. 2, 2007.
- LOYOLA, M. A. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.
- MENDONÇA, J. A. Reestruturação produtiva no comércio: o setor de supermercados na década de 90. In: FERNANDES, C. M.; MENDONÇA, J. A. (Org.). *Dez anos de economia baiana*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2002.
- ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-37. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).
- PEREIRA, B. A. D. *Estruturação de relacionamentos horizontais em rede*. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- SOUZA, M. S. *Redes de cooperação no pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- TREVISAN, L. P. *IX Seminário de Gestão Contemporânea*. Santa Rosa, 10 nov. 2007. Palestra. Disponível em: <<http://www.FLV.com.br/index.php?pgID=316&PHPSESSID=b93b7dc4571ecc1dd52d79a288b5c27c>>. Acessado em: 30 out. 2008.
- VERSCHOORE, J. R. Redes de cooperação: concepções teóricas e verificações empíricas. In: _____. (Org.). *Redes de cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2004, v. 1, p. 15-46.
- WACQUANT, L. Notas para esclarecer a noção de habitus. *RBSE*, João Pessoa, v. 6, n. 16, p. 5-11, 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquartArt.pdf>>. Acessado em: 2 ago. 2007.

Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos

Marcio Gazolla
Gelson Pelegrini

Introdução

O presente capítulo possui o objetivo de desvendar como os agricultores familiares, donos de pequenas unidades agroindustriais, chamadas de agroindústrias familiares, se relacionam com os mercados para o escoamento e comercialização de seus produtos. Assim, toda a análise ora desenvolvida centra-se em entender como estes agricultores constroem os mercados e quais os tipos de mercados que são acessados para a venda da sua produção agroindustrial.

Entender os mercados e como os agricultores se relacionam com eles é uma tarefa importante do desenvolvimento rural e dos estudiosos do “mundo” rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas. A importância dos mercados para a agricultura é cada vez mais proeminente, bem como o debate em torno do papel dos mesmos na literatura nacional e internacional sobre o campesinato e a agricultura familiar (veja, só para citar alguns autores, os estudos de Abramovay, 1998 e 2004; Friedmann, 1978 e 1979; Wilkinson, 2008; Ploeg, 2008).

De outro lado, uma miríade de estudos recentes vem insistindo na ideia de que os agricultores não são atores sociais passivos e possuem agência. Afirma-se que os mesmos desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias, o que lhes permite retomar a sua autonomia relativa e criar “espaços de manobra” em face do contexto e da sociedade em que se situam. Para Ploeg (2008), os camponeses tornam-se atores que manejam uma base de recursos autocontrolada, o que lhes garante certa autonomia relativa em relação à existência de um ambiente hostil e dos mercados. Da mesma forma, Scott (2002) assinala que o campesinato define sua identidade e condição através de formas cotidianas de resistência, que constituem dispositivos de luta e resistência contra os grupos dominantes e o próprio Estado. Também Ellis (2000) alude que os agricultores perseguem diferentes estratégias, que podem ser de resistência ou reação, para manter e ampliar os seus meios de vida (*livelihoods*). De um modo geral, estes autores assinalam a importância do desenvolvimento de estratégias autocontroladas (*self-controlled*) pelos camponeses e agricultores de modo a criar e fortalecer sua autonomia relativa em face de ambientes hostis que ameaçam

ou restringem sua reprodução, como por exemplo, os mercados tradicionais de *commodities* agrícolas e grãos.

Não significa, todavia, afirmar que os mesmos buscam um “isolamento” da sociedade envolvente ou a construção de economias (e mercados) semiautônomas. Os agricultores familiares contemporâneos encontram-se intrinsecamente ligados aos mercados e a sua reprodução social depende das relações estabelecidas com estes. Pensar uma reprodução social mais autônoma, como defende Ploeg (2006), denota a participação nos mercados e o acesso a outras instituições, mas desde que estes não acarretem dependência a recursos externos e a crescente externalização na agricultura¹ (como ocorre no caso dos mercados de insumos agrícolas e de tecnologias). Trata-se de perseguir estratégias que possibilitem às famílias o máximo de controle sobre os recursos necessários a sua reprodução de um lado e, de outro, a construção de mercados que lhes possibilitem exercer a sua agência, obter os rendimentos necessários e exercer o poder de controlá-los constantemente, como são os mercados agroindustriais discutidos neste trabalho, que na sua maioria são mercados locais, de interconhecimento e de proximidade social.

A abordagem privilegiada neste trabalho passa por dois enfoques teóricos distintos para se entender os mercados das pequenas unidades agroindustriais. A primeira passa pela Perspectiva Orientada aos Atores (POA), que identifica os atores sociais como sujeitos dotados de capacidade (de agência) em que, em processos de interação social com outros atores e grupos sociais, estes possam ser protagonistas de seus “projetos de vida”, de construir os seus mercados e possuírem arbitragem sobre os seus desígnos históricos. A segunda abordagem teórica utiliza-se da Nova Sociologia Econômica (NSE) para formular que os mercados estão inseridos em relações sociais, em redes de atores e, que estes são construídos pelos atores sociais de acordo com as suas estratégias, motivações e em contextos em que a proximidade social e a confiança são elementos chaves.

Como definição, a agroindústria familiar que se alude na presente análise é uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. Segundo outro trabalho desenvolvido:

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários, de fibras e alimentos com conseqüente transformação destes em derivados de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade (Pelegri e Gazolla, 2008, p. 78).

O trabalho faz parte do projeto de pesquisa CAAF (Pelegri e Gazolla, 2006), “Caracterização e análise das agroindústrias familiares da região do Codemau”, que foi desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/Campus de Frederico Westphalen – RS) e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões

¹ Segundo Ploeg (1992; 2006), a externalização refere-se a separação de um número crescente de tarefas do processo de trabalho agrícola, as quais são designadas a organismos externos. Os objetos, os instrumentos e progressivamente o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis.

(URI/Campus de Frederico Westphalen – RS).² A pesquisa contou com a aplicação de um questionário quali-quantitativo em 106 unidades agroindustriais, de diferentes cadeias produtivas e alimentos e produtos processados, nos 30 municípios do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, constituindo, assim, um profícuo banco de dados, dos quais alguns sobre os mercados são discutidos neste capítulo.

O capítulo está dividido em três seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira se desenvolve, brevemente, uma discussão em torno das principais noções e conceitos da POA e da NSE. Na segunda se caracteriza, rapidamente, o setor agroindustrial na região do Médio Alto Uruguai, com base na pesquisa CAAF. E na terceira discute-se e apresenta-se, a luz dos dois enfoques teóricos, como se desenvolvem as relações entre os agricultores familiares donos de agroindústrias com os mercados, bem como os tipos de mercados existentes para os produtos agroindustriais.

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA)

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) é uma abordagem de interpretação dos processos de mudança social. Em primeiro lugar, ela se propõe a ser uma perspectiva teórica que foge do viés estruturalista de análise e explicação dos processos sociais e econômicos, como eram os “modelos” da modernização e da teoria marxista. Segundo Long e Pløeg (1994) ambos os modelos estão contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas da mudança social.

Desse modo, a POA oferece alternativas teóricas e metodológicas para a análise dos processos sociais e econômicos, bem como alguns conceitos-chaves. O primeiro deles é o de agência. Através do conceito de agência consegue-se passar para uma abordagem que coloque os atores sociais no centro das atenções e que os retire da passividade. Além disso, consegue-se analisar os seus repertórios culturais, os processos de mediação, as interfaces de relacionamento entre os atores diversos, as interações sociais e compreender os seus “projetos” e “mundos” de vida. Como Long (2006, p. 48; tradução livre) resumiu a noção de agência, a partir de Giddens:

[...] A noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas.

² Ressalta-se que este projeto de pesquisa recebeu financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), pelo edital Pró-Coredes, em 2006, a qual se agradece os recursos disponibilizados.

Contudo, a noção de agência não tem nada a ver com a ideia de que o indivíduo sozinho pode realizar as mudanças sociais, filtrar as informações e intervir no ambiente em que se encontra, pois ela não se assenta no individualismo metodológico. A noção de agência recoloca os atores sociais em permanente interação, em redes, em constantes contatos, encontros com outros “mundos” e “projetos” de diferentes atores, o que os faz absorverem, mediar, reconstruírem seu sistema cognitivo e possuírem interfaces com outros processos sociais, econômicos e culturais que ajudam a moldar as suas percepções, motivações e “projetos” próprios de vida. Em resumo: a agência só se manifesta quando há interações, interfaces, reconstruções e transformações entre os “mundos”, os “projetos” e os repertórios culturais dos atores em arenas específicas e localizadas (Long, 2001).³

Aplicada ao estudo dos mercados, a noção de agência é útil para se pensar as formas com que os atores sociais, neste caso os agricultores familiares, são capazes de construir os mercados para poderem vender os seus produtos agroindustriais. Dessa forma, a noção de agência permite que se “olhem” e analisem-se os mercados dos produtos da agroindústria familiar como mercados que são; o resultado das ações dos agricultores, em constante interação, interfaces, configurações e transformações do seu mundo com o mundo; os projetos e os repertórios culturais dos outros atores sociais, sejam eles extensionistas, atores de desenvolvimento, políticos, compradores intermediários ou, principalmente, consumidores – que são os atores principais, como se demonstrará neste trabalho.

Segundo Long e Ploeg (1994), a abordagem orientada aos atores salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrário. Apesar de suas escolhas serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos, os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas. Eles também tentam criar espaço para seus próprios interesses de forma que possam se beneficiar ou, se necessário, neutralizar intervenções por grupos externos ou agências.

Na POA aplicada ao estudo dos mercados também é importante a noção de valor social. Segundo Long (2006), são os atores sociais específicos que promovem a mercantilização, definem-na ou a impugnam quando a querem, pois esta não é um processo com suas próprias leis de movimento ou com as suas próprias forças de mercado. Os processos de mercantilização tomam forma através das ações de uma série heterogênea de atores sociais interligados e se compõem de constelações específicas de interesses, valores e recursos.

Dessa forma, os processos de mercantilização e de criação de valor social são guiados pelos atores e pelos grupos sociais em que estes participam, se relacionam, interagem e medeiam-se nos processos de desenvolvimento rural e nos próprios processos de criação dos mercados. Deste entendimento resulta que o valor social dado e formulado pelos atores em

³ Consultar Long (2001), Long e Ploeg (1994) e Long (2006) e o capítulo nesta obra de Long e Ploeg para uma maior explicação de alguns termos e conceitos utilizados. Neste trabalho, dado a limitações de espaço, não é possível se explicar todos os conceitos, termos e noções.

relação a uma dada mercadoria, produto ou serviço é atribuído pelos atores e pelos grupos sociais em que estes participam e, por isso, este é definido como um *valor social* (Long, 1998). Ou seja, é o valor social que os atores atribuem às mercadorias em um determinado local, numa determinada economia, num espaço social ou mesmo espaço geográfico qualquer. Esta noção do valor social é interessante, pois permite que se entenda, por exemplo, a valoração que os produtos da agroindústria familiar possuem nos relacionamentos locais/regionais entre agricultores e consumidores, um dos tipos de mercados que será abordado adiante, em que o valor dos produtos transacionados, é definido pelo valor social atribuído pelos atores durante a transação dos produtos e não por uma espécie de regulação abstrata dos mercados que estaria sobre a vida social e econômica destes.

A Nova Sociologia Econômica (NSE)

A Nova Sociologia Econômica como abordagem teórica também oferece alguns conceitos que são interessantes à análise dos mercados, principalmente na sua “corrente norte-americana”, a qual se filia este trabalho.⁴ A “corrente” teórica seguida nesse trabalho, possui as suas bases fundamentais nos trabalhos de Karl Polanyi (1976; 1980), em que a contribuição principal foi a de demonstrar que a economia não está “alheia” e fora das relações sociais e que os mercados são decorrentes de relações sociais que as pessoas e grupos sociais estabelecem e possuem. Como Polanyi (1976, p. 12) formulou, “a economia é uma atividade institucionalizada na vida social”. Abramovay (2004, p. 2), no mesmo sentido, afirma que os mercados devem ser estudados como estruturas sociais. Segundo o mesmo, “o estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social”.

Os conceitos principais da Sociologia Econômica aplicados aos estudos tem sido o de construção social dos mercados, o de redes sociais e o de *embeddedness* (ideia de mercados inseridos, incrustados ou enraizados).⁵

A ideia da construção social dos mercados quer, em primeiro lugar, se opor aos pressupostos neoclássicos, para os quais o mercado era definido como uma esfera de maximização do lucro, um local de troca (na maioria das vezes um local físico), muitas vezes abstrato, distanciado das relações sociais, utilitarista e sem um papel ativo dos agentes e grupos sociais. O mercado era definido como uma entidade suprassocial, em que o objetivo principal era o de maximizar individualmente os ganhos e rendimentos. Na noção de construção social de mercados da NSE estes não são definidos dessa forma. Uma primeira observação é que os mercados são definidos no plural – “mercados” – e não no singular como na teoria neoclássica,

⁴ É chamada de NSE pois se entende que a “velha” sociologia seria a desenvolvida nos trabalhos de Talcott Parsons e Neil Smelser nos EUA, nos anos 1950 e 1960, devido a sua perspectiva exageradamente normativa. Ela emerge principalmente com o artigo fundador de Mark Granovetter (1985) e posteriormente evolui com outros autores mais atuais.

⁵ Não existe uma tradução ímpar para o termo do inglês para o português, sendo que os vários estudos utilizam uma das três traduções ou optam pelo uso do termo em inglês, que é o que se adota neste trabalho.

em que o mercado é visto como um *ente* único, agregado e abstrato em termos de existência. Desse modo, entende-se que existem vários mercados e não apenas um. Isso leva em conta que os mercados podem ser diferenciados em vários aspectos e variáveis como no seu tamanho, estrutura, extensão, integração, dinâmicas, dentre outros aspectos. Isso é importante, pois se pode redefinir os tipos de mercados em função de poder classificá-los ou estudá-los de vários “olhares” e pontos de vistas econômicos e sociológicos.

Um segundo aspecto interessante da ideia de construção social de mercados é que ela nos define que os mercados não são autorregulados, existentes *a priori* ou meras formas de agregação das individualidades das curvas de demandas e da oferta. Por esta noção os mercados são *construídos socialmente*, o que implica que os mesmos são definidos e conformados de acordo com as racionalidades, vontades, poderes, disputas, conhecimentos e recursos que os atores sociais e grupos possuem em seus processos de interação social. Ou seja, os mercados são definidos nos processos de interação social entre os atores econômicos que participam de sua construção. Como formulou Abramovay (2004):

Os mercados só podem ser compreendidos como espaços reais de confronto entre atores, cuja forma depende exatamente da força, da organização, do poder e dos recursos de que dispõe cada parte. A abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre imprevistos, uma vez que dependentes da evolução real da relação entre os atores – da interação social.

Os mercados também podem ser analisados do ponto de vista das redes sociais (Granovetter, 1985; 2005). Nesse sentido, a ênfase não está nas relações que passam por aspectos econômicos como preços e quantidades, para que haja trocas nos mercados, mas sim nas que passam pelos padrões de interação sociais que os diferentes atores sociais vão conseguir construir nos mercados, que são determinados por aspectos microsociológicos e econômicos, como a confiança, o não logro, a racionalidade limitada do lucro, as relações de proximidade, de interconhecimento existentes, etc. Segundo Granovetter, as relações dentro de uma rede social e sua densidade são determinantes das escolhas econômicas dos atores. Como Granovetter (2007, p. 12) formulou, “o argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas”.

Dessa forma, no caso das agroindústrias familiares estudadas, fatores como o prévio conhecimento entre atores, a interação presente entre atores, a identificação dos agricultores como “honestos” pelos consumidores, as relações que os agricultores desenvolvem com os consumidores, dentre outros, são essenciais para criarem a confiança dentre os compradores dos seus produtos nos mercados, principalmente nos mercados locais. Por sua vez, é a confiança reconhecida e identificada nos agricultores o que faz com que os consumidores adquiram os produtos e até os comprem com certa frequência (Wilkinson, 2002; 2008).

Por fim, a noção de *embeddedness* também é um conceito central ao estudo dos mercados. Ela é importante por colocar os mercados no contexto das relações sociais que ocorrem entre os atores e retirar o peso das determinações econômicas sobre a vida social. Nesse sentido, o conceito de *embeddedness* define que o estudo dos mercados deve ser realizado olhando-se as diferentes relações que os atores sociais possuem entre si, como elas são construídas, qual a sua história, como se desenvolvem, como estes organizam a sua vida social e econômica, os laços entre atores, os vínculos criados nos mercados, as redes, dentre outros fatores. Assim, os mercados nada mais são do que prolongamentos da vida social e das interações entre os atores sociais e, por isso, que é dito que os mesmos são inseridos ou incrustados na vida social dos atores. Como bem definiu Abramovay (2004), “a sociologia econômica contemporânea tem justamente esta característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social e não como premissas cujo estudo pode ser feita de maneira estritamente dedutiva”.⁶

Breve caracterização das unidades agroindustriais familiares

A agroindústria familiar emerge como uma forma de coprodução entre os agricultores e a natureza, sendo ela construída pelos agricultores familiares como uma estratégia de desenvolvimento rural alternativa para conseguirem sair do *squeeze* da agricultura a que se encontravam nos últimos anos (Ploeg *et al.*, 2000). Ela é um produto da ação concreta e prática das próprias famílias no seu dia a dia, mediadas pelo contexto socioeconômico, tentando encontrarem soluções para os seus problemas vivenciados, utilizando-se de novas estratégias para se reproduzirem socialmente fora do padrão dominante da produção de grãos e da integração agroindustrial das grandes empresas do setor agroalimentar (os impérios alimentares, como chamou Ploeg (2008)). São os próprios agricultores familiares que tomam a dianteira e a iniciativa no processo de reconversão produtiva e econômica, e na construção de novos mercados, sempre mediados e em interface com os outros atores sociais, organizações e instituições (Long e Ploeg, 1994).

Caracterizando, brevemente, este setor da agricultura familiar pode-se apontar alguns dados que demonstram a sua situação. Do ponto de vista da sua existência a maior parte das agroindústrias (61,35%) possui a sua existência a menos de 10 anos de vida, sendo iniciativas relativamente recentes, devido principalmente a crise do padrão agrícola de desenvolvimento a busca de diversificação econômica e produtiva e a programas governamentais e políticas públicas existentes na área de agroindustrialização.⁷ Do ponto de vista sanitário, 72,64% das agroindústrias não estão legalizadas frente aos diferentes níveis do Estado, o que representa uma grande limitação ao desenvolvimento destes empreendimentos, tanto do ponto de vista

⁶ No Brasil, John Wilkinson está desenvolvendo trabalhos interessantes com o uso aplicado da Sociologia Econômica para a análise de relações no sistema agroalimentar e, inclusive, das agroindústrias familiares.

⁷ Como é o caso do Pronaf (na sua linha de agroindústria) e do programa Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mais recentemente e, principalmente, do Programa de Agroindústria Familiar do Rio Grande do Sul, que vigorou de 1998 a 2002 no estado do Rio Grande do Sul e que incentivou a atividade de agroindustrialização familiar em várias frentes.

do acesso aos mercados como do ponto de vista produtivo e de qualidade destes produtos (Pelegrini e Gazolla, 2006).

Segundo trabalho de Pelegrini e Gazolla (2008), atualmente a agroindústria familiar é formada em 74,55% pela cadeia de produção vegetal, sendo que destas as mais relevantes são a da cana-de-açúcar e derivados com 46,23% da produção. Em segundo lugar, vêm as frutas e derivados com 11,32% da cadeia de agroindustrialização. Ressalta-se a pouca participação das cadeias animais. A da carne e derivados é a mais relevante com 5,66% da cadeia agroindustrial local.⁸ Em percentuais menores existem as cadeias das hortaliças, dos cereais, mandioca e derivados, plantas medicinais, mel, etc.

Com relação à origem dessas matérias-primas é notável a potencialidade que estas apresentam, sendo que 45,30% destas declararam que a matéria-prima é totalmente produzida na própria propriedade rural, demonstrando o caráter familiar da atividade.⁹ Já do ponto de vista da renda gerada com as agroindústrias, a grande maioria (79,3% destas), obtém até R\$ 30.000,00 de renda bruta/ano, o que é considerada uma renda relevante dada às condições de reprodução social da agricultura familiar regional, que é definida como vulnerabilizada e empobrecida, pela maioria dos indicadores socioeconômicos existentes.

No quesito de acesso e construção social dos mercados, nota-se que a grande maioria das agroindústrias (43,4%) vende a sua produção diretamente para os consumidores. Isso é o que acontece quando, por exemplo, há a venda de um produto de “porta em porta”. 24% destas vendas ocorrem devido a estes produtos possuírem uma tradição histórica ligada a agricultura familiar do território. Outros 21% das agroindústrias possuem boas vendas devido ao produto ofertado possuir uma boa qualidade. 20% das unidades agroindustriais atribuem que o seu sucesso na comercialização ocorre devido os produtos serem produzidos de forma artesanal e 19% acham que os seus produtos são comprados por serem produtos diferenciados. Estes aspectos dos mercados são explorados em maior profundidade nesta próxima seção.

Os mercados construídos e acessados pelas agroindústrias familiares

A Tabela 1 apresenta os mercados acessados e construídos pelos agricultores familiares. Pela mesma, nota-se que a grande maioria das unidades (43,4%) vendem a sua produção diretamente para os consumidores. Isso é o que acontece quando, por exemplo, há a venda de um produto de “porta em porta”, ou seja, a agroindústria produz o produto, transporta até o local de venda, geralmente a cidade, e vende aos consumidores interessados em sua aquisição na própria residência ou local de trabalho dos mesmos. Isso ocorre muito frequentemente com produtos como salames coloniais, queijos, ovos, leite, etc. Autores como Hofmann (Hofmann *et al.*, 1987), Renting (Renting *et al.*, 2003) e Marsden (1999; 2009) vão classificar este tipo

⁸ Isso pode ser atribuído a maior dificuldade de legalização sanitária destes tipos de unidades, se comparadas com as outras cadeias. A cadeia da carne, principalmente suína e de aves, também é dominada pelas grandes empresas de alimentos no território, os impérios alimentares, como se referiu Ploeg (2008), o que faz com que as iniciativas inovadoras desta cadeia realizadas pelos agricultores familiares sejam tolidas pelas estratégias dessas empresas.

⁹ Sobre a produção ainda é importante frisar que foram encontrados 75 diferentes produtos produzidos *in natura* e processados pelas agroindústrias familiares, demonstrando a diversificação que estas unidades possuem, mesmo possuindo várias dificuldades como altos custos de produção (27% das unidades), infraestrutura inadequada (22%), falta de força de trabalho familiar (18%), só para citar as principais.

de venda direta ao consumidor final como um canal curto ou uma cadeia curta de comercialização, pois a produção segue do produtor (da agroindústria) diretamente para o consumidor final, não passando por outros locais. Ou seja, ele é um mercado construído e *embeddedness* nas relações sociais e no contexto socioeconômico local.

TABELA 1
Principais mercados construídos pelas agroindústrias familiares

Mercados	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Venda direta para os consumidores	46	43,4
Vendas para supermercados	23	21,7
Venda para compradores intermediários	20	18,9
Vendas na própria propriedade	8	7,5
Vendas para programas governamentais	5	4,7
Vendas em eventos, feiras comerciais e agropecuárias, festas, etc.	2	1,9
Vendas em feiras da agroindústria familiar	0	0,0
Outros	2	1,9
Total	106	100

Fonte: Pesquisa CAAF (Pelegri e Gazolla, 2006).

Este tipo de mercado construído socialmente pelos agricultores e inserido localmente possui algumas vantagens. Ele é interessante para os agricultores por eles serem os próprios vendedores de seus produtos, eliminando, os atravessadores e compradores intermediários. Por este meio, os agricultores, de uma maneira geral, conseguem receber um preço mais elevado pelos seus produtos. Já do ponto de vista dos consumidores também há algumas vantagens. Eles compram diretamente da fonte produtora, o que estabelece uma relação de confiança e de redes sociais com os agricultores na transação dos produtos. Além disso, os consumidores adquirem os produtos a preços mais baixos do que se comprassem no mercado tradicional, pois neste tipo de transação mercantil não há atravessadores e os produtos possuem o seu preço fixado em termos de valor social. Neste tipo de mercado, os agricultores em mediação e em interface com os atores sociais locais, principalmente os consumidores, conseguem construir este tipo de mercado de acordo com os seus “projetos”, o seu repertório cultural e o seu modo de vida (Long, 2006).

Contudo, este tipo de mercado apresenta alguns problemas. Um deles é que ele, na maioria das vezes, é um mercado considerado fora das normas e regras formais institucionalizadas (North, 1990; 1994) pelo Estado na produção e escoamento dos produtos das agroindústrias. Ainda mais frente à situação encontrada na pesquisa, em que 72,64% das agroindústrias estão na ilegalidade com relação aos requisitos sanitários, o que mostra a grande preocupação sobre este assunto. Do lado dos consumidores há um processo de preocupação com os alimentos, já que estes estão comprando e consumindo produtos processados por estas unidades, que além

de estarem fora das normas formais, podem, em algum momento, oferecer um risco à saúde ao serem ingeridos, já que não há garantia nenhuma do seu estado sanitário.¹⁰ É claro que existe a possibilidade destes não causarem mal algum, mas o contrário também é verdadeiro e, em se tratando de alimentação, os devidos cuidados devem ser tomados.

Outro mercado acessado e construído pelos agricultores são com os supermercados, que representam 21,7% das agroindústrias familiares que o acessam. Este é um mercado *privilegiado* para as agroindústrias, pois somente o acessam as que estão em concomitância com a institucionalidade agroalimentar vigente (Oliveira *et al.*, 1999; BRDE, 2004). Outros 18,9% das unidades vendem a sua produção para os mercados de intermediários ou atravessadores. Estes possuem o papel de comprar a produção das agroindústrias e de revendê-la a outros postos de abastecimento alimentar, para atacadistas, varejistas, outros atravessadores, supermercados, consumidores, etc. (Hoffmann *et al.*, 1987). O intermediário comprador é visto, de maneira geral, como um agente que compra as mercadorias das unidades agroindustriais e revende-as para, com isso, obter um *plus* de recursos nesta operação, sendo, em muitos casos, taxado de um agente “proveitador” e “especulador”. Contudo, o seu papel não é tão prejudicial às agroindústrias, pois ao comprar a produção e pagar um preço adequado por ela, ele estará ajudando as agroindústrias a escoar a produção e a colocar os seus produtos nos mercados.¹¹

Outros 7,5% das agroindústrias realizam as suas vendas na própria propriedade rural. Esta situação ocorre naquelas unidades que já possuem alguns anos de funcionamento e que os seus produtos são conhecidos localmente pelos compradores e consumidores. Nessa situação, estes buscam os produtos na própria agroindústria, diminuindo os custos de comercialização e de transação para os agricultores. Isso demonstra a confiança destes atores em relação a estes produtos e a menção a “qualidade superior” é seguidamente enunciada como motivos para as suas compras (Oliveira *et al.*, 2002; BRDE, 2004; Mior, 2005; Wilkinson, 2008), como num *contrato de compromisso* entre os atores sociais (Xavier da Silva, 2002). São nestas ocasiões em que há os encontros de interface e a interação social, o conhecimento da agroindústria e dos processos produtivos, e os consumidores conseguem atribuir mais plenamente o valor social dos produtos adquiridos.

Finalmente, 4,7% das agroindústrias vendem seus produtos para programas governamentais, como é o caso do Programa de Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). São os chamados mercados institucionais, em que o Estado garante o acesso aos mercados, o que vem crescendo nos últimos anos, principalmente com a aprovação da lei que estabelece que a compra de no mínimo 30% dos alimentos para a alimentação escolar seja proveniente

¹⁰ Há entre os defensores dos produtos da agricultura familiar certa “idolatração” destes produtos como se eles não tivessem nenhum problema de serem comercializados sem liberação de produção (licença sanitária de fabricação). Porém, deve-se reconhecer que eles são perigosos para os seus consumidores e que podem causar graves problemas à saúde da população, como é o caso das intoxicações e toxinfecções alimentares.

¹¹ O intermediário pode possuir um papel benéfico nos mercados. Numa situação ideal e teórica, quando há excesso de um determinado produto nos mercados, o seu preço será baixo, pela lei da oferta e procura. Porém, se o intermediário entrar na negociação destes produtos comprando uma parte destes, o que vai acontecer é que a quantidade de produtos disponíveis nos mercados vai diminuir, o que fará, conseqüentemente, que o preço do restante do produto em circulação nos mercados se eleve, beneficiando os agricultores e outros agentes que tenham o produto a sua disposição para a venda.

dos agricultores familiares.¹² Outros 1,9% das agroindústrias vendem a sua produção em feiras agropecuárias e comerciais, em festas e outros eventos. Como se sabe, este tipo de mercado mais serve para que estas unidades divulguem os seus produtos para a sociedade em geral, para os compradores e consumidores, servindo como *marketing* e propaganda dos produtos. Nota-se que nenhuma das 106 agroindústrias pesquisadas costuma vender os seus produtos em feiras da agroindústria familiar, demonstrando que estas não participam deste tipo de mercado, que não é considerado prioritário pelas unidades familiares.

Os dados da Pesquisa CAAF (Pelegri e Gazolla, 2006) também demonstram que o núcleo familiar é o maior responsável pelo acesso dos produtos aos mercados, pois este responde por 86,79% das vendas realizadas. Isso é plenamente compreensível numa situação em que impera a lógica familiar de trabalho, produção e administração destas unidades. Na agroindústria familiar são os membros do grupo doméstico que realizam quase todas as tarefas, sejam elas de produção, a obtenção da matéria-prima, o processamento e elaboração dos produtos, bem como o acesso aos mercados. É o que Long (2006) vai designar de agência, em que são os agricultores em interação e em interface com outros atores sociais que constroem, reconstróem e estruturam os seus “projetos” de vida e os mercados para os seus produtos.

Na Tabela 2 têm-se os principais fatores, segundo os agricultores, que seriam necessários para aumentarem o acesso aos mercados por parte dos seus produtos. Segundo a mesma, 35,8% dos agricultores acham que se houvesse a formação de uma cooperativa ou associação de agroindústrias os produtos seriam escoados para os mercados com maiores facilidades. Este dado é contraditório, pois ao mesmo tempo em que a grande maioria das agroindústrias trabalha de forma individual (70,75%), estas acabam afirmando que se trabalhassem de forma associativa ou cooperativada obteriam maiores resultados com a venda dos seus produtos. Nos últimos anos houve um movimento crescente de cooperativização da agricultura, o que de certa forma explica essa tendência dos dados. No norte do RS, há pelo menos 13 cooperativas da agricultura familiar, com diferentes papéis (fornecimento de crédito, produção, comercialização, etc.), que trabalham com diferentes produtos, estilos de agricultura e com a heterogeneidade do rural. Ou seja, os agricultores estão, mesmo que lentamente, construindo as suas organizações coletivas em torno dos seus repertórios culturais e dos seus “projetos” de vida; estes estão interagindo e formando processos sociais que lhes deem poder de agir coletivamente (agência) nos mercados.

Também nota-se que 25,5% das agroindústrias apontam que se os seus produtos fossem vendidos em centros consumidores maiores e de fora do território do Médio Alto Uruguai o acesso dos seus produtos aos mercados seria incrementada. Isso vem de encontro à formulação de Saraceno (1994, p. 329), que afirma que a demanda de fora do território é um dos “motores do desenvolvimento”, o que quer dizer que em locais em que os produtos são demandados por outros territórios (comprados por outros territórios), há maiores possibilidades de inserção nos mercados devido ao grande ingresso de recursos que ocorre de fora para dentro do local.

Outros 17% das agroindústrias acham que se houvessem mais políticas públicas por parte das instituições para acesso aos mercados estes seriam maximizados. Realmente a agricultura familiar, historicamente foi deixada de lado pelas políticas públicas. Isso só se modificou em 1996 com a implantação do Pronaf no Brasil. Porém, este funcionou por mais ou menos 10

¹² Para saber como funciona o PAA consultar Gazolla e Schneider (2005), Mattei (2007), dentre outros autores.

anos com a disponibilização dos recursos para custeio e investimento; sem crédito rural para a construção de mercados para a agricultura familiar. Isso só muda em 2006, com a implantação de uma linha especial de crédito para comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas com uma destinação de recursos muito pífia. Além disso, a grande necessidade é que as instituições do Estado construíssem políticas públicas que agissem no sentido de institucionalizar as agroindústrias familiares nos mercados e que se removeassem os problemas com a legislação alimentar e sanitárias para as pequenas unidades familiares.

TABELA 2
O que seria necessário para aumentar a venda dos produtos agroindustriais

Fatores importantes para aumentar a venda dos produtos	Número de agroindústrias	Percentual (%)
Que houvesse a formação de cooperativa e/ou associação para realizar a comercialização	38	35,8
Vender os produtos em centros consumidores maiores do que na nossa região	27	25,5
Ter mais políticas públicas de incentivo a comercialização por parte dos órgãos governamentais	18	17,0
Estratégia de venda e marketing diferenciadas	10	9,4
Participação em feiras de agricultura familiar	7	6,6
Melhorar a qualidade dos produtos processados	6	5,7
Total	106	100

Fonte: Pesquisa CAAF (Pelegri e Gazolla, 2006).

Outra estratégia que se coloca como importante, segundo os agricultores, para a construção dos mercados, é o desenvolvimento de vendas e *marketing* diferenciado com 9,4% das agroindústrias. Ainda 6,6% das unidades acham que a participação em feiras da agricultura familiar aumentaria as suas vendas, porém, como se mostrou antes, esta participação é nula (0,0%) quando se trata de feiras deste tipo. Tanto a divulgação dos produtos como a participação em eventos tornam-se duas estratégias de construção de mercados pelos agricultores, pois isso gera a construção de redes com outros atores sociais e processos interativos em que a capacidade de agência dos agricultores seria multiplicada nos mercados.

Outros 5,7% das unidades reconhecem a baixa qualidade dos seus produtos processados e acreditam que se a mesma fosse melhorada conquistariam fatias maiores dos mercados consumidores e de compradores dos produtos da agroindústria familiar. Ou seja, novamente o que aparece é a necessidade de intervenção da institucionalidade formal vigente, no sentido de apoiar estas unidades agroindustriais a se inserirem nos mercados, até em função deste tipo de produção possuir custos de transação bem menores do que outros tipos de alimentos (por exemplo, os produzidos pelas grandes agroindústrias alimentares), o que se coloca como um

benefício para a sociedade como um todo no sentido de serem produtos que possuem outro valor social.

A questão da legislação agroalimentar é realmente um empecilho ao desenvolvimento destes tipos de mercados da agricultura familiar, da maneira como a mesma se coloca atualmente. Mesmo o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa), aprovado pelo Estado para permitir a venda dos produtos de origem animal fora dos limites dos municípios, mas mantendo-se o Sistema de Inspeção Municipal (Sim), não está conseguindo ser colocado em funcionamento na prática e o que se observa é que a nível nacional os estados e municípios não estão conseguindo entrar nessa nova legislação, devido aos seus entraves, principalmente burocráticos, como muitos atores sociais têm se referido.

Uma solução a considerar é proposta por Marsden e Sonnino (2006) para os quais estas redes de produtores alternativos de alimentos não podem ser reguladas somente pelas leis, normas e institucionalidades do Estado e nem os agricultores podem exigir que a regulação fique sob a sua júdice. A saída proposta pelos autores é a de que as instituições regulem estes setores – as instituições entendidas como coalizões de atores tanto do Estado como dos setores interessados pela regulação e normatização do setor agroalimentar. Esta proposição é inteligente, pois visa reunir em um “pacto” os atores e as instituições envolvidas, propalando uma regulação mista do setor agroalimentar, o que parece factível no atual momento de crescimento das redes e agricultores produtores de alimentos de forma diferenciada e alternativa.

Outro indicador fundamental de ser conhecido para se entender como se dá a construção social dos mercados são os motivos pelos quais os produtos das unidades agroindustriais ganham o acesso aos mesmos. O Gráfico 1 apresenta os principais fatores que respondem pela venda dos produtos agroindustriais. Segundo os agricultores, em 24% dos casos o acesso aos mercados ocorre devido a estes produtos possuírem uma tradição histórica ligada a agricultura familiar do território. Desse modo, os dados demonstram que o peso cultural da colonização europeia no Médio Alto Uruguai é muito forte e representa um fator decisivo para a compra dos produtos agroindustriais. Isso decorre de a população predominante no território descender da colonização que foi implantada em meados do século XX, tanto nos espaços rurais como nos urbanos, mas principalmente nos segundos, e que são os maiores responsáveis pelas aquisições dos produtos advindos destas unidades.

Como demonstraram outros estudos, como o de Oliveira (Oliveira *et al.*, 1999), os produtos da agricultura familiar possuem acesso a vários mercados devido ao fato de serem conhecidos dos consumidores urbanos, que os compram por vários motivos, dentre os quais pelas seguintes associações que estes produtos trazem intrínsecos consigo: por “serem saudáveis”, “fazerem bem a saúde”, “serem nutritivos”, “devido à honestidade de quem os fabrica” (a confiança nos agricultores), “devido à tradição que estes trazem consigo”, “por serem higiênicos”, “por serem produzidos com carinho”, “por trazerem lembranças de suas origens”, “por possuir disponibilidade nos locais de compra”, etc. Seja por qualquer um destes motivos, os estudos mostram que os produtos produzidos pela agroindústria familiar são bem aceitos devido à *bagagem histórica* que a agricultura familiar traz consigo (Mior, 2005; Pelegrini e Gazolla, 2008; Wilkinson; 2008).

Outros 21% das agroindústrias acham que os seus produtos possuem bom acesso aos mercados devido a possuírem uma boa qualidade ou uma “qualidade superior”, como alguns

agricultores se referem. A qualidade dos produtos agroindustriais está ligada, e é definida por estes, através de alguns atributos e características importantes, como o seu processo de elaboração ser higiênico, a produção das matérias primas serem desenvolvidas sem o uso de “coisas químicas” e agrotóxicos, serem os produtos bem acondicionados em suas embalagens, serem feitos sob a responsabilidade do grupo familiar, dentre outros atributos que os agricultores definem como “produtos superiores” em termos de suas qualidades.

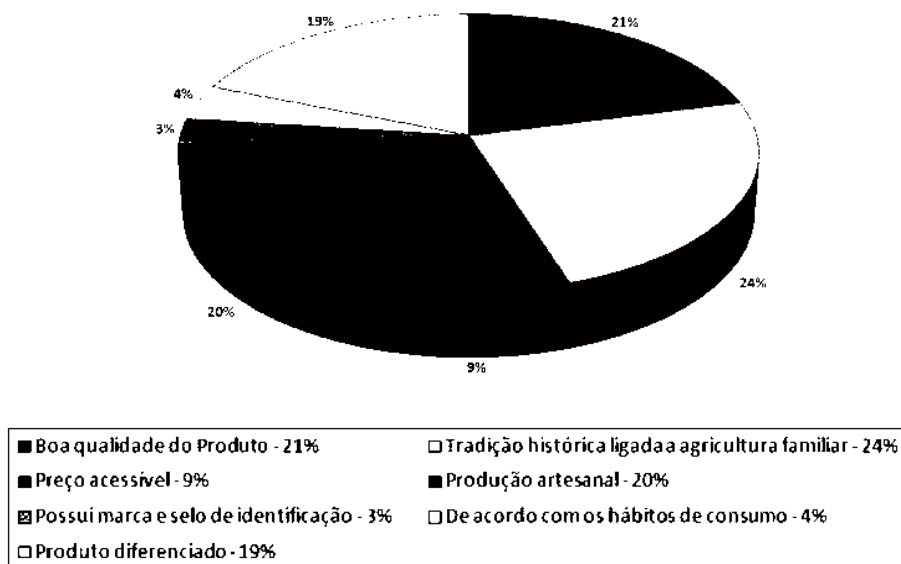


Gráfico 1: Fatores responsáveis pelo acesso aos mercados dos produtos agroindustriais
 Fonte: Pesquisa CAAF (Pelegrini e Gazolla, 2006).

Outros 20% das agroindústrias atribuem que o seu sucesso no acesso aos mercados é devido aos produtos serem produzidos de forma artesanal. Nesse caso, este é um atributo que serve de convencimento aos consumidores, pois leva a geração de confiança e, em muitos casos, de redes que ligam agricultores-consumidores diretamente (Granovetter, 1985). Segundo Ploeg (Ploeg *et al.*, 2000; 2004) a *artesanidade* é uma característica típica das formas familiares, que lhe dá algumas vantagens frente à conquista e luta pela sua autonomia relativa e também na construção de alguns mercados, como o que ocorre com estes produtos.

Outros 19% das unidades definem que os seus produtos são comprados por serem produtos diferenciados.¹³ Os produtos da agroindústria familiar são considerados diferenciados por muitos deles serem produzidos de forma a inverterem a lógica de produção utilizada pelos produtos da grande indústria de alimentos, que são chamados de industrializados (Mior, 2005).

¹³ Um produto diferenciado é aquele que possui algum processo produtivo, aditivo, constituinte, ação de algum micro-organismo, adição de alguma substância diferente, etc., dos seus produtos irmãos ou semelhantes.

Desse modo, os produtos das agroindústrias familiares se diferenciam da lógica da *produção em massa* de alimentos e fibras do sistema fordista, como se referiram Bonano (1999) e Marsden (Marsden *et al.*, 1986), pois são produtos que não são fabricados em grande escala; não seguem os padrões de consumo e produção internacionais; não são padronizados excessivamente; não são provenientes dos grandes impérios alimentares (Ploeg, 2008) e são diversificados em formas, tipos, sabores, constituição, formulações, etc., como características *intrínsecas e típicas* da agroindústria familiar.

Outro grupo de agroindústrias acha que seus produtos acessam os mercados por terem um preço acessível aos consumidores (9% dos casos). Pela lógica de reprodução social destas unidades, que requerem retornos mais baixos, possuem menores custos de produção e de transação e utilizam-se da força de trabalho familiar (Friedmann, 1978; 1979), estas conseguem colocar seus produtos nos mercados a preços relativamente mais baixos. Por outro lado, por estes produtos serem, em grande parte, comercializados pelos mercados ligados diretamente aos consumidores finais, são produtos que possuem o seu preço médio rebaixado se comparados aos produtos dos impérios alimentares e das cadeias longas de produção e distribuição. Mas o essencial de ser compreendido é que estes produtos não possuem um preço fixado *a priori*, e não são mercantilizados pelos atores sociais que os negociam como se o lucro fosse o principal. Estes produtos possuem o seu valor nos mercados definido como um *valor social*, pois o seu preço é estabelecido pelos atores sociais e pelos grupos com que estes se relacionam nos mercados, neste caso mercados de proximidade e locais, principalmente pelos consumidores e agricultores.

4% das agroindústrias acham que o seu acesso aos mercados é devido aos seus produtos estarem de acordo com os hábitos de consumo e alimentação da maioria da população local, reforçando a ideia da NSE de que os mercados funcionam *embeddedness* nas relações sociais, nas redes de atores e nos contextos socioeconômicos. Isso acontece por que estes produtos são processados pela própria agricultura familiar local que possui relações sociais, que interage e detém laços alimentares fortes com o restante da população existente.

Outros 3% destas acessam os mercados em função de possuírem selos e marcas que identificam os seus produtos; os chamados *labels* (Wilkinson, 2008), como é o caso do selo Sabor Gaúcho, elaborado pelo Programa de Agroindústria Familiar do RS (PAF, 2000), como uma das estratégias de fortalecimento das agroindústrias familiares. Embora o Programa de Agroindústria Familiar tenha sido minorado nos últimos governos, o selo de identificação dos produtos permanece até hoje como um elemento estratégico de vendas, de garantia da qualidade e de construção de mercados. Ele possui a função de, mesmo em situações de não interação e relações sociais diretas entre os atores sociais, transferir a confiança a distâncias variadas e até a longa distância, via uma espécie de reconhecimento das qualidades dos produtos, que estariam implícitas nos *labels*.

Considerações finais

A análise dos mercados construídos e acessados pelas pequenas unidades agroindustriais mostra que estes são mercados de proximidade e caracterizados pela imersão dos mesmos em

contextos locais e nas relações sociais desenvolvidas historicamente entre atores sociais, principalmente entre os agricultores familiares e os consumidores de seus produtos. O trabalho apresenta evidências que estes mercados, na maioria dos casos, não passam pela institucionalidade do Estado (principalmente com relação à adequação sanitária dos alimentos) e que os mesmos são mercados de venda direta agricultor-consumidor, em que possuem determinação fundamental de elementos extraeconômicos como o interconhecimento, a proximidade dos atores, as relações de confiança, as redes sociais estabelecidas, o relacionamento continuado, dentre outros fatores que não passam pelos postulados marginalistas de entendimento dos mercados. Estes mercados funcionam e podem ser melhor entendidos pela noção de valor social atribuído aos produtos agroindustriais pelos atores que os adquirem, pois estes levam em conta outras “qualidades” e valorações sociais para determinar a aquisição dos produtos, que não passam pelo mecanismo neoclássico de oferta-demanda-preço, como se referiu Long (2001).

Desse modo, também é importante entender os mercados não como *entes* abstratos, autoregulados e sujeitos singulares da história da sociedade e da agricultura. Há necessidade de se abordá-los como construções sociais dos próprios atores e que estes estão localizados nas relações e interações, sejam elas em redes ou não, que os agricultores desenvolvem com os outros atores da sociedade e do contexto institucional. Compreendidos dessa forma, os mercados passam a ser analisados de acordo com os repertórios culturais, o conhecimento e com as interfaces que os agricultores possuem com os demais grupos, e pode-se formular que os donos destas pequenas unidades agroindustriais possuem o poder (a agência) de fazerem valer os seus valores, significados e “projetos” de vida, como os dados apresentados do presente trabalho permitem afirmar.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998. (Coleção Estudos Rurais).
- _____. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- BRDE. *Redes de agroindústrias de pequeno porte: experiências de Santa Catarina*. Florianópolis: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul/Gerência de Planejamento de Florianópolis, 2004.
- BONANO, A. A globalização de economia e da sociedade: fordismo e pós fordismo no sistema agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org). *Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora da UFPE, p. 47-94, 1999.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.
- _____. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1979.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS*. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. CD-Rom. Ribeirão Preto, 20 p., julho de 2005.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

_____. The impact of social structure on economic outcomes. *Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE* (eletrônica), v. 6, n. 1, art. 9, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica>>.

HOFMANN, R. *et al. A administração da empresa agrícola*. 7. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1987. (Economia – Estudos Agrícolas).

LONG, N. Cambio rural, neoliberalismo y mercantilización: el valor social desde una perspectiva centrada en el actor. In: ZENDEJAS, S.; DE VRIES, P. (Ed.). *Las disputas por el México rural: transformaciones de prácticas, identidades y proyectos*. Zamora: El Colegio de Michoacán, 1998.

_____. *Development sociology: actor perspectives*. Oxford: Routledge, 2001.

_____. *Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Colección Investigaciones, 2006.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.) *Rethinking social development: theory, research and practice*. England: Longman, 1994, p. 62-90.

MARSDEN, T. Rural futures: The consumption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*, v. 39, n. 4, 1999.

_____. Mobilities, vulnerabilities and sustainabilities: exploring pathways from denial to sustainable rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 49, n. 2, apr. 2009.

MARSDEN, T. *et al.* The restructuring process and economic centrality in capitalist agriculture. *Journal of Rural Studies*, London, v. 2, n. 4, p. 271-280, 1986.

MARSDEN, T.; SONNINO, R. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p. 181-199, 2006.

MATTEI, L. F. *Programa de aquisição de alimentos na agricultura familiar (PAA): percepções dos atores sociais no estado de Santa Catarina*. XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural. CD-Rom. Londrina, jul. 2007.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Editora Argos, 2005.

NORTH, D. C. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Tradução de Elizabete Hart. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. (Série Ensaios & Artigos).

_____. Economic performance through time. *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994.

OLIVEIRA, J. A. V. *et al. Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. Florianópolis: CEPAGRO, 1999.

OLIVEIRA, J. A. V. *et al.* Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul. *Relatório de Estudo Especial*. Florianópolis: Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, abr. 2002, 100 p.

PAF. *Programa de Agroindústria Familiar*. Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização (DAC), Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2000, 18 p.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. *Caracterização e análise das agroindústrias familiares no Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul*. Projeto de pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005. Procoredes, Porto Alegre, 2006.

_____. *A agroindústria familiar no rio grande do sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). *Ecología, Campesinato y Historia*. Espanha: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.) *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004.

POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K.; HRENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Ed.). *Comercio y mercado em los impérios antiguos*. Barcelona: Labor Universitária, 1976.

_____. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning*, v. 35, p. 393-411, 2003.

SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualisation. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994.

SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda A. de Menezes e de Lemuel Guerra. *Revista Raízes*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Revista Ensaios*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805 – 825, 2002.

_____. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

XAVIER DA SILVA, L. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da Economia dos Custos de Transação*. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Economia). UFRGS, FCE, 279 p., 2002.

A agroindústria rural e as redes de desenvolvimento: um estudo do oeste do Paraná

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Luci Suzana Bedin Amorim

Introdução

No final da década de 1980 e, principalmente, no início dos anos 1990, ocorreu uma nova fase da mecanização da agropecuária brasileira, na qual houve uma intensificação das tecnologias mecânicas que avançaram em todas as etapas do processo produtivo das culturas tradicionais brasileiras, tais como café, cana-de-açúcar e algodão, que são grandes empregadoras de mão de obra (Staduto *et al.*, 2004). Desta forma, aprofundando a redução das ocupações agrícolas.

Por outro lado, neste período da década de 1990, as pesquisas constataram a expansão das ocupações não agrícolas dentro e fora do meio rural (Graziano da Silva, 1999; Del Grossi, 1999; Souza, 2000; Nascimento, 2002). O crescimento da produção agropecuária praticamente não tem mais relação com a expansão dos postos de trabalho, em decorrência dos processos inovativos e da implantação de políticas setoriais iniciadas na década de 1970, bem como do próprio modelo de crescimento econômico brasileiro que privilegiou a expansão urbano-industrial das regiões metropolitanas.

Mais recentemente, as cidades de porte médio afastadas destas grandes aglomerações também se tornaram *locus* de atração produtiva e populacional. Estas cidades, em conjuntos com as menores, formam as redes urbanas no interior dos estados, as quais articulam no espaço as relações socioeconômicas e políticas. Estas cidades contribuem para abrir novas oportunidades de ocupações não agrícolas para a população do meio rural, assim como novos mercados regionais e locais para a produção da agricultura familiar.

Conforme Graziano da Silva (1999), o surgimento de novas atividades, ou mesmo a intensificação das preexistentes no espaço rural, introduz um conjunto de novas funções, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural. O ator social privilegiado desse novo rural é a família pluriativa, que se caracteriza por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento. Segundo Anjos (2003), tais atividades são alternativas de geração de renda para muitos agricultores familiares frente à queda da renda e da ocupação agrícola, além de ganharem importância social à medida que são adotadas como parte de um elenco de estratégias de reprodução e produção da agricultura familiar.

Este capítulo examinou a atividade da agroindústria rural familiar e as redes de desenvolvimento rural, como estratégia de produção e de articulação do desenvolvimento, respectivamente. Para tanto, são pesquisadas unidades de produção familiares organizadas em associações de produtores familiares que participam dos centros de comercialização dos municípios de

Corbélia, Matelândia, Missal, Nova Aurora, Vera Cruz do Oeste e Sede Alvorada, Distrito de Cascavel, localizados na mesorregião oeste do Paraná.

A agroindústria rural

Wilkinson (2000) apontou três estratégias que podem ser delineadas para a produção familiar. A primeira delas são as várias experiências de distintas formas de ações coletivas que têm se mostrado viáveis para aumentar a escala da produção agropecuária e baixar custos da logística, mantendo a competitividade nos principais mercados de *commodities*. O processo organizacional na consolidação de novas formas de ação passa a ser, talvez, mais decisivo do que as barreiras tecnológicas.

A segunda refere-se à criação e acesso a canais de comercialização nos mercados locais e regionais, pois permite maior competitividade às pequenas e médias empresas e favorece o fortalecimento de atividades agroindustriais rurais em pequena escala. Já a terceira estratégia, diz respeito às oportunidades de inserção em novos mercados que associam a qualidade dos produtos coloniais e artesanais à produção familiar, o que favorece o surgimento e fortalecimento das agroindústrias familiares.

A partir dos anos 1970, o processo da produção familiar foi articulado, em parte, pela agroindústria convencional. No entanto, nos anos 1980, uma parcela dos produtores familiares passou por um processo de exclusão devido a uma profunda transformação na forma de atuar das redes verticais de desenvolvimento rural.¹ Segundo Mior (2005), a agroindústria familiar rural se constitui num desdobramento deste processo de transformação e, na década de 1990, criou-se um espaço de legitimidade das estratégias de agroindustrialização rural.

Nos estados do sul predominam as unidades produtivas familiares que viabilizaram a transformação de suas bases técnicas, propiciando o intenso processo de integração vertical com as agroindústrias. Para Goodman, Sorj e Wilkinson (1985), essa modernização pode ser atribuída a duas condições, sendo que a primeira diz respeito à favorável situação institucional no sul, ou seja, uma estrutura agroindustrial bem desenvolvida de empresas fornecedoras de insumos e processadores, além de uma rede de agências estatais e de cooperativas.² A segunda condição refere-se à capacidade das unidades familiares em se adequarem às novas exigências estabelecidas pelos capitais agroindustriais, além da integração com os mercados globalizados, atribuída ao aprendizado das tradições camponesas herdadas de imigrantes europeus estabelecidos no sul do Brasil.

O estreitamento da viabilidade da produção familiar, após a industrialização da agropecuária, colocou essas unidades de produção em uma luta contínua para manter-se num patamar tecnológico mínimo a fim de permanecerem competitivas. As unidades familiares que

¹ Nos anos 1980 as agroindústrias convencionais consolidam seu processo de nacionalização. Nos anos 1990 o país adota como políticas a desregulamentação da economia, abertura econômica e integração dos países do Cone Sul/Mercosul. As empresas adotam estratégias para sua inserção internacional por meio de desenvolvimento tecnológico resultando no aumento da produtividade (Mior, 2005). Novos padrões de territorialização e desterritorialização das atividades econômicas são criados, devido à grande mobilidade do capital.

² Posição consolidada pelas grandes altas dos preços da soja no mercado mundial, no início da década de 1970.

se mostraram incapazes de acompanhar as transformações tecnológicas foram marginalizadas e empobrecidas (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985).

Segundo Lauschner (1993), os estudos sobre os produtores rurais vinculados às cadeias agroindustriais sinteticamente mostraram os seguintes resultados: expressivas mudanças na produtividade dos produtores; garantia de mercado para colocação de seus produtos; aumento da dependência em condições de concorrência imperfeita;³ marginalização dos produtores não beneficiados pela integração à agroindústria; aumento do desemprego ou inviabilização de outros empreendimentos agropecuários; e, ainda, destacou a realização de aliança com o latifúndio e estruturas fundiárias injustas. Por outro lado, evidencia a potencialidade da agroindústria em aumentar a renda do agricultor, por se tratar de um agente de modernização e tecnificação.

A experiência de integração da unidade de produção familiar com a agroindústria convencional tem como resultado aspectos positivos e negativos, que se constituem em elementos centrais na tomada de decisão dos produtores familiares para montar sua própria agroindústria. Mior (2005, p. 203) entende que a “origem e evolução das agroindústrias familiares podem ser vistas como uma construção social, na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interage quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias”.

Segundo Fernandes Filho (2001), a indústria rural⁴ tem importância econômica enquanto “consumidora” de produtos da agricultura familiar, contribuindo diretamente para a renda monetária; em termos sociais na geração de emprego direto e indireto no meio rural; e, além disso, contribui expressivamente para a segurança alimentar da família rural. A transformação ou beneficiamento das matérias-primas agrega valor e possibilita a sua conservação e utilização em momentos em que a matéria-prima não está disponível tanto para consumo próprio como para a venda nos mercados locais.

As experiências de transformação de produtos, envolvendo milhares de produtores familiares, constituem a base das agroindústrias rurais. Mior (2005, p. 191) definiu a agroindústria familiar rural como uma “forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Já a atividade denominada processamento de alimentos e matérias-primas objetivaria prioritariamente o autoconsumo, ou seja, a produção de valor de uso.

As agroindústrias rurais são constituídas por uma única família ou na forma de empreendimento associativo por duas ou mais famílias com laços de parentesco ou não, que tendem estar interligadas por meio de associações de várias naturezas, criando-se caminhos de apren-

³ A ação monopsonia da agroindústria frente aos agricultores os transforma, até certo ponto, em simples empregados, sem encargos sociais e, também, transfere para as agroindústrias os resultados do aumento de produtividade dos produtores (Lauschner, 1993).

⁴ Indústria rural é um conceito utilizado pelo IBGE como sendo “[...] atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários (animais e vegetais) realizados em instalações existentes nos estabelecimentos ou em instalações de terceiros (moinhos, moendas, casa de farinha, etc.)” (Fernandes Filho, 2001, p. 3). Os termos agroindústria rural ou agroindústria familiar rural são utilizados como sinônimos de indústria rural no decorrer do trabalho.

dizagem e inovação, possibilitando, assim, analisar este fenômeno pela abordagem teórica das redes para compreender a dinâmica do desenvolvimento rural vinculada à agricultura familiar. Este enfoque, complementarmente, privilegia a abordagem territorial do desenvolvimento rural, em lugar do setorial, pois abarca as raízes históricas dos lugares, a interação social, a capacidade dos indivíduos e das organizações locais em promover ligações dinâmicas capazes de valorizar as tradições e as potencialidades do espaço local.

Neste sentido, por envolver diversificado conjunto de atividades, a agroindústria rural desperta interesse de pesquisa, à medida que representa uma estratégia relevante na geração de renda no espaço rural, bem como para o desenvolvimento rural territorial, principalmente se considerarmos as regiões em que é predominante a agricultura familiar.

As redes de desenvolvimento rural

Segundo Santos (1996), a concepção de rede tem duas grandes matrizes. A primeira considera o aspecto da materialidade, e a define formalmente como toda infraestrutura de transporte, energia ou informação sobre o território, caracterizada pelos pontos de acesso ou pontos terminais, arcos de transmissão, nós de bifurcação ou de comunicação. A segunda leva em conta os aspectos sociais e políticos da rede que seriam fundadas nas ações humanas; do contrário, sua materialidade seria apenas uma abstração.

Para Haesbaert (2002, p. 132), a rede pode ser vista “como um elemento fundamental constituinte do território”, e a estrutura social em rede pode atuar “como um elemento fortalecedor do território”. Já para Santos (1996, p. 222), as redes atuam, ao mesmo tempo, como “concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas”. Isto significa que elas funcionam em duplo sentido. Os vetores que sustentam à distância a presença de uma grande empresa, por exemplo, são centrípetas, mas muitas atividades preexistentes no lugar agem como centrífugas.

Na literatura internacional,⁵ vários autores estudam as redes na tentativa de explicar os padrões globais de mudança do meio rural, em um nível mais geral de rede, associada à emergente sociedade da informação. Murdoch (2000), em seus recentes estudos, analisa as redes em um nível intermediário, as quais estão ligadas à agricultura e aos outros setores socioeconômicos dos territórios rurais, definindo alguns padrões de articulação dos atores locais e não locais no processo de desenvolvimento.

Segundo Murdoch (2000), o debate sobre o desenvolvimento rural, de um lado, tende estar em torno do desenvolvimento exógeno que está associado ao crescimento setorial da agricultura no qual o mercado tem papel preponderante, e muitos produtores rurais ficaram a margem deste processo. De outro lado, está em torno do desenvolvimento endógeno que apresenta ampla repercussão na literatura recente, e está associado ao importante papel que o poder público e os capitais internos ao território devem desempenhar para gerar o desenvolvimento rural. O autor propõe como um novo paradigma de discussão do desenvolvimento rural baseado na abordagem teórica de rede, e particularmente nas redes horizontais, porque

⁵ Representante desta literatura é a obra de Castells (1999).

representa um avanço no debate em relação ao desenvolvimento endógeno, pois este último tende a negligenciar as relações com os agentes externos, e tem como foco predominante as capacitações internas ao território. A rede privilegia as relações dos agentes não somente dentro do território, mas fundamentalmente com agentes externos.

Na abordagem de redes de desenvolvimento rural horizontal caracteriza-se pelo recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem. Fundamentam-se na valorização do produtor familiar e sua estratégia de produção de alimentos com qualidade. As redes, também, podem ser verticais, e se diferenciam das horizontais pelo valor que atribuem aos produtores rurais familiares que se integram às grandes agroindústrias. Além disso, distancia o produtor do mercado e conceitualmente está próximo da análise de desenvolvimento de cadeias produtivas. Por outro lado, as redes horizontais permitem ao produtor organizar sua produção e ter acesso às redes de produção de insumos e comercialização.

As interfaces, conflitos e convergências entre as trajetórias das agroindústrias convencionais e das agroindústrias familiares são identificadas por Mior (2005) no processo de construção e estabilização das respectivas redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural. Nas redes verticais existem poucos atores e, por sua vez, nas redes horizontais existe um número maior e diversificado de atores, assim como de estratégias. Murdoch (2000) idealiza uma concepção de rede horizontal em que as relações entre os atores deveriam produzir inovações e aprendizagem.

A rede urbana se constitui num importante conjunto de centros funcionalmente articulados que contempla importantes necessidades das agroindústrias rurais. Para Corrêa (1989, p. 8) a rede urbana “reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade”. Na forma espacial que se realizam as funções urbanas, tal como comercialização dos produtos rurais, estão disponíveis vários serviços fundamentais e aparatos institucionais privados, civis e das esferas públicas que podem ser ativados, tornando-se atores importantes da dinâmica rural.

Segundo Abramovay (2000), as regiões dinâmicas incorporam uma densa rede de relações de serviços e organizações públicas e privadas, tanto urbanas quanto rurais. O fenômeno da proximidade social viabiliza a coordenação entre os atores capazes de converter o ambiente em que atuam em base para empreendimentos inovadores. As regiões que alcançam prosperidade, ou seja, as regiões dinâmicas são as que incorporaram de forma inovativa elementos econômicos e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi realizada com produtores rurais familiares que são proprietários de agroindústrias rurais familiares na área de ação do Instituto Emater da regional de Cascavel, Paraná, formada por trinta municípios, que estão inseridos na mesorregião oeste do Paraná. O presente estudo abrangeu seis municípios, cujos produtores familiares estão organizados e realizam as vendas de seus produtos em centros de comercialização. A implantação destes centros é direcionada para atender os pequenos e médios produtores rurais. O primeiro foi inaugurando em 1994 no município de Missal.

A pesquisa constituiu-se de uma amostra não probabilística e intencional, pois a mesma foi direcionada aos agricultores das associações dos produtores familiares dos seis municípios que comercializavam a sua produção nos centros de comercialização na mesorregião oeste do Paraná, e que eram proprietários de agroindústrias rurais familiares constituídas oficialmente. Os entrevistados foram selecionados segundo acessibilidade. A pesquisa teve como base a percepção dos produtores familiares sobre a atividade agroindustrial e sua articulação nas redes de desenvolvimento rural.

A amostra é composta por 40 agroindústrias rurais familiares, distribuídas nos seguintes municípios: dezesseis agroindústrias no município de Matelândia; nove no município de Missal; três no município de Nova Aurora; quatro no município de Vera Cruz do Oeste; cinco no município de Corbélia e três em Sede Alvorada, distrito de Cascavel.⁶

Todos os agricultores familiares pesquisados produziam pelo menos dois produtos, alguns derivados da mesma matéria-prima. Dezesseis produziam panificados; onze produziam compotas e geleias; nove produziam derivados de cana-de-açúcar (açúcar mascavo, melado e rapadura); cinco produziam derivados de amendoim (pé de moleque e paçoca); cinco produziam conservas de hortaliças; cinco produziam e/ou envasavam vinho, vinagre, sucos e licores; quatro produziam derivados de leite (queijo, requeijão e manteiga); duas produziam cachaça; duas transformavam derivados de suínos (embutidos, banha, torresmo defumados e leitão recheado); duas produziam diversos produtos orgânicos; duas produziam e abatiam frango caipira; duas produziam mel e própolis; uma fabricava sabão de álcool; uma produzia diversos tipos de chás e sal temperado; e, finalmente, duas produziam, lavavam e embalavam hortaliças e frutas.

Perfil socioeconômico do produtor rural

A média de residentes era de aproximadamente quatro pessoas por propriedade, porém, existiam famílias com oito e nove membros. O número total de residentes nessas propriedades era de 152 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, sendo que 114 estavam ocupadas e trabalhavam em atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora da propriedade.

Os trabalhadores ocupados na agroindústria familiar representavam 70,2%, ou seja, 80 agricultores. Deste total, 39 dedicavam-se exclusivamente à agroindústria familiar; os demais, 41, dedicavam-se também às atividades agrícolas na propriedade. Os trabalhadores envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas dentro da propriedade e fora dela eram 18 e 13 agricultores, respectivamente (Tabela 1). Do total dos trabalhadores apenas 6,1% possuíam carteira assinada. Em 97,5% das propriedades, os titulares eram do sexo masculino com média de idade de 55 anos; o titular mais jovem tinha 34 anos e o mais idoso 77 anos.

⁶ Foram aplicados questionários nos meses de agosto e setembro de 2006, nos seis centros de comercialização, visando traçar o perfil socioeconômico da amostra, bem como obter dados sobre a agroindústria familiar rural e sua forma de operar. As referências consultadas para elaboração dos questionários foram Esser (2005) e Brandenburg (1999).

TABELA 1
Ocupação dos residentes das propriedades familiares rurais

Atividade	Frequência	Percentual
Agrícola	18	15,8
Agr.+Não agrícola (agroindústria rural)	41	36,0
Agr.+Não agrícola (fora da propriedade)	3	2,6
Não agrícola (agroindústria rural)	39	34,2
Não agrícola (fora da propriedade)	13	11,4
Total	114	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de instrução formal dos titulares era o seguinte: 52% cursaram até o ensino básico; 30,5% o ensino fundamental; 12,5% o ensino médio; 2,5% o ensino superior; e 2,5% pós-graduação. Apesar da predominância de baixa escolaridade dos titulares das famílias, percebe-se um nível de escolaridade médio mais alto no total dos residentes. Dos 114 membros ocupados nas propriedades pesquisadas, dois membros se declararam analfabetos, um homem e uma mulher, portanto 1,8%. No entanto, pôde-se observar que o percentual dos níveis de instrução da família era maior em relação aos titulares, por exemplo, 28,1% possuíam ensino médio; 6,1% possuíam ensino superior. Isto ocorreu principalmente devido à contribuição dos filhos para aumentar a média de instrução formal (Tabela 2).

TABELA 2
Nível de escolaridade máxima dos membros ocupados nas propriedades familiares rurais

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Analfabeto	2	1,8	1,8
Ensino fundamental	72	63,2	64,9
Ensino médio	32	28,1	93,0
Ensino superior	7	6,1	99,1
Pós-Graduação	1	0,9	100,0
Total	114	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Das cinquenta e quatro mulheres ocupadas, cinquenta trabalhavam nas agroindústrias familiares e quatro estavam ocupadas em atividades na área urbana. Dessas cinquenta e quatro mulheres, trinta e três possuíam o ensino fundamental, 61%; dezesseis o nível médio, 30%;

e quatro o ensino superior, 7%. Na média as mulheres têm nível de escolaridade superior ao dos homens.

Nas propriedades pesquisadas, as atividades agrícolas (lavoura, leite *in natura*, avicultura e produção de suínos no sistema de integração) em média correspondiam a 42,5% da renda bruta total. As atividades não agrícolas representavam 57,5% da renda bruta total, sendo 43,4% oriunda das agroindústrias; 7,5% oriunda de outras atividades (prestação de serviços fora da propriedade rural e turismo rural); e 6,6% da aposentadoria.

Treze propriedades, 32,5%, estavam na faixa de R\$ 8.000,00 a 15.000,00 de renda bruta anual; nove propriedades, 22,5%, tinham renda bruta anual de mais de R\$ 27.000,00; oito propriedades, 20%, estavam na faixa de R\$ 3.000,00 a 8.000,00; sete propriedades, 17,5%, estavam na faixa de R\$ 15.000,00 a R\$ 27.000,00; duas propriedades, 5%, estavam na faixa de até R\$ 3.000,00. Uma propriedade encontrava-se com renda negativa ou nula. Estas três últimas propriedades passavam por situações particulares (por exemplo, o titular estava com uma doença grave; a outra situação tinha problema com dívidas contraídas devido à quebra nas últimas safras – 2004, 2005 e 2006).

Observou-se que até 72,5% dos agricultores familiares são pequenas propriedades, sendo que 35% possuíam propriedades com até 10 hectares de área e 37,5% das propriedades ficavam entre 11 a 20 hectares (Tabela 3). Sendo compatível com a média da mesorregião do oeste do Paraná, que é constituída por propriedades com pequenas áreas. A maioria dos entrevistados, 82,5%, são proprietários da terra; 7,5% cultivam a terra no sistema de comodato; 7,5% são arrendatários e 2,5% posseiros.

TABELA 3
Área dos produtores das agroindústrias rurais

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Até 10 ha	14	35,0	35,0
11 a 20 ha	15	37,5	72,5
21 a 40 ha	7	17,5	90,0
41 a 60 ha	4	5,0	95,0
61 a 80 ha	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

O produto mais cultivado pelos agricultores era o milho que estava presente em 72,5% das propriedades, representando vinte e nove unidades de produção. A soja é o segundo produto mais cultivado, dezenove propriedades, 47,5%. A mandioca vem em terceiro lugar, produzida em 32,5%, treze propriedades, nesse caso agregavam valor ao produto, descascando, embalando e comercializando, principalmente para os supermercados e restaurantes locais.

Produção agroindustrial rural familiar

O conhecimento do processo agroindustrial, na grande maioria, 80%, trinta e dois agricultores, era oriundo da tradição familiar; 12,5% argumentaram que o conhecimento foi repassado pelo Instituto Emater. Um pequeno número buscou conhecimento no próprio mercado consumidor do produto, 5%; e 2,5% adquiriram conhecimento por meio de organização não governamental (ONG).

Uma família iniciou a produção de mel e própolis em 1946; outra iniciou a produção de açúcar mascavo, melado e rapadura em 1956. Até o ano de 1995, 35% das famílias estudadas já haviam iniciado o processo de agroindustrialização de produtos alimentares em suas propriedades. A partir de 1996, a agricultura familiar passou, efetivamente, a fazer parte dos programas do governo federal, com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que abrange crédito rural para custeio e investimento, infraestrutura, serviços e capacitação, o que pode ter contribuído na implantação de 25% das agroindústrias em 1996.

Das quarenta agroindústrias pesquisadas, apenas cinco iniciaram suas atividades enquadradas nas exigências da vigilância sanitária por meio da legalização dos produtos e adequação da estrutura funcional da agroindústria; coincidentemente, eram as instalações mais recentes. A maioria das agroindústrias familiares enquadrou-se nas exigências da vigilância sanitária, em média 10 anos após iniciarem as atividades. Até então, estavam irregulares por não possuírem serviços de inspeção (SIM, SIE e SIF)⁷ e legalidade fiscal e ambiental dos produtos transformados, os quais eram comercializados em vendas ambulantes e em feiras livres. Atualmente todas atendem as exigências sanitárias mínimas para comercializar a produção nos centros de comercialização municipais.

A viabilização e a permanência da família no campo passam necessariamente por novas alternativas de trabalho, visto que a renda das atividades agrícolas tem se revelado insuficiente na manutenção dessas famílias no meio rural. Esse foi o principal motivo que levou as famílias a optarem pela atividade da agroindustrialização, segundo 67,5% dos entrevistados. A diversificação da renda foi mencionada por apenas 12,5% das famílias. Optaram pela agroindustrialização para continuar com a tradição da família em 7,5% das unidades produtivas; por gostar da atividade de transformação de alimentos em 5% das unidades pesquisadas. Em 5% das famílias, a opção se deve por problemas de saúde dos titulares devido à intoxicação com agrotóxicos, esses agricultores atualmente produzem somente produtos orgânicos. O apoio técnico no plantio e em equipamentos para produtores de cachaça foi a opção de 2,5%.

As quarenta agroindústrias geraram ocupações diretas para 144 pessoas, sendo que 120 eram mão de obra familiar,⁸ vinte e três eram contratados temporariamente e um permanente. É importante ressaltar que a agroindústria é uma possibilidade de permanência da mulher no

⁷ Serviço de Inspeção Municipal (SIM): são registrados nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos dentro do município; Serviço de Inspeção Estadual (SIE): são registrados os estabelecimentos que comercializam produtos para outros municípios; Serviço de Inspeção Federal (SIF): registram-se nesse serviço os estabelecimentos que comercializam produtos entre estados e/ou para exportação.

⁸ Desses 120 trabalhadores, 114 são residentes nas propriedades e 6 são parentes que residem na cidade.

meio rural, visto que a mão de obra feminina representa 61%. Observou-se que a mulher participava efetivamente do processo produtivo e da comercialização e, desta forma, contribuía mais ativamente nas decisões referentes ao processamento dos produtos. Outro fator importante era a autonomia financeira, o que possibilitava melhoria da qualidade de vida para as mulheres e os demais membros da família, e, conseqüentemente, uma oportunidade para equilibrar as relações de gênero no espaço familiar.⁹ As mulheres iniciaram o empreendimento em vinte e uma agroindústrias, 52,5%. As agroindústrias eram administradas por mulheres em 50% dos casos; 22,5% pelo casal; 12,5% pelo marido; 10% pelos filhos; e 5% são administradas por diretoria de associação, pois duas das agroindústrias familiares eram associações familiares.

Em vinte e cinco agroindústrias, 62,5%, utilizaram-se somente mão de obra familiar, somente quinze unidades contrataram mão de obra temporária, geralmente no período da colheita, apenas uma agroindústria possuía um contratado permanente. A média de mão de obra era de cerca de três pessoas por agroindústria, mas em seis delas, apenas uma pessoa desenvolvia a atividade de agroindustrialização dos produtos. Mesmo nas quinze agroindústrias que contrataram mão de obra, predominava o trabalho familiar, tanto na direção como na realização dos trabalhos.

Segundo 60% dos agricultores familiares existiam dificuldades no desenvolvimento da atividade de agroindustrialização e estavam relacionadas principalmente aos canais de comercialização, alto custo da embalagem e o alto custo de adequação das instalações às normas sanitárias. Por outro lado, 40% das agroindústrias não encontravam dificuldades na venda de seus produtos, eles argumentaram que o baixo volume da produção era rapidamente absorvido pelo mercado.

Os motivos que levaram os produtores da agroindústria familiar a associar-se aos centros de comercialização, segundo a opinião de 55% dos entrevistados, foi a obtenção de um ponto de venda; 25% deles fizeram a opção pela facilidade em comercializar seus produtos; e para 20% o que pesou na decisão foi acesso a outros mercados, menor custo de comercialização, divulgação dos produtos e acesso à legalização. Apesar das respostas diferenciadas elas expressaram a importância dos canais de comercialização estáveis.

As agroindústrias que vendiam seus produtos exclusivamente nos centros de comercialização eram somente sete, 17,5%. O acesso a outros canais de comercialização era uma questão de sobrevivência para trinta e três agroindústrias pesquisadas, desse total, 45% vendiam seus produtos também no comércio local e 37,5% no comércio regional.

O controle do custo de produção foi uma das maiores dificuldades para os produtores pesquisados. Cerca de 60% declararam que faziam algum tipo de controle dos custos produção e das vendas, mas eram anotações pouco sistematizadas feitas em agendas, cadernos e controle de nota do produtor. Apenas 5% dos produtores utilizaram o computador para fazer o controle. Os produtores que não faziam nenhum tipo de controle, 40%, alegavam falta de tempo, conhecimento e hábito para fazer as anotações.

A decisão de instalar a agroindústria sempre esbarrou na falta de recursos financeiros para 65% das famílias entrevistadas. Das quarenta agroindústrias, apenas cinco, 12,5%, não usaram recursos próprios na fase inicial da instalação, as demais utilizaram até 100% de recursos pró-

⁹ Ver uma discussão sobre o tema em Lombardi, Staduto e Wadi (2009).

prios. As principais fontes de recursos financeiros foram oriundas de empréstimos do Banco do Brasil; Pronaf agroindústria; agência de fomento; recursos a fundo perdidos viabilizados pelos municípios, por meio do projeto Paraná 12 Meses; e fórum de entidades do oeste do Paraná.

Ampliar e modernizar a atividade agroindustrial eram metas da totalidade das famílias pesquisadas, mas somente onze, 27,5%, das agroindústrias conseguiram ampliar a produção, adquirindo mais equipamentos, sendo que oito delas, 20%, foram por meio de recursos próprios. Somente três famílias, 7,5%, modernizaram as instalações e equipamentos da agroindústria, para isso foi necessário disponibilizar recursos 100% da própria família.

A utilização média da capacidade instalada era de cerca de 65%. Somente nove unidades agroindustriais utilizaram 100% da capacidade instalada. A produção agroindustrial das unidades familiares pesquisadas era em pequena escala e trabalhavam majoritariamente com ociosidade principalmente em razão de dois fatores: sazonalidade da matéria prima que impedia a produção contínua das agroindústrias; e a baixa capacidade de contratação de mão de obra.

Segundo os informantes da pesquisa, em 95% dos casos houve elevação da renda bruta, sendo que melhorou em 50% das propriedades; melhorou muito em 45%; e somente em 5% melhorou pouco. A mudança positiva na qualidade de vida após a instalação da agroindústria foi confirmado em todas as unidades de produção, sendo que em 55% das famílias melhorou muito; em 40% houve melhora; e em apenas 5% dos casos a melhora foi pouco expressiva.

A qualidade do trabalho também foi um fator que contribuiu para o crescimento da atividade agroindustrial. Melhorou na maioria das unidades, em 45%; melhorou muito em 35% das unidades; em 12,5% a melhora foi pouco expressiva devido ao aumento das horas trabalhadas dos membros ocupados na agroindústria; e 7,5% não informaram.

A maior parte dos agricultores entrevistados, 60%, informou que buscou o aperfeiçoamento do produto por meio de cursos, treinamentos e palestras específicas, principalmente os realizados pelo Instituto Emater. Também o Sebrae,¹⁰ o Senar¹¹ e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná realizaram cursos que eventualmente resultaram no aperfeiçoamento do produto. Entretanto, 85% dos produtores afirmaram ter participado apenas no início da atividade, em média eram realizados a cada seis meses. Declararam falta de tempo para reciclar os conhecimentos devido a pouca disponibilização de mão de obra para substituí-los quando realizavam os cursos. Quanto à assistência técnica voltada à qualidade na segurança do alimento, 62,5%, vinte e cinco produtores, receberam este tipo de serviço

A assistência técnica prestada às agroindústrias foi feita principalmente pelos técnicos principalmente do Instituto Emater e das associações, como foi o caso da associação dos produtores agroindustriais do município de Matelândia. Outras associações possuíam técnicos próprios como foi o caso da Coopercachaça, que realizava análise da produção.

O estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, instituiu, em 1999, o Programa Estadual da Agroindústria Familiar/Fábrica do Agricultor, juntamente com as parcerias, nas instâncias federal, estadual e municipal. O programa vem apoiando e

¹⁰ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte.

¹¹ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) tem o objetivo de organizar, administrar e executar no território brasileiro o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural.

implementando as demandas dos agricultores organizados, desenvolvendo ações, no sentido de propor adaptações e/ou disponibilizar orientações e/ou criar facilidades referentes às legislações. Foram 24 unidades beneficiadas pelo programa, sendo que 94% perceberam vantagens (legalização da atividade, aumento das vendas, marketing, obtenção de recursos, garantia de qualidade e isenção de alguns tributos). Também pode ser citado os benefícios gerados pelo decreto n. 3.927, de 29 de novembro de 2004, que permite aos agricultores cadastrados nesse programa a comercialização dos produtos transformados com a “Nota de Produtor” dentro do Estado.

Agricultura familiar e as redes de desenvolvimento rural

A abordagem de redes proposta por Lowe, Murdoch e Ward (1995) enfatiza a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social, considerando as relações de poder e a forma como se constroem essas relações sociais entre os agentes locais e os não locais. Dois conjuntos de redes interagem no contexto do meio rural, segundo Murdoch (2000): redes verticais são cadeias agroindustriais que integram o pequeno produtor capaz de incorporar pacotes tecnológicos, como ocorre desde a década de 1970; e as redes horizontais que envolvem diversos atores locais e desenvolvem estratégias de desenvolvimento rural, pensadas a partir do fortalecimento da diversidade produtiva e social.

Das quarenta famílias pesquisadas, vinte e quatro, 60%, encontravam-se vinculadas às redes verticais, ou seja, às grandes cooperativas¹² e a agroindústrias. Entretanto, apenas onze famílias tinham produção integrada às agroindústrias, e produziam leite, suínos, aves e fumo; as demais estavam associadas às cooperativas, e possuíam vínculos somente para negociar suas safras de trigo, milho, soja e adquirir insumos para a lavoura. Os outros dezesseis produtores, 40%, não estavam vinculados às redes verticais, sendo que 30% já foram integrados à agroindústria convencional e 10% nunca foram integrados.

Os depoimentos a seguir referem-se aos motivos pelos quais alguns produtores integrados romperam com as agroindústrias convencionais:

Há vinte e cinco anos atrás as cooperativas pensavam em viabilizar a pequena propriedade, hoje elas só vêm o cliente e não o produtor. O custo muito alto, a remuneração pelo produto entregue é muito baixa, não cobre o custo. Muito serviço sem lucro (CH, Missal, 16 set. 2006).

Desde a construção do barracão de fumo ficamos devendo pra firma e sempre entregando o produto. Mas, se a qualidade não era boa por causa do clima, pagavam pouco e não cobria as despesas com os insumos e sementes. O produto deles tinha valor alto e o nosso não era valorizado. A solução foi sair da integração e ainda ficamos devendo (KF, Matelândia, 21 set. 2006).

Outros foram excluídos por não estarem enquadrados nos padrões quantitativos de produção da agroindústria convencional. “Fui obrigado a sair porque eles acharam que a produção e a entrega de produto era pouco” (JI, Matelândia, 21 set. 2006). Além disso, outros pontos

¹² Neste estudo trataremos as grandes cooperativas como agroindústrias convencionais.

negativos são: restrições de chegar ao mercado de insumos e consumidor; pouco conhecimento e tecnologia para a reinserção socioeconômica do produtor após o possível rompimento com a agroindústria convencional; e em alguns casos devido à reduzida renda.

Por outro lado, as empresas integradoras são agentes de difusão tecnológica e os produtores adquirem conhecimentos dos princípios básicos de gestão da unidade de produção agropecuária, por meio dos controles exigidos pela agroindústria convencional, não somente nas anotações de gastos e receitas, mas principalmente em termos de qualidade da produção. Os produtores pesquisados afirmam ter adquirido esses conhecimentos por meio dos cursos realizados pela integradora, e, também, atribuem o aprendizado à eficiência da assistência técnica prestada.

Os produtores familiares que comercializavam seus produtos agroindustrializados nos centros de comercialização nos seis municípios estudados estavam operando uma estratégia de desenvolvimento rural horizontal. Os vários vínculos dos produtores rurais com associações, uma pelo menos comum a todos, o centro de comercialização, assim como as demais associações que estavam representadas na amostra analisada se entrelaçavam com outros atores da esfera pública, civil e privada, e formaram uma complexa rede, que permitiu aos produtores rurais acesso aos mercados e a outros processos organizacionais e técnicas de produção inovativos. Além disso, tinham clareza do seu nicho de mercado, segundo 88% dos produtores rurais acreditavam que seu produto era preferido pelos consumidores por ser colonial. Porém, não os livram das dificuldades em se organizar, legalizar seus empreendimentos e colocar seus produtos no mercado local, regional, nacional e, também, para exportação, como é o caso da cachaça.

Schejtman e Berdegúé (2003) destacaram a importância do desempenho dos elementos institucionais como determinante do desenvolvimento territorial rural. É por meio deles que ocorrem o acionamento das redes de relações sociais de reciprocidade baseada na confiança, na identidade do território e das redes com atores externos ao território. Neste sentido, pouco mais da metade, 52,5%, das agroindústrias afirmaram enfaticamente que sem nenhum apoio institucional não teriam condições de atender as exigências dos consumidores e tornar os seus produtos competitivos; 22,5% conseguiram colocar seus produtos no mercado, porém mediados por alguma condição como, por exemplo, apoio de órgãos, tais como Instituto Emater, Programa Fábrica do Produtor, Sebrae e das próprias associações ou cooperativas dos produtores. Apenas 25% dos produtores responderam que não encontraram nenhuma dificuldade em colocar seus produtos no mercado.

O desenvolvimento na forma associativa permite a otimização dos atores sociais envolvidos, de tal ordem que ocorre uma inter-relação entre as redes horizontais de comercialização e produção que propiciam um ambiente inovativo e de aprendizagem. Por exemplo, é o caso de vários produtores vinculados à Associação de Açúcar Mascavo da Linha Glória, no município de Missal; à Agroindústria do Frango Caipira, no município de Vera Cruz do Oeste; e à Associação dos Produtores Rurais de Ouro Verde, produtora de geleias e conservas. Outra iniciativa das associações foi a formação da Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná, constituída por cinco centros de comercialização dos municípios de Missal, Matelândia, Nova Aurora, Corbélia e Cafelândia.¹³

¹³ O município de Cafelândia não foi incluído na presente pesquisa, mas os agricultores estão organizados em associação e recentemente constituíram um centro de comercialização.

Então a articulação das associações e das cooperativas dos produtores familiares; o constante contato entre eles com o estabelecimento de parcerias; e o planejamento e estratégias comuns formam uma base para gerar conhecimentos e iniciativas. Estas articulações se tornam fundamentais para a conformação de redes e alianças com outros agentes que estejam institucionalizando estas práticas, fortalecendo a confiança mútua entre eles.

Nestas relações dinâmicas, segundo Murdoch (2000), o aspecto do enraizamento é fundamental para criar condições para ter um desenvolvimento baseado nas relações horizontais entre os atores internos e externos ao território. Para Schejtman e Berdegú (2003), o território é um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados.

Considerações finais

Este capítulo examinou as atividades da agroindústria rural familiar e as redes de desenvolvimento rural, em particular as horizontais. Para tanto, foi analisada a atividade da agroindústria rural familiar, cujos produtores estão organizados em associações de produtores familiares e que participam dos centros de comercialização dos municípios da mesorregião do oeste do Paraná.

Para os produtores rurais familiares analisados, a agroindustrialização gerou ocupação para os membros da família e novos postos de trabalho, possibilitando a contratação principalmente de trabalhadores temporários. Além disso, há uma percepção do aumento da qualidade de vida e do trabalho. Observou-se importante inserção das mulheres, tal como era de esperar em virtude da própria natureza da agroindustrialização que é o processamento de alimentos, cujo conhecimento e habilidade são desenvolvidos segundo a divisão sexual de tarefas da agricultura familiar, os quais são transmitidos de uma geração para outra entre as mulheres do núcleo familiar.

Consequentemente, essas atividades, na maioria das situações, são iniciadas e executadas pelas mulheres. Neste estudo constatou-se que a agroindustrialização foi uma atividade rentável, fazendo com que outros membros da família passassem a se envolver na fabricação dos produtos. Em muitos casos passou a ser a atividade principal da propriedade, e as mulheres ficaram à frente do negócio de tal forma que possibilitou o aumento do empoderamento destas mulheres.

As redes horizontais de desenvolvimento são o resultado do processo de aprendizagem dos atores sociais e, fundamentalmente, da agricultura familiar. Tanto na atividade agrícola como a não agrícola, por exemplo, a produção agroindustrial, o acesso a canais de venda direta ao consumidor, ou mesmo a redução de intermediário, são fundamentais para o aumento da margem de lucro. Entretanto, o ponto final desse caminho, a compra direta do consumidor, envolve complexa rede de relações que geram inovações nos âmbitos social, econômico e político, bem como o fortalecimento e a consolidação do território. E as instituições nas esferas privada e pública são fundamentais na articulação e dinamização das redes e na inter-relação entre os atores internos e externos ao território.

O processo de agroindustrialização da produção familiar não representa a solução generalizada para os problemas da agricultura familiar, mas deve ser entendido como uma alternativa

de um conjunto de ações articuladas. Os produtores familiares utilizam a agroindustrialização de alimentos como estratégia de resistência e sobrevivência, garantindo a reprodução social e produção econômica. Além disso, a sua inserção nas redes horizontais permite maior controle de todo o processo de produção e comercialização. Porém, os produtores familiares precisam superar dificuldades, as quais nem sempre dependem somente do esforço deles, tais como disponibilidade de crédito; baixa capacidade de contratação de mão de obra, em razão do processo burocrático e oneroso; sazonalidade da matéria-prima; e dificuldades no enquadramento do sistema de inspeção sanitária. Alguns desses fatores podem ser amenizados com a implantação de políticas públicas.

O estudo realizado tem um caráter exploratório, e é uma contribuição para melhorar compreensão do processo de implantação das agroindústrias familiares rurais e o papel das redes de desenvolvimento rural, fundamentalmente, das horizontais na mesorregião oeste do Paraná.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 20, n. 1, p. 11-44, 2003.
- BRANDENBURG, A. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede: era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.
- DEL GROSSI, M. E. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, 1999.
- EMATER. Programa de agroindústria familiar “Fábrica do Agricultor”. Cascavel: Seab/Governo do Paraná, 2005.
- ESSER, J. V. Vilas rurais: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes. Dissertação (Mestrado). Unioeste, 2005.
- FERNANDES FILHO, J. F. Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29, 2001. Anais. Salvador, Anpec, v. 1, p. 1-20, 2001.
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 4, p. 31-55, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, 1999.
- HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.
- LAUSCHNER, R. Agribusiness, cooperativa e produtor rural. São Leopoldo: Unisinos, 1993.
- LOMBARDI, S. P. M.; STADUTO, J. A. R.; WADI, Y. M. Pluriatividade, agricultura familiar e gênero: o caso do reassentamento São Francisco de Assis-CRABI. In: RINALDI, R. N. (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento regional & agronegócio*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 167-192.

- LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van (Ed.). *Beyond Modernisation*. Assen: Van Gorcum Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, n. 16, p. 407-419, 2000.
- NASCIMENTO, C. A. do. *Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço-técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. *Desarrollo territorial rural*. Santiago do Chile: Rimisp, 2003.
- SOUZA, M. de. *Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.
- STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. A.; BACHA, C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. *Agricultura em São Paulo*, v. 51, n. 2, p. 57-70, 2004.
- WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. *Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./set. 2000.

Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica¹

Glauco Schultz

Introdução

O presente capítulo propõe uma discussão sobre a agricultura orgânica e suas relações com o mercado. A agricultura orgânica oportuniza a revisão das relações de cooperação e de competitividade no agronegócio brasileiro, possibilitando, desta forma, o estabelecimento de um relativo equilíbrio de forças entre os agentes das cadeias produtivas de alimentos, por meio de estratégias associadas às mudanças nos padrões de consumo e da conscientização ecológica. Trata-se de uma proposta de revisão das formas de produção, onde a busca pelo desenvolvimento deverá ocorrer sem a destruição dos recursos naturais. Entretanto, as agriculturas denominadas de “alternativas”² ou “ecológicas” não se limitam ao questionamento dos aspectos técnicos e econômicos no meio rural, mas também incorporam, em suas discussões e práticas, as dimensões sociais e políticas que interferem na sustentabilidade dos sistemas produtivos.

A agricultura orgânica assume maior legitimidade com a crescente preocupação da opinião pública a respeito dos impactos ambientais. O seu conceito e a sua prática atuais estão presentes no debate das questões relacionadas à noção de “desenvolvimento sustentável”. As características da agricultura orgânica refletem os contornos das amplas discussões sobre a preservação ambiental, que emergem a partir de 1960.

A agricultura orgânica³ se insere na ampla definição de desenvolvimento sustentável, fundamentada, principalmente, nas dimensões técnico-agronômicas de produção e de manejo dos agroecossistemas. Entretanto, em anos mais recentes, outros aspectos começaram a

¹ Este capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada pelo autor com o objetivo de elaboração da tese de doutorado, defendida no dia 14 de julho de 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do prof. dr. Ivaldo Gehlen e da profa. dra. Tania Nunes Silva.

² Agricultura alternativa é definida como aquela em que a divisão do trabalho na propriedade é modificada, em relação ao modelo convencional, alterando e diferenciando as características técnicas, sociais, econômicas e culturais dos sistemas de produção (Almeida, 1998). Essa denominação foi muito utilizada nas décadas de 1960 e 1970, para caracterizar as formas sociais de agriculturas “diferenciadas”, baseadas, principalmente, na inserção mais justa e solidária dos agricultores e consumidores no mercado.

³ Para o presente capítulo utiliza-se a definição de agricultura orgânica ou sistema orgânico de produção, conforme estabelecido na lei federal n. 10.831, de dezembro de 2003. O conceito estabelecido nesta legislação

ganhar espaço nestas discussões. As relações com o mercado, estabelecidas pelas organizações de agricultores, presentemente ocupam, no Brasil, uma posição central nas discussões do denominado “movimento orgânico”. As organizações de agricultores estabelecem diferentes relações com o mercado, destacando-se as seguintes: feiras livres, cestas de entrega em domicílio, lojas especializadas, supermercados, exportação, agroindústrias e o denominado “mercado institucional”, ou seja, o de compras governamentais. Portanto, torna-se fundamental, conhecer as características ora vigentes das diferentes relações entre os agricultores e o mercado. As relações com o mercado, na década mais recente, assumiram uma posição central nas discussões sobre a viabilização desta agricultura, definindo caminhos e formas diferenciadas para a sua implementação. Assim, diante do crescimento significativo dos mercados interno e externo para os produtos orgânicos, as relações com o mercado estabelecidas pelas organizações de agricultores apresentam-se como um “divisor de águas” e como um novo desafio para a consolidação do “movimento orgânico” no país.

Independentemente do tipo de relações de mercado que sejam estabelecidas, a agricultura orgânica, a partir da redefinição de seus modos de produção, pressupõe a possibilidade de os agricultores buscarem, através da sua atividade profissional, a (re)construção de sua identidade. As principais modificações se apresentam nas relações técnico-produtivas e, conseqüentemente, no sentido das atividades relacionadas ao próprio trabalho, ou seja, na “prática” da agricultura orgânica. Entretanto, também se destacam a construção de novas relações sociais, para ainda além das do próprio mercado, que influenciam, entre outros aspectos, a profissionalização dos agricultores. Trata-se do surgimento de novos atores sociais detentores de reivindicações, que passam a ser legitimadas dentro do atual contexto de crise do modelo convencional de produção agrícola.

Com isto, pode ser identificada a necessidade de um melhor entendimento acerca das influências das relações de mercado sobre o processo de (re)construção da identidade dos agricultores. Se o mercado possui um papel central na construção de “estilos de agricultura orgânica”, cabe um questionamento sobre as influências das diferentes relações de mercado na atividade profissional dos agricultores. Dessa forma, emerge a seguinte pergunta: quais as influências das relações com o mercado na (re)construção da identidade socioprofissional dos agricultores que atuam na produção orgânica?

Para identificar tais influências, foi necessário analisar as percepções e significados atribuídos pelos agricultores às diferentes estratégias de comercialização, bem como estudar as representações que estes realizam sobre as suas atividades, as quais, por sua vez, são formadoras de sua identidade socioprofissional. Sob esta perspectiva, e visando analisar as representações que estes agricultores fazem sobre a sua realidade, foram definidos três objetivos: a) identificar as mudanças que ocorreram após a conversão do sistema de produção; b) identificar as condições atuais das atividades de produção e comercialização; e c) analisar os significados que eles atribuíram às relações com o mercado.

O respaldo institucional da agricultura orgânica, reforçado pelo crescimento significativo da produção e das estratégias empresariais, se reflete na implantação de políticas públicas

busca contemplar as diversas correntes denominadas de “agriculturas alternativas”, tais como “ecológico”, “biodinâmico”, “natural”, “regenerativo”, “biológico”, “agroecológico”, “permacultura”, entre outros.

de apoio e promoção na ampliação desse sistema de produção no Brasil, principalmente nos últimos cinco anos.⁴

Procedimentos metodológicos

Entende-se por identidade socioprofissional como aquela que está sendo (re)construída a partir dos discursos e percepções dos agricultores sobre a sua atividade profissional. Esta, por sua vez, se (re)constrói nas inter-relações das representações sobre o trabalho, nas relações institucionais e nas relações com o mercado.

A população do estudo constituiu-se de organizações informais e formais (associações, cooperativas e pequenas e microempresas) de agricultores que atuam na produção orgânica, e que realizam a comercialização de forma conjunta. Além disto, tais organizações possuem sede na região sul (RS, SC e PR) do Brasil, adotam práticas orgânicas nos sistemas de produção agrícola e animal, e são acreditadas por certificadoras de reconhecida credibilidade no segmento da agricultura orgânica. A tipologia aqui apresentada, no Quadro 1, foi utilizada com o objetivo de auxiliar na operacionalização da pesquisa, ou seja, no levantamento da “amostra” de organizações de produtores que foram estudadas. A partir de uma primeira elaboração de tipos de organizações, foi possível testar as diversas variáveis definidoras da tipologia com o objetivo de contemplar as diferentes realidades dos estados. No Quadro 1, são apresentados os tipos de organizações que foram definidos, com o objetivo de caracterizar a população existente na área de abrangência da pesquisa.

Com relação aos tipos a serem pesquisados, foi feita a opção por focar em dois deles, os tipos 1 e 3, por serem mais representativos da problemática estudada. Para a definição das organizações a serem investigadas, foram utilizados três critérios: representatividade dos tipos 1 e 3 de organizações de produtores; grupos de agricultores organizados em associações ou cooperativas; e tempo de constituição da organização de produtores.

Com base nestes critérios, foram selecionadas cinco organizações de agricultores envolvidos com produção orgânica, nos estados do RS, SC e PR. A Agreco (Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral) foi fundada em dezembro de 1996, e está localizada no município de Santa Rosa de Lima (distante 140 km de Florianópolis) na região das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina. São 97 sócios, em 44 propriedades certificadas, sendo que 22 destes possuem agroindústrias. A Apac (Associação de Produtores Agrícolas de Colombo) foi fundada há 21 anos, em outubro de 1984, e está localizada na região metropolitana de Curitiba (PR). São 102 sócios, sendo 23 agricultores que possuem propriedades certificadas e 20 outros que estão em processo de conversão. A Ecocitrus (Cooperativa de Citricultores Ecológicos do Vale do Café) foi fundada em 1994, e está localizada no município de Montenegro, distante 60 km de Porto Alegre (RS). A sua abrangência é regional, por envolver 43 sócios e 30 propriedades certificadas, em seis municípios da região do Vale do Café. A Arpasul (Associação Regional

⁴ Destacam-se, no âmbito do governo federal, as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio, respectivamente, do Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção e do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico).

de Produtores Agroecológicos da Região Sul) foi fundada em 1995, e reúne atualmente 35 famílias de agricultores, que atuam com produção orgânica, em 5 municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul. A Copaécia (Cooperativa Aécia de Agricultores Ecologistas) está localizada no município de Antônio Prado (distante 200 km de Porto Alegre), e foi fundada em 1991, reunindo 22 agricultores dos municípios de Ipê e Antônio Prado.

QUADRO 1
Tipologia de organizações de produção orgânica na Região Sul do Brasil

Categories de análise	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Relações com o mercado	Feiras, cestas, cooperativas de consumidores; lojas especializadas; mercado institucional	Distribuidores e/ou processadores (agroindústrias)	Supermercados e redes varejistas	Empresas de exportação
Atividade Profissional (trabalho)	Trajetória de qualificação profissional baseada na diversidade de atividades agrícolas	Trajetória de qualificação profissional baseada na especialização das atividades agrícolas	Trajetória de qualificação profissional baseada na diversificação das atividades	Trajetória de qualificação profissional baseada na especialização das atividades agrícolas
Relações Institucionais	Relações institucionais com organizações não governamentais	Relações institucionais com entidades de classe e instituições privadas	Relações institucionais com prefeituras e empresas de assistência técnica	Relações institucionais com empresas responsáveis pelo processamento e comercialização

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas com os agricultores constituíram a principal fonte primária utilizada, sendo que, em todos os casos, se buscou selecionar outros informantes, responsáveis pela elaboração ou implementação das estratégias nas organizações de produtores (líderes ou gestores), bem como técnicos representantes das relações institucionais estabelecidas pelas organizações de produtores. Consequentemente, foram utilizados dois principais instrumentos para o levantamento das informações primárias: análise de documentos e entrevistas em profundidade (gravadas) com a utilização de roteiros estruturados. A quantidade de entrevistas, no total de 69, foi definida conforme a identificação das necessidades de aprofundamento sobre os temas investigados, e também conforme as características de cada organização de produtores orgânicos, levando-se em consideração as especificidades das relações institucionais. Todas

as entrevistas foram gravadas, sendo selecionadas em torno de 70% destas para a transcrição e posterior análise das narrativas. Esta pesquisa de campo ocorreu em dois momentos, em outubro e novembro de 2005 nos estados de Santa Catarina e Paraná, e em fevereiro e março de 2006 no estado do Rio Grande do Sul. Do total de 69 entrevistas realizadas, 46 ocorreram com agricultores que atuam na produção orgânica, contemplando, aproximadamente, 30% das famílias que são sócias das organizações estudadas.

A abordagem de pesquisa adotada, sendo qualitativa, não requer a preocupação em medir as variáveis e indicadores utilizados e, tampouco, o emprego de análise estatística. Na análise das informações, buscou-se identificar a presença ou ausência dos fenômenos ou elementos associados às variáveis e indicadores, não considerando a frequência com que os mesmos ocorrem. Na literatura sobre as abordagens qualitativas (Yin, 2005; Alves-Mazzotti e Gewandszajder, 2004; Vieira e Zouain, 2004), encontra-se uma maior ênfase em indicações de princípios e estratégias para aumentar a confiabilidade da pesquisa, que estão baseadas principalmente no rigorismo com que o pesquisador conduz o estudo e apresenta os resultados, e muito menos em opções de técnicas de análise que busquem apresentar os procedimentos e instrumentos necessários para a interpretação dos dados coletados.

Construção da realidade no contexto das estratégias organizacionais

O entendimento das lógicas associadas ao processo de construção identitária auxiliam na compreensão dos comportamentos dos atores inseridos em processos sociais. Os aspectos definidores da sua racionalidade estão diretamente associados às instituições (valores, crenças, regras, etc.) indutoras da identificação dos atores, na relação dialética destes com a sociedade, que por sua vez moldam as condutas individuais e coletivas. O estudo da identidade socio-profissional proporciona o entendimento dos aspectos cognitivos referentes ao processo de institucionalização e de construção da realidade.

Estas proposições abrem caminho para o estudo e análise das instituições e de seu papel na determinação das práticas organizacionais. A análise das instituições é um amplo campo de estudo, envolvendo diversas escolas de pensamento da Sociologia, Economia e Administração de Empresas. As principais argumentações desenvolvidas neste campo de estudo são direcionadas para o entendimento do sentido das práticas e das estratégias existentes nas organizações, a partir dos posicionamentos políticos, da opinião pública, do conhecimento legitimado, das leis, dos valores, das crenças, dos mitos e do ambiente institucional formal ou informal (interno ou externo). Este entendimento pressupõe, portanto, a baixa importância das demandas e necessidades diretamente vinculadas às atividades e às práticas organizacionais, enquanto definidoras das estratégias competitivas relacionadas a produtos e mercados.

Os fatores críticos de sucesso organizacional deixam de se situar na esfera de abrangência da implementação de formas de coordenação e controle racionalizados e formais sobre as práticas gerenciais. Estes fatores são deslocados para os aspectos simbólicos que controlam as atividades empresariais por meio de rotinas e convenções socialmente construídas, as quais determinam regras e padrões de conduta legitimados interna e externamente. Estas institui-

ções, uma vez incorporadas à sua realidade social, moldam as condutas organizacionais, ou seja, as organizações refletem, em suas práticas e estratégias gerenciais, a realidade construída socialmente.

Jepperson (1999) afirma que a importância atribuída ao termo “instituição” não tem produzido definições e usos mais claros para este termo. Mesmo sendo atribuída à sociologia o papel de ser “a ciência das instituições” (Durkheim, 1950, p. 1 *apud* Jepperson, 1999, p. 193), o termo “instituição” também se aplica para designar grandes associações, ou efeitos ambientais sobre as organizações ou mesmo seus efeitos culturais ou históricos. Entretanto, essa dificuldade de entendimento não torna menos relevante a análise das instituições e do seu efeito sobre as condições que limitam ou facilitam a vida em sociedade.

Segundo Di Maggio e Powell (1999, p. 43) as instituições podem ser vistas como reflexo das preferências de indivíduos ou atores econômicos (visão econômica), ou representar os resultados coletivos que não sejam a simples soma dos interesses individuais (visão sociológica). De acordo com a primeira destas visões, os atores elegem as instituições que resultarão em melhores resultados práticos, já que os custos são inerentes ao oportunismo, à informação imperfeita e aos controles necessários para que os acordos sejam mantidos. Na segunda visão sobre instituição, que critica a anterior, as instituições (costumes, normas sociais e procedimentos legais) não são livremente eleitas para fins específicos. Ao contrário, estas são geradas a partir de expectativas coletivas.

Neste sentido, Vieira e Carvalho (2003, p. 12) entendem que “as organizações sobrevivem ao compartilharem valores em um determinado espaço social”, em contraposição às relações unicamente de caráter técnico e econômico. Desta concepção, decorre que as organizações são influenciadas por um conjunto de aspectos interpretativos dos atores internos e externos sobre o contexto em que estão inseridos. Tais representações e interpretações resultam em referenciais de valores que moldam as identificações dos atores e, ao mesmo tempo, fornecem sentido às suas ações e práticas individuais e coletivas, dentro das suas respectivas organizações.

A teoria institucional incorpora aspectos culturais e políticos na definição das estratégias organizacionais, afastando-se, portanto, das explicações puramente técnicas e econômicas para as configurações e o comportamento organizacional. De acordo com a abordagem institucionalista, as organizações estão inseridas em um ambiente constituído por regras, crenças, valores e elementos sociais, culturais e cognitivos, que são criados e consolidados por meio da interação social. A abordagem institucional surge, portanto, como uma nova forma de analisar o ambiente e os aspectos internos e externos em que os agentes econômicos estão inseridos, a partir de novos fatores, que afetam diretamente os resultados das organizações. As oportunidades no ambiente são originadas não somente através das restrições tradicionais da teoria econômica, mas também pelas restrições institucionais.

A teoria institucional, contrapondo-se às teorias convencionais de análise das organizações, segundo Meyer e Rowan (1999), considera que as estruturas formais são fortemente influenciadas pelos entendimentos, construídos coletivamente e difundidos na realidade social. Neste sentido, “muitos elementos da estrutura formal estão altamente institucionalizados e funcionam como mitos” (Meyer e Rowan, 1999, p. 83). Os mitos a que se referem os autores estão relacionados aos posicionamentos políticos, à opinião pública, ao conhecimento legitimado e às leis, consistindo em um conjunto de regras institucionais incorporadas na realidade

social, que moldam as condutas organizacionais, ou seja, as organizações refletem de modo estrutural a realidade construída socialmente.

As contribuições teóricas mais recentes no contexto da abordagem institucional, no que se refere à análise das organizações, fazem parte da denominada “teoria neoinstitucionalista”. Os autores neoinstitucionalistas se voltam para o “exame dos elementos de redes relacionais e de sistemas culturais que modelam e sustentam a estrutura e a ação das organizações” (Fonseca, 2003, p. 47). Por isto, segundo a mesma autora, esta abordagem está associada às críticas aos modelos racional e de eficiência técnica, que são associados aos processos gerenciais e de tomada de decisões. A ênfase das instituições nos aspectos cognitivos, segundo Fonseca (2003, p. 50), está relacionada aos “aspectos simbólicos das ações, resultantes de interpretações e conseqüentes representações que os indivíduos fazem do ambiente”. Esta definição sobre instituição se aproxima, portanto, da noção de identidade e da construção da realidade, conforme proposto por Berger e Luckmann (1985). Estes autores definem a realidade subjetiva como aquela que é apreendida na consciência individual, e a realidade objetiva como aquela que é institucionalmente definida. A sociedade, por sua vez, é formada por estas duas modalidades de realidade, ou seja, “a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade” (Berger e Luckmann, 1985, p. 230).

A cognição é um dos três pilares das instituições, conforme apresentados por Scott (1999). Neste mesmo sentido, Souza (2004, p. 38) afirma que “no centro do pilar cognitivo está, portanto, a construção da identidade social do indivíduo, ou seja, ‘quem somos’ e ‘que tipo de ação faz sentido para nós’”. Os outros dois pilares das instituições estão baseados na regulação e em normas. Os pilares regulativos (leis e sanções) e normativos (regras e normas) remetem a abordagem institucional para outras dimensões de análise dos fenômenos sociais e das relações entre instituições e organizações, baseadas em lógicas de controles coercitivos e de aceitação moral, respectivamente (Fonseca, 2003).

Uma das noções que talvez possua maior diversidade de definições e de interpretações é a do conceito de identidade, necessitando recorrer à delimitação precisa da sua concepção e do nível de agregação (indivíduo, grupo, organização) a que está relacionada a abordagem (Albert, 1998; Gioia, 1998). Por outro lado, estas características associadas à definição de identidade permitem abordar temas complexos com certa flexibilidade. Nas organizações, a noção de identidade pode representar a sua imagem, a percepção dos grupos internos e das suas funções e áreas, que se relacionam com a identificação individual. Estas representações remetem a questões do tipo *como me vejo, como sou, como sou visto*, resultando em uma “dinâmica complexa, caracterizada por ações simultâneas dos vários atores organizacionais, definindo e redefinindo continuamente percepções e realidades” (Caldas e Wood Júnior, 1999, p. 115). Para estes autores, a identidade é considerada “um conceito valioso” mas de difícil utilização, principalmente pela “sua complexidade e amplitude de sentidos”. A diversidade de caminhos existentes para abordar tal conceito se deve à diversidade de correntes teóricas relacionadas ao tema identidade.

Nkomo e Cox Junior (1999) apresentam as concepções e abordagens teóricas que buscam tratar da diversidade e da identidade nas organizações. Para estes autores, a preocupação analítica se refere a como as diferentes identidades afetam as relações sociais nas organizações, ou seja, “o conceito de identidade parece estar no âmago do entendimento da diversidade

nas organizações” (Nkomo e Cox Junior, 1999, p. 335). Trata-se de uma categoria analítica fundamental para o entendimento do comportamento organizacional e do estabelecimento de políticas que conduzem a vantagens competitivas. A questão central, a partir desta discussão, é a de identificar qual o papel da diversidade na formulação de práticas e rotinas organizacionais, bem como de estratégias mercadológicas legitimadas, tanto interna quanto externamente à empresa. Na tentativa de minimizar as dificuldades de utilização do conceito de identidade, Caldas e Wood Júnior (1999) propõem a sua compreensão a partir de duas dimensões: do objeto focal (do individual para o coletivo, de quem?) e da observação (do interno para o externo, a partir do quê?).

Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica

Na presente seção, se busca analisar os temas mais significativos e que mais frequentemente estiveram presentes nas narrativas dos entrevistados, se constituindo como um retorno para as principais categorias investigadas no decorrer da pesquisa: trabalho, relações com o mercado e relações institucionais. A análise por entrevistas permite destacar as singularidades e as diferenças entre os indivíduos, mas não proporciona a compreensão dos fenômenos ou das tendências envolvidas na construção destas identidades, o que, por sua vez, é possível de ser feito a partir da análise das regularidades e das repetições temáticas (Wautier, 2001). Esta autora denomina tal regularidade de “princípio organizador” em torno das categorias sociais.

Essa seção está organizada em três partes. A primeira apresenta as referências oriundas do mercado, e que contribuem para a valorização da atividade profissional e (re)significação do trabalho na agricultura orgânica. A seguir, são apresentadas as condições que indicam complexidade das atividades na agricultura orgânica e a necessidade de uma maior profissionalização do agricultor com ela envolvido. E, por fim, discute-se a busca de legitimidade no mercado pelos agricultores e o papel das relações institucionais no processo de consolidação de uma imagem.

Valorização da atividade profissional e (re)significação do trabalho

A (re)significação do trabalho, na agricultura orgânica, está relacionada à valorização do trabalho manual na propriedade, processo através do qual este deixa de ser depreciativo, e passa a receber uma maior positividade, por influência do mercado. Essa (re)valorização passa pela visibilidade da atividade do agricultor através do mercado, referenciada na valorização dessa atividade profissional pelos consumidores, onde predominam os apelos demandados pelos consumidores com relação aos produtos orgânicos, já que possuem características “artesaniais” ou “coloniais” originários da agricultura familiar. São estes os crescentes apelos do mercado que propiciam as condições para uma (re)significação do trabalho na agricultura.

A tendência de aumento na utilização de mão de obra, em propriedades que passam por processos de transição para a agricultura orgânica, ocorre em função da significativa

substituição de insumos, sendo estes intensivos em energia e trabalho de origem externa, por processos de manejo da propriedade que são intensivos no uso de mão de obra (Canuto, 1998). A agricultura orgânica, ao exigir maior envolvimento dos agricultores nas atividades agrícolas, considera a necessidade de realização de trabalhos manuais ou da aplicação de insumos orgânicos. Deste modo, ela provoca uma redefinição das práticas executadas essencialmente pela família, já que as contratações externas à propriedade não se alteram, em relação à agricultura convencional.

É mais qualitativa do que quantitativa a proposta de alteração relativa à mão de obra, neste tipo de agricultura, já que as respostas aos problemas, que na agricultura convencional, eram concentradas em alterações no uso de insumos externos. Dentro da proposta deste tipo de modificação do sistema de produção, as respostas passam por uma mudança no entendimento das funções dos recursos naturais e na qualidade dos procedimentos implantados na propriedade.

O trabalho na agricultura, de acordo com uma percepção social mais global, é validado principalmente pelo mercado (Jean, 1994). Entretanto, segundo este mesmo autor, o mercado somente valida a “parte visível” do trabalho, aquela traduzida em uma mercadoria que é disponibilizada para a comercialização. Entretanto, o “trabalho agrícola é muito mais amplo” do que aquilo que o mercado considera, sendo que a sua valiosa parte invisível “é considerada nula, sem valor, nulo para o mercado” (Jean, 1994, p. 61). Por isto, esta parte “invisível” pode ser denominada de trabalho “gratuito”, já que é uma espécie de “entretenimento da natureza”, para que a mesma se torne produtiva e, assim, consiga fornecer a quantidade suficiente de produtos que sejam remuneradas tanto a parte visível quanto a invisível do trabalho agrícola.

A valorização do trabalho essencialmente manual, na agricultura orgânica, pelo mercado consumidor destes produtos, provoca uma (re)significação das práticas agrícolas. Desta forma, o referencial de valorização do trabalho baseado na produtividade, ou seja, na “relação otimizada entre tempo e tecnologia” (Gehlen, 1999, p. 290), é modificado na agricultura orgânica. As tarefas realizadas (manualmente) não se apresentam como depreciativas para os agricultores. Dessa forma, a valorização do trabalho do agricultor passa pela modificação do sentido “produtivo” do trabalho, uma vez que, do ponto de vista do consumidor, este tipo de trabalho possui um novo significado, sendo traduzido nos alimentos orgânicos.

O significado atribuído ao trabalho, na produção orgânica, está fortemente relacionado à produção de alimentos, e é baseado em novos referenciais de qualidade, oriundos do ambiente institucional que é construído a partir das exigências dos consumidores, tal como pode ser observado na afirmação de Gehlen (1999), sobre o novo sentido do trabalho: “Atualmente, em torno do *trabalho* está se construindo um novo referencial consensual, pela noção de *competitividade*. Noção esta que ultrapassa a de produtividade e que incorpora a de *qualidade*. Sob esta perspectiva, para quem ‘trabalha’ [em determinada atividade], há riscos de exclusão, ao não corresponder aos seus determinismos seletivos” (Gehlen, 1999, p. 294, grifo do autor).

A qualificação do trabalho na agricultura orgânica está relacionada com a capacidade de o agricultor buscar conhecimentos que garantam as condições adequadas para a produção pretendida. Entretanto, na produção orgânica, estes conhecimentos são muito mais amplos, e é onde o entendimento dos mecanismos do mercado e do comportamento dos consumidores

são ainda mais fundamentais para a afirmação desta nova condição profissional. A manutenção da qualidade orgânica e da credibilidade da atividade agrícola depende fundamentalmente da ética profissional, sendo esta baseada não somente em normas e certificações, mas fundamentalmente na confiança e na harmonia entre os agricultores. Além disto, se utilizam dessa condição de integrante da organização com o objetivo de resistir na atividade agrícola, aumentar a dedicação à família e ao compromisso com a propriedade.

Os agricultores expressam essas condições em seus discursos, demonstrando assim adesão aos mecanismos externos de atribuição de valorização à sua atividade, o que resulta, desta forma, na (re)significação do trabalho vinculado à agricultura orgânica. Ao reproduzirem o discurso ambientalista, estes agricultores reforçam a sua atividade como a de produtores envolvidos com a produção orgânica, promovendo destaque social para a sua condição, enquanto atores comprometidos com a sociedade e, ao mesmo tempo, contribuindo com a divulgação do consumo de alimentos saudáveis.

Na comercialização em supermercados, a valorização da atividade profissional está relacionada ao atendimento de novos parâmetros de competitividade, tais como a certificação, o cumprimento de legislações ambientais, os mecanismos de coordenação nas cadeias produtivas, as relações de cooperação e de inovações empresariais que atendam aos novos hábitos alimentares. São estes os parâmetros que valorizam a atividade profissional dos agricultores vinculados aos supermercados e, assim como ocorre na comercialização em feiras, proporcionam a (re)significação do trabalho na agricultura orgânica.

A comercialização em feiras representa a possibilidade de valorização e reconhecimento da atividade dos agricultores, tanto pelos consumidores quanto pelo grupo de feirantes. Decorre disso que a geração de credibilidade e de confiança pelo trabalho realizado é construída junto aos consumidores, por meio das relações diretas estabelecidas nas feiras. No grupo de feirantes, o sentimento de companheirismo, de trabalho conjunto e de amizade são noções reforçadas a partir das referências oriundas do mercado. Diferentemente da forma de comercialização em supermercados, a feira livre, além de se constituir como um espaço de mercado, também se torna um momento em que estes agricultores se encontram e reforçam o sentimento da atuação em grupo, direcionando assim, as representações sobre o mercado para o trabalho em grupo.

Com isto, a comercialização em feiras também se constitui como um espaço cultural, educativo e de troca de informações, no sentido de enriquecer e de fortalecer as relações sociais. Além disto, a feira também tem como objetivo promover a comercialização de alimentos orgânicos a partir da “humanização” das relações comerciais, eliminando comerciantes intermediários. Desta forma, ocorre a integração e troca de experiências entre os produtores, sendo este o local, onde, também, se criam fortes vínculos entre os agricultores e os consumidores, resultando na construção de uma maior credibilidade no trabalho realizado. Portanto, os agricultores encontram, nas suas relações com o mercado, a valorização da sua atividade profissional, baseada em um processo de construção de laços de confiança, que se refletem na garantia da qualidade dos produtos, na responsabilidade e na ética profissional. Assim, a preocupação com a credibilidade do trabalho realizado, que garanta a produção com as qualidades de “orgânica”, reforça as relações no grupo e redefine e consolida a profissionalização dos agricultores.

Complexidade das atividades e profissionalização

A profissionalização dos agricultores para atuação na produção orgânica passa por uma redefinição, em função de a complexidade dos processos agrícolas demandar e depender significativamente de respostas oriundas da natureza e dos processos biológicos existentes na propriedade. Desta forma, o trabalho na agricultura orgânica exige maior perícia e conhecimento dos agricultores. Esta profissionalização é construída tendo como origem a compreensão e o resgate das práticas de manejo e cultivo, que são validadas e implementadas, fundamentalmente, a partir da geração de conhecimentos na própria propriedade. Trata-se de um resgate da valorização da natureza nos processos agrícolas, o que exige dos agricultores maiores empenho, envolvimento e conhecimento.

Na agricultura, de uma forma geral, é a natureza que é produtiva, cabendo ao agricultor o cuidado com o processo produtivo biológico; e se assim for, o trabalho deste agricultor, por si só, não é produtivo, apesar de exigir uma enorme quantidade de tempo disponibilizado para esta atividade (Jean, 1994). O trabalho realizado pelos agricultores exige o domínio de uma série de técnicas que demandam diversos talentos, capacidade esta a que o citado autor denomina de “polivalência”. A complexidade, o tempo e a perícia necessários tornam o trabalho na agricultura altamente profissionalizado, “porque se há uma coisa que distancia a agricultura do imaginário industrial, é bem esta; à desqualificação do trabalho operário pode opor-se o aumento das exigências de qualificação do trabalho agrícola, cada vez mais complexo” (Jean, 1994, p. 56).

A complexidade do trabalho na agricultura requer disciplina, dedicação e cuidados especiais sobre as condições técnicas de produção, aspectos estes que são redobrados na agricultura orgânica. Destaca-se, neste sentido, a necessidade de ampliação das relações sociais para realização da atividade profissional. A participação em eventos (eventos comerciais e treinamentos), nas reuniões da organização, e no próprio processo de certificação da produção ampliam as exigências de profissionalização para a atuação na agricultura orgânica.

As atividades produtivas na agricultura orgânica tornam-se mais complexas, em comparação com a agricultura convencional, devido ao fato de o aproveitamento dos recursos naturais (estes não respondem por si só) disponíveis na propriedade depender, fundamentalmente, da capacidade e da habilidade com que o agricultor desempenhará as suas atividades na propriedade. Deste modo, as atividades da agricultura orgânica, efetuadas nas propriedades rurais, determinam novas condições de trabalho e novas necessidades de conhecimentos, para o desenvolvimento da produção. Assim, ocorre um “substitucionismo ao contrário”, conforme afirma Canuto (1998), em que os insumos externos são substituídos por processos de manejo. Desta forma, a agricultura orgânica, ao demandar maior intensidade de trabalho manual e de manejo dos recursos naturais, faz com que os resultados relacionados à produção dependam fundamentalmente das respostas que a natureza proporciona. Entretanto, é necessário que os agricultores conheçam adequadamente os processos ecológicos relacionados à produção, sendo que, para isto, a formação destes agricultores requer um aperfeiçoamento na sua atividade profissional.

Além das condições específicas relacionadas à produção e a construção de conhecimentos na agricultura orgânica, a complexidade das atividades dos agricultores é também influenciada pelas relações com o mercado. Entretanto, as influências das relações com o mercado, na redefinição das atividades profissionais dos agricultores, é mais evidente na comercialização

direta. As feiras exigem dos agricultores a capacidade de se dedicarem a diversas atividades relacionadas ao mercado, demandando flexibilidade para atendimento das necessidades do processo de vendas, reduzindo o tempo de permanência na propriedade para garantir a quantidade e diversidade de produção necessária para comercializar na feira.

Assim, para ser feirante é necessário possuir flexibilidade na forma de trabalhar a sua propriedade. O envolvimento com a comercialização reduz o tempo disponível para a produção, provocando nos agricultores a percepção de haver a necessidade de outras formas de comercialização com o objetivo de fazer aumentar o tempo disponível na propriedade. Portanto, na comercialização direta, ocorre uma redefinição da condição profissional do agricultor, aumentando a sua interdependência, uma vez que, além de a sua atuação passar a ser coletiva, são ampliadas as suas relações sociais oriundas das referências criadas no contato direto com o consumidor.

Ao contrário do que se verifica nas feiras, a comercialização em supermercados tende a tornar mais especializadas as atividades dos agricultores. Entretanto, estas atividades assumem diferentes formas e tendências nas organizações estudadas. As exigências estão relacionadas à produção, e são influenciadas principalmente pelo envolvimento dos agricultores com a gestão da organização, e com o processamento da produção e o agroturismo. A especialização verificada junto aos agricultores que comercializam em supermercados se deve à opção de assumir uma atividade produtiva como forma de reforçar a sua profissionalização.

As relações com os supermercados proporcionam apenas uma limitada capacidade de direcionamento das decisões, em função das condições contratuais e de mercado. Com o objetivo de contornar estas limitações oriundas da comercialização, são construídas, pelos agricultores, estratégias de mercado que proporcionem maior vantagem competitiva. E estas estratégias, por sua vez, ao proporcionarem aos agricultores melhores condições de acesso ao mercado, interferem na tendência de especialização das atividades implantadas nas propriedades pelos agricultores vinculados aos supermercados. Portanto, as relações com o mercado influenciam nas atividades exercidas pelos agricultores, ao exigir destes uma maior profissionalização.

Em síntese, a qualificação exigida do agricultor, para atuação na agricultura orgânica, é ampla e complexa, sendo necessário o resgate dos diversos talentos e capacidades historicamente demandados para exercer as atividades agrícolas. Se o mundo agrícola moderno está relacionado ao trabalho produtivo (Gehlen, 1999), à maior complexidade do trabalho, à maior exigência de qualificação (Jean, 1994) e à centralidade do mercado (Wanderley, 1996), então o agricultor que exerce a sua atividade na produção orgânica está (re)construindo a sua identidade socioprofissional a partir das referências atualmente existentes no contexto desta modalidade de agricultura moderna. Porém, de forma diferenciada, ou seja, mais inovadora e, portanto, ainda mais complexa e exigente.

Legitimidade no mercado e relações institucionais

As organizações (cooperativas e associações) constituem-se nas principais relações institucionais para os agricultores, a partir da promoção e regulação das suas atividades profissionais exercidas nas propriedades. As organizações são fundamentais para a gestão das relações com o

mercado e para a viabilização de acesso a determinados recursos financeiros, além de também ser disponibilizado o acesso a treinamentos e a uma prestação de assistência técnica. Destaca-se, nessas relações, o sentimento de pertencerem a um grupo que possui uma consciência relacionada às questões ambientais e que produz de forma ambientalmente correta, aspectos estes que contribuem para a valorização da sua atividade profissional.

Para os agricultores que realizam comercialização direta, a associação se confunde com a feira, sendo que, neste caso, o próprio local de comercialização se constitui na principal forma de sociabilidade na organização. São nos momentos de realização da feira que acontecem os encontros regulares e principais da organização, que complementam e dão continuidade às discussões das assembleias. Assim, os feirantes (re)constróem as suas relações sociais no próprio “território” da feira e nos grupos de agricultores, que se formam nas comunidades, contribuindo para reforçar os laços comunitários.

Os agricultores que possuem relações com os supermercados estabelecem, por meio das suas organizações, parcerias para a viabilização de empreendimentos locais. São esforços para a construção de ações coletivas, envolvendo atores locais e externos, que resultam em reconhecimento e valorização da atividade na agricultura orgânica. Neste sentido, a organização proporciona o acesso a relações mais amplas, que extrapolam a comunidade em que vive, o que potencializa o sentimento de inclusão no grupo.

A existência de uma certa aceitação das condições de não reconhecimento das atividades dos agricultores, nas relações estabelecidas com os supermercados, está associada à implementação de empreendimentos econômicos locais, que contribuem para a valorização da sua atividade na agricultura orgânica, sendo que o estabelecimento de vínculos externos atua como uma condição para a ampliação deste reconhecimento. Esse foi o caminho encontrado, pelos agricultores, para, a partir da consolidação da imagem junto ao mercado, criar as condições necessárias para a valorização da sua atividade profissional. Os projetos que redefinem a comercialização estão sendo construídos em conjunto com a consolidação de uma imagem nas relações com os supermercados. Portanto, a comercialização em supermercados proporciona as condições necessárias para a construção de projetos coletivos, sendo esse o contexto em que estão sendo (re)construídas as identidades socioprofissionais destes agricultores.

A legitimação está relacionada, segundo Meyer e Rowan (1999, p. 79-103), à incorporação, pelas organizações, de elementos socialmente legitimados e racionalizados, resultando, dessa forma, na possibilidade de aumento de recursos e na maior capacidade de sobrevivência, pois o êxito organizacional não depende somente da eficiência técnica e produtiva das atividades. Assim, “as organizações que existem em ambientes institucionais complexos e atingem êxito em fazer-se isomorfas a este ambiente obtêm a legitimidade e os recursos que requerem para sobreviver” (Meyer e Rowan, 1999, p. 93). Por esta razão é que “as organizações competem não somente por recursos e clientes, mas também por poder político e legitimidade institucional, por uma boa condição social e econômica” (Di Maggio e Powel, 1999, p.105).

A comercialização em supermercados, ao mesmo tempo em que garante a legitimidade das atividades da produção orgânica, direciona as organizações para o isomorfismo institucional. A comercialização dos produtos orgânicos é crescentemente consolidada nos supermercados, pois possibilita a estes estabelecimentos a implementação de estratégias de diferenciação das lojas e de atendimento das expectativas geradas pelos consumidores, com relação a estes produtos.

Portanto, mesmo diante das dificuldades presentes nas relações estabelecidas com os supermercados, esta estratégia proporciona benefícios para a organização, pois, “ao demonstrar que atua de acordo com as normas coletivamente compartilhadas, a organização pode ganhar reconhecimento externo e assegurar o seu desenvolvimento” (Fonseca, 2003, p. 54). Sob esta perspectiva, a comercialização dos produtos orgânicos em supermercados proporciona a legitimidade que facilita a implementação de projetos locais, voltados fundamentalmente para a valorização das atividades dos agricultores. Dentro de tal contexto, a atividade profissional na agricultura orgânica é influenciada tanto pelas relações com os supermercados, como pela tendência de consolidação dos novos empreendimentos econômicos.

Conforme afirmam Meyer e Rowan (1999, p. 103), “quanto mais a estrutura de uma organização se origina de mitos institucionalizados, maior é a ostentação de confiança, satisfação e boa fé, tanto interna quanto externamente”. Assim, a comercialização em supermercados, estando institucionalizada, proporciona a legitimidade necessária para a implementação das novas estratégias de mercado. Estes aspectos parecem justificar a sobrevivência de organizações que adotam práticas e procedimentos de baixo desempenho no mercado, uma vez que a sua avaliação e suas decisões estão direcionadas para a busca de legitimidade institucional, e não unicamente para a busca de uma maior eficiência técnica e econômica.

São as relações e os projetos locais que proporcionam a valorização das atividades profissionais dos agricultores que comercializam em supermercados, por meio de esforços para construção de ações coletivas que envolvem atores locais e externos. Apesar das diferenças entre as organizações, constatou-se que a criação de empreendimentos econômicos locais se constitui no principal *locus* de valorização da atividade dos agricultores, diferenciando-se, deste modo, dos agricultores que atuam na comercialização direta (feiras). É o próprio local que fornece os elementos necessários para valorização do trabalho na agricultura orgânica, sendo que, nessa situação, as relações externas estabelecidas pelas organizações têm um papel fundamental. É neste aspecto que pode ser identificada a presença de capital social nestas redes de relações. Estas, por sua vez, facilitam a coordenação de atividades que sejam principalmente baseadas na confiança, reciprocidade e participação.

Podem ser citados alguns exemplos de iniciativas voltadas para a aplicação prática de tais ideias. Na Agreco, são mantidos vínculos com outras regiões do Brasil, para a implementação de projetos baseados em agroindústrias familiares e para a produção orgânica, além da parceria com a Associação Francesa de Agroturismo. Também podem ser destacadas as relações institucionais com universidades e órgãos públicos. Na Ecocitrus, as relações externas são bastante nítidas, principalmente na Rede Ecovida de Agroecologia, resultando em um envolvimento e em um conjunto de ações tanto no Brasil como em outros países. A atuação no Comércio Justo,⁵ com a exportação de suco orgânico, além das iniciativas relacionadas ao *Slow Food*,⁶

⁵ Comércio Justo ou *Fair Trade* constitui-se em uma forma de comercialização, geralmente internacional, que fornece garantias de negociação adequadas aos fornecedores dos produtos. As condições para que isso ocorra são oriundas, principalmente, do envolvimento dos consumidores na promoção da conscientização, a partir do consumo, buscando com isso modificar os atuais processos de transações comerciais.

⁶ O *Slow Food* é um movimento internacional que reúne aproximadamente 80.000 membros em 100 países. Atuam na promoção de atividades gastronômicas de degustação de alimentos, por meio de cursos, jantares e turismo (vinho), buscando com isso a preservação da biodiversidade alimentar. Contrapõe-se à padronização

são as expressões concretas da ampliação e consolidação deste tipo de relações externas. Para isto, mantém a produção do suco orgânico, que se constitui na forma encontrada para manter a imagem da cooperativa associada à produção orgânica, mesmo apresentando baixa viabilidade econômica com esse produto. Na Apac, as relações externas ainda são tímidas, mas já demonstram alguns sinais de evolução neste sentido, principalmente com relação à implantação do Circuito Italiano de Agroturismo e à parceria com órgãos oficiais de regiões administrativas da Itália.

Estas relações externas estão baseadas em elementos sociais e políticos, e definem o desempenho e a trajetória destas organizações. Scott (1999) afirma que as organizações não possuem somente relações de intercâmbio com outros atores sociais, mas também estabelecem relações por meio de suas atividades, sendo que estas atuam para configurar ou restringir as suas possibilidades de ação. As relações que são estabelecidas no campo organizacional podem ser consideradas como uma disputa de posições baseadas em relações de poder, o que, em última análise, além de formadoras de participação nos mercados em que as organizações atuam, contribuem para a (re)construção das identidades socioprofissionais dos agricultores.

Portanto, a (re)construção das identidades socioprofissionais aponta no sentido da promoção do desenvolvimento local, a partir da implantação de empreendimentos coletivos de dinamização social e econômica. Estas iniciativas, conforme os levantamentos realizados, parecem ser mais evidentes nas organizações que estabelecem relações com supermercados. A atividade profissional na agricultura orgânica cria as condições para o resgate da cidadania dos agricultores, a partir da construção de novas relações sociais e da (re)construção da sua identidade socioprofissional. Deste modo é que a ampliação das suas relações sociais, ao permitir uma maior integração dos agricultores na sociedade, redefine tanto a sua condição de cidadania quanto a sua profissionalização necessária para atuação na agricultura orgânica.

Conclusões

O estudo da identidade socioprofissional na agricultura orgânica possibilitou compreender as influências das relações com o mercado nas atividades dos agricultores e, com isto, confirmar as hipóteses da pesquisa. Foi possível demonstrar que o mercado assume um papel central da (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. O mercado, a partir de novos valores construídos socialmente, fornece as condições para a valorização da atividade profissional e para a (re)significação do trabalho na agricultura orgânica. Entretanto, as relações com o mercado influenciam diferentemente a (re)construção das identidades socioprofissionais dos agricultores, a partir de referências oriundas das relações diretas com os consumidores (estabelecidas nas feiras livres) e da legitimidade no mercado (das vendas em supermercados).

do “gosto” (*fast food*) incentivando o resgate de alimentos produzidos a partir de técnicas de cultivos tradicionais. Por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), está sendo implantado no Brasil a Arca do Gosto, para resgate de alimentos tradicionais, vinculados às tradições locais e com ênfase na preservação da preservação ambiental. Fonte: <<http://www.slowfood.com.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2006.

A centralidade do mercado na (re)construção identitária dos agricultores se expressa na valorização das atividades profissionais, a partir da (re)significação do trabalho. As referências de valorização das práticas na agricultura orgânica são (re)significadas pelo mercado, baseada na construção social de novos parâmetros de qualidade dos alimentos e preservação ambiental. É a partir da valorização do trabalho manual, da sustentabilidade ambiental e da produção de alimentos que se constrói a atividade profissional do agricultor que atua na produção orgânica.

A agricultura orgânica proporciona a (re)significação da produção de alimentos, a partir da construção de novos valores que se consolidam nas relações com o mercado. Com isso, resulta no reconhecimento da sociedade a esse novo sentido do trabalho, baseado em parâmetros relacionados às noções de qualidade e segurança alimentar. As mudanças no significado do trabalho a partir da (re)valorização pelo mercado, estão relacionadas às práticas de manejo da produção e dos processos ecológicos na agricultura orgânica. Estas práticas, por sua vez, tornam-se mais visíveis a partir dos apelos dos consumidores, sendo atribuído, através deste processo, um novo significado ao trabalho. Portanto, estes são os elementos que constituem a atividade na agricultura orgânica e que influenciam a (re)construção da identidade socio-profissional dos agricultores.

Na comercialização em feiras, a atividade profissional é redefinida e também envolve a ampliação das relações sociais, tornando o agricultor mais socialmente integrado, a partir das referências construídas no contato direto com os consumidores. A feira, ao exigir maior flexibilidade do agricultor para o atendimento das atividades de produção e comercialização, demanda uma redefinição da sua profissionalização.

A comercialização em feiras contribui com a (re)construção da identidade socioprofissional, por meio de um processo baseado fundamentalmente nas relações diretas com os consumidores e com os demais agricultores. Estas relações, por sua vez, são geradoras de maior credibilidade para a produção orgânica, tendo como referências a confiança e a ética profissional dos agricultores. Portanto, é através de sua capacidade para entender o outro e o compromisso de atuação conjunta que são proporcionados importantes elementos para a sua afirmação enquanto agricultor profissionalizado. As relações com o mercado, especialmente na comercialização em feiras, dependem da construção destas redes de relações, baseadas, principalmente, em novas competências e novos valores que se consolidam no exercício da atividade profissional.

Na comercialização em supermercados, as referências de valorização e redefinição da atividade profissional estão baseadas, principalmente, nas relações com as organizações de produção orgânica, as quais possibilitam, por meio das relações com o mercado, a legitimidade institucional e o reconhecimento necessário para a implantação de novos empreendimentos econômicos locais. Tanto no processo de construção, como após a implantação desses projetos, existe a tendência de ampliação das relações sociais dos agricultores, redefinindo, desta forma, a sua profissionalização.

Sob tais condições, as organizações vinculadas aos supermercados fornecem aos agricultores, além das condições adequadas nas relações com o mercado, os elementos necessários para a consolidação de relações institucionais. E estas, por sua vez, proporcionam a viabilização de projetos voltados para a implantação de diferentes empreendimentos locais. Nesta perspectiva, a associação e a cooperativa são fundamentais para a viabilização da sua atividade

e na afirmação da identidade socioprofissional, que é baseada, principalmente, na construção de novas relações sociais a partir da agricultura orgânica.

Ressalta-se que, evidentemente, não existem processos homogêneos de construção identitária, conforme apresentado acima, principalmente quando se considerar a diversidade de realidades que foram estudadas no decorrer da pesquisa. Entretanto, acredita-se que esta análise se constitui como uma aproximação ao objeto de pesquisa, contribuindo assim para o entendimento de algumas tendências importantes em torno das identidades socioprofissionais dos agricultores que atuam na agricultura orgânica.

O caminho teórico-metodológico adotado mostrou-se adequado para o estudo das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica, permitindo, através de tal adequação, confirmar que as identidades se (re)constróem nas inter-relações dos discursos dos agricultores sobre o trabalho, as relações institucionais e as relações com o mercado. Entretanto, com essa delimitação, algumas questões, em torno do objeto de pesquisa, demandam maior aprofundamento em estudos futuros que envolvam a agricultura orgânica, destacando-se, neste sentido, a análise das características específicas, regionais e de mercado, em que as organizações estão inseridas. A inclusão destes aspectos pode contribuir para a reflexão sobre a profissionalização dos agricultores e apontar para novos e importantes elementos, presentes neste contexto, que influenciam na identidade socioprofissional dos agricultores.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ALBERT, S. The definition and metadefinition of identity. In: WHETTEN, D. A.; GODFREY, P. C. (Ed.). *Identity in organizations: building theory through conversations*. Thousand Oaks: Sage, 1998, p. 1-13.
- ALMEIDA, J. P. de. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 239-247.
- _____. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais do sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.
- ASSIS, R. L. *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CALDAS, P. M.; WOOD JÚNIOR, T. *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 1999.
- CANUTO, J. C. *Agricultura ecológica em Brasil: perspectivas socioecológicas*. Tesis (Doctor Ingeniero Agrónomo). Programa Agroecología, Campesinado e Historia, Instituto de Sociología y Estudios

Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Tesis (Doctor Ingeniero Agrónomo). Programa Agroecología, Campesinado e Historia, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

DI MAGGIO, P. J.; POWEL, W. W. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: POWELL, W. W.; DI MAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México/Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 104-125.

DULLEY, R. D. *Ambiente e produção agrícola: principais paradigmas*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

FONSECA, V. S. da. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 47-66.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, D. D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 51-70.

_____. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9, 1999, Porto Alegre. *A sociologia para o Século XXI*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1999.

GIOIA, D. From individual to organizational identity. In: WHETTEN, D. A.; GODFREY, P. C. (Ed.). *Identity in organizations: building theory through conversations*. Thousand Oaks: Sage, 1998, p.17-33.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 51-67, 1994.

JEPPEPERSON, R. L. Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo. In: POWELL, W. W.; DI MAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México/Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 193-215.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito y cerimonia. In: POWELL, W. W.; DI MAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México/Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 79-103.

NKOMO, S. M.; COX JUNIOR, T. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org. ed. brasileira). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999, v. 1, p. 334-360.

PAULUS, G. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. Perspectivas contemporâneas e análise organizacional. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 32-44, abr. 2002.
- SCHULTZ, G. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SCOTT, W. R. Retomando los argumentos institucionales. In: POWELL, W. W.; DI MAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Universidad Autónoma del Estado de México/Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 216-236.
- SOUZA, R. S. de. *Fatores de formação e desenvolvimento das estratégias ambientais nas empresas*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.) *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 11-26.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. *Processos sociais agrários*. Disponível em: <<http://gipaf.cnpia.embrapa.br/itens/publ/nazareth/nazareth96.rtf>>. Acesso em: 20 de maio de 2006.
- WAUTIER, A. M. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2001.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

PARTE III

Criatividade e conhecimento: como se faz para fazer diferente

Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura

Flávia Charão Marques

Introdução

Neste capítulo são explorados alguns pontos da Perspectiva Multinível (PMN) para análise da inovação tecnológica como contribuição à discussão e à análise das transições tecnológicas na agricultura, emergentes a partir da heterogeneidade dos processos de desenvolvimento rural e da criatividade dos agricultores familiares na produção de novidades.

Dois aspectos, principalmente, provocam a presente discussão. O primeiro deles é o já bastante conhecido esgotamento do padrão de agricultura convencionalmente chamado de moderno, orientado para a obtenção de crescentes produtividades com base em alto consumo energético, e cujos impactos ambientais e sociais configuram uma crise de amplo escopo que requer, com urgência, repensar os formatos tecnológicos empregados para a produção agrícola. O segundo aspecto, profundamente relacionado ao primeiro, é a noção de que por dentro do próprio cenário crítico está emergindo uma miríade de criativos caminhos para uma diferenciação tecnológica da agricultura capaz de contribuir para a construção de novos desenvolvimentos rurais.

Hebinck (2001), Wiskerke (2003), Moors (Moors *et al.*, 2004), Stuver (2008) e Ploeg (2008, cap. 7) pioneiramente enriquecem a discussão acerca da utilização de elementos da PMN para melhor analisar dinâmicas da inovação na prática agrícola e, sobretudo, incorporam o entendimento de que transição tecnológica é um processo que merece maior atenção daqueles que estão dedicados a aprofundar o debate sobre o desenvolvimento rural, em especial quando a questão é a perseguição de metas de sustentabilidade.

O uso dos recursos teórico-analíticos da PMN para estudos da tecnologia para agricultura pode ser considerado recente. Endereçada originalmente para o campo da transição tecnológica industrial, essa perspectiva foi desenvolvida principalmente por acadêmicos de centros tecnológicos,¹ a partir da preocupação de melhor compreender as grandes transformações tecnológicas ao longo da história. A perspectiva figura menos como um modelo formalizado, estando mais próxima de uma teoria apreciativa (Geels, 2005) ou de uma abordagem integrativa (Geels, 2004b), cuja elaboração parte da contribuição de um complexo teórico² de diferentes

¹ Os principais trabalhos têm sido desenvolvidos por grupos de pesquisa das universidades de Twente, Maastricht e Eindhoven, na Holanda, com colaboradores na Grã-Bretanha, Dinamarca, Suíça e Finlândia.

² Para uma noção mais detalhada das raízes teóricas desta perspectiva ver Geels (2005), especialmente capítulos 2 e 3. Considerações sobre a integração de abordagens sobre sistemas de inovação e a PMN são aprofundadas

disciplinas. Contudo, a priorização da PMN é a compreensão de mudanças sociotécnicas a partir de uma abordagem interdisciplinar, influenciada pela economia evolucionária, por noções institucionalistas e pela teoria da dupla estruturação de Giddens (1984). Conforme Geels (2004b, p. 33), trata-se de uma abordagem que “brota da combinação da sociologia da tecnologia e da economia evolucionária”.

A seguir, serão apresentadas considerações sobre a evolução na compreensão da inovação para a agricultura, assim como alguns conceitos propostos pela PMN, relacionando-os à produção de novidades para a agricultura e ilustrando com alguns elementos selecionados a partir do estudo de casos de agricultores familiares que vivem na região sul do Brasil e que produzem plantas medicinais em sistemas de produção agrícola chamados de ‘ecológicos’ por contemplarem práticas identificadas com uma agricultura de baixa dependência de insumos externos e por incorporarem alta agrobiodiversidade.³

Avanço tecnológico na agricultura: breves considerações

Fazendo um pequeno retrospecto sobre modos de pensar o avanço tecnológico na agricultura é inevitável não revisitar a ideia do “progresso técnico”, visto como elemento decisivo para a penetração do capital na agricultura pela superação das barreiras naturais e pelo fortalecimento do capital sobre o processo de trabalho (Graziano da Silva, 1981). Essa noção de controle das barreiras naturais, os ideais difusionistas e a Teoria da Inovação Induzida⁴ (TII) tiveram grande influência na América Latina e no Brasil, direcionando significativamente o sistema de pesquisa, ensino e extensão. A TII, pela via neoclássica de Hayami e Ruttan (1978), deu suporte para pensar o desenvolvimento da agricultura através da alocação de recursos para a atividade inovativa como função das forças de mercado, sendo a necessidade de substituir fatores escassos e caros por outros abundantes e baratos o principal estímulo à inovação.

Deste ponto vista, o avanço tecnológico é determinado por funções de produção, o mercado é o indutor da inovação e um mecanismo de autocontrole é comandado pelos preços. Paiva (1971) identifica que esse mecanismo aprofundou na América Latina o chamado “dualismo tecnológico”, gerando dois tipos de agricultores, os modernos e os atrasados. Entretanto, Baiardi (1996) afirma que, no Brasil, o mecanismo de autocontrole nunca foi verificado, uma vez que o Estado brasileiro, através de políticas agrícolas que proporcionaram crédito, preços mínimos e intervenção no sistema de pesquisa e extensão é que garantiu a modernização desigual da agricultura ao invés das “forças de mercado”. Para Veiga (1994), essa trajetória de uma “modernização forçada” acabou por empurrar os agricultores para um *treadmill*.⁵

por Markard e Truffer (2008).

³ O termo agrobiodiversidade representa a variabilidade total de organismos vivos presentes em um agroecossistema, por incorporar o elemento ‘agro’, pressupõe a existência de conhecimentos associados.

⁴ A Teoria da Inovação Induzida (TII) foi desenvolvida por J. Hicks, entre os anos 1920 e 1930, Hayami e Ruttan passam a trabalhar com ela para o setor agrícola especificamente.

⁵ Termo cunhado por Chocrane na década de 1950, refere-se ao processo em que os agricultores de ‘vanguarda’ que adotam inovações obtêm aumento de produtividade e produção, causando rebaixamento de preços

As críticas endereçadas à TII e aos modelos dela derivados, de *demand-pull* e *technology-push*,⁶ insistem que balizar a inovação pelo mercado sem considerar outros fatores, como o avanço científico ou as relações usuário-produtor, torna os modelos demasiadamente lineares e reducionistas (Salles Filho, 1990; Salles Filho e Silveira, 1990; Romeiro, 1990; Shikida e Ortiz Lopez, 1997). Kemp (2000) aponta que outro conjunto de críticas ao padrão de geração de inovação, geralmente, se refere à apropriação que políticas governamentais fazem das inovações para responder a interesses particulares, mas deixam de considerar, entretanto, elementos como a falta de ajustamento das políticas de inovação às circunstâncias locais e sociais.

Contudo, é importante ressaltar que a noção que acaba perpassando a visão convencional sobre tecnologia para agricultura, ainda que analiticamente haja variações, é de que são os cientistas os responsáveis pela sua geração, estando linearmente integrados com sistemas de difusão, responsáveis pela posterior divulgação de resultados. Mais recentemente, a difusão, antes delegada a instituições especializadas, passa a ser considerada como uma das fases da atividade de pesquisa, na qual a participação dos usuários é incorporada. No entanto, permanece como fase subsequente à investigação científica ou ao processo de desenvolvimento de tecnologias.

As modificações técnicas necessárias à agricultura contemporânea são de alta complexidade e estão imersas em novos contextos de acirramento de disparidades internas, de aprofundamento da globalização e agravamento dos problemas socioambientais, o que conduz à necessidade de mudanças societárias radicais. Neste sentido, Rotmans e Kemp (2003) chamam a atenção de que a sociedade passará a demandar inovações integradas e que abrangem muitos campos e níveis, desde a inovação nos processos de produção e consumo, passando pela inovação tecnológica, institucional, política e governamental, mas fundamentalmente rompendo com os modelos baseados na ideia unidirecional, cujo vetor vai da ciência para a prática.

Perspectiva multinível, aprofundando conceitos

A perspectiva multinível é um modelo multidimensional de agência, que assume que os atores têm interesses próprios, agem estrategicamente, mas são limitados pelo tempo e por distintos tipos de regras, e propõe explicar as transições tecnológicas pela inter-relação de processos em três diferentes níveis heurísticos, nicho (micro), regime (meso) e paisagem (macro). As regras, que podem ser cognitivas, normativas ou regulativas (formais), proporcionam estabilidade por guiar percepções e ações e acabam por estruturar profundamente os sistemas sociotécnicos (Geels, 2004a), no entanto, tal estruturação diminui gradativamente da paisagem para o nicho, de modo que o modelo de ação admitido pela PMN incorpora diferentes possibilidades de agência (Geels e Schot, 2007).

dos produtos, aumento do preço da terra e elevação de custos, empurrando os agricultores para a posição de lucro nulo (Veiga, 1994).

⁶ *Demand-pull* é o modelo de inovação tecnológica comandado pela demanda do mercado, tendo influência direta da Teoria da Inovação Induzida. O modelo de *technology-push* admite a busca da inovação como inerente à demanda do mercado, no entanto são as possibilidades de oferta que comandam o processo.

Nichos representam o nível local do processo de inovação, e são comumente referidos como espaços protegidos nos quais novas tecnologias e práticas sociotécnicas emergem ou são desenvolvidas (Kemp *et al.*, 1998; Geels, 2005). O nicho é considerado um espaço privilegiado de onde partem as inovações, inclusive as radicais. Importante é notar que a atividade inovativa, a partir deste ponto de vista, não necessariamente prioriza a busca do ‘novo’, pois a inovação pode já existir ao nível do nicho, muito embora não seja notada ou aceita nos demais níveis. No contexto dos estudos sobre inovação, normalmente o foco está colocado sobre as novas tecnologias, porém, ao identificar e valorizar a criação de nichos como espaços relevantes para as mudanças tecnológicas, torna-se possível, também, evidenciar ‘velhas’ tecnologias que podem estar ali hospedadas, ainda que não estejam estabilizadas no ambiente externo ao nicho (Markard e Truffer, 2008).

O regime tecnológico é caracterizado por produtos estabilizados e tecnologias amplamente aceitas, estoques de conhecimento, práticas de uso, protocolos, técnicas, expectativas, normas e regulações; é uma versão estendida da ideia de regime de Nelson e Winter (1982), que se refere a rotinas cognitivas partilhadas em determinada comunidade técnica (*engineering community*) e explicadas por padrões de desenvolvimento ao longo de trajetórias tecnológicas estritas e específicas. O termo regime é utilizado em lugar de paradigma ou sistema porque se refere a regras. Não somente a regras na forma de requerimentos ou comandos, mas também regras no sentido de papéis e práticas que estão sendo estabelecidas e que não são facilmente dissolvidas (Kemp *et al.*, 1998).

Considerando que ‘regime’ incorpora a comunidade externa ao grupo social diretamente envolvido no processo de inovação tecnológica, e que tais atores e redes de atores ‘externos’ não necessariamente compartilham as mesmas regras do regime tecnológico, Geels (2004a, p. 905) propõe o uso do termo ‘regime sociotécnico’ para designar o conjunto de regras semicoerentes⁷ que estruturam sistemas sociotécnicos ou, ainda, para representar a gramática que interliga distintos regimes (*i.e.* regimes tecnológico, científico, de mercado, sociocultural, político), permitindo uma metacoordenação entre eles. Importante notar que nem as tecnologias, nem os atores ou as redes de atores são elas mesmas parte do regime; ao invés disso, tecnologias e produtos englobam as regras e os atores realizam as rotinas que conformam o regime.

Nichos e regimes são muito diferentes entre si com relação ao nível de agregação e estabilidade, todavia, ambos têm a característica de campos organizacionais (comunidade de grupos interativos). Para regimes, essas comunidades são amplas e estáveis, enquanto para nichos elas são pequenas e instáveis. Ambas as comunidades, do nicho e do regime, compartilham certas regras que coordenam a ação. Para regimes essas regras são estáveis e bem articuladas; para nichos de inovação, elas são instáveis e ‘em construção’ (Geels e Schot, 2007, p. 7). Também, ambos estão imersos em uma ‘paisagem sociotécnica’, que não determina, mas provê uma profunda estrutura de gradientes de força, que tornam algumas ações mais fáceis que outras (Geels e Schot, 2007). A paisagem sociotécnica tem sido definida como um “conjunto de fatores heterogêneos, tais como o preço do óleo, crescimento econômico, guerras, emigração, política externa, coalizões, valores culturais e normativos, problemas ambientais” (Geels, 2002, p. 1260), que geram interferências dinâmicas e recíprocas entre os distintos níveis.

⁷ O autor justifica que as regras não são plenamente coerentes entre si porque os diferentes regimes não se sobrepõem em sua totalidade, assim, sempre haverá pontos de divergência entre eles.

Inovação na agricultura: a vez da novidade

A trajetória da agricultura é uma história de produção de novidades. Através dos séculos, agricultores têm produzido pequenas e grandes mudanças no processo de produção, combinando elementos naturais, culturais, econômicos, institucionais, dentro de um cenário geralmente imprevisível e muito diverso. Assim, Ploeg (2003), considerando que a produção de novidades é intrínseca à agricultura como coprodução,⁸ reforça que a agricultura é interação e transformação mútua do social e do natural.

A prática da agricultura é extremamente dependente de fatores limitantes e, por vezes, limitados. Em função disto, agricultores estão continuamente procurando resolver a limitação de algum fator, através de cuidadosos ciclos de observação, de interpretação, de reorganização e de avaliação. Tais ciclos são os processos que resultam nas ‘novidades’, não raro, a partir da realização de experimentação prévia. A tecnologia utilizada nas práticas agrícolas é constantemente gerada e/ou apropriada dentro de marcos de significação próprios, da aprendizagem dos valores e dos sistemas de crenças, sendo que a criatividade expressa nos processos de inovação autóctone surge a partir de um contexto cultural próprio (González Santiago, 2003).

Assim, a ‘produção de novidades’⁹ é, na agricultura, um processo altamente localizado, dependente do tempo, dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais nos quais a organização do trabalho está envolvida. Sendo que uma novidade pode ser entendida como uma modificação e, às vezes, uma quebra de rotinas existentes. Deste modo, uma novidade pode significar uma modificação dentro de uma prática existente ou pode consistir em uma nova prática. Pode, ainda, ser um novo modo de fazer ou pensar, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes. Novidades precisam tempo para ser geradas, e para demonstrarem-se potencialmente materializáveis, também, requerem um contexto e organização favoráveis (Ploeg *et al.*, 2004).

Para Roep e Wiskerke (2004) a inovação ou a construção de novos regimes tecnológicos é substancialmente diferente para a agricultura, quando comparadas com a indústria ou outros setores. Segundo os autores, tal diferença se deve às especificidades de *focus* e *locus*. Considerando a agricultura como uma forma de coprodução, a diferença de *focus* se refere aos heterogêneos processos interativos que resultam em inúmeros efeitos sociomateriais no tempo e no espaço. Assim, a inovação dificilmente se restringe exclusivamente a modificações em produtos, processos ou gerenciamentos específicos. Adicionalmente, a atividade agrícola depende das características agroecológicas às quais está submetido, diminuindo as condições de controle e previsibilidade dos processos.

Na indústria, a produção de inovação está localizada, principalmente, no âmbito da pesquisa especializada, intensiva em capital e isolada em centros de pesquisa e desenvolvimento. A agricultura, entretanto, consiste em uma miríade de empreendimentos de relativa pequena escala (em especial nas agriculturas familiares), nos quais são gestadas as inovações. Essas características são as que constituem a segunda distinção, a de *locus*.

⁸ ‘Coprodução’ é um conceito que procura representar a interface dinâmica e mútua entre transformação social e técnica (Law, 1986).

⁹ No original, *novelty production* (Ploeg *et al.*, 2004).

Assim, uma novidade interessante que emerge em um lugar (e em um tempo particular), provavelmente, não surgirá em outro ou, se surgir, poderá causar efeitos adversos ou não ser promissora. A produção de novidade emerge como resultado de um tipo específico de conhecimento, que é o conhecimento local. Este é um “conhecimento artesanal; conhecimento sobre sintonia fina e ajustamento mútuo de fatores através da coordenação de tarefas e sub tarefas” (Ploeg *et al.*, 2004, p. 4).

A heterogeneidade que caracteriza não só a agricultura, mas os processos de desenvolvimento rural, segundo Long (2001), não é facilmente engendrada e resulta, também, do encontro do conhecimento científico e os corpos locais de conhecimento, que constituem uma dinâmica e importante força orientadora que continuamente produz e reproduz heterogeneidade. Essas especificidades reforçam que, na agricultura, a inovação pode adquirir diferentes contornos bastante complexos e multifacetados, características que criam particularidades do ponto de vista analítico.

Embora haja diferenças entre novidades e inovações (referindo entre outras coisas as diferenças a gênese, a gramática e a relevância do alcance) os contrastes entre elas não estão necessariamente evidentes. Inovações e novidades têm ‘histórias de vida’ diferentes, são, muitas vezes, bem diferentes em termos substantivos, no entanto, pode não ser possível distinguir uma da outra. Contudo, é importante frisar que inovações e novidades podem ser complementares umas às outras. Por outro lado, novidades são, como têm sido, inovações radicais. Deste modo, elas fazem parte (pelo menos potencialmente) da possibilidade de rompimento do regime (Ploeg *et al.*, 2004).

Transformando o regime: a excelência do nicho

A abordagem multinível, concebe transições tecnológicas como processos interativos de mudança ao nível de nichos e ao nível de regime sociotécnico, ambos inseridos em uma paisagem exterior de fatores. No entanto, como lembram Geels e Schot (2007, p. 403), os regimes sociotécnicos as estruturas estão mais bem desenvolvidas e provocam uma forte estruturação, tornando difíceis desvios da corrente principal quando comparados com o nicho. Do ponto de vista evolucionário, um regime representa um ambiente já selecionado pelo desenvolvimento tecnológico em certo setor, que acaba exercendo uma significativa barreira para a difusão de inovações radicais, deste modo a probabilidade do surgimento de inovações realmente transformadoras é maior ao nível do nicho.

O relacionamento entre um nicho e o regime pode crucialmente determinar o desenvolvimento do nicho, com seu eventual declínio, estabilização ou rompimento. Nichos que são de algum modo compatíveis com o regime podem potencialmente resolver gargalos do regime e podem ter mais sucesso que outros. Critérios como compatibilidade ou solução potencial, no entanto, devem se tornar operacionais e dimensões comuns são requeridas no sentido de comparar regimes e nichos. Tais dimensões podem incluir inovações socioeconômicas e características tecnológicas, instituições, atores, usuários práticos, recursos, etc. Essa avaliação de Markard e Truffer (2008) é acompanhada pela opinião dos autores de que há muito, ainda, a pesquisar no sentido de identificar a importância relativa de cada dimensão, ou mesmo,

identificar a relevância de outras. Berkhout (Berkhout *et al.*, 2004) também enfatiza que o mesmo pode ser verdade para a interação entre nichos e regimes em geral.

Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004), no mesmo sentido, chama a atenção que novidades também podem fazer surgir dispositivos organizacionais e/ou técnicos que ajustam-se aos processos de produção existentes, transformando-os, porém rendendo consideráveis ganhos em sustentabilidade, assim como em termos econômicos, institucionais e sociais, ainda que inseridas no regime sociotécnico prevalente. Então, novidades emergentes diretamente do processo de trabalho na agricultura, do conhecimento local associado e altamente adaptadas às particularidades locais poderão estar mais ou menos entrelaçadas com o regime sociotécnico.

A PMN enfatiza que o ‘isolamento’ do nicho é parte do processo da criação da inovação, entretanto, deve-se considerar que há certa fluidez do nicho em relação ao regime, ‘uma membrana seletiva’ que acaba por regular as trocas recíprocas entre um nível e outro. O isolamento do nicho, então, não se trata da criação de um ‘espaço’ blindado às instituições do regime dominante (convencional), mesmo porque, muitas vezes, o nicho ainda ‘nutre-se’ do regime no processo que leva à diferenciação do mesmo, e são, justamente, as interações entre os níveis que promovem as transições. No entanto, deve-se chamar à atenção que isto não torna dispensável a criação de espaços realmente protegidos para que nichos sejam constituídos e para que inovações radicais venham a surgir quali e quantitativamente e, com isto, venham a proporcionar transformações no regime.

Os regimes podem mudar como um resultado de pressões de baixo para cima a partir do nível micro e, para Rotmans (Rotmans *et al.*, 2001) e para Geels (2002), as mudanças somente ocorrem se desenvolvimentos simultâneos ocorrem nos distintos níveis. Entretanto, as trocas entre os níveis podem ser consideradas, ainda, um desafio, pois a transição iniciada no nível de nicho encontra uma série de barreiras para ultrapassar a ‘membrana’ e atingir o nível dos regimes e/ou da paisagem.

Wiskerke e Ploeg, com a publicação do livro *Seeds of transition*, em 2004, chamam a atenção para um impressionante conjunto de novidades que vêm surgindo como resultado da criatividade dos agricultores. Os trabalhos de Stuver e Wiskerke (2004), (Brunori *et al.*, 2004), Remmers (2004), Adey (Adey *et al.*, 2004), Mango e Hebinck (2004) mostram novidades consolidadas, geradas pelos agricultores em ‘nichos estratégicos’ na Europa e na África; assim como Pretty (2002) a partir de casos de agricultores da Grã-Bretanha, do Quênia, da Índia, do Japão e da Austrália; ou Hocdé (Hocdé *et al.*, 2000) na América Latina. Em especial, no Brasil, Brandenburg (2005) identifica que os agricultores, cada vez mais combinam distintos conhecimentos e estão construindo novas relações com a natureza, retomando processos de gestão de recursos naturais, que podem ser considerados inovadores, criativos e potencialmente capazes de contribuir para uma “reconstrução do ambiente rural”, de modo a superar as consequências socioambientais negativas provocadas pela modernização da agricultura.

Pretty (2002) chama de “revolução silenciosa” as promessas que vêm surgindo a partir da reorientação da agricultura para atividades multifuncionais e para a criação de mercados justos que está sendo desenvolvida por “ela mesma”, percorrendo caminhos totalmente diferentes e em circunstâncias particulares, principalmente pela revitalização do conhecimento orientado pela comunidade e pela reconexão com a natureza. Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) afirma que essas novidades construídas pelos agricultores têm características que as tornam mais promissoras

que aquelas provenientes dos delineamentos construídos cientificamente, seguindo os regimes estabelecidos. Por outro lado, tais resultados permanecem como “novidades escondidas” porque o regime sociotécnico prevalente ainda não reconhece que tais novidades são a chave para efetivas inovações. Mais evidências empíricas precisam ser desocultadas, mais novidades precisam sair dos seus ‘esconderijos’, a excelência do nicho ainda está longe do reconhecimento

À transição tecnológica é indispensável a participação de novos atores, antes considerados insignificantes por estarem fora das instituições especializadas em pesquisa e desenvolvimento. Poel (2000) afirma que é absolutamente necessária a inclusão, nos processos de inovação, de pessoas que não estão envolvidas com o desenvolvimento técnico-científico e que não compartilham as regras que guiam o formato e o desenvolvimento da tecnologia. O autor considera que atores fracamente comprometidos com um regime dominante, muitas vezes, dão início a transições e mudanças significativas. Entretanto, a criação e gestão de nichos que venham a integrar tais atores são processos interativos de aprendizagem e adaptação institucional (Kemp *et al.*, 1998), cuja criação de condições para a emergência de redes capazes de mobilizar recursos adicionais (mesmo aqueles relacionados ao regime) para dentro de suas próprias organizações é fundamental (Moors *et al.*, 2004).

Produção ecológica de plantas medicinais: nichos potenciais

Nas seções anteriores, foram apresentados alguns conceitos e discutidos alguns elementos teóricos fundamentais da PMN e da produção de novidades no sentido de apresentar abordagens recentes, teoricamente robustas e potencialmente úteis como contribuição aos estudos sobre o desenvolvimento rural no que tange à inovação e às transições tecnológicas, assim como à compreensão das transformações contemporâneas pelas quais passa a agricultura, em especial a familiar. Assim, nesta seção, serão apresentados alguns aspectos que permitem identificar contornos de um ‘nicho de inovação’, a partir de casos de agricultores familiares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina relacionados à produção ecológica de plantas medicinais.

Embora seja possível utilizar as palavras ‘regime’ ou ‘nicho’ para fazer referência a um setor ou um subsetor de uma atividade (por exemplo, regime agrícola, o nicho da agricultura ecológica¹⁰), importante notar que um regime e/ou um nicho não constituem naturalmente uma unidade empírica de análise. Berkhout (Berkhout *et al.*, 2004) coloca que o conceito de regime sociotécnico pode ser utilizado para diferentes níveis de análise e útil para muitos casos empíricos, inclusive, considerando a coexistência de distintos regimes. Pode-se considerar que esse é o caso da agricultura, tendo em vista que se pode fazer referência ao ‘regime da

¹⁰ Importante não confundir com ‘nicho de mercado’, que é um entendimento mais restrito, referindo-se apenas a vantagens advindas da adoção de uma nova tecnologia distinta daquelas já estabelecidas. O desenvolvimento de nichos de mercado por si não contribui, necessariamente, para processos de transição de regimes sociotécnicos. Hoogma (Hoogma *et al.*, 2002) os consideram como anomalias naturais nos regimes em que prevalecem transações regulares do mercado entre produtores e usuários de uma nova tecnologia ou produto reconhecidos como potenciais.

agricultura convencional' ou a distintos 'regimes' dentro do setor econômico da agricultura. Ainda, podem ser identificados e relacionados a eles uma infinidade de nichos de inovação.

As plantas medicinais,¹¹ por estarem relacionadas a assuntos relativos à saúde, no senso comum, dificilmente estão relacionadas à noção de que são eminentemente produtos agrícolas, portanto, relacionadas às lógicas e dinâmicas da agricultura. Essa é uma atividade agrícola razoavelmente recente no Brasil e tem uma expressão econômica discreta se comparada aos grandes cultivos para exportação ou para produção de alimentos. Entretanto, sua importância é capital por envolver questões como a conservação da biodiversidade, sistemas de conhecimento tradicional e popular largamente difundidos entre a população e aspectos de soberania nacional no que se refere ao potencial uso farmacêutico¹² a ser explorado, isto para mencionar apenas alguns pontos.

De fato, há um acréscimo de consumo, em boa medida, reflexo da onda de novas demandas pelos chamados 'produtos naturais' no mundo todo. Isto desperta o interesse da produção em larga escala de uma diversidade de produtos de alto valor agregado como os medicamentos fitoterápicos, cosméticos, produtos de higiene pessoal e, mesmo, variados tipos de bebidas e alimentos. Grosso modo, a bioprospecção de materiais vegetais com princípios ativos interessantes para a indústria químico-farmacêutica ou de alimentos, ocorre dentro da lógica da incorporação de recursos da biodiversidade a um mercado globalizado de tendências oligopolistas. Sobretudo, pelas possibilidades abertas pelo uso de biotecnologias para a expansão do potencial de exploração de fauna e flora na área de novos produtos (Lustosa, 2003). Surgem novas cadeias produtivas longas e complexas, que acabam por exigir da atividade de produção primária de plantas medicinais uma 'escala industrial', balizada por padrões chamados de seguros do ponto de vista sanitário. Pode-se dizer que tal dinâmica é um processo de especialização do mercado, que, em muito, lembra processos anteriores ocorridos no setor da industrialização de alimentos.

Ou seja, os esforços acabam sendo despendidos no sentido de enquadrar uma 'nova' atividade agrícola ao regime sociotécnico preexistente, aqui entendido, genericamente, como o da agricultura convencional orientada pela externalização e cientifização.¹³ A ordem estabelecida ou pensamento dominante leva a compreender que o caminho a ser trilhado pelas possibilidades inovadoras ou novos nichos é aquele do produtivismo e da comoditização. Tão

¹¹ Normalmente, são chamadas de 'medicinais' espécies vegetais que contém um ou mais componentes fitoquímicos (princípios ativos) que são considerados terapêuticos quando utilizados por seres humanos ou animais, podem ter uso popular/tradicional consagrado e/ou evidências científicas de atividade biológica. É importante lembrar que tais plantas ou produtos delas derivados são, também, utilizados como insumos na produção agrícola para enriquecimento de fertilizantes, como fitoprotetores ou em saúde animal.

¹² O Estado brasileiro, aos poucos, está implementando políticas públicas específicas para o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos, com base na flora e na tecnologia nacional, prevendo distribuição aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS (Rodrigues e Santos, 2006). Fato que, inclusive, deverá fazer crescer ainda mais a demanda de matéria prima vegetal.

¹³ A externalização entendida como transferência de tarefas realizadas no processo de trabalho agrícola para organismos externos ao estabelecimento rural. A cientifização corresponde a contínua reorganização dos processos de trabalho e do desenvolvimento de acordo com os delineamentos elaborados pela ciência agrícola, normalmente, orientando as práticas para um aumento do consumo de insumos exógenos à unidade de produção (Ploeg, 1994).

logo uma alternativa de produto, processo ou qualquer coisa interessante surja a partir do local (ou dos agricultores) começam a surgir ideias e inovações associadas para transformá-la em padrões aceitáveis pelo mercado convencional. Isto inclui o estabelecimento de normas e regras, institucionalizações. A tendência ainda é pensar dentro do modelo estabelecido, tentando transformar o diferente em igual (Roep e Wiskerke, 2004).

Todavia, o processo de produção das plantas medicinais não tem contado com pacotes tecnológicos nos mesmos moldes daqueles desenvolvidos e difundidos para a produção agrícola convencional. Embora existam programas de pesquisa agrônômica dedicados ao segmento, de modo geral, os esforços têm sido descontínuos e há dificuldades de atender ao largo escopo das demandas por conhecimento na área, em especial quando se trata de espécies nativas. Ou seja, mesmo considerando que a lógica dominante seria a da uniformização tecnológica, do aumento da escala e do estabelecimento de mecanismos legais estritos quanto às exigências sanitárias e ambientais sob a chancela da ciência e/ou do Estado, os investimentos não foram suficientes para que isto ocorresse.

O setor produtivo mostra avanços e retrocessos, existem muitos conflitos de interesses entre os vários atores envolvidos, de modo que a atividade, como opção promissora no cenário agrícola, não se consolidou. Há dificuldades, inclusive, de quantificar com exatidão o mercado desses produtos, sendo que Graça (2004) afirma que é bastante difícil a rastreabilidade das plantas e produtos, dada a complexidade e a multiplicidade dos fluxos de agregação de valor. A problemática da pouca produção obtida a partir de cultivos ou do extrativismo sem nenhum tipo de controle ou plano de manejo é uma realidade. Scheffer e Corrêa Jr. (2004) ressaltam que é escassa a produção das espécies demandadas pelo mercado, principalmente das nativas. Os autores apontam que isto tem provocado flutuações na disponibilidade, qualidade e nos preços, além, de colocar em risco a manutenção da diversidade genética de muitas espécies.

Nesse cenário de muitas incertezas e contradições, alguns agricultores têm construído respostas criativas que podem ser entendidas como novidades, identificáveis como discrepantes em relação ao regime prevalente. Para o exercício exploratório aqui apresentado, servem como base empírica doze casos selecionados de famílias de agricultores que vêm produzindo plantas medicinais no sul do Brasil.¹⁴ A pesquisa a campo foi realizada durante o ano de 2007, quando as famílias foram visitadas e, lançando mão de métodos qualitativos, foram realizadas observações e entrevistas abertas de caráter etnográfico, acompanhadas de registro sistemático de imagens fotográficas.

De modo a identificar novidades, foram observadas práticas sociais e organizacionais dos atores, estabelecendo nexos entre distintos aspectos das relações sociais e os processos de trabalho associados à produção agrícola. Foi importante, também, tomar alguns aportes fornecidos pela 'Perspectiva Orientada pelo Ator'; que, como apontado em Long (2001), propõe entender a articulação, a gestão dos interesses dos atores e seus mundos de vida, sendo que esses últimos constituem o campo de capacidades, constrangimentos e sancionamentos mútuos pelos quais novas personificações da ação dos atores tomam forma.

¹⁴ A produção de plantas medicinais não está associada a regiões específicas, assim os estabelecimentos estão localizados em municípios localizados em diferentes regiões: Gramado, Santa Cruz do Sul, Piratini e Riozinho no Rio Grande do Sul; Chapecó, Águas Frias, Sul Brasil e Grão Pará em Santa Catarina.

A trajetória de cada família tem particularidades, os elementos que levam às tomadas de decisão e à implementação de mudanças são diferentes. No entanto, há pontos de compartilhamento que geram alguns alinhamentos entre expectativas e objetivos desses agricultores, como: a relação que fazem entre agricultura e saúde; a busca de satisfação pelo trabalho na agricultura; a afirmação de uma ‘consciência ecológica’ legitimada pelo seu próprio trabalho; compreensão de elementos da natureza como aliados no processo produtivo; o rechaço ao modelo de agricultura convencional e a busca por autonomia. Também parece bastante relevante a identificação de uma racionalidade que não objetiva a combinação de fatores exclusivamente orientada ao maior ganho financeiro – em geral, isto é considerado como uma consequência do trabalho, mas não como motivação propulsora. Esses aspectos têm reflexos nas escolhas produtivas, nas relações que estabelecem com o mercado, nas opções técnicas, no estabelecimento de redes de relações sociais e em suas projeções para o futuro.

Considerando algumas similaridades entre atividades desenvolvidas pelos agricultores, é possível explicitar uma caracterização geral: grupo 1, a atividade agrícola principal é a produção de plantas medicinais, destacando-se o manejo de grande diversidade de espécies vegetais; grupo 2, mulheres agricultoras que desenvolvem cultivo e manipulação das plantas com vistas a atender demandas comunitárias em cuidados primários à saúde – nesses casos a maior parte da renda é proveniente de outras atividades; grupo 3, famílias de agricultores que desenvolvem atividades diversificadas e começam a incluir a produção de plantas medicinais como mais uma fonte extra de renda; grupo 4, famílias que cultivavam plantas medicinais, mas passaram de agricultores a também intermediários na comercialização de plantas medicinais (Marques, 2009).

Sendo as novidades “desvios”, “discrepâncias” ou, ainda, “monstruosidades” (Ploeg *et al.*, 2004), a opção pelo cultivo de plantas medicinais já se evidencia como uma novidade, uma vez que se trata de uma atividade diferenciada, seja em relação às atividades convencionais da agricultura ou em relação às regiões onde estão inseridos os estabelecimentos observados. Para exemplificar: uma das famílias abandonou o cultivo de fumo, outra abandonou o sistema de produção de aves, ambas trabalhavam em sistemas integrados a grandes agroindústrias. Uma das famílias, que é assentada da reforma agrária, optou pelas plantas medicinais na região da campanha gaúcha, onde predomina a criação de gado de corte. Outras famílias, mesmo sem nunca haver cultivado espécies medicinais, estão aceitando o desafio de trabalhar com esses cultivos em substituição e/ou complementação às lavouras de milho, cana-de-açúcar ou a produção de leite.

Entretanto, não só a mudança de atividades tradicionais para outra pouco usual é uma novidade, a inovatividade se estende aos modos de fazer, de comercializar, de estabelecer relacionamentos com pesquisadores, com extensionistas, além de constituir formas diversas de construção dos conhecimentos que orientam suas práticas. Essa geração de um leque cada vez maior de novidades caracteriza situações de intensa e dinâmica aprendizagem, característica compatível com a emergência de um nicho de inovação.

As novidades desenvolvidas por essas famílias incluem distintas formas de manejo do solo, da vegetação espontânea e dos cultivos; desenvolvimento de métodos e equipamentos de secagem; inovação em embalagens; estabelecimento de parcerias locais para industrialização de produtos; introdução permanente de novas espécies e variedades vegetais; criação de canais alternativos de comercialização; além de um grande dinamismo no estabelecimento de contatos com outros atores, constituindo redes ampliadas de relações.

Cada novidade desenvolvida ou introduzida gera impactos e retroalimentações, combinando elementos ambientais, diversidade biológica, tecnologia, valores simbólicos, trabalho, organização, conhecimentos diversos (local e científico integradamente), valor econômico; e, fundamentalmente, gerando outras novidades inter-relacionadas. Estas coordenações entre várias novidades, surgidas umas a partir de outras, se está designando de 'teia de novidades' (Ploeg, 2008). A dinâmica da gênese das novidades emerge da evolução cotidiana das inúmeras práticas desenvolvidas pelos agricultores, assim como da mobilização de um conjunto de relações sociais que configuram o próprio processo de aquisição e geração de conhecimentos.

Essa 'reação consciente' ao regime, materializada nas várias novidades, é também resultado de engajamentos dos agricultores em ações políticas, que reivindicam mudanças ao nível macro (de paisagem sociotécnica), havendo inter-relações entre movimentos de mulheres e de trabalhadores sem terra, movimento ecologista e de consumidores urbanos; além de relações pragmáticas com a extensão rural oficial e não governamental, com mecanismos de políticas públicas (tanto para a agricultura como para a saúde), com universidades e instituições de pesquisa. Estas inter-relações evidenciam que, além dos agricultores, diferentes atores efetivam ações relacionadas às plantas medicinais em distintos domínios. Os domínios servem para identificar as áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central ou valores específicos. Apesar de não serem percebidos da mesma maneira por todos os envolvidos, são reconhecidos como um lugar de certas regras, normas e valores que implicam em grau de compromisso social (Long, 2001). Os nexos entre domínios, assim como seus eventuais imbricamentos, parecem estar criando ambientes diferenciados para a ação, nos quais a força e graus de engajamentos entre atores são variáveis, porém, ampliam as condições para a emergência de um nicho de inovação. Dito de outra maneira, há o estabelecimento de redes para fora do âmbito local e mobilidade de atores e da ação entre distintos domínios, fatos que ampliam fluxos de aprendizagens e constituem um elemento identificador de um nicho de inovação.

O nicho é um domínio discreto de aplicação onde atores trabalham com funcionalidades específicas (Hoogma *et al.*, 2002) e no qual os processos de aprendizagem são privilegiados (Kemp *et al.*, 1998), contudo, seu pleno desenvolvimento depende da existência de processos articulados de aprendizagem, do estabelecimento de redes sociais e da construção de alinhamentos entre expectativas e objetivos dos atores envolvidos (Wiskerke, 2003). No tocante à produção ecológica de plantas medicinais, a geração de um leque de novidades interligadas pode estar associada à emergência de um nicho de inovação, pois divergem do regime não só pelas características inovadoras de técnicas, produtos ou mercados, mas, sobretudo, pelos processos de aprendizagem e coalizões envolvidos.

Há aproximações entre atores de diferentes domínios, que podem contribuir para a conformação do nicho de inovação. No entanto, as redes ainda dependem fortemente de relações bilaterais ou apenas de disposições individuais esporádicas. Neste sentido, destaca-se que as dificuldades de alinhamento de expectativas entre distintos atores constituem uma das maiores vulnerabilidades para a construção de um nicho de inovação com espaço suficientemente protegido para estabelecer estratégias conjuntas para superação de gargalos específicos e/ou para pactuar novas institucionalidades capazes de fazer frente às barreiras e ingerências do regime sociotécnico dominante.

Considerações finais

Debruçar-se sobre questões do desenvolvimento rural, em especial quando se acrescenta a discussão da sustentabilidade, torna inevitável incorporar a questão da tecnologia para a agricultura, que está longe de se colocar como isolada (ou isolável). O debate sobre as possibilidades de transições tecnológicas, em especial quando se trata da agricultura familiar, se inter-relaciona com outras temáticas, como a construção de espaços de autonomia e resistência (Ploeg, 2008) ou mesmo com a construção de saídas para a insustentabilidade geral dos padrões de desenvolvimento, cujas externalidades já ultrapassam a barreira do suportável pelo planeta (Pretty, 2007). Neste sentido, a abordagem que esse artigo introduz traz um rico repertório de possibilidades teórico-analíticas para o estudo das transformações sociotécnicas para além de uma visão pontual e normativa da inovação.

A trajetória autoevidente do progresso técnico prometido pela modernização mostra evidências suficientes de que não proverá alternativas aos impasses econômicos, sociais e ambientais contemporâneos, de modo que um caminho promissor para vencer a tendência inercial do regime sociotécnico prevalente pode ser dar voz e vez às diversificadas expressões desviantes. Neste sentido, a criação de condições socioinstitucionais para uma dinâmica de inovação para a agricultura dependerá da incorporação de heterogeneidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais presentes nos espaços rurais e emergentes das relações entre distintos domínios da ação social.

É conveniente lembrar que a produção de novidades não depende necessariamente da consolidação de nichos, porém está, na maioria das vezes, em desacordo com o regime dominante, por isto mesmo não são facilmente integradas (Ploeg *et al.*, 2004). Assim, a estabilização de novidades é, sobretudo, um processo de transição que parte da periferia do regime, ou seja, será tanto mais efetiva quanto os atores envolvidos forem capazes de legitimar aprendizagens múltiplas pela construção de consensos e compromissos, processos por excelência facilitados pela gestão de nichos de inovação. Ainda que a fixidez institucional pareça sobrepor a agência nas potenciais transições para um novo regime, é importante ter em mente que atores não são seguidores passivos de normas, nem estão fixos em uma estrutura social imutável. Esta situação coloca o regime em um estado de 'equilíbrio precário', pois recebe pressões vindas do nível de paisagem, ao mesmo tempo em que enfrenta desalinhamentos internos. Tais aspectos concedem maior relevância aos nichos de inovação, pois deles poderão surgir pressões e novidades radicalmente inovadoras.

Referências

- ADEY, S.; KOTZE, D. C.; RIJKENBERG, F. H. J. Small scale farming in Kwazulu-Natal: experiences from 'promising pockets'. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of Transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 203-224.
- BAIARDI, A. Modernização agrícola e o mecanismo de autocontrole em Ruy Miller Paiva. *Agricultura em São Paulo*, v. 43, n. 3, p. 51-69, 1996.
- BERKHOUT, F.; SMITH, A.; STIRLING, A. Socio-technological regimes and transitions contexts. In: ELZEN, B. G.; GEELS, F. W.; GREEN, K. (Ed.). *System innovation and the transition to sustainability: theory, evidence and policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004, p. 48-75.

- BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 51-64, 2005.
- BRUNORI, G.; GALLI, M.; ROSSI, A. Competing Wine Routes in Tuscany. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 319-340.
- GEELS, F. W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspectives and a case-study. *Research Policy*, n. 31, p. 1257-1274, 2002.
- _____. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems. Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. *Research Policy*, Amsterdam, n. 33, p. 897-920, 2004a.
- _____. Understanding system innovations: a critical literature review and a conceptual synthesis. In: ELZEN, B.; GEELS, F. W.; GREEN, K. *System innovation and the transition to sustainability: theory, evidence and policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004b, p. 19-47.
- _____. The dynamics of transitions in socio-technical systems: a multi-level analysis of the transition pathway from horse-drawn carriages to automobiles (1869-1930). *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 17, n. 4, p. 445-476, 2005.
- GEELS, F. W.; SCHOT, J. Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, n. 36, p. 399-417, 2007.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GONZÁLEZ SANTIAGO, M. V. El proceso de generación y apropiación de las innovaciones tecnológicas por parte de los campesinos. In: MATA GARCÍA, B. (Org.). *Desarrollo tecnológico participativo para una agricultura sustentable*. Chapingo: Universidad Autónoma de Chapingo-Rockefeller Foundation, 2003, p. 105-132.
- GRAÇA, L. R. Complexo agroindustrial de plantas medicinais, condimentares e aromáticas do estado do Paraná: diagnóstico e perspectivas: notas introdutórias. In: CORRÊA Jr., C.; GRAÇA, L. R.; SCHEFFER, M. C. *Complexo agroindustrial das plantas medicinais, aromáticas e condimentares no estado do Paraná: diagnóstico e perspectivas*. Curitiba: Sociedade Paranaense de Plantas Medicinais/ Emater-PR/Embrapa-Florestas, 2004, p. 6-8.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. Uma teoria de mudança técnica e institucional. In: EMBRAPA. *Desenvolvimento agrícola*. Brasília: Embrapa, 1978, p. 39-136.
- HEBINCK, P. Maize and Socio-Technical Regimes. In: HEBINCK, P.; VERSCHOOR, G. (Ed.). *Resonances and dissonances in development*. Assen: Van Gorcum, 2001, p. 119-138.
- HOCDE, H.; VASQUEZ, J. I.; HOLT, E.; BRAUN, A. R. Towards a social movement of farmer innovation: Campesino a Campesino. *LEISA Magazine*, v. 6, n. 2, p. 26-27, 2000.
- HOOGMA, R.; KEMP, R. SCHOT, J.; TRUFFER, B. *Experimenting for sustainable transport*. The approach of strategic niche management. London: Spon Press, 2002.
- KEMP, R. *Governance of environment-enhancing technical change – past experiences and suggestions for improvement*. Merit Research Memorandum, 2000. Disponível em: <<http://edata.ub.unimaas.nl/www-docs/loader/file.asp?id=185>>. Acesso em: 8 mar. 2007.
- KEMP, R.; SCHOT, J.; HOOGMA, R. Regime shifts to sustainability through processes of niche formation: the approach of strategic niche management. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 10, n. 2, p. 175-196, 1998.

- LAW, J. *Power, action and belief, a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986.
- LONG, N. *Development sociology – actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LUSTOSA, M. C. J. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. da. *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 155-172.
- MANGO, N.; HEBINCK, P. Cultural repertoires and socio-technological regimes: maize in Luoland. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 285-318.
- MARKARD, J.; TRUFFER, B. Technological innovation systems and the multi-level perspective: towards an integrated framework. *Research Policy*, n. 37, p. 596-615, 2008.
- MARQUES, F. C. Agrobiodiversidade e criatividade: contra a tendência, produzindo plantas medicinais no Sul do Brasil. In: SIMON FERNÁNDEZ, X.; COPENA RODRÍGUEZ, D. *Construindo um rural agroecológico*. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de Publicacións, 2009, p. 239-255. (Colección Congresos, n. 62)
- MOORS, E.; RIP, A.; WISKERKE, J. The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 31-56.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: Belknap Press, 1982.
- PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. *Pesquisa e Planejamento*, v. 1, n. 2, 1971.
- PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; Long, A. *Born from within*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.
- _____. *The virtual farmer*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- _____. *The new peasantries*. Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Earthscan, 2008.
- PLOEG, J. D. van der *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 1-30.
- POEL, I. van der. On the role of outsiders in technical development. *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 12, n. 3, p. 383-398, 2000.
- PRETTY, J. *Agri-Culture: reconnecting people, land and nature*. London: Earthscan, 2002.
- _____. Sustainable agriculture and food systems. In: PRETTY, J. *et al.* *The Sage handbook of environment and society*. London: Sage Publications, 2007, p. 457-470.
- REMMERS, G. G. A. On serendipity, rural development and innovations: the birth of new cheeses in an old mountain environment in rural Spain. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 265-284.
- RODRIGUES, A. G.; SANTOS, M. G. dos. *Plantas medicinais e fitoterapia no SUS: a política do Ministério da Saúde*. Disponível em: <<http://www.ibpm.org.br>>. Acesso em: 24 fev. 2006.
- ROEP, D.; WISKERKE, J. Reflecting on novelty production and niche management. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 341-356.

- ROMEIRO, A. R. Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica à abordagem neo-clássica. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 41, p. 43-55, 1990.
- ROTMANS, J.; KEMP, R. *Managing societal transitions: dilemmas and uncertainties*. The Dutch energy case-study. Paris: OECD, 2003. (OECD Workshop on the Benefits of Climate Policy: improving information for policy makers).
- ROTMANS, J.; KEMP, R.; ASSELT, M. van. More evolution than revolution: transition management in public policy. *The Journal of Futures Studies, Strategic Thinking and Policy*, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2001.
- SALLES FILHO, S. L. M. O processo inovativo na agricultura: uma proposta de interpretação. In: SEMINÁRIO MUDANÇA TÉCNICA E REESTRUTURAÇÃO AGROINDUSTRIAL, 1, Campinas, 1990 (mimeo.).
- SALLES FILHO, S. L. M.; SILVEIRA, J. M. F. J. da. A teoria da inovação induzida e os modelos de “demand pull”: uma crítica com base no enfoque neoschumpeteriano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 28, Florianópolis. *Anais*. Brasília: Sober, 1990, p. 41-60.
- SCHEFFER M. C.; CORRÊA Jr., C. Complexidade das plantas medicinais, aromáticas e condimentares: enfoque agrônômico. In: CORRÊA Jr., C.; GRAÇA, L. R.; SCHEFFER, M. C. *Complexo agroindustrial das plantas medicinais, aromáticas e condimentares no estado do Paraná: diagnóstico e perspectivas*. Curitiba: Sociedade Paranaense de Plantas Mediciniais/Emater-PR/Embrapa-Florestas, 2004, p. 9-23.
- SHIKIDA, P. F. A.; ORTIZ LOPEZ, A. A. A questão da mudança tecnológica e o enfoque neo-clássico. *Teoria e evidência econômica*, v. 5, n. 9, p. 81-92, 1997.
- STUIVER, M. *Regime change and storylines*. A sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming. Wageningen: Wageningen University, 2008.
- STUIVER, M.; WISKERKE, J. The VEL and VANLA environmental co-operatives as a niche for sustainable development. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 119-148.
- VEIGA, J. E. Fundamentos do agro-reformismo. In: STEDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p. 68-93.
- WISKERKE, J. S. C. On promising and constraining sociotechnical regimes: the case of Dutch wheat and bread. *Environment and Planning A*, v. 35, p. 429-448, 2003.
- WISKERKE, J.; PLOEG, J. D. van der. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004.

Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar¹

Miguel Angelo Perondi

Sergio Schneider

Introdução

A agricultura familiar da região sudoeste do Paraná vem sendo submetida a um processo de mercantilização da vida social e econômica que provoca sua diversificação. Este processo de mercantilização é desuniforme, gradual, heterogêneo e resulta numa complexa agricultura que utiliza numerosos elementos que, eventualmente, podem se transformar ou não em produtos mercantilizados (Ploeg, 1993).

Neste caso, portanto, a “mercantilização” possui um sentido amplo, sendo a “modernização” apenas uma de suas dimensões que impactam o sistema produtivo. Assim, a mesma mercantilização que provoca a adoção tecnológica e a especialização da produção, também pode proporcionar maior autonomia e menor dependência de determinadas relações de produção com o mercado.

Todavia, mesmo sendo palco de significativas transformações, a região segue privilegiando a produção de *commodities* agrícolas, uma estratégia de desenvolvimento que fragiliza e asfixia as próprias iniciativas de desenvolvimento endógeno. Sendo que a produção de *commodities* agrícolas acaba por fortalecer e recriar as condições do desenvolvimento exógeno, um modelo que articula o rural submetido à dinâmica urbana industrial e de serviços (Lowe *et al.*, 1995).

Entretanto, esta pesquisa evidencia uma abordagem de desenvolvimento que procura ampliar a participação dos grupos sociais nas atividades econômicas e no desenvolvimento, tendo como força dinâmica as iniciativas locais e permitindo que as áreas rurais participem dos outros setores econômicos.

Ellis (2000) acredita que o desenvolvimento endógeno se explica pela própria capacidade de diversificação dos meios de vida. A criação de diversidade em processos sociais e econômicos se reflete em fatores que pressionam e oportunizam à família a adaptação e diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região.

Mas a dependência na produção de *commodities* agrícolas pode reduzir a capacidade de diversificação da agricultura familiar? Para responder esta pergunta, procurar-se-á identificar a composição da renda dos agricultores familiares de um município e caracterizar sua capacidade de diversificação agrícola e intersetorial.

¹ Capítulo baseado na tese de doutorado do autor, defendido em fevereiro de 2007, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo retrata parte do trabalho de Perondi (2007) que pesquisou 100 famílias rurais do município de Itapejara d'Oeste no ano de 2005. Uma pesquisa de caráter qualitativo que buscou aclarar alguns aspectos da questão investigada com dados quantitativos (Godoy, 1995). Uma entrevista cuja a unidade de análise foi a *família*, sendo justamente o espaço doméstico o foco de captura das estratégias de meios de vida que os agricultores estabelecem para garantir a reprodução social (Ellis, 2000).

A Figura 1, a seguir, sintetiza o organograma desenvolvido pelo projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul” (Schneider e Anjos, 2003), modificado por Schneider (2006) e que possibilitou tipificar a renda das famílias rurais pesquisadas.

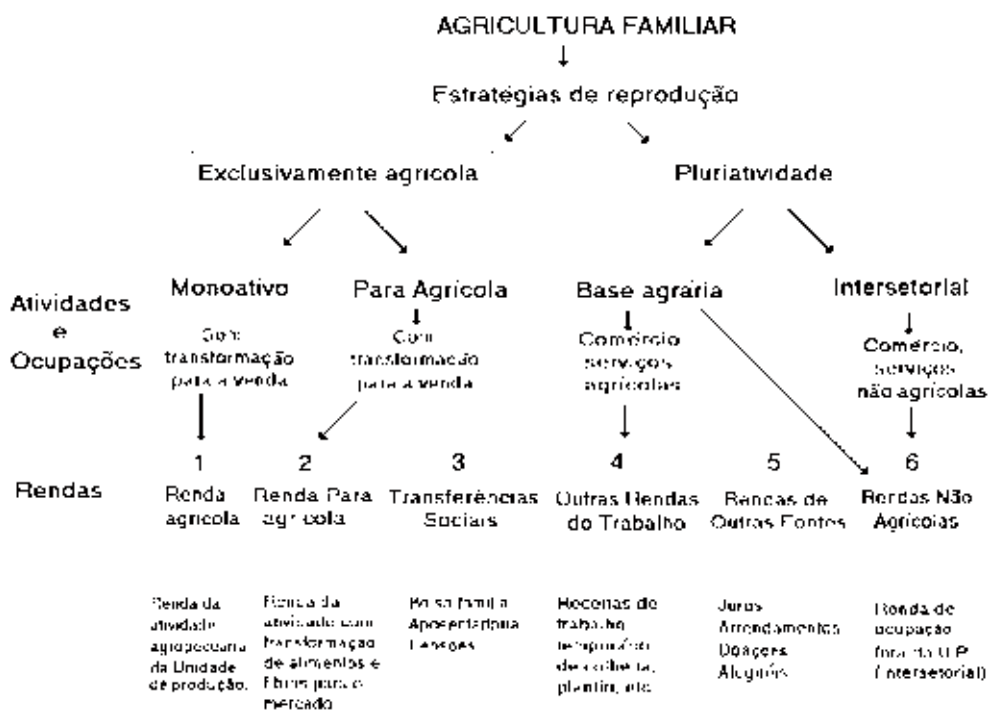


Figura 1: Organograma de tipificação das rendas

Fonte: Versão modificada de Schneider e Anjos (2003) e Schneider (2006).

A partir desta tipologia de rendas Perondi (2007) formou um banco de dados com questões que caracterizam a renda da família rural. Salienta-se que os estudos recentes que utilizaram o banco de dados do Gepad/PGDR,² como Conterato (2004), Gazolla (2004) e

² Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Radomsky (2006), além de outras dissertações e teses em andamento, têm demonstrado que seu arranjo permite estabelecer algumas conclusões sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares em ambientes mercantilizados, inclusive permite analisar de forma diferenciada os agricultores monoativos dos pluriativos.

Diversificação rural

Para Ploeg (1993) a mercantilização não pode ser conceituada em termos de um padrão unilinear de desenvolvimento, uma força homogeneizadora, ao contrário, seu efeito é a causa de maior diversidade pois sempre haverá unidades ou parte de processos não mercantilizados em sociedades de maior ou menor desenvolvimento.

Por isso, a premissa de desenvolvimento endógeno de Ploeg se fundamenta no ambiente de relações estabelecidas na unidade de produção “camponesa”: “o modo de produção camponês é a pequena produção mercantil (PPM) quando o resultado da produção é comercializado, entretanto, a força de trabalho e os outros recursos cruciais não entram no processo de trabalho como mercadoria pois são valores-de-uso com diferentes biografias” (Ploeg, 2006, p. 18).

Para Ploeg (2006) o processo de produzir no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que não são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção.

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base no processo do trabalho. Assim o crescimento da produção ocorre na forma de uma intensificação do trabalho por área útil e do capital por unidade de área, isto porque, via de regra, sua base de recursos (terra) é limitada (Ploeg, 2006).

Entretanto, no modo “empresarial” de produção agrícola, as atividades de reprodução são crescentemente externalizadas para as agências de fora, ou seja: “O modo de produção empresarial é a produção simples de mercantil (PSM), que com exceção do trabalho, mercantiliza todos os demais recursos materiais e sociais no processo do trabalho” (Ploeg, 2006, p. 19).

Observe neste conceito que a unidade orgânica entre produção e reprodução é substituída por uma complexa rede de relações mercantis e de prescrições técnicas, onde a estratégia de reprodução dos fatores produtivos é que define a estratégia de diversificação, incorporando maior ou menor externalidade, dependendo da sua capacidade de “criação de valor agregado e de empregos produtivos” (Ploeg, 2006, p. 26).

Entretanto, segundo Ellis (2000), a diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, e que também oportunizam, às famílias, a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural.

Por isso, Ellis (1998) salienta que a diversificação da renda não é sinônimo de diversificação do meio de vida. A primeira se refere às diversas entradas monetárias que podem ser observadas num instante qualquer, mas a diversificação de meios de vida inclui a variável do

tempo, isto é, necessita que haja uma observação de uma crescente disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo.

Como também chama a atenção para a unidade familiar como uma unidade de múltiplos propósitos, pois os seus membros são na verdade indivíduos dotados de identidade, e o meio de vida da família depende de um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, gênero, poder e propriedade.

O reconhecimento da importância do processo de diversificação, segundo Ellis (1998), é decorrente de um interesse particular em explicar a relação entre as atividades agrícolas e não agrícolas rurais. Esta questão surge quando se observa que o desenvolvimento agrícola estimula as atividades não agrícolas no meio rural dos países desenvolvidos, e cresce de tal forma, que os recursos decorrentes desta nova atividade iniciam por induzir novas transformações na agricultura, levando o crescimento das atividades não agrícolas se tornar agente das mudanças agrícolas.

Portanto, ao que parece, existe uma diferença de foco entre Ploeg e Ellis. Enquanto o primeiro está preocupado com o processo que ocorre dentro da porteira (diversificação agrícola), o segundo procura explicar a capacidade de diversificação e seus efeitos socioeconômicos numa forma mais ampla e além da unidade de produção.

Diversificação da unidade de produção

Para estudar o processo de mercantilização, inicialmente foram comparados o consumo intermediário com o capital disponível e financiamento. O primeiro relacionado à externalidade da produção, o segundo como um indicador dos investimentos em tecnologia de produção (cientificação) e, o último, indicando a dependência financeira externa (monetarização) para a realização do custeio e investimento.

Segundo a Tabela 1, todos os estabelecimentos se encontram inseridos em algum circuito mercantil. Entretanto, um grupo de famílias (58% do total) consome 17,5% do total, ocupa 21% da área útil, possui menos de 16% do patrimônio e financia menos de 12% do montante total. E outro grupo de famílias (42%) consome mais de 82% do total, ocupa mais de 79% da área útil, possui mais de 84% do patrimônio e são responsáveis por mais de 88% do montante total financiado.

Neste panorama, pode-se perceber o que Ploeg (1993) caracterizou como diferentes graus de mercantilização entre agricultores vizinhos.

TABELA 1

Consumo intermediário (CI), superfície agrícola útil (SAU), capital disponível (CD)³ e financiamento (F) segundo os estratos de consumo intermediário da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Estratos CI total/ano (mil R\$)	Nº	%	CI total/ano (mil R\$)	%	SAU (ha)	%	CD (mil R\$)	CD/SAU (R\$/ha)	Financ. total/ano (mil R\$)	F/SAU (R\$/ha)
0,01 a 5	16	16	44,99	1	77,7	3	125,35	1.613,70	25,47	327,88
5,01 a 10	16	32	112,89	4	137,7	5	381,99	2.773,88	66,38	482,03
10,01 a 20	26	58	383,67	12	305,7	12	1.022,44	3.344,36	207,33	678,15
20,01 a 50	24	82	766,88	25	608,8	24	2.657,43	4.364,74	451,20	741,08
> 50,01	18	100	1.795,23	58	1.394,4	56	5.534,17	3.968,83	1.789,30	1.283,19
Total	100	-	3.103,66	100	2.524,36	100	9.721,37	3.851,03	2.539,67	1.006,07

Fonte: Perondi (2007).

Mas, apesar dessa diferença, quando se calcula a renda agrícola média dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, percebe-se que percebem o valor equivalente a 0,7 salário mínimo por mês por trabalhador familiar.⁴ Então, pergunta-se: Como podem os agricultores familiares obter uma renda média menor que um salário mínimo?

O início da resposta pode ser obtida ao estudar a Figura 2 a seguir, uma imagem da distribuição do valor bruto de produção (VBP) das atividades agrícolas da região e que revela que 87% do valor é oriundo da produção intensiva de animais de pequeno (aves) e médio porte (suínos), ovos e leite e da produção de grãos. Predomina, portanto, a produção de *commodities* agrícolas que demandam mais trabalho na pecuária do que na produção vegetal. Entretanto, ambas são tomadoras de preço e de baixo valor agregado.⁵

³ O capital disponível é a soma do patrimônio em máquinas e equipamentos da unidade de produção.

⁴ Na verdade, ao invés desses agricultores perceberem somente 0,76 salários mínimos/mês, ver-se-á que a renda total é de 1,98 salários mínimos/mês (R\$ 5.709,07/ano). Sendo que em anos de safra normal, a remuneração média fica em torno de 2,32 salários mínimos/mês/trabalhador da família.

⁵ Atividades agrícolas de maior valor agregado respondem por somente 6% VBP (frutas e hortaliças).

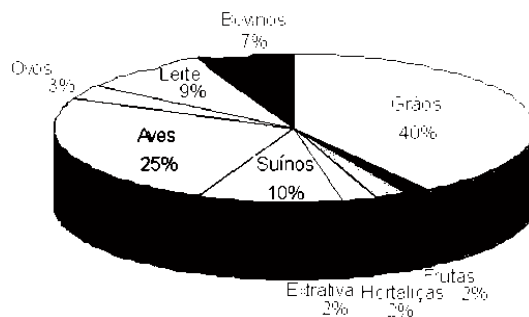


Figura 2: Distribuição do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Sudoeste em 2001
Fonte: Ipardes (2004).

Outra explicação pode ser obtida no estudo da Figura 3, a seguir, uma imagem da proporção da renda agrícola em relação ao consumo intermediário.

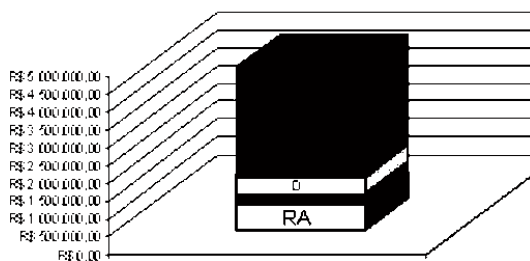


Figura 3: Proporção da renda agrícola total (RA), consumo intermediário (CI), depreciação (D) e divisor do valor agregado (DVA) da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005
Fonte: Perondi (2007).

Observe na Figura 3 que a renda agrícola representou apenas 16% do produto bruto dos agricultores familiares enquanto que o consumo intermediário significou 68%. A predominância de um sistema de produção de elevada externalidade dos fatores de produção denota a maior importância da produção de *commodities* agrícolas nos sistemas de produção dos agricultores familiares da região, atividades que, segundo Ploeg (2006), transferem o valor agregado para as agências externas.

Também se observa na Figura 3 que a proporção da depreciação em relação ao consumo intermediário é muito pequena, o que denota a predominância do uso de máquinas e equipamentos que já ultrapassaram sua vida útil, encarecendo os gastos com manutenção (elevando o CI). Por outro lado, esta pode ter sido uma característica que resulta do uso compartilhado de máquinas e equipamentos entre os agricultores familiares. Estratégias estas que colaboram para otimizar um determinado capital disponível e, por consequência, reduzir o montante que seria imobilizado em depreciação.

Por fim, salienta-se que, nesse ano, as restituições de seguro agrícola reduziram o valor da distribuição do valor agregado, o que denota a contribuição do governo para amenizar o peso do endividamento. Isto colabora com a constatação de que esta agricultura depende do sistema de crédito para fazer funcionar o seu sistema de produção, como também depende do arrendamento para mobilizar uma quantia de terra suficiente à capacidade de trabalho da família. Sendo justamente a maior necessidade de insumos (elevando o CI) que eleva a demanda por financiamento (maior DVA).

Entretanto, nem todos os sistemas de produção possuem a mesma característica de dependência, e essa absorção de trabalho é maior na medida em que se afasta do sistema de produção vegetal. A Figura 4, a seguir, permite tal visualização, quando compara a proporção do valor agregado bruto acrescido sobre o consumo intermediário na medida em que se transforma a produção vegetal em animal e em alimentos transformados. A Figura 4 mostra que o gasto em insumos e serviços é 70% do produto bruto da produção vegetal, 50% da produção animal e menos de 8% da produção transformada.

É importante salientar que o valor agregado bruto do sistema de produção vegetal foi menor em alguma razão decorrente da estiagem, como também considerar que 4% do produto da produção vegetal foi consumido na propriedade, em vez de ter sido vendido (o que elevaria o VAB). Portanto, o sistema de produção vegetal subsidia o sistema de produção animal que, por sua vez, também subsidia o sistema de transformação.

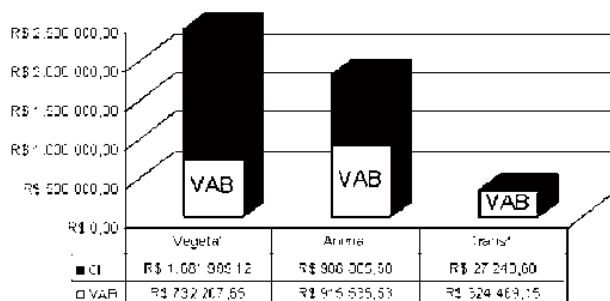


Figura 4: Proporção do valor agregado bruto (VAB) e o consumo intermediário (CI) entre os sistemas de cultivo, criações e de transformações da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Fonte: Perondi (2007).

Mas a questão mais importante da Figura 4 refere-se à oportunidade de perceber que o sistema de produção vegetal é o que mais depende do mercado e, na medida em que se avança a análise sobre os outros sistemas de produção, maior é o acréscimo de autonomia na reprodução dos fatores.

Assim, ao que parece, os graus de mercantilização que caracterizam os diferentes agricultores em Ploeg (1993) poderiam, de acordo com a proposta interpretativa da mercantilização de Ploeg (2006), também diferenciar os sistemas de produção num mesmo estabelecimento.

De certa forma isto explica porque alguns diagnósticos como Reis (Reis *et al.*, 2001a e 2001b) sobre os produtores de café e leite no sul de Minas Gerais descrevem situações econômicas e estilos gerenciais completamente diferentes sobre o mesmo produtor. Assim, um cafeicultor pode ser tido como eficiente e, ao mesmo tempo, sob o viés da atividade leiteira, ser tido como ineficiente. O mesmo pode se dizer dos produtores de soja e leite na região sudoeste do Paraná.

Mas para continuar realizando inferências sobre o processo de mercantilização, é preciso se libertar do restrito universo da produção agrícola, que explica somente parte do processo de diversificação. Portanto, procurar-se-á, a seguir, compreender as estratégias intersetoriais de diversificação da família.

Diversificação da renda familiar

Quando se caracteriza a força de trabalho da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste, observou-se que 15% do tempo da UTH era empregado fora da unidade de produção. Portanto, para explicar as estratégias dos meios de vida destes agricultores, parece ser importante que se passe a considerar também as informações que extrapolam a porteira da unidade de produção.

Entretanto, nem todas as rendas podem ser capturadas com o estudo da ocupação porque nem toda ocupação resulta numa renda efetiva, e nem toda a renda resulta de um trabalho efetivo. A composição da renda familiar, além de refletir os resultados da ocupação, explica também, os rendimentos obtidos pela aposentadoria, pensão, juros, arrendamentos, doações e aluguéis. Aposentadoria, via de regra, não poderia nem ser considerada uma renda. Entretanto, explica um determinado meio de vida no meio rural.

Conforme foi inicialmente apresentado na Figura 1, a renda total resulta do produto de 5 diferentes tipos de rendas: renda agrícola, transferências sociais, rendas de outras fontes, outras rendas do trabalho e rendas de atividades não agrícolas. Assim, foi possível classificar a renda dos agricultores pesquisados como na Figura 5.

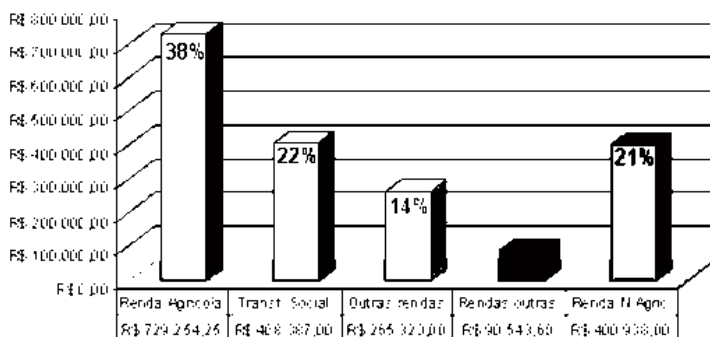


Figura 5 – Composição da renda total da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Fonte: Perondi (2007).

Segundo a Figura 5, a renda agrícola representou 38% da total, as transferências sociais significam 22%, outras rendas do trabalho (como a pluriatividade de base agrária) representou 14%, rendas de outras fontes (como juros e arrendamentos) 5% e as rendas não agrícolas (como a pluriatividade intersetorial) representam 21% da renda total.

Neste aspecto, a renda agrícola foi inferior ao somatório das rendas externas à unidade de produção e inferior a pluriatividade (35%). Por outro lado, deve-se lembrar que parte da renda agrícola foi comprometida com a estiagem da safra 2004/2005.⁶ Mas, por outro lado, mesmo que a produtividade das culturas de verão tivesse sido a mesma da média histórica estadual,⁷ a renda agrícola de Itapejara d'Oeste teria alcançado somente 48% da renda total. Um valor que ainda não supera o montante obtido das rendas externas.

Assim, observando-se que a renda agrícola representa apenas 1/3 do total do retorno das outras atividades, a Figura 5 acaba por representar os portfólios de atividades de Ellis (2000), uma metáfora que caracteriza o processo de diversificação dos meios de vida.

Diversificação agrícola e não agrícola

Para compreender o processo de diversificação da agricultura familiar é preciso diferenciar o sistema de produção da agricultura familiar de Itapejara d'Oeste segundo alguns critérios de produtividade (coeficientes técnicos⁸) e finalidade da produção.⁹

E, segundo a Tabela 2, a seguir, 43% dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste se caracterizam como especialistas numa única atividade agrícola, e outros 51% caracterizam-se como diversificados em mais de uma atividade agrícola.

Observa-se que a diversificação ocorre fora da unidade de produção rural (diversificação intersetorial) e, para tanto, parece imperativo pensar numa forma de associar o ingresso interno e externo, como na Tabela 2 a seguir.

⁶ A estiagem na safra de verão de 1995 reduziu a renda dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste em R\$ 3.225.882,00 (perda de 14%). Entretanto, não houvesse o seguro agrícola para os custos da soja a perda teria sido de R\$ 5.074.001,80, ou seja, o governo federal subsidiou a renda total destes agricultores em R\$ 1.848.119,80, um subsídio de R\$ 1.848,12/família.

⁷ A produtividade média entre 1998 e 2005 no Paraná foi de 2.700 kg/ha para o soja e de 4.725 kg/ha para o milho (Paraná, 2006).

⁸ O coeficiente técnico foi construído obedecendo ao critério de refletir 2/3 da média geral.

⁹ Seis famílias não atenderam ao critério mínimo de produtividade, sendo classificadas como subsistentes ou residentes a medida que apresentavam alguma produção.

TABELA 2

Sistemas de produção da agricultura familiar segundo a diversidade da renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre set./2004 e ago./2005

	Nº	Sistemas de produção	Renda Total	
			Diversificada ¹⁰	Especializada
E S P.	25	Agricultor familiar especializado em grãos	18	7
	10	Agricultor familiar especializado em leite	7	3
	1	Agricultor familiar especializado em suínos	0	1
	1	Agricultor familiar especializado em gado de corte	0	1
	6	Agricultor familiar especializado em aves	5	1
D I V.	51	Agricultor familiar diversificado em mais de uma atividade agrícola: 3(Av+Gr); 1(Av+Gr+Tr); 1(Av+Le); 3(Av+Le+Gr); 1(Av+Le+Gr+Tr); 1(Av+Tr); 1(Co+Gr); 1(Co+Gr+Tr); 3(Su+Gr); 1(Su+Gr+Psi) 1(Su+Gr+Tr); 7(Gr+Tr); 21(Le+Gr); 1(Le+Tr); 1(Le+Gr+Su); 3(Le+Gr+Tr) e 1(Ho+Tr).	32	19
	5	Agricultor familiar que produz para a subsistência	5	0
	1	Residência rural	1	0
	100	←... Total... →	68	32

Fonte: Perondi (2007).

Uma síntese da distribuição dos agricultores familiares, segundo a estratégia de diversificação, pode ser visualizada na Figura 6, a seguir, que une as diferentes formas de diversificação da renda agrícola e total em composições que podem coincidir com as duas formas de diversificação num quadrante, excluir alguma delas em outro, ou excluir as duas formas de diversificação em outro.

	Diversificação da RA	Especialização em RA
Diversificação da RT	32%	36%
Especialização da RT	19%	13%

Figura 6 – Distribuição dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste em relação a diversificação da renda agrícola e total em 2005

Fonte: Perondi (2007).

¹⁰ Critério igual a $(RT-RA) > 17\%$ do Produto Bruto, sendo este valor igual a $2/3$ da média total.

Segundo a Figura 6, metade das famílias diversificaram a renda agrícola, sendo que 32% também diversificaram a renda total. Por outro lado, observa-se que a outra metade das famílias não diversificaram a renda agrícola. Mesmo que 36% delas diversifiquem a renda total,¹¹ 13% se mantiveram especializadas em apenas um produto agrícola.

As consequências destas estratégias de diversificação podem ser verificadas na Tabela 3 que relaciona as estratégias de diversificação com a renda agrícola e total. O grupo de famílias que diversificou tanto a renda agrícola como a total (diversificação agrícola e intersetorial) apresentou a renda agrícola e a renda total média uma vez e meia superior às médias totais. Apesar desse grupo representar 32% do total das famílias entrevistadas, os casos de renda agrícola e renda total negativa estiveram abaixo da proporção média.

TABELA 3
Estratégias de diversificação agrícola e intersetorial segundo a renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Grupos de Famílias	Nº	RA média (R\$/fam.)		RT média ¹² (R\$/fam.)		RA < 0 (nº)	%	RT < 0 (nº)	%
Diver. RT e RA	32	10.971,40	1,5	28.302,27	1,5	8	25	4	12
Div. RA	19	12.588,17	1,7	18.761,72	1,0	7	37	7	37
Diver. RT	36	3.090,89	0,4	16.394,53	0,9	13	36	3	8
RA espec.	13	1.937,25	0,3	2.182,83	0,1	5	38	5	38
Total	100	7.267,16	1,0	18.807,25	1,0	33	33	19	19

Fonte: Perondi (2007).

O grupo de famílias que diversificou somente a renda agrícola (diversificação) apresentou a renda agrícola média 1,73 vezes superior a renda agrícola total média, mas uma renda total média igual a média total. Esse grupo apresentou o dobro do percentual de famílias com renda agrícola e renda total negativa que o seu percentual de frequência e não conseguiu recuperar nenhum dos casos de renda agrícola negativa porque não contava com nenhum outro tipo de renda que não fosse agrícola. Salientando-se que tanto o número de casos com renda agrícola negativa como de renda total negativa ficaram acima da proporcionalidade média.

O grupo de famílias que diversificou somente a renda total (diversificação intersetorial) apresentou uma renda agrícola média com a metade do valor da renda agrícola total média e uma renda total média mediana, apesar de este grupo ter sido um dos que apresentou um

¹¹ Interessante observar que todos os casos de subsistência e residência rural apresentam uma estratégia de diversificação da renda total.

¹² A RT teve um valor maior que a RA em todos os grupos, porque foi considerada a renda externa nos grupos em que o montante externo é menor que 17% do PB da família.

elevado número de casos com renda agrícola negativa, tornando-se o grupo com a menor frequência de renda total negativa. Um fenômeno que somente foi possível porque o grupo podia contar com outras rendas além da agrícola.

Por fim, o grupo de famílias que somente contou com uma renda agrícola (especialização) apresentou uma renda agrícola média de somente 1/4 da renda agrícola total média e uma renda total média 1/8 da renda total média. Este grupo apresentou o maior percentual de famílias com renda agrícola negativa e não conseguiu se recuperar em nenhum dos casos.

Mas qual variável poderia diferenciar a análise desse processo de diversificação? Dentre as possíveis alternativas, optou-se por destacar os sistemas de produção que se diversificam via ao menos uma estratégia de agregação de valor.

TABELA 4

Diversificação agrícola com transformação (RA ind.rural) e commodities (RA comm.) segundo a renda agrícola e total em Itapejara d'Oeste entre setembro de 2004 e agosto de 2005

Grupos com Div.	N.º	RA média (R\$/fam.)		RT média (R\$/fam.)		RA < 0 (nº)	%	RT < 0 (nº)	%
RT + RA ind.rural	11	22.839,69	2,2	41.593,87	2,3	1	9	0	0
RA ind.rural	06	23.200,40	2,3	30.383,73	1,7	2	33	2	33
RT + RA comm.	21	1.403,51	0,1	5.659,51	0,3	7	33	4	19
RA commodity	13	7.690,22	0,7	12.351,76	0,7	5	38	5	38
Total	51	10.193,83	1,0	18.024,66	1,0	15	29	11	22

Fonte: Perondi (2007).

A Tabela 4 compara os sistemas produtivos de diversificação agrícola com transformação (renda agrícola com indústria rural artesanal)¹³ versus os que diversificam somente com *commodities* agrícolas (renda agrícola com renda agrícola de *commodities* agrícolas). Os primeiros dois grupos apresentaram uma renda agrícola e total 2 vezes maior que os dois últimos grupos que diversificam somente com *commodities* agrícolas. E, mesmo aqueles que não diversificaram

¹³ Fernandes Filho e Campos (2003) fazem uma excelente revisão sobre o tema da indústria rural no Brasil a partir do último censo agropecuário de 1995/96, chamando a atenção sobre um tema ainda mais relevante, a indústria rural artesanal, que utilizam para diferenciar da indústria rural em geral, uma vez que faz referência apenas às atividades que tem como característica o fato de serem intensivas e uso de mão de obra – sendo, portanto, pouco intensivas na utilização de máquinas e ou equipamentos automatizados – e estar integrada às unidades de produção agrícolas familiares.

intersetorialmente, mas tiveram alguma transformação, foram superior àqueles que diversificaram intersetorialmente e tiveram uma diversificação somente com *commodities* agrícolas.

Isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores para aqueles que diversificam a renda agrícola apenas com *commodities* agrícolas. Os sistemas de produção que incorporam estratégias de agregação de valor conseguem distanciar a atividade agropecuária, de uma maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados de insumos. Mas esta estratégia não seria diferente se não fosse acompanhada de um vínculo diferenciado, também organizado de maneira específica e estratégica, a outros mercados de produtos (Ploeg, 2006).

A dependência nas *commodities* agrícolas resulta numa maior externalidade do sistema de produção (Ploeg, 1993), isto é, uma perda cada vez maior da autonomia da reprodução. Para manter a segurança em relação a preços e custos, segundo Abramovay (1992), existe a necessidade de uma forte e constante intervenção do Estado. Entretanto, num mundo globalizado, são incertas as mudanças de taxas de juros e câmbio, preços dos insumos e dos produtos agrícolas. Assim, justamente para se proteger destas instabilidades que se deve estimular a produção de valor agregado. Uma proposta que também potencializa o aumento de empregos produtivos no meio rural, uma questão que vai de encontro a problematização levantada inicialmente neste trabalho.

Mas a busca por ampliar a produção de valor agregado no meio rural incorre em que sejam valorizados os sistemas de produção que distanciem o processo de produção, o tanto quanto possível, da dependência aos circuitos mercantis. “Os camponeses buscam as possibilidades de desmercantilizar (no que se refere aos insumos utilizados), para justamente poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos” (Ploeg, 2006, p. 39).

Esta frase de Ploeg refere-se justamente à passagem que refere do modo de produção empresarial para o camponês. Esta passagem é o que permite o surgimento de uma agricultura mais econômica, sendo este um debate internacionalmente conhecido como “*low external input agriculture*” (Mior, 2005).

Percebe-se assim que existem formas diferentes de se diversificar, sendo premente que se discuta o processo de diversificação num viés endógeno que percebe a diferença entre diversificar um conjunto de *commodities* agrícolas e diversificar agregando valor, como também, num viés intersetorial, que visualiza a família sob um contexto *lato sensu*, e percebe o portfólio de atividades estratégicas que diversificam um meio de vida rural.

Considerações finais

Pensar em desenvolvimento rural é pensar que novas famílias estejam dispostas a suceder as atuais unidades de produção rural, sendo a elevação da renda *per capita* rural um efetivo caminho de realização deste objetivo. Portanto, parece ser preponderante pensar em políticas de incentivo à diversificação dos meios de vida no meio rural visando, justamente, elevar a renda rural. Algo que contrasta ao senso comum daqueles que advogam que a renda rural somente poderia se elevar quando o agricultor estiver focado num único agronegócio. Comprovou-se assim que a renda é maior nas famílias que mais diversificam a renda.

Observou-se também que as famílias que diversificam com produtos diferenciados possuem uma renda maior que as famílias que diversificam a renda somente com *commodities* agrícolas. E isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores quando ocorre somente com *commodities* agrícolas. Existe, portanto, uma forma diferente de se diversificar, sendo premente que se discuta a qualidade do processo de diversificação no nível setorial.

Por fim, observou-se que as famílias que diversificam intersetorialmente, além de agregação de valor, alcançaram uma renda total maior que as demais famílias. Isso significa que os efeitos benéficos da diversificação são menores quando ocorrem somente com atividades agrícolas dentro da unidade de produção, sendo também premente que ocorra uma diversificação no nível intersetorial.

Assim, de forma geral, é possível concluir que além de fortalecer as atividades agrícolas no interior das propriedades familiares, via programas do Pronaf, por exemplo, existe ainda uma necessidade não atendida por políticas de diversificação do meio rural. Políticas que tenham o objetivo de diferenciar e verticalizar a produção agrícola, como também estimular a formação de um ambiente (no sentido social e econômico) propício ao desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).

CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of development studies*, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

_____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, Brasília, v. 41, n. 4, p. 859-880, nov./dez. 2003.

GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Tabelas mesorregião geográfica sudoeste paranaense*. Curitiba, 2004.

LIMA, A. J. P. et al. *Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores*. Ijuí: Unijuí, 1995.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: PLOEG, Jean Douwe van der; DIJK, Gerrit van. *Beyond modernization: the impact of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1995.

- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- PARANÁ. Secretaria de Agricultura. Departamento de Economia Rural. *Grãos, algodão e outras culturas: Paraná: evolução da área colhida e da produção obtida de 1997/98 a 2004/05*. [s.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/deral/epcpr.xls>>. Acesso em: 15 dez. 2006.
- PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. (Ed.). *Ecología, campesinado y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993, p. 153-195.
- _____. *The virtual farmer: past, present, and future of the Dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.
- _____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Estudos Rurais).
- RADOMSKY, G. F. W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- REIS, R. P. et al. Custos de produção da cafeicultura no sul de Minas Gerais. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 3, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 2001a.
- REIS, R. P.; MEDEIROS, A. L.; MONTEIRO, L. A. Custos de produção da atividade leiteira na região sul de Minas Gerais. *Organizações rurais e agroindustriais*, Lavras, v. 3, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2001b.
- RIZZI, A. T. *O capital industrial e a subordinação da pequena produção agrícola: o complexo avícola no Sudoeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Economia). CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. *Anais...* Brasília: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.
- SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. *Relatório de pesquisa de Sérgio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos*. Financiado pelo CNPq (Número do projeto: 520885/01-5 (NV) do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq)). Porto Alegre: UFRGS/PGDR e UFPEL/PPGA, 2003, p. 1-24.
- SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. *AFDLP – Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2001, p. 1-16.

Turismo e inovação no meio rural: visões a partir do turismo rural na região dos Campos de Cima da Serra

Raquel Lunardi
Marcelino de Souza

Introdução

O meio rural brasileiro passa, principalmente após a década de 1970, por mudanças significativas em seu espaço, não só econômicas, mas também sociais. Essas modificações vêm ocorrendo em virtude da modernização agrícola, que surge com a implementação de novas técnicas e de métodos de plantio e colheita, com inovações genéticas e com melhoramento na mecanização (Graziano da Silva, 1999).

A crise deste modelo produtivista faz surgir um novo contexto no meio rural, ancorado pela relação entre o rural e o urbano. Este espaço passa a ser não só agrícola, mas também cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades, fazendo emergir uma nova concepção de meio rural, com um tecido econômico e social diversificado, com outro conceito de rural, uma “nova ruralidade” (Wanderley, 2000). De tal modo, os espaços rurais são espaços de coprodução entre o homem e a natureza (Ploeg, 2008), propício a geração de novas práticas, novos processos e novas formas de inovação, conectados aos territórios, ao saber e a cultura local. Neste ambiente brota um modelo de desenvolvimento rural com outros objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), sinergias com os ecossistemas locais, maior valorização de novos produtos e serviços, associados a novos mercados, tornando o espaço rural um “espaço de consumo” de valores simbólicos e materiais, destacando-se as atividades do setor de serviços (turismo, gastronomia, ecoturismo) e do setor industrial, ou seja, uma diversidade multisetorial.¹

Neste modelo o rural deixa de ser essencialmente local de produção de *commodities* agrícolas e passa a ser também local de novas possibilidades. Estas possibilidades estariam relacionadas com um repertório diversificado de formas de reação e inovação, que vão desde estratégias de economização (agricultura de baixo custo) até formas de pluriatividade e de diversificação das fontes de rendas. A justificativa para a diversidade do repertório é que am-

¹ Os estabelecimentos agrícolas de economia familiar multisetorial engendram altas densidades populacionais e dão flexibilidade ao mercado de trabalho, suavizando os impactos em períodos de desemprego. E estimulam comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, muito imitados por outros agentes econômicos locais” (Veiga, 2001, p. 9).

bientes diversificados, propiciam a otimização do uso dos recursos e uma melhor distribuição da renda dentro da família (Ploeg *et al.*, 2004).

Nesse sentido, pretende-se trazer à discussão a atividade turística como estratégia de inovação, como um dos “jeitos” encontrados pelos agricultores para “driblar” os problemas cotidianos que ameaçavam a gestão e a organização da propriedade. A análise parte de visões acerca de estudos realizados pelos autores na região dos Campos de Cima da Serra,² noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS), tendo como foco da análise o trabalho das mulheres na atividade turística. Foram utilizados materiais empíricos coletados entre os anos de 2006 e 2009, em oito propriedades rurais que oferecem os serviços de hospedagem, que subsidiaram a elaboração da dissertação de mestrado intitulada *Turismo rural: a contribuição das mulheres* e do projeto de pesquisa *Ipode*.

O presente artigo encontra-se da seguinte maneira: na primeira sessão tratamos do referencial teórico sobre as atividades não agrícolas e inovação no meio rural; na segunda sessão buscamos refletir com base nos dados empíricos, onde realizamos um panorama geral do turismo na região pesquisada; na terceira sessão abordamos as interfaces entre o trabalho doméstico e o produtivo, focando a análise no trabalho feminino; e, finalmente, fazemos algumas reflexões para concluir o trabalho.

Atividades não agrícolas e inovação: um olhar a partir do turismo rural

Nos últimos anos vêm se apresentando um ampliado debate sobre as formas de organização da produção agrícola no meio rural. Este debate está centrado na discussão acerca das alternativas de reprodução para além da atividade agrícola. Nesta perspectiva surgem reflexões sobre a importância das atividades não agrícolas como forma de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de redução da pobreza e das desigualdades no meio rural brasileiro. No entanto, a agricultura como atividade produtiva não perde sua significância econômica e social, o que está acontecendo é que os agricultores estão incorporando outras dimensões na reprodução social, como o patrimônio cultural, as tradições, o lazer, o turismo.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas é explicada por diversos autores (Graziano da Silva, 1996 e 1999; Schneider, 2003; Marsden, 1995; Kinsella *et al.*, 2000) que compartilham a ideia de que a pluriatividade³ é entendida como uma estratégia de reprodução

² Os dados aqui apresentados fazem parte da dissertação de mestrado intitulada *Turismo rural: a contribuição da mulher*, defendida em 2006 pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e de estudo realizado para o projeto de pesquisa intitulado *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*, financiado pelo CNPq. Fizeram parte da pesquisa os entrevistados dos municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul e São José dos Ausentes, totalizando 11 empreendedores de pousadas rurais.

³ “A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões, das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho” (Schneider, 2007, p. 17).

social e econômica para as famílias rurais e está relacionada com as formas de alocação da força de trabalho das famílias em diferentes atividades.

No momento em que o agricultor assume novas atividades externas à agricultura, este ocasiona um conjunto de novas funções e significações do meio rural, não só econômicas, mas também sociais e culturais, que refletem positivamente e/ou negativamente em todos os membros da família. Para Schneider, “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar” (Schneider, 2007, p. 22). Para este mesmo autor existem várias justificativas em favor da combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas.

A primeira delas seria o combate e erradicação da pobreza rural; a segunda é que a pluriatividade possibilita, através da diversificação produtiva e das ocupações não agrícolas, a ampliação das fontes de ingresso de renda; a terceira refere-se a sua capacidade de gerar mecanismos que ajudem a diminuir o êxodo rural, especialmente dos jovens e das mulheres; a quarta diz respeito à contribuição que ela pode gerar para as políticas fundiárias (geração de emprego e renda para assentados rurais); a quinta razão é que a pluriatividade pode estimular os avanços em políticas afirmativas de direitos dos jovens e das mulheres; a sexta é de que a pluriatividade pode ser uma estratégia de renda e de emprego para as populações tradicionais que vivem em áreas de preservação; a sétima seria de que a pluriatividade pode ser a ponte entre as políticas agrícolas e a política de desenvolvimento rural; e por último, mas não menos importante, a de que a pluriatividade tem potencial para dinamizar as economias locais e fazer do mercado interno o ponto de partida do processo de diversificação econômica. Nessa perspectiva, a estratégia da pluriatividade tem como objetivo diminuir a vulnerabilidade dessas famílias, buscando amenizar os riscos causados pelo conjunto destes fatores, representando ao agricultor uma proteção aos riscos (Kinsella *et al.*, 2000; Ellis, 2000; Schneider, 2003 e 2007).

Diante disso, a pluriatividade justifica-se como uma estratégia de diversificação rural sustentável e permite que os agricultores escolham seu próprio meio de vida e, conseqüentemente suas representações socioeconômicas.⁴ Sua manifestação está relacionada, principalmente, a fatores como a nova estrutura do mercado de trabalho familiar, que em decorrência da mecanização agrícola possibilitou a liberação da mão de obra de alguns componentes familiares, sobretudo das mulheres e dos jovens. Para Ellis (2000, p. 15) “a diversificação dos meios de vida é definida como o processo pelo qual o grupo doméstico rural constrói uma crescente diversificação do portfólio de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. A diversificação dos meios de vida resulta em complexas interações com a pobreza, podendo contribuir de várias formas: primeiro, com a distribuição de renda, pois existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de seus meios de vida; segundo, com a produtividade rural, cuja diversificação de dentro da unidade de produção, muitas vezes, acontece associada às contribuições de segurança de renda doméstica

⁴ Ellis (2000) considera ainda que a definição de estratégias dos meios de vida está relacionada com as necessidades e as escolhas dos indivíduos, sendo que na primeira as ações são involuntárias e são adotadas como uma reação a outros condicionantes, isto é, uma reação ao capital natural, capital material, entre outros; já na segunda, as ações são voluntárias ou proativas, estabelecidas com o intuito de aumentar a diversidade dos ativos e capitais existentes, como a diversificação das fontes de renda, aumento do capital físico e material, etc.

melhoradas pela diversificação fora da porteira da propriedade rural; terceiro, com o meio ambiente, pela redução da necessidade de os agricultores menos capitalizados super explorarem o solo agrícola para levar a cabo práticas extrativas do local para a sobrevivência; quarto, com as relações de gênero, ao melhorar a distribuição da renda dentro da família; e, quinto, com maior segurança aos efeitos macroeconômicos, isso porque, com a relativa liberalização de preços e mercados, a diversificação pode reduzir seus efeitos imediatos que poderia ocorrer caso fosse dependente de apenas uma estratégia de renda (Ellis, 2000).

Na perspectiva deste autor, a diversificação implica na constituição de um repertório de estratégias definidas pelo próprio grupo doméstico, levando em consideração os contextos produtivos, devendo ser entendida a partir da heterogeneidade do tecido social no meio rural, que tem como resultado um grande número de formas de meios de vida (*livelihoods*), isto é, em diferentes formas de inovação nas práticas produtivas, nas interfaces entre mercados e consumidores, nas normas e nas instituições.

É na busca desta diversidade multisetorial que os agricultores acionam algumas estratégias de inovação.⁵ A inovação, nesse sentido, “não se refere simplesmente a produtos ou tecnologias, mas também a processos e modos de inovação, de desenvolvimento econômico, organização social, educação e criação de habilidades” (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 6). Sua difusão está diretamente relacionada à relação entre as instituições, das políticas de inovações para promover a competitividade, dos sistemas educacionais, do capital social, entre outros aspectos e tem a perspectiva orientada ao ator⁶ como uma de suas sustentações teóricas (Ploeg *et al.*, 2004).

Para Ploeg, os estudos detalhados orientados aos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e retrabalhar ideias externas e tecnologias, de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas (Ploeg *et al.*, 2004, p. 34).

Estes mesmos autores (Dargan e Shucksmith, 2006) trazem a discussão da inovação vista como uma chave para o desenvolvimento econômico regional, onde a presença de políticas de inovação é central para prover as regiões de competitividade. Sob a perspectiva dos atores locais, a inovação é definida, segundo o que os autores chamaram, de conhecimento *leigo* ou *comum*. Aqui, a inovação é entendida como uma coisa que vem de fora para dentro, trazida por atores ou instituições alheios à comunidade, ou seja, desconhecidos. As inovações são trazidas a partir das discussões realizadas por eles, deixando os agricultores fora do processo de tomada de decisão (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 12; tradução nossa). Segundo as definições do programa Leader:⁷

A inovação está ligada à formação de redes de atores locais e/ou de relações locais entre atores sociais e instituições, ou seja, segundo este entendimento uma inovação para ocorrer

⁵ Para aprofundamento desta temática ler os artigos de Oliveira, Gazolla, Carvalho, Schneider e de Marques que constam como capítulos neste livro.

⁶ Essa perspectiva prevê que se leve em consideração o conhecimento adquirido do agricultor, seja por meios técnicos ou populares durante toda sua trajetória de vida.

⁷ Ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural (Leader). Programa que se desenvolveu de 1991 a 2006 no âmbito da União Europeia e visava congregar instituições, pesquisadores e avaliar experiências novas e diferentes no espaço rural europeu.

(“nascer”) prescinde de atores e instituições interligados por algum tipo de relação social, seja ela produtiva, organizacional, de processo, de trabalho, etc. (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 14; tradução nossa).

Esta relação com as redes e com as instituições são percebidas nas iniciativas de turismo desenvolvidas no meio rural gaúcho. A inovação do turismo no Rio Grande do Sul tem sido fomentada, especialmente, pelas instituições não governamentais incentivadoras do desenvolvimento de pequenas empresas e pelas instituições de extensão rural, como a Emater/Ascar. Essa realidade não é diferente nos Campos de Cima da Serra. Nesta região, a participação das instituições locais como prefeituras municipais, Emater/Ascar e Sebrae teve papel central no desenvolvimento e consolidação do turismo nesta região. Foram elas, também, que organizaram o turismo rural em redes, através da elaboração da rota turística Campos de Cima da Serra e outras rotas e roteiros turísticos (ainda em fase de elaboração). A formação de redes no turismo rural é uma forma de consolidação do produto turístico, bem como um meio facilitador nas estratégias de marketing e divulgação do local (Lunardi, 2007).

As inovações permitem o surgimento de novos mercados, bem como desenvolve novas cadeias de suprimento e de produção, diversifica a economia local, cria novas redes e relações sociais, dissemina conhecimentos, soma esforços entre atores e instituições, etc. Para Dargan e Shucksmith, (2006, p. 19) as inovações estão sendo desenvolvidas potencialmente em três direções principais, que são: (a) a diversificação das economias locais; (b) a intensificação das interações entre o contexto local e global; e (c) o estreitamento de relações entre os atores locais em direção a novas relações locais e na construção de sinergias entre estes.

Estas condições, conforme Dargan e Shucksmith (2006), são facilitadas a partir do envolvimento dos atores locais. Estes são importantes pelas suas habilidades e conhecimentos, necessários na busca por mudanças de nível local. Para estes autores, “o conhecimento é uma nova fonte de recursos que mobiliza as capacidades e transforma a estrutura das agendas políticas” (Dargan e Shucksmith, 2006, p. 51). O conhecimento local é um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural. O saber-fazer, sobretudo das mulheres, é peça chave no desenvolvimento do turismo de base local. Essa capacidade está relacionada com o que Ploeg (Ploeg *et al.*, 2004) chama de *farmers’ knowledge*,⁸ ou seja, o conhecimento dos agricultores. Para Ploeg são os *farmers’ knowledge* que potencializam a produção de novidades e as inovações no meio rural. “Produção de novidade está muito inter-relacionada com, e emerge do, e resulta num tipo de conhecimento que é o conhecimento local” (Ploeg *et al.*, 2004, p. 3-4). Uma novidade pode ser uma modificação dentro de uma prática existente ou pode consistir em uma nova prática e surge das inter-relações, sendo desenvolvida em um local determinado e em outro não, podendo ser promissora ou não. Isso também acontece no turismo rural. Seu desenvolvimento depende das características locais, da paisagem natural, do ambiente cultural, da organização do trabalho familiar e sua exploração pode ou não ser promissora. A análise empírica trazida neste artigo irá confirmar as afirmações postas acima.

⁸ Para aprofundamento desta temática ler os artigos de Carvalho, Gazolla e Oliveira neste livro.

Trajetórias do turismo rural nos Campos de Cima da Serra (RS):⁹ um olhar feminino

O turismo rural¹⁰ surge no Brasil, principalmente pós-década de 1990, primeiramente nos estados do sul, avançando por quase todo o território brasileiro rapidamente. A experiência pioneira no Brasil foi na cidade de Lages (SC), na fazenda Pedras Brancas.

Para Almeida (2000, p. 7), o “turismo rural é conhecido como a atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística. É um fenômeno social que consiste no envolvimento dos indivíduos ou grupo de pessoas, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”. Esta atividade, assim como outras atividades não agrícolas, tem se tornado uma opção viável de complementação de renda. No entanto, assim como em toda inovação, os riscos com sua implantação são altos. Para Almeida (2000, p. 9) “a relativa inexperiência do homem do campo com uma atividade não tradicional, aliada ao desconhecimento das especificidades do turismo rural” geram situações desfavoráveis ao desenvolvimento da atividade turística. Seguindo a experiência de Lages, muitos municípios passaram a investir no turismo rural.

A exploração desta atividade tem remetido a um questionamento: o que está estimulando o turismo rural? No Brasil este fenômeno pode ser compreendido, de um lado, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não agrícolas uma destas dimensões. Por outro lado, é uma atividade que sofre a influência das mudanças sociais relacionadas à redução das jornadas de trabalho promovidas pelos incrementos tecnológicos crescentes e o aumento do tempo livre dos indivíduos, assim como a elevação da expectativa de vida das pessoas e das alterações nos padrões de consumo, que voltam-se crescentemente às amenidades e aos bens não tangíveis. Mas para se tornar uma estratégia de diversificação sustentável, o turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes, ou seja, endógeno, considerando o potencial cultural e patrimonial da comunidade local e as diversidades geográficas e ambientais, devendo então se basear na interação e integração entre os seus diferentes atores – Estado, instituições privadas e comunidade local.

Para Ploeg (2006) há a possibilidade de o agricultor e sua família ampliarem seu leque de possibilidades frente aos circuitos de comercialização, a fim de adquirir maior autonomia através de uma série de alternativas de diversificação:

1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis. Emergem então empresas multiproduto, que contêm novos índices de competitividade e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa primeira tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como agri-

⁹ Resultado da dissertação de mestrado *Turismo rural: a contribuição da mulher*.

¹⁰ O turismo rural refere-se ao conjunto de modalidades de empreendimento e serviços turísticos oferecidos no espaço rural, como agroturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo gastronômico, hotéis fazenda, restaurante, entre outros. Para Tulik (2003) o turismo rural é uma expressão empregada, geralmente, de modo extensivo a qualquer atividade turística no espaço rural. Identifica-se com turismo no espaço rural e turismo nas áreas rurais, ambos os termos utilizados como sinônimos.

cultura mais econômica; 3) a reconexão da agricultura com a natureza tem desempenhado papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) a *pluriatividade* e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial e 6) uma reintrodução da artesanidade (Ploeg, 2006, p. 45).

Dessa forma, o agricultor desfruta de um repertório de novas alternativas de desenvolvimento rural, entre elas o turismo rural. Experiências analisadas pelos componentes do grupo de estudos “Mercados não agrícolas rurais” têm demonstrado que o turismo rural possibilita a valorização da produção primária original, gera empregos, valoriza o trabalho do homem do campo, agrega valor à cultura e à identidade do homem rural, revitaliza a economia local, revaloriza o patrimônio arquitetônico e cultural, gera alternativas de desenvolvimento psicossocial de mulheres, jovens e idosos, resgata as raízes rurais, insere mulheres e jovens no mercado de trabalho, socializa as mulheres rurais, etc. (Blos, 2005; Elesbão, 2005; Silva, 2005; Fuck, 2005; Lunardi, 2007). Estudos realizados por Ventura (Ventura *et al.*, 2002) também demonstraram a importância do turismo rural no aumento de renda das famílias, no aumento das oportunidades de emprego e nas funções sociais das comunidades rurais.

Mediante as considerações acima, podemos concluir que o turismo rural pode apresentar-se como uma estratégia viável de reprodução social, econômica e cultural das populações rurais. Contudo, ele não deve ser a única alternativa de desenvolvimento rural, pois sua afirmação e consolidação estão atreladas às especificidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e oportunidades que cada espaço oferece, ou seja, deve haver relação direta entre o turismo e as características sociais, econômicas, culturais e ambientais/ecológicas de cada local. Sobretudo, é importante ter-se a consciência de que o turismo rural não é uma “salvação” para o meio rural, mas uma, entre tantas, estratégias de diversificação da economia familiar e local.¹¹

O estudo analisado neste artigo traz o turismo rural como uma inovação desenvolvida pelos agricultores da região dos Campos de Cima da Serra diante das dificuldades de reprodução, especialmente econômica, da atividade pecuária. O turismo rural como alternativa de produção é recente nesta região, datam os primeiros registros oficiais a partir da década de 1990. A beleza natural do local com grande riqueza fluvial, juntamente com os penhascos, cascatas e dois parques nacionais: o Parque Nacional dos Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral¹² o formatam como um importante produto turístico natural. Primeiramente, foi desenvolvido o turismo de aventura e o ecoturismo; logo, quando perceberam as potencialidades turísticas da região e a necessidade de equipamentos turísticos (hospedagem e alimentação) para os turistas, os agricultores decidiram investir nesses segmentos, tendo para isso o incentivo e o aporte do poder público local.

¹¹ Falamos em economia local quando nos referimos aos incrementos de renda deixados pelo turista no comércio local (supermercados, postos de gasolina, farmácias, etc.) e para as famílias envolvidas direta e indiretamente com a atividade, como aquelas fornecedoras de mão de obra, produtos e matéria prima.

¹² A criação dos parques nacionais é antiga, ela data de 1959. Dentro dos parques está localizado o maior agrupamento de cânions da América Latina, dentre eles, o Cânion Itaimbezinho, Cânion Fortaleza e Pico do Monte Negro.

Da concepção à consolidação

O turismo teve início, nesta região, a partir do enfraquecimento da atividade agropecuária e da situação financeira das famílias que se agravava a cada ano. Necessitados de reagirem a esse panorama buscaram novas estratégias de reprodução econômica e social, além da atividade agrícola. O turismo rural, no primeiro momento passou a ser uma atividade complementar para as famílias, mas logo, em muitas propriedades tornou-se a principal fonte geradora de riqueza, não só econômica, mas também social e cultural.

Tendo em vista esta nova estratégia de desenvolvimento para o meio rural local, agricultores, instituições, organizações e associações municipais e estaduais lançaram mão de um repertório de estratégias no intuito de promover a atividade turística. Essas iniciativas culminaram na estruturação da rota turística “Campos de Cima da Serra”.¹³

Além das prefeituras municipais e do governo do Estado, que deram, sobretudo, o aporte financeiro às iniciativas, outras instituições participaram ativamente na organização, consolidação e formatação do turismo rural nos Campos de Cima da Serra, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae-RS) e a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/Ascar-RS).

A atuação do Sebrae deu-se na elaboração e consolidação do projeto, prestando assessoria técnica aos empreendedores, bem como proporcionando cursos específicos da área e divulgando o roteiro em nível nacional e internacional. Já a atuação da Emater/Ascar deu-se em nível local, sobretudo na adequação e organização das propriedades para a recepção de turistas. Nesse sentido, os técnicos da Emater realizaram cursos de atualização na área do turismo para melhor colaborar com os novos empreendedores. Além disso, a Emater tem sido importante agente no acesso ao crédito rural (Pronaf), onde uma das linhas é o Pronaf agroindústria, onde está incluído o turismo rural, e o Pronaf Agregar. Esta instituição é, ainda, importante fomentadora/promotora de eventos festivos e culturais no meio rural, como, por exemplo, a Festa da Gila, no município de Bom Jesus.

Não podíamos deixar de mencionar em nossos relatos os principais atores envolvidos nesta inovação no meio rural dos Campos de Cima da Serra: os agricultores. Nesta análise, podemos dividi-los em duas categorias: os empreendedores e os empregados. Os empreendedores foram os agentes centrais neste processo de desenvolvimento rural baseado em atividades não agrícolas. Importante destacar que nas propriedades pesquisadas a iniciativa pela inovação partiu das mulheres, que vendo a situação de vulnerabilidade e de crise da agricultura acionaram novas estratégias de sobrevivência para a família.

¹³ A Rota Campos de Cima da Serra está localizada a noroeste do Estado do RS, na parte mais alta do Estado. Fazem parte da Rota nove (9) municípios: Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Jaquirana, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Vacaria. A criação da Rota foi impulsionada pelas belas paisagens naturais da região, pois nesta região estão localizados canyons do Parque Aparados da Serra e dos canyons do Parque Itaimbezinho. A Rota se constituiu juridicamente como uma associação civil na forma de um consórcio, sem fins lucrativos. A ideia da criação do consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra ou da Rota dos Campos de Cima da Serra, nasceu de conversas entre os prefeitos municipais e representantes da Secretaria de turismo gaúcha. Em 2001 foi criada então a Rota com o objetivo de desenvolver as potencialidades turísticas dos municípios consorciados.

O interesse pelo turismo rural surgiu por intermédio de conversas com os turistas que visitavam os cânions. Estes, não tendo onde se hospedar e se alimentar sugeriram aos agricultores a abertura de estabelecimentos que suprissem essa necessidade e atendessem a demanda emergente. Outros fatores foram ainda citados: incentivo dado pelos amigos e pelas prefeituras municipais, experiências adquiridas em viagens e exemplo das propriedades vizinhas que investiram no turismo e tiveram retorno financeiro com a atividade. Contudo, o fator econômico, assim como demonstrado em outros estudos (Garcia Ramon, Canoves e Valdovinos 1995; Valiente e Pérez, 2000; Silva, 2005), ainda é o principal fator de motivação do desenvolvimento do turismo rural. Além do incremento na agricultura familiar, a diversificação do espaço através do turismo permitiu a inserção no mercado de trabalho de atores que até então não desenvolviam atividade produtiva que gerasse renda monetária, como é o caso das mulheres e jovens que se encontravam em situação de ajuda na atividade produtiva, e assim puderam inserir-se na dinâmica econômica familiar.

As mulheres atuam como agentes centrais na maior parte dos empreendimentos turísticos da região. Nessa região, o envolvimento delas na atividade turística tem várias motivações, entre elas, a necessidade de diversificação das fontes de renda familiar e a busca de atividades que permitam construir maiores níveis de autonomia frente às relações desiguais de gênero, uma das razões mais alegadas.

A similaridade entre as atividades para manter o turismo e os afazeres domésticos leva à interpretação de que o trabalho realizado pelas mulheres no turismo seria equivalente ao trabalho doméstico ampliado. Esse fator também justificaria o envolvimento *natural* da mulher nesse ramo. Outra interpretação relacionada a essa suposta analogia com a atividade doméstica é que o turismo rural não exigiria elevado nível de qualificação, já que poderia ser desenvolvido com os conhecimentos previamente adquiridos pelas mulheres. Assim, elas podem combinar as atividades domésticas com as atividades relacionadas ao turismo. Para Pérez e Valiente (2000), a dedicação que o turismo exige se encaixa perfeitamente ao perfil das mulheres, porque lhes permite continuar com sua função principal, a doméstica.

As mulheres valorizam a oportunidade de trabalho no turismo rural, pois ele contribui para o bem-estar econômico da família, sem que ela tenha de sair de casa: “[...] a parte econômica conta muito, porque tu não vai fazer um trabalho se não é bem remunerado, tu não tem prazer. Pode até iniciar, mas não tem prazer em continuar [...]” (Entrevistada A). Para as mulheres essa nova reestruturação/organização do trabalho familiar gerou resultados além do valor econômico. A valorização do trabalho trouxe consigo a inserção destas mulheres na organização social da propriedade e da comunidade local, possibilitando a socialização destas mulheres, mudando sua dinâmica social, econômica e cultural e também das famílias envolvidas. A partir das relações com os turistas a mulher abriu seu “leque” de oportunidades culturais, sociais e econômicas, possibilitando, ainda, que elas melhorassem seu relacionamento com pessoas estranhas à família, além de participar de atividades em instituições e organizações que antes não era possível (Rivera, 2000).

No entanto, a importância delas nem sempre é reconhecida, podendo ocorrer três situações típicas: 1) elas permanecerem sendo consideradas *ajudantes*, ou seja, como sujeitos socialmente ocultos (assim como costuma ocorrer na produção agrícola); 2) mesmo assumindo integralmente a responsabilidade pela atividade, continuam sendo consideradas *dependentes*,

já que o turismo é frequentemente visto como ocupação complementar; 3) elas assumem o *status* de *empresária do meio rural* ou *empresária do turismo*, quando são reconhecidas como responsáveis pela administração e gestão da atividade turística.

A segunda categoria de agricultores, os empregados, é fundamental para o desenvolvimento do turismo nesta região. São eles que fornecem mão de obra, tanto permanente quanto temporária, e também a matéria-prima quando a propriedade receptora não produz o suficiente. O interessante nesta região é observar que as relações de parentesco, compadrio e vizinhança promovem as transações mercantis neste espaço, seja por meio da troca, da reciprocidade ou mercantil, tanto de produtos quanto de serviços.

Outro agente-chave no desenvolvimento do turismo rural são os turistas. Os turistas surgem nas propriedades estudadas como um “agente invasor” que modifica a dinâmica familiar e da comunidade local. No primeiro momento eles não eram bem vindos, especialmente na visão daqueles que não estavam envolvidos direta ou indiretamente com a atividade. Estes agricultores acionaram, então, dispositivos em resposta à sua insatisfação com a presença destes turistas. Logo compreenderam que os turistas poderiam dinamizar a economia local com entrada de renda e de melhoria na infraestrutura local.

Turismo rural e relações de gênero no meio rural: interfaces entre o doméstico e o produtivo

O turismo tem se desenvolvido de forma diversa no espaço rural, onde em algumas regiões, especialmente as regiões turísticas, tem se demonstrado como uma fonte importante de renda e de reorganização social do meio rural. Em outras, tem se constituído como uma atividade sazonal, de pequena expressão econômica, mas de forte apelo social. Um dos efeitos mais significativos do turismo tem sido a ampliação da oferta de mão de obra no meio rural, especialmente de populações excluídas ou marginalizadas do sistema de produção de bens, como as mulheres e os jovens.

Diversos estudos têm trazido à tona a importância do turismo na reorganização do trabalho familiar em comunidades rurais (Garcia Ramon e Ferré, 2000; Sparrer, 2003; Lunardi, 2007), sobretudo o trabalho feminino. Estes estudos demonstram que a mulher é peça chave no desenvolvimento do turismo e que o resultado de seu trabalho tem se constituído em importante fator de valorização (econômica, social e política) das mulheres rurais envolvidas nestas atividades. No entanto, é imprescindível considerar o trabalho do homem no desenvolvimento desta atividade, mesmo que este seja de caráter complementar.

O envolvimento da mulher na atividade turística resulta de fatores externo e internos à propriedade. Como fatores internos estão presentes as relações econômicas e sociais da unidade familiar. Econômica no momento em que há procura por uma nova fonte de renda, já que a agricultura/pecuária não está conseguindo manter a reprodução econômica de muitas famílias. Social, no momento em que as famílias estão organizadas a partir de uma estrutura de relações de gênero sustentadas por uma visão tradicional do trabalho, ou seja, de divisão sexual do trabalho, em que mulheres e homens têm papéis distintos e definidos por uma organização social tradicional. Além disso, fatores internos como demografia, tipo de exploração

(tamanho e atividade agrícola) e os sistemas de valores são determinantes no momento de optar por uma nova atividade produtiva. Já os fatores externos estão relacionados, especialmente, às instituições e ao contexto econômico vigente. As instituições,¹⁴ na área pesquisada, representam no turismo rural uma importante contribuição para o seu desenvolvimento. O contexto econômico determina a procura ou não por uma atividade produtiva fora da agricultura.

Com relação ao trabalho masculino há uma redefinição das tarefas que antes eram desempenhadas pelos homens. No turismo, conforme dados levantados em pesquisa exploratória,¹⁵ o homem assume o papel de ajudante da mulher, até porque, na maioria das propriedades-foco deste estudo, a atividade pecuária ainda permanece e continua sob a responsabilidade do sexo masculino. Assim, o homem não trabalha apenas na pecuária, ele também desempenha atividades relativas ao turismo, estas que são uma extensão de sua atividade pecuária, desenvolvida no espaço produtivo, ou seja, no ambiente externo da propriedade.

Além da reestruturação do trabalho familiar, foi possível identificar nas localidades estudadas uma readequação do trabalho de outros agentes locais, como vizinhos e parentes, especialmente nos períodos de maior visitação (férias escolares), representando uma nova alternativa de emprego não agrícola. Esta afirmação está sustentada nos dados coletados nas propriedades pesquisadas, que empregam funcionários temporários e permanentes (Lunardi, 2007). Concomitante a isso, novas oportunidades de emprego geram novas fontes de renda e com isso criam-se novas perspectivas econômicas para as famílias e para a comunidade local.

A valorização econômica da atividade turística nesta região é salutar, pois em grande parte das propriedades o turismo rural se consolidou como atividade econômica/produtiva principal, o que não significa que a agricultura deixou de ter sua importância na reprodução econômica e social destas famílias, mas sim que está ocorrendo uma inversão nas capacidades produtivas. O turismo possibilitou que os valores arrecadados na atividade fossem revertidos como ajuda na atividade agrícola, possibilitando a continuidade desta produção. Destarte, os recursos oriundos do turismo contribuem na educação dos filhos, na manutenção da propriedade, tanto interna como externamente, além de possibilitar a autonomia financeira de membros da família como as mulheres e os jovens.

Ao considerar o binômio empresária/turista pode-se evidenciar que entre ambos existe, sobretudo, uma relação de amizade recíproca. O contato com pessoas de outro universo, tanto dos visitantes quanto dos visitados, é considerado como um ponto positivo por ambos.¹⁶ A interação entre os dois grupos fortalece as relações sociais, especialmente das mulheres, que antes do contato com os turistas, o contato interativo com pessoas de outros grupos sociais, de outras etnias, de outro “mundo” (urbano) era pouco. Esse contato permitiu que a relação, que poderia ser de perda de privacidade, se tornasse uma oportunidade enriquecedora de conhecimento cultural e social, além de contribuir para a renda da família, como a fala de uma

¹⁴ Na atividade turística as instituições como prefeituras municipais, Sebrae, governo do estado são consideradas as principais atuantes e influenciadoras no processo de desenvolvimento do turismo rural.

¹⁵ Pesquisa realizada em abril de 2009.

¹⁶ No entanto, partem dos vizinhos as desconfianças em relação à recepção, pelas mulheres, de pessoas estranhas à família. Na maioria dos casos as entrevistadas relataram que não sentiram nenhum tipo de preconceito por serem elas quem administrassem a atividade turística, porém nos casos em que houve algum tipo de manifestação nesse sentido, este partiu dos próprios vizinhos.

das entrevistadas “[...] considero uma relação de amizade; eu vejo assim: cada pessoa que vem, por mais estranha que seja, sai um amigo; e eu vejo que qualquer pessoa, com seus diferentes tipos de comportamento, a gente tá considerando uma amizade em potencial, nunca senti minha privacidade invadida [...]”.

É notório, em nossa análise, que o turismo provocou mudanças a partir do aumento da jornada de trabalho, especialmente nos finais de semana e nos feriados, que antes eram dedicados ao lazer das famílias. Os relatos demonstram que a maioria dos entrevistados deixou de realizar algumas atividades em detrimento do turismo, especialmente as que estão relacionadas com o lazer. No entanto, isso não foi considerado como sendo um fator negativo, mas sim como uma oportunidade de novos tipos de socialização para a família. Nesse sentido, o que fizeram foi substituir as atividades de lazer por outras que estivessem relacionadas com o turismo, e sem sair de casa, conforme o relato a seguir: “[...] a gente viaja com eles, a parte cultural se desenvolve, o relacionamento, tu consegue abrir horizonte, e esse é o principal objetivo abrir horizontes que antes tu não tinha, e abrir horizonte é tanto na parte financeira quanto na parte cultural como na parte de amizade [...]”.

Enfim, a combinação de atividades domésticas com atividades produtivas ocasionou impactos tanto positivos quanto negativos, sobretudo para as mulheres. Como positivos podemos evidenciar a autonomia gerada por uma atividade lucrativa, a liberdade para poderem comprar o que quiserem sem pedir recursos financeiros ao marido, além de ajudar nas despesas fixas da casa, como energia, telefone, alimentação, etc. Como impacto negativo, evidencia-se a multifuncionalidade da mulher rural ou a multiplicidade de atividades desenvolvidas por elas. Com o turismo elas passam a desempenhar todas as suas tarefas como mãe e donas-de-casa e também as tarefas necessárias para atenderem aos turistas.

Algumas considerações

Como resposta à reestruturação da economia decorrente dos impactos causados pela modernização da agricultura, e conseqüentemente com a exclusão do processo produtivo de muitos agricultores, estes acionam novas estratégias de reprodução econômica e social que culminam na emergência de atividades não agrícolas. O espaço rural, que era apenas provedor de matéria-prima e de alimentos, constitui-se em um ambiente de sociabilidade, de interação entre o homem e a natureza e de manifestações culturais, motivadas especialmente pelo turismo.

Nesta perspectiva de diversificação dos espaços rurais através de atividades não agrícolas, surge especialmente pós-década de 1990, uma nova atividade de uso do rural: a atividade turística. Assim como em outras regiões do Brasil, o turismo na região dos Campos de Cima da Serra (RS) provocou diversas modificações, sendo que as principais estão relacionadas com o trabalho e com as relações sociais, sobretudo para as mulheres rurais. Como mudança social o turismo rural remete as mulheres envolvidas nesta atividade a uma “socialização” que a agricultura não proporcionava. Concomitante a isso, houve uma reestruturação do trabalho familiar. Nesse sentido, a mulher assume nova função dentro da propriedade, desenvolvendo múltiplas atividades sem sair do domínio familiar, que é a casa, ocasionando a inserção desse grupo no mercado de trabalho e acarretando em maior

valorização do trabalho feminino, aumento da autoestima, da qualidade de vida, maior autonomia financeira, socialização, etc.

Apesar das contestações acima referidas, permanece ainda algumas questões a serem aprofundadas: o trabalho no turismo rural permite que as mulheres alcancem maior nível de empoderamento e autonomia ou ele estaria afirmando o trabalho doméstico das mulheres rurais? O turismo pode ou não contribuir para mudanças nas relações de gênero no meio rural?

Referências

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUS, 2000.

BLOS, W. *Turismo rural e desenvolvimento local*: Lages, SC. Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 8).

DARGAN, L.; SHUCKSMITH, M. *Innovatory economic development: comparative report*. Global Urban Research Unit (Guru), School of Architecture, Planning and Landscape, Newcastle University, 25 aug. 2006.

ELESBÃO, I. *Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal*. Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 1).

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FUCK, P. M. *Turismo, agricultura e patrimônio*: São Lourenço do Sul (RS). Santa Maria: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 5).

GARCIA RAMON, M. D.; CANOVES, G.; VALDOVINOS, N. Farm tourism, gender and the environment in Spain. *Annals of Tourism Research*, Universitat Autònoma de Barcelona, 22, p. 267-282, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

_____. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas I).

KINSELLA, J.; WILSON, S.; JONG, F. de; RENTING, H. Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40, 4, p. 481-496, 2000.

LUNARDI, Raquel. *Turismo rural: a contribuição da mulher*. Santa Maria: Facos, 2007. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 13).

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, Londres, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.

PÉREZ, M. V.; VALIENTE, G. C. Turismo rural en Galicia: sin mujeres imposible. In: GARCIA RAMON, Maria Dolores; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar: Oikos-tau, 2000, p. 171-198.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. *Seeds of transition*. Assen: Van Gorcum, 2004.
- RIVERA, A. C. Implicaciones de género en el desarrollo de la oferta de agroturismo en Navarra y Asturias. In: GARCIA RAMON, Maria Dolors; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar : Oikos-tau, 2000.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), p. 99-192, 2003.
- _____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 3, p. 15-34, 2007.
- SILVA, M. *Turismo rural, agricultura familiar e comunidade*. [s.l.]: Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural, n. 3).
- SPARRER, M. Género y turismo rural: el ejemplo de la Costa Coruñesa. *Cuadernos de Turismo*, 11, p. 181-197, 2003.
- TULIK, O. *Turismo rural*. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003. (Coleção ABC do Turismo).
- VALIENTE, G. C.; PÉREZ, M. V. Turismo rural en Portugal: las mujeres piezas clave para “ricibir” y “servir”. In: GARCIA RAMON, Maria Dolors; FERRÉ, Mireia Baylina (Ed.). *El nuevo papel de las mujeres en el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar: Oikos-tau, 2000.
- VENTURA, F. *et al.* Agritourism in Umbria: building linkages and synergies in local economies. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, A.; BANKS, J. *Living countryside: rural development processes in Europe – the state of the art*. Doetinchem: Elsevier, 2002.
- WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 87-145, out. 2000.
- VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: CNDRS/MDA/NEAD, 2001. (Texto para Discussão n. 1).

Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Introdução

Pesquisadores da área das ciências sociais têm observado algumas sensíveis mudanças no modo como diferentes atores sociais se veem frente à produção de conhecimento. Parece haver uma readequação a respeito do *locus* de onde emana essa própria produção, e num âmbito maior as distintas “ciências” conseguem pouco a pouco captar a sua transformação, deixando de ser o espaço primordial em que se construía uma legitimidade incontestável a respeito da hierarquia dos saberes. Certos avanços na antropologia, na sociologia e também nas chamadas etnociências mostram que potentes construções conceituais e de significados emergem em contextos sociais nos quais se demanda efetividade dos mesmos saberes. Se aceitarmos que a paisagem moderna do conhecimento científico se constitui num dualismo que se soluciona entre o “nós e os outros” e entre “natureza e cultura” (Latour, 1994; Escobar, 2010), então ela também coloca à antropologia e às etnociências um papel, partilhado com os próprios atores e movimentos sociais, de reintroduzir um saber outro ou uma outra forma de articular classificações naturais-sociais.

Certamente os panoramas mais inventivos que seduziram intelectuais e pesquisadores para este desafio foram o pós-estruturalismo, especialmente sob a perspectiva de Michel Foucault, a desconstrução pós-moderna e o deslocamento da narrativa euro-centrada pelo pós-colonialismo. Não é objetivo deste trabalho escrutinar os diferentes trabalhos que emergiram nas ciências sociais sob essas rubricas, principalmente nos anos 1980, mas sim sublinhar o investimento por parte dessas propostas em situar que os saberes são construídos multilugares, de que representar é construir e que a articulação entre conhecimento e poder apresenta uma possibilidade no sentido de desmistificar o lugar da ciência moderna como saber positivo. Mas não basta abandonar uma posição colonialista para substituí-la pelo romantismo da crença de que tudo o que é tradicional ou local é bom. O que diferentes autores contemporâneos procuram insistir é na crescente valorização de conhecimentos locais, situados e tradicionais para um alargamento do que podemos considerar conhecimento eficaz.

Esse campo de problemas conduz ao tema principal deste capítulo. A certificação de produtos agrícolas orgânicos e ecológicos iniciou nos anos 1970 e se considera o selo alemão *Blue Angel*, de 1977, como o pioneiro (embora alguns autores citem entidades na Califórnia providenciando certificação desde 1973). Denomina-se certificação o ato pelo qual um ator (coletivo ou empresa) respaldado no cenário social atribui um selo de conformidade a um produto, neste caso em concordância aos padrões especificados legalmente (no país ou no exterior). É mister perceber

que o sistema de certificações que passa a crescer substantivamente nos anos 1980 é denominado de terceira parte, isto é, aquele em que a avaliação da propriedade rural é feita por cientistas que ocupam postos em organismos acreditados, um corpo de profissionais, usualmente das ciências agrárias, que certificam os processos produtivos. Este formato de verificação, chancelado pelo sistema ISO, procura fornecer credibilidade e se fundamenta tanto na burocracia (separação absoluta entre certificadores e certificados) como no treinamento e na formação profissional. Entretanto, mesmo que a Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (Ifoam, sigla em inglês) apenas recentemente tenha incentivado outras formas de certificação, a verdade é que muitas experiências que se contrapõem ao sistema de terceira parte foram desenvolvidas desde o início ou metade dos anos 1980, em países como o Brasil, Nova Zelândia, Índia e EUA, mas estas tiveram pouca visibilidade durante anos. Estas diferentes propostas valeram-se fundamentalmente do conhecimento produzido no cotidiano do espaço rural e no âmbito de relações entre mediadores, ONGs, agricultores e, em alguns casos, consumidores.

No Brasil, apenas para citar como exemplos, a Coolmeia (Porto Alegre) e a Abio (Rio de Janeiro) forneciam “certificações” informais a produtores locais já na década de 1980. Estas experiências primeiras foram inspiradoras, todavia apenas após 1994 que os agricultores ecológicos brasileiros tiveram que tomar posição quanto a isto, uma vez que na constituição da Organização Mundial do Comércio e, logo após a efetivação dos sistemas de certificação da Comunidade dos Estados Europeus, o Ministério da Agricultura do país foi compelido a adotar regras rígidas para os orgânicos. O debate entre o Estado e as organizações durou anos e, ao final, o Brasil aprovou a proposta para implementar as regras para a certificação por terceira parte e do mesmo modo validar as certificações por redes de credibilidades, também chamadas de participativas ou sistemas participativos de garantia. Apenas muito recentemente que as leis brasileiras aprovaram textos finais para produção orgânica e para certificações, o que diferencia o país da União Europeia e dos EUA, por exemplo, pois no Brasil há o reconhecimento legal dos sistemas participativos.

Nesse processo, os conhecimentos administrados localmente e as habilidades dos agricultores podem ser considerados coprodutores tanto dos sistemas ecológicos como dos formatos de certificação. Mas o ponto que gostaria de chamar atenção aqui e discutir é que a própria certificação enquanto processo e pedagogia é alimentada pelo sentimento de que os conhecimentos situados são geradores de boas práticas e, além, que sua efetivação ocorre num diálogo, nem sempre isento de conflitos e disputas, entre distintos saberes articulados (Blaser, 2009) ou traduzidos. Nestes contextos, as inovações desempenham papéis cruciais.

Ainda assim, se as transformações gerais na sociedade pautada pelo conhecimento e pela informação mostram uma crescente necessidade de distinguir e qualificar os produtos, podem as certificações participativas comprovar a originalidade e a autenticidade de produtos? Essa é uma questão que os membros dos sistemas participativos afirmam positivamente e, como mostrarei ao longo do capítulo, asseguram politicamente sua adesão ao princípio e a validade construtiva além de uma mera ‘verificação’ de seus pares.

O objetivo deste texto é analisar um caso diferenciado de certificação na agricultura ecológica.¹ A Ecovida, rede de agroecologia que se espalha por inúmeros municípios do sul do

¹ Estou ciente da diferença que os agentes do campo procuram assegurar entre agroecologia e agricultura orgânica, ainda que neste capítulo não faça alusão a essa distinção. Remeto o leitor ao artigo de Assis e Romeiro

Brasil, procurou, ao longo de sua formação, construir um formato de certificação próprio, isto é, que não dependesse das organizações e institutos acreditados por federações e organismos internacionais. Brevemente, pode-se afirmar que a Rede preza pela certificação participativa, ou seja, um tipo de reconhecimento que não passa por mecanismos de verificação realizados por técnicos ou cientistas, mas os próprios membros a efetivam: agricultores, consumidores e mediadores da Rede.

A finalidade é entender de que maneira inovações podem entrar em jogo quando práticas de certificação são conduzidas por distintos atores sociais que operam para criar os próprios selos de modo endógeno. Assim, o estudo procura mostrar em que medida o caso analisado põe em movimento a inovação social a partir de formas locais de ação, recuperando os conhecimentos e as relações locais como núcleo da proposta. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, poder-se-ia afirmar que são esquemas de ação articulados e seguramente ancorados nas relações estabelecidas (na ampla Rede e no grupo local) que as pessoas mobilizam para o reconhecimento de seus produtos – e antes disto, o próprio reconhecimento dos sujeitos que empreendem as iniciativas – e de seus saberes.

Embora esteja em análise a Rede como um todo, especial atenção é dada a sua territorialização no oeste do estado de Santa Catarina (particularmente no município de Chapecó, núcleo da Rede em que interagem atores coletivos diversos, tais como associações, organizações sociais rurais e urbanas, cooperativas de crédito), local onde os atores foram entrevistados e onde feiras e eventos foram observados. Além de Chapecó, foram feitas visitas e entrevistas nos municípios de Seara, Quilombo, Guatambu e Novo Horizonte. Para fins deste trabalho, são utilizadas também fontes de dados secundários como compilações, artigos, informações e textos da própria Rede Ecovida.

A pesquisa de campo de caráter qualitativo e de abordagem etnográfica foi realizada em parte de 2007, retomada em setembro de 2008 e finalizada em junho de 2009. Foram acompanhados diversos episódios, tais como reuniões do grupo de agricultores, assembleia da diretiva regional, visitas a propriedades rurais e ao centro de treinamento da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), além das feiras locais. Foram entrevistados agricultores, mediadores e consumidores, com maior ênfase no acompanhamento dos agricultores. Estes foram procurados mais de uma vez em suas propriedades rurais, em feiras ou outros eventos. Ao longo do texto, busco as informações secundárias e as intercalo com a discussão teórica e com os dados obtidos em campo. Neste capítulo são explorados com mais acuidade as entrevistas e observações junto aos agricultores e mediadores.

O texto está dividido em quatro partes, sendo a primeira esta introdução. A seguir, analiso brevemente a história da Rede Ecovida e seu vínculo com os movimentos ambientais no sul do Brasil. Logo após, examino a teoria social que se dedica a entender a certificação na agroecologia e que relações se constituem com inovações e conhecimentos locais, retomando os dados de campo; por último, algumas considerações são tecidas.

(2002) e ao capítulo de Schultz, neste volume.

A Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida de Agroecologia surge no âmbito dos movimentos ambientalistas ligados à agricultura no sul do Brasil. Após a implementação e o “sucesso” do ímpeto modernizante para a agropecuária nacional, uma série de contestações aparecem com o objetivo de recuperar as bases ditas naturais da agricultura. Graziano da Silva (1998) mostra que a modernização da agricultura brasileira foi seletiva em vários aspectos, tais como nos grupos sociais (privilegiaram-se classes abastadas e empresariais do campo) e nos produtos (os que compunham a pauta de exportações da nação, por exemplo, a laranja e o café). Muitos dos agricultores familiares que entraram neste processo sentiram os efeitos da modernização, uma vez que ela foi determinante das transformações sociais no meio rural entre as décadas de 1960 e 1980.

Sobretudo nos anos 1980 e 1990 surgem movimentos ligados ao mesmo tempo ao meio-ambiente e à agricultura no Brasil, assim como também é neste período que ONGs preocupadas com os efeitos danosos da produção agrícola moderna sobre a natureza são fundadas no sul do país. Iniciativas concretas para organizar o desenvolvimento de agriculturas alternativas (Byé *et al.*, 2002) questionavam fortemente o modelo que a “revolução verde” preconizava e que tinha sido amplamente implantado.

No sul do país, um expressivo movimento em prol de uma agricultura mais sustentável elabora programas de ação e diretrizes para reconversões; este movimento recebeu o nome de Agricultura Alternativa, inicialmente (Rede Ecovida, 2007). Nos anos subsequentes o debate em torno da produção de orgânicos se tornou mais efetivo e a possibilidade da criação de mercados especiais para estes produtos fez com que houvesse uma multiplicação de práticas de agricultura com menos impacto ambiental. Também começam a se multiplicar as feiras ecológicas. E no final da década de 1990 surge a Rede Ecovida e a discussão de formas participativas de certificação (Rede Ecovida, 2007, p. 8), uma vez que os marcos legais para a produção de orgânicos no Brasil já estavam adiantados.² Portanto, apesar de que a organização deste formato da Rede possa ser considerada recente, ela tem uma trajetória importante no seio dos movimentos sociais do campo, sobretudo os vinculados à agricultura alternativa, tais como o TA-Sul, rede de tecnologias alternativas.

Não há estimativa exata do número de agricultores que a constitui atualmente, contudo a informação no sítio oficial na internet apresenta a Rede abrangendo 24 núcleos nos três estados do sul e o sul de São Paulo, cerca de 170 municípios envolvidos, aproximadamente 200 grupos de agricultores, vinte ONGs, dez cooperativas de consumidores e mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização.

Os materiais impressos e publicados pela Ecovida são muito instrutivos. Nestas publicações aparecem os objetivos precípuos da Rede (que são vários), dentre os quais podem-se destacar: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; proporcionar espaços de formação e educação; fomentar o intercâmbio e a valorização dos saberes

² A legislação brasileira atual mais importante referente ao tema consiste no decreto-lei n. 6.323, de dezembro de 2007, e na instrução normativa n. 64, de 18 de dezembro de 2008 (Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Estes documentos possuem interação com a legislação e disposições de conformidade orgânica (e formas de acreditação) da União Europeia, dos Estados Unidos e da Ifoam.

populares; organizar a rede sem hierarquias; reconhecer os grupos de agricultores e suas famílias; aproximar de forma solidária setores urbanos e rurais; construir e articular políticas públicas afins; consolidar a soberania e a segurança alimentar; e fortalecer formas de cooperação e associativismo.

Ao longo de minha pesquisa de campo, observei que as pessoas envolvidas na Rede têm diferentes atribuições. Agricultores são responsáveis pela produção e também pela certificação, porém alguns adquirem maior prestígio ao se tornarem líderes locais ou coordenadores das atividades de âmbito regional. Consumidores possuem o importante papel de regular a produção e a concessão de selos, no entanto é manifesto que a participação de consumidores é insuficiente. Os técnicos mediadores são essenciais na elaboração da assistência técnica, no estímulo à agroecologia em novos espaços e na formulação de projetos para angariar recursos. Uma ótima caracterização das relações entre organizações, núcleos e pessoas encontra-se em Rede Ecovida (2007).

Todavia, no que diz respeito aos objetivos da Rede, é muito peculiar o que os entrevistados elaboram discursivamente. Isto porque o conjunto de temas abordados nos documentos é sintetizado em alguns poucos aspectos vinculados a condutas sociais. Uma das mais expressivas e repetidas pelos sujeitos é a que salienta o estilo de vida ligado às práticas agroecológicas. Quase todas as pessoas com quem mantive contato durante a pesquisa reiteraram que a agroecologia não é uma técnica, mas um modo de vida. Mais que uma modificação para inserção mercantil, ela representa uma mudança de pensamento. Vejamos alguns breves, porém importantes, depoimentos. Um agricultor residente em um município vizinho a Chapecó salientou fortemente: “é preciso ver que não é um meio de ganhar dinheiro, agroecologia trata de inclusão”. Outro foi mais simples na formulação: “agroecologia é uma opção de vida”; e relacionando processo de relações sociais na vida com a produção agrícola um feirante reforçou: “a agroecologia é convivência...”. Mas é preciso ver o lugar que o mercado assume na agroecologia de modo crítico e complexo – principalmente quando envolve a produção certificada.

Faço questão de ressaltar aqui os objetivos atrelados à certificação, que aparecem muitas vezes em materiais da Rede. Neste aspecto, um dos objetivos fundamentais é a “construção da geração de credibilidade compartilhada e avaliação da conformidade participativa e sob controle social” (Rede Ecovida, 2007, p. 14). Conexo a este, outra finalidade da Rede foi adotar um selo próprio de avaliação e, como consequência, assumir uma marca-selo que seja símbolo de uma forma de identidade que a Rede propõe.

O documento reforça que a certificação é reorientada com base nas práticas e nos contextos locais. Essa perspectiva, enfatizada tanto nos documentos escritos da Rede como nas falas cotidianas das pessoas, mostra o quanto se pode perceber um movimento de duplo sentido nas relações global-local. Formas particulares e contextualizadas de agência não são separadas dos eventos e dos processos mundializados, nas quais a insistência para uma crescente certificação de produtos é eminente. Todavia, conforme pontua Escobar (1995), os discursos e dispositivos globais são resistidos, hibridizados e transformados.

Conforme descrevi anteriormente, a Rede possui diversos núcleos. Estes núcleos são o principal espaço de organização no qual interagem os agricultores, pois é neles que as ações locais são tomadas. Cada núcleo, que pode ser relativo a um ou mais municípios, possui um rol de atores vinculados, como associações de agricultores, comerciantes, cooperativa de

consumidores e grupos diversos. Os núcleos são o resultado da agregação de famílias e atores coletivos, que podem ser grupos, organizações, cooperativas ou associações. A Rede Ecovida que abrange diversos núcleos é uma rede que relaciona redes menores e comunidades locais.

O calendário das atividades mostra que eventos e encontros são momentos de aproximação e interação dos diferentes núcleos. Nos encontros e plenárias se discutem os desafios da Rede, a conjuntura social e econômica, as técnicas mais apropriadas e outros assuntos relevantes para a agroecologia. Destacam-se nestes encontros as diferentes festas e os eventos comunitários. Neles, há a troca de experiências, almoços ecológicos, atividades de formação e descontração, ações de cunho religioso (benção dos alimentos), visitas a campo, feiras e festas de sementes.

Aqui vale a pena se deter um pouco, pois a dimensão “recursos genéticos” (discurso das agências internacionais ou do Estado) ou “agro-biodiversidade” (vocabulário local) é assunto reiterado nos encontros e reuniões com outras entidades (estatais e não estatais). Em virtude do fato de que desde a implementação da modernização da agricultura nos anos 1960, via incorporação de tecnologias e disponibilização de crédito subsidiado, as sementes se tornaram mercadorias, as trocas são formas de escapar deste controle. Durante o tempo que estive acompanhando os grupos do oeste de Santa Catarina, um conjunto de ações foi tomada com vistas à conservação de sementes e multiplicação de variedades locais – como a construção do Centro de Agro-biodiversidade no município de Novo Horizonte. Aliás, a ideia de *multiplicação* é muito particular como conceito construído pelos agricultores, pois funciona como metáfora também quando os atores sociais se referem aos conhecimentos sobre o ambiente e à certificação: multiplicar e reproduzir sementes aparece como processo conjugado à multiplicação daqueles que conhecem seus usos, suas formas de reprodução e que se aplica à agricultura ecológica em geral. Penso que a preservação das sementes locais (variedades crioulas) é tanto um modo de ação (e resistência) frente aos condicionantes de mercado como uma maneira de expressar um ponto de vista, um pensamento sobre o que seja a natureza.³

A seguir, analiso a teoria social que se dedica a entender os processos de certificação, com especial atenção ao caso da agroecologia. Da mesma maneira, estabeleço as relações entre esses estudos e o caso examinado abordando as dimensões do conhecimento e da inovação.

Sobre as certificações, inovação social e conhecimentos

A literatura recente tem mostrado o crescimento do uso de selos de certificação em produtos ecológicos ou orgânicos, mas o *labeling*, pode-se dizer, é um esquema geral concernente aos mercados contemporâneos. Cito como exemplos o trabalho de Mansfield (2004), que pesquisa as certificações para produtos aquáticos orgânicos, o de Renard (2005) relativo os selos de comércio justo, as pesquisas de Moran (1993) e Bowen e Valenzuela Zapata (2009)

³ No âmbito da Rede, diversas ações têm sido implementadas para disseminar sementes livres ou formar bancos de sementes. A Epagri de Chapecó produz diversos cultivos que são distribuídos entre os agricultores, principalmente coberturas de solos. Além disso, há experimentos de outras agências estatais com milhos de polinização aberta, outros cultivares e também iniciativas da própria Ecovida (e organizações diversas) para manter variedades sempre disponíveis. A aproximação destas práticas com a problematização dos atuais dispositivos de propriedade intelectual sobre formas de vida é evidente (ver Radomsky, 2010a).

sobre os *terroir*, havendo ainda os estudos dedicados a cosméticos, florestas, biodiesel, certificação biodinâmica, artesanato, gestão ambiental, softwares e outros. Para compreender o fenômeno desde um ponto de vista mais geral não se pode desprezar aquilo que não representa a certificação estrito senso, pois há um movimento recente geral de realocização de produtos, selos de qualidade, selos que atestam a artesanidade dos produtos. Observa-se a importância que tem sido dada à distinção e simbolização de produtos e espaços (Ray, 1998, p. 4) para sua realização nos mercados (ver também Conterato *et al.*, neste volume).

Examinando-se os variados problemas de massificação e de homogeneização que a agricultura de grande escala consolidou, o final do séc. XX e o início do séc. XXI marcam um período em que há uma preocupação capital com a manutenção não apenas de recursos naturais como também das formas sociais no campo. Sob estes princípios, ideias vinculadas à noção de retorno, como “reconexão” (Ilbery e Maye, 2007; Ilbery *et al.*, 2005), ou “voltar para casa para comer” (Dupuis e Goodman, 2005) – também ligadas às noções de proximidade – se tornaram comuns como oposição ao modelo de produção e consumo anterior e reavivam o sentimento do valor moral do local (Goodman e Goodman, 2007).

Em função destas mudanças, Winter (2003) escreve a respeito de uma virada de qualidade no consumo (*quality turn*) na qual as preocupações dos consumidores seriam crescentes em relação à saúde, à segurança alimentar, às consequências ambientais da agricultura industrializada e ao bem-estar animal. Nestes espaços, onde a autenticação se torna requerida, as certificações adquirem relevância. Howard e Allen (2006, p. 439) citam três principais funções dos selos na agricultura.⁴ Primeiro, os selos informam aos consumidores a respeito de características do produto que não são visíveis, aparentes ou capazes de serem verificadas no ato da compra (uso de mão de obra, venenos, etc.). Segundo, os selos podem servir como mecanismos para implementação de políticas públicas, tal como de redução de pesticidas. Terceiro, eles podem favorecer nichos de mercado, facilitando o preço-prêmio e o crescimento das vendas para os produtores que seguem os processos ecológicos.

Pesquisas realizadas com o objetivo de compreender o papel dos selos têm apresentado resultados bastante profícuos. A partir de uma investigação comparada na Europa e na América do Norte, Ilbery (Ilbery *et al.*, 2005) observam que os esquemas de certificação geralmente se fundamentam em três elementos: o produto, o processo e o lugar, e que a maior parte dos casos utiliza dois destes aspectos combinados. A certificação funciona como um diferenciador; ela atesta a origem e incide no produto (se é raro, de qualidade, etc.) associado à maneira como é produzido (por exemplo, a artesanidade) ou ao lugar (se as condições sociais e naturais são um aspecto essencial na fabricação ou produção agrícola). Em uma publicação mais recente, Ilbery e Maye (2007, p. 512-513) mostram que esta combinação antes apresentada formaria dois pares com racionalidades distintas. No primeiro, a racionalidade do desenvolvimento territorial associa o produto ao lugar (território). No segundo, a racionalidade é combinar produtos particulares a processos. Desse modo, se as funções mais explícitas das certificações

⁴ Não poderei apresentar aqui uma sistematização mais completa e complexa acerca dos selos em geral, análise que faço em Radomski (2010b). Apenas alerto o leitor das possíveis e diferentes interpretações sobre as eco-certificações, tanto por parte de autores (a exemplo da proposta de Boström e Klintman, 2008) como das pessoas que lidam com elas no cotidiano.

na agricultura estão voltadas para a informação e para a transformação dos processos produtivos, a racionalidade dos selos apela geralmente para duas combinações: vincular produtos a territórios ou produtos a processos (os modos de fazer).

É preciso observar que no Brasil os processos de certificação para a agricultura ecológica obedeceram duas lógicas. Uma de formato burocrático, identificada com organizações e institutos que emitem certificados como uma terceira parte, ou seja, neutros em relação às propriedades rurais avaliadas. A outra, de formato mais horizontal e identificada às associações de agricultores ou ONGs ligadas ao meio rural, as quais Mesquita (2002) denominou de redes de credibilidade (ver também Meirelles e Santos, 2005; Fonseca, 2005). Entretanto, ambas formas de certificar são conhecidas e implementadas em distintos países e sobretudo são valorizadas em termos desiguais no sistema de conformidade orgânica internacional. A última forma (também conhecida como Sistema Participativo de Garantia) é a que a Rede Ecovida toma como princípio, por seus membros entenderem que nela se conforma um tipo de avaliação menos impessoal e sensivelmente preocupado com a formação e a educação do agricultor e do consumidor.

Mas como ocorre a certificação da Ecovida e o que ela compreende? Formalmente, pode-se afirmar que a certificação de uma dada propriedade rural pertencente à Rede compreende distintas fases. A família que deseja “se converter” começa a compartilhar das reuniões do grupo local e permanece um ou dois anos no processo de transição (em casos nos quais o solo está muito degradado, há necessidade de esperar mais tempo). Nesse período, devem seguir as normas da Ecovida que é dada num caderno. A própria família deve fazer um mapa da propriedade e preencher um cadastro descrevendo a propriedade em detalhes, usos de produtos químicos ou naturais, histórico da área de cultivos, etc. Então, um agrônomo da prefeitura ou do serviço de extensão deve acompanhar a propriedade periodicamente fazendo visitas e depois fazer um laudo. Logo após, o coordenador local encaminha para a comissão de ética fazer uma visita na propriedade. Feita a visita pela comissão, esta encaminha para a coordenação regional, mas não são necessárias outras inspeções, somente naqueles casos em que se desconfia da idoneidade. Nesse caso, uma outra comissão é designada para retornar à propriedade rural. Caso não haja problemas, a instância regional admite a família e ela pode ter o selo.

A propriedade pode ter apenas uma parte certificada, porém a condição é a família se propor a ampliar gradativamente até possuir toda a área certificada (a proposição geral da Rede é que a propriedade rural seja certificada em sua integralidade). A certificação é participativa e sem custo (embora haja um pagamento anual bastante irrisório). O “custo” real sempre mencionado por todos é o das pessoas se deslocarem e participarem dos eventos (ter disponibilidade de tempo). Ou seja, é essencial, pelas características do método de concessão dos selos que os membros do grupo local conheçam e visitem periodicamente as propriedades dos pares como forma de controle e, em especial, a comissão de ética, que faz visitas extraordinárias aos estabelecimentos.

Por meio de minha experiência no oeste de Santa Catarina, o que observei *na prática* é menos esquemático e mais propício à adequação contextual. A certificação é fornecida desde que os agricultores presenciem das reuniões nas propriedades dos membros do grupo, “abram” a sua propriedade de forma transparente para os outros e tenham na agroecologia uma opção de vida, como relatado muitas vezes. Portanto, a conversão desejada pelo grupo é a que preza por

um ideal, não uma conversão pelo mercado, ou seja, apenas interessada nos lucros econômicos da agricultura ecológica certificada. O detalhe é que durante as diferentes reuniões o tema “mercado” é essencial e sempre debatido; na realidade, é preciso entender que os agricultores falam dele como uma consequência do trabalho na agroecologia, por isso compreendem a ideia de conversão como dada pelo conjunto de valores sociais e simbólicos.

Se é possível compreender que os membros da Rede salientam os aspectos éticos da certificação, também pode-se concluir que emerge a importância do acompanhamento como uma forma de garantia. Os participantes contrapõem isto ao processo de certificação por terceira parte, que realiza a avaliação somente em um momento do ano. Embora não haja uma vigilância ininterrupta das propriedades para avaliar se os produtores estão sendo sinceros (e a certificação de terceira parte tem menos controle ainda), justificam a conduta que opta por dar confiabilidade ao agricultor. Numa das vezes que visitei a organização que é o epicentro político das atividades da Rede nos núcleos do oeste, um agricultor afirmou que “muito passa pela crença, desde o consumidor que acredita no selo da Ecovida – como em qualquer outro –, mas também na crença do agricultor para ele transformar sua propriedade e apostar na ecologia”. Voltarei a este ponto a seguir. Algum tempo mais tarde, em um lugar distinto, um entrevistado sugeriu que a certificação da Ecovida pode até mesmo ser mais efetiva que as feitas por auditoria. Afirmou que “ela é feita de forma participativa e responsabilizada, se em um dos membros do núcleo for encontrado resíduo de veneno em sua plantação, todos do grupo perdem a certificação”. Este respaldo coletivo geraria um sistema de reciprocidade e cuidado.

Contudo, na visão de Byé (Byé *et al.*, 2002), o que a Rede executa é uma transferência de dispositivos com apropriação do que se realiza nos EUA e na Europa para certificar produtos de origem animal e vegetal. Até determinado ponto, concordo com os autores na recolocação deste problema, uma vez que formas de controle atualizam relações de poder no panorama político-econômico internacional. Destaco inclusive que a Ifoam tem em suas ações programáticas o reconhecimento dos sistemas participativos de garantias, mas é transparente nos documentos da Federação que formas alternativas de certificação – diferentes da realizada por organismo independente (terceira parte) – são menos prestigiadas. Ainda assim, penso que a interpretação de Byé (Byé *et al.*, 2002) não valoriza adequadamente a possibilidade de inovação que existe nos outros sistemas, inclusive na Rede Ecovida. Embora existissem distintas formas de certificação ecológica no Brasil antes da Ecovida implementar seu modo, observo que houve uma elaboração programática bastante vinculada àquilo que se desejava defender e promover, ou seja, existiu um processo criativo que foi formulado por atores sociais preocupados com questões particulares, e basicamente operando a partir das referências locais, mas conhecendo o contexto internacional (sobre este último aspecto, pode-se afirmar somente a respeito de parte dos formuladores). O interessante é atentar-se para o fato de que a ação inventiva executa algum tipo de reprodução, pois talvez sejam impossíveis inovações sem precedentes; a certificação em rede, mesmo inovando a partir de uma conjuntura específica e de desejos particulares das pessoas envolvidas, reproduziu, em parte, o esquema geral da avaliação de conformidades.

Mas o leitor observará que na prática surgem novidades. Por fundamentar-se na ideia de rede de credibilidade, o selo da Ecovida pressupõe dois princípios contrários, porém complementares. De um lado, demanda a “palavra” do agricultor, ou seja, sua seriedade quanto ao processo produtivo ser feito sem uso de agrotóxicos; de outro, institui os comitês de ética

locais (compostos por pessoas também agricultoras, junto a técnicos e consumidores) que zelam pelos princípios e podem fazer inspeções eventualmente. Esta certificação também se vale de um selo, mecanismo de verificação difundido nos mercados para a aceitação dos produtos agroecológicos. Portanto, além de requisitar uma confiança que não deve ser colocada em questão, a mesma demanda um selo que chancela a mercadoria, revestindo-a de uma roupagem que poderia isentá-la da força da palavra do agricultor. Neste aspecto que o mecanismo social de geração de garantia se torna interessante. Os próprios consumidores e agricultores reconhecem que colocar um selo é relativamente simples para alguém munido de vontade de burlar o sistema,⁵ portanto a crença no *modus operandi* do agricultor (por parte do consumidor e dos outros agricultores que nele depositam confiança) jamais é dispensada; essa simetria é constitutiva da Rede e que concorre para potencializar a valorização da diferença e das experiências.

Essas considerações guiam ao tema da inovação e do papel do conhecimento no processo. Apesar de inúmeras formas de privatização do conhecimento e da existência de maneiras de monopolizá-lo cada vez mais potentes, eles sempre se amparam em formas de conhecimento tácito, não capturado. Isto é central para mostrar que é o saber difuso que permite inovações. Este conhecimento tácito viaja disperso em redes, mas geralmente no interior de grupos sociais relativamente definidos (Strathern, 1996) ou circula em territórios. James Leach fornece uma boa formulação para os modos de produção de conhecimentos e suas capacidades inventivas. Até mesmo a criatividade é um elemento chave que circula para além do indivíduo, Leach mostra que a engenhosidade é subsidiada por um processo coletivo de produção das capacidades e das habilidades:

Meu argumento tem sido sobre a concepção particular de criatividade que nós operamos no Ocidente, baseado na mente individual como o local do esforço criativo; temos tido dificuldades em registrar exatamente o tipo de criatividade dispersa que exhibe o empenho colaborativo (Leach, 2005, p. 39-40 – tradução minha).

Novidades e inovações surgem nas práticas cotidianas dos agricultores (Ploeg *et al.*, 2004) e são reforçadas pelos diálogos que se estabelecem entre atores sociais que ocupam diferentes posições no espaço social – redes de “cooperação”, tal como elabora Stuver (Stuver *et al.*, 2004, p. 97).⁶ Essa ordenação assume papel de configuração tanto no desenvolvimento da agroecologia como nos formatos de certificação, que no caso da Rede, representa mais que um ato de atribuição de credenciais: ela desenha práticas que se tornam efetivas para acesso a mercados e sensibilização de consumidores; orienta inovações que disseminam técnicas e cultivos a fim de “quebrar as rotinas” (Ploeg *et al.*, 2004, p. 1) e nutre uma capacidade de agência entre as pessoas.

⁵ Apesar desses depoimentos, cumpre recordar que os selos emitidos são controlados.

⁶ Oostindie e Broekhuizen (2008, p. 68) propõem uma distinção entre inovação e novidade. Os autores referem-se à novidade como algo que se localiza na fronteira entre o conhecido e o não conhecido, algo novo que pode ser até mesmo inesperado; enquanto a inovação já é um conhecimento codificado que pode se deslocar no espaço, a novidade se associa a um conhecimento fortemente enraizado e gerado no contexto local.

Recupero aqui brevemente uma descrição com a análise da “certificação na prática”, processo que se pode considerar central para o desenvolvimento da experiência da Ecovida em geral e que acompanhei no oeste catarinense.

Como referido anteriormente, a certificação da Rede é um processo que pode ser longo e conta com a formação das habilidades dos agricultores como papel essencial. Ao longo do ano, ocorrem reuniões que circulam entre propriedades rurais, sendo realizadas sempre no domicílio de um membro diferente. Em cada reunião, as pessoas se encontram no início da tarde no local e conversam livremente por cerca de alguns minutos até todos chegarem. A reunião então é coordenada pelo líder que traz a pauta, sempre aberta a assuntos imediatos ou inserções momentâneas. O ponto alto é logo após essa primeira discussão: a visita aos cultivos e criações do agricultor que recebe o grupo. Os convidados caminham e observam os cultivos, conversando e trocando informações, perguntando ao dono do estabelecimento sobre suas práticas e dando opiniões durante o percurso. A caminhada dura geralmente uma hora, ainda que possa tomar mais tempo dependendo do número de pessoas presentes e do terreno; as conversas mostram um grupo em sintonia e sabendo o que vê e sobre o que se fala (exceto o pesquisador, neste caso). Retorna-se à casa e inicia-se a avaliação da propriedade visitada, com novas perguntas, opiniões, conselhos multidirecionados. Vencida esta primeira etapa, o encontro se volta para a discussão dos problemas e desafios do grupo local, novidades da Rede, eventos, questões políticas e, muito frequentemente, debater sobre os membros que “estão em cima do muro”, conforme relatos (não vão às reuniões ou atuam como atravessadores).

Depois de algumas observações percebi que a reunião era mais que um encontro para discutir; ela é realmente uma avaliação com vistas a garantir a continuidade da certificação para as famílias – e uma interpelação em torno da agroecologia e da Rede. E não apenas os que estão sendo avaliados, pois a participação de todos é central para o andamento do grupo. No encontro, há a presença de agricultores certificados (alguns consolidados, outros iniciantes) e produtores em transição. Para os que estão angariando o selo, sua presença é importante para demonstrar o comprometimento; no entanto, penso que os olhares e a familiaridade com a certificação são treinados também nestas tardes. Os novatos também contribuem, pois usualmente todos são agricultores de longa data e aprenderam o ofício de forma continuada, um saber que funciona como Ingold (2000 e 2001) elucidou: não com sua transmissão para agentes passivos, mas com a “educação da atenção”. Ainda sobre as habilidades e os saberes, não é difícil perceber a proximidade deste entendimento com o conjunto de disposições que formam habilidades e construídas na história coletiva e individual (*o habitus*, no linguajar conceitual de Bourdieu). Ocorre que a agroecologia e a certificação demandam alguns novos aprendizados e novas atenções.

Notei muitas vezes que os olhares dos agricultores, seus tons de vozes e a postura se modificavam quando percebiam algo “diferente” no campo (talvez algo que achassem incorreto). A minha observação indica que são pessoas treinadas que sabem o que veem e que têm um saber suficiente para entender dos cultivos ecológicos – e que também possuem conhecimento do que pode e não pode ser certificado. Mas isso não traz garantia de “certezas”, os conhecimentos também são negociados.

O particular é que a Rede compele também a um conhecimento das certificações em geral. Um caso sintomático é de um agricultor do município de São Lourenço do Oeste, famoso por preservar sementes crioulas de inúmeros cultivos. Seu depoimento sobre selos e certificações

foi muito elucidativo. Relatou que andando por um mercado de seu município, viu produtos com selos da Rede. Buscou saber quem tinha fornecido aquele produto e os funcionários do estabelecimento se esquivaram de revelar. A insistência por parte do produtor fez os vendedores admitirem que compraram produtos de uma empresa e burlaram o sistema colocando o selo no alimento. Continuou narrando que noutra ocasião descobriu um agricultor que lhe garantiu que era certificado pela Ecovida porque dois agrônomos haviam feito a vistoria em sua propriedade rural. Comentou o entrevistado que aquilo foi a certeza de que o sujeito não tinha a permissão para uso do selo, pois ele conhece todos os agricultores certificados da região e sustentou que os agrônomos não possuem papel central no processo. Estes dois eventos narrados nos colocam em face de diferentes problemas. Seguramente, os selos da Rede têm sido buscados até por *free-riders*, o que mostra seu valor simbólico e econômico. Mas também demonstra que o agricultor está a par do que é ser certificado e do que é ser agricultor (ecológico ou não) sem certificação, além dos tipos de sanções e penalidades cabíveis. Os dois problemas relatados por este agricultor, que é um exímio conhecedor de variedades locais de milho e feijão, sugerem uma tensão na forma de proteção ao selo, que permanece controlado e simultaneamente aberto aos agricultores familiares que realmente querem se envolver na proposta da Ecovida. Além disto, o que é mais essencial para a análise aqui, os agricultores conhecem os processos de certificação e, em alguns casos, tomam a liderança nos grupos locais da Rede. Fundamentalmente, o segundo caso contado refere ao fato de que a concessão dos selos passa pelas mãos e habilidades dos agricultores, não por técnicos (embora haja colaboração para esta finalidade).

No âmbito da Rede, as inovações ou novidades promovem aproximações entre pessoas ou organizações locais, uma vez que se vale de conhecimentos parciais (muitas vezes negociados, como mencionei), mas essenciais para a continuidade da agroecologia e do sistema de certificação participativo. Tomo a ideia de conhecimento parcial de Haraway (1991), que apela para esta noção e a potencialidade das formas situadas de saberes, que nunca são (nem podem ser) totais, portanto se realizam como coletivos, porém ambicionam objetividade justamente porque reconhecem sua posicionalidade. Estes conhecimentos ensejam princípios de articulação social pela sua própria natureza de incompletude.

Considerações finais: conhecimentos, rivalidades, articulações, segmentos

A certificação para produtos agroecológicos e orgânicos se insere num movimento geral que é próprio dos mercados capitalistas contemporâneos e efetiva o poder dos selos, das organizações certificadoras e da distinção dos produtos, seja pelo processo neles investidos, pelo território onde emergem, pelas características intrínsecas dos próprios produtos ou na combinação entre estes três aspectos. Nesse processo, o poder de organismos de atuação internacional é crucial; geram discursos e representações que legitimam práticas e conformidades, na tentativa (muitas vezes bem sucedida) de enquadrar os atores. Mas no nível local, há um espaço para a reavaliação funcional das categorias administradas por estas organizações, o que implica que há resistência, hibridação, reprodução, transformação e inovação.

A implementação de um selo gerado pela participação e fundamentado na credibilidade compartilhada no âmbito da Rede incentivou o pensamento crítico sobre as práticas de certi-

ficação, gerando um sentimento de que são possíveis outras maneiras de verificação e controle da produção agroecológica, que sejam social e simetricamente construídas.

Se na paisagem dos saberes há a percepção de que as hierarquias fundamentam sistemas de poder, o próprio conhecimento local estimula uma rivalidade, pois ele se constitui em função de práticas, experiências e perspectivas. Estas podem ser conflitantes ou articuladas, dependendo dos contextos particulares onde coemergem – no entanto, sempre se corre o risco de cooptação e inserções de legitimidades que se pretendem triunfantes, fato do qual a Ecovida não escapa.

Destaco que a agricultura ecológica do sul do Brasil se funda nas experiências da agricultura familiar em geral, ambas denominações funcionam mais como segmentos do que como estruturas excludentes – os agricultores ecológicos são geralmente agricultores familiares e assumem posições que dependem do jogo de poder. Podem defender a agricultura como um todo ou conflitar com a “convencional” e buscar objetivos de grupo. Nesta relação, conhecimentos se entrelaçam ou se excluem, dependendo do que está em questão. O que se salienta é que a agricultura familiar, no caso examinado, gera uma diferença interna na agroecologia (ainda que essa não seja a única), tendo o panorama dos conhecimentos como ponto capital: na agroecologia é preciso adaptar, inovar, apropriar, construir sistemas que não se ajustam a saberes excessivamente padronizados. Entretanto, a análise precisa ainda incluir as diferentes redes e relacionalidades que se dispersam e confluem com atores heterogêneos, gerando modos para interagir e produzir conhecimentos (Escobar, 2010). Embora se possa afirmar – como muitos agricultores manifestaram para mim durante a pesquisa de campo – que certos órgãos estatais e pessoas de fora do seu mundo simbólico pouco entendem *seu* trabalho (seus valores e seus métodos), a constituição em rede e a articulação dos conhecimentos situados com os saberes científicos (por meio da pesquisa e da extensão rural) complexificam sua posição colocando-os numa gama de relações sociais, materiais e simbólicas.

Todavia, retornando ao problema da certificação, a questão é considerar se o sistema participativo e responsabilizado pode traduzir uma estratégia alternativa ao tipo de desenvolvimento que temos visto insistir desde o pós-guerra (Escobar, 1995), que nos últimos anos apela para regimes de controle, ao comércio de bens de caráter sustentável e aos sistemas rígidos de verificação dos *life-cycle* de produtos. Apesar das vicissitudes, como em qualquer projeto constituído coletivamente e no qual inovações são avaliadas no momento de sua tentativa prática (em constante atualização), a certificação desempenhada estimula e agencia a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, das práticas políticas e dos saberes que geralmente encontram-se à margem, dos modos de vida que representam outros formatos de organizar a experiência.

Agradecimentos

Diversas pessoas contribuíram para este capítulo, especialmente os colegas do projeto Ipode. Aos agricultores um expressivo agradecimento. Agradeço a Arturo Escobar por proporcionar condições de trabalho e ambiente de debate na University of North Carolina at Chapel Hill. Olavo Ghedini foi interlocutor que abriu portas aos “muitos conhecimentos” dos agricultores. Também agradeço o apoio financeiro do CNPq para a pesquisa. Registro uma

especial gratidão aos coordenadores do projeto Iponde: Sergio Schneider, Marilda Menezes e Aldenor Gomes da Silva.

Referências

- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BLASER, M. Political ontology: cultural studies without 'cultures'. *Cultural Studies*, v. 23, n. 5, p. 873-896, 2009.
- BOSTRÖM, M.; KLINTMAN, M. *Eco-standards, product labelling and green consumerism*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2008.
- BOWEN, S.; VALENZUELA ZAPATA, A. Geographical indications, *terroir*, socioeconomic and ecological sustainability: the case of tequila. *Journal of Rural Studies*, v. 25, n. 1, p. 108-119, 2009.
- BYÉ, P.; SCHMIDT, V.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 81-93, jul./dez. 2002.
- DUPUIS, E. M.; GOODMAN, D. Should we go "home" to eat?: toward a reflexive politics of localism. *Journal of Rural Studies*, n. 21, p. 359-371, 2005.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. Postconstructivist political ecologies. In: REDCLIFT, M.; WOODGATES, G. (Ed.). *International Handbook of Environmental Sociology*. 2. ed. Cheltenham: Elgar, 2010, p. 91-105.
- FONSECA, M. F. de A. C. *A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, agricultura e sociedade). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Localism, livelihoods and the 'post-organic': changing perspectives on alternative food networks in the United States. In: MAYE, D.; HOLLOWAY, L.; KNEAFSEY, M. (Ed.). *Alternative food geographies: representation and practice*. Amsterdam: Elsevier, 2007, p. 23-38.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: _____. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991, p. 183-201.
- HOWARD, P. H.; ALLEN, P. Beyond organic: consumer interest in new labeling schemes in the Central Coast of California. *International Journal of Consumer Studies*, v. 30, n. 5, p. 439-451, sept. 2006.
- ILBERY, B.; MORRIS, C.; BULLER, H.; MAYE, D.; KNEAFSEY, M. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005.

ILBERY, B.; MAYE, D. Marketing sustainable food production in Europe: case study evidence from two dutch labelling schemes. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 4, p. 507-518, 2007.

INGOLD, T. *The perception of the environment*. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

_____. Beyond art and technology: the anthropology of skill. In: SCHIFFER, M. (Ed.). *Anthropological perspectives on technology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001, p. 17-31.

LATOURET, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

LEACH, J. Modes of creativity and register of ownership. In: GHOSH, R. (Ed.). *Code: Collaborative Ownership and Digital Economy*. Cambridge: The MIT Press, 2005, p. 29-44.

MANSFIELD, B. Organic views of nature: the debate over organic certification for aquatic animals. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 2, p. 216-232, 2004.

MEIRELLES, L.; SANTOS, L. C. R. Ecovida agroecology network: developing credibility. In: IFOAM (Ed.). *Participatory guarantee systems: case studies Brazil, India, New Zealand, USA*. Germany: Ifoam, 2005, p. 33-44.

MESQUITA, Z. *Certificação de produtos orgânicos: percepções no setor de ecotecnologias – ECOTEC – da Cooperativa Ecológica Coolméia: primeiras aproximações*. V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários – IESA, Florianópolis, 2002, p. 1-17.

MORAN, W. Rural space as intellectual property. *Political Geography*, v. 12, n.3, p. 263-277, 1993.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. The dynamics of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorcum, 2008, p. 68-86.

PLOEG, J. D. van der *et al.* On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 1-30.

RADOMSKY, G. F. W. Propriedade intelectual e certificação de produtos da agricultura ecológica. In: LEAL, O. F.; SOUZA, R. (Org.). *Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológicos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010a, p. 199-221.

_____. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010b.

RAY, C. Culture, intellectual property and territorial rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 38, n. 1, p. 3-20, 1998.

REDE ECOVIDA. *Uma identidade que se constrói em rede*. Lapa, PR, jul. 2007, p. 1-46. (Caderno de Formação n. 1).

RENARD, M. C. Quality certification, regulation and power in fair trade. *Journal of Rural Studies*, v. 21, n.4, p. 419-431, 2005.

STRATHERN, M. Potential property. Intellectual rights and property in persons. *Social Anthropology*, v. 4, n. 1, p. 17-32, 1996.

STUIVER, M.; LEEUWIS, C.; PLOEG, J. D. van der. The power of experience: farmers' knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, J.; PLOEG, J. D. van der. (Ed.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 93-118.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies making reconnections. *Progress in Human Geography*, v. 27, n. 4, p. 505-513, 2003.

PARTE IV

**Os atores em ação:
práticas e processos de construção
de interfaces e alternativas**

Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS)

Rozane Márcia Triches

Elisângela Froehlich

Sergio Schneider

Introdução

No Brasil vem ocorrendo uma complexa trama no que diz respeito à questão alimentar e nutricional da população. Observa-se nas últimas décadas um fenômeno chamado de “transição nutricional”, caracterizado por um aumento dos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis, associados ainda a uma grande, mas declinante, prevalência de déficits nutricionais. Somado a isso, na esfera da produção, se fortalece um modelo produtivo pautado na agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos, com consequências ambientais e sociais, como a marginalização de grande parte de produtores rurais e aumento da pobreza no campo.

Para fazer frente às tendências citadas, na última década o Estado tem abordado modelos estruturantes pautados nos conceitos de segurança alimentar e nutricional sustentável (SAN). Estas políticas se constituem a partir de dois componentes básicos: o componente alimentar, relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento; e o componente nutricional, relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica do alimento e, portanto, ao estado de nutrição da população. Destes componentes, propõem um modelo agroalimentar mais sustentável, que aproxime a produção de pequenos agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para uma reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade.

Os programas públicos alimentares como o Programa de Alimentação Escolar (PAE)⁷ surgem como potenciais reintegradores destes componentes, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Por um lado, integrando políticas relacionadas à saúde da população de escolares, e por outro, criando mercados para os produtores locais e também fomentando boas práticas ambientais. Estas

⁷ Desde 1988 a alimentação escolar é um direito dos alunos garantido em constituição, e, portanto, um programa permanente.

potencialidades tornam-se ainda mais viáveis com a medida provisória n. 455 de 21/1/2009 que passa a ter forma de lei em 16 de junho do mesmo ano (lei n. 11.947), que por sua vez, é regulamentada um mês após pela resolução n. 38.

Esta lei passa a ser um marco nas políticas públicas relativas à SAN. Em primeiro lugar, porque ampara, explicitamente, a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE para o PAE na aquisição de gêneros alimentícios destes fornecedores. Em segundo lugar, porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras.⁸ Se até então todas as compras para o PAE estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”: dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14. A sanção desta lei coroa a revisão da legislação do programa, que, juntamente com o aumento dos recursos estatais alocados e com a maior abrangência da população atendida, reflete a revisão na regulação política do país desde 2003.

No ápice desta conquista é que o estudo a seguir pretende contribuir. De antemão, parte-se do princípio de que esta construção ocorreu a partir de experiências já existentes e que, no caso a ser estudado, a prática não foi disparada por legislações, ao contrário, era coagida por elas. Embora poucas iniciativas existissem até a obrigatoriedade legal, apesar dos 50 anos de existência do programa, e como o modelo de abastecimento alimentar dominante na maior parte dos municípios e estados brasileiros ainda seguia a lógica da produção em massa, caracterizada por cadeias longas de abastecimento e por concepções de qualidade padronizadas e convencionais, alguns municípios se viram compelidos a modificarem esta estrutura.

Quer se dizer com isso que, mesmo estando abaixo das mesmas condições regulamentares dos outros municípios, alguns locais “modificaram” a estrutura existente, apontando para o fato de que os atores sociais e o local são importantes componentes a serem considerados nos processos de mudança e na construção de mercados. Parte-se do princípio de que um mercado não é idealizado e planejado *a priori*, mas sim construído de forma fragmentada, contingente, combinada, e que as iniciativas locais são precursoras e, conjuntamente com as posturas do Estado, potencializadoras das mudanças.

Segundo Long (1992), os atores sociais não são simplesmente uma categoria social desincorporada, ou recipientes passivos de intervenção, mas sim participantes ativos que processam informações e estratégias em suas negociações com vários atores locais, bem como personagens e instituições de fora. Nesta perspectiva, o autor combate as teorias que tentam explicar as mudanças sociais pelo viés culturalista ou estruturalista, defendendo que seus estudos tentam se concentrar sobre os comportamentos inovativos, os processos de decisão ou de que

⁸ Frisa-se que antes desta legislação o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, instituído em 2003, já adquiria produtos da agricultura familiar sem processo licitatório na tentativa de desburocratizar o processo. Nesta construção, o PAA destacou ainda mais o grande potencial do Programa de Alimentação Escolar em concretizar as políticas de segurança alimentar vinculando consumo e produção. No entanto, vale destacar que os recursos orçamentários destinados ao PAA são do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e são alocados exclusivamente para a aquisição de produtos agropecuários das unidades familiares de produção enquadráveis no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e caracteriza-se ainda como uma política de governo e não de Estado.

forma os indivíduos mobilizam recursos para construir redes sociais. A agência, segundo o autor supracitado, não seria somente a capacidade de tomar decisões, mas, principalmente, as ações particulares que fazem a diferença para o estado preexistente ou curso de eventos, que são compostas de relações sociais e só são possíveis através delas. Caracteriza-se por uma rede de atores e sua habilidade de influenciar outros em prol de um projeto. O que requer uma geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens específicos através de certos pontos de interação.

A ação estratégica se caracterizaria por um poder que os atores têm de mesmo dentro de um modelo cultural ou social dominante serem agentes hábeis em mudar as circunstâncias para resolver seus problemas de uma forma coerente, organizando seus recursos por meio de uma persuasão ativa em relação aos seus projetos e pela construção de seus próprios padrões de organização. A organização das práticas refere-se não somente a instituições formais, mas também a forma como os grupos de consumidores ou produtores se organizam em sua vida diária. Entendendo a organização como um processo, buscar-se-ia entender como as entidades criam suas próprias regras, princípios ou cultura e como os elementos simbólicos são usados e manipulados por diferentes atores.

Por outro lado, a linguagem é usada para construir e legitimar certos papéis, regras e códigos. Nesse sentido, a prática discursiva tem o poder de capturar e exercitar o poder de algumas pessoas, argumentos e organizações contra outras, através de específicos acontecimentos, em arenas particulares, sobre vários períodos de tempo (Long, 1992). Esta abordagem assume que os atores são capazes de formular decisões, agir sobre elas, inovar e experimentar. A inovação, neste caso, não estaria veiculada a algo vindo de fora, e nem referida a aspectos puramente econômicos, mas também, aos novos aspectos culturais da população ou de integração social, por exemplo. Neste caso, o termo inovação nestes projetos não é sinônimo apenas de novos produtos e serviços, mas sim uma forma de diversificação da economia, de criação de novas redes e relações sociais, da junção de identidades locais em uma determinada área rural, da disseminação de conhecimentos, da soma de esforços entre atores e instituições, dentre outros aspectos.

A literatura internacional indica que o surgimento de formas diferenciadas de relações sociais e econômicas que determinam modelos alimentares que fogem ao convencional, parte de movimentos que surgem tanto da necessidade de sobrevivência dos pequenos agricultores, quanto, principalmente, na atualidade, da demanda dos consumidores e suas preocupações e concepções de qualidade em relação aos alimentos. Neste contexto, o reconhecimento da ruptura e da desconexão na cadeia alimentar implicaria no apoio e na ideia da sobrevivência agrícola e da restauração da confiança na produção de alimentos pelo consumidor, através da construção de cadeias alimentares localizadas pautadas em “economias de qualidade” (Callon *et al.*, 2002) e na sustentabilidade (Morgan, 2008).

Embora exista a construção de dispositivos alternativos construídos principalmente pela relação e interação dos atores locais, o setor público tem um papel fundamental na definição dos modelos de desenvolvimento e qualidade a serem seguidos. Numa crescente crise do atual sistema alimentar associado à questão agrícola e às questões de saúde e nutrição, o Estado tendo o dever de promover bens públicos que considerem as necessidades da população, e com o poder de controlar o mercado das aquisições públicas, constitui-se como um ator com

capacidade de desenhar sistemas socioeconômicos que incorporam preocupações e viabilizam determinados modelos. O Estado também se configura como a instituição mais legítima e poderosa para transpor iniciativas locais para um nível mais amplo.

Nesta perspectiva, estudos recentes advindos da academia britânica têm procurado desenvolver abordagens teóricas mais integradas e holísticas para a produção e consumo. Exemplo disto é o trabalho realizado na Universidade de Cardiff que, dentre outros temas, tem utilizado o “*school meals*” para explorar as relações entre estratégias de produção baseadas na qualidade e as formas de discernimento dos consumidores que procuram alimentos mais confiáveis, ou seja, frescos, locais e de conhecida procedência. No centro desta temática está o conceito de aquisições públicas sustentáveis (Morgan, 2008), que aponta, entre outros fatores, para o poder de regulação do Estado para a criação de mercados para agricultores locais e para a promoção de saúde e bem-estar, referenciando-o como política de saúde pública. Neste sentido Lang e Heasman (2004) defendem o conceito de um “paradigma ecológico integrado”, mostrando que a saúde e os recursos naturais estão intimamente ligados e que a sustentabilidade está intrinsecamente conectada com ambos.

Diante do exposto, pretende-se discutir a partir do caso do município de Dois Irmãos (RS), como o Programa de Alimentação Escolar foi utilizado para construir novas relações de produção e consumo, promovendo alternativos, diferenciados e/ou heterogêneos modelos agroalimentares.

O Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos (RS): a construção social de um novo mercado para a agricultura familiar

O município de Dois Irmãos é integrante da região metropolitana de Porto Alegre, localizado a apenas 52 km da capital na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 27. 572 habitantes, uma área de 65,16 km², com uma densidade populacional de 424,18 hab/km², sendo o 7º município mais urbanizado do estado no ano de 2000 (BRASIL, 2011). O PIB *per capita* em 2008 foi de R\$ 19.571,73 (BRASIL, 2011) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) segundo o PNUD 2000, de 0,812.

Sua história está ligada à colonização alemã no Estado, que teve início no ano de 1824 na antiga colônia de São Leopoldo. Os imigrantes vindos diretamente da Europa se afirmaram sobre a agricultura, o artesanato rural e o comércio, sendo o comércio rural o principal mecanismo de contato com os imigrantes das colônias com a sociedade gaúcha (Schneider, 2004). Dois Irmãos recebeu os primeiros colonos a partir de 1825 e teve sua ocupação basicamente através da atividade agrícola desenvolvida nos lotes que se alinharam lado a lado, no sentido norte-sul. Essa forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e às dificuldades de comunicação, foram fatores decisivos à formação e manutenção de uma sociedade endogâmica e relativamente fechada sobre si mesma até meados da década de 1950, quando foi desarticulada por um duplo processo de transformação estrutural da economia do estado. Por um lado, as mudanças ocorridas na agricultura familiar e, por outro, em razão do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista (Schneider, 2004).

Isto permitiu ao colono reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola ao mercado de trabalho não agrícola. Dessa forma, constitui-se uma mudança na estrutura produtiva da agricultura familiar, que passa de um modelo colonial para assumir traços de uma *part-time farming* e da pluriatividade (Schneider, 2004).

Importante destacar que de predominantemente rural, atualmente o município se caracteriza por ser urbano, com uma área rural reduzida a menos de 10% da área total. Explica-se o fato ao processo de industrialização supracitado e à emancipação de dois outros municípios: Santa Maria do Herval em 1988 e Morro Reuter em 1992, regiões em que a área rural era mais extensa. Segundo dados da Emater local, o meio rural de Dois Irmãos ainda hoje se caracteriza por pequenas propriedades, onde se destaca o cultivo de mandioca, feijão, olerícolas, milho, além da criação de bovinos de leite, bovinos de corte, caprinos, peixes, produção de ovos, mel, e agroindustrializados (néctar e doces de frutas, doces de leite e ovos, queijo de cabra, leite, cachaça). Estes produtos são comercializados em sua maior parte no mercado interno ou regional e, também, para autoconsumo. Porém, a maior área é utilizada para a silvicultura. Segundo o censo agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos agropecuários era de 127, ocupando uma área de 1.727 hectares, distribuídos entre as áreas rural, urbana e rurbana.⁹

Das motivações, interesses e necessidades dos atores

O Programa de Alimentação Escolar do município de Dois Irmãos era abastecido com gêneros alimentícios adquiridos pela instância federal até 1994, quando inicia no país o processo de descentralização. Até então, segundo a coordenação do PAE municipal, os alimentos recebidos nem sempre chegavam ao município em bom estado para consumo. Em 1995, o município cria o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), exigência legal para receber os recursos e assumir o gerenciamento do programa. A este conselho caberia a fiscalização e controle da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar. O PAE, então, passa a ser gerenciado pelo Serviço de Alimentação Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (Semec) com o assessoramento do CAE.

A partir de 2000, iniciam as discussões sobre a qualidade dos alimentos de forma mais intensa, em virtude da baixa aceitabilidade e aproveitamento dos gêneros adquiridos, mesmo após a descentralização, em virtude das limitações do processo licitatório. Somado a isso, em 2003-2004 foram realizados alguns diagnósticos demonstrando um quadro alimentar e nutricional preocupante, atestando a tendência nutricional observada no país, ou seja, o aumento dos índices de sobrepeso associados a práticas alimentares caracterizadas pelo consumo de alimentos com alta densidade energética e industrializados em detrimento dos básicos e mais naturais. A pesquisa realizada nos municípios de Dois Irmãos e Morro Reuter com escolares de 8 a 10 anos (Triches e Giugliani, 2005), verificou que 17% estavam acima do peso e que a obesidade estava fortemente associada a práticas alimentares menos saudáveis e que os co-

⁹ Esta classificação é dada pelo Plano Diretor do Município (lei n. 2.375/2006), que estabelece os critérios para o macrozoneamento. Convém ressaltar que os agricultores que estão na zona considerada urbana, mas que comprovem a sua utilização para fins de produção agrícola são classificados como contribuintes do ITR e não do IPTU.

nhecimentos sobre nutrição não eram suficientes para que estas crianças se conscientizassem e melhorassem suas práticas. Essas constatações levaram a concluir que o *ambiente* é decisivo na formação de hábitos alimentares, e fundamental para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade. Foi com esta concepção que o Serviço de Alimentação Escolar deste município começou a trabalhar no sentido de rever as questões de qualidade dos alimentos remetendo este conceito às questões organolépticas e culturais, associadas às questões nutricionais e sanitárias. Disso resultaram as motivações para repensar a procedência e métodos de produção que providenciassem alimentos mais frescos, naturais, tradicionais e saborosos, que conquistassem o paladar dos alunos para alimentos como frutas, verduras e gêneros menos processados, integrais e típicos da região.

Deve-se frisar que estas preocupações tomaram mais fôlego e acentuaram as discussões sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a partir do movimento iniciado a nível regional para a inserção de produtos da agricultura familiar no programa.¹⁰ O município foi participante deste movimento, que vinha de encontro às necessidades suprarreferidas. Para tanto, vários atores e entidades foram citadas como responsáveis por este movimento no município: a secretaria de educação através da Coordenação da Alimentação Escolar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Emater, merendeiras, professores e direções, pais de alunos, agricultores, secretaria da saúde através da vigilância sanitária e o departamento da agricultura. Os encontros e discussões entre estes atores sobre o assunto tomavam acento principalmente dentro do Conselho de Alimentação Escolar e, com menor intensidade, no Conselho de Desenvolvimento Rural. Estas entidades reuniram esforços para incentivar, ajudar e mobilizar os agricultores, visitando-os ou convidando-os para participar das licitações. Segundo Emater e STR havia também o interesse de procurar alternativas de mercado para a agricultura familiar, porém este não teria sido o motivo primeiro, mas sim uma motivação que se unia e vinha de encontro à proposta. O interesse dos agricultores pela alimentação escolar, segundo eles, foi pela segurança e solidez que este mercado providenciava, mas também por ser um vetor de comércio local e, também, pela preocupação em fornecer um alimento que o consumidor demandava, um alimento de qualidade.

Em 2004, efetivou-se esta prática, com o início da participação de produtores rurais nos processos licitatórios. Desde então, já participaram diretamente como fornecedores, sete agricultores individuais, uma cooperativa e uma associação que produz leite integral pasteurizado tipo C, néctar de uva orgânico, geleia e doces em pasta de frutas orgânicas, doce de

¹⁰ Entidades como a Emater e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), na tentativa de criar mercados para a agricultura familiar, bem como promover desenvolvimento local e soberania alimentar (Emater, Fetag e prefeituras municipais, 2006) foram responsáveis por um movimento regional iniciado em 1998, no município de Rolante (RS). Em 1999, esta iniciativa produziu repercussão em outros municípios, culminando, em 2004, no Seminário Regional sobre Alimentação Escolar. Neste, participaram 15 municípios, representados por secretários municipais, técnicos, integrantes de conselhos municipais, agricultores, merendeiros, professores e diretores de escolas, que discutiram amplamente a questão de aquisição de produtos locais para o abastecimento das escolas. Deste encontro criou-se uma comissão multidisciplinar, interinstitucional e intermunicipal, com objetivo de dar suporte técnico e estratégico aos municípios, além de divulgar o tema para outras regiões do estado e do país. Para tal função, a comissão elabora e lança, em 2005, o Manual de Alimentação Escolar, atualizado e relançado em 2006, frisando a latência do mercado institucional como demandante de produtos da agricultura familiar.

leite, ovos de galinha caipira e de codorna, mel em pote e sachê, hortaliças, frutas, melado, feijão e arroz. Abastecendo dessa forma, toda rede municipal de ensino, constituída por onze escolas municipais, o que representa em torno de 3.500 alunos. Considerando o ano de 2009, o município recebeu o montante de R\$ 151.591,35 do governo federal para o PAE. Desses, R\$ 89.068,69 foram utilizados para compra de alimentos da agricultura familiar, ou seja, praticamente 60% do total do recurso federal.

Das dificuldades e das estratégias de superação

Um enfoque orientado ao ator se emprega com a simples ideia de que nas mesmas ou similares circunstâncias estruturais se desenvolvam formas socialmente diferentes. Tais diferenças refletem variações nas maneiras em que os atores intentam encarar ou lidar com as situações, cognoscitiva, organizacional e emocionalmente (Long, 2007, p. 55-56). Dessa forma, como visto acima, o município de Dois Irmãos, a partir de ações particulares produziu uma diferença no abastecimento do programa, inserindo produtos da agricultura familiar. As motivações, necessidades e interesses dos atores envolvidos os levaram a repensar o modelo e, para tanto, determinadas dificuldades tiveram que ser superadas. Três delas se destacam nos depoimentos: 1) burocracia do processo licitatório; 2) formalizações dos produtores, principalmente em relação às questões sanitárias; e 3) organização da produção, comercialização e logística.

Todos os recursos utilizados em compras públicas, inclusive os remetidos à alimentação escolar, obrigatoriamente, deveriam ser licitados.¹¹ Para tanto, a entidade executora municipal realizava no mínimo dois processos licitatórios por ano na modalidade pregão presencial ou eletrônico e, para compras emergenciais, convite ou dispensa de licitação.

A questão da burocracia das aquisições públicas foi enfrentada a partir de intensas discussões no CAE. O encontro de diversos atores representando tanto os consumidores (professores, pais e coordenação do serviço), como os produtores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater), além de outros convidados como a vigilância sanitária, secretarias da Agricultura e da Saúde, resultou na formulação de estratégias capazes de contornar os problemas burocráticos. Por meio destas aproximações, ocorreu a reformulação dos cardápios e das especificações dos produtos conforme o que e quanto era produzido pelos produtores rurais do local e o auxílio na adequação aos mesmos quanto aos documentos necessários para sua participação dos processos licitatórios.

Em virtude de que todo processo de aquisições públicas deve atender à lei 8.666/1993, e que esta especifica apenas os documentos necessários referentes a empresas, o município, em conjunto com o departamento de compras e departamento jurídico, adaptou o trâmite considerando alguns documentos do produtor rural como símiles ao exigido às pessoas jurídicas. Para que os agricultores pudessem participar do certame, tinham de apresentar o cadastro de pessoa física (CPF) e o bloco do produtor rural, além de negativas de débito das diferentes esferas estatais.

¹¹ A dispensa licitatória pode se dar em algumas situações emergenciais ou em objetos que não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00/ano, e mais recentemente, em função da lei n. 11.947 de 16/6/2009.

Mesmo com esse auxílio, a manutenção do vínculo era dificultada, segundo depoimento da coordenação do serviço do município, pela própria Lei de Aquisições Públicas, que tem como uma de suas prerrogativas a livre concorrência, e a isonomia, devendo selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, vetando-se aos agentes públicos agir de forma a frustrarem ou restringirem o seu caráter competitivo. Decorrente disto, os agricultores familiares, ao participarem deste certame, o fazem concorrendo com outros fornecedores e atravessadores e obedecem também a exigências documentais. Nesta condição, muitas vezes, não conseguem concorrer com grandes atacados e varejos, seja pela questão do valor dos produtos, seja pela falta de informações e familiaridade com os processos, seja pelas exigências estruturais que são onerosas e que incluem uma formalização que demanda muitas vezes uma carga tributária que eles não conseguem sustentar. Neste sentido, a proposta “mais vantajosa” citada acima desconsidera os benefícios sociais atribuídos à inclusão de agricultores familiares no mercado e, ainda, os benefícios de uma boa alimentação e de hábitos saudáveis promovidos por seus gêneros mais frescos, locais e tradicionais.

Para suplantarem estas questões, as especificações dos produtos nos editais passaram a ser mais detalhadas, além de virem com exigências de qualidade referindo características de produção e manipulação diferenciadas que condiziam ao que e como eram os alimentos produzidos na região. O exemplo do leite produzido no município que se distingue dos demais leites pasteurizados tipo C pela característica da manutenção da gordura (tipo “integral”), sem a sua padronização a 3% (tipo “padronizado”), como é a maioria dos oferecidos no comércio. Estes gêneros passavam também pelo núcleo de controle de qualidade, que atentava para o atendimento estrito às exigências do edital, podendo desclassificar as propostas que não estavam de acordo com o padrão de qualidade descritos. Assim, o proponente deveria, além de oferecer o menor preço, também comprovar a qualidade exigida para fornecer determinado gênero alimentício ao PAE.

A dificuldade em relação às questões sanitárias estava associada às formalidades exigidas como critério de qualidade, como os registros de inspeção sanitária, registros nos ministérios concernentes (dependendo do produto), cadastros e alvarás do estabelecimento, entre outros. Segundo os próprios agricultores e o STR, estas exigências impossibilitavam a sua formalização devido à necessidade de tomarem uma série de medidas que exonerariam a produção a ponto deles não conseguirem se adequar.

Outra questão foi a sanitária. Foi e ainda é um grande problema dentro da estrutura mínima exigida. Eles (agricultores) têm medo de investir porque não têm certeza do sucesso, eles têm muito receio de cumprir todas as exigências sanitárias e não ter retorno. Foi o único motivo que prejudicou. Mesmo que o município tente facilitar, não dá. Acho que a fiscalização deveria acompanhar com a estrutura que se tem e no decorrer que ela vá exigindo a adequação necessária. Inverter um pouco a lógica (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 set., 2008).

Para a superação deste entrave, o município contou com ações conjuntas entre a Secretaria de Saúde e Agricultura para a implementação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que promoveria um maior número de produtores aptos, do ponto de vista sanitário, a venderem seus produtos para a merenda escolar do município. Em 2006, foi criada a lei n. 2.315, regulando a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Até então, somente dois produtores de leite possuíam o SIM, inspecionados por profissionais

veterinários da própria prefeitura, muito embora não existisse ainda a regulamentação legal e, segundo os entrevistados, este serviço não fosse eficiente e rápido o suficiente para atender a demanda. Dessa forma, houve a necessidade de fortalecer a parceria entre os diferentes técnicos e instituições envolvidas, desencadeando uma relação de confiança sem exigências de rótulos, etiquetas ou certificados. Esta confiança era baseada no conhecimento do processo de produção dos alimentos pelos técnicos da prefeitura e Emater, criando outros mecanismos para superação das questões de documentação e inspeções sanitárias, como por exemplo, segundo o técnico da Emater:

Em relação à documentação, o termo para a superação é “arranjo”. O “arranjo” foi feito pela confiança do produto elaborado e essa confiança é dada pelas instituições de base, Sindicato, Emater, Secretaria de Agricultura e pelo histórico dos produtores e os resultados que ele obteve. Existe essa confiança, seus produtos não vão ocasionar mal à saúde de ninguém. Depois, por parte do pessoal da nutrição em entender que isso é importante. Que os alimentos têm um diferencial positivo (H. M. B., Emater, Dois Irmãos, 14 out. 2008).

Este esforço parece estar centrado na busca de uma “qualidade” alimentar além dos padrões estabelecidos. Uma qualidade baseada em relações de confiança, no conhecimento sobre quem e como produz, no maior comprometimento do produtor e na maior exigência do consumidor que a localização propicia. Comprometimento este associado à necessidade da manutenção e aumento do mercado pela credibilidade de quem produz e pela exigência associada à satisfação dos interesses relacionados à saúde de quem consome, corroborados nos depoimentos abaixo.

Na fala em relação ao consumo:

Sim, eu tenho muito confiança. Pela qualidade que vem até nós, até o produto chegar na escola, alguém já foi olhar, experimentar, investigar, que a pessoa responsável que comprou tem confiança antes de nós. A gente teria confiança mesmo sem este intermediário, porque é um produto de qualidade. A gente usa no dia-a dia, experimenta, a gente sabe como é, a gente conhece e lida com ele todo dia. Já comprei do Falkoski (agricultor/fornecedor), faço propaganda. Eles são bem falados no município. Nunca foi encontrado um ovo estragado, são bem selecionados (L. K. M., V. K., R. I. B., merendeiras, Dois Irmãos, 9 set. 2008).

Não é artificial, não tem agrotóxico, até no cheiro, a gente sente no gosto, quando come é diferente. A gente tem confiança, porque a gente faz certo então a gente confia que os outros também vão fazer (L. K. M., V. K., R. I. B., merendeiras, Dois Irmãos, 9 set. 2008).

Na fala em relação à produção:

[...] são produzidos especialmente para um consumidor (escolares) e por isso destinam (os agricultores) a eles (alunos) o que tem de melhor na propriedade. Para permanecer neste mercado, porque eles valorizam este mercado. Eles têm receio de perdê-lo porque ele é aberto, todo mundo pode concorrer contigo (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

Segundo os depoimentos da Emater e STR, outra dificuldade enfrentada foi a organização dos agricultores com uma nova lógica de mercado. Um mercado mais exigente em relação à qualidade e que conta com aquela produção, não podendo haver falhas no abastecimento.

A maior dificuldade foi mostrar ao agricultor que era possível vender para o Programa. Ele não estava preparado para uma produção maior, com mais tecnologia, e que tinha que avançar na questão da qualidade. Por essa dificuldade de ele mesmo ter que enfrentar o mercado, o consumidor mais exigente. Teve que passar a lidar com aquilo que até então não fazia. Teve que sair de um papel mais de paternalismo para um papel mais autônomo. Outro problema foi o conhecimento do Programa, fazer a entrega em vários lugares, a questão da logística, principalmente na questão das hortaliças. Tem que saber se organizar, gerenciar sua própria propriedade. Antes eles vendiam o excedente, agora eles têm que mandar o que precisa. Eles são obrigados a levar, tem pessoas dependendo daquele produto. A agricultura não é uma indústria, ela precisa de seu tempo. Para produzir tantos pés de alface, não adianta ficar enchendo de adubo, ela tem que ter seu tempo. Então eles têm que ser bem organizados. É um avanço como forma de aprendizado (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

No entanto, com o auxílio das instituições e com a adaptação ao processo com o tempo, os agricultores conseguiram se adequar como segue o exemplo da produção de leite citada pelo extensionista e confirmada pelo produtor:

Como o leite, aumentou a quantidade. Eles se preparam para esse mercado não deixando a vaca parir no verão, controlando a lactação, a inseminação, já que no verão não há aulas e diminui a demanda (H. M. B., Emater, Dois Irmãos, 14 out. 2008).

Da governança: o papel do Conselho de Alimentação Escolar

Segundo Long (1992), a coalizão de atores que, pelo menos em um momento dado, compartilham alguma definição de uma situação, ou metas similares, interesses ou valores e que acordam, tácita ou explicitamente, perseguir certos cursos de ação social, permite ordenar e sistematizar a experiência, tomar decisões e atuar em consequência. Para o mesmo autor, os atores coletivos podem ser constituídos de maneira informal ou formal e organizados de modo espontâneo ou estratégico.

Neste exemplo, a organização foi constituída de maneira formal e estratégica a partir do CAE. Esta foi uma das entidades mais citadas nas entrevistas como local de encontro para discutir os problemas referentes à alimentação escolar, traçar estratégias e providenciar negociações. Por sua vez este conselho, desde sua criação, passou por algumas modificações em sua constituição, sendo atualmente composto (conforme resolução n. 38/2009 do FNDE/PNAE) pelos seguintes representantes com respectivos suplentes: um representante do poder executivo, dois dos professores, dois dos pais de alunos e dois da sociedade civil. Destes representantes, destaca-se que participam atualmente do CAE municipal entidades como o STR, a Emater, Associação dos Cunicultores, Vigilância Sanitária, Serviço de Inspeção Municipal e Secretaria da Educação.

A partir das atas de reuniões e dos depoimentos dos entrevistados, verifica-se a mobilização e comprometimento destes atores nas discussões e tratativas referentes às questões da alimentação escolar e o seu amparo junto ao poder público. Segundo depoimento de um dos conselheiros:

[...] as idéias são ouvidas, não são como em outros lugares que as decisões são de gabinete e o Conselho serve apenas para constar, fazer uma “reuniãozinha”. Me envolvi de corpo e alma dentro do CAE. Desde que entrei no Sindicato praticamente participo do CAE. Gosto de poder contribuir, a gente sente que pode ser útil (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

A agência, implicando na geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos através de pontos nodais de interpretação e interação, explicita como os atores sociais se comprometem e são envolvidos nos debates acerca da atribuição de significados sociais aos eventos particulares, ações e idéias. Com esta disposição da sociedade civil e do poder público, o processo de compras de alimentos de agricultores familiares começou a ser discutido e implementado, conforme depoimentos abaixo:

Acho que o CAE tomou a frente, chamava os outros segmentos, ia atrás, via o interesse dos outros, promoveu encontros. Dentro do CAE procurei opinar, questionar, participar de tudo que era proposto neste sentido. Eu achava que era muito positivo e tinha muito para dar certo (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

[...] o responsável pelo movimento foi um conjunto de entidades que se uniram e que formavam o CAE. Tinham uma idéia semelhante. (P. J. B., STR, Dois Irmãos, 22 out. 2008).

Verifica-se nos depoimentos que os envolvidos concordam quanto à questão da necessidade da união de forças e do trabalho conjunto na busca de um objetivo comum. Segundo o técnico da Emater, “o mais importante de tudo era a existência de uma consciência coletiva de onde se queria chegar. As ações e as adequações efetuadas visavam um objetivo comum”. Remete-se à importância de um acompanhamento contínuo, da vontade política, da sensibilidade e conscientização dos atores sociais e de concepções de qualidade diferenciadas, visto a grande dificuldade em manter o vínculo nos termos regulatórios e burocráticos existentes. Convém destacar também que os atores se sentiam fazendo parte do processo de alguma forma, eram em parte “donos” do projeto, porque de alguma forma, este vinha ao encontro de seus interesses, necessidades ou motivações e contribuía para fortalecer vínculos, motivando-os e valorizando-os.

Ou seja, havia articulação de projetos, interesses e perspectivas de outros atores, o que vai de encontro às interações de interface que pressupõem algum grau de interesse comum, mas que também têm uma propensão para a geração de conflito devido aos interesses contraditórios e objetivos ou das relações de poder desiguais. Assim, embora houvesse a vontade dos atores envolvidos, existiam normas e instituições, como visto acima, que barravam as ações. Para a criação de um espaço de manobra, era necessário um grau de consentimento, de negociação, e assim, um grau de poder, manifestado na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa,

autoridade e capacidade para a ação, seja em primeiro plano ou nos bastidores, em momentos flutuantes ou em períodos mais sustentados (Long, 2007).

Exemplifica-se, neste sentido, as questões sanitárias, onde os conhecimentos e domínios dos expertos foram debatidos junto ao CAE, como frisa a mãe de aluno que participava deste conselho:

Muito positivo foi o encontro em que várias pessoas, veterinários, Vigilância Sanitária e o SIM juntos tentaram ver uma forma de ajudar a vencer esta barreira. Isto aconteceu no CAE, numa reunião. Fora isso a Emater promovia encontros, os veterinários iam até os locais e prestavam esclarecimentos, sempre se mostrando prontos quando o agricultor mostrava interesse em participar. E mostravam os caminhos, e apontavam o caminho (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

Portanto, o CAE servia como uma importante arena que dava lugar às contendas sobre assuntos, recursos, valores e representações. Ou nas palavras de Long (2007), sítios sociais e espaciais em que os atores se confrontam para alcançar fins específicos, incluindo permanecer no jogo. Neste sentido que o CAE se caracterizava como local onde buscava-se resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores.

Para Long (2007), importante nestas estratégias é que as decisões ou o posicionamento social frente a outros atores implicam no uso explícito ou implícito de meios discursivos na formação de metas, perseguição de interesses e cumprimento de desejos e na apresentação de argumentos ou racionalizações para as ações empreendidas. Estes meios discursivos ou tipos de discursos variam, não só entre os atores, mas são parte de bagagens diferenciadas de conhecimento e recursos disponíveis de atores de diferentes tipos. Então, as estratégias e as construções culturais empregadas pelos indivíduos não são como caídas do céu, mas sim extraídas de uma bagagem de discursos disponíveis (verbais e não verbais) que, até certo ponto, são compartilhados com outros indivíduos, contemporâneos e, quem sabe, predecessores.

Salienta-se que o CAE não só foi responsável pelo aconselhamento junto ao poder público local, mas também foi procurado por outros municípios e, mais que isto, visitado e ouvido por representantes da esfera federal em relação à prática da aquisição de alimentos dos agricultores familiares, batalhando pela mudança institucional do processo:

[...] me recordo da época que participei do Conselho que a gente discutia isso, vinham pessoas de fora, e a gente apresentava a vontade que a gente tinha em relação a isso para as pessoas que vinham de Brasília. Tinha esse interesse, mas que para a parte legal era difícil. A gente pedia ajuda, explicação, apoio para estas pessoas que vinham de Brasília. E muito nas capacitações, também se discutia. Também tinha o interesse de outros municípios (I. C. B. B., mãe de aluno, Dois Irmãos, 15 out. 2008).

Em 2005, estas ações foram agraciadas com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar na categoria Continuidade, promovido pela ONG Fome Zero em parceria com o

Ministério da Educação, atestando a aprovação do governo federal não só da iniciativa, mas também da sua persistência.

Assim, se assume que os modelos diferenciados que aparecem são, em parte, criação coletiva dos atores mesmos. Giddens (1987) pontua que as ações particulares constituem e reconstituem as condições institucionais de ação dos outros, tal como as ações dos outros fazem com as particulares. Atividades particulares, então, são incrustadas e são elementos constitutivos de propriedades estruturadas de instituições que se estendem para além do seu espaço e tempo.

Dos resultados e conclusões

Partindo desta experiência que conseguiu suplantar as barreiras e efetivar as compras para a alimentação escolar de agricultores familiares, destacam-se os resultados e as contribuições deste processo no que diz respeito ao consumo e à produção de alimentos.

Considerando o perfil alimentar e nutricional brasileiro que se complexifica a partir da década de 1980, verificando-se índices de fome e desnutrição ainda preocupantes e um crescente aumento das prevalências de doenças crônicas associadas ao sobrepeso, e que muito deste perfil é consequência de uma forma de produção cada vez mais industrializada e globalizada, a alimentação escolar também sofre as consequências deste modelo. No Brasil, predominantemente, o PAE tem seguido esta forma de regulação, oferecendo, principalmente, alimentos processados, adquiridos de médios a grandes produtores e comerciantes, incentivando, em última análise, a construção de um mercado consumidor para este tipo de alimento. Somado a isto, considera-se ainda a influência da mídia e das estratégias de consumo da indústria e o frágil enraizamento cultural alimentar, como pontos fulcrais de perpetuação do modelo agroalimentar dominante. Convém considerar, nessa argumentação, que é na infância que se estabelecem os hábitos alimentares que, peremptoriamente, perdurarão na adultícia. Dessa forma, o PAE, sendo um dos programas de assistência alimentar que atinge o maior número de pessoas (principalmente crianças e adolescentes) e que em muitos casos é a única refeição com qualidade nutricional do dia, ele deve ser considerado como possibilidade real na construção de uma cadeia alimentar diferenciada. Neste sentido, a efetivação da compra de alimentos para a “merenda escolar” de agricultores daquele município providenciou mudanças nas concepções e práticas alimentares das crianças. Nesta questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que atestam a melhor qualidade dos produtos frescos, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos. A revisão da qualidade dos alimentos oferecidos na alimentação escolar propiciou a aceitabilidade de gêneros que anteriormente não eram consumidos, seja por uma melhora organoléptica, seja por uma revisão das questões valorativas.

Nesta direção, torna-se importante destacar as contribuições desta prática na construção de mercados para agricultores familiares locais e suas consequências. Nesta explanação, citam-se as principais: a escolha por formas de plantio e produção diferenciados como os alimentos orgânicos e tradicionais levando à promoção destas estratégias; o incentivo à organização, cooperação e formalização; e, a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e, provavelmente, diminuição do êxodo rural.

O conceito de qualidade atribuído aos gêneros alimentícios, além dos supracitados, tem sido associado também à questão ambiental, e com ela, à valorização de técnicas de produção “amigas da natureza”. A título de exemplificação, o município de Dois Irmãos adquire o “néctar de uva produzido a partir de uvas orgânicas, e extraído a vapor”. Segundo a nutricionista, além da uva ser orgânica, o suco produzido pelo produtor daquele município se distingue dos demais pela forma artesanal de extração do sumo, o que permite um alto grau de resveratrol, substância associada à diminuição do colesterol e na prevenção de doenças cardiovasculares (Gestão Eficiente da Merenda Escolar, 2007). Liga-se a questão de saúde com a questão ambiental que, segundo Lang e Heasman (2004), fundamentam um novo paradigma de políticas alimentares que trabalham com a natureza e não sobre a natureza. Nesse ínterim, contribuí-se para a viabilização de mercados para estes tipos de produção. Em relação às questões ambientais, embora não pareçam, a princípio, serem determinantes da motivação destas iniciativas, aparecem como resultados positivos. Não só estando associadas aos métodos e processos de produção, mas também com a diminuição das distâncias percorridas da produção até o consumo final.

Porém um dos principais fatores de sucesso para a construção destes mercados acaba também beneficiando os próprios produtores. Ou seja, a necessidade de organização da produção dentro da propriedade, da cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas e, finalmente, deles com o poder público, para acessarem os mercados, também os beneficia, lhes empoderando na medida em que obtém mais condições de sobrevivência e reprodução. Esta experiência também demonstra que na obtenção do sucesso na tentativa de aquisição de alimentos de produtores locais, as entidades representativas como as de assistência técnica (Emater) e sindicatos rurais foram fundamentais como mediadoras do processo. Estas viabilizaram em grande medida as relações entre agricultores e Estado, por um lado, assessorando e auxiliando os produtores e, por outro, levando suas necessidades às instituições públicas, pressionando-as ou propondo ações para facilitarem o acesso destes ao mercado. A alimentação escolar favoreceu este vínculo, no sentido de que foi a partir desta mobilização que mais produtores interessaram-se na formalização de sua produção através de registros de inspeção municipal. A possibilidade de um novo mercado para a venda de seus produtos também estimulou as duas associações de agricultores (apicultores e cunicultores) a participarem como representantes no Conselho de Alimentação Escolar e, com isto, tendo condições de influenciarem na tomada de decisões do serviço.

Percebe-se nos discursos acima que todo o processo de construção de um novo modelo centra-se em uma economia da qualidade,¹² e envolve o estabelecimento de formas de organização que pontuam a intensificação e colaboração entre consumo e produção. Central neste construto, o papel do Estado e de seu poder em definir através de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos, modelos diferenciados de abastecimento alimentar.

Tomando o caso da alimentação escolar, o Estado tem providenciado na última década políticas de segurança alimentar e nutricional que apoiam a aproximação entre consumidores e produtores no nível local. Porém, regulamentações burocráticas como a dos processos de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização destes pequenos agri-

¹² Faz-se referência aqui ao artigo de Michel Callon, Cécile Méadel e Vololona Rabeharisoa intitulado *The Economy of qualities*, publicado em 2002.

cultores como visto acima, ainda mantém estas proposições longe de se concretizarem. No entanto, o exemplo do município descrito demonstra a importância da coesão e interação social no desenvolvimento de economias locais. Como pontual, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores, através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico.

Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado da merenda escolar com produtos de qualidade pelo diferencial em termos não só das concorrências (que diminuem), mas também pelo seu valor associado à saúde, ao meio ambiente e à cultura alimentar. Já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam se sentir valorizados e obter seu sustento. Na verdade, um incorporando à sua necessidade a necessidade do outro, construindo uma relação que ultrapassa os interesses puramente econômicos, e revigora as questões solidárias e éticas.

Entremeios surgem os conselhos municipais como espaços propícios a este diálogo. Como visto acima, são eles que providenciam o encontro entre os diversos atores, e que permitem avançar em relação à superação das barreiras e em direção à governança do processo. A aproximação entre o setor privado e o setor público dentro destes conselhos criam relações de confiança e de mútuo respeito e proporcionam conhecimentos, concertamentos e benefícios para ambas as partes.

Vislumbram-se, com isto, sementes de um modelo de desenvolvimento que promove não só crescimento econômico, mas também justiça social, saúde e conservação ambiental. Com isto, conclui-se que o Programa de Alimentação Escolar, além das potencialidades suprarreferidas, tem um grande potencial no que diz respeito à reunião de debates até aqui feitos separadamente, entre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e àqueles associados ao consumo e à saúde pública, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações.

Referências

CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. The economy of qualities. *Economy and Society*, v. 31, p. 194-217, 2002.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Perfil dos municípios brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR – histórias gostosas de ler e boas de copiar. ONG Ação Fome Zero, v. 2, 2007.

GIDDENS, A. *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press, 1987.

LANG, T.; HEASMAN, M. *Food wars: the battle for minds, mouths and markets*. London: Earthscan, 2004.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann (Ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992, p. 16-43.

_____. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator*. Mexico: Colsan/Ciesas, 2007.

- MANUAL SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Fetag; Prefeituras Municipais dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra, 2006, 58 p.
- MORGAN, K. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. *Regional Studies*, v. 42 (9), p. 1237-1250, nov. 2008.
- MORGAN, K.; SONNINO, R. Empowering consumers: the creative procurement of school meals in Italy and the UK. *International Journal of Consumer Studies*, v. 31 (1), p.19-25, 2007.
- TRICHES, R. M.; GIUGLIANI, E. R. J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, p. 541-547, 2005.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Experiências de desenvolvimento territorial na agricultura familiar: a produção de agrocombustíveis no sul e nordeste do Brasil

Anelise Graciele Rambo
Genivalda Cordeiro da Costa

Introdução

Recentemente a produção de energia através da utilização de biomassa e outras fontes naturais é um tema que vem assumindo grande projeção, tanto ao nível nacional quanto internacional. Um interesse que vem sendo acentuado por questões como o aquecimento global e mudanças climáticas, as quais têm estimulado a procura por fontes renováveis de energia.

O Brasil possui uma considerável trajetória de produção e estímulo ao uso de combustíveis de fontes renováveis, qual seja, o álcool oriundo da cana-de-açúcar, incentivado inicialmente pelo Pró-Álcool e em seguida pela expansão das tecnologias “flex” nos veículos automotivos. Mais recentemente desponta a produção de biodiesel, incentivada pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que objetiva implementar de forma sustentável, técnica e economicamente, a produção e uso do biodiesel. No entanto, a proposta do PNPB é mais ampla, propondo ações de inclusão social envolvendo o fortalecimento das famílias no campo (MDA, 2004).

Diante da disseminação das discussões e ações em torno das energias renováveis, em especial, dos agrocombustíveis, propõe-se analisar duas experiências realizadas no âmbito da agricultura familiar, observando a dinâmica dos atores no que diz respeito a processos de desenvolvimento territorial, desencadeados em escalas locais/regionais.

Sendo assim, procura-se apreender a dinâmica dos atores nas experiências de desenvolvimento territorial à luz de conceitos como capital social, empoderamento e governança. Entende-se que, o capital social permite o empoderamento dos atores locais/regionais, o que, por sua vez, possibilita a governança em experiências coletivas de afirmação da agricultura familiar. Estas variáveis são consideradas fundamentais para que as ações e projetos realizados pelos agricultores atendam a seus objetivos, demandas e necessidades, as quais não se restringem, ou vão além da preocupação em torno da produção de combustíveis renováveis.

As experiências analisadas referem-se a dois casos. Um corresponde à produção e comercialização de mamona e girassol por agricultores familiares do assentamento Palheiros III, localizado no município de Upanema no Rio Grande do Norte. Estes agricultores aderiram ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. O segundo caso diz respeito a projetos de microdestilarias, em diversos municípios do noroeste do Rio Grande do Sul, onde famílias de

agricultores se associam em torno da produção de etanol, valendo-se de recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Observa-se, a partir da análise dos casos, que ao optarem pelo desenvolvimento de ações e experiências coletivas, os agricultores familiares constroem mecanismos que permitem atingir diferentes objetivos, demandas e necessidades concernentes a agricultura familiar. Isso se torna importante principalmente quando se leva em consideração um ambiente de economia globalizada, cada vez mais competitiva e excludente das pequenas estruturas. A partir de tais experiências os agricultores, além de se inserir no esforço nacional de produção e uso de combustíveis de fontes renováveis, constroem alternativas mais viáveis e sustentáveis que visam garantir sua reprodução material enquanto produtores rurais, assim como preservar e manter as relações de sociabilidade, de coesão social na escala na qual se desenvolvem as experiências.

Compreendendo o desenvolvimento territorial a partir de conceitos como capital social, empoderamento e governança

Para iniciar a discussão, considera-se importante definir o que se entende por desenvolvimento territorial, para em seguida demonstrar a contribuição do capital social, do empoderamento e da governança neste processo.

Um processo de desenvolvimento territorial refere-se a um conjunto de ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores locais/regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e têm como referência primeira seu território. Projetam suas ações a partir de relações de poder (Raffestin, 1993), desenvolvendo suas potencialidades (ambientais, humanas, econômicas), constituindo-se, assim, como atores mais ativos na intervenção sobre seu território.

Segundo Boisier (Boisier *et al.*, 1995), o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um *container* e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território.

Por sua vez, o adjetivo local/regional é acrescido a este conceito de modo a enfatizar o exercício de poder dos atores – sociedade civil, Estado e mercado – desta escala sobre o território, bem como a interação destes com os atores de escalas exógenas, dentro das perspectivas apontadas por Purcell e Brown (2005) e Born e Purcell (2006).

Dentro desta perspectiva, é importante destacar que os autores citados tratam da armadilha local. Ressaltam que não há, *a priori*, uma escala adequada, ideal, ao desenvolvimento, nem local, nem regional, nacional ou mesmo global. O alcance dos objetivos a que os processos

de desenvolvimento se propõem, estão relacionados ao empoderamento dos atores que usam e atuam sobre o território, e isto se dá em diferentes escalas.

Se por um lado, a escala local normalmente se torna a esfera privilegiada para os processos de desenvolvimento, pois é nela que os indivíduos mais interagem, cooperam, trocam informações e estabelecem mecanismos de controle e coesão, por outro lado, isso não se faz sem a interação com outras escalas. Esta interação está próxima ao que os referidos autores denominam de teoria das redes. Ou seja, o estabelecimento de redes entre escalas, ou a interação entre as escalas socialmente construídas, vem contribuindo para que as iniciativas coletivas resultem em experiências de desenvolvimento territorial local/regional.

É neste cenário de multidimensionalidade de atores e escalas, e no caso brasileiro, com a redemocratização do Estado, que emerge o poder da sociedade civil, como um ator central nos processos de desenvolvimento territorial. Ou ainda, incapaz de acompanhar as rápidas mudanças em curso, o Estado passou a sofrer sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, alterando o seu caráter centralizador para uma forma mais suscetível e permeável à participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (Schneider e Tartaruga, 2004; Rückert, 2005). Assim sendo, em regiões periféricas, nas quais predomina a agricultura familiar, a participação e o protagonismo da sociedade civil e demais atores locais em ações voltadas ao desenvolvimento, colocam-se como essenciais para que estes processos venham atender as especificidades, as demandas, as necessidades territoriais.

Por sua vez, esta participação local, seja de agricultores familiares ou suas instituições/ organizações, pode ser territorializada a partir da governança. A própria abordagem territorial do desenvolvimento se coloca muito próxima a esta questão devido à multidimensionalidade do poder presente e atuante sobre o território:

Uma análise mais detalhada, mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais (Schneider e Tartaruga, 2004, p. 13).

De acordo com Milani e Solinís (2002), a governança engloba a constituição de uma legitimidade do espaço público; a repartição do poder entre os que governam e os que são governados; os processos de negociação entre os atores sociais e a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. Poder-se-ia afirmar, portanto, que a governança seria a prática pela qual se dá a gestão territorial do desenvolvimento, prática esta que passa por processos de concertação entre atores, pelo estabelecimento e solução de conflitos e assimetrias, bem como pela formação mínima de consensos.

Conforme Farina, Azevedo e Saes (1997), a estrutura de governança se desenvolve dentro dos limites impostos pelo ambiente institucional e pelos pressupostos comportamentais sobre os indivíduos. O ambiente institucional estabelece o conjunto de regras que condiciona o surgimento e a seleção de formas organizacionais que irão compor a estrutura de governança. Portanto, define-se o ambiente institucional como sendo “o conjunto de macroinstituições –

tais como legislação, definição de direitos de propriedade e códigos de ética – que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos” (Farina, Azevedo e Saes, 1997, p. 283).

A estrutura de governança é definida, como sendo o “conjunto de regras (instituições) – tais como contratos entre particulares ou normas internas às organizações – que governam uma determinada transação” (Farina, Azevedo e Saes, 1997, p. 284). Geralmente uma transação sujeita as partes envolvidas ao risco de que os aspectos acordados entre elas não se efetivem, assim as partes envolvidas, visando reduzir tais riscos e suas consequências, criam mecanismos e estruturas de governança.

O ambiente econômico está sujeito a constantes mudanças, o que exige dos diversos agentes econômicos envolvidos uma capacidade cada vez maior de adaptação a situações contingentes, ou seja, a capacidade de transformar as mudanças que em um primeiro momento representam uma ameaça, em oportunidades rentáveis. Tal capacidade depende da existência de um sistema de coordenação capaz de transmitir informações, estímulos e controles ao longo de toda uma cadeia produtiva, com o intuito de viabilizar uma nova estratégia, sistema esse que nem sempre existe no âmbito da agricultura familiar.

E é frente a este ambiente econômico que tem surgido estruturas de governança que caracterizam modos de organização social e permitem a mobilização de recursos políticos. Estes modos de organização caracterizam formas de inovação no âmbito da agricultura familiar, na medida em que dão respostas criativas às demandas locais/regionais.

Os processos de concertação, resultantes das estruturas de governança, permitem o aperfeiçoamento do território, da sociedade que o habita e de cada pessoa que pertence a esse território. E é dentro dessa dinâmica de governança, que se abre a possibilidade da construção de alternativas mais viáveis e sustentáveis que visam garantir a reprodução material enquanto produtores rurais, a preservação e manutenção das relações de sociabilidade e a coesão social em escalas locais/regionais.

Porém, para uma governança efetiva, ou seja, capaz de gerar um processo de desenvolvimento territorial que atenda aos três objetivos mencionados, é importante que esta esteja sustentada pelo empoderamento dos atores locais/regionais. O próprio conceito de território, central na ciência geográfica, está diretamente relacionado à questão do poder: são as relações de poder estabelecidas pelos atores sobre o espaço que definem e delimitam territórios. Portanto, quando se fala em desenvolvimento territorial, questões relativas ao poder e empoderamento se fazem presentes.

A noção de empoderamento está amplamente difundida, principalmente no que se refere a processos de desenvolvimento, em políticas e programa de ONGs, bem como de agências de desenvolvimento, passando por temáticas que vão desde a saúde pública até gestão de empresas, por exemplo. Mas, como bem ressaltam Oakley e Clayton (2003), o conceito de empoderamento é mais facilmente exposto que posto em prática.

Por outro lado, os autores destacam ainda que qualquer tentativa de avaliar se determinada ação permitiu à população “empoderar-se”, deverá reconhecer a observação do momento anterior, e por essa razão, uma compreensão do conceito do ponto de vista do desenvolvimento é essencial para a sua operacionalização e análise. Com base nisso, considera-se que uma forma de observar o empoderamento dos atores locais pode se dar a partir de sua capacidade de impregnar novos usos políticos e econômicos sobre o território (Becker, 1983). Este processo, embora com fortes características endógenas, deve interagir com atores das demais escalas, de modo que não se caia na armadilha do local, como destacam Purcell e Brown (2005) e Born e Purcell (2006).

Tal ideia parece corroborar com o que trazem Laverack e Labonte (2000), quando tratam de programas de desenvolvimento local e promoção da saúde. Para os autores, o empoderamento é definido como o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; as mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade ou mesmo influência. Ou ainda, é o “processo no qual uma ação é desenvolvida com o objetivo de garantir algum tipo de poder a uma pessoa ou grupo de pessoas” (Machado, Hegedüs e Silveira, 2006, p. 645).

Contudo, é importante ressaltar que no caso da agricultura familiar, parece ser o poder exercido de forma coletiva – embora este se constitua a partir do individual – aquele que contribui mais significativamente para os processos de desenvolvimento territorial. E para que seja possível empoderar grupos de atores, o capital social tende a ser um elemento fundamental.

O capital social possui uma natureza multidimensional. Refere-se a um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação (Marteleto, Oliveira e Silva, 2005, p. 44). Para Putnam (2000), o capital social refere-se aos laços de confiança e reciprocidade, cooperação e solidariedade, estabelecidos entre atores que compartilham uma história, normas, valores, objetivos, obrigações, bem como canais de informação. O estudo de Putnam evidencia a contribuição do capital social frente às pequenas estruturas, podendo-se incluir dessa forma a agricultura familiar.

Por sua vez, as duas experiências que serão apresentadas demonstram a relevância do capital social para o empoderamento dos atores locais/regionais, levando à governança e possibilitando processos de desenvolvimento territorial, como a figura a seguir propõe demonstrar:

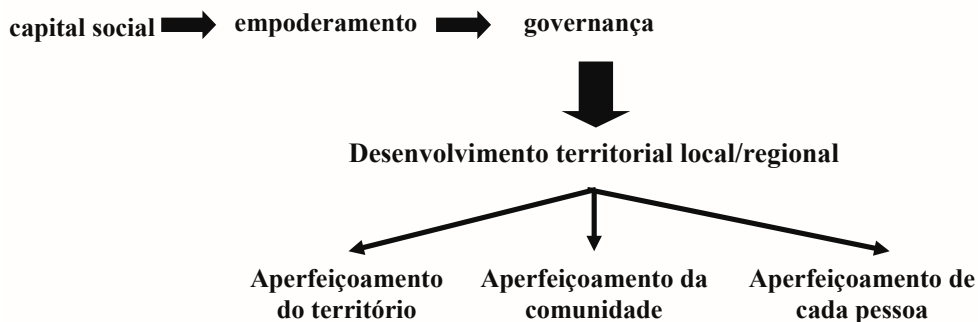


Figura 1: Contribuição do capital social, empoderamento e governança para os processos de desenvolvimento territorial local/regional

Fonte: elaboração própria.

Desenvolvimento territorial local/regional e a produção de agrocombustíveis pela agricultura familiar

Nesta seção serão apresentadas as duas experiências da agricultura familiar visando a produção de biocombustíveis, as quais demonstram empiricamente a pertinência dos aspectos teóricos discutidos acima. Na primeira evidenciam-se efeitos negativos da ausência de capital social no âmbito da agricultura familiar. A segunda experiência mostra a contribuição do empoderamento e da existência do capital social para a formação de estruturas de governança, o que caracteriza este caso, *a priori*, como sementes e brotos de transição para um processo de desenvolvimento territorial.

O cultivo de mamona e girassol no assentamento Palheiros III – Rio Grande do Norte

Os agricultores familiares do projeto do assentamento de reforma agrária Palheiros III, do município de Upanema, estão entre os primeiros a se inserirem no Rio Grande do Norte ao PNPB. Em 2006, incentivadas pela Petrobras S.A., 27 famílias assentadas dedicaram-se ao cultivo de mamona. Em 2007, foram 90 famílias, porém devido a falta de assistência técnica e dificuldades no momento da comercialização as famílias abandonaram o cultivo dessa oleaginosa. A partir de 2008, incentivadas por técnicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Empresa de Extensão Rural – Emater/RN, 53 famílias assentadas passaram a cultivar o girassol, mas novamente estão enfrentando problemas devido a falta de assistência técnica e já preveem dificuldades no momento da comercialização. As experiências vivenciadas pelos agricultores familiares do Palheiros III, leva ao seguinte questionamento: que fatores têm dificultado a consolidação da produção de culturas voltadas para a produção de agroenergia no assentamento?

O PNPB é um programa interministerial do governo federal que visa a implementação de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, da produção e uso do biodiesel, com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. O PNPB tem como diretrizes: a implantação de um programa sustentável capaz de promover a inclusão social; a garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento; a produção de biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas (PNPB, 2008).

O PNPB se propõe a extrapolar o âmbito econômico, abrangendo ações de inclusão social e redução da degradação ambiental. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa tem como objetivos a diversificação da matriz energética: fóssil e renovável; a redução das importações de diesel e petróleo; a criação de emprego e renda no Brasil; o fortalecimento das famílias no campo; o uso de solos inadequados para produção de culturas alimentícias e a disponibilização de um combustível ambientalmente correto (MDA, 2004).

Um ponto a se destacar no programa é a busca da inserção da agricultura familiar na produção do biodiesel, sendo uma ação em prol deste objetivo, a criação do selo “Combustível Social”. Este selo é concedido ao produtor de biodiesel que promover a inclusão social dos

agricultores familiares enquadrados no Pronaf, que lhe forneçam matéria-prima, devendo para isso: (a) adquirir a matéria-prima de agricultores familiares, em parcela não inferior a percentual a ser definido pelo MDA; (b) realizar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme requisitos a serem estabelecidos pelo MDA; (c) assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares. O percentual mínimo de aquisição de matéria-prima da agricultura para cada região no país é de 10% para o norte e centro-oeste, 30% para o sudeste e sul e 50% para o nordeste e semiárido.

Porém, a realidade observada no assentamento Palheiros III demonstra que os objetivos propostos pelo programa nem sempre têm sido alcançados.¹³ De acordo com as informações fornecidas pelos produtores rurais do assentamento, em 2006, a área plantada de mamona foi de 54 hectares, 2 hectares por família, uma vez que o cultivo foi realizado por 27 famílias, as quais produziram 5000 toneladas de mamona. Em 2007, a área plantada de mamona foi de 180 hectares, cultivadas por 90 famílias. Entretanto, apesar do aumento da área plantada e do aumento do número de famílias, a produção de mamona foi, segundo os agricultores entrevistados, insignificante, pois houve perda quase total da produção, e os poucos que conseguiram colher não conseguiram comercializar a produção. O fracasso registrado com o cultivo e comercialização da mamona foram apontados como sendo os principais fatores que levaram os agricultores familiares a abandonarem essa cultura.

Em 2008, ainda acreditando que a produção de culturas voltadas para o biodiesel era uma alternativa viável, capaz de gerar ocupação e renda para os membros das famílias assentadas, os agricultores substituíram a mamona pelo girassol. Assim, 53 famílias plantaram uma área de 212 hectares de girassol, sendo 4 hectares por famílias.

Questionados sobre os motivos que levaram os agricultores familiares a se inserirem no PNPB, estes afirmaram que buscaram a inserção por acreditarem que era uma oportunidade para a geração de ocupação e renda e que o preço estabelecido pela Petrobras permitiria a obtenção de lucro. Outro motivo foi a credibilidade que depositavam na própria Petrobras.

Ao contrário da experiência das microdestilarias do noroeste do Rio Grande do Sul, apresentada a seguir, a forma de organização da produção e comercialização tanto da mamona quanto do girassol é individual. Não ocorreu, portanto, uma organização de grupos de produção – associação ou cooperativa – visando uma atuação conjunta desses agricultores junto ao PNPB. Os agricultores familiares do assentamento são filiados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Upanema e a associação do projeto de assentamento Palheiros III. No entanto, quando questionados sobre as organizações que atuam como parceiras na atividade de produção e comercialização das culturas de mamona e girassol, citaram a Petrobras S.A., a Emater/RN, o BNB e o governo do Estado, responsáveis cada uma delas, respectivamente, pela compra, assistência técnica e elaboração de projetos, e pelo financiamento da produção. Percebe-se, portanto, que o sindicato e a associação não participaram desta empreitada.

¹³ Os dados aqui apresentados são resultados da primeira fase de uma pesquisa que pretende a construção do arcabouço teórico e diagnóstico, desenvolvida junto ao projeto do assentamento Palheiros III, que busca compreender a participação da agricultura familiar no PNPB a partir do estudo de caso da produção de mamona e girassol no assentamento.

Os dados empíricos demonstram pouca organização por parte dos agricultores familiares assentados. Não há uma percepção sobre a importância da organização coletiva como instrumento de fortalecimento da inserção desses agricultores no PNPB e do aumento do poder de barganha no mercado competitivo, exigente e complexo da agroenergia.

Observa-se, portanto, uma inexistência, naquela região, de um capital social capaz de dar suporte a formação de estruturas de governança e a um processo de desenvolvimento territorial adequado à realidade vivenciada pelos produtores assentados. As consequências dessa inexistência ficaram evidentes, quando solicitado aos agricultores que fizessem uma avaliação da participação da agricultura familiar no PNPB, a partir da realidade por eles vivenciada.

Durante a avaliação, os agricultores familiares apontaram uma série de dificuldades, dentre as quais destaca-se a falta de conhecimento sobre as culturas da mamona e do girassol. No caso da mamona, enfrentaram dificuldades no momento da colheita e debulha. Com relação ao girassol, as fases de plantio e adubação apresentam elevado custo principalmente com mão de obra. Em 2007, a mamona não teve garantia de preço e não foi possível a comercialização sequer do pequeno volume produzido.

Ainda com relação à mamona, os agricultores alegaram que a cultura ocupa muita área de terra, o que gera dificuldades, pois os lotes no assentamento são pequenos, em torno de 15 ha. Mesmo que este cultivo possa ser consorciado com outras culturas, ressalta-se não ser possível sobreviver com a produção da mamona. Esta tornou-se apenas uma complementação de renda, sendo que os agricultores ainda obtiveram uma baixa produtividade, em torno de 300 a 400 kg por hectare quando o esperado era de 800 a 1000 kg por hectare.

A principal dificuldade apontada pelos agricultores foi a comercialização e a falta de garantia de um preço mínimo capaz de cobrir os custos de produção e garantir uma renda mínima para o produtor em ambas as culturas. Destacou-se ainda a falta de capacitação dos produtores para trabalhar com essas culturas; a falta de assistência técnica em todas as etapas do processo produtivo; o baixo valor do financiamento por hectare, sendo este de R\$ 740,00 (valor insuficiente, segundo os produtores, para cobrir os custos com o plantio). Os agricultores destacaram também que parte dos recursos do financiamento são repassados pelo banco diretamente as lojas responsáveis pela venda do adubo, cadastradas junto ao BNB. Dessa forma, os produtores não podem escolher seus fornecedores.

O atraso no repasse dos recursos foi outro problema citado, bem como sua falta para investimento na aquisição de equipamentos; a falta de planejamento e capacitação para a implantação das culturas; a carência de orientação sobre como fazer o beneficiamento do girassol e o fato de a cultura não poder ser consorciada. Os agricultores destacaram ainda, como aspecto negativo, a dificuldade de contato com o BNB e da falta de fiscalização e acompanhamento por parte do mesmo.

Os projetos de microdestilarias de etanol no noroeste do Rio Grande do Sul

O noroeste do Rio Grande do Sul é uma região na qual se destaca a agricultura, sobretudo a familiar. Cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários, em 1995, não possuíam mais de

20 ha (IPD, 2005). Mesmo diante da inviabilidade da monocultura em pequenas propriedades, a soja é o principal produto agrícola da região, sendo que cerca de 60% da área cultivável é destinada a esta oleaginosa. Nesse sentido, Brum (2002) destaca que um contingente elevado de propriedades, com até 50 hectares, não têm conseguido resultados suficientes para se manterem na produção de soja. Neste caso, ou tais produtores serão excluídos desta atividade ou outras atividades econômicas financiarão a produção de soja em suas propriedades. Frente a tal realidade, os agricultores familiares buscam alternativas econômicas visando garantir a reprodução material enquanto produtores rurais assim como preservar e manter as relações de sociabilidade e a coesão social.

Para iniciar a discussão deste caso é importante mencionar que, segundo uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul sobre capital social e o nível de organização social das regiões, é destacado que o norte gaúcho tem na cultura associativa ou no capital social uma de suas maiores vantagens competitivas (Bandeira, 2003).

Assim, a organização social no noroeste gaúcho torna-se evidente a partir da mobilização dos atores locais/regionais diante dos problemas gerados pela revolução verde na agricultura familiar a partir da década de 1970. Diante disso, desencadearam-se amplos movimentos de mobilização mediante o confisco da soja, pela queda da correção monetária no final da década de 1980, bem como contra a construção de barragens no rio Uruguai, vindo a ser um marco da organização dos atores locais/regionais na região. Destas mobilizações, resulta a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF), um ator importante na mobilização em torno da constituição da Coopercana. Esta, por sua vez, era uma sociedade anônima (S.A.) que, após decretar falência, é assumida pelos agricultores fornecedores de cana e funcionários, tornando-se uma empresa de autogestão sob forma de cooperativa. É hoje a única usina de etanol do Rio Grande do Sul, responsável pelo atendimento de 4% da demanda de etanol do estado. Ambas, ASTRF e Coopercana, são marcos da organização local/regional e parceiras nos projetos das microdestilarias.

O capital social gerado neste processo possibilita hoje a organização e mobilização local/regional em torno da constituição destas microdestilarias, via recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Criou-se um consenso nesta escala em torno da ideia de que o PNPB não se adequa as especificidades locais/regionais da agricultura familiar. É reconhecido que o referido programa minimiza impactos ambientais pela substituição de combustíveis fósseis por agrocombustíveis, porém acaba por acentuar outros, além de não estar potencializando a diversidade e as especificidades da agricultura familiar, deixando de incentivar a soberania alimentar e energética, além de incentivar a monocultura.

Segundo os próprios atores locais/regionais, o que tem motivado o desenvolvimento de projetos de produção de etanol em microdestilarias, buscando recursos via Pronaf e Pronat e não via PNPB, são os ganhos ambientais e sociais que podem decorrer destes projetos. Nesse sentido, pode-se citar: geração de mais trabalho no meio rural; melhor remuneração das pessoas envolvidas; sistemas de produção mais sustentáveis e que sejam capazes de incrementar a renda das famílias; a possibilidade de integração das microdestilarias às demais atividades da propriedade, dentro de uma dinâmica onde se possa utilizar os subprodutos (a ponta da cana, o bagaço e o vinhoto), visando alcançar maior autonomia energética e alimentar das

propriedades (Amaral, 2007). Dessa forma, esta parece ser uma atividade capaz de atender a múltiplos objetivos e racionalidades dos agricultores familiares envolvidos.

Outro aspecto importante a se destacar é o esforço das organizações dos agricultores familiares na busca pela inserção em toda a cadeia dos agrocombustíveis (produção, transformação e comercialização). Este é um diferencial em relação a outros projetos que são pensados na lógica da integração com as indústrias, como no caso do leite, aves, fumo e suínos, bem como do próprio PNPB, na medida em que incentiva apenas o fornecimento de matéria-prima pelos agricultores à indústria processadora do biodiesel.

O capital social existente na região, conforme atestado por Bandeira (2003), permitiu (a) um processo de discussão e concertação em torno da inviabilidade da monocultura da soja e o (b) surgimento de modos de organização social e mobilização de recursos políticos via desenvolvimento de experiências coletivas e/ou cooperativas como no caso dos projetos das microdestilarias.

As microdestilarias, bem como inúmeras pequenas agroindústrias familiares, estão organizadas em cooperativas da agricultura familiar, centralizadas por uma cooperativa central – a Unicooper. Esta, juntamente com sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e outras cooperativas da região noroeste, vêm dando suporte a discussão da produção de alimentos e de álcool combustível através do *Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste*. O Fórum pretende formular a implementação de modelos e políticas energéticas apropriadas à região e decididas com a participação dos atores locais (Amaral, 2007).

Cabe destacar que o foco da Unicooper é a produção de alimentos. Grande parte destes alimentos é destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os demais são comercializados nas cooperativas e na central de vendas da Unicooper, no município de Santa Rosa. Nesse sentido, a produção de etanol é entendida como uma forma de diversificação da produção, devendo ocorrer de forma integrada com as demais atividades nas propriedades. Os atores locais/regionais consideram que a produção de álcool não prejudica a produção de alimentos, podendo impulsioná-la, na medida em que seus subprodutos passam a ser utilizados nos diferentes sistemas de cultivo e de criação nas propriedades (Amaral, 2007).

O capital social existente na região possibilita a cooperação entre as entidades, o que empodera os atores, permitindo a criação de estruturas de governança como o fórum e a proposição dos projetos para a produção de etanol. Este é o contexto que dá origem a 14 projetos de microdestilarias de produção de etanol no noroeste gaúcho. Destes, atualmente, dois estão implementados.

A microdestilaria localizada no município de Dezesseis de Novembro é uma das primeiras do estado e está em funcionamento desde 2007. Possui equipamentos que permitem a produção de até 1.200 litros de etanol por dia. É formada por cinco famílias que cultivam entre 1 e 2 ha de cana cada uma. Na safra de 2008, foram produzidos cerca de 20.000 litros de álcool. Esta microdestilaria contou com um investimento de cerca de R\$ 90.000,00.

A segunda microdestilaria instalada, que está em fase de testes é a Associação Agrícola São Carlos (Aasca), localizada no município de Porto Xavier. Nesta associação também há cinco famílias envolvidas, sendo esta gerida basicamente por jovens. A Aasca foi criada em 1993 e além da perspectiva da produção do etanol, está voltada aos diferentes derivados da cana, como açúcar mascavo, melado e cachaça, além de doces, panificados e conservas, produtos estes

também destinados ao PAA. Na Asca, foram investidos cerca de R\$ 300.000,00 para iniciar a produção do etanol e para melhorias nas demais instalações.

Os demais 12 projetos estão em diferentes fases (encaminhamento de documentos, licitações, licenciamento ambiental, construção e terraplanagem) e envolverão em média, 15 famílias. Destes, 3 serão implantados em assentamentos do MST.

Com estes projetos, cria-se uma perspectiva de superação da monocultura na agricultura familiar daquela região, buscando a melhoria de renda, quer seja produzindo o próprio combustível e reduzindo gastos com logística e transportes, quer seja pela comercialização do excedente, aliado à produção de alimentos e ao aproveitamento dos subprodutos, resultantes do processo de produção do agrocombustível. Assim, cria-se a possibilidade de geração de externalidades ambientais e sociais positivas. Os próprios equipamentos das microdestilarias estão sendo produzidos de modo que seja possível a geração de mais de um produto final.

Pode-se afirmar, portanto, que os atores locais/regionais têm se organizado em torno de uma especificidade territorial, qual seja, um microclima favorável à cana, bem como a experiência já existente em torno deste cultivo, a qual data desde as reduções jesuítico-guaranis (1610-1756). O capital social que permite o desenvolvimento destas experiências coletivas possibilita a realização de atividades mais compatíveis sócio, econômico e ambientalmente para com o território. Dessa forma, tem-se respondido a demandas locais, bem como àquelas mais gerais da sociedade, tais como a geração e uso de agrocombustíveis, a diversificação e consorciação de culturas que possibilitam maior manutenção da biodiversidade.

Por outro lado, vale ressaltar que, sem o capital social que permitiu a organização local desde a década de 1980, possibilitando a busca coletiva por alternativas para a agricultura familiar, a euforia criada em torno do PNPB poderia comprometer a diversificação e a plurialidade que volta a se fazer presente nas propriedades a partir da década de 1990. Portanto, na medida em que os atores locais/regionais se organizam e se mobilizam em torno das especificidades e potencialidades sociais e ambientais de seu território, interagindo com atores das demais escalas (neste caso principalmente via acesso ao Pronat e Pronaf), esta iniciativa vem constituindo-se como uma experiência de desenvolvimento territorial, representando uma alternativa de sobrevivência material imediata e de reprodução social das unidades de produção dos agricultores familiares, gerando externalidades positivas sobre as economias locais e o território, inclusive em sua dimensão ambiental.

Considerações finais

Como mencionado acima, as microdestilarias são experiências endógenas, decorrentes da crescente inviabilidade da monocultura da soja na agricultura familiar. Os atores locais/regionais, frente a esta realidade, optam por desenvolver experiências coletivas, que melhor atendam as suas demandas e expectativas, seja objetivando maior renda, visando manter os filhos no campo, ou mesmo buscando atividades mais sustentáveis ambientalmente.

Embora se tenha presente que haja ainda a necessidade de estudos mais aprofundados sobre esta questão, e o fato de serem experiências bastante recentes, entende-se que existem fortes indícios de que o capital social existente e construído no noroeste do Rio Grande do Sul

ao longo dos anos, se territorializa em um considerável número de associações, cooperativas, representações de classe, formando estruturas de governança. Esse capital social foi fundamental para a formação de um consenso em torno da criação das microdestilarias acessando recursos do Pronat e Pronaf e a não adesão ao PNPB.

Todo o processo de luta e mobilização que permeia a história regional do noroeste gaúcho desencadeou e reforçou a capacidade ou possibilidade dos atores locais/regionais estabelecerem relações de confiança e reciprocidade. Embora a proposta das microdestilarias de etanol tenha partido de entidades representativas ou de lideranças locais, a forma como esta experiência está sendo construída, a partir de reuniões e discussões entre agricultores e demais instituições/organizações relacionadas, permite um empoderamento dos atores locais/regionais, levando ao desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial local/regional. Isso, por sua vez, leva a um processo de governança tanto no que diz respeito à tomada de decisão sobre a participação em tais experiências coletivas, quanto naquilo que se refere aos rumos das mesmas.

No caso das microdestilarias, a própria experiência da Cooperacana levou a discussões e fóruns sobre o desenvolvimento da região. A partir de tais fóruns chegou-se a um consenso sobre a inviabilidade do PNPB para a agricultura familiar. Isso decorre tanto pelo fato de o programa incentivar a monocultura quanto por levar a dependência da agricultura familiar à indústria de processamento. Tal realidade não possibilita a soberania alimentar nem energética almejada pela agricultura familiar, como também fica evidente no caso do Rio Grande do Norte. Buscou-se, por isso, no noroeste gaúcho, desenvolver projetos, via Pronat e Pronaf, considerados mais adequados a realidade daqueles agricultores locais/regionais.

Não se pode deixar de considerar que na experiência do Rio Grande do Sul houve um empoderamento dos atores locais/regionais, na medida em que estes têm impregnado novos usos políticos e econômicos do território, bem como se organizado de forma coletiva, diversificando cultivos e atividades. Isso, por conseguinte, tende a gerar um processo de desenvolvimento territorial local/regional, levando a um aperfeiçoamento do território, da comunidade e de cada ator envolvido nas experiências. Certamente, esta não é a atividade mais rentável para a agricultura familiar, mas tem sido satisfatória à racionalidade, às demandas e necessidades daqueles agricultores familiares. Vale a pena ressaltar que a experiência tem grandes desafios a enfrentar, como por exemplo, a legalização do processo de comercialização do etanol, que não pode se dar de forma direta ao consumidor, além do problema da falta de equipamentos, de mão de obra e mesmo de matéria-prima para o aumento da produção deste agrocombustível. Há, portanto, a necessidade da formação de estruturas de governança que permitam responder a estes desafios.

Ao contrário da experiência das microdestilarias vivenciadas no noroeste do Rio Grande do Sul, o cultivo da mamona e girassol no assentamento Palheiros III, localizado no município de Upanema no Rio Grande do Norte, não se constitui uma experiência resultante de um processo endógeno, mas sim da intervenção de agentes exógenos ao Assentamento, que induziram os agricultores familiares da localidade a se dedicarem a essas novas culturas, sem que houvesse antes uma avaliação consistente dos recursos humanos e materiais disponíveis, do nível de organização e capacitação dos produtores rurais para a execução da nova atividade.

Portanto, observou-se que o capital social (nível de educação, informação e organização social), no assentamento Palheiros III, não se encontrava consolidado como no noroeste gaúcho, o que contribuiu para que os agricultores familiares do assentamento não tivessem

condições de avaliar a viabilidade de substituir as culturas de subsistência, como feijão e milho, cultivadas tradicionalmente no assentamento, por novas culturas como a mamona e girassol. Durante a entrevista os agricultores admitiram ter consciência de que tomaram uma decisão pouco adequada a sua realidade, e que teriam obtido melhor renda e enfrentado menos dificuldades se tivessem permanecido cultivando as culturas de subsistência.

Os agricultores familiares residentes no assentamento Palheiros III, devido a falta de articulação, de informação e de capacitação optaram pela organização individual, mas afirmaram que após as dificuldades enfrentadas consideraram que a organização coletiva da produção teria sido uma forma mais adequada. Observou-se, também, que a experiência do cultivo de mamona e girassol não resultou na adoção de novas técnicas de produção e organização dos agricultores. Portanto, não ocorreram na comunidade processos de inovação, que resultassem no desenvolvimento territorial. Diante desta constatação, fica evidente que a existência de capital social consolidado é um elemento essencial para que se possa desencadear processos de desenvolvimento territorial, que resultem em estruturas de governanças e ambientes econômicos que viabilizem a sustentabilidade da agricultura familiar.

Referências

AMARAL, Volmir Ribeiro do. Coopercana: um símbolo de persistência e esperança. In: MORENO, Camila; ORTIZ, Lucia. *Construindo a soberania energética e alimentar*. Experiências autônomas de produção de combustíveis renováveis da agricultura familiar e de enfrentamento do agronegócio da energia. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007.

BANDEIRA, Pedro Silveira. *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*. Relatório de análise dos resultados, 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm>. Acesso em: ago. 2003.

BECKER, Berta K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B. (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BORN, Branden; PURCELL, Mark. Avoiding the local trap scale and food systems in planning research. *Journal of Planning Education and Research*, 26, p. 195-207, 2006.

BOISIER, Sergio *et al.* *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

BRUM, Argemiro Luis. *A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul – 1970-2000*. Ijuí: Unijui, 2002.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Singular, 1997.

IPD – INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Núcleo do Banco de Dados*. Disponível em: <<http://seguro.unijui.tche.br/nbd/>>. Acesso em: jan. 2005; maio 2005.

LAVERACK, G.; LABONTE, R. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. *Health Policy Plan.*, 15 (3), p. 255-262, 2000.

MACHADO, João Dessimon; HEGEDÜS, Pedro de Laurício; SILVEIRA, Bighelini da. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 641-647, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em maio 2008.

MDA. *Apresentação da Ministra de Minas e Energia*, Sra. Dilma Rousseff no lançamento do PNPB em 6 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=363>>. Acesso em: jun. 2006.

MARTELETO, Regina; OLIVEIRA E SILVA, Antonio de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, 33.3, 15 jun. 2005. Disponível em <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao>>. Acesso em: 6 mar. 2007.

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Org.). *Democracia e governança mundial* – que regulações para o século XXI. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p. 266-291.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)*. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

PNPB. Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>>. Acesso em: jan. 2008.

PURCELL, Mark; BROWN, J. Christopher. Against the local trap: scale and the study of environment and development. *Progress in Development Studies*, 5, 4, p. 279-297, 2005.

PUTNAM, Roberto D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Ratzes*, Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos/sergio_e_tartaruga2.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

Agricultura, desenvolvimento e conservação ambiental: atores sociais, conflitos e reconfigurações no centro-oeste brasileiro

Lorena Cândido Fleury
Jalcione Almeida

Introdução

A história da ocupação humana do centro-oeste brasileiro – onde em termos de biomas há o predomínio do cerrado – é uma história de transições, não apenas de sistemas produtivos, mas também de lógicas de utilização do espaço e relacionamento com o meio natural. Entende-se que as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo que lhes correspondem (Acselrad, 2004). Essa apropriação pode ser dividida, em termos analíticos, entre práticas de *apropriação técnica* (modos de uso, transformação biofísica, extração, entre outras), práticas de *apropriação social*, através da qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir da distribuição desigual de poder sobre os recursos, e práticas de *apropriação cultural* do mundo material, em que este é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, a partir do qual se constrói o mundo social.

No cerrado, o uso e apropriação do espaço tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Em pouco mais de 50 anos, no período de 1940 a 1990, este bioma passou na esfera nacional de “sustentáculo de territórios indígenas” a “vazios demográficos”, de “terras improdutivas” a “grande celeiro do país”. Contemporaneamente, devido aos impactos sobre o meio natural decorrentes do sistema agrário voltado para a produção de *commodities*, aliado à relevância atual da questão ambiental, novos atores – tais quais organizações não governamentais de cunho ambientalista, órgãos de governo voltados ao meio ambiente e instituições de pesquisa – têm reclamado participação no processo de ocupação deste bioma, dando origem a novos conflitos, agora entendidos como “ambientais”, que atualizam a disputa pela determinação da forma de seu uso e apropriação.

Ilustrativa deste contexto é a área do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, abrangendo municípios em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Testemunha de todas as etapas de ocupação observadas no cerrado, atualmente o PNE é considerado uma “ilha” de biodiversidade em meio à matriz agropecuária. No entanto, desde o final da década de 1990, essa unidade de conservação tem sido alvo de ações desenvolvidas por organizações não governamentais, sobretudo internacionais, e mudanças de práticas de manejo que, com o objetivo de integrá-la ao seu contexto regional, interferem diretamente

nas dinâmicas socioambientais de seu entorno. Assim, tem-se observado uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando disputas sobre a lógica a ser priorizada. Recentemente, esse embate tem sido reforçado pelo litígio em torno da proposta de implementação de uma zona de amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de 2 a 10 km contígua ao parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades.

A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites entre o parque e as propriedades rurais, para mobilizar os escritórios centrais do Ibama em Brasília e as esferas judiciais. É neste contexto, pontuado pelo conflito entre ambientalistas, instituições governamentais, produtores rurais e população local sobre os significados e forma de utilização do espaço do entorno do PNE, que se detém esta análise. A questão central a ser respondida é: como se configura o conflito ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas e quais as representações sociais da conservação ambiental das populações do entorno que permeiam este conflito? Como principal objetivo, portanto, propõe-se discutir as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo, através da análise das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos presentes no entorno do PNE e a articulação do conteúdo dessas representações com o conflito ambiental ali existente.

Para tal, considerou-se adequada a associação entre dois referenciais analíticos: o arcabouço teórico-metodológico das representações sociais (Moscovici, 1978; Abric, 1994) e a contribuição das pesquisas no campo de estudos sobre conflitos ambientais (Fuks, 2001; Acselrad, 2004; entre outros). Como subsídio empírico da pesquisa foi realizado um trabalho de campo na região do PNE e seu entorno (municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás, Costa Rica, em Mato Grosso do Sul, e Alto Taquari, em Mato Grosso) no período de fevereiro a abril de 2007. Os procedimentos metodológicos foram: observação direta e registro em diário de campo; coleta de materiais impressos e pesquisa documental; e técnicas de associações livres de palavras e entrevistas semiestruturadas, gravadas digitalmente, com 51 informantes que atuam na região. Os agentes da pesquisa foram produtores rurais cujas propriedades se situam no entorno do parque, lideranças rurais (presidentes de associações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais), agentes de extensão rural, lideranças políticas dos municípios do entorno, funcionários públicos federais responsáveis pela gestão da unidade de conservação, pesquisadores, ambientalistas e funcionários de ONGs que atuam no local e representantes de comunidades tradicionais ali presentes.

Para contemplar o objetivo proposto, o presente trabalho irá sumarizar as principais etapas da pesquisa, mediante a seguinte estrutura: inicialmente serão apresentados os principais elementos e pressupostos do referencial teórico-metodológico adotado para dar conta da complexidade da dinâmica observada a partir da pesquisa de campo. Na seção seguinte será empreendida uma discussão analítica dos resultados obtidos, a partir da análise do conteúdo das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos estudados e dos conflitos locais, apresentando o litígio acerca da zona de amortecimento do entorno do PNE como atualização da disputa sobre a apropriação social, cultural e material do cerrado e cristalização do conflito ambiental. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

Pretende-se assim discutir as inter-relações entre a questão agrária e a questão ambiental no contexto estudado, sugerindo-se que a questão ambiental, como um componente contemporâneo das disputas já históricas sobre o uso e apropriação do cerrado, incorpora novos atores e limites a essas disputas, tornando assim ainda mais complexas as dinâmicas sociais e os dilemas acerca dos sentidos e “vocações” do espaço geográfico.

Representações sociais e conflitos ambientais: compreendendo teoricamente a diversidade

No entorno do Parque Nacional das Emas, tal qual sumariamente apresentado na parte anterior, encontra-se uma diversidade de grupos sociais, explicitada – assim como as divergências de interesses dela decorrentes – sobretudo após a revisão do plano de manejo da unidade de conservação. Observa-se, portanto, uma situação em que representantes do poder público, produtores rurais, agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente e populações tradicionais, cada qual com suas respectivas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam os rumos de um espaço que, apesar de pertencer a todos, transcende a cada um.

Tendo em vista esta complexidade e para responder a questão proposta inicialmente, foram considerados como referenciais analíticos o arcabouço teórico-metodológico das *representações sociais* e a contribuição das pesquisas sobre *conflitos ambientais*. O primeiro oferece subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação. A partir do segundo compreende-se como as interpretações sobre os objetos de representação podem ser mobilizadas na disputa pela definição dos problemas sociais, além de analisar-se o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos por modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.

Sobre a noção de representação cabe destacar que esta é considerada uma noção-chave das ciências humanas (Ruano-Borbalan, 1993), já tendo sido abordada e desenvolvida por diversas disciplinas, de acordo com seus pontos de vista e contextos. Enquanto material de estudo, são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. Na presente pesquisa foram adotados os preceitos formulados seminalmente por Serge Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise (Moscovici, 1978).

Moscovici propõe uma nova abordagem para a análise das representações, situando-as no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Para este autor, as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações das pessoas com este mesmo real, reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas: “não são os substratos, mas as interações que contam” (Moscovici, 1989, p. 82).

Como pilares fundamentais dessa formulação estão a originalidade do pensamento coletivo sobre a soma dos pensamentos individuais (herdada do percurso teórico iniciado por Émile Durkheim), a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores (inaugurada pelos estudos de Jean Piaget), e a ideia (incor-

porada mediante a influência freudiana) de que saberes sociais não são desprovidos de afetos. Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas e sociais: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com o meio natural, em um momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas.

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais.

Como elemento para a análise destaca-se a distinção entre duas classes de pensamento, denominadas *universos reificados* e *universos consensuais*. Os primeiros são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Já aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e ressignificado, trazido para o senso comum (Moscovici, 1978). Nas sociedades contemporâneas é a partir desse fluxo do universo reificado para o consensual, com suas inerentes ressignificações e interpretações, que novas questões passam a fazer parte da vida cotidiana, tornando o estranho e não familiar, compreendido e familiar. Mediante esse processo, as informações circulam e permitem que, mesmo em meios não especializados, ou leigos, as pessoas formulem opiniões sobre temas distantes como a transgenia, o aquecimento global, a AIDS e a conservação ambiental, para citar alguns exemplos.

Ainda, as representações sociais sobre esses novos objetos trazidos à vida cotidiana carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses dos grupos sociais chamados a interagir acerca de um objeto comum, veiculando suas divergências e contribuindo para que as respectivas atitudes e disposições a esse objeto sejam reelaboradas. Assim, pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. E para aprimorar a compreensão desses conflitos se faz necessário o estudo da corrente teórica que se debruça sobre a análise dos conflitos ambientais.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos (Acselrad, 2004). No caso estudado, essa continuidade está ameaçada tanto do ponto de vista dos ambientalistas, que entendem que a prática agrícola no entorno do PNE gera impactos indesejáveis à unidade de conservação, quanto do ponto de vista dos produtores rurais, que proclamam a inviabilidade da manutenção de suas atividades caso a zona de amortecimento seja efetivada.

A formulação deste conceito e sua aplicação têm como um de seus pilares a sociologia ambiental praticada pela síntese construcionista de Hannigan (1997), interpretada para a abor-

dagem dos conflitos por Fuks (2000 e 2001). Este autor, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, compartilha da perspectiva construcionista de Hanningan e articula-a ao modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner e Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (Fuks, 2000, p. 2). Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agenda, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para este autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elementos-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, cabe ressaltar que a abordagem empregada estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo. Além disso, o contexto cultural constitui outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas na esfera pública. Fuks (2000) argumenta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos e já sedimentados. Dessa forma, valores como “livre mercado”, “propriedade privada” e “progresso” delimitam a disputa em torno da definição de problemas. Portanto, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização” (Fuks, 2000, p. 6).

Tais fatores ideológicos seriam componentes essenciais do que Fuks denomina *esquemas argumentativos*, utilizados nas arenas públicas de argumentação e debate. Tais esquemas emergentes nas arenas dos conflitos ambientais mobilizam representações sociais, que, por sua vez, exercem pesada influência sobre como estes serão interpretados em determinados contextos, e com que apelo, interferindo na correlação de forças da disputa pela definição do meio ambiente como problema social.

Acselrad (2004) compartilha dessa valorização da dimensão simbólica no estudo dos conflitos ambientais. Segundo este autor, as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais. Portanto, considera que investigar o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos ambientais significa estabelecer as condições de instauração de *princípios de referência* evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente. Tais princípios assim definidos também se inscrevem no conjunto de valores, temas culturais, pacotes interpretativos, em suma, em representações mobilizadas em arenas de conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são,

então, considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Adotando-se como ponto de partida esse referencial teórico, tornou-se possível a elaboração e execução da pesquisa de campo, para se conhecer as condições particulares das representações sociais envolvidas e mobilizadas, e o detalhamento do conflito ambiental na região. É sobre os resultados obtidos e sua discussão que irá se deter a seção seguinte.

O significado da conservação ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas

A análise da representação social da conservação pelos grupos sociais identificados no entorno do PNE começa a delinear-se com a observação das respostas obtidas a partir da técnica de associações livres de palavras. Nesta técnica, os entrevistados foram convidados a evocar todos os termos que lhe vinham à mente em resposta ao objeto de representação (“conservação”) e a termos que, no contexto do PNE e na própria configuração dos grupos sociais, exibem estreita vinculação com este objeto, definidos como “agricultura” e “desenvolvimento”.

De acordo com Abric (1994), a análise das associações livres fornece rico embasamento para a apreensão do conteúdo das representações sociais, devido ao seu caráter pouco diretivo, evitando-se impor de antemão aos agentes entrevistados elementos do universo de referência dos pesquisadores, e oferecendo oportunidade para o aparecimento de múltiplos elementos para a análise que transcendem as hipóteses previamente formuladas. Para a compreensão das respostas obtidas, três critérios foram utilizados: a frequência de evocação de um termo, a ordem em que este termo é evocado no conjunto da resposta e a consistência entre estes dois parâmetros, que atesta a centralidade do termo na análise da representação.

Quando sugerido como indutor de associações livres a palavra *agricultura*, foram obtidos em resposta 128 termos e palavras diferentes, distribuídos em 231 evocações realizadas pelos 51 entrevistados. As palavras mais frequentemente citadas foram, em ordem decrescente, *alimento* (11 vezes), *desenvolvimento* (oito vezes), *impacto ambiental* (sete vezes), *produção* (seis vezes), *renda* (seis vezes), *tudo* (seis vezes), *sustentabilidade* (cinco vezes), *tecnologia* (cinco vezes), *pecuária* (cinco vezes), *lavoura* (cinco vezes) e *desmatamento* (quatro vezes). No entanto, quando associada à frequência de evocação com a ordem em que os termos foram evocados, despontam como elementos centrais *alimento*, *desenvolvimento*, *impacto ambiental* e *produção*.

Este resultado já demonstra com clareza a relevância do enlaçamento entre os componentes norteadores da análise: no cerne das associações à agricultura estão tanto o *desenvolvimento* quanto o *impacto ambiental*. Este aspecto é nitidamente compreendido considerando-se a história local, visto que todos os municípios estudados trazem a presença transformadora da

agricultura como emblema do desenvolvimento, tendo como contrapartida impactos como a supressão da vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água. *Sustentabilidade*, por sua vez, apesar de estar entre os termos mais citados, aparece de forma mais periférica no conjunto das evocações, indicando-a como um elemento recentemente incorporado pelos entrevistados entre os aspectos vinculados à agricultura.

Separando-se o conjunto de evocações por grupos sociais, algumas particularidades podem ser observadas: entre o grupo de representantes do poder público, *agricultura* aparece também vinculado a *gaúchos*; entre os produtores rurais, destaca-se a presença do termo *pecuária* como mais central, seguido de *alimento e tudo*; agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente associam diretamente *desmatamento*, *cerrado* e *desenvolvimento*; e, de forma interessante, enquanto nos demais grupos sociais a agricultura aparece associada a valores e ideais, dentre os quilombolas entrevistados como representantes de população tradicional os termos mais centralmente vinculados à agricultura foram *arroz*, *feijão*, *lavoura* e *milho*.

Em seguida, foi utilizada como indutora de associações livres a palavra *desenvolvimento*, suscitando, em resposta, 136 termos e expressões diferentes, distribuídos em 224 evocações realizadas pelo conjunto de entrevistados. A palavra mais evocada, citada ao todo dez vezes, foi *sustentabilidade*, sendo seguida por *crescimento* (nove vezes), *agricultura* (oito vezes), *tecnologia* (sete vezes) e *economia* (sete vezes). A discussão destas ocorrências fica mais interessante quando comparada aos termos que emergem na análise como mais centrais, isto é, mais próximos ao núcleo das representações. Os termos obtidos, então, são *crescimento*, *agricultura*, *tecnologia*, *economia* e, finalmente, *qualidade de vida*.

Destaca-se, portanto, que ainda que sustentabilidade seja o termo mais evocado – indicando a premência desta associação nos tempos atuais, em que *desenvolvimento* e *sustentável* formam um par quase indissociável nos discursos correntes – este caráter não foi de fato incorporado ao núcleo da representação. Ainda observa-se, de maneira arraigada ao que se entende por desenvolvimento, a presença da economia e do crescimento, retomando um modelo de desenvolvimento que hoje se costuma por vezes apregoar como superado. Quando se relacionam estas respostas ao contexto local, torna-se ainda mais clara a presença destas associações, tendo em vista que grande parte dos municípios do entorno do PNE surgiram ou se impulsionaram após os “planos de desenvolvimento do cerrado”, implantados pelo governo federal a partir da década de 1970, quando a agricultura tecnificada foi difundida como propulsora do desenvolvimento, trazendo renda e crescimento para as localidades (e possivelmente disto decorrem as associações à *agricultura* e *tecnologia*).

Estes aspectos mantêm-se bem marcados também quando se analisa as respostas separadas por grupos sociais: entre os representantes do poder público, desenvolvimento vincula-se de forma central a *crescimento*; para os produtores rurais, a *agricultura* e a *economia*; os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente evocaram, de forma mais central o termo *econômico*; dentre os representantes da população tradicional, as respostas mais centrais foram *trabalho*, *educação*, *bom* e *condições de vida*. As distinções entre os grupos localizam-se, neste caso, mais do que nos termos associados, nas atitudes frente aos mesmos: os produtores rurais demonstram, frequentemente, uma atitude favorável ao desenvolvimento atrelado à economia, enquanto os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente se posicionam demarcando uma atitude desfavorável e crítica ao desenvolvimento econômico. Em todos

os grupos, a palavra *sustentabilidade*, ou suas variações, como *sustentável*, por exemplo, são evocadas e mantêm-se presentes, contudo, entre os termos mais periféricos da associação, isto é, evocados após uma maior reflexão dos agentes entrevistados, indicando um vínculo menos consolidado com o objeto de representação.

Finalmente, quando sugerida a palavra *conservação* como termo indutor de associações, foram evocadas em resposta pelos entrevistados 151 palavras e expressões diferentes, contabilizando ao todo 232 evocações. As palavras mais frequentemente citadas foram *água* (sete vezes), *meio ambiente* (seis vezes), *futuro* (seis vezes), *solo* (cinco vezes) e *agricultura* (cinco vezes). Contudo, quando avaliada a consistência dos termos no sentido de sua coerência entre frequência de evocação e posição média entre os termos evocados, indicando associação mais central ao conteúdo da representação, permanecem dentre aqueles mais citados os termos *meio ambiente*, *futuro*, *agricultura* e *solo*, e o termo *água* cede lugar a *degradação*.

A associação direta ao meio ambiente não chega a ser surpreendente: de fato, no contexto do entorno de um parque nacional, a conservação do meio ambiente é um elemento bastante presente no cotidiano dos grupos sociais. *Futuro* como elemento central pode estar relacionado tanto ao cerne do debate sobre sustentabilidade (que se estrutura em torno da manutenção das condições de vida na Terra para as gerações futuras), quanto com uma oposição a um passado degradador na ocupação do cerrado, ideia muitas vezes afirmada nas entrevistas e conversas pessoais. *Agricultura* e *solo* parecem estar presentes devido ao perfil também eminentemente agrícola da área estudada: a agricultura, de acordo com o agente entrevistado, pode ser associada tanto devido aos impactos que gera quanto como uma parceira da conservação; *solo* manifesta o apelo das técnicas de conservação e manejo de solo para o cultivo agrícola, como plantio direto, por exemplo, correntemente difundidas. O termo *água* provavelmente é bastante citado na área de estudo por ser região divisora de bacias hidrográficas e área de recarga do aquífero guarani. No entanto, apesar de esta ser uma informação bastante presente para os entrevistados, não chega a exercer um papel de centralidade, sendo lembrada e evocada depois de maior reflexão. *Degradação* pode conotar um papel negativo à conservação, no sentido de que a conservação surgiria em resposta à degradação, e não como um fim em si.

Separando-se as respostas entre os grupos sociais, as características do perfil de cada grupo podem ser melhor demonstradas: representantes do poder público associam conservação mais centralmente ao termo *vida*; produtores rurais, a *futuro*; para os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente, conservação vincula-se a *sustentável* e *utilização*, enquanto que para a população tradicional, relaciona-se de forma fundamental a *cerrado*, *meio ambiente* e *água*. Nota-se aqui a distinção na forma de enxergar a conservação: para os produtores rurais, pensar em conservação é pensar no futuro, possivelmente porque nele encontrariam uma justificativa para transformar as práticas e ideias do contexto atual, em que a conservação ainda não é uma realidade tranquilamente incorporada; já para os agentes de pesquisa e defesa ambiental, conservar é utilizar de forma sustentável, o que enfatiza a possibilidade de uso do meio ambiente, distinguindo, devido a uma provável maior familiaridade com teorias da ecologia, *conservação* de *preservação*, apresentando o último, nestas teorias, um caráter mais estático e intocável.

A tendência apontada pelas associações livres de palavras é corroborada pela análise das entrevistas semiestruturadas, que oferece também novos elementos para o entendimento da representação social.

Para analisar como a conservação ambiental tem sido representada no entorno do PNE, contemplando-se as particularidades entre os grupos sociais, são considerados os elementos e temas principais que constituem essa representação, pertencentes às dimensões do campo representacional, da informação e da atitude quanto à conservação. O campo representacional se refere às imagens, ao modelo social e ao conteúdo concreto designado ao objeto de representação, assim como aos juízos formulados sobre o objeto representado e as pessoas que lhe fazem uso; a informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; e a atitude (que nesta abordagem se distancia da noção de *comportamento*) logra destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social, sendo dependente também do contexto onde o objeto é apreendido, podendo ser então favorável ou desfavorável a este objeto. Para os objetivos aqui pretendidos, concentrou-se a discussão nos elementos presentes no campo representacional da conservação pelos grupos sociais.

A partir dos discursos presentes nas entrevistas, percebe-se que o campo representacional da conservação é de maneira geral dividido, formulando-se dois “tipos de conservação”: a conservação presente no discurso “oficial”, que se refere à importância da proteção da *natureza*, do meio ambiente, da água, cujos princípios todos dizem compartilhar e reconhecer a necessidade, e a conservação presente na “vida real”, que se refere à transposição e aplicação dos ideais que se atribuem à conservação para o contexto local e o dia a dia. Essa separação pode ser observada na fala de representantes de todos os grupos sociais estudados, como demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

[*A conservação*] seria a salvação se todos fizessem. Mas, meio ambiente, eu vou falar pra você, tem muito oba-oba (representante do poder público, Serranópolis, grifo dos autores).

Se ela for assim no *sentido puro* da palavra, eu vejo salvação da humanidade. No sentido puro da palavra! (produtor rural, Mineiros, grifos dos autores).

Eu mesmo me sentia *frustrado* porque, ainda me sinto, porque é uma coisa que, eu que trabalho com planejamento de paisagem, vejo hoje, “ah, tem 500 mil ha de vegetação natural”, vejo ano que vem, “ah, esse ano tem 350”, e no outro ano... e aí? O que eu vou ficar fazendo além de monitorando isso, sentado? E as grandes ONGs veem isso, gastam enorme grana, monte de dinheiro mesmo e, assistindo, é simplesmente assistindo (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifo dos autores).

Tenho pra mim que é muito importante... *num sei é se* o parque *tem que ser* daquele tamanho, né? (representante da população tradicional, Mineiros, grifos dos autores).

As oposições entre o que poderia ser e o que é, indicadas pela presença de expressões como *seria*, *se for*, e *não sei se tem que ser*, por exemplo, assim como a ideia de *sentido puro* e *frustração*, denotam o afastamento, na concepção dos entrevistados, do que se supõe ser e a se prestar a conservação daquilo que observam no cotidiano. Percebe-se também que, ainda que haja alguns elementos consensuais na formulação do “tipo ideal” de conservação, é na interpretação da conservação do dia a dia que aparecem as diferenças no conteúdo dos campos representacionais de cada grupo.

Dentre os representantes do poder público nota-se que a conservação é entendida, essencialmente, como uma *política*, muitas vezes ineficaz. Frases como “é pautada em algumas iniciativas bem-sucedidas, mas não é uma política bem-sucedida” (representante do poder público, PNE); e “é muito mais um jogo de se dizer que faz preservação do que realmente fazer preservação” (representante do poder público, Chapadão do Céu), ilustram bem essa posição.

A conservação, e os agentes que lhe fazem uso, aparecem, portanto, como elementos que dificultam o contexto local com restrições normativas sem sentido. Em resumo, há uma descrença quanto aos compromissos da conservação, de forma que a imagem que parece sintetizar o que o grupo de representantes do poder público apresenta sobre a conservação pode ser expressa na frase: “é muita conversa e pouca ação”, dita por um entrevistado pertencente a este grupo em Alto Taquari.

Já quando se analisa o campo representacional aparente nos discursos dos agentes do grupo de produtores rurais, o primeiro aspecto a se destacar é a nítida separação entre aqueles nascidos nos estados do centro-oeste, geralmente identificados com a pecuária extensiva, e os agentes provenientes dos estados do sul do Brasil, envolvidos na produção de grãos.¹⁴ Para os primeiros, genericamente definidos como *goianos*, a conservação associa-se à degradação do cerrado e à necessidade de sua manutenção:

Conservação é cuidado, cuidado com os bens do Cerrado (produtor rural, goiano, Costa Rica).

Essa relação entre a identificação com o local e certa inclinação à conservação como um cuidado não aparece entre os gaúchos, que, ao contrário, vieram para o centro-oeste enxergando cerrado como

[...] uma vegetação que todo mundo via inútil, sem, vamos dizer assim, sem significado para o meio ambiente. A gente sabe hoje que não é isso, mas é uma forma de entender, porque viemos de lugares que só tinha árvore grande e mata realmente, e muitos animais. Numa região em que você não tem praticamente vegetação, só tem vegetação rasteira, você diz que aquilo num prestava, né? (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

¹⁴ Para designar esses entrevistados, demarcando-se a diferença entre seus estados de origem, será feita referência a *gaúchos* e *goianos*. Estes termos são utilizados aqui não necessariamente como uma definição precisa dos estados de procedência dos agentes, mas como emblemas de sua situação social. Em todo centro-oeste costuma-se fazer referência aos imigrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e até mesmo São Paulo genericamente como *gaúchos*, independentemente do estado em que nasceram. Esses imigrantes, em sua maioria, se estabeleceram no centro-oeste como produtores de grãos. Quanto aos agentes nascidos no centro-oeste, localmente faz-se referência de forma distinta entre goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Contudo, considerando-se que três dos cinco municípios incluídos nessa pesquisa se situam no estado de Goiás, e que entre os agentes pertencentes a estes três estados há uma identificação cultural e de sistemas produtivos – geralmente a pecuária extensiva –, opta-se nessa pesquisa por reuni-los genericamente no termo *goianos*, fazendo-se a ressalva de que esta é uma decisão dos pesquisadores e que, em determinados contextos, poderá incluir também sujeitos provenientes dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para estes gaúchos, portanto, as demandas contemporâneas em relação à conservação são interpretadas em suas relações às técnicas agrícolas (essencialmente conservação de solo, como curva de nível, plantio direto, entre outros) e, sobretudo, através de representações sobre a conservação como uma *disputa de interesses*, maquiada pelos princípios da proteção à natureza:

Esse negócio que você escuta muito de, *ah, tá desmatando, destruindo a natureza, isso é político*, tem muita área pra abrir, tem muito, muito. (...) Você vê que é um objetivo assim, vamos diminuir a produção deles aqui, você vê que *isso é coisa de americano*, quando você vê isso é pressão de fora pra nós diminuir a produção aqui. Pelo tanto de gente que vem nesse parque, você vê que é muito mais gente de fora do país do que daqui, você vê que tá claro isso (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Imagens, juízos e concepções bem diferentes podem ser observados quando se analisa o campo representacional do grupo social seguinte, referente aos agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente. Entre estes agentes, a conservação é entendida essencialmente como uma questão *afetiva*, que envolve valores éticos e de identificação.

Quanto às imagens que compõem o campo representacional deste grupo, destaca-se que convergem em torno da noção do ambiente natural como uma *joia*, um *tesouro*, simbolizando a ideia de algo tão precioso quanto escasso:

Eu acho que [*o Cerrado*] é um *tesouro*, que corre perigo, que *poucos sabem a beleza...* E mesmo que a gente esteja convivendo com ele, muitas vezes a gente não sabe que é um tesouro, não sabe o valor dele. Impossível mensurar isso, *as pessoas não conseguem*, e é um tesouro que está ameaçadíssimo. Ainda que algumas pessoas vejam isso, ainda é muito pouco para a ameaça que ele vem sofrendo (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos dos autores).

Nestes casos, nota-se também que a associação com um bem valioso vem acompanhada da ideia de que poucos conhecem, ou sabem reconhecer, o valor desse bem. Esse paralelo pode colocar aqueles que o identificam como precioso em uma posição privilegiada em relação aos demais, visto que, por estarem entre os poucos que sabem notar a riqueza e o valor que o cerrado possui, estariam mais aptos a compreender sua importância e definir as melhores formas de utilizá-lo.

Sintetizando a imagem que compõe o campo representacional da conservação entre o grupo de agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, bem como a função a que se destina a conservação, é bastante ilustrativo o trecho:

Eu acho que é o grande filão, assim, se as pessoas conseguissem de fato entender que a conservação é o grande resgate da vida humana na Terra, e resgate da vida na Terra em geral (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Nessa fala, aparecem tanto o princípio universalizante utilizado como esquema argumentativo do grupo – “resgate da vida na Terra” – quanto a capacidade de sensibilização dessa argumentação como fonte de benefícios para a conservação (“grande filão”) e a importância

dos ambientalistas como aqueles que buscam transmitir esse significado para a população que, em sua maioria, não consegue *de fato entender*.

Concluindo a análise do campo da representação entre os grupos sociais identificados no entorno do PNE, acrescenta-se que, para os agentes pertencentes à população tradicional, a conservação parece ser representada como *necessidade das e resposta às mudanças* ocorridas recentemente.

Neste grupo, portanto, nota-se também a identificação com o cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação, visto que a conservação pode ser a possibilidade de manutenção do que apesar das mudanças das últimas décadas ainda existe deste bioma. No entanto, quando se associa a conservação ao PNE, algumas ressalvas são feitas, apesar de ser enfatizada a importância da manutenção desta unidade:

Eu acho o parque importante porque se você for lá, você vai ver natureza, você vai ver animais, você vai ver água, então... Tenho pra mim que é muito importante... num sei se tem que ser daquele tamanho, né? Mas que é importante, é sim. Porque aqui nessa região aqui, você via [veado] mateiro, você via [tamanduá] bandeira, você via tatu. Mas... eu falo assim, eu falo pelo tamanho porque aquilo ali é muito grande, enorme. Eu acho que podia ter gente ali utilizando, mas sem, num estragar aquilo, né? (representante da população tradicional, Mineiros).

Portanto, para a população tradicional que mantém fortes vínculos de uso e identificação com o cerrado, a conservação ambiental como uma resposta à degradação decorrente das mudanças de sistema produtivo e da chegada da “modernidade” aparece como uma necessidade a ser defendida. Contudo, a forma de implementação dessa conservação, alijando-se as populações humanas, é criticada, sugerindo também seu caráter excludente.

Em suma, pode-se inferir que, tendo em vista o contexto de embate local, associado à carência de informações sobre o tema na comunidade, a conservação passa a ser elaborada pelos agentes do entorno não em seu referencial próprio, mas eivada de características, expectativas e interesses dos grupos sociais. Assim, no grupo de representantes do poder público a conservação é entendida essencialmente como uma política, sobretudo ineficaz; para os produtores rurais, pode ser tanto uma resposta à degradação quanto uma disputa de interesses, principalmente comerciais; já os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a representam como uma questão ética, direcionada ao resgate da vida na Terra; os representantes da população tradicional, por sua vez, interpretam a conservação como um símbolo da modernidade e dos impactos dela decorrentes.

Percebe-se nessas transformações de um objeto social – a conservação – em múltiplos componentes das relações sociais locais, a ancoragem da teoria à visão geral que os grupos sociais têm de seus próprios contextos, que cada grupo possui e à qual integra a novidade, transformando assim o estranho em familiar. Trata-se do fenômeno de focalização que Moscovici (1978) identifica no seu estudo da psicanálise: cada indivíduo ou grupo dá maior ou menor atenção a tal ou qual aspecto de um objeto segundo sua distância e seu envolvimento com este. O esforço dos agentes não é de compreender a teoria em seu referencial próprio, mas recortá-la dando relevo aos pontos que estão em conformidade com suas preocupações.

Arruda (2004), em seu estudo sobre representações acerca da ecologia e do desenvolvimento entre pós-graduandos de Ecologia na Unesco, observou fenômeno semelhante: a

ecologia, entre os seus entrevistados, passou a assumir um controle antropomórfico e social para os estudantes de ciências humanas, e um perfil politizado e politizante para os franceses, também indicando um processo de focalização, isto é, de realce e transferência para o objeto de representação das características e demandas dos grupos. Bauer (1995) acrescenta que essa multiplicação do objeto de representação tem como efeito a diversidade no domínio público, na medida em que novas ideias são acomodadas de forma específica.

Enfim, o que se percebe mediante esta análise é que, no contexto do entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se, mais do que uma teoria científica ou um parque nacional ausente de significados, um critério das relações entre grupos e valores comuns. Ainda, em outro nível, atua como instrumento de mediação das relações entre grupos e de conduta. Sobre esse processo, Moscovici (1978, p. 288) afirma:

A representação social elabora-se, para esse fim, como instrumento social polivalente, muito mais genérico do que deixava prever o seu destino estritamente científico. Converte-se, portanto, num sistema de interpretação parcialmente automático e, por isso mesmo, parte integrante do comportamento real e simbólico.

Entende-se que, ao demarcar posicionamentos, opiniões e visões de mundo, a conservação ambiental no entorno do PNE assume esse caráter de sistema de interpretação da realidade, definitivo tanto para a avaliação e julgamento dos grupos entre si quanto para a definição do que se pretende para o espaço comum. Assim, a conservação se torna um ícone da heterogeneidade entre os grupos e das perspectivas de apropriação social, técnica e cultural do espaço, explicitadas no conflito ambiental então deflagrado.

Portanto, percebe-se que, na medida em que demanda interação entre os diversos grupos sociais presentes no entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se um denominador comum aos agentes dos grupos. No entanto, percebe-se também que estes possuem distintas motivações, expectativas e interesses para o ambiente que habitam, essenciais para a forma como interpretam essa conservação. Assim, no processo de incorporação e mediação pelos grupos sociais a conservação se transforma e se multiplica, extrapolando os sentidos formulados no âmbito do universo reificado e expandindo os significados que transmite e as práticas que suscita.

Violência simbólica: gaúchos *versus* goianos

A distância que se forma entre os múltiplos significados da conservação e a necessidade de vivência coletiva da mesma – propiciada pela presença do parque nacional – gera espaços para a configuração de conflitos, que possuem em seu cerne a definição pelo uso e apropriação técnica, cultural e social do ambiente comum, explicitada no conflito ambiental então deflagrado. Este conflito cristaliza-se no litígio acerca da zona de amortecimento. No entanto, para entendê-lo, parece fundamental considerá-lo no contexto que permeia e ultrapassa o entorno do PNE, que diz respeito à convivência entre *gaúchos* e *goianos* no centro-oeste, resultante do processo de incorporação do cerrado à agricultura tecnificada. Embora essa convivência tenha

se iniciado há mais de 30 anos, os estranhamentos e acomodações ainda se fazem presentes, compondo com distintos matizes o contexto do conflito.

O entorno do PNE destaca-se do conjunto de estudos sobre conflitos ambientais: enquanto grande parte dos estudos socioambientais tem como categorias rurais agricultores familiares, camponeses ou extrativistas (Brandenburg, 2005), as propriedades rurais limítrofes ao parque são em sua maioria grandes propriedades (acima de 480 hectares, algumas com mais de 5000 hectares), cuja produção, em vez de direcionar-se à subsistência e ao comércio local, destina-se à exportação. Os agentes responsáveis por essas propriedades são, sobretudo, imigrantes provenientes dos estados do sul do Brasil que, por sua identificação cultural, assim como pelo sistema produtivo adotado, são reconhecidos localmente como *gaúchos*, mesmo que não tenham necessariamente nascido no Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o termo “gaúchos” se torna pleno de significados: denota que os agentes com ele identificados não nasceram nos estados do centro-oeste, mas também remete a um sistema de cultivo vinculado às técnicas da “revolução verde”, e à escolha de um modelo de desenvolvimento que priorizou imigrantes como seus protagonistas e cultivos que não faziam parte da cultura local como produtos esperados. Assim, desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais, foram sendo construídos posturas, perfis e sentidos atribuídos ao *ser gaúcho* e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no centro-oeste, que aqui são sintetizados pelo termo *goianos*.

A contraposição entre estes dois perfis se faz sentir ora de forma velada, ora explícita, nos municípios que compõem o entorno do PNE, sendo manifestada nas brincadeiras e piadas que são feitas entre os grupos, na contratação de funcionários nas propriedades rurais e nas divisões políticas em períodos de eleição. Também nas entrevistas essa oposição se fez notar, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes.

As características atribuídas àqueles a quem se convencionou chamar de gaúchos geralmente vincula-os à noção de trabalho e à tecnologia. As histórias destes imigrantes são narradas constantemente ressaltando-se a capacidade que estes tiveram de abandonar uma situação desfavorável nos estados do sul do Brasil e, a partir do *nada*, construir o patrimônio que exibem hoje. Assim, em suas falas o cerrado aparece frequentemente como um *deserto*, um *vazio*. Em suma, um lugar onde não eram encontrados os objetos de referência, se apresentando como a própria não familiaridade, aquilo que fugia ao até então conhecido. Acrescenta-se ainda a imagem de que estes gaúchos foram “chamados ao cerrado” porque este ainda era um “lugar a se fazer”, como propagavam as políticas públicas de incentivo à sua colonização, mais consistente se torna a ideia do que até então existia como um deserto, um vazio. Nesse contexto, parece explícita a incoerência reclamada por muitos quando hoje se demanda, desses mesmos gaúchos, que se conserve o cerrado, que se conserve o que eles acostumaram a representar como não sendo nada, a não ser algo a ser substituído.

Associado à simbologia de povo trabalhador, dinâmico, que não mede esforços para atingir a prosperidade, os gaúchos se estabelecem no centro-oeste como agentes ideais do modelo de desenvolvimento industrial que ao Estado interessava implantar. À população local, identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um

anfitrião prestativo: enquanto o “povo gaúcho” é *trabalhador*, o “povo goiano” é apresentado como *hospitaleiro*.

Olha, a gente sempre procurou respeitar, né? O povo aqui é bastante respeitador, quando você também não pisa no calo deles. Porque eles aqui têm uma tradição, *tradição, não, têm um sistema; tradição é o gaúcho que tem uma tradição, né, mas, eles são hospitaleiros aqui* (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Gaúcho e goiano combina demais! É o que eu falo, o povo goiano é muito bom de lidar com ele. É um povo amigo demais da conta, é um povo que convive muito bem uns com os outros, povo muito *servidor*, povo bom mesmo. E gaúcho, povo gaúcho é muito *trabalhador*, é um povo também bom de lidar, eu, pelo menos, pelo que eu conheço, é um povo muito bom de lidar [...], é um povo que veio pra cá e *nós nunca rejeitamos eles, que a gente sabe, a gente precisa, que eles nos ensinou a agricultura*, e a pecuária também a gente tá aprendendo muito, mas a agricultura eles dão de dez, né? *É um povo pioneiro, muito inteligente, trabalhador, né?* Tem, sempre tem aqueles que veio, como diz nós aqui, “dar o nó”, né, mas todo mundo tem isso aí, todo lugar tem. Mas é bom. Dá certo, se entende, numa boa conversa vai bem (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Nota-se, portanto, que essa “complementaridade de papéis” é assimilada por todos, gaúchos e goianos, possivelmente muito em função do peso da imagem de desenvolvimento, à qual pouco se contesta. Assim, devido ao contexto histórico que os trouxe ao centro-oeste imbuídos da capacidade de trazerem consigo o desenvolvimento, pode-se sugerir que foi designado aos gaúchos um *poder simbólico*, nos moldes do que discute Bourdieu (2004, p. 7), sendo este o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004, p. 7-14), é um poder de construção da realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, isto é, de *conhecimento do sentido imediato do mundo*, a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social. Para que seja exercido, depende do compartilhamento de *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de comunicação entre os grupos e que, enquanto tal, cumprem a “sua posição política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma dominação”. Assim, contribuem para assegurar a dominação de um grupo ou classe sobre outro, configurando, nas palavras de Bourdieu (2004), um processo de *violência simbólica*.

Transposto ao contexto do entorno do PNE, pode-se inferir que o processo de dominação legitimado através do compartilhamento de um sistema simbólico é a priorização do modo de “apropriação gaúcha” do ambiente sobre o modo de apropriação local, de forma que o primeiro passa a ser enxergado como positivo e sinônimo de desenvolvimento, enquanto o segundo é, quase que de forma consensual, representado pejorativamente.

Tal análise é observada na incorporação, pelos próprios goianos, das oposições entre trabalhador/preguiçoso, pioneiro/hospitaleiro e, também perpassando essas classificações, moderno/atrasado ao se compararem aos gaúchos, atribuindo aos imigrantes sempre os polos considerados positivos das associações. No entanto, a assimilação do discurso dominante não exclui a presença de conflitos, apenas tornando-os mais velados.

De fato, o goiano pode em certas circunstâncias se tornar um ponto de embate e resistência ante a expansão da lógica da agricultura tecnificada, resistência essa que contemporaneamente tem adquirido novos contornos, revestidos de proteção ambiental:

[...] isso é um estilo que... literalmente é uma coisa que, “ah, a gente tá desenvolvendo, crescendo a região”, coisa nenhuma! Eu acho que não, isso não existe. Está desenvolvendo o lado pessoal deles. Os valores são outros. *Se você acha melhor plantar soja, eu acho melhor entrar no mato e catar pequi!* [...]. É um atropelo, e o atropelo gera um monte de problemas, sociais e ambientais (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

[...] antes Chapadão do Céu era mais um redutozinho do pessoal do sul, com alguns goianos que iam para trabalhar para eles. Agora... a agricultura está ali, não tem como sair dali, e talvez não seja desejável agora que ela saia dali. Então, tem que conviver com isso, então, que se conviva bem com a produção, mas respeitando a conservação, inclusive respeitando as leis da conservação. Então isso inclui a área de amortecimento no entorno do parque, área de reserva legal, etc. (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Belo Horizonte).

Conflito ambiental no entorno do PNE

Percebe-se, portanto, que a disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente associa-se à relevância do vínculo afetivo com o cerrado – característica dos goianos como um dos elementos centrais na representação favorável à conservação –, de forma que a conservação ambiental do cerrado adquire mais uma função: a de imposição de limites e demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do centro-oeste, que se dá mediante a agricultura tecnificada. Esta associação reforça a polarização agricultura/conservação no entorno do PNE, explicitada, dentre outros momentos, na concretização do conflito ambiental relativo ao litígio acerca da zona de amortecimento.

Em seu estudo sobre os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, Fuks (2001) põe em relevo a capacidade dos problemas ambientais de atualizarem antigas disputas – no caso específico estudado por este autor, a luta relativa à ocupação e uso do solo no município fluminense. A partir do exposto sobre o embate entre gaúchos e goianos no centro-oeste, percebe-se que também no entorno do PNE a apropriação do ambiente e a definição de seus usos e vocações se constituem em elementos de conflito entre grupos sociais desde antes da proeminência do meio ambiente como um assunto de controvérsia pública. No entanto, a partir do momento em que a conservação ambiental recebe destaque e passa a ser assumida por determinados grupos como prioridade, tais embates assumem novos contornos, agora explicitamente ambientais, reconfigurando o contexto conflitivo. O litígio acerca da zona de amortecimento no entorno do parque é uma clara demonstração deste processo.

Esse litígio conduziu a uma polarização entre os grupos do entorno, que se dividiram entre aqueles pró-implementação da zona de amortecimento, incluindo os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e os representantes do poder público vinculados aos órgãos ambientais (Ibama e secretarias responsáveis pelo meio ambiente), localmente identificados

de forma genérica como *ambientalistas*, e os agentes posicionados contra essa implementação, identificados com os *produtores rurais*, incluindo tanto produtores do entorno e lideranças rurais (presidentes de sindicatos e cooperativas), quanto representantes do poder público responsáveis por órgãos voltados para a agricultura e o desenvolvimento municipais.

No entanto, nesse embate ambos os polos possuem notável poder de mobilização nas arenas de debate e argumentação: atuando em prol da zona de amortecimento estão pesquisadores e organizações não governamentais de grande influência no âmbito nacional. Além destas, o órgão público federal responsável pelo meio ambiente, que percebe nesse litígio uma ameaça às demais unidades de conservação de todo o país, visto que, uma vez instaurada a jurisprudência favorável aos produtores do entorno, dificilmente se poderia evitar decisões semelhantes nos contextos de outras áreas protegidas. Em contrapartida, os produtores rurais alinhados no polo oposto da disputa, devido à relevância da participação de suas lavouras nas economias dos municípios e ao poder simbólico que apresentam, que os associa ao desenvolvimento desejável, possuem também significativa capacidade de mobilização, sendo esta continuamente utilizada.

Dessa forma, o impasse ocasionado pela força política dos dois polos contribuiu para a emergência de esquemas argumentativos que mobilizam princípios de referência de grande apelo para o conjunto da população. O eixo central da argumentação dos ambientalistas concentra-se na relevância da manutenção da vida presente no parque, ainda que reconheçam a dificuldade de se transferir aos proprietários do entorno os encargos dessa manutenção:

O negócio é que para conservar o parque precisa ter uma Zona de Amortecimento, porque senão, lá você viu, a soja vai até a cerca do parque, então *se você não tiver alguma restrição, o parque fica comprometido, compromete toda a vida dentro dele*. Então você estar perto de uma unidade de conservação, implica em algumas restrições, não tem como você fugir, só que aí fica complicado porque o ônus vai todo para o proprietário, para o fazendeiro. Fica assim: “Ah, você que está perto de uma unidade de conservação que se vire!”. *Mas não tem como ser diferente, é necessário* (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte, grifos dos autores).

Os produtores rurais, por sua vez, defendem que a zona de amortecimento deve ser de toda forma evitada por duas razões principais: caso adotada, inviabilizaria a agricultura do entorno, comprometendo seriamente a economia dos municípios; e, sobretudo, por ferir o direito à propriedade privada garantido por lei:

[...] por isso a ação judicial, porque *a constituição nos dá direito de propriedade*. E ninguém está fazendo nada dentro da cerca do parque, que é um direito de propriedade do Parque Nacional das Emas, do Ibama, do patrimônio da humanidade. [...] eu acho muito difícil se pôr em prática a Área de Amortecimento. Nos moldes que o Ibama quer pôr aí é impossível, *aí inviabiliza a agricultura no entorno*. E aí você começa a ter uma série de problemas: problemas do uso da terra, que a constituição nos permite, segundo daí problemas financeiros para os municípios, conseqüentemente para os estados, são três estados no entorno... (produtor rural, Chapadão do Céu, grifos dos autores).

Tais argumentos manifestados por ambos os grupos exercem pesada influência na correlação de forças da disputa, estendendo o impasse e conduzindo à busca por um juízo “neutro” para a resolução do embate. Esta capacidade de avaliar a situação de maneira imparcial ou, no mínimo, legitimada pelos dois polos, é então atribuída à ciência: ambientalistas e produtores rurais repetem, como um refrão, que são necessários mais estudos científicos para se determinar a presença ou não da zona de amortecimento e, caso presente, com que extensão. No entanto, a necessidade de mais pesquisas científicas muitas vezes é proclamada nem tanto pelo interesse específico nos resultados que serão atestados, mas pela possibilidade de prolongamento do debate que a espera pelos estudos proporciona. Assim, como tais estudos científicos não são realizados e, mesmo que sejam, ainda existe a possibilidade de não serem considerados definitivos – afinal, em momento algum se conseguirá atingir o “conhecimento neutro” defendido como necessário –, a zona de amortecimento do entorno do PNE tem permanecido sem ser efetivada, nem tampouco é abortada. Dessa forma, percebe-se que o litígio em torno de sua implementação se instaura devido à disputa pela definição do uso do espaço, mas que essa não é uma disputa apenas pela apropriação do meio em seu aspecto material. Como aponta o trecho de entrevista abaixo:

Aqui, você teve a oportunidade de ver hoje na reunião, a gente está vivendo já há vários anos, existe realmente essa questão do embate entre as duas mentalidades, *a mentalidade conserva... conservacionista, é isso?*, e a mentalidade desenvolvimentista. E o *gaúcho* é que é desenvolvimentista – gaúcho, ou paranaense, ou agricultor – até muito pouco tempo atrás, ele não tinha menor preocupação com o meio ambiente. Do tipo: “Não, mata tá sobrando por aí, o que interessa é plantar, o que eu quero é plantar, eu vou gerar o alimento do mundo”. Tá certo? Tá, tem um raciocínio correto nisso. E o ambientalista, ao contrário: “Gente, tá acabando, tá acabando, calma”. Tá certo? Também tá certo, os dois estão certos (representante do poder público, Chapadão do Céu, grifos dos autores).

Sintetizado nessa fala pode-se observar muito do que vem sendo discutido até aqui. O embate entre os dois polos da disputa, ambientalistas e produtores rurais, é um embate entre “mentalidades” – ou, dito de outra forma, entre representações. A conservação ambiental, como elemento do universo reificado incorporado no cotidiano, introduz um novo vocabulário e é apropriada com dificuldades (“*conserva... conservacionista, é isso?*”); o termo “gaúchos” resume não apenas um local de origem, mas uma postura ante o ambiente natural, associada ao desenvolvimento; ainda, cada um dos polos apresenta recursos e princípios de referência, mobilizados como esquemas argumentativos.

Assim, pode-se inferir, portanto, que o litígio acerca da zona de amortecimento é essencialmente uma disputa por uma verdade, em que os argumentos são mobilizados fazendo-se referências a ideias e elementos do senso comum (como “produção de alimentos para o país” ou “manutenção da vida na terra”), observando-se o que Acseled (2004, p. 19) considerou “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. Somam-se a esses elementos os fatos de que os produtores rurais, por terem terras de chapada como o parque e estarem na região há cerca de 30 anos, afirmam que não prejudicam a unidade de conservação, pelo contrário, alimentam sua fauna. Os agentes vinculados ao meio ambiente, por sua vez, por conhecerem

os princípios e as teorias da conservação, afirmam que o entorno não entende a importância do parque e as restrições. Esse impasse simbólico – o conhecimento de que grupo social é mais verdadeiro, mais importante – cristaliza-se então no impasse acerca da implementação da zona de amortecimento.

Ademais, a questão sobre a validade da implementação da zona de amortecimento transcende a esfera local, no sentido de que, se os produtores rurais asseguram por mecanismos jurídicos a inviabilidade dessas restrições, abre-se um precedente capaz de inviabilizar todas as demais zonas de amortecimento das unidades de conservação nacionais. Contudo, nessa disputa, os dois polos principais (instituições ambientalistas e grandes sojicultores) apresentam notável poder político e, quando recorrem a arenas de maior abrangência para conseguirem visibilidade para suas questões, ambos, apesar de divergentes, encontram amplo respaldo institucional. Essa situação estende o impasse e, com isso, a zona de amortecimento não é efetivada, sendo continuamente protelada com a justificativa de que ainda não há “estudos conclusivos”.

Dessa forma, percebe-se que o conflito se instaura em suas dimensões simbólicas e materiais: na medida em que está de fato em jogo a definição pelo uso do espaço, revela a sua concreticidade; no entanto, não só a partir de critérios racionais este uso pode ser definido, visto que também estão em pauta demandas por sentidos e expectativas conflitantes porque permeadas por múltiplas representações, características dos diversos grupos sociais. Configura-se assim uma situação em que não há apenas *ausência de certezas*, mas *certezas contraditórias*, tal qual apontado por Hannigan (1997) como característico dos conflitos ambientais.

Considerações finais: conservação ambiental, uma questão de desenvolvimento rural?

O argumento central aqui apresentado é que o embate deflagrado a partir do impasse acerca da zona de amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas é a cristalização de um conflito entre produtores rurais e agentes vinculados à pesquisa e defesa do meio ambiente sobre a apropriação técnica, social e cultural do cerrado. No cerne deste conflito estão os grupos envolvidos e suas representações sociais sobre *conservação*, associadas à percepção sobre *agricultura e desenvolvimento*, pelos grupos envolvidos, estas implicando em diferentes significados e expectativas para o espaço comum.

A partir desse argumento propõe-se que as divergências nas representações sociais, que trazem o traço das trajetórias dos sujeitos, implicam em uma diversidade de formas de conhecer o cerrado, ou seja, em distintos conhecimentos, e é a legitimação de qual conhecimento é “mais verdadeiro” que se disputa no litígio em torno da zona de amortecimento. Ainda, tais conhecimentos respondem a finalidades diversas: no contexto aqui estudado, deve-se decidir se a finalidade do espaço do entorno do PNE é a conservação ambiental ou a produção agrícola direcionada ao mercado externo. Por extensão, e metonimicamente, esse debate se amplia para as áreas de cerrado como um todo, sendo, portanto, uma questão de desenvolvimento rural.

A resolução dos embates entre os distintos conhecimentos articula arenas locais a nacionais, no sentido de que tanto são influenciadas por valores e expectativas que transcendem os contextos regionais (como os ideários de *progresso*, característicos de meados do século XX e, mais

contemporaneamente, de *sustentabilidade*), quanto repercutem em decisões no âmbito nacional, como no caso da repercussão desse litígio sobre as demais zonas de amortecimento do país.

Nessa perspectiva, e adotando-se a proposta de Jovchelovitch (2008) de que a diversidade de conhecimentos constitui-se um recurso e um patrimônio em si para sujeitos individuais e para comunidades, tão relevante quanto a produção agrícola e a biodiversidade, entende-se que é de fundamental importância reconhecer-se esses conhecimentos como legítimos e imbricados em uma dimensão histórica e cultural, dignas de respeito para a consolidação de esferas públicas democráticas. Sem a disposição para escutar, compreender e reconhecer a diversidade e a expressividade dos conhecimentos em questão, “ficamos reduzidos à atitude do juiz, e em casos piores, do policial”, além de haver uma profunda dimensão ética associada a este reconhecimento (Jovchelovitch, 2008, p. 93).

Contudo, entende-se também que, em se tratando de uma questão de desenvolvimento rural, o fim último da resolução dos embates entre os conhecimentos deve articular-se com o benefício da coletividade. Ainda com Jovchelovitch (2008, p. 24), assume-se que “definir quem possui o conhecimento racional é tanto um problema teórico não resolvido como um ato político”. A partir desse viés, a proteção da biodiversidade – desde que, e necessariamente se, conduzida de forma democrática – parece ser de interesse público maior do que a ênfase em um modelo de produção pautado por demandas comerciais exógenas.

Longe da pretensão de apontar um caminho a ser adotado para a resolução do conflito aqui analisado – função que cabe às instâncias responsáveis – pretende-se com esta reflexão questionar a perspectiva de desenvolvimento rural até então adotada. Este padrão priorizou o “olhar estrangeiro” sobre o cerrado, a finalidade da produção agrícola para o mercado externo, as técnicas empreendidas (oriundas da “revolução verde”), os agentes do conhecimento selecionados (imigrantes “gaúchos”), bem como os limites da contemporânea tentativa de transição de paradigma – da produtividade à sustentabilidade.

Em suma, no conjunto desse trabalho, a partir da discussão empreendida acerca das representações sociais e dos conflitos ambientais presentes no entorno do Parque Nacional das Emas, conclui-se que as disputas em torno da zona de amortecimento são, simultaneamente, disputas por sentidos culturais, pautadas não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. Représentations sociales: aspects théoriques. In: _____. (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994.

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ARRUDA, Ângela. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, Mary J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 234-65.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 229-57.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. *Anais...*, Belo Horizonte, 2005.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...*, Petrópolis, out. 2000.

_____. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Piaget, 1997.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1988.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes. 2008.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. Des représentations collectives aux représentations sociales. In: JODELET, Denise (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Une notion clef des sciences humaines. *Sciences Humaines*, n. 27, p. 16-18, avril 1993.

Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos

Everton Lazzaretti Picolotto

Introdução

O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Desde a metade da década de 1990 foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta foi reconhecida legalmente. O Pronaf,¹⁵ criado em 1996, constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a Lei da Agricultura Familiar,¹⁶ de 2006, define oficialmente a “agricultura familiar” como “categoria produtiva” e como profissão no mundo do trabalho. Porém, apesar deste reconhecimento ser recente, a trajetória de luta destes agricultores é longa e apresenta vários capítulos, pouco conhecidos.¹⁷

Alguns direitos trabalhistas foram reconhecidos no Brasil pelo governo Getúlio Vargas a partir da década de 1930 e consolidaram-se com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943. Foram reconhecidos por esta legislação, além do direito de sindicalização, direitos previdenciários, salário mínimo, serviços assistenciais prestados pelos sindicatos (Paoli, 1994). Porém estes direitos não se estendem completamente aos trabalhadores do meio rural. Em função disso, nas décadas seguintes os trabalhadores rurais tomariam a luta pela extensão dos direitos trabalhistas (já vigentes para os trabalhadores do meio urbano) como central. A concretização de alguns destes direitos, como o da sindicalização, foram conquistados na década de 1960 com a promulgação do estatuto do trabalhador rural.

Mesmo que alguns direitos trabalhistas e de sindicalização foram reconhecidos estes não possibilitavam vias “emancipatórias” aos trabalhadores, mas constituíram-se como instrumentos que visavam centralmente a “regulação” (Santos, 2001) do movimento operário e camponês pelo Estado (através do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho). Regulação que visava

¹⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado através do decreto presidencial n. 1.946, de 28 de julho de 1996.

¹⁶ A denominada Lei da Agricultura Familiar refere-se à lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.

¹⁷ Em outro trabalho investigamos a gênese sociopolítica do projeto e da identidade dos “agricultores familiares” através de uma leitura de longo prazo (Picolotto, 2009). Constatamos que as lutas desta categoria de agricultores por reconhecimento remontam ao período da constituição do sindicalismo no Brasil. Pelo menos desde o final do século XIX iniciaram as primeiras experiências de organização de alguns segmentos sociais do campo, como os “colonos” no Rio Grande do Sul, que formaram organizações formalizadas e não formalizadas com vistas a promover a agricultura colonial e representar os seus interesses perante o Estado. Estas experiências são ressignificadas com a formação do sindicalismo rural na década de 1960.

alcançar “uma base segura para o projeto de uma sociedade moderna, estável e integrada, ordeira e progressista” (Paoli, 1994, p. 102). Na prática, com a vigência desta legislação, os trabalhadores passaram a contar com a oferta de alguns direitos, porém fortemente controlados pelos órgãos estatais. Este modelo de intervenção estatal (com algumas variâncias) continuou durante o período da ditadura militar iniciada em 1964.

Foi somente a partir do final dos anos de 1970 que os setores populares organizados passam a ganhar mais relevância no cenário político brasileiro com a emergência de novos atores (Sader, 1988) e a formulação de uma noção de *nova cidadania* ou *cidadania ampliada* (Dagnino, 2004). A literatura destaca que nesse período ocorreu a emergência dos principais movimentos sociais atuais, os sindicatos se renovaram e fortaleceram e as aspirações dos setores populares por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em importantes conquistas na Constituição de 1988¹⁸ e se traduziram na construção de “espaços plurais de representação de atores coletivos” (Paoli e Telles, 2000, p. 103).

Após quase trinta anos de ditadura militar – e no horizonte histórico de uma sociedade autoritária, excludente e hierárquica – as lutas sociais que marcaram este período propiciaram a criação de um “espaço público informal”, ou seja, descontínuo e plural por onde circulam reivindicações e proposições diversas. Neste “espaço público” se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos”, conformando os termos de uma experiência inédita na história brasileira, em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento de interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente e por uma sociedade mais justa (Paoli e Telles, 2000; Dagnino, 2004).

No entanto, ainda com universo destas realizações inacabado, nos anos 1990, iniciaram-se os ajustes neoliberais que visaram a redução do Estado, os processos de “reestruturação produtiva” que transformaram o mundo do trabalho e também ocorreu um certo enfraquecimento da capacidade de mobilização e questionamento por parte dos atores populares (Mattos, 2005). Estes fatores somados minaram algumas possibilidades de realizações de direitos que haviam sido construídos na década anterior.

Foi precisamente nesta conjuntura contraditória de emergência de movimentos sociais construtores de um “espaço público” de realização cidadã dos anos 1980 e a subsequente incapacidade de fazer valer a lei, os direitos e a justiça dos anos 1990, que emergem os “agricultores familiares” como sujeitos de direitos. Visando explorar estes processos este texto tem por *objetivo* analisar a emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na sociedade brasileira contemporânea.

O caminho metodológico adotado para explorar a trajetória política e de constituição dos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, até chegar à emergência dos “agricultores fami-

¹⁸ Segundo Paoli e Telles (2000, p. 109) a Constituição de 1988 “além de incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, o novo texto legal traduz uma exigência: participação na gestão da coisa pública e acena com possibilidades de construção partilhada e negociação de uma legalidade capaz de conciliar legalidade e cidadania.”

liares” como sujeito de direitos inspira-se na noção de “experiência” de Thompson (1987). Essa abordagem sugere que se parta de um ponto de chegada, de uma situação concreta (a existência de direitos, leis, atores concretos e reconhecimento público) para investigar sua trajetória passada, o seu “fazer-se”, permitindo supor que essa situação concreta é fruto das lutas políticas travadas pelos agentes sociais concretos (organizações de trabalhadores e camponeses e seus oponentes). Com a recuperação dessa trajetória se pode revelar a natureza das lutas políticas, dos direitos e a sua originalidade na sociedade brasileira.

Formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais

Até meados do século XX não existiu no Brasil a definição de uma categoria clara para caracterizar os trabalhadores do campo. Somente nos anos 1950 é que foi introduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) a categoria política “camponês”, buscando identificar variados segmentos sociais do campo e visando articulá-los em nível nacional (Martins, 1983). Constituíram-se, então, a partir desse período, as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).¹⁹ As lutas e as experiências organizativas (associações, ligas, cooperativas, etc.) destes atores resultaram em forte pressão pela legalização do sindicalismo dos trabalhadores rurais.

O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi estruturado, de forma efetiva, no início da década de 1960, mais precisamente durante o governo de João Goulart (1961-64), cerca de trinta anos depois de ter sido implantado no meio urbano (Coletti, 1998). Em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (que estabeleceu a legislação para regular as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural) e em 1964 foi criado o Estatuto da Terra (que estabeleceu providências para políticas de “reforma agrária” e de “desenvolvimento rural”).

Mesmo se reconhecendo que a criação dessa legislação foi uma conquista de longos processos de lutas dos trabalhadores do campo, deve-se enfatizar que o sindicalismo rural brasileiro foi criado como parte de uma estrutura sindical que lhes é anterior: o sindicalismo “varguista”, constituído pelos sindicatos municipais, federações, confederações, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho, cuja característica que mais se destacou foi a forte tutela exercida pelo Estado. Tal tutela foi estabelecida inicialmente pela chamada “investidura sindical”, que significava a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, o qual ocorria através de uma “carta de reconhecimento sindical”. Ou seja, neste modelo de sindicalismo oficial era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Uma segunda característica desse sindicalismo é a “unicidade sindical”, que representava o monopólio legal da representação sindical concedida pelo Estado ao sindicato oficial, representativo de uma base territorial. Uma terceira característica refere-se as “contribuições” sindicais obrigatórias

¹⁹ Além da atuação do PCB na organização de movimentos camponeses, também contribuíram para a organização destes movimentos a Igreja Católica, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

estabelecidas por lei – imposto sindical, taxa assistencial e contribuição confederativa. Tais “contribuições” constituíram uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos (Coletti, 1998). Por fim, ainda destaca-se que esta legislação sindical enquadrava a diversidade de situações de trabalho no meio rural (assalariados, pequenos produtores, etc.) num mesmo sistema sindical.

A fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), como órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais, ocorreu em dezembro de 1963, a partir das federações estaduais de trabalhadores na agricultura (Fetags) existentes.

Os anos seguintes ao golpe militar e nos quais ocorreu a estruturação efetiva da Contag e da ampla rede de sindicatos que a compõem se deram em marcos desfavoráveis à ação sindical de contestação e crítica. Como destaca Medeiros (1989), os conflitos continuavam a ocorrer, entretanto, seu caráter isolado não permitia fazer frente à dura repressão do período. Diante dessa conjuntura, a Contag procurou criar formas de conduzir a multiplicidade de conflitos segundo sua estrutura e projeto político-sindical herdados do período anterior ao golpe de Estado. Dentre as pautas mais importantes herdadas estavam a defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas. Essas duas pautas traduziram a leitura que esse sindicalismo fazia do conflito agrário no período e unificaram nas duas décadas seguintes as reivindicações dos trabalhadores rurais. Nesse período, se constituiu um padrão de ação sindical marcado por certa prudência e pelo respeito aos limites estipulados pelas leis. Além disso, como o sindicato de base municipal era responsável por programas assistenciais do Estado, este sindicalismo foi impulsionado em todo país para prestar serviços de assistência. Então, foi com esses limites da ação sindical e a tutela do Estado que se constituiu a ampla rede do sindicalismo dos trabalhadores rurais.

O pressuposto dessa prática legalista da Contag era o de que a lei, graças às suas contradições (limitava a ação sindical, mas também reconhecia as demandas por terra e alguns direitos trabalhistas), poderia converter-se, sempre, num autêntico campo de disputas. Este modelo de atuação legal motivou posicionamentos ambíguos. De um lado, um exemplo de relativo sucesso deste modelo de atuação legalista da Contag foram as greves dos canavieiros de Pernambuco, de final dos anos 1970 e início dos 1980, realizadas totalmente dentro das exigências da “lei de greve” do regime militar. Estas greves alcançaram forte respaldo político e deram impulso a reemergência do sindicalismo rural crítico no nordeste brasileiro (Sigaud, 1980). Porém, por outro lado, esse legalismo enraizou-se de tal maneira no sindicalismo oficial rural que, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, a Contag continuava defendendo o Estatuto da Terra (de 1964) contra as correntes articuladas em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, com o argumento de que o objetivo primeiro do Estatuto da Terra era exatamente combater a reforma agrária que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores, pregavam a sua recusa (Medeiros, 1989).

Deve-se ressaltar também que a legislação constituída no início da década de 1960 também possibilitou alguns avanços importantes para a categoria dos trabalhadores rurais. O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade de intervenção estatal na questão agrária, aberta pelo Estatuto da Terra, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para os grupos que compunham o *setor agrícola*.

“O camponês – o trabalhador rural – tornou-se *objeto de políticas*, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercidas pelos grandes proprietários ou por suas organizações” (Palmeira e Leite, 1998, p. 129) (grifos dos autores). Assim, o sindicalismo rural contribuiu de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação. Esta legislação reconheceu o trabalhador rural como uma “categoria profissional” (como parte do mundo do trabalho) e a existência de uma *questão agrária*, de interesses conflitantes dentro do que, até então, era tratado com um todo indivisível: a *agricultura* ou a *classe rural* (Palmeira e Leite, 1998, p. 129).

Contudo, mesmo com essa breve análise deste sindicalismo, fica evidente que os atores sociais que emergiram nas décadas de 1950 e 1960 foram “enquadrados” pela legislação sindical. Esta foi constituída para frear a ação das organizações camponesas, tirar sua capacidade de autonomia e, com isso, limitar suas possibilidades de proposição política para a sociedade nacional. Assim, os sindicatos funcionaram como aparelhos consentidos para reconhecer alguns direitos sociais (fundamentalmente assistenciais) e para limitar ou canalizar diretamente para o Estado as demandas políticas dos trabalhadores. Essa situação permite considerar que os direitos até então vigentes para os trabalhadores rurais eram limitados e dificultavam bastante as possibilidades de manifestação de suas demandas. Eram cidadãos limitados, não podiam requerer direitos para além daqueles que as leis permitiam e o Estado autorizava. Nesse sentido, contavam com uma “cidadania regulada”.

No final dos anos 1970, os trabalhadores rurais, com suas demandas por terra e direitos reprimidos, não hesitariam em acompanhar a emergência de novos movimentos questionadores da ordem. Assim, numa conjuntura de crise econômica e de questionamento do governo autoritário ocorreu uma verdadeira implosão da categoria, de enquadramento rígido, “trabalhador rural” e, com ela, do sindicalismo rural oficial. Surgem desde “oposições sindicais” reivindicando um sindicalismo menos assistencial e mais combativo, até novas formas organizativas desvinculadas da legislação sindical, como os movimentos sociais de luta por terra, dos seringueiros, das mulheres trabalhadoras rurais, entre outros.

“Novo” sindicalismo, formação de novos atores e fragmentação da representação política no campo

O movimento sindical brasileiro teve, em fins dos anos 1970, o momento mais significativo de sua história. Reestruturado após os anos de repressão do regime militar, emergia um “novo sindicalismo” de corte progressista cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. Este “novo sindicalismo” se construiu com práticas que indicavam sua novidade no interior da trajetória do sindicalismo brasileiro, mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores, este sindicalismo pretendeu ser uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado.

A criação da CUT, em 1983, foi fruto de um intenso processo de mobilização social em praticamente todo país. Com destaque para as mobilizações que se deram desde o final dos anos 1970 com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, as mobilizações de assalariados rurais no nordeste e em São Paulo, os protestos dos agricultores familiares em todo o sul

contra a política agrícola e a luta por terra no centro-oeste e norte (Bittencourt, 2000). No que se refere à novidade política da CUT, esta, para se diferenciar do “antigo” sindicalismo, se constituiu com intenção de ser independente tanto dos patrões e do governo quanto dos partidos políticos e dos credos religiosos (Rodrigues, 1990).

Seguindo este processo a constituição do novo sindicalismo rural surgiu em oposição ao sindicalismo oficial representado pela Contag. Segundo Medeiros (2001, p. 105), em meados dos anos 1970 começaram a se esboçar críticas à prática sindical “contaguiana” e às ações dos sindicatos: “a ação da Contag era apontada como ineficaz, por ser voltada principalmente para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões.” Muitos sindicatos eram considerados assistencialistas e, portanto, incapazes de dar consistência à luta por direitos pregada pela própria confederação. Dentre os agentes motivadores de críticas estavam setores católicos adeptos da Teologia da Libertação.

Através de um trabalho molecular nas comunidades de agricultores a igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento de “oposições sindicais”, portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Inicialmente dispersas, as “oposições” articularam-se com novas redes, constituindo laços com o “novo sindicalismo” urbano e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas).

Aliado com o surgimento do “novo sindicalismo” no campo, outros personagens também entram na cena política nacional sob motivação dos agentes católicos citados. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros. A emergência destes novos atores, além de ter tirado a exclusividade da representação política dos “trabalhadores rurais” da Contag, fez com que a categoria política unificadora “trabalhador rural” fosse “implodida”. Assim, após um período de relativa homogeneização da identidade política de *trabalhador rural*, consentida pelo Estado (durante o regime militar) e manifestada através do sistema sindical oficial (capitaneado pela Contag), esta identidade foi fragmentada pelos novos atores sociais do campo que passam a criar várias identidades específicas, como: “sem terra”, “atingidos por barragem”, “mulheres trabalhadoras rurais”, “pequenos produtores”, etc.

O saldo do novo sindicalismo rural nos anos 1980 carrega um conjunto contraditório, tanto de avanços político-organizativos quanto de novidades da legislação sindical e de construção de “novas” demandas por direitos. No campo político-organizativo estruturaram-se bases sólidas com a consolidação da CUT, como central sindical, e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), como departamento dos rurais, dando ao novo sindicalismo expressão nacional e enraizamento em boa parte de todo o território nacional, abrangendo uma heterogeneidade de situações produtivas, das modernas lavouras do centro-sul ao campesinato do norte e nordeste. Porém, deve-se destacar que o sindicalismo da CUT não conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo de base municipal, unitário e com pouco enraizamento nas bases. Outra contradição que se evidenciou no modelo organizativo do novo sindicalismo foi a presença majoritária de pequenos agricultores autônomos, de base familiar, nas ações e nas direções sindicais. A contradição não se dá na presença em si

desse tipo de trabalho no interior da central sindical, mas na presença dessa forma de trabalho em uma estrutura de representação rígida e que pretende representar categorias em crescente especialização (Favareto, 2006). Esta contradição será melhor compreendida nos anos 1990 com a emergência da categoria “agricultura familiar”.

No bojo dos processos que propiciaram a estruturação do “novo sindicalismo”, foram alcançadas algumas alterações na legislação sindical com a Constituição de 1988. No que se refere às exigências para a fundação de sindicatos a Constituição, em seu artigo 8º, inciso I, acabou com a necessidade prévia de reconhecimento do sindicato pelo Estado, que ocorria através da “carta de reconhecimento sindical”. Porém, em seu inciso II, a Constituição manteve a unicidade sindical e, no inciso IV, também manteve os impostos sindicais existentes. Além disso, os sindicatos continuam organizando os trabalhadores por categoria profissional, ou seja, o sindicalismo rural deve continuar representando todos os “trabalhadores rurais”.

No que se refere ao saldo dos direitos consolidados neste período de redemocratização, de constituição de um “espaço público” e de emergência de novos atores no campo, pode-se destacar centralmente a conquista, por parte dos setores populares, do direito de “reivindicar direitos”. Ou seja, segundo Paoli e Telles (2000), a principal conquista dos atores populares neste período foi o fazer-se “reconhecer como sujeitos” capazes de proposição e interlocução pública. E, ao fazerem isso, estes atores coletivos produziram o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os classificavam em lugares subalternos. Assim, puderam trazer para o debate público questões que antes eram silenciadas ou não consideradas como pertinentes para a deliberação política. Essas “arenas públicas” produziram um alargamento do campo político através de uma noção ampliada e redefinida de direitos e cidadania.

No que se refere aos novos atores políticos do meio rural foram lançadas, neste período, novas demandas por direitos que vão além dos direitos trabalhistas e do acesso a terra (bandeiras clássicas). Primeiramente, conquistaram o reconhecimento de poderem expressar demandas por outras vias que não o sindicalismo oficial. Com isso, os movimentos (MST, CNS, MMTR, MAB, CUT rural) puderam fazer suas reivindicações autônoma e diretamente com os órgãos de Estado. Em segundo lugar, cada movimento pode traduzir suas demandas em lutas por conquista de direitos específicos de sua base social. O MMTR, por exemplo, com demandas relacionadas ao gênero, o CNS relacionadas à preservação dos seringais nativos, entre outras. Assim, os novos atores políticos puderam ampliar as tradicionais bandeiras de luta do sindicalismo da Contag, possibilitando a entrada destes na luta por conquista de novos direitos para estes segmentos.

Reestruturação do sindicalismo rural e emergência dos “agricultores familiares”

As transformações no mundo do trabalho que se disseminaram no Brasil a partir dos anos 1990 – a introdução de novas tecnologias de produção e de gestão, o desemprego estrutural, a “flexibilização” das relações trabalhistas, o trabalho temporário, a terceirização e o trabalho informal – significaram uma crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação da forma de ser e de viver da classe trabalhadora, com influências diretas na ação sindical. Nesse

processo, ocorreu uma inflexão na agenda sindical em relação à década anterior, substituindo a centralidade da luta salarial pelas lutas por emprego e trabalho (Antunes, 1995; Mattos, 2005). Essas mudanças desafiaram o sindicalismo a se reestruturar, buscando ampliar sua base social para além da situação de assalariamento e dar um tom mais “propositivo” para a ação sindical, em contraposição as ações reivindicativas do período anterior (Favareto, 2006).

Estes condicionantes também influenciaram o sindicalismo rural. No âmbito das medidas de reestruturação do Estado, foram extintos órgãos que controlavam políticas para culturas específicas (como a cana-de-açúcar e café). A empresa que congregava os serviços de extensão rural nacionalmente – a Embrater – foi extinta em 1991, tendo sido transferidas suas obrigações para os estados. “A desregulamentação dos mercados de trigo e leite e a eliminação de subsídios ao trigo levaram a um incremento nas importações destes produtos. A criação do Mercosul em 1994, ampliou as possibilidades de relações comerciais com os países vizinhos membros do acordo, dos quais o Brasil veio a tornar-se um importador de produtos agrícolas” (Cordeiro *et al.*, 2003, p. 13).

Com essa nova situação de desobrigação estatal, em vez de um padrão em que o Estado assumia para si as orientações de produção e a mediação das situações de conflito, passa a haver uma seleção das demandas, definida tanto pela importância que elas representam para a economia, quanto pelo poder de pressão dos atores demandantes (Favareto, 2006).

Acompanhando tais mudanças o sindicalismo rural da CUT, no início dos anos 1990, fez uma importante redefinição no que tange ao seu projeto político. O novo sindicalismo decide reconhecer a estrutura sindical oficial ao mesmo tempo em que adotou a tática de conquistar e transformar a Contag “por dentro” de sua estrutura. Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo diminuiu a importância de algumas “antigas” – como a reforma agrária e os direitos trabalhistas – e passou a assumir centralmente outras – como a construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural”, ancorado na expansão e fortalecimento da “agricultura familiar”. O segmento da agricultura familiar passa a ser considerado prioritário na nova estratégia de ação do sindicalismo cutista (Medeiros, 2001; Favareto, 2006).

No início dos anos 1990, tanto o projeto sindical da Contag quanto o do setor rural da CUT se encontravam em situação de crise, vivendo dilemas que exigiam readequações e atualizações. A Contag chegava nessa década com uma estrutura de ampla capilaridade (3.280 sindicatos), reconhecimento social como organização sindical, capacidade de interlocução com o Estado em diversos níveis. Entretanto, a Contag inicia esse período sofrendo o desgaste de sua forma “passiva” de se relacionar com o Estado e a dificuldade em promover atualizações mais profundas em seu projeto sindical, seja nas suas bandeiras de luta e nas suas formas organizativas, seja nas características da ação sindical ainda em muito pautada pelo legalismo. O sindicalismo cutista, por sua vez, também gozava de forte reconhecimento social, grande capacidade de expressão e mobilização, e apresentava conteúdos e práticas renovadores da tradição sindical anterior. Os limitantes da ação sindical da vertente cutista estavam na dificuldade em firmar-se como interlocutor privilegiado perante o Estado, e em ampliar sua inserção entre os sindicatos da base contaguiana (Favareto, 2006). Nesse quadro de crise do sindicalismo rural ocorre a filiação da Contag à CUT em 1995 e inicia-se um novo ciclo no sindicalismo rural.

Acompanhando estas mudanças na estrutura do sindicalismo rural brasileiro e procurando superar a crise da categoria “trabalhador rural” ocorre a emergência de uma nova categoria

política que passará a unificar grande parte do movimento sindical: a *agricultura familiar*. Para Medeiros (2001), a afirmação da categoria “agricultura familiar”, a partir de meados dos anos 1990, deveu-se a uma ordem de fatores: o aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um “novo modelo de desenvolvimento”; as organizações sindicais realizaram algumas atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências; criação de políticas públicas específicas. “Esses elementos somados ao crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da agricultura familiar, debate esse que, por meio da ação de assessorias rapidamente passou a circular no meio sindical, num exemplo característico da reflexividade a que se refere Giddens (1991), colocou, no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o ‘agricultor familiar’” (Medeiros, 2001, p. 117).

A adoção do termo agricultura familiar pela Contag se deu em um momento em que suas históricas bandeiras de luta eram progressivamente esvaziadas ou assumidas por outros atores. A luta por reforma agrária foi, ao longo dos anos 1990, cada vez mais associada ao MST, o que se deveu tanto aos méritos inerentes a esse movimento quanto também ao excessivo legalismo com a Contag tratava a questão. A defesa dos direitos trabalhistas tinha perdido parte da sua força originária.

Estas mudanças nos projetos do sindicalismo rural causaram mudanças também nas suas articulações políticas. Promoveram um realinhamento do sindicalismo rural da CUT em relação ao conjunto dos movimentos sociais rurais, marcadamente um certo afastamento em relação a parceiros históricos – como a CPT e o MST – e uma certa aproximação com o sindicalismo contaguiano, até então um ferrenho oponente (Favereto, 2006; Picolotto, 2006). Esta tendência de aproximação da ação sindical da Contag e da CUT começou no início dos anos 1990 com a realização dos “Gritos da Terra”. Estas mobilizações dos “Gritos da Terra” conjugaram uma tática de ação “espetacular”, operacionalizada com articulação do sindicalismo e dos movimentos sociais em ações unificadas, sob a bandeira da *valorização dos “pequenos agricultores”* (Medeiros, 2001).²⁰

No que se refere ao Pronaf, vale destacar que a criação desta política possibilitou o início do reconhecimento da nova categoria política – agricultura familiar – no meio rural. Conforme destaca Wanderley (2000), com a criação do Pronaf a agricultura familiar “foi oficialmente reconhecida como um ator social” em contraponto com as características “absenteístas” da agricultura latifundiária. “Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país” (Wanderley, 2000, p. 36).

Martins (2003), por sua vez, destaca que em meados dos anos 1990, apesar da grande rivalidade política que caracterizava o cenário das lutas dos pequenos agricultores e “sem terras” frente ao Estado (governo Fernando Henrique Cardoso), estabeleceram-se novos horizontes à “pequena agricultura”. Dentre os fatores importantes levantados pelo autor, se destacam: a criação do Pronaf e, principalmente, através deste, o reconhecimento da “identidade social da

²⁰ Com os “Gritos da Terra” foram conquistadas políticas públicas significativas para os agricultores, como o Pronaf, criado em 1996 (Schneider, Mattei e Cazella, 2004).

agricultura familiar” como “protagonista de um projeto econômico viável”. Assim, a emergência da identidade da “agricultura familiar” possibilitou um rápido reconhecimento desta categoria como “sujeito a ser fortalecido” e para isso, beneficiado com políticas públicas subsidiadas.

O sindicalismo rural também reconhece que o Pronaf foi fundamental para a emergência da categoria “agricultura familiar”. Segundo as palavras de uma liderança sindical cutista da região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, foi com a criação do Pronaf que se começou a “marcar” o que viria a ser a agricultura familiar:

Em 1994-95 com as lutas feitas [...] se criou o diferencial que *nós começamos a marcar a agricultura familiar que foi com a criação do PRONAF*. O PRONAF hoje é a agricultura familiar. Então, eu diria que ali que começou a se diferenciar e a agricultura familiar ganha força. [...] Se não se tivesse criado o PRONAF, com subsídio, tanto o custeio quanto o investimento, olha eu não imaginaria o que seria da agricultura (Entrevista em 2006).

Sindicalismo da agricultura familiar

Os atores sociais ligados em boa medida ao sindicalismo cutista, motivados com a criação do Pronaf, desencadearam na região Sul uma dinâmica de fortalecimento e constituição de cooperativas de crédito (como a Cresol, para facilitar o acesso desta política) e de leite dos agricultores familiares (para estimular a diversificação da produção). Criaram também uma rede de comercialização das agroindústrias familiares do oeste catarinense (Ucaf), um “sistema de certificação solidária, através da Rede EcoVida, que potencializou uma forte articulação entre as ONGs que atuavam com ênfase na agroecologia” (Bonato, 2003, p. 27-28).

Seguindo este processo de estruturação regional e com o relativo fortalecimento da identidade política da agricultura familiar, no final dos anos 1990, o sindicalismo rural da CUT na região sul do Brasil inicia um novo processo de rompimento com a Contag ao criar em 1999 a Frente Sul da Agricultura Familiar, uma organização promotora da agricultura familiar na região (esta organização articulava sindicatos, cooperativas e ONG’s); e, em 2001, funda a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FetraF-Sul), uma organização sindical da agricultura familiar da região, com vinculação cutista.

O surgimento da FetraF-Sul, segundo Cordeiro (Cordeiro *et al.*, 2003, p. 119), reforça duas tendências do sindicalismo nos anos 1990: a primeira diz respeito ao “surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, neste caso, a de agricultor familiar, em detrimento da identidade genérica de trabalhador rural”. A segunda, tendência aponta para “a potencial quebra da estrutura sindical oficial”, e sua substituição por um sistema mais plural, capaz de dar conta das especificidades econômicas, políticas e sociais das diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Como derivações destas tendências destaca-se, de um lado, que a afirmação da identidade política da “agricultura familiar” também trouxe implicações para o projeto político do sindicalismo da agricultura familiar. Em um documento publicado a FetraF-Sul afirma seu projeto contrapondo-o com o da “pequena produção” marginal do capitalismo: “*Pequena produção* revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista *incompleta e não desenvolvida*. [...] *pequenos agricultores são produtores atrasados e*

marginalizados no capitalismo [...]. Já a expressão “*agricultura familiar*” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental” (Fetraf-Sul, 2003, p. 16, grifos meus). Nessa busca de diferenciação entre “pequena produção” e “agricultura familiar” evidencia-se que a Fetraf objetiva fortalecer e positivar o segmento social da agricultura familiar. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

Por outro lado, a fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), em 2005, como fruto do esforço da Fetraf-Sul e de outros setores cutistas de diferentes regiões do país, reforça a tese de “quebra da estrutura sindical oficial”, apontada por Cordeiro (Cordeiro *et al.*, 2003).

O sindicalismo rural cutista desde sua origem vinha questionando a estrutura do sindicalismo oficial (sistema STRs, Fetags, Contag), porém, até a criação da Fetraf-Sul e posteriormente da Fetraf-Brasil, não havia criado uma estrutura sindical paralela. Com esta opção de criar uma estrutura sindical “por fora” do sindicalismo oficial e, mais do que isso, optar por representar politicamente a “agricultura familiar”, a Fetraf se constituiu a revelia da legislação sindical. A Fetraf justifica esta opção por entender como um “avanço” romper com a “cultura sindical” imposta pelo sindicalismo oficial. Afirma que está buscando formar uma estrutura sindical menos burocratizada e mais ágil nos processos de mobilização, para isso, deve ter “unidade em torno dos princípios” da federação, ou seja, o que importa é a unidade política do sindicalismo da agricultura familiar, não importando a forma de organização dos sindicatos (Fetraf-Sul, 2002).

Seguindo esta orientação a Fetraf-Sul vem buscado constituir uma outra estrutura sindical baseando-se tanto em sindicatos já constituídos (STRs) conquistados, quanto em novas organizações sindicais de base regional (por exemplo, os Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Sintrafs regionais de Pinhalzinho, de Pinhão, de Concórdia e de Chapecó em Santa Catarina, e o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Sutraf no Alto Uruguai Gaúcho, etc.), assim como a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do estado de Santa Catarina (Fetrafesc), que ainda em 1997 rompeu com a estrutura oficial (Fetaesc) (Rodrigues, 2004; Fetraf-Sul, 2007). Além destes, ainda existe o reconhecimento por parte da Fetraf de outras formas representativas, como as “associações de agricultores familiares”, que também são vinculadas à federação (são exemplos as associações das regiões de São Miguel do Oeste em Santa Catarina e as de Alegrete e de Santa Maria no Rio Grande do Sul, entre outras).

No entanto, deve-se reconhecer, por um lado, que estas novas formas organizativas articuladas pelo sindicalismo fetrafiano não possuem o reconhecimento legal e, em função disso, enfrentam restrições legais ou não tem reconhecimento por parte de órgão do Estado.²¹ Por outro lado, em função desta forma mais flexível de organização, esta federação sindical vem

²¹ No caso do Sintraf de Pinhão/SC, observa Rodrigues (2004, p. 66) que apesar deste ter se constituído como órgão de representação política dos interesses de suas bases, “a legalidade não é garantida somente pela organização do grupo de trabalhadores, e sim porque os processos jurídicos exigem a carta sindical”.

crescendo tanto em capacidade organizativa (articulação de variadas formas de organização), quanto em número de sindicatos/associações de agricultores familiares associados em nível nacional.²² Como consequência desse processo, vem aumentando sua capacidade de articulação política perante o Estado (com a conquista de políticas públicas). Isso fica evidente na fala de um dirigente da Fetraf referindo-se a sua força atual: “quanto mais agricultores nós representamos, melhor nós somos recebidos em Brasília” (liderança do Alto Uruguai-RS, entrevista em 2006).

Neste aspecto, pode-se fazer uma alusão a discussão que Santos (1997) faz de “pluralismo jurídico”, como formas de organização de sistemas de direitos não oficiais, elaboradas pelos segmentos populares a partir de normas próprias para resolução de conflitos. No caso do sindicalismo da Fetraf, o “pluralismo” ocorre na forma de organização de um sindicalismo paralelo a estrutura oficial, sem o reconhecimento oficial do Estado, mas que tem alcançado sucesso na representação política da categoria agricultura familiar, seja em negociações diretas, seja através de suas organizações associadas, como as cooperativas de crédito e de leite. Dessa forma, está se criando no Brasil uma nova estrutura sindical que alcançou certo grau de legitimidade político-social, mesmo tendo se construído a revelia de legislação sindical. Nesse sentido, além do sindicalismo “não oficial” da Fetraf estar “quebrando” a unicidade sindical prevista pela legislação, ela está também criando possibilidades de “quebrar” a legislação sindical, pois está criando canais, que estão sendo legitimados, de representação política dos agricultores familiares (por lei pertencentes a categoria “trabalhador rural”) por fora do sindicalismo rural reconhecido legalmente pelo Estado. Em uma analogia a noção de “pluralismo jurídico” de Santos (1997), pode-se referir a este fenômeno como “pluralismo sindical”, visto que este está criando uma estrutura sindical paralela à legislação existente, com regras próprias.

De forma semelhante, a Lei da Agricultura Familiar foi promulgada (2006) para dar maior respaldo legal a algumas políticas que já estavam sendo executadas e para fortalecer a categoria “agricultura familiar”. Do disposto na lei²³ fica evidente que esta não chega a produzir novos sentidos a esta categoria ou grandes mudanças nas políticas já em curso, aparenta apenas reforçar o quadro já existente, dando-lhe maior garantia legal.

Dentre as áreas de ação previstas na lei (crédito e fundo de aval, infraestrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização, negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização), já existem políticas públicas direcionadas aos “agricultores familiares”, tais como o Pronaf, criado ainda em 1996 e, desde 2003 (governo Lula), foram criados vários programas,

²² Para a CUT (2007) “a Fetraf-Brasil/CUT nasceu com uma base de representação em 14 (quatorze) Federações distribuídas em dezesseis Estados com mais de 1000 (mil) sindicatos filiados.”

²³ A Lei da Agricultura Familiar considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Essa definição guarda fortes semelhanças com a definição feita no estudo FAO/Inra (1994) e que foi usado também para o Pronaf.

destacando-se: política nacional de assistência técnica e extensão rural (Pnater); programa de habitação rural da agricultura familiar; seguro agrícola; programas de educação de jovens e adultos (Terra Solidária, Projeto Mulher, Projeto Jovem, no âmbito da Fetraf); política de socioeconomia solidária (cooperação e comercialização); política de apoio às agroindústrias familiares; eletrificação rural (Luz Para Todos); entre outros.

A partir dessas constatações, uma interpretação possível é que a lei foi criada para dar maior suporte legal aos programas já existentes e reconhecer juridicamente a agricultura familiar como “categoria produtiva”. Disso pode-se supor, baseando-se na noção de “experiência” de Thompson (1987), que essa lei foi criada para reconhecer legalmente uma categoria já constituída e que adquiriu, recentemente, força política para reivindicar tal reconhecimento oficial. Nesse sentido, tudo indica que o reconhecimento legal da agricultura familiar como “categoria produtiva” e como sujeito digno de políticas públicas específicas se deu principalmente pela força política adquirida por esta categoria, notadamente a partir dos anos 1990. Como se apontou acima, a conquista do Pronaf se deu através das mobilizações unificadas (“Gritos da Terra”), do sindicalismo rural (CUT e Contag) e do MST, ações essas que mostraram o potencial político que essas mobilizações adquiriram. Além disso, as outras políticas de estímulo a esta categoria foram criadas pelo governo Lula, que conta com participação de integrantes tanto do sindicalismo da Fetraf e da Contag quanto do MST na administração. Ou seja, pelos indícios apontados, a criação de políticas públicas de estímulo à agricultura familiar e o reconhecimento legal da categoria alcançou maior respaldo com a força política adquirida pela unificação do sindicalismo rural e sua articulação com o MST (nos anos 1990) e se consolidou, no governo Lula, através da participação destes movimentos no governo e, com isso, as oportunidades se abriram.

Corroborando com esta análise a avaliação positiva que o sindicalismo da Fetraf faz destas políticas para a “consolidação da agricultura familiar”. Como destaca: “*agricultura familiar se consolida* na medida em que fortalece a organização, discute a realidade e as necessidades e busca políticas diferenciadas para continuar produzindo alimentos” (Fetraf-Sul, 2007, p. 2, grifos no original).

Pelo exposto, as organizações da agricultura familiar (notadamente a Fetraf) avaliam que o quadro institucional melhorou no último período (pós-Pronaf). Chegam mesmo a afirmar que estão em um estágio de “consolidação da agricultura familiar”. Esses parecem ser indícios de que o reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de direitos tem propiciado a este segmento social, além do autorreconhecimento de sua “consolidação” enquanto “categoria produtiva”, também pensar-se como sujeito ativo da sociedade nacional. Nesse sentido, os avanços, quando comparados com os períodos anteriores, são notórios.

Considerações finais

O processo de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais foi um processo longo e complexo, permeado de lutas. Este reconhecimento, quando olhado com cuidado, mostra seu início ainda nos anos 1930, com a constituição da legislação trabalhista-sindical, passando pelas lutas pela extensão dessa legislação para o campo até a promulgação do Estatuto

do Trabalhador Rural no início dos anos 1960, pelas lutas pela redemocratização do país, pelas disputas travadas na elaboração da Constituição de 1988, pelas lutas contra as políticas de desobrigação estatal de inspiração neoliberal, por políticas diferenciadas para a agricultura familiar e pelo reconhecimento deste segmento social como “categoria produtiva” e profissão no mundo do trabalho.

Dessa trajetória, pode-se extrair que de modo semelhante ao que ocorreu nos anos 1960 com a constituição da identidade política de “trabalhador rural” como agregadora de pautas de segmentos variados, nos anos 1990 ocorreu a constituição da identidade política “agricultura familiar” como agregadora de pautas de segmentos rurais. Porém, as semelhanças param por aí. Se nos anos 1960 predominavam no sindicalismo rural os trabalhadores assalariados, no sindicalismo da agricultura familiar, posterior aos anos 1990, ocorre o predomínio dos agricultores de base familiar. Outra diferença é que ao contrário da unificação da representação política na categoria “trabalhador rural” que ocorreu nos anos 1960, no período recente ocorre um fenômeno de diversificação da representação política. A Fetraf representa os agricultores familiares, a Contag os trabalhadores rurais e agricultores familiares, o MST os “sem-terra” e assentados, entre outras organizações.

Por fim, destaca-se ainda que a relação deste segmento social da agricultura familiar com o Estado tem se dado desde meados dos anos 1990 de forma ambígua. Se no período dos governos de FHC a relação com o Estado se dava com certa dose de conflito, alguns traços de diálogo já eram perceptíveis, como na negociação de políticas específicas para a agricultura familiar (Pronaf). Nos governos de Lula as relações com o Estado passaram a ser de cooperação tanto na criação de políticas públicas (para habitação, agroindústrias, crédito fundiário, entre outras) quanto na operacionalização destas (através da estrutura do sindicalismo da agricultura familiar, das cooperativas de crédito, de leite, de habitação, de agroindústrias, entre outras). Dessa forma, fica evidente que a “consolidação” da agricultura familiar (apregoaada pelas próprias organizações destes agricultores) ou como vimos chamando neste artigo, o “reconhecimento” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos, não ocorreu exclusivamente com as lutas autônomas deste setor social, mas só ocorreu mais efetivamente quando este segmento social “se fez” politicamente, estabeleceu diálogo/cooperação com o Estado e alcançou políticas públicas de estímulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se percebe certa melhora no reconhecimento público deste segmento social, também se percebe que está se constituindo certa dependência das organizações dos agricultores familiares perante o Estado e redução da autonomia das mesmas.

Referências

- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BITTENCOURT, G. L. *Metamorfose no sindicalismo rural: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA, Rio de Janeiro, 2000.
- BONATO, A. A. O sindicalismo e as organizações da agricultura familiar da região sul. In: FETRAF-SUL. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: Fetraf-Sul, 2003.

- COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- CORDEIRO, A. et al. *Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil*. Relatório FAO. 2003. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 23 maio 2005.
- CUT. *FETRAF-Brasil*. CUT, 2007. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/>>. Acessado em: 20 jan. 2008.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces/ Universidad Central de Venezuela, 2004.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Versão resumida do Relatório Final do Projeto - UTF/BRA/036, 1994.
- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, out. 2006.
- FETRAF-SUL. *Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo*. Chapecó: FETRAF-Sul, 2002.
- _____. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: FETRAF-Sul, 2003.
- _____. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. *Semear em revista: semente do novo sindicalismo*, n. 2, mar. 2007.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- MATTOS, M. B. Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso do Brasil. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- PAOLI, M. C. Os direitos do trabalho e sua justiça: em busca das referências democráticas. *Revista USP*, n. 21, 1994.
- PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- PICOLOTTO, E. L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/extrural>>.
- _____. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos políticos no Brasil Meridional. *33º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: ANPOCS, 2009.
- RODRIGUES, L. M. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, A. S. *A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, B. S. A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. In: SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Para uma concepção pós-moderna de direito. In: SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SIGAUD, L. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (v.1).
- WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 2, 2000.

Sobre os autores

Anelise Graciele Rambo – Graduada em Geografia (Unijui), mestre em Geografia (UFRGS) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br.

Cynthia Xavier de Carvalho – Economista, mestre em Economia e doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: cynthia_xavier@hotmail.com.

Daniela Oliveira – Engenheira agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural e doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Email: danieloliveira02@yahoo.com.br.

Edgard Malagodi – Sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: emalagodi@uol.com.br.

Elisangela Froehlich – Graduada em Direito, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e assistente de Bem Estar Social da Emater – Escritório de Porto Alegre/RS. E-mail: efroehlich14@yahoo.com.br.

Everton Lazzaretti Picolotto – Sociólogo (UFSM), mestre em Extensão Rural (PGExR/UFSM) e Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). E-mail: picolottoae@yahoo.com.br

Flávia Charão Marques – Engenheira agrônoma, doutora em Desenvolvimento Rural, professora da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: flavia.marques@ufrgs.br

Gelson Pelegrini – Engenheiro agrônomo, mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável e professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: gelsonpelegrini@fw.uri.br.

Genivalda Cordeiro da Costa – Graduada em Economia (UFRN), mestre em Economia Rural (UFC) e professora do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: genivaldacordeiro@uern.br.

Glauco Schultz – Graduado em Engenharia Agrícola, mestre e doutor em Agronegócios, professor da Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS – Porto Alegre/RS. E-mail: glaucoschultz@ufrgs.br

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Cientista social, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: g.radomsky@yahoo.com.br

Jalcione Almeida – Doutor em Sociologia, professor e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Sociologia (PPGS), ambos da UFRGS, pesquisador CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – Temas. E-mail: jal@ufrgs.br.

Jan Douwe van der Ploeg – Professor de Sociologia Rural, Universidade de Wageningen/Holanda e professor adjunto de Sociologia Rural da Universidade Agrícola de Beijing/China. E-mail: jandouwe.vanderploeg@wur.nl.

Jefferson Andronio Ramundo Staduto – Graduado em Engenharia Agrônômica (UFV), mestre em Economia Rural (UFV), doutor em Economia Aplicada (USP/ESALQ) e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: jstaduto@yahoo.com.br

Lorena Cândido Fleury – Bióloga, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS), membro do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – Temas. E-mail: lorenafleury@gmail.com.

Luci Suzana Bedin Amorim – Economista, mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Unioeste), bolsista do CNPq no Programa RHAE – pesquisador na Empresa. E-mail: lucibedin@hotmail.com.

Marcelino de Souza – Graduado em Engenharia Agrônômica, mestre em Extensão Rural, doutor em Engenharia Agrícola, professor associado do Departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Agronegócio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Marcelo Antonio Conterato – Graduado em Geografia (UFSM), mestre e doutor em desenvolvimento rural (UFRGS), professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas (UFRGS). Endereço eletrônico: marcelo.conterato@ufrgs.br

Marcelo Santos de Souza – Graduado em Engenharia Agrônômica (FAEM/UFPEL), mestre em Extensão Rural (PPGExR/UFSM), doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ. E-mail: marcelo.souza@ifrj.edu.br.

Marcio Gazolla – Engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento Rural, doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Campus de Frederico Westphalen/RS, bolsista Capes. E-mail: marciogazolla@smail.ufsm.br.

Marilda Menezes – Socióloga, mestre em Sociologia Rural (UFPB), PhD. Universidade de Manchester/Inglaterra, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e pesquisadora do CNPq. E-mail: menezesmarilda@gmail.com.

Miguel Angelo Perondi – Agrônomo, mestre em Administração (UFLA), doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS), professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR). E-mail: perondi@utfpr.edu.br

Norman Long – Professor emérito de Sociologia Rural, Universidade de Wageningen/Holanda e professor visitante da Universidade Agrícola de Beijing/China.

Paulo André Niederle – Engenheiro Agrônomo (UFPEL), mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professor do Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná (DERE/UFPR). E-mail: paulo.niederle@yahoo.com.br

Raquel Lunardi – Bacharel em Turismo, mestre em Extensão Rural (UFSM), doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Campus São Borja/RS. E-mail: raquel_lunardi@yahoo.com.

Renato Santos de Souza – Graduado em Engenharia Agrônoma (FAEM/UFPEL), mestre em Economia Rural (UFRGS), doutor em Administração (PPGA/UFRGS) e professor da Universidade Federal de Santa Maria (PPGExR/UFSM). E-mail: rssouza@smail.ufsm.br.

Rozane Márcia Triches – Graduada em Nutrição, mestre em Epidemiologia, doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: rozane.triches@gmail.com

Sergio Schneider – Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia, professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: schneide@ufrgs.br.

A **Série Estudos Rurais** constitui-se de uma coleção de publicações que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e obras científicas na forma de livro que focalizam temas adscritos à problemática da ruralidade e do desenvolvimento no campo das Ciências Sociais. Pretende contribuir para a compreensão dos processos rurais a partir de uma ampla variedade de enfoques analíticos, recuperando interpretações do passado e oferecendo análises sobre os temas e perspectivas emergentes que caracterizam o estado da arte das discussões sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação na **Série Estudos Rurais** estão disponíveis em www.ufrgs.br/pgdr (em "livros").

Comissão Editorial: Dr. Sergio Schneider (Coordenador e Editor, PGDR/UFRGS), Dra. Leonilde Sêrvolo de Medeiros (CPDA/UFRRS); Dr. Jalcione Pereira de Almeida (PGDR/UFRGS), Dr. Walter Belik (IE/UNICAMP), Dr. Sergio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ), Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (NEAF/UFPA), Dra. Marilda Menezes (UFCG), Dr. Paulo Dabdab Waquil (PGDR/UFRGS), Dr. Alfio Brandenburg (UFPR), Dr. Fábio Dal Sóglio (PGDR/UFRGS), Dr. Eric Sabourin (CIRAD).

TÍTULOS PUBLICADOS

- 1. A questão agrária na década de 90 (4.ed.)**
João Pedro Stédile (org.)
- 2. Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**
Zander Navarro (org.)
- 3. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)**
Jalcione Almeida e Zander Navarro (orgs.)
- 4. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)**
Leonilde Sêrvolo Medeiros e Sérgio Leite (orgs.)
- 5. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)**
Sergio Schneider
- 6. Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)**
José Graziano da Silva
- 7. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)**
Jalcione Almeida
- 8. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**
José Eli da Veiga
- 9. Agroecologia (4.ed.)**
Stephen Gliessman
- 10. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)**
Ignácio Rangel
(org. por José Graziano da Silva)
- 11. Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)**
Sérgio Leite (org.)
- 12. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)**
Isabel Cristina de Moura Carvalho
- 13. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**
Carmen Diana Deere e Magdalena León
- 14. A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider
- 15. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)**
José de Souza Martins (org.)
- 16. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**
Gervásio Castro de Rezende
- 17. O futuro das regiões rurais (2.ed.)**
Ricardo Abramovay
- 18. Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)**
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (orgs.)
- 19. Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões**
Anita Brumer e Diego Piñero (orgs.)
- 20. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**
José de Souza Martins
- 21. A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider (org.)
- 22. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (orgs.)
- 23. Camponeses e impérios alimentares**
Jan Douwe Van der Ploeg
- 24. Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)**
Angela A. Kageyama
- 25. Desenvolvimento social e mediadores políticos**
Delma Pessanha Neves (org.)
- 26. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**
John Wilkinson
- 27. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)**
Miguel Altieri
- 28. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**
Maria de Nazareth Baudel Wanderley
- 29. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**
Sergio Schneider e Marcio Gazolla (orgs.)

A preocupação central deste livro consiste em demonstrar a capacidade de fazer e agir que os atores sociais adquirem e constroem a partir de suas ações cotidianas. Trata-se de uma reflexão sobre o papel ativo e atuante dos atores nos processos de mudança social, de construção de alternativas tecnológicas, da criação de novas formas de fazer, de organizar e de interagir.

Anelise Graciele Rambo	Lorena Cândido Fleury
Cynthia Xavier de Carvalho	Luci Suzana Bedin Amorim
Daniela Oliveira	Marcelino de Souza
Edgard Malagodi	Marcelo Antonio Conterato
Elisangela Froehlich	Marcelo Santos de Souza
Everton Lazzaretti Picolotto	Marcio Gazolla (org.)
Flávia Charão Marques	Marilda Menezes
Gelson Pelegrini	Miguel Angelo Perondi
Genivalda Cordeiro da Costa	Norman Long
Glauco Schultz	Paulo André Niederle
Guilherme F. Waterloo Radomsky	Raquel Lunardi
Jalcione Almeida	Renato Santos de Souza
Jan Douwe van der Ploeg	Rozane Márcia Triches
Jefferson A. R. Staduto	Sergio Schneider (org.)